ISSN: 2318-4817

ALTUS CIÊNCIA

REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR
DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

FCJP
FACULDADE
CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

V. 9
N. 9
jan a dez.
2019

ALTUS CIÊNCIA

Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP

ISSN: 2318-4817

Estrutura Organizacional

Direção Geral:

Dr. Paulo Cesar de Sousa

Instituição de Ensino

Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP

Diretorias

Direção de Projetos: Dr. Sandro Pereira de Carvalho

Direção Jurídica: Dr. Cláudio Márcio Pessoa Giansanti

Coordenação Administrativa: Profa. Dra. Daniela Cristina Silva Borges

Direção de Clínicas: Dr. Paulo César Segundo de Sousa

Coordenação do Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica: Profa. Dra. Maria Célia da Silva Gonçalves

ALTUS CIÊNCIA

Revista Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP

ISSN 2318-4817

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

ALTUS CIÊNCIA - ISSN 2318-4817
Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP

EDITORA RESPONSÁVEL
Profa. Dra. Maria Célia da Silva Gonçalves –FCJP

CONSELHO EDITORIAL:
Profa. Alexandra Maria Pereira – Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP/Universidade de São Paulo- USP
Prof. Dr. André Vasconcelos da Silva- Universidade Federal de Goiás (UFG)
Profa. Dra. Adriana Santos Prado Sadoyama- Universidade Federal de Goiás (UFG)
Profa. Dra. Alice Fátima Martins- Universidade Federal de Goiás (UFG)
Profa. Dra. Anna Christina de Almeida- Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG
Profa. Dra. Antónia Fialho Cnde- Universidade de Évora (EU) - Portugal
Prof. Dr. César Francisco de Moura Couto- Instituto Federal do Trinagulo Mineiro- IFTM
Profa. Dra. Cláudia Matos Pereira- Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, FBAUL - Portugal
Profa. Dra. Daniela Cristina Silva Borges- Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP.
Dr. Enoque Pereira, da Silva- Universidade Federal de Viçosa-UFV
Profa. Ms. Giselda Shirley da Silva- Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP
Profa. Dra. Helen Ulhoa Pimentel- Universidade Estadual de Montes Calros- UNIMONTES
Profa. Dra. Jaqueline Santos Barradas- Escola superior de Guerra-ESG
Profa. Dra. Jeane Medeiros Silva –Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN
Prof. Dr. João Brigola- Universidade de Évora (EU) - Portugal
Prof. Dr. José Alberto Carvalho dos Santos Claro –Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP
Profa. Dra. Karla Denise Martins- Universidade Federal de Viçosa (UFV)
Prof. Dr. Leonardo Valandro Zanetti- Universidade Federal do Espírito Santo-UFES
Profa. Dra. Letícia Costa Rodrigues Vianna - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
Prof. Dr. Luiz Síveres - Universidade Católica de Brasília – UCB
Profa. Dra. Magda Fonseca Queiroz Mota- Universidade de Salamanca- Espanha
Profa. Dra. Magda Rita Ribeiro de Almeida Duarte- Instituto Federal do Triangulo Mineiro IFTM -Brasil
Prof. Dr. Marcelo Marques Araújo- Universidade Federal de Uberlândia- UFU
Prof. Dr. Marcelo Santiago Berriel- Universidade Feral Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ
Profa. Dra. Maria Célia da Silva Gonçalves – Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP
Profa. Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida – Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCG)
Prof. Dra. Marilena Aparecida de Souza Rosalen- Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP

Profa. Dra. Margareth Vetis Zaganelli-Universidade de Federal do Espírito Santos-UFES
Prof. Dr. Manoel Ramírez Sánchez – Universidade de Las Palmas de Gran Canaria -España
Profa. Dra. Priscilla Cardoso Rodrigues- UFRR
Profa. Dra. Olga Magalhães- Universidade de Évora (EU) - Portugal
Prof. Dr. Raimundo Márcio Mota de Castro- Universidade Estadual de Goías - UEG
Prof. Dr. Rafael Reis Ferreira- UFRR
Profa. Ms. Rosa Jussara Bonfim Silva- Universidade de Católica de Brasília-UCB
Profa. Dra. Rose Elke Debiasi- Universidade Federal do Santa Catarina- UFSC
Profa. Dra. Rossella Del Prete - Università degli Studi del Sannio- Benevento –Italia
Prof. Dr. Samuel, de Jesus Duarte- Instituto Federal do Triangulo Mineiro –IFTM- -Brasil
Profa. Dra. Silvia Salardi- Università degli Studi di Milano-Bicocca- Milão –Itália
Profa. Dra. Soeli Regina Lima- Universidade do Contestado- UNC-Brasil
Profa. Dra. Sônia Maria dos Santos- Universidade Federal de Uberlândia -UFU
Prof. Ms. Vandeir José da Silva - Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP
Prof. Dr. Vaston Gonçalves da Costa- Universidade Federal de Goias- UFG
Profa. Dra.Vera Lúcia Caixeta –Universidade Federal do Tocantis- UFT

CAPA:
Marcelo Araújo

Correspondências e artigos para a publicação deverão ser encaminhados a

ALTUS CIÊNCIA

Av. Zico Dornelas, 380 - Santa Cruz II - CEP 38770-000 - João Pinheiro/MG - Fone: (38) 3561-3900

E-mail: altusciencia.fcjp@gmail.com

INDEXAÇÕES

Google acadêmico
Diadorim
LivRe Revistas de livre acesso
latindex
Academic Resource Index ResearchBib
ICI INTERNATIONAL CITATION INDEX

CERTIFICAÇÃO

CERTIFICATE

We are glad to inform you that

ALTUS CIÊNCIAS

ISSN: 2318-4817 ; http://fjp0131.wixsite.com/altusfcjp

has been successfully indexed & acquired Journal Impact Factor [JIF]

Powered by

International Citation Index (ICI)

Factor Evaluation Result		
Factor	Value	Valid Till
Impact Factor	2.2037	JAN- 2019

www.internationalcitationindex.org info@internationalcitationindex.org indexedjournal@gmail.com

Team- International Citation Index India

FICHA CATALOGRÁFICA

Catalogação na fonte: Biblioteca central da Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP

H918

ALTUS CIÊNCIA -Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP, ano 7 n 9 v.9 Jan a dez.2019

689p.

Periodicidade: Anual- **ISSN 2318-4817**

1. Ciências da Saúde 2. Ciências Sociais
CDU: 3+ 61

1.Ciências da Saúde 2. Ciências Sociais

Sumário

EDITORIAL 12

CADERNO DE CIÊNCIAS SOCIAIS 22

PODER DE DIREÇÃO DO EMPREGADOR E SEUS LIMITES E IMPLICAÇÕES NO MAGISTÉRIO SUPERIOR 23
André Vasconcelos da Silva 23

***EMPOWERMENT* COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DE PESSOAS PARA A EFICIÊNCIA OPERACIONAL: Um Estudo de Caso no Banco Bradesco em João Pinheiro - MG** 54
Raniel Carvalho da Silva 54
Bráulio Emílio Maciel Faria 54

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E O COMPORTAMENTO DA LEI NAS IES PÚBLICAS DO ESTADO DE GOIÁS 81
Gustavo Alberto Silva Coutinho 81
André Vasconcelos da Silva 81
Ludimila Vangelista Carneiro 81
Alexandre Kehrig Veronese Aguiar 81

A LUTA DA MULHER PARA INSERIR NO MERCADO DE TRABALHO 115
Suelen de Souza Oliveira 115
Unilson Gomes Soares 115
Érica Teixeira 115

O ESTADO DA ARTE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE TERCEIRIZAÇÃO 130
André Vasconcelos da Silva 130
Ludimila Vangelista Carneiro 130
Rafael Silva Couto 130
Mirian Sousa Moreira 130

FOREX NO VAREJO: o que é necessário para especular no mercado de *forex* 145
Robson Ferreira Vidal 145
Renata Suzelli de Souza Gonçalves 145

OS EFEITOS DO FEEDBACK E INSTRUÇÕES NO DESEMPENHO E TAREFA DO INDIVÍDUO 159
Fernanda Leão Mesquita 159
André Vasconcelos da Silva 159
Keila Aparecida Marques 159
Ludimila Vangelista Carneiro 159
Ingrid Braz Souto 159
Ivana Thais Oliveira 159

O E-COMMERCE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: uma revisão sistêmica 182
Maxsuene Oliveira Freitas 182
Unilson Gomes Soares 182
O COACHING APLICADO NA ÁREA COMERCIAL DE TRÊS EMPRESAS LÍDER EM VENDASDE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EM JOÃO PINHEIRO 198
Leandro Xavier de Araújo 198
Bráulio Emílio Maciel Faria 198
PERCEPÇÃO DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM UMA FACULDADE DA REGIÃO DO ALTO PARANAÍBA EM MINAS GERAIS226
Amanda Roberta Andrade 226
Ana Clara Fonseca do Amaral 226
Alessandra Fonseca de Morais 226
Cleyde Cristina Rodrigues 226
IMPACTO DA RECEITA DE IPTU SOBRE A ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA PRÓPRIA: UM ESTUDO DOS MUNICÍPIOS MINEIROS 243
Mariana Martins Moreira 243
Cleyde Cristina Rodrigues 243
INCENTIVOS FISCAIS COMO FORMA DE REDUZIR TRIBUTOS: uma análise do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços nos subsetores do polo industrial de Manaus. 264
Alessandra Fonseca de Morais 264
Ana Clara Fonseca do Amaral 264
Cleyde Cristina Rodrigues 264
Raiane da Cruz Lima Moreira 264
DESEMPENHO DOS ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO ENADE 2015: um comparativo entre as instituições de ensino públicas e privadas de Minas Gerais 285
Adriana Martins da Silva 285
Cleyde Cristina Rodrigues Caetano 285
OS GESTORES MUNICIPAIS E AS FRAUDES PREVIDENCIÁRIAS: REFLEXOS NOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS 305
Margareth Vetis Zaganelli 305
Simone Guerra Maziero 305
O LUCRO DA CORPORALIDADE HUMANA NO REGIME ESCRAVOCRATA BRASILEIRO E A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA COMO REGULAMENTO DA COMPRA E VENDA DA FORÇA DO TRABALHO 320
Caroline da Costa Morais 320
BODY SELF-DETERMINATION: Interests of Detachable Human Body Parts in Brazilian Legal Ordinance 328
Júlia Chequer Feu Rosa 328
Laura de Amorim Ferreira 328

Margareth Vetis Zaganelli 328

A CONTRIBUIÇÃO DA AFETIVIDADE NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM UMA ESCOLA EM JOÃO PINHEIRO (MG) 367

Élida Rodrigues de Oliveira 367

Marilda de Souza Almeida 367

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: as contribuições das disciplinas de Didática e Estágio Supervisionado na formação dos acadêmicos de Pedagogia de uma Instituição de ensino superior em João Pinheiro (MG) 386

Géssica Martins Soares Rosângela Soares Braga Indelécio 386

PROFESSORES INESQUECÍVEIS: a importância da afetividade na relação professor aluno 406

Kênia Alves Silva 406

Danielle Ribeiro Ganda 406

A CONTRIBUIÇÃO DO PEDAGOGO NO AMBIENTE HOSPITALAR COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES PORTADORES DE CÂNCER: Um estudo de caso em uma Instituição Hospitalar em Brasília – DF 415

Raiane Cristina Pacheco e Silva 415

Luiz Síveres 415

Maria Célia da Silva Gonçalves 415

A LEITURA COMO FATOR PREPONDERANTE PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM 434

Rosa Jussara Bonfim Silva 434

Luiz Síveres 434

O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇAO INFANTIL: a relação do cuidar e educar entre os professores que atuam na educação infantil nas redes de ensino: pública e privada de Patos de Minas 456

Vânia Antonieta Barbosa 456

Silvia Cristina Fernandes Lima 456

LITERATURA INFANTIL: contribuições para a formação e construção da identidade de crianças na educação infantil 475

Kele Aparecida da Mota Prado 475

Giselda Shirley da Silva 475

Maria Conceição Ferreira 475

O ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO E AS PERICIAS TRABALHISTAS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE: revisão bibliográfica e análise qualitativa da atuação profissional 495

Júlio Cesar Rodrigues da Silva 495

QUILOMBO DE SÃO DOMINGOS EM PARACATU: Patrimônio, cultura e identidade 508

Vandeir José da Silva 508

INVENTARIAMENTO DE FAUNA DO ATERRO SANITÁRIO DE PATOS DE MINAS – MG, COMO PRÁTICA DE GESTÃO AMBIENTAL 527

José Onício Rosa da Silva 527

Elane Geralda dos Reis 527
Eni Aparecida do Amaral 527
Claudiana Lima 527
Saulo Gonçalves Pereira 527

CADERNO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE 554

BELEZA ESTÉTICA: procedimentos para redução das disfunções na pele 555
Karenyne Thacylla de Paiva Oliveira 555
O PROCESSO DESMOTIVACIONAL DE ENFERMEIROS NO AMBIENTE HOSPITALAR DE UMA CIDADE NO NOROESTE DE MINAS GERAIS 572
Jéssica Aparecida Ferreira Magalhães Rocha 572
Maria de Lourdes de Aguiar Ferreira 572
BIOINFORMÁTICA APLICADA NO DESENVOLVIMENTO DE NOVOS FÁRMACOS 586
Thais de Paulo Lehugeur 586
Hugo Christiano Soares Melo 586
A IMPORTÂNCIA DA FISIOTERAPIA NA PREVENÇÃO DE DOENÇAS OSTEOMUSCULARES RELACIONADAS AO TRABALHO: representações de professores de uma escola pública no norte de Minas Gerais 596
Enok Pereira de Andrade 596
Eliana da C. Martins Vinha 596
FISIOTERAPIA NA PREVENÇÃO DE COMPLICAÇÕES NO PÉ DIABÉTICO: TIPO 2 612
Isabela Cristina Afonso Vidal 612
Wemerson Pereira dos Santos 612
Fernando Leonardo Diniz Souza 612
DESTAQUE DA FISIOTERAPIA COM ÊNFASE NO TRATAMENTO DE POLIOMIELITE PARALÍTICA COM O MÉTODO BOBATH 631
Gabriela Joana Santos Prado 631
Wemerson Pereira dos Santos 631
Fernando Leonardo Diniz Souza 631
A INTERVENÇÃO DA FISIOTERAPIA NA QUALIDADE DE VIDA DO LESADO MEDULAR POR ARMA DE FOGO: relato de caso em uma cidade do noroeste de Minas Gerais 645
Elisângela Maria da Silva 645
Eliana da Conceição Martins Vinha 645
UMA ANÁLISE FREUDIANA DA MEMÓRIA, E SUA RELAÇÃO COM O CONCEITO DE ILUSÃO 663
Murilo Henrique Silva 663
Gabriella Silva Mendonça 663

Vandeir José da Silva **663**

CADERNO DE RESENHAS **672**

CONHECER E DEFRONTAR O BULLYNG **673**

Resenhado por / *Reviewed by:* Maria Ernesta Sanguinette de Aguiar **673**

Roseline Martins Sabião **673**

UMA LEITURA DO MANUAL DE PSICOLOGIA HOSPITALAR: o mapa da doença **679**

Resenhado por / *Reviewed by:* Waléria Gonçalves **679**

Roseline Martins Sabião **679**

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO **686**

EDITORIAL

A Revista **Altus Ciência** (FCJP) inicia as publicações de 2019 repleta de alegria e agradecimentos aos cientistas que ao longo dos anos estão prestigiando esse periódico, quer seja como leitores, autores ou avaliadores. O crescimento e amadurecimento da revista fica evidente na qualidade dos artigos, no número de publicações e nas personalidades que publicam nesse veículo de divulgação científica.

Especificamente neste número registramos e agrademos a chegada do Mestrado em Gestão Organizacional da UFG, regional de Catalão como colaboradores. Apresentamos as nossas boas-vindas a Profa. Dra. Adriana dos Santos Prados Sadoyama, Prof. Dr. Vaston Gonçalves da Costa e o Prof. Dr. André Vasconcelos da Silva que passaram a compor o nosso conselho editorial.

Por ser uma revista de cunho multidisciplinar optou-se pela organização da mesma em três cadernos. A saber, um caderno de Ciências Sociais, um de Ciências da Saúde e um de resenhas.

O Caderno de **Ciências Sociais** está assim composto: **Administração, Ciências Contábeis, Direito, Educação, Engenharia, História e Meio Ambiente.**

A primeira seção contém artigos advindos da **Administração** e conta com nove artigos filiados à essa ciência.

O primeiro artigo foi escrito pelo professor do Mestrado Profissional em Gestão Organizacional, **André Vasconcelos da Silva** nosso convidado especial nesse número. Para ele a valorização do trabalho é um processo construído. Esta construção é temporal e envolve a participação dos diversos atores envolvidos na relação laboral, seja no setor público ou privado. O poder de direção do empregador, ou do gestor público, é uma manifestação da valorização do trabalho, porém os limites do poder de direção indicam os níveis da construção da valorização do trabalho.

O segundo artigo é de autoria **de Raniel Carvalho da Silva e Bráulio Emílio Maciel Faria,** eles investigaram o *Empowerment* como ferramenta de gestão de pessoas no Banco Bradesco de João Pinheiro Minas Gerais, analisado seu conceito, importância e sua aplicabilidade que concede maior autonomia as pessoas dentro das organizações e descentraliza poderes, perfazendo assim, um modelo participativo e inclusivo.

O terceiro artigo é obra do grupo de pesquisadores: **Gustavo Alberto Silva Coutinho, André Vasconcelos da Silva, Ludimila Vangelista Carneiro e Alexandre Kehrig Veronese Aguiar** eles pretendem responder qual o efeito de normas externas e internas sobre as atividades

de pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas resultantes de pesquisas realizadas pelas instituições de ensino superior federais do estado de Goiás. Para responder a esta questão, apresentaram como objetivo geral da pesquisa diagnosticar a transferência de tecnologia nas instituições federais de ensino superior do estado de Goiás. A pesquisa foi baseada em fundamentação teórica que aborda o tema instituições de ensino superior e sua relação com empresas no Brasil. O campo de pesquisa foi formado pela Universidade Federal de Goiás, o Instituto Federal de Goiás e o Instituto Federal Goiano.

Suelen de Souza Oliveira, Unilson Gomes Soares e Érica Teixeira escreveram o quarto artigo sobre a luta das mulheres ao longo dos anos, para se inserem no mercado de trabalho. No decorrer do artigo, eles abordaram sobre definições de gestão de pessoas, importância dos direitos trabalhistas e a ONU Mulheres.

O quinto artigo é de autoria de **André Vasconcelos da Silva, Ludimila Vangelista Carneiro, Rafael Silva Couto e Mirian Sousa Moreira** e o grupo se propõe analisar o estado da arte da produção científica no âmbito terceirização sob regime jurídico de direito público. O método utilizado por eles foi uma pesquisa bibliométrica de cunho exploratória e qualitativa do volume de produção e disseminação de conhecimento, assim como, a tabulação dos resultados obtidos ocorreu por meio de planilhas no software Microsoft Excel, por meio de análises estatísticas e pela elaboração de gráficos, de modo a entender o rumo das produções científicas sobre o tema. Desta forma, notou-se um aumento nos últimos anos, apesar da diversificação de conceitos.

O sexto artigo dessa seção foi elaborado por **Robson Ferreira Vidal e Renata Suzelli de Souza Gonçalves** tem como objetivo apresentar o mercado de câmbio (*foreign Exchange market*) conhecido por forex, fazendo uso da pesquisa bibliográfica e etnográfica com uso da observação participante em uma abordagem qualitativa, no período de 1973 a 2017, com ênfase nos principais problemas encontrados por *trader* aqui no Brasil para operar esse mercado mundial, problemas tais como, quais ferramentas utilizar, como proceder para escolher uma boa corretora de forex, como depositar e retirar fundos já que esses são em moedas estrangeiras, aborda também os benefícios que o mercado de forex proporciona, e a efetividade no mercado, traz pensamentos e teorias de grandes autores de forma sistemática, mostra a importância de algumas das ferramentas mais usadas no mercado atualmente e apresenta considerações sobre os problemas citados acima

Fernanda Leão Mesquita, André Vasconcelos da Silva, Keila Aparecida Marques, Ludimila Vangelista Carneiro, Ingrid Braz Souto e Ivana Thais Oliveira tiveram como

objetivo comparar os efeitos de instruções verbais determinantes de execução de tarefas organizacionais em relação ao *feedback*, sendo operacionalizados como um estímulo verbal com propriedades que também especificam o comportamento e a consequência. Participaram 20 sujeitos universitários, de diversos cursos de graduação, de ambos os sexos, com idade variando entre 18 a 40 anos. A pesquisa envolveu duas etapas: a) os sujeitos aprenderam a produzir quatro técnicas de pulseiras; b) segunda etapa em que foram inseridas as variáveis independentes. De acordo com os autores os resultados permitiram analisar que *feedback* apresenta característica de regra. Para eles essa variável exerce influência no comportamento de produção, não no sentido de aumentar a produção, mas relativizando a qualidade da produção.

No oitavo artigo **Maxsuene Oliveira Freitas e Unilson Gomes Soares** trabalho sobre a implantação do e-commerce para pequenas e médias empresas (PMEs). De acordo com os autores o estudo possui especial relevância para o meio social, porque visa oferecer suporte a empreendedores que pretendem implantar o e-commerce. O objetivo geral da pesquisa foi analisar se é viável a implantação do e-commerce para as PMEs.

No décimo artigo **Leandro Xavier de Araújo e Bráulio Emílio Maciel Faria** estabeleceram como questão de pesquisa o *Coaching* aplicado na área comercial de três empresas líder em vendas de materiais para construção em João Pinheiro, ou seja, como o processo de *coaching* pode ajudar os vendedores a melhorar seu desempenho na profissão de vendas.

A segunda seção foi dedicada à **Ciências Contábeis** e está constituída por quatro artigos:

Amanda Roberta Andrade, Ana Clara Fonseca do Amaral, Alessandra Fonseca de Morais e Cleyde Cristina Rodrigues objetivando conhecer as perspectivas dos graduandos em Ciências Contábeis de uma faculdade da região do Alto Paranaíba em Minas Gerais, realizou-se o presente estudo, por meio de análise e levantamento de dados de forma exploratória, quantitativa-qualitativa, buscando como fonte questionários aplicados para aos alunos supracitados. Além disso, para construção do referencial teórico foram feitas consultas em livros e em artigos acadêmicos, utilizando materiais que estão relacionados com as perspectivas atuais da profissão. De acordo com os autores os resultados demostraram grande interesse devido ao mercado de trabalho, principalmente nas vagas em órgãos públicos, evidenciando inclusive a pretensão de cursar apenas a graduação.

Mariana Martins Moreira e Cleyde Cristina Rodrigues demonstraram que após a instauração da Nova Constituição Federal em 1988, houve a descentralização do poder, o que trouxe a caracterização da independência e autonomia dos Estados e Municípios brasileiros, ficando eles responsáveis pela geração e recolhimento de recursos para comporem a sua própria receita. Aos municípios, foram designadas as demandas de interesses locais e arrecadação de três impostos que compõem a sua receita própria, sendo eles: IPTU, ISS, ITBI. Diante dessa premissa, foi realizado um estudo de casos nos municípios de Minas Gerais, no lapso temporal de 2013 a 2017, para investigar qual o impacto da receita de IPTU sobre a arrecadação tributária própria dos municípios.

Alessandra Fonseca de Morais, Ana Clara Fonseca do Amaral, Cleyde Cristina Rodrigues e Raiane da Cruz Lima Moreira estabeleceram com objetivo desse estudo analisar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS restituído nos subsetores do Polo Industrial de Manaus – PIM, com o intuito de mostrar como esse tributo reduz a carga tributária através de programas de incentivo fiscal da Zona Franca de Manaus - ZFM. Os incentivos fiscais são meios que o governo usa para promover benefícios sociais e econômicos, e tem como contrapartida uma redução nos impostos, sendo usado como ferramenta no planejamento tributário. Por meio de uma pesquisa quantitativa, com delineamento bibliográfico e documental, coletaram-se dados dos subsetores situados na região da ZFM que fazem parte do PIM através dos seus Indicadores de Desempenho disponível no site da SUFRAMA. As informações coletadas apontam números elevados de ICMS restituído para os subsetores mediante a utilização dos incentivos fiscais, especialmente no subsetor de Eletroeletrônicos.

Adriana Martins da Silva e Cleyde Cristina Rodrigues Caetano afirma que as instituições de ensino superior no Brasil podem ser públicas ou privadas. Para avaliar o desempenho dessas instituições e também de seus alunos, foi instituído pelo governo o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, sendo realizado por meio de uma prova, contendo questões de múltipla escolha e discursivas, as quais interligam as disciplinas ministradas no curso e buscam a solução para problemas do cotidiano na área de atuação de cada curso, podendo ser de conteúdo específico ou de conhecimento geral. Sob esse contexto, o objetivo principal desta pesquisa foi realizar um comparativo do desempenho do curso de Ciências Contábeis no ENADE em 2015 entre as instituições públicas e privadas de Minas Gerais. Este estudo foi desenvolvido por meio de análise comparativa e levantamento de dados de forma exploratória e quantitativa, buscando como fonte os resultados das notas dos

estudantes que participaram do ENADE 2015 do curso de Ciências Contábeis de instituições de ensino públicas e privadas de Minas Gerais.

A terceira seção se filia ao **Direito e** está composta por três artigos:

Margareth Vetis Zaganelli e Simone Guerra Maziero abordaram as práticas ilícitas que causam prejuízo à previdência social. Nomeadamente, analisa as condutas praticadas por prefeitos municipais em detrimento dos regimes próprios de previdência social. Com esse intento, inicialmente discorre sobre a Seguridade Social, um sistema de proteção à pessoa, constituída por um conjunto de benefícios que visam proporcionar direitos constitucionalmente assegurados, relacionados à saúde, à previdência e à assistência social.

Caroline da Costa Morais afirma que um problema quando se olha para sociedades capitalistas, nelas se enxerga claramente a existência do lucro como carro e motor de todas as relações e o emprego por salário converte-se em condição comum. Para a pesquisadora a abolição da escravatura foi feita sem que os libertos possuíssem alguma alternativa de sobrevivência e a corporalidade nas relações de trabalho era meio de distinção entre os escravos que possuíam pouco tempo de vida devido aos excessos e houve, por abstração divina, a diminuição do lucro da mantença de escravos ao invés do proletariado.

Júlia Chequer Feu Rosa, Laura de Amorim Ferreira e Margareth Vetis Zaganelli discutem o direito à autodeterminação do corpo, dado o déficit de partes do corpo humano destacáveis para doação e a proibição de sua comercialização, à luz do ordenamento jurídico brasileiro. Por meio de uma metodologia exploratória baseada em pesquisa bibliográfica, jurisprudencial, constitucional e infraconstitucional, além do Direito Comparado, expõe inicialmente a proteção das partes destacáveis do corpo, a fim de evidenciar, como previsto na Constituição Federal Brasileira, formas possíveis de incentivo aos seus doadores, de forma não pecuniária. Sangue, óvulo e espermatozoides serão discutidos separadamente, apresentando a ajuda dada pela legislação e resoluções do Conselho Federal de Medicina do Brasil, bem como exemplos de legislações de outros países. O estudo pretende ressaltar que é possível dar incentivos aos doadores sem, no entanto, perder o caráter altruísta da ação ou comercialização de partes do corpo humano.

A quarta seção vem da **Educação** e está constituída por oito artigos

Dalva Maria da Fonseca e Silvia Cristina Fernandes Lima pretenderam analisar a alfabetização de jovens, adultos como forma de intervenção e crescimento social. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica no que se refere aos estudos teóricos que trabalham sobre essa temática. Para a coleta de dados foi realizada uma pesquisa de campo, em que, foi

analisado a função da alfabetização para jovens e adultos alfabetizados, bem como, o olhar da professora frente essa modalidade de ensino.

Élida Rodrigues de Oliveira e Marilda de Souza Almeida tiveram como objetivo entender se realmente a afetividade contribui para o processo de ensino e aprendizagem das crianças na Educação Infantil em uma escola pública de João Pinheiro - MG em 2018 e como tudo acontece. O enfoque desta pesquisa foi o primeiro período da Educação Infantil da escola, com faixa etária entre quatro e cinco anos de idade. A pesquisa foi realizada em uma abordagem qualitativa e por meio da pesquisa de campo, utilizando como instrumento de pesquisa a observação não participante dos alunos e a entrevista estruturada com os professores das salas pesquisadas. Diante dos resultados desse trabalho entendeu-se que a afetividade é um elemento importante, não podendo ser deixada de lado e que sempre deve fazer parte do aprendizado das crianças.

Géssica Martins Soares e Rosângela Soares Braga Indelécio analisaram as contribuições das disciplinas de Didática e Estágio Supervisionado na formação de professores na perspectiva dos alunos e professores de uma Instituição de Ensino Superior em João Pinheiro MG no ano de 2018. O objetivo foi compreender na visão dos docentes e discentes, as contribuições dos teóricos da educação para o preparo do exercício da profissão. Para as autoras é necessário que o aluno-estagiário seja conscientizado desde o seu processo de formação, que seus conhecimentos devem ser aprimorados constantemente, buscando novos saberes e fazeres, aprendendo novas estratégias de ensino e os mecanismos necessários para alcançar os objetivos propostos no campo de estágio

Kênia Alves Silva e Danielle Ribeiro Ganda sustentam que as pesquisas na área da Educação e da Psicologia revelam que a afetividade na relação ensino-aprendizagem é de suma importância, pois o vínculo positivo entre professor e aluno favorece o rendimento escolar. Deste modo, em seu exercício profissional, o professor deve visar não apenas ao ensino dos conteúdos pedagógicos, mas também a construção de relações afetivamente positivas com seus alunos o que os torna, conforme a literatura, professores inesquecíveis.

Raiane Cristina Pacheco e Silva, Luiz Síveres e Maria Célia da Silva Gonçalves tiveram como principal objetivo apresentar as contribuições advindas da presença do pedagogo no ambiente hospitalar, atuando na aprendizagem de crianças e adolescentes com câncer; assim como investigar a importância do trabalho desenvolvido pelos profissionais que atuam nessa área. A pesquisa investigou como o profissional deve atuar para obter resultados positivos na vida dessas crianças respeitando o limite da vida em um hospital.

Rosa Jussara Bonfim Silva e Luiz Síveres reconheceram a importância da leitura nos primeiros anos do Ensino Fundamental e sua influência na construção do conhecimento da criança, bem como na sua socialização. Apresentaram como relevância social a socialização e como relevância acadêmica somar aos conhecimentos já adquiridos.

Vânia Antonieta Barbosa e Silvia Cristina Fernandes Lima procuraram analisar o papel do professor de educação infantil, bem como compreender sua atuação, enquanto mediador do processo de cuidar e educar na contemporaneidade. Os autores buscaram compreender o que a legislação e a literatura sobre o tema têm evidenciado a respeito da educação infantil como a primeira etapa da Educação Básica e os princípios norteadores do papel do professor. De acordo com os autores para compreendermos como o professor entende qual é o seu papel enquanto educador infantil, realizamos uma pesquisa de campo, na qual, foi aplicado um questionário a dez professores que atuam em instituições de educação infantil, sendo cinco professores da rede pública e cinco da rede privada.

Kele Aparecida da Mota Prado, Giselda Shirley da Silva e Maria Conceição Ferreira objetivaram refletir sobre a visão dos mesmos acerca da contribuição da literatura infantil no processo de aprendizagem da leitura. Por meio de uma pesquisa qualitativa e de campo, foi realizada entrevista com a professora que atuam na referida Instituição de ensino, sendo esta direcionadas, previamente agendada e transcrita. Para a coleta de dados com os pais, fizemos a aplicação de questionários em momento de reunião na escola. Os objetivos foram expostos com clareza e contribuíram voluntariamente para a realização do estudo. A pesquisa desvelou informações importantes que possibilitaram compreender o quanto a literatura infantil contribui para a formação das crianças, na construção de valores e na viabilização do processo ensino-aprendizagem, possibilitando melhorias tanto na leitura quanto na escrita.

A seção da **Engenharia** contém um artigo de autoria de **Júlio Cesar Rodrigues da Silva** nele o autor afirma que a perícia trabalhista é um procedimento onde distintos profissionais podem ser nomeados pelo magistrado no intuito de construir provas de caráter técnico e científico, que o auxiliem na decisão final do processo, sendo favorável para o empregador ou para o empregado. Neste estudo, buscou-se elucidar o trabalho pericial do Engenheiro de Segurança do Trabalho em ações trabalhistas. Portanto, o presente artigo apresenta uma revisão bibliográfica de textos (artigos, legislações, normas, etc.) que tratam do campo pericial trabalhista pertinente a avaliação da insalubridade e periculosidade.

A seção de **História** foi constituída por um artigo de autoria de **Vandeir José da Silva,** nele o autor apresenta como plano de observação a Comunidade Remanescente de Quilombo

de São Domingos localizada em Paracatu, Noroeste de Minas Gerais. O objeto de estudo é a referida comunidade no recorte específico da história, memória e patrimônio cultural repassados de geração em geração. O objetivo do pesquisador foi conhecer traços dessa comunidade de São Domingos e perceber os laços estabelecidos entre a cultura, memória e patrimônio, sendo estes, fundamentais na construção da identidade. Metodologicamente, a pesquisa foi realizada qualitativa e de campo.

A seção de **Meio Ambiente** traz um artigo do grupo de pesquisadores: **José Onício Rosa da Silva, Elane Geralda dos Reis, Eni Aparecida do Amaral, Claudiana Lima e Saulo Gonçalves Pereira.** Para eles o cerrado é o bioma predominante da região de Patos de Minas onde está inserido o empreendimento, local de habitat de uma grande variedade de animais silvestres e uma vasta variedade de aves. Para tanto, buscou-se estudar o meio biótico e os impactos ambientais causados à fauna em função da implantação e operação do Aterro Sanitário de Patos de Minas, buscando ferramentas para obter uma melhor solução sobre estes impactos.

O Caderno de **Ciências da Saúde** está composto por seções **de Biomedicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Psicologia**

A primeira seção é de **Biomedicina** e está constituída por um artigo de autoria da biomédica **Karenyne Thacylla de Paiva Oliveira.** Ela afirma que o estudo é um recorte de uma monografia apresentada no Curso de Pós-graduação em Biomedicina Estética. Inicialmente enumerou as disfunções que mais incomodam alguns homens e mulheres que buscam a beleza uma das maiores preocupações. Posteriormente, apresentou os procedimentos que são realizados como "tratamento" das disfunções da pele em uma época em que a beleza se sobrepõe na sociedade. Estabelece como objetivo apresentar as disfunções e os tipos de procedimentos para o tratamento de pele, seja ela cutânea ou corporal.

A segunda seção é de **Enfermagem** e conta com um artigo elaborado por **Jéssica Aparecida Ferreira Magalhães Rocha e Maria de Lourdes de Aguiar Ferreira.** O estudo versa sobre processo desmotivacional em enfermeiros na ambiência hospitalar. Tem como objetivo analisar os fatores que desencadeiam a desmotivação em enfermeiros de um Hospital de uma cidade do noroeste de Minas Gerais entre os anos de 2016 a 2018.

A terceira seção contém um artigo de **Farmácia,** fruto de pesquisa realizada por **Thais de Paulo Lehugeur e Hugo Christiano Soares Melo.** De acordo com os autores, o objetivo deste artigo foi identificar aplicações dentro da bioinformática e assim conhecer melhor o desenvolvimento de fármacos mais eficientes e com menos efeitos colaterais.

A quarta seção está filiada à **Fisioterapia** e se compões de quatro artigos

Enok Pereira de Andrade e Eliana da C. Martins Vinha tiveram como objetivo identificar as representações dos professores de uma escola pública no norte de Minas Gerais sobre a importância da prevenção de doenças osteomusculares relacionados ao trabalho em docentes.

Isabela Cristina Afonso Vidal, Wemerson Pereira dos Santos e Fernando Leonardo Diniz Souza afirmaram que **o** pé diabético é uma dessas complicações oriundas de neuropatia, insuficiência vascular, infecções e úlceras. A atuação fisioterapêutica se faz através de condutas fisioterapêuticas e ações para prevenir complicações no pé diabético e tem como objetivo geral identificar propostas da fisioterapia na prevenção das complicações no pé diabético: tipo 2. Este estudo foi realizado em uma abordagem qualitativa, através de revisão bibliográfica.

Gabriela Joana Santos Prado, Wemerson Pereira dos Santos e Fernando Leonardo Diniz Souza apresentaram como objeto de pesquisa o destaque da fisioterapia com ênfase no tratamento de poliomielite paralítica utilizando o método bobath. Uma patologia infectocontagiosa viral aguda causada por um pólio vírus que afeta células do corno anterior da substância cinzenta da medula espinhal e do encéfalo. No tratamento da poliomielite, a fisioterapia tem como objetivo diminuir os sintomas que comprometem a função motora, atuando na restauração dessa função.

Elisângela Maria da Silva e Eliana da Conceição Martins Vinha relataram de que forma a intervenção da fisioterapia pode contribuir na melhoria da qualidade de vida do lesado medular por arma de fogo. A metodologia adotada foi a qualitativa e descritiva caracterizada como relato de caso relatando as funções cinéticas de um indivíduo com lesão medular torácica. A última seção é da **Psicologia e** se constitui de um artigo escrito **por Murilo Henrique Silva, Gabriella Silva Mendonça e Vandeir José da Silva** os atores partindo da perspectiva de que as memórias são lembranças trazidas pelo sujeito que narra, e que o mesmo a traz com alguma intencionalidade, seja para si ou para o outro. Aquele que narra, o faz com a certeza de que os fatos estão sendo contados da forma mais verídica possível e sem vieses. Objetivaram averiguar a similaridade desses conceitos articulando-os, e verificando se de fato, a memória também obedece ao que o pai da psicanálise chama de princípio do prazer.

Agradecemos a valiosa colaboração dos autores desse volume, e, reafirmamos a importância do debate acadêmico/científico provocado por esses diálogos interdisciplinares promovido pela revista **ALTUS CIÊNCIA** da Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP).

Convidamos toda a comunidade acadêmica a participar deste projeto editorial e desejamos a todos uma boa leitura!

CADERNO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

PODER DE DIREÇÃO DO EMPREGADOR E SEUS LIMITES E IMPLICAÇÕES NO MAGISTÉRIO SUPERIOR

André Vasconcelos da Silva[1]

Resumo: A valorização do trabalho é um processo construído. Esta construção é temporal e envolve a participação dos diversos atores envolvidos na relação laboral, seja no setor público ou privado. O poder de direção do empregador, ou do gestor público, é uma manifestação da valorização do trabalho, porém os limites do poder de direção indicam os níveis da construção da valorização do trabalho. O artigo busca desenvolver uma reflexão que descreva os lastros normativos que valorizam a dignidade da pessoa humana manifestada nos poderes dos gestores público das universidades federais. Identifica-se que há uma precarização do trabalho docente, que é decorrente da reestruturação de educação. As leis infraconstitucionais têm ampliado as condições de precarização do trabalho docente.

Palavras-chave: Poder de direção; Limites constitucionais; Direitos fundamentais; Jornada de trabalho docente.

Abstract: The valuation of work is a built process. This construction is temporary and involves the participation of the various actors involved in the labor relationship, whether in the public or private sector. The power of management of the employer, or the public manager, is a manifestation of the valorization of work, but the limits of the power of direction indicate the levels of the construction of the valorization of work. The article seeks to develop a reflection that describes the normative stars that value the dignity of the human person manifested in the powers of the public managers of the federal universities. It is identified that there is a precariousness of the teaching work, which is due to the restructuring of education. The infraconstitutional laws have expanded the precarious conditions of teaching work.

Keywords: Directional power; Constitutional limits; Fundamental rights; Working day of teaching.

1. Introdução

O exercício profissional de forma geral vem sofrendo alterações em suas dimensões[2] concretas, gerenciais, socioeconômicas, simbólicas e ideológicas. Essas alterações são

[1] Doutor em Ciências do Comportamento (UnB), Professor Associado do CGEN e do Mestrado de Gestão Organizacional da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão. andre.silva.ufg@gmail.com

Recebido em 30/09/2018
Aprovado em 12/02/2019

[2] Antunes (1997).

decorrentes de diversos aspectos relativos à conjuntura sócio-politica-econômica desde os anos 1980.

As alterações promoveram implicações severas para o mercado de trabalho e para as relações de emprego, consequentemente, mudanças no modo das empresas serem gerenciadas em relação à organização do processo produtivo e as formas de gestão da produção. Além disso, essas mudanças têm provocado alterações também na dinâmica e nas estruturas regionais, setoriais e ocupacionais (Antunes e Pochmann, 2007; Singer, 2001, 2003a; França Filho, 2002).

As alterações de uma economia inflacionária para uma outra com estabilidade de preços, utilizando-se uma metodologia de controle da inflação por meio de política monetária de altas taxas de juros e controle do déficit fiscal, provocaram uma restrição no crescimento econômico. Ademais, altas taxas de desemprego aberto e aumento do trabalho informal (Rodarte e Braga, 2005; Chahad, 2003).

A alteração de uma economia fechada para uma economia aberta, que ocorreu no início dos anos de 1990, também resultou em impactos setoriais contundentes como a reestruturação produtiva e organizacional do no setor industrial. Assim, as organizações nacionais alcançaram condições mais favoráveis de competitividade com empresas internacionais, como as da China, Índia e Estados Unidos da América. Porém, a reestruturação produtiva e organizacional gerou um aumento do desemprego aberto, oculto e estrutural (Rodarte e Braga, 2005).

A reestruturação do setor industrial aliada à necessidade de inovação tecnológica, como instrumento de resposta às crescentes pressões por maior competitividade e mais produtividade das empresas, decorrente da abertura da economia, ampliou também o desemprego estrutural (Pochamann, 2003, 2007; Rodarte e Braga, 2005).

Com a experiência mercadológica de vinte e cinco anos de economia aberta (dos anos de 1990 até 2016), a relação de trabalho e emprego sofreram alterações gerenciais e concretas consideráveis, seja nas organizações particulares ou públicas.

As organizações públicas, sejam da administração direta ou indireta, vem acompanhando uma forma de reestruturação (Keinert, 2000). Merece destaque as autarquias federais de ensino superior, nestas organizações há uma tradição de modelos de gestão e aspectos concretos do trabalho, especialmente dos docentes, que se diferencia dos demais modelos de trabalhadores da educação. Por exemplo, jornada de trabalho, formas de controle, especificação das obrigações, estabelecimento das normativas internas, dentre outros.

Neste interim de transformações continuas, surge uma questão central: como gestores públicos, das autarquias federais de ensino, têm exercido o poder de direção? Este poder tem sido conduzido de foram à fomentar à dignidade humana do trabalhador? De forma pontual, as alterações na estrutura funcional das autarquias federais de ensino, que envolve desde a incorporação de trabalhadores terceirizados até reordenamento das funções do trabalho, como por exemplo, o enriquecimento da tarefa, tem sido estabelecida valorizando a dignidade humana do trabalhador?

Com base nas questões indicadas e na conjuntura apresentada busca-se desenvolver uma reflexão que descreva os lastros normativos que valorizem a dignidade da pessoa humana, bem como, os poderes dos gestores, a partir deste ponto, refletir a legislação interna à autarquia federal de ensino adotada e possíveis práticas gerenciais se favorecem uma gestão que valore o trabalhador.

Pretende-se neste artigo refletir sobre as dimensões do controle do empregador como um mecanismo de garantia da dignidade da pessoa humana. Busca-se ainda verificar que a aplicação de controles da jornada de trabalho perpassa por forma aplicada de se garantir uma atuação laboral em consonância com a valorização da dignidade da pessoa humana. De forma específica, objetiva-se: a) estabelecer os limites constitucionais e da legislação inferior acerca da dignidade da pessoa humana e sua relação com o direito do trabalho; b) estabelecer relação do poder de controle do empregador como a garantia da dignidade da pessoa humana; c) refletir o caso concreto, a partir da legislação específica de uma autarquia federal de ensino, no que diz respeito às implicações das formas de poder de controle sobre a jornada de trabalho de servidores públicos.

2. Desenvolvimento

2.1. Organização e trabalho: modelo teórico Analítico Comportamental

As organizações envolvem uma complexidade de elementos os quais permeiam a vida das pessoas e da sociedade como um todo. Como indica Borges e Álvaro (2013), é na organização que as interações existentes entre os indivíduos e a sociedade como um todo, unindo-se ao trabalho, que se constitui os processos de formação e construção de identidades sociais. Ou seja, a organização é um espaço que se relaciona na formação das identidades dos indivíduos, pois é nele, um dos lugares que o trabalho ocorre. E o trabalho é uma categoria estruturante do cotidiano das pessoas.

Se variarmos as organizações, teremos, desta forma, uma diversidade de identidades individuais, sociais, e de trabalho. Alguns estudos ilustram esses elementos estruturantes dos processos formativo, por exemplo, Glenn e Mallot (2004), tentam construir um modelo teórico pautado na perspectiva da Análise do Comportamento, de base behaviorista radical, que discute a diversidade e complexidade das organizações como resultante de processos integrados entre os indivíduos e os contextos organizacionais; em Baum (2010), ao apresentar as bases da Ecologia Organizacional, busca-se explicar como as condições políticas, econômicas e sociais afetam a relativa abundância e diversidade de organizações.

Então, na perspectiva que se propõe refletir a organização e o trabalho, leva-se em consideração que com a variação das naturezas organizacionais, ter-se-á uma variação nas várias dimensões do trabalho[3]. Ou seja, a formação da identidade do indivíduo, a constituição do trabalho, os valores do trabalho, as práticas gerenciais, por exemplo, variarão de acordo com a natureza constitutiva das organizações. Pois, ambos constuctos, organização e trabalho, são independentes constitutivamente, mas apresenta interdependência em sua ocorrência[4].

Implicitamente, com o que foi indicado, a organização é um fenômeno que se torna objeto de estudo científico[5]. Não é o proposito deste artigo, aprofundar na discussão científica do fenômeno organização, mas evidenciar elementos constitutivos do poder de direção existente nas organizações, porém, se faz necessário, então, indicar o recorte conceitual com o qual se irá refletir sobre o poder de direção como resultante da configuração de organização existente. Ou seja, o que seria uma organização?

Há uma grande diversidade de enfoques, abordagens, ênfases, perspectivas na caracterização dos fenômenos organizacionais. Scott e Davis (2007) buscam refletir a diversidade de perspectivas que caracterizam o estudo das organizações. O fenômeno organizacional se encontram concentradas em três sistemas: a) racionais, em que as organizações seriam constituídas a partir uma coletividade altamente formalizada e articuladas entre seus membros para atingir um objetivo específico, explícito e bem definido; b) naturais, as organizações seriam constituídas por coletividades fundadas no conflito ou consenso de seus membros, buscando a sobrevivência do coletivo; e, c) abertos, as organizações são

[3] Dimensões do trabalho é um conceito apresentado por Antunes (1997), em que se busca sistematizar as formas de execução e pensar sobre o trabalho. Sendo essas dimensões: (a) concreta, (b) gerencial, (c) socioeconômica, (d) ideológica e (e) simbólica.
[4] Antunes (1999).
[5] Para maior profundidade verificar os Anais do Encontro de Estudos Organizacionais, organizados pela ANPAD, e o Handbook de Estudos Organizacionais, volumes 1, 2 e 3, organizados por Stewart R. Clegg, Cynthia Hardy e Walter R. Nord.

compreendidas como um sistema social, especificado por fluxo de atividades de coalizões de membros com distintos interesses, todos inseridos em um ambiente externo maior.

Então, dentre a possibilidade de formas de se tratar organização, se utilizará, nesta reflexão em condução, o entendimento estabelecido a partir de Silva (2008) e Tsukahara (2016). Pode-se compreender que a partir da construção de Silva (2008) e Tsukahara (2016) que o fenômeno organizacional é uma unidade de análise composta de um agrupamento social, em que ser verifica comportamentos entrelaçados, entre os membros, que ocorrem em determinadas situações, estabelecidas formalmente ou a partir de demandas imprevistas. Estes comportamentos entrelaçados geram consequências para a coletividade, ou para indivíduos específicos. As organizações, ainda, são constituídas de comportamentos individuais (não entrelaçados) que podem gerar consequências aos indivíduos, bem como, à coletividade do agrupamento.

As consequências geradas, sejam as individuais ou as coletivas, servem para fortalecer ou enfraquecer, os comportamentos evocadores originários do indivíduo que as estabeleceu, como dos comportamentos entrelaçados apresentados por um conjunto de indivíduos. As consequências organizacionais podem ser relacionadas, dependendo do nível de análise, com outros constructos, sendo eles: a) resultados organizacionais individuais e coletiva, sendo as consequências dos comportamentos e as alterações provocadas no ambiente[6], em coisas ou pessoas; e b) produtividade, que seria a relação existente entre o que é produzido (as consequências, sejam individuais ou coletivas) e os recursos necessários para a produção (condições para ocorrência dos comportamentos no contexto organizacional)

O trabalho seria no contexto organizacional uma atividade que implica em uma relação do indivíduo com o ambiente, envolvendo a mediação de ferramentas tecnológicas e a participação de outras pessoas. O trabalho como uma atividade relacional e de transformação deve ser analisada em dimensões.

O trabalho tem aspectos diversos a serem tratados em uma investigação. Pode relacionar á diversas dimensões, como destaca Antunes (1997): dimensão simbólica, concreta, gerencial, socioeconômica e ideológica. O termo trabalho, também, tem uma interface com diversas ciências, desta forma, a diversidade de abordagens e apontamentos o torna extremante complexo (Borges e Yamamoto, 2004; Antunes, 2006). Porém, buscar-se-á, neste artigo, refletir o trabalho a partir do pressuposto básico, que seria o trabalho uma categoria social

[6] Ver conceituação de Todorov (1986)

estruturante do cotidiano das pessoas, das organizações e da sociedade como um todo (Borges e Álvaro, 2013).

O significado do trabalho intrínseco a este estudo será desenvolvido em uma perspectiva que descreve a diversidade de aplicação do termo: a que eventos faz referência, os seus efeitos, e as formas de ocorrência. Aqui o termo trabalho, e suas dimensões, serão analisados na perspectiva de Ryle (1931/1975), Skinner (1974) e Rachlin (1990), em que se evidencia a diversidade de eventos que o termo se refere. Desta forma, o termo trabalho relaciona-se aos aspectos estruturantes da sociedade, bem como, dos processos de formação da identidade social e, também, de aspectos inerentes ao desenvolvimento de processos do indivíduo. Desta forma, nesta seção, se irá propor uma integração das dimensões do trabalho propostas por Antunes (1997) com a perspectiva de Ryle, Skinner e Rachlin.

Uma das dimensões que Antunes (1997) evidencia acerca do trabalho é a simbólica, que abrange os aspectos subjetivos da relação que cada indivíduo constrói com as atividades exercidas por ele em uma organização, ou com um tomador dos serviços ofertados. Nesta dimensão, o juízo que alguém faz acerca da interação existente entre os comportamentos e seus determinantes antecedentes e consequentes.

Este juízo[i], acerca de aspectos pontuais das atividades exercidas, bem como do local de trabalho, ou outros aspectos, pode ser compartilhado por diversos outros indivíduos. Este compartilhamento pode ocorrer em uma mesma organização, ou em diversas organizações. O juízo em questão, não deve ser compreendido somente em uma concepção atomista, mas sim, em uma concepção molar. Ou seja, os juízos dos indivíduos acerca das atividades exercidas, ou a exercer, em diversos locais, ou locais pontuais, não devem ser consideradas somente em relação a proximidade momentânea no tempo. Relaciona-se a eventos não só presentes, mas também, a eventos passados.

A dimensão concreta, se refere aos recursos e instrumentos (tecnologia) com a qual se pretende executar uma atividade de transformação do ambiente, envolve ainda, as condições materiais ou ambientais em que se realiza as atividades. Na perspectiva que se propõe desenvolver, a dimensão concreta envolve a especificação dos determinantes antecedentes e consequentes das ações a serem executadas pelos indivíduos em determinado local.

Identificar os determinantes das ações de execução das atividades se configuram em uma das práticas reflexivas mais contundentes da dimensão concreta. Pois, tem gerado resultados à finalidade das organizações, por exemplo: aumento de produção, aumento do

número de acionistas, aumento do número de atendimentos, redução de comportamentos inadequados ao local de execução das atividades laborais, dentre outros.

Diversos campos do saber, ciências e campos investigativos, que se propõe em otimizar e refinar a construção e desenvolvimento das ações em locais específicos, juntamente, com os seus efeitos, tem desenvolvido, construído e implementado diretrizes para o ajuste, a determinados fins, da dimensão concreta. Fala-se aqui, então, da dimensão gerencial. Segundo Antunes (1997), refere-se ao modo como o trabalho é gerido, ou seja, segundo o exercício das funções de planejar, organizar, dirigir e controlar o trabalho.

Depara-se que a dimensão gerencial envolve a formação de indivíduos capazes de identificar as ações em si, e especialmente as funções das ações exercidas dentro de determinados contextos. Além disso, estes indivíduos devem ser capazes de estabelecer arranjos dos determinantes das ações, para modificação das mesmas. E, ainda, mensurar os efeitos das modificações nas ações e em outros elementos organizacionais.

A dimensão ideológica, segundo Antunes, consiste no discurso construído, divulgado e articulado acerca do trabalho. Esse discurso relaciona-se no nível coletivo e articula as demais dimensões, especificamente as relações de poder na sociedade. Essa dimensão, relaciona-se a uma unidade de análise complexa.

Na dimensão ideológica do trabalho verifica-se a articulação de quatro aspectos básicos: a) as diversas funções comportamentais dos indivíduos, nos locais específicos, b) o juízo de valor acerca do trabalho, c) as orientações das ações a serem executadas pelos indivíduos, e d) a capacidade, ou grau, com que um indivíduo ou grupo de indivíduos determina a ocorrência do comportamento de outras pessoas, obtendo, ainda, benefícios das ações executas, a ocorrência dos benefícios pode ser individual ou coletiva.

Com relação à dimensão socioeconômica, Antunes faz referência à articulação entre o modo com que o trabalho é realizado dentro de estruturas sociais, econômicas e políticas. Relaciona-se, aqui, em uma leitura a partir das estruturas sociais e econômicas. A reanálise dessa dimensão envolve compreender as estruturas sociais a partir da descrição das relações funcionais existente entre contingências comportamentais entrelaçadas, seus produtos agregados, as consequências e o sistema receptor. Andery, Micheletto e Sério (2005) fizeram uma reflexão dos parâmetros teóricos para se investigar fenômenos sociais complexos como os indicados na dimensão socioeconômica.

A organização e o trabalho em toda sua complexidade conceitual e teórica apresentam interdependências. Porém, buscou-se nessa primeira seção, apresentar as bases teóricas para

compreender que práticas gestoras, formas de trabalho e até mesmo o julgamento de valor do trabalho realizado, são processos resultantes das interações dos indivíduos com os diversos contextos submetidos. Com isso, o poder de direção do empregador, varia em sua aplicação, de acordo com a natureza constitutiva da organização. Então, para a finalidade deste artigo, pretende-se refletir o papel do poder de direção e os seus limites relativos ao empregado e, na administração pública, no servidor público. Merece destaque, que o poder de direção do empregador ou do gestor público responsável apresenta limites em sua aplicabilidade junto ao empregado ou servidor público. E as formas de se construir o poder de direção implicam na constituição de processos do indivíduo no trabalho.

2.2. O poder de direção das características essenciais aos limites de sua atuação

A relação de trabalho, do tipo relação de emprego, envolve a prestação de serviços por uma pessoa física a outrem, sendo pessoa física ou jurídica. Nessa relação há elementos essenciais, conforme preceituado nos artigos 2º e 3º da CLT, a saber: pessoalidade, não eventualidade (ou continuidade), onerosidade (ou remuneração) e subordinação. Para o propósito deste artigo, merece destacar o elemento subordinação, não que os demais não sejam relevantes, pois a subordinação destaca-se devido a dependência existente do trabalhador em relação ao empregador. Vejamos.

A subordinação é um elemento essencial da relação de emprego que se relaciona com os poderes de direção do empregador. Ou seja, o empregado, na relação, estará sujeito a receber ordens do empregador, e este possui, desta forma, o poder de direção da relação. Verifica-se, então, que a subordinação é elemento essencial e inerente à própria estrutura da relação jurídica de emprego, que se baseia na transferência pelo empregado ao empregador do poder de direção sobre o seu trabalho (Delgado, 2014).

Segundo Nascimento (2008), na doutrina jurídica do Direito do Trabalho, há uma diversidade de enfoques da subordinação do empregado em relação ao seu empregador. Porém, a concepção jurídica hegemónica e predominante é a da dependência do empregado em relação ao empregador, na qual a relação de dependência é resultante do fato de que o empregado transfere ao empregador o poder de direção, bem como, assume os riscos da atividade econômica. Com isso, o empregador passa a estabelecer os parâmetros da organização do trabalho, em uma dimensão concreta, do empregado (poder de organização); o empregador, ainda, tem o poder de fiscalizar o cumprimento pelo empregado das ordens dadas no exercício

do poder de organizar (poder de controle); e, por fim, no caso do empregado não acatar as determinações do empregador, este poderá impor-lhe as sanções previstas no ordenamento jurídico (poder disciplinar).

Como indicado na seção sobre variação das organizações, verifica-se que há diversas formas de se executar as atividades que atendam a finalidade dessas. Com isso, juntamente com os avanços tecnológicos o empregado tem sido demandado a desenvolver suas atividades rotineiras de diversas formas. A subordinação, portanto, vem sofrendo ajustes em seus contornos, conforme indicado por Porto (2009).

Porto (2009), apresenta a evolução do conceito jurídico de subordinação para parassubordinação. Verifica-se que a partir de uma concepção binária, que envolve a variação entre autonomia do trabalho e a subordinação, adotada pela legislação trabalhista, não é suficiente para abranger a diversidade de situações organizacionais que demandam por trabalho, e, com isso, resulta-se em tipos diversos de contratos encontrados na sociedade contemporânea.

Desta forma, Porto (2009) indica que o trabalhador parassubordinado, usualmente aplicado na legislação trabalhista estrangeira, não é empregado, nos moldes de uma relação de trabalho subordinado, nem trabalhador autônomo. Não é empregado pois lhe falta a subordinação jurídica típica, mas não é autônomo, pois mantém certa dependência em relação ao tomador de serviços. O parassubordinado possui algumas garantias trabalhistas essenciais, como o trabalho decente, a proteção contra discriminação, proibição do trabalho forçado e a proteção da seguridade social, para citar alguns.

Devido a variação das formas das organizações se estabelecerem, como indicado, o contorno da subordinação, a legislação trabalhista nacional, também, tem se adequado à esses arranjos. O artigo 6º da CLT foi alterado pela Lei nº 12.551/2011. A alteração evidencia que observado os elementos essenciais da relação de emprego, ter-se-á a subordinação jurídica do empregado em face do empregador, e este o seu poder de direção. Ou seja, o legislador ao promover a alteração do dispositivo 6º da CLT, não distinguiu o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, do trabalho realizado no domicílio do empregado ou realizado à distância, se identificado os elementos essenciais da relação de emprego. Com isso, se permitiu o desenvolvimento de meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão do trabalho (Vargas e Loguércio, 2006; Silva e Kümmel, 2010; Bebber, 2014) que se equiparam aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio, afim de garantir a subordinação jurídica.

Apesar da existência relacional da subordinação do empregado e do poder de direção do empregador, está relação não é ilimitada. O empregador ao exercer seu poder de direção (em todas as suas divisões: organização, controle e disciplinar), não as exercerá sem levar em consideração os limites fixados pelo ordenamento jurídico nacional.

A prática gerencial, portanto, que é revestida de legitimidade do cumprimento do poder de direção que cabe ao empregador só se efetiva caso seja praticada em observância aos limites fixados pelo ordenamento jurídico. De acordo com Martins (2011), os limites são relacionados à proibir qualquer conduta abusiva, vinculando-se, desta forma, à boa-fé[7], e aos limites que se relacionam à ordem pública, que se pautam em valores efetivos para salvaguarda da ordem social. Pode-se verificar parâmetros limitadores desde os estabelecidos na Constituição Federal e por outras leis infraconstitucionais, contratos, acordos e convenções coletivas, e as normas internas da organização.

O controle dos poderes do empregador não é uma constante exclusiva apresentada pelo legislador nacional. Resende (1999), apresenta a evolução dos controles dos poderes do empregador no direito do trabalho francês. Verifica-se de forma substancial que as normas trabalhistas externas e internas, especialmente, são relativas ao poder de regulamentar e disciplinar.

Resende (1999) ilustra a mudança ocorrida na legislação francesa afim de se estabelecer limites ao poder regulamentador do empregador. O regulamento[8] da empresa, ou as notas de serviços e circulares, outrora documento normativo utilizado de forma ampla, com poderes quase que ilimitado do empregador, foi alterado de acordo com o artigo L.122-39, do Código do Trabalho, alterado em 04 de agosto de 1982.

Com esse dispositivo, o empregador que era o único responsável pelo estabelecimento do documento que fixava as regras gerais e permanentes, das condições de execução do trabalho na empresa, passa a ter que contar com a participação de representantes eleitos pelos assalariados afim de deliberar sobre os itens apresentados pelo empregador.

Ainda na reflexão de Resende (1999), com o advento da lei francesa de 04 de agosto de 1982, se determinou que no regulamento interno são expressamente proibidas as cláusulas

[7] A boa-fé tem como lastro legal ao estabelecimento das limitações diretivas da atividade empresarial os artigos 113, 187 e 422 do Código Civil.

[8] De acordo com Magno (2012), o regulamento interno da empresa é um documento que envolve um conjunto sistemático de normas escritas, estabelecidas pelo empregador para gerar as condições e direcionar a conduta dos indivíduos no âmbito da empresa.

Tsukahara (2016) apresenta uma construção conceitual, bem como, reflete os efeitos dos regulamentos na prática gestora de uma organização pública e federal de ensino superior.

relativas ao contrato de trabalho, à remuneração, ao recrutamento, bem como as restrições aos direitos individuais e liberdade das pessoas, ainda, sobre qualquer disposição discriminatória.

Merece destaque que o controle do poder de direção do empregador, apresentado na legislação francesa, envolve participação do empregado no estabelecimento dos limites da direção. Esta participação evidencia, no caso da legislação trabalhista nacional, de acordo com Delgado (2014), que a relação de emprego é derivada da autonomia da vontade das partes, autonomia esta que é exercida de forma limitada, tendo em vista que a definição do conteúdo do vínculo empregatício é restringida pelas normas trabalhistas.

Barros (2009) apresenta a ideia que para se analisar a relação de emprego, e eventualmente, a subordinação e o poder de direção, deve observar o contrato. Pois, o contrato de trabalho e emprego é elemento fundamental para a definição da natureza jurídica da relação de emprego. Ainda de acordo com Barros, no Brasil, se adotou a regra geral da forma de livre celebração do contrato[9], que pode assumir o caráter expresso (verbal ou escrito) ou tácito (art. 442 e 443 da CLT). Ou seja, a relação de emprego é a manifestação da vontade das partes, sendo que se deve verificar quando a celebração da relação foi estabelecida pelas partes, sendo a vontade aqui exercida em sua plenitude, e quando da patctuação do conteúdo da relação de emprego, que poderá ser objeto de livre estipulação das partes interessadas em tudo quanto não contravenha às normas de proteção ao trabalho (art. 444, CLT).

Sendo a vontade elemento indispensável à configuração do contrato de trabalho e emprego podemos sintetizar o exposto até agora que o empregado trabalhador não é inferior ao empregador, pois nem todas as vontades do empregador devam ser aceitadas pelo empregado, mas que ambas as partes construam, com base no diálogo, a relação a ser estabelecida. Esta relação, portanto, poderá ter diversidade na sua forma, constituindo uma variação na estruturação da identidade tanto do empregado trabalhador, como no empregador organização. Assim, para se evitar abusos ou arbitrariedade é que o ordenamento jurídico nacional estabelece proteção legal à relação entre as partes e reconhece a igualdade jurídica (artigo 1º, III e IV da Constituição Federal de 1988).

O poder de direção na Administração Pública, que é um dos focos deste artigo, possui singularidades, em relação à iniciativa privada. Os poderes delegados aos gestores da coisa pública se sustentam em dois pilares básicos do regime jurídico-administrativo: (a) supremacia

[9] Delgado (2014) apresenta a Teoria Contratualista, como aquela que sustenta a relação de emprego deva se sustentar no vínculo contratual entre empregado e empregador, vínculo este que sustenta o negócio jurídico apesar de possuir autonomia da vontade das partes, a autonomia é exercida de forma limitada, tendo em vista que a definição do conteúdo do vínculo empregatício é restringido pelas normas trabalhistas.

do interesse público sobre o particular[10], que é uma prerrogativa essencial para a atuação dos agentes públicos, especialmente do gestor; e, (b) indisponibilidade do interesse público[11], que consiste em uma restrição à atuação do gestor público. Desta forma, de acordo com Meirelles (2013), o Estado delega competência decisória aos agentes públicos, especificando nos cargos ou funções os poderes e deveres para a atuação no interesse da coletividade.

Os poderes e deveres do administrador público são expressos em lei, não cabendo a livre vontade do administrador desenvolver seus atos. Conforme indicado por Meirelles (2013): "(...) o que é poder e o que é dever do gestor público, (...), estando sujeito ao ordenamento jurídico geral e às leis administrativas especiais, só essas normas poderão catalogar, para cada entidade, órgão, cargo, função, serviço ou atividade pública, os poderes e deveres de quem os exerce. " (p. 111)

O poder está relacionado, então, a restringir os interesses particulares das atividades públicas. O agir do administrador público em função dos princípios básicos, deve agir orientado a partir do que estabelece o art. 5º, caput, da Constituição Federal, que estabelece a igualdade de todos perante a lei, o seja, se estiver revestido de suas funções para o exercício das atividades públicas, terá e deverá agir; caso não esteja exercendo as funções deixa de ter autoridade e se iguala aos demais cidadãos.

Para a finalidade deste artigo, se abordará os poderes administrativos, não se abordará os poderes políticos. Os poderes administrativos estão relacionados com a atuação da Administração Pública, vinculados à exigência do serviço público, o interesse da coletividade e os objetivos a que se dirigem (Meirelles, 2013). Então, se se variar as organizações públicas, variando suas finalidades e objetivos, ter-se-á uma diversidade de poderes administrativos dessas organizações.

Com isso, Meirelles (2013) indica que para a diversidade de atos dos agentes públicos tem-se uma variação de poderes praticados em cada ato, a saber. Quando se verifica a liberdade de se estabelecer os atos da Administração, tem-se o poder vinculado e o poder discricionário; quando se verifica o ordenamento da Administração e a punição dos que a ela estão vinculados, observa-se os poderes hierárquico e disciplinar; diante da finalidade normativa, em poder

[10] "(...) toda atuação do Estado seja pautada pelo interesse público, cuja determinação deve ser extraída da Constituição e das leis, manifestas da 'vontade geral'" (Direito Administrativo Descomplicado / Marcelo Alexandrino, Vicente Paulo. – 19 ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011, pág. 184.
[11] "(...) são vedados ao administrador quaisquer atos que impliquem renúncia a direitos do Poder Público ou que injustificadamente onerem a sociedade. " (Direito Administrativo Descomplicado / Marcelo Alexandrino, Vicente Paulo. – 19 ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011, p.186.

regulamentar; e, tendo em vista verificar a aplicação de seus objetivos, em especial os de contenção dos direitos individuais, o poder de polícia.

Então, a relação laboral entre o servidor público e o administrador público, que também pode ser um servidor, é cadenciada explicitamente pela faculdade que o administrador tem de dar ordens e fiscalizar o seu cumprimento, a de delegar e avocar atribuições e a de rever os atos dos inferiores; ainda, a faculdade do administrador de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração. O poder disciplinar é correlato, como indicado por Meirelles (2013) ao poder hierárquico.

A aplicação das sanções decorrentes do poder de disciplina, bem como, o ordenamento das atividades dos servidores públicos, ou dos que estejam relacionados em termos laborais à Administração, não ocorrerá de forma a se evidenciar interesses pessoais. Conforme descrito, os poderes de direção do administrador público estão relacionados a diversos balizadores, os quais limitam a atuação e decisão do administrador público, ou de indivíduos com poder hierárquico ou disciplinar.

Os balizadores essenciais do poder de direção na Administração Pública se encontram insculpidos no artigo 37, da Constituição Federal de 1998, merece destaque o da legalidade, impessoalidade e moralidade. Em lei infraconstitucional, no que diz respeito ao poder disciplinar, especificamente os artigos 127 e seguintes da Lei 8112, de 1990.

A aplicação de punição dos servidores públicos deve ocorre mediante proteção e valoração dos princípios fundamentais (por exemplo: dignidade), desta forma, toda punição deve seguir o processo disciplinar administrativo (art. 142, in verbis, da Lei 8112/1990). Mesmo com o servidor que se encontra em estágio probatório, o processo administrativo deve ser aplicado (cf. Súmulas 20 e 21 do STF).

2.3. Os direitos fundamentais sociais e a afirmação da identidade e a proteção da subjetividade no trabalho

O contexto organizacional é, portanto, um espaço de influência dos indivíduos. As influências ocorrem mediante a implementação das políticas de gestão de pessoas, que são legitimadas pelo poder de direção conferido ao empregador pela sua obrigação assumida com o risco do negócio.

A gestão de pessoas é uma ferramenta organizacional, do empregador, que tem sido utilizada como integradora do indivíduo às demandas da organização, mas também, segundo Cappelle e Brito (2003) é mediadora da relação capital-trabalho. Esta relação apresenta contradições e conflitos, e com isso a gestão de pessoas as transforma em contradições internas à políticas organizacionais (Pagès et al., 1987). A gestão de pessoas, busca influenciar o processo de construção do significado do trabalho. Ou seja, em uma perspectiva da sociologia do trabalho, a relação entre empregados e empregadores é uma expressão da luta de forças (Fleury, 1986), em que as organizações buscam controlar o processo de trabalho por meio da utilização da tecnologia e ferramentas de gestão.

O controle em questão não se restringe somente ao planejamento e execução das atividades, mas no estabelecimento do valor do trabalho. Conforme Campbell (1999), o valor do trabalho é uma medida de utilidade que depende de critérios que variam conforme os interesses das pessoas e instituições em questão. Assim, o poder de direção, caso seja uma expressão ilimitada do empregador, este poderá estabelecer critérios que mensurarão o trabalho a partir de uma única perspectiva. Deixando o empregado de fora da participação do estabelecimento dos critérios de valoração do trabalho.

A valoração do trabalho é um processo complexo, que se fundamenta na construção subjetiva dos indivíduos com a organização e com a sociedade.[12] Mas, há um elemento essencial existente na valoração do trabalho, que se propõe adotar neste artigo. A valoração do trabalho aqui será refletida como um constructo construído e expresso nas relações, nas práticas, nos fazeres, nas técnicas e discursos, que se torna aparente quando exercido, visando ao alcance de resultados desejados, pelos diversos indivíduos existentes. Ou seja, que elementos da prática laboral trazem retorno aos indivíduos ou ao coletivo de indivíduos, que participação os indivíduos possuem na decisão e no ganho de suas decisões? O poder de decisão pode compor uma das dimensões da relação de trabalho, porém, a limitação do poder

[12] O valor do trabalho em uma perspectiva financeira econômica passa pela evolução conceitual de preço. Como apresentado por Smith, em que, o trabalho será entendido como mercadoria e terá um valor que será expresso em quantidade de metais preciosos ou em alguma outra mercadoria cujo o valor os indivíduos acreditam ser razoavelmente constante. Em Marx, tem-se o valor de uso e o valor como valor de uso. Em Marx, "(...) a mercadoria é um objeto concreto que satisfaz necessidades humanas. Entretanto, como valor, a mercadoria nada tem que ver com as suas qualidades concretas. Como valor de uso, as mercadorias distinguem-se apenas qualitativamente; como valor, suas qualidades desaparecem para somente serem comparadas quantitativamente, determinados quanta de valor. Esse aspecto, comum a todas as mercadorias quando se abstraem suas qualidades concretas, deve-se ao fato de elas serem todas produto do trabalho humano. Porém, como para obter esse aspecto comum foi necessário abstrair-se de seus aspectos como valor de uso, então, o trabalho humano, que estamos obtendo aqui, não pode ser o trabalho concreto que produziu um valor de uso. Essa abstração implica também a abstração das qualidades específicas do trabalho que produz um valor de uso. Está-se considerando, portanto, o trabalho humano abstrato ou social." Gremaud et al, 2003, p. 88

de um dos indivíduos permite o envolvimento e compartilhamento da utilidade do trabalho em questão.

No âmbito jurídico, a valoração do trabalho se expressa, dentre várias formas, na construção de prerrogativas ou vantagens jurídicas estruturantes da existência, afirmação e projeção da pessoa humana e da sua vida em sociedade. Delgado (2003) apresenta uma evolução dos Direitos Fundamentais na relação de trabalho. Em seu artigo, Delgado evidenciou quatro princípios constitucionais afirmativos do trabalho na ordem jurídica-cultural brasileira: a) valorização do trabalho[13], destaca-se a conduta laborativa como central na vida pessoal e comunitária da ampla maioria das pessoas; b) justiça social (art. 3º, I e III, Constituição Federal/1988), neste princípio se dispõe que cabe às pessoas humanas acesso a utilidades essenciais existentes na comunidade, independente de aspectos individuais; c) submissão da propriedade à sua função socioambiental, neste fundamento a livre iniciativa e o lucro devem ser constituídos de forma a agregar valor aos seres humanos, à convivência e aos valores da sociedade[14]; e, d) dignidade da pessoa humana, neste princípio se destaca o ser humano, sua constituição, como valor central das sociedades, do direito e do Estado.

É notório, com base no exposto, que a relação entre empregado e empregador seja permeada por questões de valoração social. Em diversas práticas gerenciais, e quando o Estado é chamado a tutelar a relação, verificando litígios, observa-se a aplicação dos limites constitucionais relacionados aos Direitos Fundamentais (Porto, 2009; Gonçalves, 2010; Terra, 2010; Wanderley, 2010; Dutra, 2012). Porém, as relações são construídas a partir dos diversos interesses.

Nem sempre os Direito Fundamentais têm sido considerados nas relações, e a aplicação de medidas gerenciais, por parte do empregador, tem extravasado os limites que asseguram a integridade moral das pessoas envolvidas na relação de trabalho (verificar o acórdão RE-398041-PA, em que trata da redução à condição análoga à de escravo, crime contra a coletividade dos trabalhadores, fundamentado na dignidade da pessoa humana).

[13] "A valorização do trabalho está repetidamente enfatizado pela Constituição de 1988. Desde seu preâmbulo esta afirmação desponta. Demarca-se, de modo irreversível, no anúncio dos Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil e da própria Constituição (Título I). Especifica-se, de maneira didática, ao tratar dos Direitos Sociais (arts. 6º e 7º) – quem sabe para repelir a tendência abstracionista e excludente da cultura juspolítica do país. Concretiza-se, por fim, no plano da economia e da sociedade, ao buscar reger a Ordem Econômica e Financeira (Titulo VII), com seus Princípios Gerais da Atividade Econômica (art. 170), ao lado da Ordem Social (Título VIII) e sua Disposição Geral (art. 193)." Delgado (2003, pg. 1034)

[14] "A Constituição brasileira, em consonância com os princípios da valorização do trabalho e da justiça social – a par do próprio princípio constitucional máximo, da dignidade da pessoa humana -, reconhece o sistema capitalista no país, a propriedade privada dos meios de produção e de qualquer bem material ou imaterial, mas, inquestionavelmente, submete tal propriedade à sua função social e, na mesma medida, função ambiental" Delgado (2003, p 1038)

Então, apesar dos limites impostos, a partir da construção de valores do trabalho e de outros aspectos da valoração do ser humano, há um substancial desequilíbrio nas relações trabalhistas (Antunes, 1999; Vargas e Loguércio, 2006). O empregador tem buscado aplicar um poder absoluto na prestação do trabalho, por parte do empregado, juntamente, com a otimização na implementação das ferramentas de gestão de pessoas.

O empregador desenvolveu um discurso de transformação na prática gestora que buscou justificar o endurecimento e tentativa de ampliação, mesmo que informal, do poder decisório. Em decorrência das grandes transformações no cenário das organizações, acentuadas no final do século XX, Offe (1989a) indica que esse contexto de transformação foi permeado por: a) saturação do mercado interno para um grande número de bens; b) aumento da competitividade e consequente enfraquecimento dos países com posições competitivas internacionalmente; c) mudanças tecnológicas, que conduzem à implantação de sistemas de produção flexíveis; d) crescimento do setor de serviços, incluindo-se aí assistência à saúde e à educação, o setor de vendas e os serviços governamentais; e) redefinição do papel do Estado, cresce o desligamento do Estado com o pleno emprego, ou seja, o Estado, de acordo com Bastos (2006), passa a desregulamentar as atividades econômicas sob sua responsabilidade, passando à privatização de empresas públicas e, muito das vezes, a participação do setor privado na oferta de serviços sociais, de responsabilidade do Estado.

É neste contexto que o significado do trabalho vem sofrendo alterações, na primeira década do século XXI, mediante as pressões decorrentes do desemprego, das condições precarizadoras e da degradação entre o homem e a natureza (Offe, 1989b). Com isso, apesar da importância dos Direitos Fundamentais como orientadores das práticas sociais e gerenciais, as organizações, de forma geral tentam restringir sua aplicação. Um exemplo das diversas precarizações, que envolve a restrição de direitos, o que compromete os valores sociais, pode ser verificado no estudo de Silva (2014).

Silva (2014) realiza uma análise dos acórdãos proferidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da quarta região, nos três últimos trimestres de 2013 e 2014. O estudo teve a finalidade de verificar se houve o aumento ou a diminuição de demandas envolvendo o ponto eletrônico.

Neste estudo, se verifica que o controle pelo ponto eletrônico pode ser uma forma de fraudar direitos dos trabalhadores, pois há um aumento dos julgados proferidos pelo Colegiado do Tribunal, nos períodos estudados.

Com base no exposto, verifica-se que a partir da validação do princípio constitucional da Dignidade da Pessoa Humana, como outros decorrentes da Constituição Federal de 1988, estabelecem a delimitação do poder diretivo do empregador. Porém, como a efetivação dos princípios constitucionais são resultantes de práticas sociais e gerenciais quotidianas, a conjuntura atual da sociedade tende a comprometer e não aplicar as normas protetivas, especialmente quando relacionadas ao poder diretivo do empregador. Busca-se agora, neste artigo, descrever a precarização e, o eventual conflito resultante da não delimitação do poder diretivo do empregador no magistério superior, especificamente, nas instituições de ensino superior federais.

2.4.A precarização do trabalho docente e sua readequação

As mudanças no mundo do trabalho, conforme indicado, se manifestam por alterações no processo produtivo, flexibilização da legislação trabalhista, precarização do trabalho dentre outras mudanças em voga. No caso do trabalho docente essa mudança envolve aspectos singulares. Como por exemplo, a reestruturação produtiva atingir o fazer dos professores (Augusto, 2005), e flexibilização e precarização das relações de emprego e trabalho (Oliveira, 2003 e 2004; Bosi, 2007).

Estas mudanças, na educação, podem ser identificadas como iniciada na década de 1990 (Oliveira, 2000). O aspecto essencial das mudanças se assentam nos seus objetivos, nas suas funções e na sua organização, tendo como finalidade a tentativa de se garantir uma mobilidade social individual ou grupal (Oliveira, 2004), ou seja, buscou-se implementar reformas educacionais em uma perspectiva voltada para a equidade social.

Com isso, se implementa uma cultura que as escolas, e até mesmo as universidades, devem formar os indivíduos para a empregabilidade, pois a educação, neste contexto, se torna requisito indispensável ao emprego formal e regulamentado, o que permitirá a contenção e remediação da pobreza. Desta forma, o sistema educacional, seja a educação básica, bem como a superior, foi ampliado atendendo o maior número possível de pessoas (Souza, 2005; Michelotto, Coelho, Zainko, 2006; Segenreich e Castanheira, 2009; Severino, 2009; Alonso, 2010; Mancebo, Vale e Martins, 2015).[15]

[15] "(...) tais reformas serão marcadas pela padronização e massificação de certos processos administrativos e pedagógicos, sob o argumento da organização sistêmica, da garantia da suposta universalidade, possibilitando baixar custos ou redefinir gastos e permitir o controle central das políticas implementadas. O modelo de gestão escolar adotado será baseado na combinação de formas de planejamento e controle central na formulação de

A expansão do sistema educacional realizada implicou, então, em uma reestruturação da rotina do trabalho docente, seja nos aspectos do ensino, extensão, pesquisa e gestão. Esta alteração envolveu como indicado por Bosi (2007) em uma "flexibilização dos direitos e contratos trabalhistas".

São várias as formas manifestas e praticadas da reestruturação do sistema educacional nacional. A reestruturação vem ocorrendo no nível macro, a partir da promulgação da Emenda Constitucional n. 19 de 1998, que incorporou na gestão pública um novo modelo, sendo que permitiu a introdução da privatização da educação pública. De forma pontual, seja pela Lei n. 9.673 de 1998 ou pela Lei n. 9.790 de 1999, que permitiu a participação das OSs (Organizações Sociais) e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OCIP) na gestão e oferta de serviços sociais, com funções exclusivas do Estado.

Posteriormente, se estabeleceu a Lei Complementar n. 101/2000, que delimitou os gastos do poder público com despesas de pessoal em 60% das receitas, tendo como efeito o aumento das parcerias entre os municípios e o setor privado, gerando as condições para a terceirização dos serviços (Adrião, 2014).

Acerca da responsabilidade trabalhista da administração pública federal nos contratos de terceirização, Oliveira (2011) ao realizar uma releitura da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, em que se declara a constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/93, demonstra que a incidência objetiva da responsabilização da Administração Pública nas contratações de terceirização, implica na presunção negativa no que tange à responsabilidade imediata do Poder Público em decorrência de mera inadimplência do prestador de serviços contratados[16]. Este dispositivo permite identificar que a Administração será responsabilizada via autoridade, ou seja, quando a Administração opere conduta comissiva ou omissiva, eivada de dolo ou culpa, por agentes públicos, que interfira e cause prejuízo aos trabalhadores.

políticas, associado à descentralização administrativa na implementação dessas políticas. Tais estratégias possibilitam arranjos locais como a complementação orçamentária com recursos da própria comunidade assistida e de parcerias. A equidade far-se-ia presente sobretudo nas políticas de financiamento, a partir da definição de custos mínimos assegurados para todos." (Oliveira, 2004, pg. 1131)

[16] Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
§ 1º A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis. (redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995).

A terceirização, ainda não atingiu o trabalho docente, ela tem se incorporado às organizações educacionais, pois o advento do verbete sumular nº 331 do TST, de 2011, restringe a terceirização às atividades meio.

Outra reestruturação no nível macro que merece destaque diz respeito à Lei n. 11.079, de 2004, que permitiu um novo regime de contratação administrativa via contratos administrativos de concessão, ou que permite que serviços ou obras públicas sejam realizadas pela iniciativa privada, visando lucros.

A reestruturação no nível macro permite, segundo Adrião (2014) que a educação pública passe a integrar uma nova possiblidade de exploração do capital, ou seja, uma nova esfera de obtenção de lucratividade e ganho de capital. Com isso, a reestruturação do trabalho passa a ser implementada.

Veja, que a conjuntura política, social e econômica, manifestada na legislação que viabiliza a reestruturação no nível macro da educação, cria as condições para se ajustar a forma de realizar o trabalho docente, em uma dimensão concreta e gerencial. São comuns os estudos que demonstram as contradições da natureza do trabalho docente, decorrente da reestruturação, ou seja, com o aumento da demanda de atendimento do sistema educacional, e a impossibilidade de se formar e capacitar pessoal trabalhador suficiente e em condições de exercício adequado (Veiga, Leite e Duarte, 2005), juntamente com a perspectiva mercantilizadora da educação (Freitas, 2012; Bezerra e Silva, 2006) há uma redefinição da natureza do trabalho.

Bezerra e Silva (2006) fazem uma comparação entre a alteração do trabalho docente pedagógico em prática pedagógica. O trabalho docente pedagógico seria um conjunto de ações que permitem ao indivíduo, ao ser humano, em transformar o ambiente, a sociedade, as outras pessoas e ao próprio indivíduo, gerando as condições fundamentais para se autocompreender. O trabalho docente envolve um controle sobre o produto do trabalho e da relação com a comunidade.

O trabalho docente pedagógico, ou como é definido por Rodrigues (2002) tem buscado exercer com autoridade e jurisdição exclusiva simultaneamente sobre uma área de atividade e de formação ou conhecimento, tendo a legitimidade, ou pelo menos, a aceitação da população como os únicos autorizados. O trabalho docente pedagógico seria o exercício profissional.

No que diz respeito à prática pedagógica, para Bezerra e Silva (2006), este seria restringido a atividades meramente burocráticas que podem ser exercidas por qualquer

indivíduo. Esta prática implica a perda do controle sobre o processo e produto do trabalho, ou seja, a prática pedagógica envolve somente o observar o fazer, aprender como fazer e fazer.

Pode-se identificar que a prática pedagógica, em detrimento do trabalho docente pedagógico, tem sido amplamente fomentada nas organizações educacionais. Seja com a contratação temporária de professores substitutos (Mourão, 2011), seja no trabalho docente voluntário (Guimarães, Soares e Casagrande, 2012), seja no trabalho à distância (Del Pino, Grützmann e Palau, 2011), ou teletrabalho docente (Rocha e Muniz, 2013; Alves, 2014; Almeida e Colnago, 2016), todas as formas se configuram em uma precarização, ou na perda da autonomia para participar da organização e regularização das atividades docentes.

Outra forma de se perder a autonomia na participação da organização diz respeito à participação dos professos nos processos decisórios, ou seja, a organização escolar adota um modelo de gestão escolar pautado na gestão democrática da educação. A qual consiste e consequentemente se relacionarem com o poder de direção. Neste modelo, os professores tendem a exercer a condução dos elementos administrativos, financeiros e pedagógicos. Porém, dentro deste contexto o que tem se verificado é o afastamento ou a desprofissionalização da gestão escolar por parte dos docentes.

Segundo Gradella Júnior (2002), que realizou um estudo que buscou verificar a participação dos docentes na política e gestão administrativa de uma universidade pública estadual. Observa-se, primeiramente, que há um aumento das horas trabalhadas pelos professores, resultantes do atendimento às demandas de ensino, pesquisa e extensão. As atividades administrativas, que são excessivamente ampliadas, à função docente servem para aumentar o excesso das horas trabalhadas no dia a dia.

Porém, as atividades administrativas e políticas não tem servido para garantir o cumprimento da função social da universidade, bem como, uma produção de conhecimento comprometida com a humanização e o desenvolvimento regional. Desta forma, Gradella Júnior (2002) demonstra que há um distanciamento das discussões políticas, incluindo política e gestão da universidade voltados para o desenvolvimento regional.

Podemos identificar, neste caso pontual, uma tendência que é a restrição da participação dos agentes tomadores de decisões, que acabam por estabelecer as direções que as universidades deverão seguir. Com isso, o poder de direção restringe-se e pode haver uma extrapolação de seus limites.

2.5.O controle da jornada de trabalho docente

Em função das alterações decorrentes da natureza do trabalho docente, especialmente as implementadas pelas novas metodologias e organização das atividades de forma a intensificar o fracionamento envolvendo o trabalho pedagógico. De acordo com Del Pino, Grützmann e Palau (2011), quando analisam a educação a distância, verificam que as novas metodologias e organização do trabalho demandam novas formas de controle do docente, bem como, da relação do próprio trabalho exercido por ele e do controle da instituição sobre o trabalho docente.

Porém, mesmo com o advento das novas metodologias educacionais, o trabalho docente, de forma geral, é alterado em relação aos efeitos da produtividade (Coli, 2006). A reestruturação produtiva do trabalho docente leva uma sujeição do professor aos meios de controle, independente da natureza da organização, seja ela pública ou particular (Silva Júnior, 2009).

Como indicado no início deste artigo, com a variação das organizações tem-se novas formas de controle, que se manifesta na variação da realização do trabalho e no exercício do poder de direção. Com isso, seja para obter maiores rendimentos, ou manter e ampliar os recursos para o exercício do trabalho docente tem-se que intensificar o exercício profissional, especialmente com as relações de produção. O principal efeito, em termos trabalhista, é o aumento da jornada de trabalho e os seus controles.

Verificando um caso específico, os professores das universidades federais brasileira. Conforme o art.19 da Lei nº 8.112, de 11/12/90, os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima em 40 (quarenta) horas semanais e observados os limites mínimo e máximo de 06(seis) e 08 (oito) horas diárias, respectivamente. Repito devemos observar a jornada de trabalho definida para cada servidor docente: 40DE, 40 e 20.

O art. 14, do Decreto Nº 94.664/1987, que aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7596/1987, apresenta no seu Inciso I que o docente com dedicação exclusiva, com obrigação de prestar quarenta horas semanais de trabalho em dois turnos diários completos e impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada; porém, o Decreto, que foi revogado pela Lei 12772/2012 e esta alterada pela Lei 12863/2013, tem no seu Inciso I, do art. 20, que ao Professor submetido ao regime de “40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional”.

O legislador retirou a especificação que as atividades devam ocorrer em dois turnos diários completos do exercício do DE 40, mas nos parágrafos 1º "Excepcionalmente, a IFE poderá, mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, admitir a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando 2 (dois) turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas".

E mais no Parágrafo 2º "o regime de 40 (quarenta) horas com dedicação exclusiva implica o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções previstas nesta Lei".

Então, pode-se interpretar de forma extensiva, neste caso, que a omissão na lei 12863/2013 do período de exercício não foi revogado, somente ficou implícito. Entende-se então que para o cumprimento das atividades do regime de 40 horas com dedicação exclusiva deve sim o docente exercer suas atividades em tem integral, observando 2 (dois) turnos diários completos. Veja, nesse caso a tradição do Decreto Nº 94.664/1987, bem como, da parte relativa ao docente em regime de 40 (quarenta) horas.

O docente em regime de 40 (quarenta) horas diferencia-se do regime 40 DE basicamente na proibição do acumulo de trabalho, seja público ou privado. Ou seja, o docente em regime de DE 40 também tem que cumprir suas 40 horas em tempo integral, observando 2 (dois) turno.

Com base no exposto, juntamente com a cultura da produtividade, verifica-se conforme apresentado por Luz (2005), a atual dimensão socioeconômica do trabalho tem repercutido na geração de estresse, sofrimento e adoecimento dos professores. Especialmente em decorrência da aceleração do ritmo de atividades, da instabilidade no emprego, quando da iniciativa privada, mas do setor público, encontra-se o aumento de exigências de "produtividade", sem correspondente de valorização estatutária ou econômica, que afetam a situação de diversos professores.

Merece destaque que a produtividade do professor pesquisador, não é fundamentalmente motivo de depreciação, inclusive devido ao grande crescimento da produção científica nacional (Almeida, 2013); bem como, não é o único motivo da deterioração salarial e do emprego. A pesquisa é um dos elementos essenciais na composição da prática pedagógica do professor, mas a produtividade, nos moldes estabelecidos por Luz (2005), que compromete a dignidade do trabalhador, seja da iniciativa privada ou do setor público, é a que fraciona a composição da formação do indivíduo, como visto na Seção 2 deste artigo.

Segundo Luz (2005), a produtividade tem sido uma categoria, somada a outros elementos constitutivos do trabalho pedagógico, que tem impactado mais negativamente que positivamente sobre os professores. As atividades de pesquisa, no Brasil, estão concentradas prioritariamente nos programas de pós-graduação das universidades públicas, com isso, é nessas organizações que se identifica a grande sobrecarga de trabalho exercida sobre os professores. Tais trabalhos, em sentido *lato¸* exercido, de acordo com Luz (2005) benefícios diretos e indiretos de sua produção, ou seja, a sociedade civil (Estado, empresas e a ordem política e social) não tem recebido os efeitos dos produtos acadêmicos gerados.

Então, o sistema de avaliação de desempenho destas universidades tem focado na quantidade de produtos gerados. Por exemplo, para o propósito deste artigo, se analisou as Resoluções de avaliação de desempenho de algumas universidades federais, sendo elas: CONSU/UFSJ 34/2014 da UFSJ, RESOLUÇÃO CNS Nº 2/2006 da UFSM, RESOLUÇÃO Nº 15-CONSU/2014 da UFVJM, RESOLUÇÃO Nº 115/2015 da UNIFESP, RESOLUÇÃO CONSUNI Nº01/2004, da UFG, RESOLUÇÃO Nº 161 – CONSAD/2014 da UFMA, RESOLUÇÃO Nº 14/2014 da UFPEL, RESOLUÇÃO Nº 10/2002 da UFAL, RESOLUÇÃO Nº 03/2014 da UFPE, RESOLUÇÃO Nº 010/2016 da UFSB, RESOLUÇÃO Nº 04/2014 da UFU, RESOLUÇÃO Nº3.517/2010 da UNIRIO, RESOLUÇÃO 13/2008 da UFABC e RESOLUÇÃO Nº4.625/2015 da UFPA. Verifica-se que em todas as quatorze (14) Resoluções de avaliação de desempenho o foco se dá na quantidade de produtos gerados para a progressão funcional, descaracterizando os efeitos da produção científica no cerne da sociedade civil.

Este docente, então, para conseguir recursos financeiros para a condução de suas pesquisas necessita se submeter aos critérios das agências de financiamento, que são restritivos em suas concepções, não abarcam a diversidade de concepções metodológicas. No caso da atividade de extensão o produtivismo inócuo é menor, devido à finalidade da atividade. Porém, esta afirmativa é indutiva.

Assim, destaca-se que há uma certa incongruência com as relações entre a jornada de trabalho do docente e as atividades a serem desempenhadas. É indicado na literatura acerca das relações de trabalho dos docentes o excesso de atividades, porém, merece destaque que aparentemente os gestores da administração pública, tendem a ser omissos ou comissivos em relação ao controle das atividades.

Sendo os professores das universidades federais contratados para cumprirem 1.760 horas/ano, para os com contrato de Dedicação Exclusiva 40 horas e os somente 40 horas, e 880 horas/ano, para os contratados por 20 horas, todas as suas atividades acadêmicas devem ser

homologadas pelos conselhos diretores, ou seja, se o professor não cumprir em um período de um ano a carga horária prevista este professor deverá ressarcir o erário. Porém, caso se ultrapasse não haverá o pagamento de horas de serviço extraordinário ou nenhum outro tipo de complementação pecuniária quando não envolver situações excepcionais e temporárias. Além disso, o professor estatutário é quem monta, mediante aprovação da chefia imediata e, este, homologado pelo conselho deliberativo, sua jornada semanal de trabalho.

Para dar uma maior ilustração, ao que foi apresentado, buscar-se-á analisar a disponibilidade do docente ao seu local de trabalho, visando compreender o deslocamento de um professor para realizar uma pesquisa de campo, que não seja nas imediações de seu local de trabalho. Será feito, por conveniência a ilustração utilizando das normativas internas da Universidade Federal de Goiás, a saber.

Então, a questão para ser respondida deve-se levar em consideração a especificação anual do trabalho docente, que é feita por meio de instrumentos formais que são levados ao coletivo para aprovação. Refere-se ao Plano de Trabalho que é submetido ao conselho da unidade laboral, em que o docente se encontra lotado

Como a vinculação se dá por jornada de trabalho, que é compreendida pelo espaço de tempo durante o qual o servidor deverá prestar serviço ou permanecer à disposição do empregador, com habitualidade. De acordo com o art. 7º, XIII, da Constituição Federal, a duração da jornada de trabalho deverá ser de até 8 horas diárias, e 44 semanais; no caso, específico, de empregados que trabalhem em turno ininterruptos de revezamento, a jornada deverá ser de 6 horas. Esta é a regra geral, que impacta tanto em servidores públicos, como da iniciativa privada. Sabe-se que existem as exceções, porém o que merece destaque, neste momento, é que a jornada envolve uma permanência ou disposição do servidor à entidade estatal, seja da administração direta ou indireta. E a entidade estatal é representada pelo seu representante máximo, o Reitor. Porém, a o reitor tem gestores solidários, que são os Pró-Reitores e demais funções de representação e chefia, especificamente, os coordenadores, diretores e demais.

Com isso, o acompanhamento das atividades docentes desempenhadas, seja para a avaliação de pessoal docente em relação ao estágio probatório, ou em relação à progressão funcional e à promoção na Carreira do Magistério, pode ser identificado na Resolução-Consuni nº 32/2013.

Nesta Resolução fica evidente a necessidade de se utilizar do plano de trabalho como instrumento formal para registro das atividades a serem desempenhadas. Para se evitar

confusões de sua aplicação, pode-se acreditar que seja instrumento adotado somente ao servidor em estágio probatório. Porém, no artigo 54, pode-se verificar que:

> As avaliações, feitas pela Diretoria, deverão estar fundamentas na adaptação do docente ao trabalho, verificada por meio de avaliação da capacidade e qualidade no desempenho das atribuições do cargo, cumprimento dos deveres e obrigações do servidor público, com estrita observância da ética profissional, relacionamento com o corpo docente, técnico-administrativo e discente, confiabilidade, cooperação, racionalização, assiduidade, disciplina, desempenho didático-pedagógico, iniciativa, produtividade, responsabilidade, análise dos relatórios que documentam as atividades científicas, acadêmicas e administrativas programadas no plano de trabalho da unidade de exercício e apresentadas pelo docente, em cada etapa de avaliação (grifo nosso).

Veja que no referido artigo, o uso do plano de trabalho deve ser aplicado para todas as etapas da carreira. Então, para se planejar, programar, as atividades laborais que serão exercidas durante um ano letivo, o servidor deverá elaborar o plano de trabalho. Este conterá a programação de todas as atividades a serem exercida no ano, sendo, inclusive motivo de aprovação do colegiado em questão. Nada impede o seu ajuste, no decorrer do ano, mas será motivo de reflexão dos conselhos competentes.

Merece destaque, ainda, o professor 20 horas. Este servidor docente deverá informar no plano de trabalho, que pode ser ajustado ao longo do ano, as atividades e períodos que serão cumpridos. Se, por exemplo, estabelece que se executará atividades de segunda a sexta, das 08h00 às 12h00, nestes dias da semana ele deverá informar de suas locomoções, pois é o período estabelecido para o cumprimento de suas atividades laborais. Não sendo necessário informar seus deslocamentos nos demais dias da semana e horários que não tem obrigações contratuais com a autarquia.

Então, se locomover do município de Catalão para outro município, em horário de trabalho, deve estar relacionado ás atividades laborais, seja diretamente explicitada no plano de trabalho, seja indiretamente. Em todo o caso, deve-se aplicar o princípio da publicidade, em expomos ao colegiado, bem como, às chefias as ações laborais a serem desenvolvidas.

Acredita-se, portanto, que a solicitação aos servidores docentes de informar seus deslocamentos não seja ilegal ou imoral, tão pouco, constrange um servidor público. Porém, uma solicitação tão significativa e não habitualizada aos docentes de uma unidade organizacional deverá ser, inicialmente, apresentada verbalmente nos conselhos. Esta apresentação permitiria a ampla discussão com a categoria, ampliando a compreensão e formação dos limites laborais que temos que exercer. Limites relativos ao aspecto concreto do trabalho, ou gerencial, e até mesmo relativo ás condições de trabalho.

3. Considerações Finais

Então, como explicar os diversos relatos, via artigos científicos, de excesso de trabalho, bem como, o excesso na produção? Pode-se neste ponto inferir que o excesso de atividades faz com que os professores utilizem de horas extraordinárias. E onde fica o poder de direção?

Podemos afirmar que há, então, uma omissão ou comissão dos Administradores públicos em relação às atividades laborativas dos docentes. Esta omissão ou comissão é construída, na concepção que se desenvolve neste artigo, a partir do processo formativo da identidade dos indivíduos e da organização, na atual conjuntura sócio-econômicia. Ou seja, a dimensão ideológica formativa que se propala nos meios organizacionais das universidades tem ignorado, ou até mesmo, negligenciado, os limites de atuação satisfatórios à dignidade de um trabalhador. A posição que se assume neste artigo é que os gestores públicos que possuem poder de direção, são responsáveis em estabelecer os limites dos excessos laborativos, pois é da competência das funções de chefia o poder de hierárquico. Porém, em função de aspectos da dimensão ideológica e sócio-econômcia que se precariza as dimensões concreta e gerencial do trabalho do professor universitário.

4. Referências Bibliográficas

ADRIÃO, Theresa. (2014) *Escolas charters nos EUA: contradições de uma tendência proposta para o Brasil e suas implicações para a oferta da educação pública.* Educação e Filosofia, 28.1Esp.: 263-282.

ANDERY, M. A.; Micheleto, N.; & Sério, T. M. (2005) A análise de fenômenos sociais: esboçando uma proposta para a identificação de contingências estrelaçadas e metacontingências. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento.* V1, n2149-165.

ALMEIDA, Elenara Chaves Edler de. (2013) *A evolução da produção científica nacional, os artigos de revisão e o papel do Portal de Periódicos da Capes*. Tese de Doutorado. Doutorado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul..

ALMEIDA, Daniela Favilla Vaz de; COLNAGO, Lorena de Mello Rezende. (2016) *O teletrabalho, o direito à desconexão do ambiente de trabalho e os possíveis meios de inibição da prática.* Revista de direito do trabalho: Vol. 42, n. 169 (maio/jun. 2016).

ALONSO, KÁTIA MOROSOV. (2010). A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E A EaD: dinâmicas e lugares. *Educação e Sociedade,* 31. 113: 1319-1335.

ALVES, Sergio Timo. (2015). A lei n. 12.551/2011 e seus reflexos no teletrabalho docente na educação a distância *DOI-10.5752/P. 2318-7344.2014 v2n3p96. Arquivo Brasileiro de Educação*, 2.3: 96-112.

ANTUNES, Ricardo. (1999). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo.

ANTUNES, Ricardo. Apresentação. (1997). In: LESSA, S. *Trabalho e ser social*. Maceió: EUFC/EDUFAL.

ANTUNES, Ricardo, et al. (2006). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. *São Paulo: Boitempo*, 1.

ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Marcio. (2007). *A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil*. Disponível: http://bibliotecavirtual. clacso. org. ar/clacso/se/20100517090935/08antu. pdf.

ASPAS, Manuel Bellido. (2008). O poder de controle do empresário sobre os novos meios de comunicação e informação na empresa e os seus limites. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região*, Belo Horizonte, v. 47, n. 77, 149-162, jan/jun. 2008.

AUGUSTO, M.H.O.G. (2005). As reformas educacionais e o 'choque de gestão': a precarização do trabalho docente. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 28. 2005, Caxambú. Anais. Caxambú: ANPEd.

BARROS, Alice Monteiro de. (2009). *Curso de direito do trabalho*. 5 ed. rev. e ampl. São Paulo: LTr.

BAUM, Joel A. C. *Ecologia Organizacional. Em Handbook de estudos organizacionais*. Org. Stewart R.

BEZERRA, Ciro; SILVA, Sandra Regina Paz da. (2006). Mercadorização e precarização do trabalho docente: contradições entre prática pedagógica e trabalho pedagógico. *SEMINÁRIO DA REDESTRADO–Regulação Educacional e Trabalho Docente*.

BEBBER, Júlio César. (2014). Eficácia (força) probatória dos controles e relatórios de horários de trabalho de autoria intelectual estranha ao empregado. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, v.80, n2, abr/jun.

BORGES, Livia de Oliveira; Álvaro, José Luis. (2013). *O psicólogo e as relações de trabalho*. Em Livia de Oliveira Borges e Luciana Mourão. *O trabalho e as organizações: atuações a partir da psicologia*. Porto Alegre: Artmed, pag. 85-120.

BORGES, Livia de Oliveira; Yamamoto, Oswaldo Hajime. (2004). *O mundo do trabalho*. Em *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Org. por José Carlos Zanelli, Jairo Eduardo Borges-Andrade e Antônio Bittencourt Bastos. Porto Alegre: Artmed. 24-62.

BOSI, Antônio de Pádua. (2007). A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. *Educação & Sociedade*, Campinas, 8.101.

BRASIL; FERRARI, Irany. *(2014). Consolidação das leis do trabalho*. Editora LTr, 2014.

BRASIL. Lei 12.551 de 15 de dezembro de 2011. (2011). *Altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos*.

BRASIL, Constituição. (1988). *Constituição da república Federativa do Brasil*.

BRASIL. Lei 8112 de 11 de dezembro de 1990. (1990). *Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.*

BRASIL. Súmula 20 do STF. (1964). *É necessário processo administrativo com ampla defesa, para demissão de funcionário admitido por concurso. Súmula da Jurisprudência Predominante do Supremo Tribunal Federal – Anexo ao Regimento Interno.* Edição: Imprensa Nacional, p. 39.

BRASIL. Súmula 21 do STF. (1964). *Funcionário em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade. Súmula da Jurisprudência Predominante do Supremo Tribunal Federal – Anexo ao Regimento Interno.* Edição: Imprensa Nacional, p. 39.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 19 de 04 de junho de 1998. (1998). *Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos,*

controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.

BRASIL. Lei n. 9790 de 23 de março de 1999. (1999). *Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.*

BRASIL. Lei complementar n. 101 de 4 de maio de 2000. (2000). *Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências*.

BRASIL. Lei n. 8666 de 21 de junho de 1993. (1993). *Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências*.

BRASIL. Súmula 331 do TST. (2011). CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011.

BRASIL. Lei n. 9032 de 28 de abril de 1995. (1995). Dispõe sobre o valor do salário mínimo, altera dispositivos das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

BRASIL. Lei 11079 de 30 de dezembro de 2004. (2004). *Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública..*

BRASIL. Decreto n. 94664 de 23 de julho de 1987. (1987). *Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596.*

BRASIL. Lei 7596 de 10 de abril de 1987. (1987). *Altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, e pelo Decreto-lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências*.

BRASIL. Lei 12772 de 28 de dezembro de 2012. (2012). *Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nºs 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências*.

BRASIL. Lei 12863 de 24 de setembro de 2013. (2013). *Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera as Leis nºs 11.526, de 4 de outubro de 2007, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 12.513, de 26 de outubro de 2011, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 91, de 28 de agosto de 1935, e 12.101, de 27 de novembro de 2009; revoga dispositivo da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011; e dá outras providências*.

BRASIL. Lei 9.673 de 15 de maio de 1998. (1998). *Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.*

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; BRITO, Mozar José de. (2003). Poder disciplinar e gestão de pessoas: um estudo empírico em uma organização de desenvolvimento de

software. *Organizações & Sociedade*, 2003, 10.26: 19-37.

CHAHAD, J. P. Z (2003). Tendências recentes no mercado de trabalho: pesquisa de desemprego e emprego. *São Paulo em Perspectiva*, 17(3-4): 205-217.

COLI, Juliana (2006). *A precarização do trabalho imaterial: o caso do cantor do espetáculo lírico*. In R. Antunes (Org.), *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, pp. 98-141.

DELGADO, Maurício Godinho. (2003). Direitos fundamentais na relação de trabalho. *Revista de Direito do Trabalho.* RDT 123/143. Jul-set.

DELGADO, Maurício Godinho. (2014). *Curso de Direto do Trabalho.* 13ª edição. São Paulo*:* LTR.

DEL PINO, Mauro Augusto Burkert; GRÜTZMANN, Thaís Philipsen; PALAU, Roberta de Carvalho Nobre. (2011). A educação a distância nas instituições federais de ensino: novas relações no processo de trabalho docente. *Cadernos de Educação*, 38.

DUTRA, Renata Queiroz. (2012). Direitos fundamentais sociais à afirmação da identidade e à proteção da subjetividade no trabalho. *Revista do TST*, Brasília, v. 78, nº4, out/dez.

FLEURY, Maria Tereza L. (1986). *O simbólico nas relações de trabalho: um estudo sobre as relações de trabalho na empresa estatal.* São Paulo: USP/FEA,

FRANÇA FILHO, G. C. (2002). *Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais.* Bahia Análise & Dados, 12(1), pp. 9-19.

FREITAS, Luiz Carlos de, et al. (2012). Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação & Sociedade*.

GLENN, S. S. & Malott, M. (2004). Complexity and selection: implications for organizational change. *Behavior and Social Issues*, 13, 89-106.

GRADELLA JÚNIOR, Osvaldo. (2002). *Participação política e gestão administrativa: relações de alienação na universidade pública*. V1, n1, p46-56.

GREMAUD, Amaury Patrick; PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. (2003). *Manual de economia*. *São Paulo: Saraiva*, 3.

GONÇALVES, Lilian. (2010). O fim social do trabalho. *Revista do TRT da 2ª Região*, São Paulo, n. 5, 83-164.

GUIMARÃES, Valeska Nahas; SOARES, Sandro Vieira; CASAGRANDE, Maria Denize Henrique. (2012). Trabalho Docente Voluntário em uma Universidade Federal: Nova Modalidade de Trabalho Precarizado?. *Educação em Revista*, 28.3.

KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. (2000). *Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigma*. São Paulo: Annablume: Fapesp.

LUZ, Madel T. (2005). Prometeu acorrentado: análise sociológica da categoria produtividade e as condições atuais da vida acadêmica. *Physis*, 15.1: 39-57.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araujo; MARTINS, Tânia Barbosa. (2015). Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. *Revista Brasileira de Educação*, 20.60: 31-50.

MAGNO, Octávio Bueno. (2012). *Do poder diretivo da empresa.* São Paulo: LTr.

MARCELO ALEXANDRINO, Vicente Paulo. (2011). *Direito Administrativo Descomplicado* – 19 ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, pág. 184.

MEIRELLES, Hely Lopes, et al. (2013). Direito administrativo brasileiro. *Revista dos Tribunais*, rev. e ampli.

MARTINS, Sergio Pinto.(2011). *Direito do trabalho*. 27. Ed. São Paulo: Atlas.

MICHELOTTO, Reginia Maria; COELHO, Rúbia Helena; ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. (2006). A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula. *Educar*. Curitiba. n. 28. 179-198.

MOURÃO, Pablo Augusto Lima. (2011). Análise da medida provisória 525/2011: ampliação

da contratação temporária de professores substitutos e "precarização" do trabalho docente nas universidades federais. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, 6.3.

NASCIMENTO, Nilson de Oliveira, et al. (2008). *O poder diretivo do empregador e os direitos fundamentais do trabalhador na relação de emprego.* Doutorado em Direito, Programa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2008.

OFFE, Claus. (1989a). *Capitalismo desorganizado.* São Paulo*:* Brasiliense, 2.

OFFE, Claus. (1989b). *Trabalho como categoria sociológica fundamental?* Em: Offe, C. *Trabalho & Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "sociedade do trabalho".* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 215 p.

OLIVEIRA, D. A. (2000). *Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza.* Petrópolis: Vozes.

OLIVEIRA, D. A. (2003). *As reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes.* Belo Horizonte: Autêntica.

OLIVEIRA, D. A. (2004). *A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização.* Educação e Sociedade: Campinas, v.25, n89, p. 1127-1144, set/dez.

OLIVEIRA, Rodrigo Montenegro de. (2011). *A terceirização na administração pública: Súmula 331 do TST versus julgamento da ADC 16/DF*. Jus Navigandi, Teresina, ano, 16

PAGÈS, Max, et al. (1987). *O poder das organizações: a dominação das multinacionais sobre os indivíduos*. Atlas.

POCHMANN, M. (2002). *Distribuição de Renda e Redução da Desigualdade Social no Brasil: Estratégias para o Avanço Democrático*. In: Lauro Morhy. (Org.). *Brasil em Questão: A Universidade e a Eleição Presidencial* (pp. 85-96). Brasília: Universidade de Brasília.

POCHMANN, M. (2003). *As Possibilidades do Trabalho e a Nova Economia no Brasil.* In: Guilhermo Ruben; Jacques Wainer; Tom Dwyer. (Org.). *Informática, Organizações e Sociedade no Brasil* (pp. 93-132). São Paulo: Cortez.

POCHMANN, M. (2006). *Economia Brasileira Hoje: seus principais problemas.* In: Julio Cesar França Lima; Lúcia Maria Wanderley Neves. (Org.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil* (pp. 109-132). 1ª ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

POCHMANN, M. (2007). *Trabalho e Renda.* In: Jaime Pinsky. (Org.). *O Brasil no Contexto: 1987-2007*. São Paulo: Contexto, v1. p. 31-46.

PORTO, Noemia. A garantia fundamental da limitação da jornada: entre a Constituição e o art. 62 da CLT. *Revista do TST*, Brasília, v. 75, n2, abr/jun. 2009.

RACHLIN, H. New York: Freeman. 1990.

RESENDE, Leonardo Toledo de. *O controle dos poderes do empregador no direito do trabalho francês. Revista do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região.* Belo Horizonte, 30(60): 171-175, jul./dez. 1999.

RODARTE, M. M. S. & Braga, T. S. (2005). *Tendências recentes do Mercado de Trabalho no Brasil a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).* Em Dieese/ Cesit (org.). *O trabalho no setor terciário: emprego e desenvolvimento tecnológico.* (pp. 67-94). São Paulo: Dieese; Campinas: CESIT.

ROCHA, Cláudio Jannotti da; MUNIZ, Mirella Karen de Carvalho Bifano. *O teletrabalho à luz do artigo 6º da CLT: o acompanhamento do direito do trabalho às mudanças do mundo pós-moderno.*, 2013.

RODRIGUES, M. L. *Sociologia das profissões*. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2002.

RYLE, Gilbert. *The concept of mind*. Chicago: University of Chicago Press. 1984

SANTOS, L.L.C.P. Formação de professores na cultura do desempenho. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1145-1157, set/dez. 2004.

SCOTT, W. R; DAVIS, G. F. *Organizations and organizing: rational, natural, and open systems perspectives.* New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2007.

SEGENREICH, STELLA CECILIA DUARTE; CASTANHEIRA, Antônio Maurício.

Expansão, privatização e diferenciação da educação superior no Brasil pós-LDBEN/96: evidências e tendências. *Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 2009, 17.62: 55-86.

SEVERINO, ANTÔNIO JOAQUIM, et al. Expansão do ensino superior: contextos, desafios, possibilidades. *Avaliação*. Campinas/Sorocaba, SP, 2009, 14.2: 253-266.

SINGER, P. (2001). *Autogestão e socialismo: oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão*. Em P. S. Oliveira (Org.). *O lúdico na cultura solidária*. (pp. 229-239). São Paulo: Hucitec.

SINGER, P. (2003). As grandes questões do trabalho no Brasil. *Revista Proposta: economia solidária e autogestão*, 30(97), pp. 20-32.

SILVA, André Vasconcelos da. *Evolução de práticas culturais: a análise de uma organização autogestionável*. Tese de doutorado apresentada no Programa de Ciências do Comportamento da Universidade de Brasília. 2008.

DA SILVA, Bibiane Machado. CONTROLE CONSTITUCIONAL DA JORNADA DE TRABALHO: uma análise dos acórdãos proferidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região e perspectivas para a implementação do e-social. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, 2014, 9.2: 340-358.

KÜMMEL, Marcelo Barroso; SILVA, Rosane Leal da. As tecnologias informacionais nas empresas: os conflitos decorrentes da monitoração das comunicações. *Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região*. Ano VI, nº 109. 60-71, 2010.

JÚNIOR, Silva; DOS REIS, João. O professor pesquisador nas universidades públicas no contexto da internacionalização do capital: a produtividade do trabalho imaterial superqualificado. *Revista Portuguesa de Educação*, 2009, 22.1: 145-177.

SKINNER, Burrhus. F. *Sobre o Behaviorismo*. 9a edição. 1974.

SOUZA, Paulo Renata. *A revolução gerenciada: educação no Brasil 1995-2002*. FINANCIAL TIMES BR, 2005.

TERRA, Luciana Soares Vidal. *A estabilidade no emprego como concretização da dignidade.* Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Belo Horizonte, v51, n81, 23-46, jan/jun. 2010

TODOROV, J.C. O conceito de contingência tríplice na análise do comportamento humano. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 1, 140-146. 1985

TODOROV, J. C. A psicologia como o estudo de interações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 5, -325-347. 1989

WANDERLEY, Maria do Perpetuo Socorro. A dignidade da pessoa humana nas relações de trabalho. *Revista do TST*, Brasília, v. 75, nº3, jul/set. 2009.

LOGUÉRCIO, Antonia Mara Vieira; VARGAS, Luiz Alberto de. *Controle eletrônico de ponto e insegurança jurídica.*, 2006.

VEIGA, Laura da; LEITE, Maria Ruth Siffert Diniz Teixeira; DUARTE, Vanda Catarina. Qualificação, competência técnica e inovação no ofício docente para a melhoria da qualidade do ensino fundamental. *Revista de Administração contemporânea*, 2005, 9.3: 143-167.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

EMPOWERMENT COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DE PESSOAS PARA A EFICIÊNCIA OPERACIONAL: Um Estudo de Caso no Banco Bradesco em João Pinheiro - MG

Raniel Carvalho da Silva[1]
Bráulio Emílio Maciel Faria[2]

Resumo: Essa pesquisa, investigou o *Empowerment* como ferramenta de gestão de pessoas no Banco Bradesco de João Pinheiro Minas Gerais, analisou seu conceito, importância e sua aplicabilidade que concede maior autonomia as pessoas dentro das organizações e descentraliza poderes, perfazendo assim, um modelo participativo e inclusivo. Agrega-se também neste projeto mostrar as dimensões e métodos do conceito, como reflete na autoestima e produtividade dos colaboradores, as vantagens e desvantagens, a busca pelo crescimento profissional, qualificação e desenvolvimento das pessoas e sua capacidade intelectual dentro das empresas, a prática da confiança, criatividade, de desenvolver flexibilidade e motivação. Essa pesquisa foi realizada na modalidade qualitativa, exploratória e descritiva por meio de questionários na instituição que viabiliza a analise desta ferramenta *Empowerment*. Resultando a importância da aplicabilidade juntamente aos líderes e colaboradores da organização financeira. O resultado da pesquisa confirmou que a empresa analisada é mais suscetível a mudanças, possui uma gestão participativa em que todos os colaboradores possam tomar decisões em que se constata o treinamento, a satisfação das pessoas, a troca de informações e a motivação que estimulam a melhoria contínua de gestão de pessoas e mostra ser importantíssimo na administração de recursos humanos para um ambiente favorável de estudo e aplicabilidade do *Empowerment*.

Palavras-chave: *Empowerment*, Liderança, Organizações, Pessoas, Decisões.

Abstratct: This research, investigated Empowerment as a people management tool at Banco Bradesco de João Pinheiro Minas Gerais, analyzed its concept, importance and its applicability that grants greater autonomy to the people within the organizations and decentralizes powers, thus making a participatory and inclusive model. This project also shows the dimensions and methods of the concept, how reflect in the employees' self-esteem and productivity, the advantages and disadvantages, the search for professional growth, qualification and development of people and their intellectual capacity within companies, confidence, creativity,

[1] Graduação em Administração, atuação em área financeira. E-mail: ranielcarvalho07@hotmail.com

[2] Especialista em Gestão de Pessoas e Recursos Humanos pela Associação Educacional de Patos de Minas (2016), Graduação em Administração pela Associação Educacional de João Pinheiro (2012). Atualmente é Coordenador de Recursos Humanos e Professor de Ensino Superior da Faculdade Patos de Minas, Professor de ensino superior da Associação Educacional de João Pinheiro e Coordenador de Recursos Humanos. Tem experiência em área de Administração, com ênfase em Administração. E-mail: braulioemilio@gmail.com

Recebido em 01/04/2019
Aprovado em 20/04/2019

to develop flexibility and motivation. This research was carried out in the qualitative, exploratory and descriptive modality through questionnaires at the institution that enables the analysis of this Empowerment tool. Resulting in the importance of applicability with the leaders and employees of the financial organization. The result of the research confirmed that the analyzed company is more susceptible to change, has a participative management in which all the employees can make decisions in which it is verified the training, the satisfaction of the people, the exchange of information and the motivation that stimulates the improvement continuous management of people, and shows to be very important in the administration of human resources for a favorable environment of study and applicability of Empowerment.

Keywords: *Empowerment*, Leadership, Organizations, People, Decisions.

I – INTRODUÇÃO

As empresas que buscam introduzir um modelo participativo nos últimos anos estão aderindo a uma ferramenta muito estudada por inúmeros autores em que aproxima as pessoas nas organizações e melhora a qualidade e eficiência dos processos. O *Empowerment* é um conceito de gestão de pessoas muito utilizado na administração que concretiza a importância da descentralização de poderes concedendo maior autonomia aos colaboradores nas organizações, facilitando nos processos de tomada de decisões. “O empowerment é uma abordagem de projeto de trabalho que objetiva a delegação de poder de decisão, autonomia e participação dos funcionários na administração das empresas”. (RODRIGUES, SANTOS 2001. p.237).

A presente pesquisa foi realizada no Banco Bradesco, na agência do município de João Pinheiro, Minas Gerais, no ano de 2018, sendo que a organização é um dos maiores grupos financeiros do Brasil, com inabalável atuação voltada as necessidades e desejos dos seus clientes desde o ano de 1943. Além da eficácia em serviços, sobressai por ser um dos grandes gerenciadores de recursos do mercado, com soluções desenvolvidas sobre bases sustentáveis.

De acordo com os dados do IBGE (2016), a cidade de João Pinheiro está localizada no Noroeste de Minas Gerais com população estimada para 2017 de 48.751 pessoas, sendo o maior município do estado em extensão territorial com 10.716,960 km². Surgiu por volta de 1818 nas margens da vereda da extrema por um povoado de nome Santana dos Alegres, em 30 de agosto de 1911 recebeu o nome atual no qual foi uma homenagem ao ex-presidente do estado João Pinheiro da Silva. A economia gira em torno do agronegócio, agroflorestal e sucroalcooleiro.

Conforme o site Bradesco Financiamentos a empresa Bradesco tem como missão, oferecer soluções, serviços e produtos financeiros e de seguros com rapidez e competência por meio da ascensão da mobilidade social e da inserção bancária, ajudando para a sustentabilidade

e a construção de relacionamentos longevos para a criação de mérito aos acionistas e a toda a sociedade. (BRADESCO, 2018).

A agência deste município de estudo é exemplo em qualidade no atendimento prestado a população, com mais de 6 anos de atuação na cidade, atende toda a região e distritos vizinhos visando sempre o cliente como razão de existir da empresa, respeito à concorrência, clareza em todos os relacionamentos, comprometimento com a qualidade total, melhoria contínua, respeito à diversidade e a dignidade dos seres humanos e crença no valor e na capacidade de progresso das pessoas.

A escolha deste tema se justifica pelo fato do pesquisador atuar em uma empresa que viabiliza a análise do *Empowerment* como ferramenta administrativa, por considerar essa também, uma das melhores formas de se praticar um modelo participativo em que todos possam crescer pessoalmente e profissionalmente juntamente com a empresa em que se trabalha, porque o mercado de trabalho segue sempre bem mais competitivo e demanda grandes desafios as empresas e mais comprometimento das pessoas.

Para o âmbito empresarial e social, traz como retorno um novo modelo de gestão com vantagens aplicáveis para o crescimento organizacional e sucesso nos negócios. Empoderando os colaboradores das empresas passarão a relacionar-se de maneira diferente e a mostrar mais compromisso nas tarefas, liberar novas habilidades e obter uma equipe motivada e com autoestima elevada, aumentando a produtividade, reduzindo custos e principalmente agindo com foco no cliente.

> Pesquisa é entendida tanto como procedimento de fabricação de conhecimento, quanto como procedimento de aprendizagem (princípio científico e educativo), sendo parte integrante de todo processo reconstrutivo de conhecimento. (DEMO, 2000. p.20).

Em uma visão acadêmica, para a excelência de qualquer administrador a pesquisa é de extrema importância pois, se faz refletir e planejar com antecedência o universo de pesquisa antes de realiza-la. É inevitável que se elabore um plano de ação, imaginando a abordagem, os argumentos que serão frisados e como se objetiva a conduzir a pesquisa, sendo realizado em etapas para se evitar riscos e facilitar os processos, colocando-se, portanto, todos os conhecimentos da vida acadêmica em prática na elaboração do projeto de pesquisa, evidenciando assim que todo pesquisador é um verdadeiro administrador.

O artigo de pesquisa visa responder aos seguintes questionamentos: Qual a importância e a necessidade da aplicação deste conceito que é o *Empowerment*? Como o *Empowerment*

contribui para a autoestima e motivação dos colaboradores? Os colaboradores da instituição têm o conhecimento sobre o que é o *Empowerment*? Quais as vantagens e desvantagens de se aplicar este novo conceito de gestão de pessoas? Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos gestores e colaboradores para desenvolvimento da ferramenta *Empowerment*?

Essa pesquisa tem por objetivo geral, compreender a importância e a necessidade da aplicabilidade do *Empowerment* junto aos colaboradores da organização; e também nesta pesquisa teve os objetivos específicos que são: entender o conceito e averiguar se o *Empowerment* contribui para a autoestima e motivação dos colaboradores na empresa; analisar como essa ferramenta reflete na produtividade e autoestima dos funcionários; mostrar as dimensões do *Empowerment*, seus métodos e como aplica-lo.

A princípio esse trabalho levantou por hipótese que o *Empowerment* vai muito adiante de tarefas delegadas, além de se sentir bem mais valorizado e reconhecido pela empresa, os colaboradores utilizaram seus próprios conhecimentos, experiências, forte dedicação e bom senso para executar todas as tarefas da melhor maneira possível.

Reflete-se na produtividade e na eficiência operacional nas empresas, esta teoria pode-se afirmar que, tendo os colaboradores se dedicando as funções é muito mais eficiente que colocar em larga escala pessoas tentando fazer uma única tarefa, vale salientar que com a equipe estando motivada a prospecção é ter o trabalho sendo executado com mais afinco, dedicação, atenção e bastante foco, diminuindo o tempo que era demandado para cada tarefa ser feita.

Existem dificuldades que podem ser enfrentadas pelos gestores ao se desenvolver o caminho para a jornada de *Empowerment*, muitas delas ocorridas pelo fato de não existir uma norma ou processos definidos e já acabados para se seguir, além de exigir muito tempo, alto comprometimento das pessoas e um delicado equilíbrio entre a liberdade e a responsabilidade. Por ser uma temática pouco abordada e ser um conceito novo de gestão de pessoas, os colaboradores da instituição poderão não ter conhecimento sobre o que é o *Empowerment*, suas vantagens e desafios.

O constante foco no cliente e no resultado, obtendo uma administração alinhada aos objetivos e metas da empresa, criando tomada de decisões mais rápidas além de tornarem as pessoas a acreditarem nos resultados da organização, com mais comprometimento e responsabilidade com valores, são características das vantagens da aplicabilidade deste conceito de *Empowerment*. Contudo, existe desvantagens a serem observadas como, os trabalhadores escolhidos poderem não se sentir à vontade para tomar decisões e realizar as tarefas; e também que a maior parte dos líderes podem não saber o que é motivar as pessoas e distorcer a essência

deste modelo; e de existir a possibilidade de fragilidade no controle das decisões a serem tomadas.

II – METODOLOGIA E FONTES

Essa pesquisa foi realizada na modalidade qualitativa, exploratória e descritiva, mas que também usou dados quantitativos, pois busca analisar e descrever a necessidade e importância da aplicabilidade do *Empowerment* juntamente aos líderes colaboradores da organização financeira.

> A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc. (LAKATOS, 2004. p.269).

A estratégia adotada foi a de estudo de caso, por pesquisar nos meios virtuais e em material escrito a fundamentação metodológica e teórica do estudo, tornando em uma pesquisa bibliográfica e de campo pois coleta informações na empresa.

> O estudo de caso refere-se ao levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano sob todos os seus aspectos. Entretanto, é limitado pois se restringe ao caso que estuda, ou seja, um único caso, não podendo ser generalizado. (LAKATOS, 2004. p. 274).

Através de um questionário com doze perguntas escritas de forma fechada foi aplicado aos profissionais do banco, sendo eles: um gerente geral, um gerente pessoa jurídica, um gerente administrativo, um escriturário, um operador de caixa, dois seguranças e um auxiliar de limpeza. O critério da escolha de amostragem é com gestores que são experientes em delegar poderes e colaboradores da organização de serviços financeiros, que permitiu identificar e avaliar a partir disto o poder de decisão através do *Empowerment*, como isto reflete na autoestima, motivação e produtividade dos mesmos, se é aplicado ou não e se é favorável ao ambiente para desenvolver o *Empowerment*.

III – REVISÃO DE LITERATURA

O *Empowerment* está diretamente atado ao conceito de liderança, desenvolvimento, poder, motivação, clima e cultura organizacional. É dar devida importância e acima de tudo confiar nas pessoas atribuindo-lhes autonomia e liberdade.

> *Empowerment* não é "dar poder às pessoas" mas, antes, liberar as pessoas para que possam fazer uso do poder, dos conhecimentos, das habilidades e da motivação que já têm. Para que isto ocorra, é necessário que os gerentes criem condições favoráveis de aprendizado, ação e decisão para que as pessoas possam fazer uso da autonomia e assumir a iniciativa e a responsabilidade pela coleta e análise de dados e pela tomada de decisões o que, nas organizações tradicionais é atribuição quase que exclusiva dos gerentes. (BLANCHARD, CARLOS, RANDDOLPH 1996. p.11).

Segundo os autores Blanchard, Carlos, Randdolph (2001), *Empowerment* é uma ferramenta que lida com a desburocratização e hierarquia, visando maior responsabilidade e maior envolvimento das pessoas nas atividades fazendo com que realizem suas funções com prazer e levem a motivação e satisfação de fazer parte da equipe. Surge assim novos estilos de liderança com o compartilhamento de informações intensivas entre todos. Em um ambiente competitivo um dos fatores determinantes para o sucesso exige pessoas sempre cada vez mais envolvidas e capacitadas no desenvolvimento dos procedimentos estratégicos das empresas.

O significado da expressão *Empowerment* é empoderamento, e o termo é o real tema de pesquisa proposto neste artigo, por ser um dos assuntos relevantes na atualidade como o empoderamento feminino: movimento social de grande destaque na vida das pessoas e digno de atitudes empreendedoras. Para Frota, Lima (2002), na Administração esse conceito vem sendo aplicado com sucesso em empresas de grande e médio porte no mundo inteiro, mas que pode ser aplicado em qualquer instituição melhorando o clima organizacional, capacitando as pessoas e mostrando a importância da comunicação para que todos tenham proatividade e envolvimento geral.

De acordo com Lopes, Santos (2001), nos dias atuais é possível a implementação de um sistema participativo onde as pessoas possuam maior poder de decisão sem que afete o planejamento e o desenvolvimento da empresa, com isso traz inúmeros benefícios para os gestores, clientes, colaboradores e todos os envolvidos. Os funcionários se sentem parte do negócio, libera mais tempo, obtém mais competitividade e lucratividade. Porém, é necessária uma liderança eficaz para fazer acontecer; antes de conceder autonomia aos colaboradores é muito importante descobrir se merecem o poder para tomar decisões, pois envolve riscos, sendo assim uma das maiores barreiras enfrentadas pelos gestores para a aplicabilidade deste estudo.

3.1 História do *Empowerment*

Segundo Frota, Lima (2002), essa filosofia de gerência, une os interesses da empresa junto aos dos empregados, fazendo os "vestirem a camisa" realmente. Esse conceito só foi possível ser material de estudo graças as teorias organizacionais, que vem desde os anos de 1920 com as teorias de Taylor e Fayol, no qual foram se adaptando e tendo uma melhoria contínua servindo de análise para criação de novas teorias até chegar a evolução que é o *Empowerment*.

> Na década de 20, as ideias de Taylor, o pai da administração científica, influenciou os administradores a pensarem nos melhores métodos para se executar o trabalho. Havia uma separação da decisão tomada pelos administradores da execução feita pelos trabalhadores de forma submissa. Enquanto apresentava sucesso em termos produtivos, gerava alienação, conflito e absenteísmo (WILKINSON, 1997, p. 41) apud (RODRIGUES, SANTOS 2001. p.1).

De acordo com os autores Rodrigues, Santos (2001), nos estudos de Taylor enfatizava muito a produtividade nas empresas aproveitando a máxima capacidade dos funcionários em que os mesmos eram tratados como máquinas na época. E Fayol destacou prioridade a estrutura organizacional com alta eficiência, marcando a teoria clássica da administração. Elton Mayo vem com críticas ao taylorismo querendo provar que o ambiente influenciava a produtividade, indicando que os funcionários estando envolvidos criava-se um enorme benefício moral. Por volta de 1960 o trabalho incentivador se apresentava como um paradigma de trabalho, houve críticas também por levar em consideração as formas subtendidas de persuadir as técnicas motivacionais.

Conforme Rodrigues, Santos (2001), a partir de 1970 já havia grande interesse dos trabalhadores nos procedimentos de decisão das empresas, pois o âmbito industrial tinha fortes interesses que os trabalhadores obtivessem maior participação, visando como uma forma democrática de mostrarem seus valores e saberes nas organizações, surgindo novas maneiras de participação e envolvimentos dos funcionários e desenvolvendo equipes de trabalho. Nos anos 80 surge assim uma nova ferramenta revolucionária de gestão em que já havia relatos de grande envolvimento dos funcionários em equipes de qualidade.

> Dessa forma, percorrendo a evolução da teoria organizacional, verifica-se que o conceito de empowerment, inicialmente incipiente ou nulo, vem inserir-se plenamente no contexto da mais recente abordagem da teoria organizacional, a Abordagem Contingencial. A organização flexível, competitiva em ambientes marcadamente mais instáveis, só será possível à medida em que

> seus componentes também tenham flexibilidade, poder de decisão, autonomia para propor e desenvolver ações. (FROTA, LIMA 2002. p.7).

De acordo com Wilkinson (1998) apud Sampaio (2013), eis que o *empowerment* surge como um novo método para solucionar problemas de antigas práticas da administração, como o taylorismo e a burocracia, onde os funcionários não tinham "voz" e se tornavam cada vez mais desmotivados.

3.2 Importância do *Empowerment*

Para Rodrigues, Santos (2001), na atualidade em que as empresas do mundo se encontram com a nova era da informação é extremamente importante a delegação de poderes. Não se defende e muito menos se preserva mais a ideia de que apenas uma pessoa ser mandante do conhecimento, como pessoas de cargos de alta gestão com características centralizadoras. Benefícios foram aparecendo por confiar mais nas pessoas e os colaboradores sendo inclusos no processo de decisões, dando-lhes o verdadeiro sentido de fazer parte de verdade da empresa e não apenas trabalhar para ganhar somente seu salário no final de um período, seguindo apenas uma rotina, mas sendo altamente qualificado e responsável com essas novas práticas de empoderamento.

Segundo o autor Ângelo (2010), aponta que a delegação de poderes é uma importante ferramenta de gestão que está em alta nas empresas e no mercado de trabalho em geral, que se refere ao processo de transferir tarefas. Delegar é sobretudo incentivar e desenvolver a motivação em seus colaboradores, estimulando-os a se comprometer mais com as tarefas da empresa, objetivando, proporcionar uma redução de sobrecarga de trabalho por parte do gestor e obter uma qualificação na mão-de-obra.

> A motivação é um aspecto intrínseco ás pessoas, pois ninguém pode motivar ninguém. A mesma passa a ser entendida como fenômeno comportamental único e natural e vem da importância que cada um dá ao seu trabalho, do significado que é atribuído a cada atividade desse trabalho e que cada pessoa busca o seu próprio referencial de autoestima e autoidentidade (BERGAMINI, 1997, p.54).

Para Ângelo (2010), desenvolver o colaborador é essencial para que se possa ter o retorno esperado, contudo, direcionar mais trabalho não deve ser confundido com delegar poderes, mas sim é fazer serem capazes de responderem por suas atitudes salientando que quanto mais os indivíduos forem responsáveis, mais o trabalho ficará bem difundido e

aprimorado, os funcionários sendo mais capacitados com menos probabilidade de erros nas tarefas.

De acordo com Lopes (2010), aborda os principais objetivos da delegação de poderes, e um deles é desenvolver com que os funcionários das empresas se sintam mais criativos e produtivos em suas atitudes e decisões. Possibilitando com que sua capacidade intelectual fique bem mais desenvolvida dentro das empresas. Portanto, existirá mais vontade e espaço para críticas e sugestões, sem criar um ambiente desfavorável e desagradável entre os envolvidos.

Segundo Blanchard, Carlos, Randdolph (2001), apesar de tudo ser muito bom e esclarecedor quando a prática desta ferramenta, alguns componentes devem ser analisados e considerados para que tudo ocorra sempre da melhor forma possível, um deles é o próprio colaborador ter aceitação das novas responsabilidades, outro como já apresentado é a confiança nas competências dos colaboradores por parte dos supervisores, isto tudo para que exerçam seus deveres com eficácia, caso isto não seja possível, não é viável delegar poderes.

3.3. Principais dificuldades enfrentadas pelos Gestores e Colaboradores

Para Blanchard, Carlos, Randdolph (2001), surgem erros ao serem passadas as atividades quando se delega poderes, como por exemplo o de que deve ser feito mas não dizer como deve ser feito realmente, por isso a capacitação antes de tudo é fundamental, pode-se salientar também como outro fator frequente de erros ao se delegar poderes é não identificar os limites para executar determinadas tarefas, devendo estar bem definido, e sendo observado por um gestor sempre, pois todo gestor deve reconhecer as capacidades de cada colaborador, visando em conjunto a busca pelo crescimento profissional e obter uma organização capaz de obter controle de sua administração com qualidade contínua e sem sobrecargas de funções e serviços, tudo em constante harmonia, as pessoas envolvidas nos processos relacionando as estratégias, valores e missão das empresas.

> Não é fácil criar uma cultura de *empowerment*. Isso significa agir com firmeza em face da adversidade e ao mesmo tempo conviver com um delicado equilíbrio entre responsabilidade e liberdade. Mas, quando você começa a seguir o caminho para o *empowerment*, realmente não há volta, a menos que queira ser esmagado, junto com todos os outros na organização, pelas forças da mudança. Para tornar as coisas ainda mais difíceis, as imperiosas necessidades internas de mudança deixam os líderes e membros da equipe sem

> outra escolha além de considerar o *empowerment*. (BLANCHARD, CARLOS, RANDDOLPH 2001. p.16).

Conforme Blanchard, Carlos, Randdolph (2001), o *Empowerment* não é algo fixo e não existe uma forma pronta e já feita pois, toda empresa tem sua aplicabilidade diferente. Portanto, delegar autoridade pode sim ser usado em tamanhos e graus diferentes e variáveis, aplicando corretamente garantirá o sucesso da empresa e um enorme vínculo participativo e motivacional estabelecendo a real prioridade que é a resolução de problemas.

> Toda líder procura soluções para tornar o trabalho – obter resultados com menos recursos – mais fácil. Ao mesmo tempo, os membros da equipe procuram estabilidade no emprego, participação e um sentimento renovado de orgulho. Nós acreditamos que o *empowerment* é uma parte significativa da solução para essas questões. (BLANCHARD, CARLOS, RANDDOLPH 2001. p.19).

De acordo com Frota, Lima (2002), a maioria dos administradores não adequam combinações de informações, recompensas, poder e conhecimentos para desenvolver assim uma cultura que se proceda a essa ferramenta. As pessoas não estão preparadas para adquirir os novos desafios quando são passadas, até o momento em que entendam o real significado das mudanças que os mesmos devem desenvolver e realizar. O sucesso que garantiu anos de estabilidade das empresas, os pensamentos antigos corporativos não são aceitos nessa nova cultura desta ferramenta. Os modos de se relacionar e os comportamentos devem ser mudados para que a empresa proceda ao *Empowerment* junto aos líderes e membros da equipe.

3.4. As dimensões do *Empowerment*, seus métodos e como aplica-lo

Segundo o autor Lopes (2010), baseando no que a grande maioria dos autores enfatizam e pelas confirmações evidentes apresentadas, pode-se perceber que realmente é válida e funciona eficientemente trazendo ótimos resultados, com melhor qualidade esta ferramenta administrativa. As empresas que não agirem mais rápidas que seus concorrentes e não produzirem com mais eficiência e menores custos estará fora do seu ramo de atividade em pouco tempo de empresa, a necessidade de mudar a todo momento é ponto de partida e de obtenção de aperfeiçoamentos contínuos.

Para uma melhor compreensão dos conceitos e como aliá-los à prática para realização da jornada de aplicabilidade do *Empowerment*, o autor Ken Blanchard um experiente escritor na área de administração, autor de vários best-sellers, com milhões de exemplares vendidos em

todo o planeta desenvolveu descrições detalhadas das atitudes que devem se tomar para criar com sucesso o caminho para esta ferramenta, trazendo as três chaves para o *Empowerment* as quais serão abordadas a seguir.

A primeira chave para os autores Blanchard, Carlos, Randdolph (2001), é o compartilhamento de informações com todos. Todo gestor começa a aplicar esta ferramenta apresentando todas as informações que sabe a respeito do negócio em que estão introduzidos. Inclui-se as boas e as ruins no processo de compartilhamento trazendo e despertando a confiança dos funcionários, fazendo os se sentirem aceitos e valorizados.

Conforme Blanchard, Carlos, Randdolph (2001), é evidente que qualquer pessoa não consegue agir com total responsabilidade sem saber as informações precisas para tanto, para que tenham decisões acertadas é preciso saber e conhecer bem, vale ressaltar que as informações devem ser pertinentes ao que espera obter de soluções, apenas as informações precisas para agirem com autonomia e autoridade, não se deve repassar informações como por exemplo de lucros das vendas para todos os colaboradores mas sim para apenas os que necessitaram dessas informações para agirem da melhor forma possível em determinadas situações, ou seja, esta ferramenta é seletiva e deve ser compartilhada até o ponto que seja possível não perder o controle da gestão. É obtendo informações que as pessoas se sentiram praticamente obrigadas a agirem com maior responsabilidade.

A segunda chave para implementar o *Empowerment* com base em Blanchard, Carlos, Randdolph (2001), é criar autonomia estabelecendo limites, isto torna mais claro e evidente a necessidade de desenvolver atitudes estabelecendo certos limites. Não é como as hierarquias tradicionais que visava só procedimentos, que retroagia o comportamento dos funcionários, para informá-los somente sobre o que não fazer ou de como fazer uma determinada função. Com o *Empowerment* as informações visam mostrar as equipes até onde podem agir e até quando podem conduzir sua autonomia, isto faz ter um nível maior de controle e prioritariamente responsabilidade.

A terceira chave em conformidade com os autores Blanchard, Carlos, Randdolph (2001), são as esquipes se tornarem a hierarquia. É primordial e deve estar em harmonia com as outras duas chaves de aplicação para que se possa substituir as velhas funções hierárquicas desenvolvidas nas empresas e trocar por equipes autogeridas e autodirigidas, elas não apenas dão ideias, mas as equipes assumem os riscos e tornam responsáveis pelos os resultados obtidos, são desenvolvidas ao passar do tempo e é necessário que os líderes aprendam a trabalhar com as equipes de desempenho elevado. É criar equipes cheias de dedicação para encarar os

desafios, pois toda mudança não é nada fácil mais que exige comprometimento para que a jornada seja completa e satisfatória.

IV – RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa feita por questionários configurado de forma fechada, entrevistou 8 colaboradores da empresa Bradesco da agência de João Pinheiro - MG e teve por objetivo, constatar através de gráficos e respostas os dados recolhidos no universo de pesquisa e analisados pelo pesquisador para que possa responder a problematização.

Análises dos resultados

A realização desta pesquisa permitiu identificar e avaliar o poder de decisão através do *Empowerment*, como isto reflete na autoestima, motivação e produtividade dos colaboradores, se é aplicado ou não e se é favorável ao ambiente para desenvolver o *Empowerment*. Abaixo o quadro demonstra o perfil social com a área de atuação de cada um dos entrevistados e seus respectivos tempo de serviço na empresa, e logo em seguida o gráfico com o gênero de cada um:

N. de Colaboradores	Cargo	Tempo de atuação na empresa
01	Gerente Geral	12 anos
01	Gerente Pessoa Jurídica	06 anos
01	Gerente Administrativo	5 anos
01	Escriturário	1 ano e 2 meses
01	Operador de Caixa	11 meses
01	Gestor de conservação e limpeza	3 anos e 7 meses
01	Supervisor de Segurança	4 anos e 8 meses
01	Supervisor de Segurança	2 anos

Fonte: Pesquisa direta, 2018.

Analisando o quadro acima percebe-se que existe uma variação muito grande com relação ao espaço temporal em que estão situados na empresa, que indagasse estar com a grade de colaboradores completa, em que identifica essa variação de onze meses a doze anos. A empresa demonstra ter baixa rotatividade e isto é muito bom para as atribuições do

Empowerment pois existe uma estabilidade satisfatória e faz com que os colaboradores se sintam parte da organização e tomem decisões assertivas e com alto nível de responsabilidade.

Gênero dos entrevistados

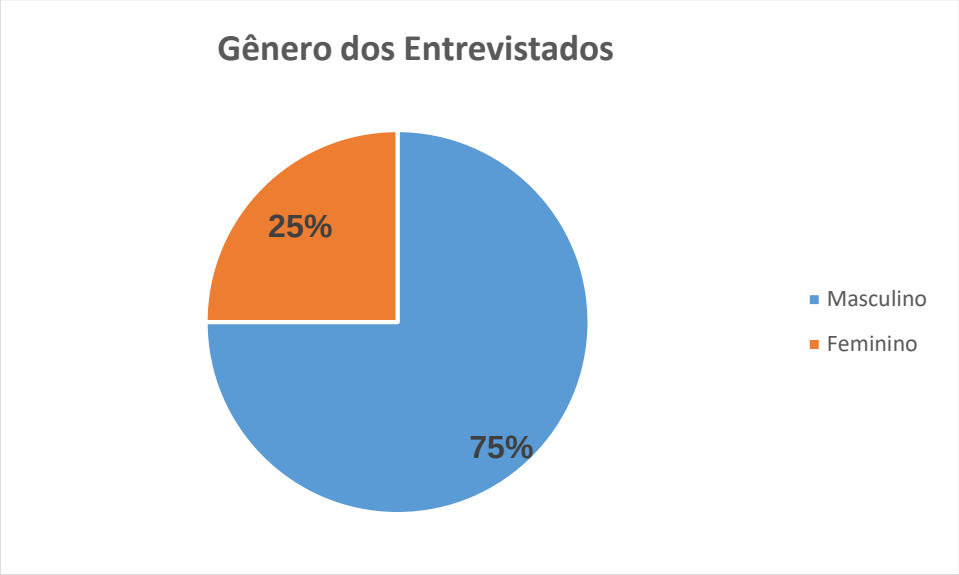


Gráfico: Gênero
Fonte: Pesquisa direta, 2018.

O gráfico acima ilustra o gênero dos 8 colaboradores entrevistados da empresa Bradesco em João Pinheiro – MG, no qual mostra que 75% representados por 6 pessoas são do gênero masculino e que apenas 25% é feminino sendo 2 pessoas.

A princípio o pesquisador buscou analisar o grau de autonomia dos colaboradores para tomar uma decisão sozinho, o resultado encontra - se no gráfico abaixo:

Pergunta 01: Tem autonomia para decidir sozinho?

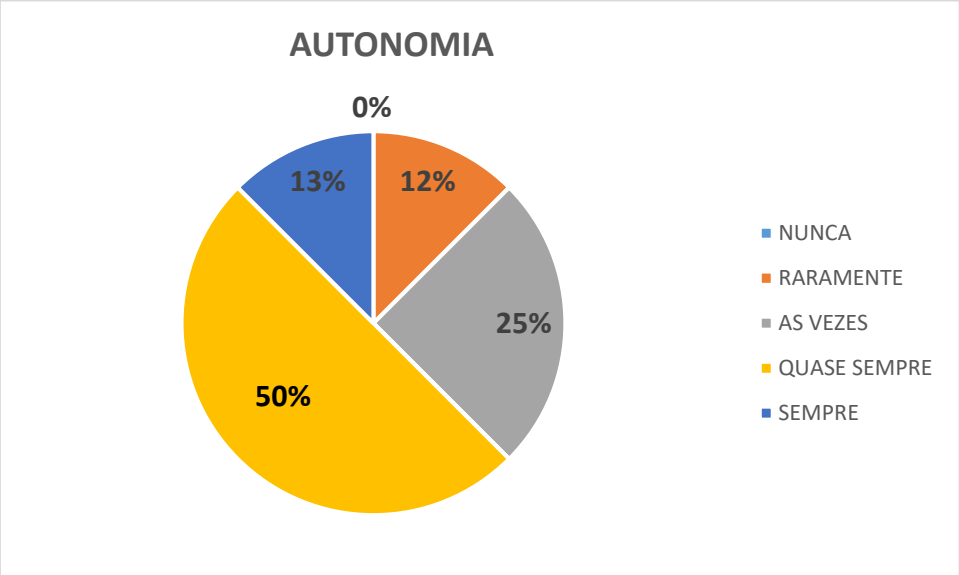


Gráfico 01: Autonomia
Fonte: Pesquisa direta, 2018.

Neste gráfico 50% dos colaboradores entrevistados revelaram que possuem quase sempre autonomia para tomar decisões sozinhos sem a presença de um supervisor, sendo um grande benefício para os mesmos e para a empresa, pode-se perceber também, que 13% sempre decidem sozinhos e que 25% as vezes e 12% raramente, vale salientar que nenhum dos entrevistados marcaram que nunca, indicando assim que a autonomia é uma das aliadas dos colaboradores em seus processos de trabalho, sendo este um dos principais quesitos para jornada do *Empowerment.*

> No exercício da autonomia não se necessita de uma supervisão direta de um líder formal. As necessidades motivacionais e as possibilidades de negociações com o líder permitem que o indivíduo incorpore a autoadministração e a automonitorização, simbolicamente (CLEGG; HARRIS; HÖPFL, 2011) apud (CONCEIÇÃO NETO, 2014, p.22).

De acordo com a autora Conceição Neto (2014), a implementação de uma maior autonomia aos colaboradores de uma organização contribui para que exerça domínio sobre seus horários de trabalho, sua programação, produtividade, metas e além do mais sua eficiência, características que transformam o cargo em algo mais enriquecedor, em que se cria no indivíduo um burocrático de si próprio em busca da produtividade e auto eficácia.

Pergunta 02: Foi treinado para resolver situações do dia a dia sem consultar o seu supervisor?

A próxima questão levantada na pesquisa é se houve algum treinamento aos funcionários da organização para resolver situações do dia a dia sem precisar consultar o supervisor, a seguir o gráfico com os resultados apresentados:

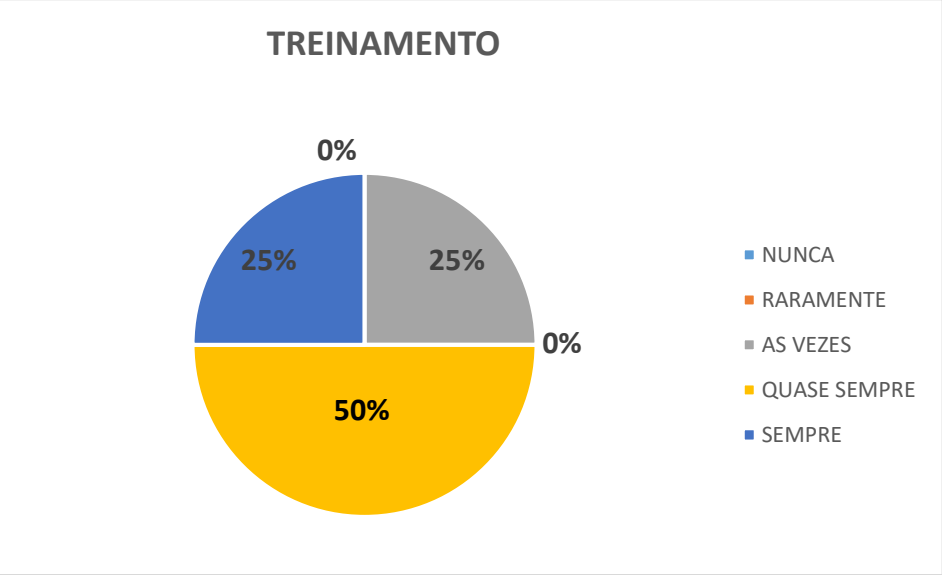


Gráfico 02: Treinamento
Fonte: Pesquisa direta, 2018.

Podemos observar neste gráfico que 50% dos colaboradores identificaram que quase sempre são treinados no dia a dia em funções, tarefas para resolver problemas e soluções, sem a necessidade de pedir orientação ou até mesmo permissão ao gestor, 25% dos mesmos relatam que sempre e 25% as vezes, nenhum dos entrevistados da organização marcaram que nunca e raramente.

Os resultados se mostraram favoráveis para a aplicabilidade do *Empowerment* pois a maioria salientou que são treinados e existe uma capacitação para solucionar problemas com suas ideias próprias. Os treinamentos em grande maioria são realizados por reuniões, palestras, workshops e TREINETS que são os cursos online e presenciais da organização.

Segundo Reginatto (2004), o treinamento ajuda as pessoas a serem mais eficientes, evitando erros, melhorando atitudes e alcançando maior produtividade, pois, por meio dele pode-se aprender fazendo, reavaliando e mudando comportamentos.

Pergunta 03: Você consegue atender todo trabalho que lhe solicitam?

Na terceira questão foi questionado se os funcionários conseguem resolver todo o trabalho necessário de suas funções, conforme o gráfico abaixo:

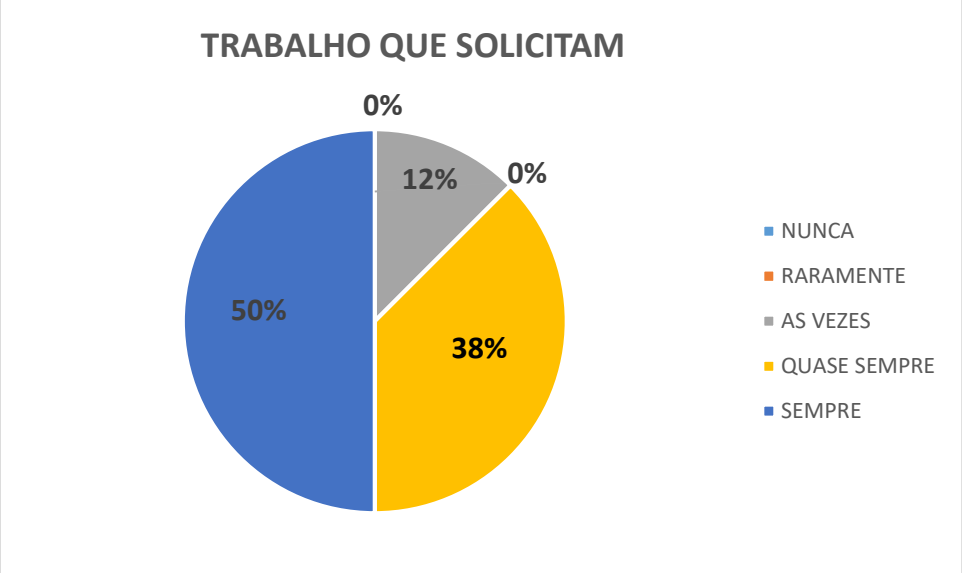


Gráfico 03: Trabalho que solicitam
Fonte: Pesquisa direta, 2018.

O gráfico 03 mostra que a maioria dos colaboradores sempre conseguem atender todo o trabalho necessário que precisa ser feito indicando 50% dos pesquisados, responderam 38% quase sempre e 12% que as vezes, não foram marcadas as questões nunca e raramente.

Merece destaque nesta pergunta pois o resultado evidencia que todos conseguem atender suas atividades ressaltando que não existe sobrecargas de tarefas e nem acumulo de funções, todos desempenham seu serviço de maneira satisfatória e com bom desempenho. Em que se mostra ser um quesito essencial extremamente positivo e primordial que permite mais tempo livre, para que se dediquem para alcance dos objetivos da empresa e desenvolvimento de suas carreiras profissionais as contribuições dos colaboradores.

Pergunta 04: O seu gestor é autoritário, impõe suas decisões?

Nesta pergunta da pesquisa teve como intuito verificar se o gestor da organização não aceita opiniões contrárias à dele, se apenas sua decisão é a que importa e se segue um modelo autocrático e não participativo, sendo este um modelo contrário ao de aplicabilidade do E*mpowerment*. Logo abaixo o gráfico ilustra as respostas dos entrevistados:

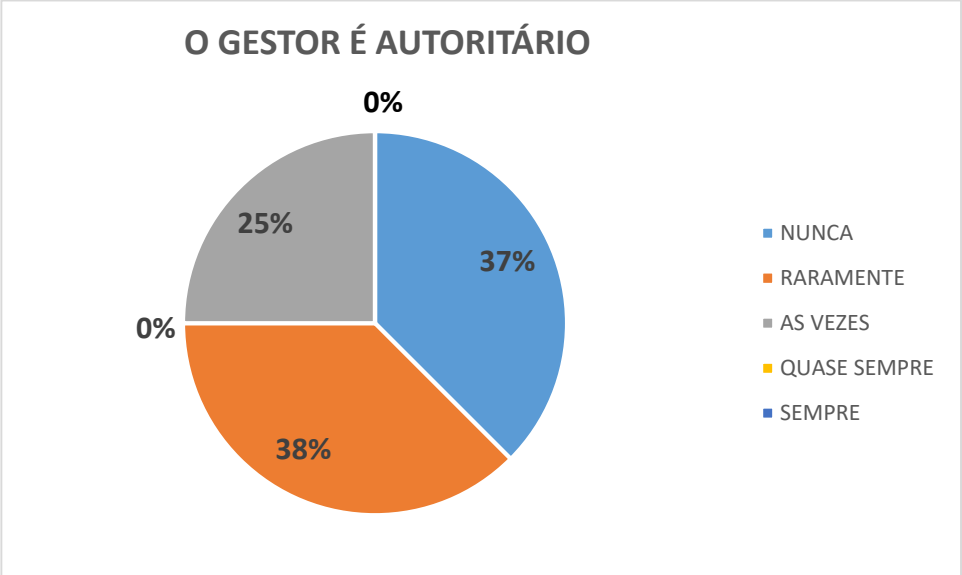


Gráfico 04: O gestor é autoritário
Fonte: Pesquisa direta, 2018.

Percebemos que o modelo seguido pelo gestor da organização é mais suscetível a ser participativo do que autocrático sendo um fator benéfico para as práticas do estudo de *Empowerment* pois, nenhum dos colaboradores responderam que sempre e quase sempre, os resultados foram 38% raramente o gestor impõe suas decisões, 37% nunca impõe e 25% as vezes.

> A liderança autocrática baseia-se no uso do poder de coerção e posição, que depende alta quantidade de energia, procurando o maior controle possível sobre as ações e reações do liderado, o que tende a gerar passividade e alienação. Ameaças, punições e pressões por parte do líder se multiplicam, isso significa atenção contínua no sentido de evitar desvios dos padrões rigidamente estabelecidos e presença física constante de uma figura de autoridade para assegurar o cumprimento das atividades. (RAMOS 2004, p.07).

Para Ramos (2004), ser autoritário, utilizar o estilo autocrático é ser um líder repressivo no local de trabalho em que tende a centralizar poderes e ignorar incansavelmente as vontades dos colaboradores e suas opiniões.

Pergunta 05: Permite as ideias dos subordinados e também participa das atividades?

A quinta questão identifica-se são permitidas as ideias dos colaboradores e se os mesmos participam das atividades de decisões dento da organização.

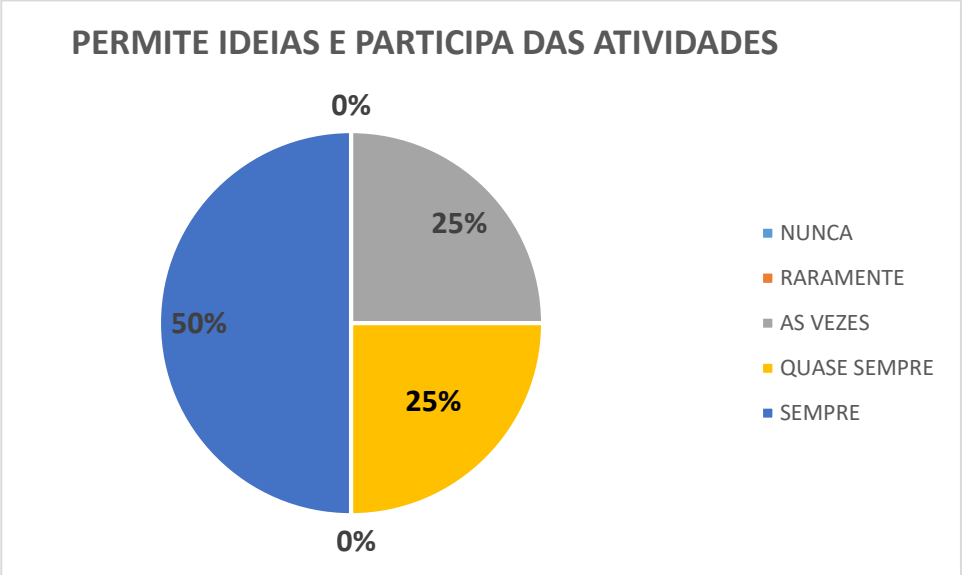


Gráfico 05: Permite ideias e participa das atividades
Fonte: Pesquisa direta, 2018.

O gráfico mostra que 50% responderam que sempre permite ideias dos colaboradores na empresa e que participam nas atividades, 25% dos entrevistados marcaram também que quase sempre e 25% as vezes, não houve nunca e nem raramente das questões respondidas.

As ideias são sempre ouvidas e analisadas em que se permite maior interação das pessoas nas atividades da organização, é importantíssimo este quesito e se mostra positivo nos resultados desta pesquisa, tornando favorável aos conceitos abordados neste artigo, estimulado a satisfação dos empregados e desenvolvendo a motivação nos mesmos que se dedicam em tarefas mais impactantes de estratégia na empresa, criando uma gestão bem mais participativa.

Pergunta 06: As decisões ficam por conta do grupo as sugestões são ouvidas e estudadas?

Na questão de número seis teve como intuito de analisar se são aceitas as sugestões, se são estudadas para que possam entrar em vigor e se são em grupo as decisões de todos em equipe. A seguir o gráfico com os resultados da pergunta:

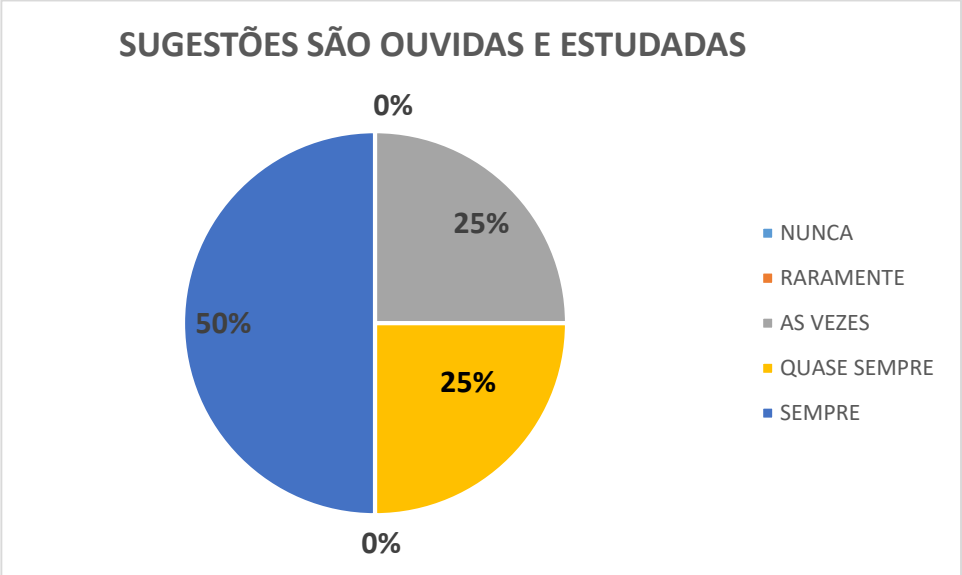


Gráfico 06: Sugestões são ouvidas e estudadas
Fonte: Pesquisa direta, 2018.

Ao verificar neste gráfico contatamos que a grande maioria dos funcionários representados por 50% responderam que sempre são estudadas e ouvidas as sugestões no ambiente de trabalho em equipe, unidos para melhor desenvolvimento da empresa. Também constata que 25% quase sempre e 25% as vezes, as respostas nenhuma e raramente não obtiveram resultados no gráfico em destaque.

Pergunta 07: Você tem o conhecimento sobre o que é o *Empowerment*?

Por ser um tema pouco praticado dentro das organizações, porém muito falado e por ser um estudo novo e recentemente estudado, o conceito de *Empowerment* na grande maioria dos colaboradores podem não ter ideia sobre este estudo. Com isto procurou saber nesta questão se os funcionários já ouviram falar, ou se possuem conhecimento a cerca desta temática, o resultado dessa pergunta está ilustrado no gráfico logo abaixo:

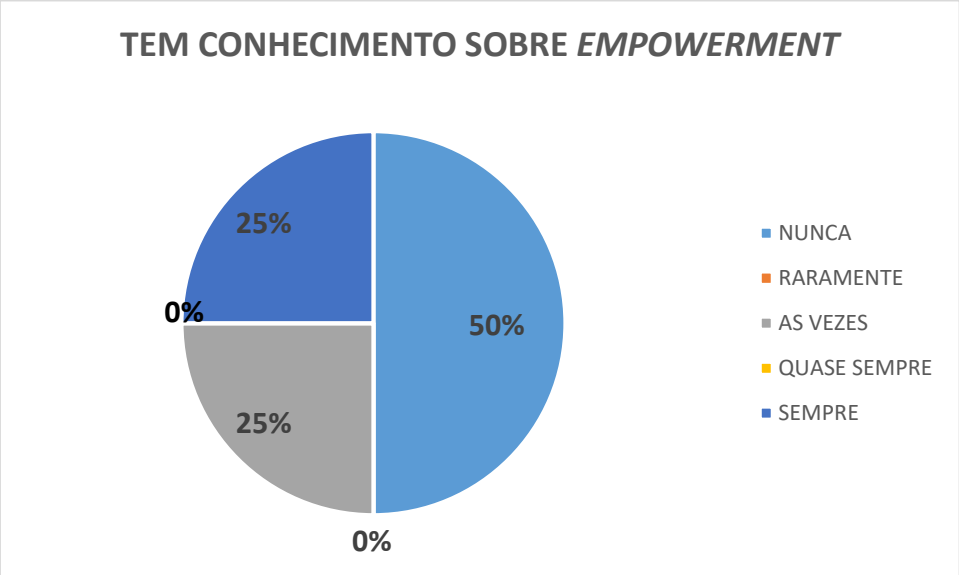


Gráfico 07: Tem conhecimento sobre *Empowerment*
Fonte: Pesquisa direta, 2018.

Ao analisar o gráfico percebe-se que 50% dos colaboradores da empresa pesquisada marcaram que nunca tiverem o conhecimento sobre *Empowerment*, apenas 25% disseram que as vezes e 25% que sempre ouviram sobre o assunto e que tem o conhecimento a respeito deste conceito.

Para as autoras Rutina, Pereira (2000, p.7), "o verdadeiro ambiente do *Empowerment* é aquele em que as pessoas se sentem comprometidas com a organização e passam a ter um maior senso de responsabilidade".

Ter o conhecimento sobre o que é este conceito de *Empowerment* ajuda em uma melhor percepção de todos ao se aplicar este estudo, pois, as pessoas compreenderam o significado de todas as mudanças necessárias e seus objetivos. O resultado mostrou que a grande maioria dos entrevistados não conhecem sobre o assunto, mesmo o ambiente sendo favorável a prática e a maioria dos quesitos serem praticados no dia a dia. Apenas os gestores responderam possuir o conhecimento sobre a temática, fica a sugestão para criação de um treinamento a respeito deste conteúdo na empresa para indagar os benefícios desta jornada caso venha a ser aplicado mais a assiduamente.

Pergunta 08: Você se sente à vontade para tomar decisões?

Na oitava pergunta do questionário buscou saber se os colaboradores se sentem à vontade para decidirem em suas atividades no seu ambiente de trabalho.

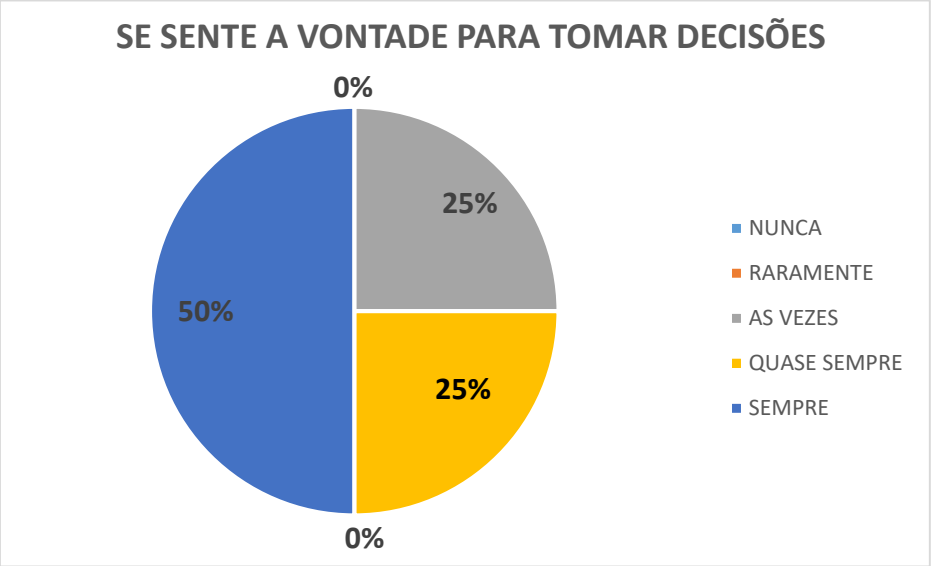


Gráfico 08: Se sente à vontade para tomar decisões
Fonte: Pesquisa direta, 2018.

O gráfico evidencia que 50% dos entrevistados nesta pesquisa se sentem à vontade e gostam de tomar decisões dentro da organização sendo um fator benéfico a esta pesquisa, 25% quase sempre e 25% as vezes, ninguém respondeu que nunca ou raramente.

Pergunta 09: A empresa deixa claro o poder que sua função ou cargo tem?

Nesta questão visou identificar se a organização desta pesquisa evidencia aos seus colaboradores se suas tarefas, funções, atividades possuem grande importância e relevância para o desenvolvimento da empresa e crescimento profissional e pessoal. Observa-se no gráfico abaixo o resultado:

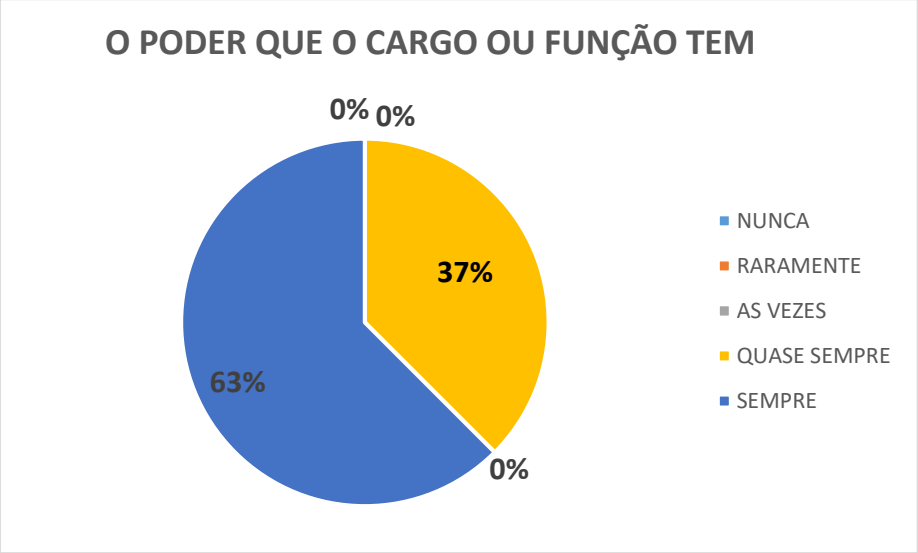


Gráfico 09: O poder que o cargo ou função tem
Fonte: Pesquisa direta, 2018.

O gráfico ilustra que 63% dos colaboradores responderam que sempre a empresa deixa claro o poder da função e cargo de cada pessoa e a importância disto para todos. O restante representado por cerca de 37% respondeu que quase sempre, perfazendo o total de entrevistados.

Pergunta 10: Você se sente parte da empresa?

Na décima pergunta desta pesquisa teve como intenção compreender se os funcionários da empresa gostam de estar presentes no dia a dia da organização se sentem parte de ser um integrante que faz a diferença e que age proativamente para o bem da equipe, logo abaixo o gráfico com o resultado das respostas:

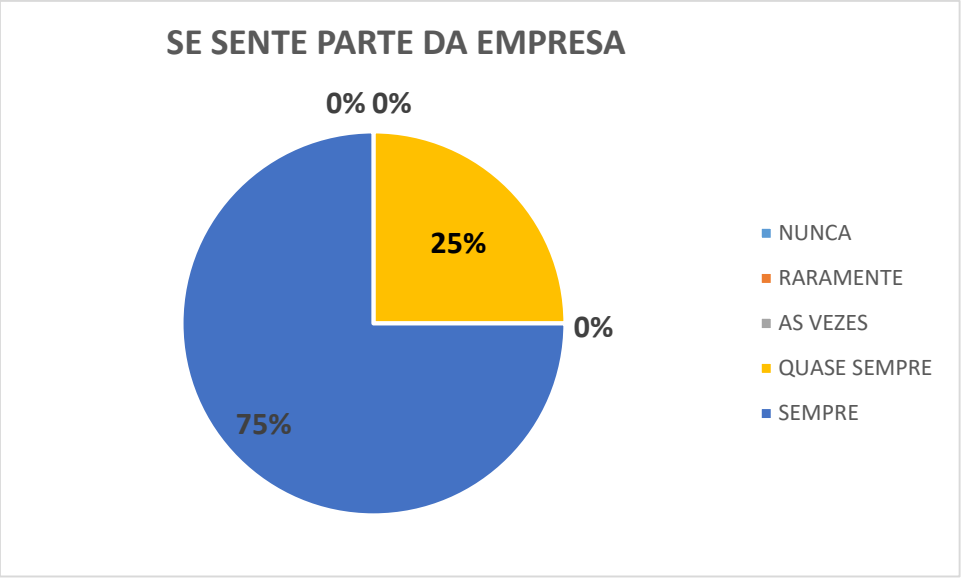


Gráfico 10: Se sente parte da empresa
Fonte: Pesquisa direta, 2018.

Observa-se no gráfico que a grande maioria representada por 75% dos entrevistados da organização se sentem parte da empresa como instrumento fundamental para o desenvolvimento pessoal e da equipe, sendo um diferencial enriquecedor para fortalecer a missão de existir da empresa. Responderam também 25% que quase sempre, não obteve resultados as questões nunca, raramente e as vezes.

Esta é a principal pergunta desta pesquisa pois, para se aplicar o *Empowerment* é importantíssimo que as pessoas tenham prazer em fazer parte da organização, primordialmente para que todo o restante dos processos flua da melhor maneira possível.

Pergunta 11: Recebe recompensas quando atinge uma meta?

Nesta pergunta visou descobrir se ao atingir metas que a organização estipula, os colaboradores são recompensados em forma de aumento salarial, folgas e outras maneiras de recompensas, para identificar se existe esta prática por parte da empresa com os entrevistados.

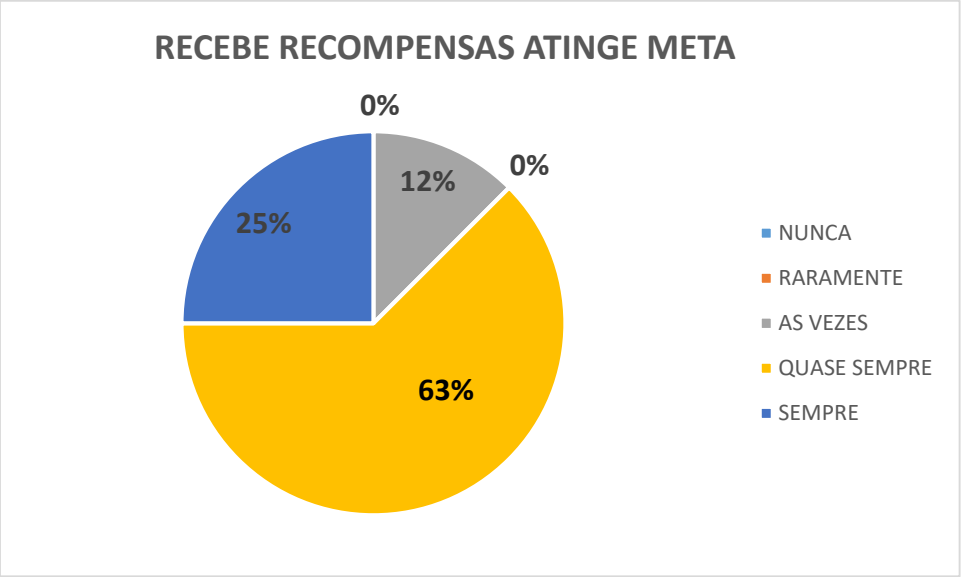


Gráfico 11: Recebe recompensas atinge meta
Fonte: Pesquisa direta, 2018.

Neste gráfico percebe-se que 63% responderam que quase sempre recebem recompensas, 25% sempre recebem quando atingem as metas e 12% as vezes, nenhum dos entrevistados marcaram que nunca e raramente. Contudo, isto mostra que a empresa desta pesquisa visa um ambiente satisfatório para os seus colaboradores.

> O empregado sempre trabalha em troca de uma recompensa, seja salário, o status ou a satisfação pessoal e profissional, em contrapartida, para atingir seus objetivos, a empresa depende destes empregados, e por isso precisa investir na remuneração, não só através dos salários, mas também dos benefícios. (FAVARIM, 2011. p.210).

A recompensa no ambiente de trabalho é uma das maneiras de se motivar os colaboradores, fazendo com que se dediquem e esforcem com seus conhecimentos para alcance de seus objetivos.

Pergunta 12: Existem promoções dentro da empresa?

A última questão desta pesquisa pretendeu verificar se na organização existe promoções de cargos, em que crie a opção de crescimento interno de qualidade de vida e desenvolvimento profissional. O resultado está no gráfico a seguir:

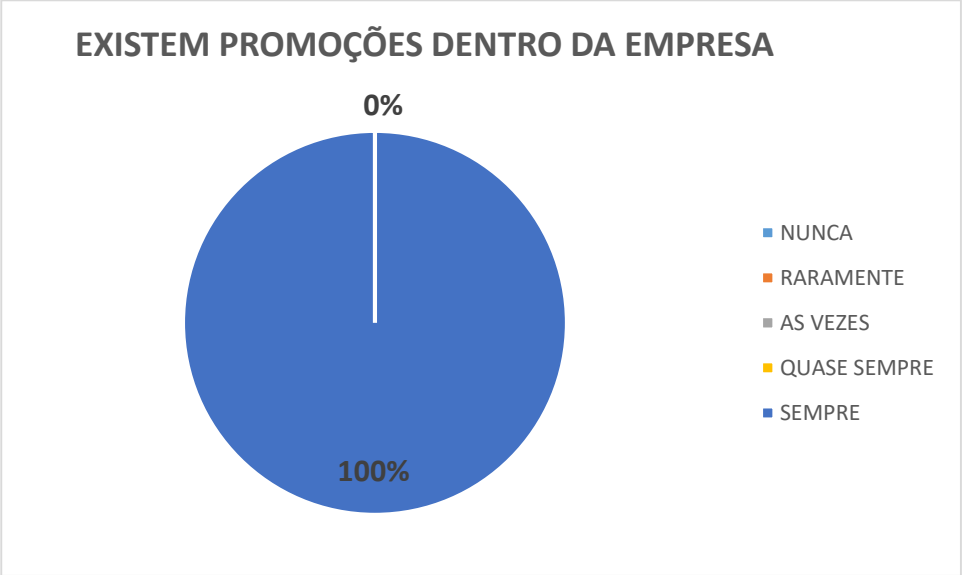


Gráfico 12: Existem promoções dentro da empresa
Fonte: Pesquisa direta, 2018.

No último gráfico, 100% dos colaboradores responderam que sempre existem promoções dentro da empresa e que há um grande interesse por parte da organização em desenvolver as pessoas para que possam crescer internamente melhorando sua vida profissional e pessoal, em que se cria laços de oportunidade enriquecedoras, oferecendo sempre a qualidade de vida total.

> A organização que reconhece e valoriza o seu cliente interno terá mais colaboradores engajados com o setor de trabalho. Reconhecer um colaborador é mais que dar gratificações, bônus e um bom salário no final do mês. Mas sim, quando o mesmo é reconhecido pelo seu desempenho eficaz no seu trabalho, participações de projetos, decisões nos processos da empresa e sugestões de melhoria. (SOUZA, 2016. p.8).

Para a autora Souza (2016), é necessário compreender a importância de valorizar os colaboradores para seu crescimento organizacional e se sinta mais valorizado, satisfeito e mais empenhado com seu ambiente de trabalho.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo constatou que o *Empowerment* sendo utilizado como ferramenta de gestão de pessoas é capaz perfeitamente de dar aos colaboradores de uma organização autonomia, poder de decisão e adquirir maior responsabilidade evidentemente para o que fazem.

É necessário salientar que ao começar o desenvolvimento para a jornada deste conceito é imprescindível a capacitação das pessoas, constante informação e conhecimento compartilhado para utilizarem de maneira eficiente o poder, visando em sequência a correção das possíveis falhas que podem ocorrer.

Contudo, o ambiente de trabalho possuindo harmonia nas equipes e cada indivíduo fazendo compromisso das suas responsabilidades e autonomia por suas tarefas próprias, a organização estará realizando e usufruindo dos mais diversos talentos e competências de seu pessoal, em vez de esperar ordens ditas do que deveriam fazer, os próprios antecipam, proativamente o que necessita ser feito com suas atitudes próprias. Consequentemente, tira o máximo de proveito da eficiência operacional da equipe e valoriza seus colaboradores, provocando a libertação do poder existente nas pessoas.

VI - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELO, V. M. de. **Empowerment**: Delegação de Poderes. Disponível em:<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/empowerment-delegacao-de-poderes/45738/> Acesso em 17 de maio de 2018.

BERGAMINI, C. W. Desenvolvimento de recursos humanos: uma estratégia de desenvolvimento organizacional. São Paulo: Atlas, 1997.

BLANCHARD, K.; CARLOS, J. P.; RANDOLPH, A. **As 3 Chaves do Empowerment**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 288 p.

BLANCHARD, K.; CARLOS, J. P.; RANDOLPH, A. **EMPOWERMENT:** Exige mais do que um minuto. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996. 140 p.
CLEGG, S. **Organizações modernas**. Celta: Oeiras, Portugal, 1998.

CLEGG, S.; HARRIS, M.; HÖPFL, H. **Managing modernity: beyond bureaucracy?** Reviewed by André Spicer, Oxford: Oxford University Press. M@n@gement, v. 14, n. 4, p. 252-262, 2011.

CONCEIÇÃO NETO, V. L. da. **Liderança e Autonomia nas Novas Formas de Organização do Trabalho:** uma análise de empresas de tecnologia da informação em Pernambuco. 2014. 434 p. Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD (Departamento de Ciências Administrativas) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/16188/1/Tese%20VeraNeto2014.pdf>. Acesso em: 31 out. 2018.

CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, XII., 2016, FIRJAN-RJ, Av. Graça Aranha, 1 - Centro, Rio de Janeiro, RJ. **A IMPORTÂNCIA DE VALORIZAR OS COLABORADORES NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL**. Rio de Janeiro: INOVARSE, 2016. 14 p. Disponível em: <http://www.inovarse.org/sites/default/files/T16_M_041.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2018.

DEMO, P. **Metodologia Do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

FAVARIM, F. N. REMUNERAÇÃO E SALÁRIO: Uma abordagem jurídico/administrativa. Revista de Ciências Gerenciais, Faculdade Anhanguera de Piracicaba, v. 15, n. 21, p. 209-224, jul. 2011. Disponível em: <http://pgsskroton.com.br/seer/index.php/rcger/article/viewFile/2246/2146>. Acesso em: 20 nov. 2018.

FROTA, S. A.; LIMA, M. A. M. **O EMPOWERMENT E A TEORIA ORGANIZACIONAL**: um incremento no *Quantum* de poder? REVISTA ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO. Ano 1, n.3, p. 1-24, jun. 2002. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/MFLKB4HXk5JSF4B_2013-4-17-14-52-58.pdf> Acesso em: 03 de maio de 2018.

IBGE. **População João Pinheiro Minas Gerais**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/joao-pinheiro/panorama> Acesso em: 14 de maio de 2018.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Metodologia cientifica**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LOPES, A. **Empowerment**: uma maravilha para a empresa. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/empowerment-uma-maravilha-para-a-empresa/36932/> Acesso em: 16 de maio de 2018.

RAMOS, G. **A Liderança no Contexto Organizacional**. Apostila de Administração de RH do 7° semestre; Curso de Administração-UFPEL. Pelotas, 2004.

REGINATTO, A. P. **Equipes campeãs:** potencializando o desempenho de sua equipe. 2. ed. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2004.

RODRIGUES, C.H.R.; SANTOS, F.C.A. **EMPOWERMENT**: ciclo de implementação, dimensões e tipologia. GESTÃO & PRODUÇÃO v.8, n.3, p.237-249, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gp/v8n3/v8n3a03.pdf> Acesso em: 01 de maio de 2018.

RUTINA, R.; PEREIRA, E. C. **O EMPOWERMENT NA ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO**. Transinformação, A Universidade Federal do Paraná, v. 12, n. 1, p. 21-29, jan. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v12n1/01.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2018.

SAMPAIO, A. S. C. **O impacto do *empowerment* do pessoal de contato na satisfação do cliente.** Tese (Mestrado em Gestão de Serviços) -Faculdade de Economia, Universidade do

Porto, Porto, Portugal, 2013. Disponível em: < https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/70028/2/25488.pdf >. Acesso em: 02 de maio de 2018.

Sobre nós. Somos o Bradesco Financiamentos. Disponível em: <https://financiamentos.bradesco/html/financiamentos/sobre/index.shtm> Acesso em: 22 de abril de 2018.

Sobre o Bradesco. Bradesco poder público. Disponível em: <https://www.bradescopoderpublico.com.br/html/poder_publico/pf/sobre/index.shtm> Acesso

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E O COMPORTAMENTO DA LEI NAS IES PÚBLICAS DO ESTADO DE GOIÁS

Gustavo Alberto Silva Coutinho[1]
André Vasconcelos da Silva[2]
Ludimila Vangelista Carneiro[3]
Alexandre Kehrig Veronese Aguiar[4]

Resumo: A presente pesquisa pretende responder qual o efeito de normas externas e internas sobre as atividades de pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas resultantes de pesquisas realizadas pelas instituições de ensino superior federais do estado de Goiás. Para responder a esta questão, apresenta-se como objetivo geral da pesquisa diagnosticar a transferência de tecnologia nas instituições federais de ensino superior do estado de Goiás. A pesquisa foi baseada em fundamentação teórica que aborda o tema instituições de ensino superior e sua relação com empresas no Brasil. O campo de pesquisa foi formado pela Universidade Federal de Goiás, o Instituto Federal de Goiás e o Instituto Federal Goiano. Foram coletadas normas internas publicadas pelas instituições estudadas e que tratam do mesmo tema. Os dados coletados indicam que a estrutura de pessoal ainda é insuficiente e que a existência de estrutura organizacional de normas internas que regulam as atividades de inovação e transferência de tecnologia ainda não resultaram em efetiva interação das instituições estudadas com a iniciativa privada e nem em celebração de contratos de cessão ou licenciamento que pudessem gerar receitas para as instituições.

Palavras-chave: Normas; instituições de ensino superior; transferência de tecnologia;

Abstract: The present research intends to answer the effect of external and internal norms on the activities of research and development of technological innovations resulting from researches carried out by the federal higher education institutions of the state of Goiás. To answer this question, it is presented as a general objective of the research diagnose the transfer of technology in the federal higher education institutions of the state of Goiás. The research was based on theoretical foundation that addresses the topic of higher education institutions and their relationship with companies in Brazil. The field of research was formed by the Federal University of Goiás, the Federal Institute of Goiás and the Goiano Federal Institute. Internal standards published by the institutions studied and dealing with the

[1] Mestre em Gestão Organizacional, Especialista em Direito Empresarial, Professor Universitário CESUC-UNA, UFG/RC. gustavocoutinhoadv@gmail.com

[2] , Doutor em Ciências do Comportamento (UnB), Professor Associado do CGEN e do Mestrado de Gestão Organizacional da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão. andre.silva.ufg@gmail.com

[3] Graduação em Psicologia CESUC. Especialização em TCC. ludivancarneiro@gmail.com

[4] Doutor Sociologia UERJ, Professor Adjunto da Faculdade de Direito da UnB. veronese@matrix.com.br

Recebido em 30/09/2018
Aprovado em 12/02/2019

same subject were collected. The collected data indicate that the personnel structure is still insufficient and that the existence of an organizational structure of internal norms that regulate the activities of innovation and transfer of technology have not yet resulted in the effective interaction of the studied institutions with the private initiative and neither in celebration of contracts that could generate revenues for the institutions.

Keywords: Standards; higher education institutions; technology transfer;

Introdução

O tema da pesquisa que se apresenta é verificar qual o efeito de normas externas (Constituição Federal e leis federais e goianas) e internas (estatutos, regimentos internos, portarias, instruções normativas, etc.) sobre pesquisa e desenvolvimento (P&D) de inovações tecnológicas produzidas pelas instituições Federais de Ensino Superior – IFES – do estado de Goiás.

Diante disso, a pergunta que a presente pesquisa pretende responder é: qual o efeito de normas externas e internas sobre as atividades de pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas resultantes de pesquisas realizadas pelas instituições de ensino superior federais do estado de Goiás?

Para o estudo da pesquisa em questão foi necessário fundamentar como estão caracterizadas as instituições de ensino superior no Brasil, qual sua autonomia, caráter público e função social, e principalmente qual o caráter dessas instituições quando se pretende identificar as tecnologias e inovação utilizadas além do marco jurídico de ciência, tecnologia e inovação no Brasil que permite essa colocação.

Como objetivos propõe-se identificar a evolução de normativos internos referentes a inovação tecnológica e transferência de tecnologia das instituições públicas de ensino superior estudadas frente as normas externas instituídas pelo Estado e pela União.

1. Fundamentação Teórica

1.1 Autonomia, caráter público e função social das universidades

Segundo Marilena Chaui (2003), a universidade concebe-se numa instituição republicana, pública e laica, e trata-se de uma instituição social que exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade, e essa relação entre

universidade e sociedade explica o fato de que a universidade pública sempre foi uma instituição social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, baseada em um princípio de diferenciação de que decorre sua autonomia frente a outras instituições sociais, a qual é fundada na autonomia do saber em face da religião e do Estado, no conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de suas descobertas como de sua transmissão.

Para a mesma autora, a instituição social aspira à universalidade, ou seja, tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, percebe-se inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade que lhe permita responder às contradições impostas por tal divisão (CHAUI, 2003).

Na mesma linha de raciocínio, em estudo anterior Leopoldo e Silva (2001) já afirmava que a autonomia da universidade, que é requisito para a realização da ideia de universalidade, não significa que a instituição abstrai o contexto social no qual se insere, mas possibilita que tal contexto possa ser pensado como um polo de relação que não se confunde com qualquer conjunto de interesses particulares, ou seja, as atividades fundamentais da universidade estão intimamente vinculadas ao caráter de instituição de interesse público, que serve a todos, serve à nação.

Ferraz (2008), por sua vez, afirma que, nesse cenário, pelo menos desde as novas políticas públicas instituídas a partir de 2003, tem-se como objetivos da universidade a melhoria da qualidade da educação superior, a expansão da sua oferta, o aumento da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública e da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Para Oliveira (2010), esse caráter de interesse público das atividades das universidades se reflete na apresentação, pelo Governo Federal, do projeto de lei nº 7.200, de 2006, o qual trata de normas gerais da educação superior (reforma universitária) e ainda se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados, e no qual a educação superior é definida como bem público que cumpre sua função social por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Essa função social da universidade, segundo Ferreira e Santos (2011), reflete-se numa atuação da instituição, apoiada às políticas públicas, pela qual possa suprir as expectativas e os anseios da sociedade, no que diz respeito à possível solução dos problemas do contexto social, compreendendo a universidade, portanto, um lócus de criticidade em se tratando de seu papel

político institucional e sua função social na produção de conhecimento, do qual se espera o compromisso de inovação e intervenção da realidade, pois a sociedade, e inclusive o mercado, espera da universidade que garanta acesso ao melhor conhecimento possível e disponível. As autoras afirmam, então, que no processo de reestruturação produtiva do capital global do século XXI, requer-se uma nova realidade em que compete à universidade que vincule sua produção às necessidades do mercado, das empresas e do mundo do trabalho em mutação, em que a produção acadêmica está subordinada às necessidades do mercado e do capital, embora se ressalve que não está restrita a esse setor da sociedade, mas sim a ela como um todo, pois a universidade, no exercício de sua função social, deve servir a toda a sociedade, e não a uma classe específica. As autoras concluem que a realidade atual exige uma reestruturação do ensino superior de forma a dar uma resposta ao mercado de trabalho vigente sem deixar de enfatizar os valores humanos, cabendo à atuação delas, também, a construção de uma sociedade mais justa, fraterna, igualitária, socialmente equilibrada, criativa e questionadora.

Não se pode olvidar, contudo, que as instituições públicas de ensino superior são componentes da Administração Pública e, nesse sentido, não se pode eximi-las do cumprimento de determinadas regras aplicáveis às demais entidades estatais, pois o fato de comporem o Estado lhes define de modo preponderante o interesse público de suas atuações (ALMEIDA, JURKSAITIS e MOTA, 2015).

Portanto, compreender como as normas jurídicas podem ser determinantes para o desenvolvimento das instituições públicas. No caso específico, as normas relativas ao marco jurídico de ciência, tecnologia e inovação no Brasil.

1.3 ***Marco jurídico de ciência, tecnologia e inovação no Brasil***

O marco jurídico de ciência, tecnologia e inovação no Brasil tem como base ou matriz configuradora a Constituição Federal (WILLIG, 2014), na qual se enfatiza o papel do Governo como promotor de ciência e tecnologia (MENEZES, 2015). A temática de ciência, tecnologia e inovação foi inserida no texto da atual Constituição Federal, no título VIII, artigos 218 e 219, os quais fixam uma arquitetura básica da organização jurídica do sistema nacional de ciência e tecnologia, com participação de entidades públicas e privadas, fomento e atividades desempenhadas, com atuação do Estado federativo (União, Estados e Municípios) e sua relação

em conjunto com empresas e sociedade organizada, a ser detalhada em legislação superveniente (VERONESE, 2014).

Para Veronese (2014), tais disposições constitucionais que tratam das atividades de ciência e tecnologia constituem um subsistema normativo não-tradicional ou transversal dentro da Constituição. Segundo o autor, a Constituição abrangia outros subsistemas normativos para outros espaços para atuação social do Estado, como saúde, educação, desporto, cultura, ciência e tecnologia, comunicação social, meio ambiente, proteção da família, criança, adolescente e idoso, mas no espaço de ciência e tecnologia o modelo proposto foi aplicado e permanece em funcionamento. Tais disposições constitucionais, nesse contexto, seriam mais relacionadas a uma futura parametrização da produção legal do que à fixação de direitos fruíveis diretamente a partir do texto constitucional e pressupõem uma atuação estatal e sua relação com as empresas e com a sociedade organizada, a qual seria definida por uma legislação superveniente.

Ainda segundo Veronese (2014), o texto da Constituição de 1988 representou um avanço em relação a normas constitucionais anteriores relaciona o conceito contemporâneo de ciência e tecnologia com o contexto mais amplo de imersão desse conceito na vida social. Assim, os avanços nas políticas de ciência, tecnologia e inovação foram acompanhados da tentativa de formação de um arcabouço normativo estável e coerente com o texto constitucional.

Recentemente, em fevereiro de 2015, os artigos 218 e 219 sofreram alteração de suas redações pela Emenda Constitucional 85, a qual acrescentou, ainda, alguns parágrafos a eles e os novos artigos 219-A e 219-B a tal capítulo da Constituição. Para Veronese (2014), o artigo 218 trata da produção científica e tecnológica num contexto de sua imersão social e distingue o desenvolvimento científico (pesquisa básica) e a pesquisa e capacitação tecnológica (pesquisa aplicada). Segundo Willig (2014), a pesquisa científica é direcionada a toda a humanidade e para o progresso científico, enquanto a pesquisa tecnológica constitui instrumento de desenvolvimento social que atende interesses da população na medida em que resolva prioritariamente problemas brasileiros, voltando-se para o desenvolvimento econômico e regional.

Veronese (2014) destaca, ainda, que tais dispositivos constitucionais indicam duas direções para atuação estatal: a promoção, que abrange a necessidade de existir envolvimento do Estado no que diz respeito à ocorrência de dotações orçamentárias para o fomento desse tipo de atividade, por meio da criação de e manutenção de entidades estatais (institutos de pesquisa, universidades), auxílio à existência de entes quase-estatais (organizações sociais) e fomento de

atividades de pesquisa científica e tecnológica em entes públicos e privados (faculdades, centros universitários, universidades, empresas com viés tecnológico); e o incentivo, que abrange a criação de mecanismos institucionais para facilitar tais finalidades, na forma de incentivos fiscais e arranjos institucionais voltados ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Willig (2014) afirma que o texto constitucional apresenta clara distinção dos propósitos do desenvolvimento científico e dos da pesquisa e capacitação tecnológica, pois esse desenvolvimento tem como base um dos objetivos fundamentais da Constituição de 1988, qual seja, garantir o desenvolvimento nacional e a promoção da ciência e tecnologia é condição de concretização de tal objetivo.

Diante disso, que novidades vem trazer a Emenda Constitucional 85 para as atividades de ciência tecnologia e inovação? Denis Borges Barbosa (2015) já tratou do tema e, para ele, a maior parte das mudanças trazidas pela Emenda aos arts. 218 e 219 da Constituição não terá grande efeito prático. Para ele, a introdução do termo "inovação" no texto constitucional mostra mais sensibilidade a modismos de terminologia do que atenção às necessidades da política pública, uma vez que, ao se acrescentar o termo "inovação" aos já existentes "ciência" e "tecnologia", entender-se-ia que "inovação" não é "ciência", nem "tecnologia" e nem resultado delas, o que levaria à conclusão que a inovação não tecnológica (de marketing, de publicidade, de métodos de negócio, por exemplo) ganhou status constitucional.

Barbosa (2015) resume as alterações advindas da Emenda Constitucional 85 da seguinte maneira:

Primeiro, a explicitação de que ciência e tecnologia são de competência legislativa concorrente de todos os poderes de todos os entes federativos, o que só evidencia o que já era óbvio, pois o texto original da Constituição já previa que a promoção de ciência e tecnologia já estava no âmbito dos deveres constitucionais de todos esses entes. De fato, Veronese (2014) já afirmava que naquelas disposições constitucionais o Estado deveria ser compreendido em sentido amplo, reunindo a União e demais unidades federativas, de forma que não existissem obstáculos para haver institucionalização de sistemas estaduais ou municipais de apoio à formação de recursos humanos à ciência e tecnologia, por exemplo, consubstanciada nas Fundações de Amparo à Pesquisa – FAPs – que existem em quase todas as unidades federativas.

A alteração do texto do art. 167 da Constituição pode ter alguma importância para o orçamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação, ao passar a permitir, sem prévia autorização legislativa e por simples ato do Executivo, a transposição, remanejamento e

transferência de recursos orçamentários no âmbito dessas atividades, com objetivo de viabilizar projetos restritos a elas.

O art. 200 da Constituição, que trata do sistema de saúde, também foi alterado para incluir o termo "inovação" ao já existente desenvolvimento científico e tecnológico. O art. 213 da Constituição, que trata do financiamento público de instituições de ensino, teve alteração de redação de seu parágrafo segundo, aumentando o rol de atividades de universidades e Instituições de Ciência e Tecnologia – ICTs – privadas que podem ser apoiadas pelo Estado, além de acrescer também como beneficiárias as instituições de educação profissional e tecnológica, acrescentando às atividades de pesquisa e extensão as de estímulo e fomento à inovação.

No parágrafo terceiro do art. 218, a Emenda acrescentou, entre as atividades de recursos humanos a serem estimuladas, o apoio às atividades de extensão tecnológica. O parágrafo sexto do art. 218 da Constituição passa a determinar que o Estado estimule a articulação entre entes públicos e privados para fins de ciência, tecnologia e inovação.

O parágrafo sétimo do art. 218 passa a prever a atuação de ICTs no exterior. O art. 219 ganha um parágrafo único para acrescer à missão estatal de ciência tecnologia e inovação a as atividades de parques e polos tecnológicos e demais ambientes promotores de inovação, atuação de inventores independentes e criação, absorção, difusão e transferência de tecnologia. Acrescenta-se um artigo 219-A para dar status constitucional à promoção de cooperação de entes federativos com órgãos e entidades públicas ou privadas, para execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, o que já previa o art. 19 da Lei de Inovação (Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004), a qual será detalhada mais adiante. Também se acrescenta um artigo 219-B para instituir, em nível constitucional, o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI, com a previsão de uma futura lei nacional para regular o sistema.

Para Barbosa (2015), então, basicamente a Constituição dizia e continua dizendo, após a Emenda 85, que é encargo do Estado, por meio de todos os entes federativos, a promoção e o incentivo do desenvolvimento científico à pesquisa e à capacitação tecnológica, distinguindo claramente os propósitos do desenvolvimento científico, de um lado, e os de pesquisa e capacitação tecnológica, de outro, no contexto do direito constitucional ao desenvolvimento, princípio básico que impõe à República o objetivo de garantir o desenvolvimento nacional. Esse direito ao desenvolvimento, já alertava anteriormente Veronese (2014), está contextualmente

ligado ao tema de ciência e tecnologia na Constituição Federal, como parte da ordem social prevista no art. 193, embora em um segundo momento também seja relacionado com a noção de mercado em geral. Veronese (2014) já destacava que pode ser estabelecido eixo de conexão entre o objetivo republicano de promoção do desenvolvimento e o art. 219, uma vez que a Constituição traçou, em relação à ciência e tecnologia, papel central para garantia da emancipação nacional.

Com base no exposto, é imperativo compreender o comportamento da lei. Desta forma, se analisará, o caso específico de três instituições públicas de ensino.

2. MÉTODOS

2.1 Descrição do campo de pesquisa

Para esta pesquisa foram selecionadas instituições públicas federais de ensino superior que se localizam no estado de Goiás, especificamente a Universidade Federal de Goiás – UFG – e os dois institutos federais de educação, ciência e tecnologia que atuam no estado. A escolha de tais instituições se deu por conveniência, uma vez que estão localizadas na região da instituição na qual se realiza a presente pesquisa.

Portanto, foi selecionada a instituição federal de ensino que, no estado de Goiás, de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas, é considerada universidade, conforme Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 (BRASIL, 2006a), ou seja, que tem como característica a prática de atividade de pesquisa científica atrelada ao ensino e extensão. Também foram selecionados os institutos federais de educação ciência e tecnologia, que passaram a integrar a seus planos de desenvolvimento institucional (PDI) as ações de estímulo e realização de pesquisa aplicada, após a entrada em vigor do Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), que estabeleceu diretrizes para o processo de integração das instituições federais de educação tecnológica para fins de constituição dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia e, principalmente, após a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que efetivamente os criou e estabeleceu como suas finalidades realizar e estimular pesquisas aplicadas (BRASIL, 2008).

2.2. Documentos para Análise

Os dados foram obtidos por meio da análise de documentos, os quais serão comparados em períodos de tempo correspondentes aos cinco anos imediatamente anteriores à publicação da Lei de Inovação Tecnológica (Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004), a qual trata de incentivos à inovação e pesquisa científica e tecnológica e aos onze anos imediatamente posteriores.

Nesse período, além da própria Lei de Inovação, também foram publicadas as chamadas Lei de Parceria Público-Privada (Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004) e Lei do Bem (Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005. Também foi selecionada a Emenda Constitucional 85, de 26 de fevereiro de 2015, a qual deu nova redação ao capítulo IV da Constituição Federal, que em seus artigos 218, 219, 219-A e 219-B, trata de ciência, tecnologia e inovação e desenvolvimento científico e tecnológico. Em janeiro de 2016, foi aprovado, ainda, o Código de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243, de 11 de janeiro de 2016). Essas normas federais, externas às instituições, são objeto de análise na fundamentação teórica e na descrição dos resultados

Além dessas normas, também foram coletados documentos normativos publicados pelas próprias instituições públicas de ensino superior estudadas, os quais serão designados na pesquisa simplesmente como normas internas.

2.3. Procedimentos de coleta de dados

No que diz respeito às normas externas, foram obtidas por suas redações atuais e compiladas disponíveis no site do Palácio do Planalto na internet, no link “legislação”, o qual contém a redação atualizada de toda a legislação federal. Tais normas são organizadas conforme a ordem cronológica de sua publicação ou vigência, dispostas em fluxo de tempo. Em seguida é feita uma análise que detalha os aspectos mais relevantes de cada norma. Dessa maneira, pode-se perceber a evolução de tais instrumentos normativos que tratam de ciência, tecnologia, inovação e relação das instituições de ensino superior com empresas.

Quanto às normas internas das IPES estudadas, tais documentos foram coletados entre os estatutos, regimentos, resoluções, instruções normativas e demais normativos produzidos pelas próprias IPES e que digam respeito a pesquisa e desenvolvimento, inovação tecnológica, transferência de tecnologia, propriedade intelectual e seu licenciamento. Para tanto, foram feitas consultas a sites das instituições estudadas na internet. Para cada instituição estudada, as normas

internas também serão organizadas conforme a ordem cronológica de sua publicação ou vigência, dispostas em fluxo de tempo e detalhadas em seus aspectos mais relevantes em relação aos objetivos do estudo, de forma a evidenciar a evolução de tais instrumentos normativos e contrapô-los às normas externas editadas no mesmo período.

Os institutos federais estudados, no entanto, não possuem em seus portais na internet uma ferramenta de busca por normas internas. Contudo, em ambos existe uma página específica de seus núcleos de inovação tecnológica e, em ambas, foram coletadas as resoluções que criaram seus NITs e que regulamentaram o funcionamento de tais órgãos, sendo estas as únicas normas internas obtidas em tais instituições e que tratam do tema pesquisado.

Importante salientar que, a despeito da existência, ou não, de ferramentas de busca de normas nos portais das instituições na internet, foi realizada solicitação formal de documentos dessa natureza a todas as instituições estudadas, por meio do envio de correspondência, com aviso de recebimento, às respectivas reitorias, pró-reitorias e ouvidorias, sem que se tenha obtido respostas às solicitações.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Normas externas

As normas externas foram coletadas por suas redações atuais e compiladas disponíveis no site do Palácio do Planalto na internet, no link “legislação”, o qual contém a redação atualizada de toda a legislação federal. Por esse procedimento foram selecionadas as seguintes normas: Constituição Federal de 1988; Lei de Inovação Tecnológica (Lei 10.973/2004); Lei de Parceria Público-Privada (Lei 11.079/2004); Lei de Incentivo à Inovação – Lei do Bem (Lei 11.196/2005); Lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei 11.892/2008); Código de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/2016). Também foi obtida, no site da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, a Lei de Inovação Estadual (Lei 16.922/2010). Tais documentos foram organizados na Figura 1, que representa um fluxo temporal da publicação de tais normas.

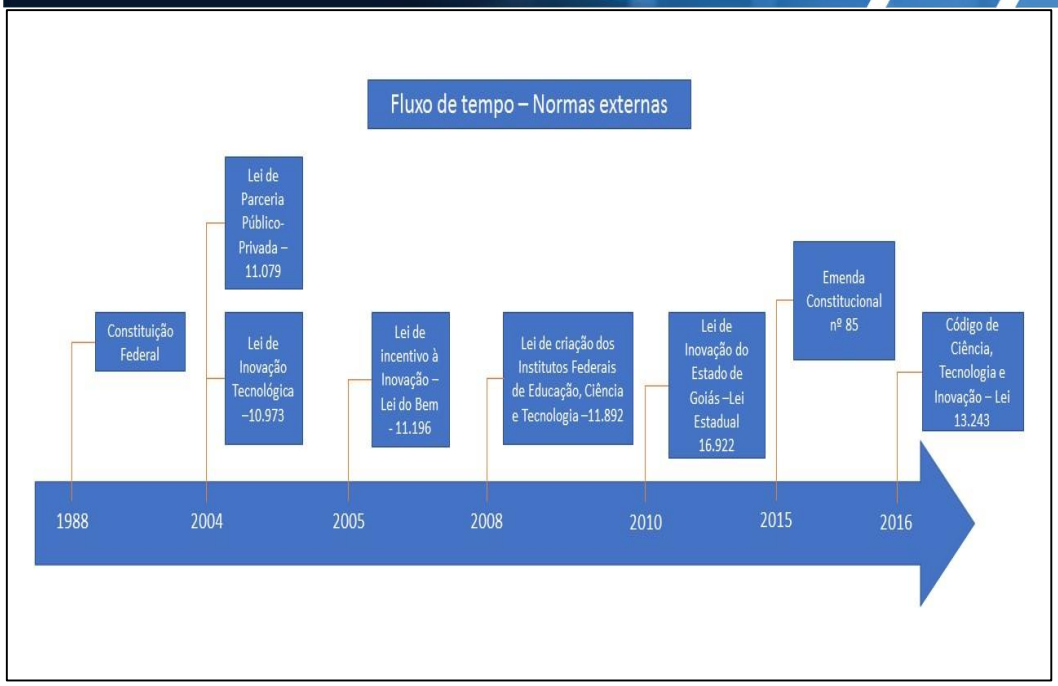


Figura 1 – Normas externas em fluxo de tempo.

A Figura 1 apresenta as normas externas às instituições estudadas, isto é, não editadas por elas, mas sim pela União e pelo Estado de Goiás, que tratam dos temas de produção de inovações tecnológicas e transferência de tecnologia num fluxo de tempo.

Perceba-se que, após a Constituição Federal de 1988, que trouxe dispositivos que tratam de ciência e tecnologia, como será detalhado adiante, houve um hiato de 16 (dezesseis) anos sem que fossem editadas leis que tratassem desses temas. Apenas em 2004 surgem novas leis de interesse para a pesquisa: a Lei de Inovação, que estabeleceu as regras para atuação das instituições de ciência e tecnologia, categoria em que se enquadram as instituições públicas de ensino superior, e que impõe a obrigação de que tais instituições incluam em sua estrutura um núcleo de inovação tecnológica, órgão que será responsável por fomentar e gerir as pesquisas em inovação, a propriedade intelectual resultante e a transferência de tecnologia. Do mesmo ano é a Lei das Parcerias Público-Privadas, que estabelece as regras para interação contratual de instituições públicas e privadas para consecução de seus objetivos. No ano seguinte, em 2005, vem a Lei do Bem, que estabelece incentivos fiscais para empresas que investirem em inovação tecnológica. Três anos depois, a Lei de criação dos Institutos Federais, que elevou tais instituições de ensino a produtoras de pesquisa aplicada. Em 2010, o Estado de Goiás acompanha o movimento legislativo nacional e edita sua própria lei de inovação, criando por meio dela uma instituição de ciência e tecnologia pública estadual e estabelecendo políticas de

fomento para pesquisas de inovação no estado. Em 2015, a Constituição Federal é emendada, ampliando suas disposições a respeito de ciência e tecnologia e incluindo a ideia de inovação. Por fim, em 2016, o Código de Ciência, Tecnologia e Inovação vem consolidar um arcabouço jurídico que disciplina as ações voltadas a esses temas. Assim, num espaço de 12 (doze) anos, percebe-se um movimento legislativo do Estado brasileiro no sentido de disciplinar e incentivar ações que envolvam a produção científica e de inovações tecnológicas e a transferência de tecnologia das instituições de pesquisa (ensino superior) para a iniciativa privada.

Nesse contexto, a primeira norma a destacar é, evidentemente, a Constituição Federal de 1988, a qual trouxe no título da Ordem Social (Título VIII) um capítulo que dispõe sobre Ciência, Tecnologia e Inovação (Capítulo IV, arts. 218 e 219). Em seu texto original, tal capítulo impunha ao Estado a obrigação de promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica (art. 218, *caput* – BRASIL, 1988). No exercício de tal obrigação, o Estado deveria priorizar a pesquisa científica básica[5], a qual deveria se voltar preponderantemente para solução dos problemas brasileiros e para desenvolvimento do sistema produtivo (art. 218, parágrafos 1º e 2º - BRASIL, 1988). Além disso, seria obrigação do estado apoiar a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, apoiar e estimular as empresas que invistam em pesquisa, produção de tecnologia e aperfeiçoamento de seus recursos humanos para tais finalidades (art. 218, parágrafos 3º e 4º - BRASIL, 1988). Também havia autorização para que os Estados e o Distrito Federal destinassem parte de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e pesquisa científica e tecnológica (art. 218, parágrafo 5º - BRASIL, 1988). No art. 219, a Constituição declarava que o mercado interno fazia parte do patrimônio nacional e que seria incentivado pelo Estado de modo a, entre outras coisas, viabilizar a autonomia tecnológica do país.

Posteriormente, em 2015, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 85, a qual alterou os dispositivos do mencionado capítulo IV, do título VIII. Tais alterações implicaram em incluir, entre as obrigações do Estado já descritas, a promoção e incentivo de produção de inovações tecnológicas (art. 218, *caput* - BRASIL, 2015), a priorização de pesquisa científica básica e tecnológica tendo em vista o progresso da ciência, tecnologia e inovação, o apoio à formação de recursos humanos na área de ciência, tecnologia e inovação (art. 218, parágrafos 1º e 3º - BRASIL, 2015). A Emenda impôs ainda, ao Estado, os deveres de estimular a articulação entre

[5] "Pesquisa básica objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais." (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 51).

entes públicos e privados para a produção de ciência, tecnologia e inovação, e de promover e estimular as instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação a atuarem no exterior (art. 218, parágrafos 6º e 7º - BRASIL, 2015). Com relação às disposições do art. 219 da Constituição, a Emenda Constitucional nº 85/2015 acrescentou dispositivos que impõem ao Estado a obrigação de estimular a produção de inovação nas empresas e demais entes que realizem pesquisas inovadoras, sejam públicos ou privados, a constituição de parques e polos tecnológicos e ambientes promotores de inovação, a atuação de inventores independentes e a criação e transferência de tecnologia (art. 219, parágrafo único - BRASIL, 2015). A Emenda também incluiu dois novos dispositivos neste Título da Constituição, a saber, arts. 219-A e 219-B, nos quais autoriza os entes federativos a celebrar instrumentos de colaboração com entidades públicas e privadas, inclusive com compartilhamento de recursos humanos, para realização de pesquisa em inovação (art. 219-A - BRASIL, 2015) e cria o chamado Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), o qual seria organizado em regime de colaboração entre entes públicos ou privados, para promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação (art. 219-A - BRASIL, 2015). No mesmo dispositivo, indica que haverá lei que tratará das normas gerais do SNCTI, o que resultou na edição da Lei 13.243/2016, o chamado Código de Ciência, Tecnologia e Inovação, que será detalhado mais adiante.

Dando sequência à política de promoção de pesquisa de inovações tecnológicas e incentivos à interação entre instituições de pesquisa e entes privados, foi publicada, em dezembro de 2004, a Lei 10.973, conhecida como Lei de Inovação Tecnológica, a qual também foi selecionada como norma externa porque influenciou a formação, dentro da estrutura das IPES estudadas, dos chamados Núcleos de Inovação Tecnológica – NITs. Tal norma estabelece, conforme seu próprio texto, medidas de incentivo à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo (art. 1º – BRASIL, 2004a), o que complementa de maneira mais minuciosa as previsões constitucionais a respeito. A Lei de Inovação inicia com a definição de termos técnicos por ela utilizados (art. 2º – BRASIL, 2004a). De tais termos, destacam-se a Instituição de Ciência e Tecnologia – ICT – que, na presente pesquisa, corresponde às instituições públicas de ensino superior estudadas, as quais realizam atividade de pesquisa científica, e o Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT – que, segundo o texto da Lei de Inovação, constitui estrutura que deve ser instituída pelas ICTs com finalidade de gerir a política institucional de inovação. Na estrutura organizacional da UFG, tal instituição corresponde à Coordenação de Transferência e Inovação Tecnológica; no IFG, o Centro de Inovação Tecnológica – Cite; e no IF Goiano, ao

NIT. Em seguida, a Lei de Inovação prevê ações de estímulo, por parte do Estado, à construção de ambientes especializados e cooperativos de inovação, envolvendo empresas, ICTs e entidades privadas voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento com objetivo de gerar produtos, processos e serviços inovadores e transferência de tecnologia (arts. 3º a 5º – BRASIL, 2004a).

A Lei de Inovação também trata de medidas de estímulo à participação das ICTs no processo de inovação, por meio de celebração de contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida isoladamente ou por meio de parceria com empresas ou instituições privadas sem finalidade lucrativa, bem como medidas de estímulo à produção de inovação pelas empresas, mediante a concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infraestrutura. Por fim, a Lei também trata de medidas de estímulo à atuação de inventores independentes, ou seja, não vinculados a nenhuma ICT, empresa ou instituição privada sem fins lucrativos (BRASIL, 2004a).

Na mesma época, também foi publicada a chamada Lei de Parcerias Público-Privadas (Lei 11.079/2004), a qual instituiu normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Segundo a Lei, parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão de serviços públicos ou de obras públicas quando envolver, além da tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro (parceria público-privada na modalidade patrocinada) ou o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja usuária direta ou indireta (parceria público-privada na modalidade administrativa). A Lei disciplina como se darão as licitações e contratações de tais parcerias, além de estabelecer disposições aplicáveis à União nesse tipo de contratação (BRASIL, 2004b).

No ano seguinte foi publicada a chamada Lei do Bem (Lei 11.196/2005), a qual, entre outras disposições, trata sobre a concessão de incentivos fiscais para a inovação tecnológica, que podem se consubstanciar em deduções na base de cálculo do imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ), redução da alíquota do imposto sobre produtos industrializados (IPI) e do imposto de renda retido na fonte, depreciação de bens e amortização de dispêndios relativos à aquisição de bens intangíveis, desde que tal tributação incida sobre pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica (BRASIL, 2005).

Também foi selecionada como norma externa, em razão do campo de pesquisa já descrito, a Lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei

11.892/2008), a qual define tais instituições como de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (art. 2º - BRASIL, 2008). Segundo a Lei, os Institutos Federais têm, entre outras finalidades e características, que desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais, desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica e realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico (art. 6º - BRASIL, 2005), tornando tais instituições, portanto, produtoras de pesquisas aplicadas e de inovações tecnológicas.

Em 2010, o estado de Goiás editou sua própria Lei de Inovação (Lei Estadual nº 16.922). No geral, a Lei de Inovação Goiana reproduz em grande parte o conteúdo da lei federal. Contudo, traz alguns aspectos próprios, como a criação de uma instituição estatal de ciência e tecnologia de Goiás (ICT-GO) e de um núcleo de inovação tecnológica (NIT) a ela vinculado. A lei estadual trata também da participação das instituições científicas e tecnológicas no processo de inovação, especialmente a competência da ICT-GO e do estímulo aos pesquisadores e à ICT-GO, atribuindo à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) a atribuição de incentivar a cooperação entre empresas para o desenvolvimento de produtos e processos inovadores, a constituição de parcerias estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas goianas e organizações de direito privado sem fins lucrativos, voltadas para as atividades de pesquisa e desenvolvimento, que tenham por objetivo a geração de produtos e processos inovadores.

Finalmente, como última norma externa objeto de análise, foi selecionada a Lei 13.243/2016, que foi chamada de Código de Ciência, Tecnologia e Inovação. Esta lei federal promoveu significativa modificação do texto original da Lei de Inovação e trouxe outras disposições, das quais se destacam a formalização de ICTs privadas (sem fins lucrativos) como objeto da lei, a ampliação do papel dos NITs, incluindo a possibilidade de que fundações de apoio possam atuar como NITs de ICTs, a diminuição de alguns dos entraves para a importação de insumos para pesquisa e desenvolvimento e a formalização das bolsas de estímulo à atividade inovativa. Além disso, o Código promoveu alterações em várias leis federais que, em algum

aspecto, tenham relação com a produção de pesquisa científica, tecnológica e de inovação (BRASIL, 2016).

Perceba-se que o subsistema normativo transversal de ciência, tecnologia e inovação apontado por Veronese (2014) como presente na Constituição Federal de 1988 só viria a ser regulamentado por um arcabouço normativo estável e coerente com o texto constitucional mais de 16 anos depois, com a edição da Lei de Inovação (Lei 10.973/2004). Esta, por sua vez, foi a primeira de um conjunto de normas que culminou com a Emenda Constitucional nº 85 (de 2015) e o Código de Ciência, Tecnologia e Inovação (de 2016). Tal arcabouço normativo impõe ao Estado brasileiro um papel preponderante de promotor e incentivador do desenvolvimento científico à pesquisa e à capacitação tecnológica, com o objetivo de garantir o desenvolvimento nacional, como havia sido exposto por Barbosa (2015). Nesse sentido, o Estado brasileiro procura, por meio de tais normas, criar o ambiente de inovação proposto por Etzkowitz e Leydesdorff (2000) no Modelo Teórico da Hélice Tripla, encorajando arranjos organizacionais voltados à produção científica e de inovações tecnológicas.

Assim, conforme as normas que tratam de ciência, tecnologia e inovação, o Estado possui o dever de estimulara a produção científica e de inovações tecnológicas (Constituição Federal); a Lei de Inovação estabelece regras para incentivar a interação entre as universidades – ICTs e os setores de produção, a fim de fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico no país, em consonância com a matriz constitucional (VETTORATO, 2008); com a Lei do Bem, em cumprimento aos deveres estabelecidos na Constituição e na Lei de Inovação, o Estado concede incentivos fiscais destinados à pesquisa, desenvolvimento e inovação nas empresas; pelo Código de Ciência, Tecnologia e Inovação, avança-se em diversos pontos na promoção de um ambiente regulatório mais seguro e estimulante para a inovação no Brasil (RAUEN, 2016). No contexto de tal marco jurídico, em razão de seu papel representativo, as instituições de ensino superior reagem e editam normas próprias para regular sua atuação em atendimento ao que determinam as normas estatais. Essas normas editadas pelas instituições de ensino estudadas é que serão detalhadas a seguir.

3.2 Normas internas da Universidade Federal de Goiás

Quanto às normas internas que têm relação com o tema de pesquisa, no caso da Universidade Federal de Goiás (UFG) foram identificadas doze normas, entre resoluções e

portarias. Elas também foram organizadas num fluxo temporal de publicação e vigência, em contraposição com as normas externas já mencionadas, conforme a Figura 2.

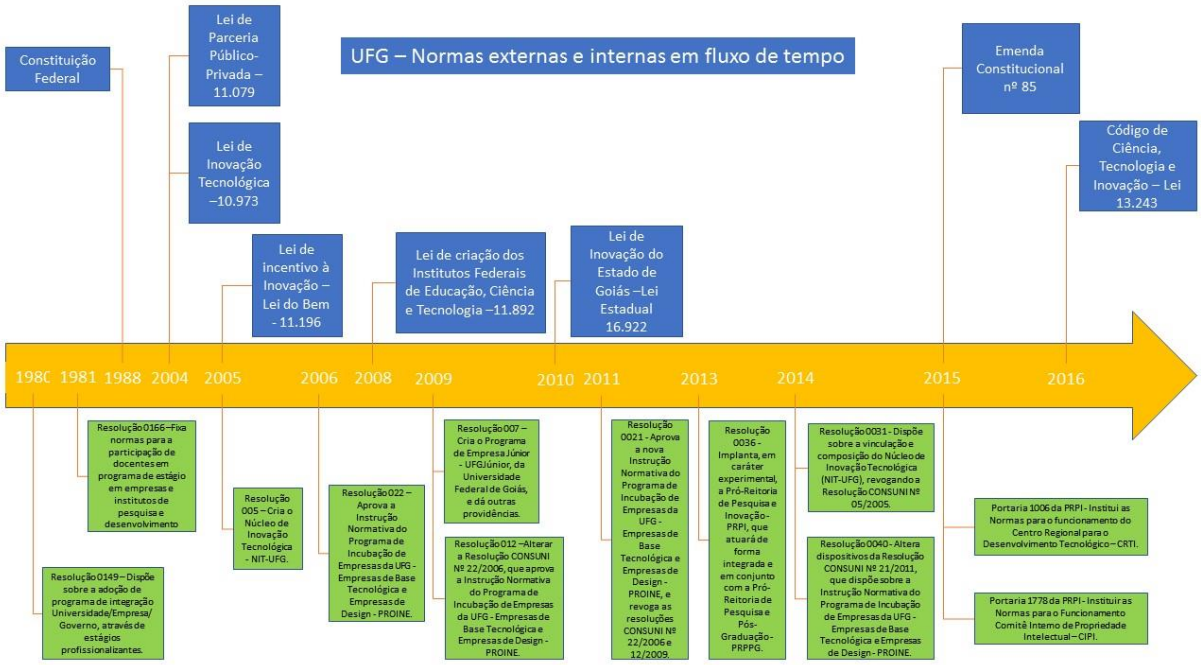


Figura 2 – Normas externas e internas da UFG em fluxo de tempo.

Perceba-se, ao analisar a figura, que a Universidade reage ao movimento legislativo do Estado, disciplinando internamente as atividades de pesquisa de inovação tecnológica e de transferência de tecnologia e criando órgãos e programas para atender o que lhe determina a legislação estatal, com uma tendência de maior produção de normas internas no período de tempo posterior à edição da Lei de Inovação. Enquanto até 2004 só havia duas normas que disciplinavam o relacionamento da Universidade com a iniciativa privada, e mesmo assim se referindo a recursos humanos em atividades de estágio nas empresas, a partir de 2005, logo após a publicação da Lei de Inovação, foram editadas 10 (dez) normas internas, no intervalo de 11 (onze) anos, que tratam de núcleo de inovação tecnológica, incubação de empresas, empresa na Universidade e organização da estrutura da instituição para as atividades de inovação e transferência de tecnologia.

Nesse contexto, a primeira resolução selecionada data de 1980, identificada pelo número 149, e é de responsabilidade do então Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal de Goiás. Trata da adoção de programa de integração Universidade/Empresa/Governo, através de estágios profissionalizantes. Foi a norma mais

antiga que tem como objeto a interação da universidade com empresas e o Estado. Segundo a resolução, a integração universidade-empresas-governo se efetivaria por meio de estágio de alunos dos cursos de graduação em empresas, que se responsabilizariam pelo pagamento de bolsas aos estagiários.

A segunda resolução selecionada foi publicada em 1981, identificada com o número 166 e expedida pelo mesmo Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal de Goiás. Trata de regras para a participação de docentes em programa de estágio em empresas e institutos de pesquisa e desenvolvimento. A resolução trata da possibilidade de professores da instituição exercerem atividade de estágio em institutos de pesquisa e empresas, mediante apresentação de projetos específicos para estágios. Nesse caso, as bolsas aos professores estagiários seriam custeadas pelas empresas conveniadas com a Universidade e também por bolsas oferecidas pelo CNPq.

Perceba-se que as duas resoluções mais antigas identificadas, embora tratem da relação da universidade com a iniciativa privada, o fazem na perspectiva de suas atividades de ensino, e não de pesquisa, uma vez que disciplinam programas de estágio.

A próxima resolução selecionada foi a de número 005, de abril de 2005, expedida pelo Conselho Universitário da Universidade Federal de Goiás (CONSUNI), e tem relação direta com a presente pesquisa porque, logo após a publicação da Lei de Inovação Tecnológica (dezembro de 2004), essa resolução criou, na estrutura administrativa da UFG, o Núcleo de Inovação Tecnológica, vinculando-o, na época, à Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação, sem, contudo, regulamentar a atuação do órgão, o que, segundo a resolução, seria feito em norma específica a ser posteriormente publicada. Não foi identificada tal norma específica. Apenas em 2014 a Resolução 005/2005 seria substituída pela Resolução 031, que será detalhada mais adiante. O que se pode inferir é que, se a Lei de Inovação, em seu art. 16, impõe que a instituição de ciência e tecnologia – ICT – pública deverá instituir um NIT para gerir sua política de inovação, e se a UFG é uma ICT pública, então rapidamente (cerca de 4 meses entre a publicação da Lei de Inovação e a publicação da Resolução 005/2005) a universidade instituiu seu NIT, mas sua atuação só seria regulamentada muitos anos depois, como se verá.

No ano seguinte (2006), foi publicada a resolução 022, também do Conselho Universitário, a qual trata da instrução normativa do Programa de Incubação de Empresas da UFG. A resolução também leva em consideração a Lei de Inovação Tecnológica, como exposto em seu preâmbulo, e estabelece que o programa de incubação da instituição se referiria a

empresas de base tecnológica e de *design*, cujos produtos, processos ou serviços são gerados a partir de resultados de pesquisas aplicadas e nos quais a tecnologia representa alto valor agregado, denominando-o PROINE. Tal órgão tem a missão de estimular o crescimento econômico, o desenvolvimento cientifico-tecnológico, por meio de serviços que contribuem para o sucesso dos empreendimentos e do desenvolvimento econômico-social sustentável, auxiliando a interação entre a Universidade Federal de Goiás e o setor empresarial. Para tanto, a resolução estabelece como tarefas do PROINE a promoção do empreendedorismo a partir de inovações tecnológicas, a concessão de uso compartilhado do espaço, laboratórios, auditórios e equipamentos da UFG, nos termos da Lei de Inovação, estimular a interação entre a UFG e o setor empresarial, criando um ambiente propicio para a transferência de tecnologia, entre outras. Assim, o PROINE apoia empreendedores interessados em criar e consolidar empresas de base tecnológica e empresas voltadas para a área do *design*, oferecendo-lhes suporte administrativo e operacional. A resolução também detalha toda a estrutura administrativa do órgão, seu patrimônio e formas de financiamento, as questões que envolvem propriedade intelectual proveniente das atividades e pesquisas realizadas, a forma de seleção dos empreendimentos apoiados e o uso da infraestrutura disponível.

Do ano de 2009 foram selecionadas duas resoluções. A primeira é a de nº 007, do Conselho Universitário da Universidade de Goiás, e institui e regulamenta o Programa Empresa Júnior (UFG*Júnior*), vinculado à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, que tem como finalidade fomentar a cultura do empreendedorismo entre os estudantes, formar jovens empreendedores e inserir os estudantes no mercado de trabalho por meio da interação com empresas. A Empresa Júnior deveria ser constituída com personalidade jurídica própria e formada por estudantes de graduação participantes do programa, que deveriam desenvolver projetos voltados para as empresas. Trata-se de programa que evidencia a interação entre a universidade e as empresas.

A segunda resolução do ano de 2009 que foi selecionada é a de nº 012, também do Conselho Universitário da UFG, que altera as normas contidas na já citada resolução 022/2006, a respeito do Programa de Incubação de Empresas da UFG – PROINE. A nova instrução normativa do Programa é mais completa e abrangente que a anterior. A primeira diferença que se nota é que a nova instrução normativa amplia a atuação do Programa, que passaria a atender todas as áreas de competência da UFG, além de dividi-lo em 3 fases: pré-incubação, incubação

e pós-incubação, referindo-se às etapas de concepção, implementação e consolidação dos empreendimentos, respectivamente.

A nova instrução normativa do Programa inova ao fazer referência expressa às micro e pequenas empresas, estabelecendo como uma das finalidades facilitar o acesso desse tipo de empresa às informações referentes a tecnologia, oportunidades de negócios, crédito e capitalização, mercado, legislação, pesquisas e publicações técnicas. A estrutura administrativa do órgão é mantida inalterada na nova resolução, assim como suas formas de captação de recursos e financiamento e o tratamento dado às eventuais propriedades intelectuais resultantes do exercício de suas atividades.

A resolução também traz como novidade o detalhamento das fases de pré-incubação, incubação e pós-incubação por ela estabelecidas, separando, inclusive, os processos de seleção de empresas em cada uma dessas fases. Quanto à disponibilização da infraestrutura da UFG às empresas incubadas, a nova resolução mantém as disposições da norma anterior.

O Programa de Incubação de Empresas da UFG viria a passar por mais mudanças na sua regulamentação em 2011, por meio da edição da Resolução 021 do Conselho Universitário, também selecionada para esta pesquisa e que revogou expressamente as Resoluções 022 de 2006 e 012 de 2009, anteriormente detalhadas. A nova resolução mantém as fases de pré-incubação, incubação e pós-incubação que foram criadas na resolução 012 de 2009. Também mantém a estrutura administrativa do programa e as atribuições de seus órgãos, o detalhamento das fases do programa e os métodos de seleção separados para cada fase e as regras para uso da infraestrutura da Universidade pelas empresas. Em suma, a Resolução 021 de 2011 consolida em um documento único as disposições das Resoluções anteriores que disciplinavam o Programa e que foram por ela revogadas, sem, contudo, acrescentar nenhuma nova disposição.

Do ano de 2013 foi selecionada a Resolução 036, também do Conselho Universitário da UFG, a qual desmembrou a antiga Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação nas novas Pró-reitoria de Pós-graduação (PRPG) e Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI). A nova Pró-reitoria criada passou a ter as atribuições de coordenar, implementar, desenvolver, administrar e acompanhar a política de pesquisa e inovação da Universidade Federal de Goiás. Tal Resolução foi publicada em dezembro de 2013 e o novo órgão passou a exercer suas funções já no ano de 2014.

Duas Resoluções do Conselho Universitário publicadas em 2014 foram selecionadas para a presente pesquisa. A primeira delas é identificada pelo número 031 e foi selecionada por

dispor sobre a vinculação e composição do Núcleo de Inovação Tecnológica da Universidade Federal de Goiás (NIT-UFG), revogando a Resolução CONSUNI Nº 05/2005, anteriormente detalhada. A Resolução 031 vinculou o NIT-UFG à recém-criada Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação, além de estabelecer que suas atividades passariam a ser desenvolvidas pela Coordenação de Transferência e Inovação Tecnológica da Universidade Federal de Goiás – CTIT-UFG. Este novo órgão, que assumiu as funções do NIT criado em 2005 na esteira da publicação da Lei de Inovação, passou a abranger todos os órgãos da estrutura administrativa da UFG que têm relação com produção de inovações tecnológicas e transferência de tecnologia para a iniciativa privada, a saber: o Escritório de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia; o Centro de Empreendedorismo e Incubação; o Programa Empresa Junior; o Centro Regional para o Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – CRTI; o Parque Tecnológico Samambaia; e o Parque Científico & Tecnológico JataíTEC. A Resolução também estabeleceu que o regimento da nova CTIT-UFG seria estabelecido em Resolução específica.

Não foi identificada, porém, a resolução que estabelece tal regimento interno do CTIT. Note-se que a resolução 005/2005, que criou o primeiro núcleo de inovação tecnológica – NIT – da UFG, ficou em vigor por 9 anos e nunca foi publicada a resolução do regimento interno que regulamentasse o NIT. A CTIT-UFG, por sua vez, lançou em janeiro de 2017 um novo portal na internet que divulga informações sobre a atividades relacionadas à inovação na universidade (disponível em: [http://inovacao.ufg.br/], acesso em 2 fev. 2017) e nele há um espaço de divulgação de resoluções relacionadas às atividades do órgão, e ali só existe a resolução 031/2014, o que leva à conclusão de que desde 2005 ainda não foi aprovado um regimento interno que regulamente a atuação do NIT da UFG.

Ainda em 2014, em função das mudanças da estrutura administrativa resultantes da criação da PRPI, foi editada mais uma Resolução que tratou do Programa de Incubação de Empresas da UFG. Desta vez, a Resolução 040 alterou dispositivos da anterior Resolução CONSUNI 021/2011, já detalhada. A nova Resolução alterou a anterior na parte que trata da captação de receitas pelo Programa, especificamente a taxa de administração paga pelas empresas incubadas. Enquanto na Resolução anterior o valor de tal taxa era correspondente a um percentual sobre o salário mínimo vigente, pela nova norma estabeleceu que a taxa de administração paga pelas empresas incubadas passaria a ser calculada com base no espaço físico utilizado pelo empreendimento em metros quadrados, multiplicado por uma variável denominada Valor do Espaço Compartilhado - VEC que é obtido a partir da mensuração dos

custos operacionais médios das empresas participantes do Programa. No mais, a Resolução CONSUNI 021/2011 foi mantida e continua vigorando.

Do ano de 2015 foram selecionadas duas normas já expedidas pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação e que têm relação com o objeto da presente pesquisa. A primeira delas é a Portaria 1.006, que estabeleceu as normas de funcionamento do Centro Regional para o Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (CRTI), o qual havia sido instituído na Resolução CONSUNI 031/2014, já detalhada. Segundo a Portaria, o CRTI é um centro multiusuário e multi-institucional localizado no Parque Tecnológico Samambaia e está vinculado à Coordenação de Transferência e Inovação Tecnológica da UFG (CTIT). O CRTI foi implantado com recursos provenientes da FINEP (empresa pública federal que atua como agência de fomento vinculada ao atual Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), contrapartidas da FAPEG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás) e da SECTEC (Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação de Goiás) e recursos adicionais da própria UFG. Estão conveniadas ao CRTI, além da UFG, a Universidade Estadual de Goiás (UEG), o Instituto Federal Goiano (IF Goiano) e a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), embora a gestão técnico-administrativa seja de responsabilidade da universidade federal. De acordo com a Portaria 1.006, o CRTI se propõe a ser um centro de pesquisa multiusuário e multi-institucional que atende demandas científicas, tecnológicas e de inovação provenientes de universidades, centros de pesquisa, governo e empresas. Embora não conte com um quadro próprio de pesquisadores, o CRTI atua para integração de pesquisadores de várias instituições.

A Portaria 1.006 ainda estabelece a composição e competência de um Conselho de Gestão do CRTI, composto por representantes da FAPEG, do Governo de Goiás, da UFG, da UEG, do IF Goiano, do Instituto Federal de Goiás (IFG), da PUC Goiás, da UniEVANGÉLICA (Centro Universitário de Anápolis), da FIEG (Federação das Indústrias do Estado de Goiás) e da FAEG (Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás).

O CRTI é um indicativo de parceria da Universidade Federal de Goiás com outros órgãos públicos e privados para o desenvolvimento de atividades voltadas à ciência, tecnologia e inovação. Sua instalação é recente, de dezembro de 2013. A O Centro possui uma página na internet para divulgação de suas atividades (disponível em: [http://www.crti.ufg.br/]. Acesso em: 2 fev. 2017), mas a própria página informa que suas instalações estão incompletas, em fase

de conclusão, e não há informações sobre projetos em andamento e nem quais são as instituições porventura envolvidas em pesquisas ali realizadas.

Também em 2015, a PRPI editou a Portaria 1.778, a qual criou e estabeleceu normas para o funcionamento do Comitê Interno de Propriedade Intelectual (CIPI) da UFG. Trata-se de um colegiado de caráter deliberativo e permanente no âmbito da UFG, subordinado diretamente à CTIT e que tem como objetivo geral assessorar o Escritório de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (EPITT), órgão do CTIT, nas questões que envolvam propriedade intelectual. Segundo a Portaria, o CIPI deve se reunir pelo menos uma vez por semestre para avaliar as solicitações de registro de propriedade intelectual, a manutenção dos registros existentes, bem como outros assuntos de interesse do EPITT.

Além do Comitê, a Portaria também estabelece como devem se processar as solicitações de registro de propriedade intelectual de autoria dos pesquisadores vinculados à UFG. Segundo a norma, as solicitações relativas ao registro de Propriedade Intelectual deverão ser encaminhadas formalmente pelos autores ao EPITT, conforme roteiro disponibilizado no site da PRPI, que em seguida encaminhará ao CIPI, que deverá emitir parecer a respeito da criação, com fundamento na legislação vigente, nas informações fornecidas pelos autores e no estado da arte da área da criação.

Percebe-se, portanto, que no âmbito da UFG foram editadas várias normas internas que têm relação com as atividades de produção de inovações tecnológicas e transferência de tecnologia, inclusive com mudanças na estrutura administrativa da instituição pública de ensino superior. A partir das normas acima detalhadas, pode-se ilustrar a estrutura administrativa da UFG no que concerne a ciência, tecnologia e inovação como exposto na Figura 3:

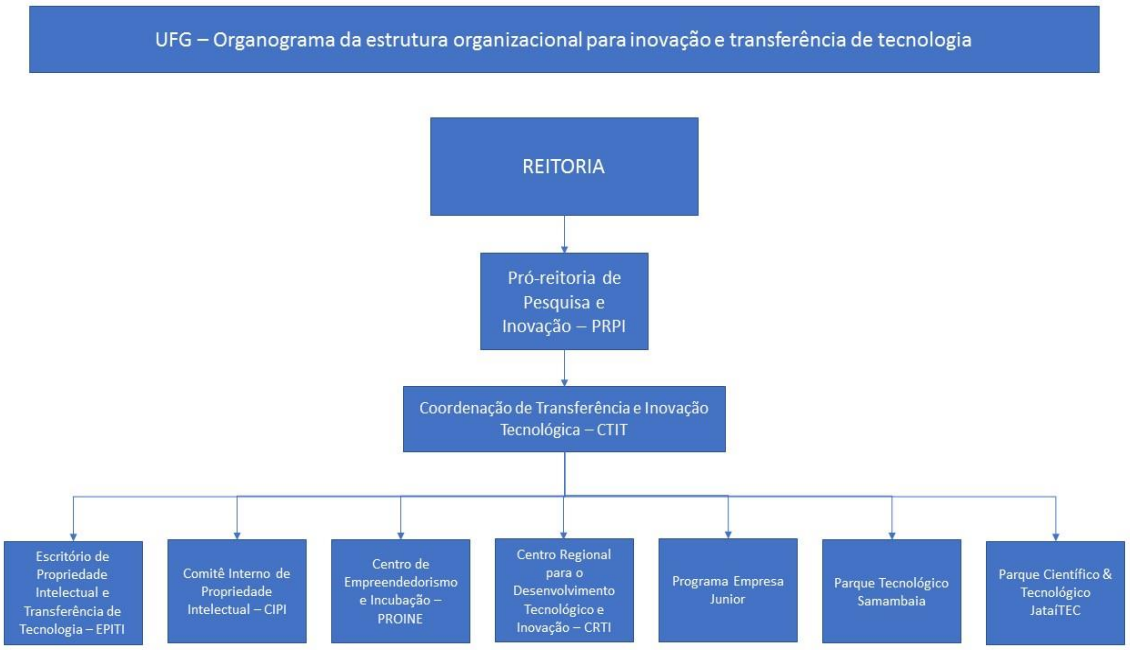


Figura 3 – Estrutura organizacional da UFG para atividades de produção de inovação e de transferência de tecnologia.

A Figura 3 ilustra como está organizada a estrutura dos órgãos da UFG que exercem atividades relacionadas à produção de inovação e à transferência de tecnologia. A Reitoria, órgão máximo de gestão na estrutura organizacional da Universidade, à qual se subordina a Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação, criada pela Resolução CONSUNI 036/2013; a esta está subordinada a Coordenação de Transferência e Inovação Tecnológica – CTIT, criada pela Resolução CONSUNI 031/2014, a qual também subordinou ao CTIT os demais órgãos referidos na figura, a saber: o Escritório de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia – EPITI; o Comitê Interno de Propriedade Intelectual – CIPI; o Centro de Empreendedorismo e Incubação – PROINE; o Centro Regional para o Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; o Programa Empresa Júnior; O Parque Tecnológico Samambaia; e o Parque Científico e Tecnológico JataíTEC. Assim está estruturada a UFG para as atividades de produção de inovação tecnológica e transferência de tecnologia, de acordo com as normas internas editadas pela instituição de ensino superior.

O que se pode perceber é que existe, na Universidade Federal de Goiás, uma estrutura física, administrativa e gerencial para as atividades de inovação, transferência de tecnologia e interação com a iniciativa privada, em conformidade com o arcabouço normativo estatal e organizada pelas normas editadas pela própria instituição. Contudo, a estrutura apresenta

deficiência no aspecto pessoal, que é insuficiente para seu manejo, como será detalhado mais adiante. Além disso, a existência de estrutura não resultou, até o momento, em contratos de licenciamento ou cessão de produtos resultantes de pesquisas realizadas pela universidade.

Diante do contexto apresentado na Universidade Federal de Goiás, evidencia-se conhecer o cenário nos Institutos Federais nos mesmos parâmetros, muito embora se saiba que as instituições guardam diferenças de estrutura organizacional e de finalidade. A universidade é muito mais antiga, uma vez que os Institutos Federais, da forma como se apresentam no contexto do ensino superior hoje, só foram criados em 2008 (Lei 11.892 – BRASIL, 2008). Também há diferença de finalidade das instituições, porquanto a universidade se baseia nas atividades de ensino, pesquisa (principalmente básica) e extensão, os Institutos Federais foram criados com fim de oferecer educação profissional e tecnológica e realizar pesquisa aplicada (Lei 11.892 – BRASIL, 2008). Apresenta-se a seguir, portanto, a estrutura normativa dos Institutos Federais do estado de Goiás no contexto de ciência, tecnologia e inovação.

3.3 Normas internas do Instituto Federal de Goiás

As normas internas editadas pelo Instituto Federal de Goiás – IFG também estão organizadas em representação gráfica que as organiza em fluxo temporal, conforme a Figura 4:

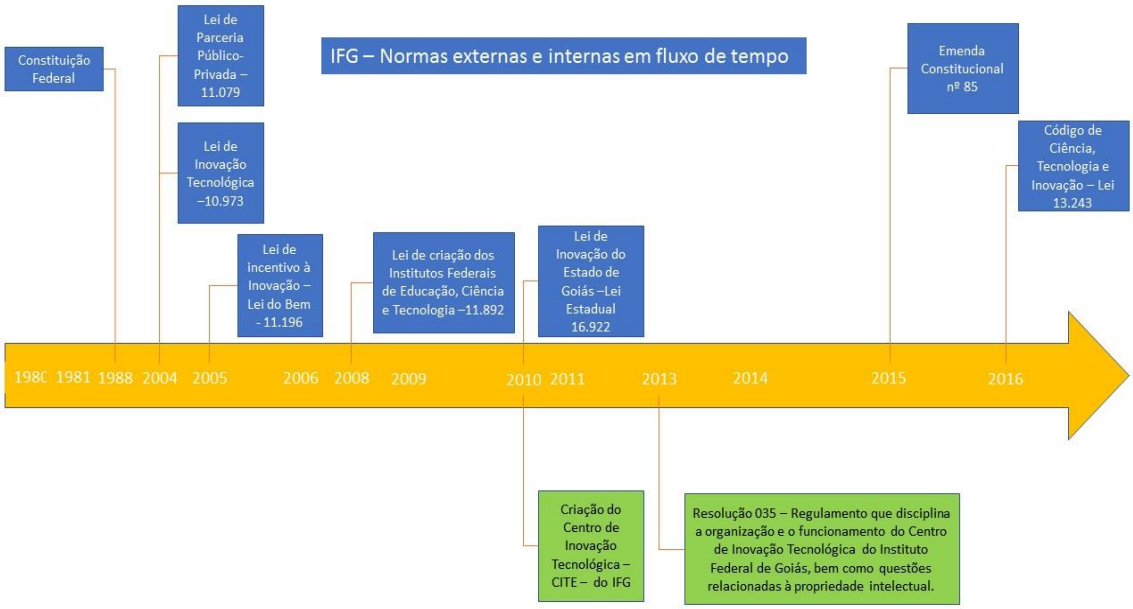


Figura 4 - Normas externas e internas do IFG em fluxo de tempo.

O Instituto Federal de Goiás, criado pela Lei 11.892/2008, editou poucas normas internas que digam respeito às atividades relacionadas à pesquisa de inovação tecnológica e transferência de tecnologia, em comparação com as que foram editadas pela UFG e detalhadas anteriormente.

Como se vê na Figura 4, apenas duas normas internas do IFG se relacionam ao objeto da presente pesquisa e ambas dizem respeito ao NIT da instituição. A primeira delas diz respeito simplesmente à criação do NIT[6], o qual foi incluído na estrutura organizacional do IFG em obediência ao que dispõe a Lei de Inovação (Lei 10.973/2004), que impõe às instituições de ciência e tecnologia, como é o caso do IFG, a obrigação de criar um núcleo de inovação tecnológica.

A segunda norma interna é a Resolução 035, do Conselho Superior do Instituto Federal de Goiás, a qual aprova o regulamento do Centro de Inovação Tecnológica (CITE) do IFG, assim denominado na própria Resolução. A norma estabelece como objetivos do CITE efetivar ações que promovam a inovação e proteção da propriedade intelectual sob o tripé ensino, pesquisa e extensão com vistas ao desenvolvimento social, econômico e ambiental do País; definir e viabilizar os procedimentos de proteção das criações e de transferência de conhecimento científico e tecnológico gerado na instituição para a sociedade; contribuir para o desenvolvimento regional, social, econômico, cultural, científico e tecnológico do País; valorizar e incentivar a realização de pesquisas científicas e tecnológicas, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente e à inovação social, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo no IFG; e estabelecer critérios de participação dos servidores e não servidores do IFG nos resultados e vantagens advindos de contratos de inovação e propriedade intelectual.

A Resolução estabelece, ainda, normas que dizem respeito à composição e atuação da Coordenação do CITE-IFG, da Comissão de Assessoramento em Propriedade Intelectual e Inovação e às próprias competências do CITE.

Quanto à Comissão de Assessoramento mencionada, a Resolução estabelece como sua função principal assessorar as atividades do CITE, avaliando e emitindo pareceres quanto aos interesses do CITE de exercer seus direitos de proteção da propriedade intelectual, analisar oportunidades de transferência de tecnologia ou licenciamento envolvendo cláusula de

[6] Não foi identificada a norma (resolução ou portaria) expedida pelo IFG e que criou o Centro de Inovação Tecnológica – CITE. Sabe-se que sua criação se deu em 2010 a partir de informação divulgada no site do CITE na internet, link "Apresentação", link posterior "História", mas a norma não é disponibilizada.

exclusividade e analisar demandas nos aspectos da proteção de propriedade intelectual e transferência de tecnologia que sejam submetidas ao CITE.

Em seguida, a Resolução trata de aspectos da propriedade intelectual com base na legislação federal, especialmente a Lei de Inovação Tecnológica, estabelece que os criadores, no âmbito do IFG, terão direito a um terço dos ganhos econômicos auferidos pelo Instituto como resultado de transferência de tecnologia e licenciamento para outorga de direito de uso ou exploração de criação protegida, trata da situação dos criadores independentes em relação ao IFG e disciplina a forma de solicitação de direitos de propriedade intelectual pelo IFG junto ao INPI.

A partir das normas internas obtidas, pode-se ilustrar a estrutura organizacional do IFG no que diz respeito às suas atividades de pesquisa de inovações tecnológicas e transferências de tecnologia como na Figura 5:

Figura 5 – Estrutura organizacional do IFG para atividades de produção de inovação e de transferência de tecnologia.

No IFG, a Reitoria é o órgão máximo de gestão da organização. A ela se subordinam as Pró-reitorias, entre estas a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, à qual está subordinada a Diretoria de Pesquisa e Inovação. Esta, por sua vez, tem a si subordinado o Centro de Inovação Tecnológica – CITE, o NIT do IFG.

No caso do Instituto Federal de Goiás, apenas uma norma regula a atuação da instituição em atividades de inovação tecnológica e transferência de tecnologia para a iniciativa privada, e

existe estrutura organizacional voltada para essas atividades, consubstanciada no CITE. Contudo, como no caso da UFG, isso ainda não resultou em efetiva celebração de contratos de licenciamento ou cessão de produtos provenientes das pesquisas realizadas pelo Instituto, como será detalhado mais adiante, embora a atual forma e modo de funcionamento de suas atividades seja recente, como se viu.

4.4 Normas internas do Instituto Federal Goiano

No Instituto Federal Goiano – IF Goiano – a situação é semelhante ao IFG no que diz respeito a normas internas emitidas pela instituição e que tenham relação com as atividades de pesquisa de inovação e transferência de tecnologia. Apenas uma norma divulgada pelo Instituto trata do tema, a Resolução 032 de 2011, emitida pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, a qual trata justamente da criação e do regulamento do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT – do IF Goiano, em obediência ao que dispõe a Lei de Inovação. Para uniformidade dos resultados apresentados, também esta norma interna da instituição foi objeto de ilustração em fluxo de tempo em contraposição com as normas externas, como se vê na Figura 6:

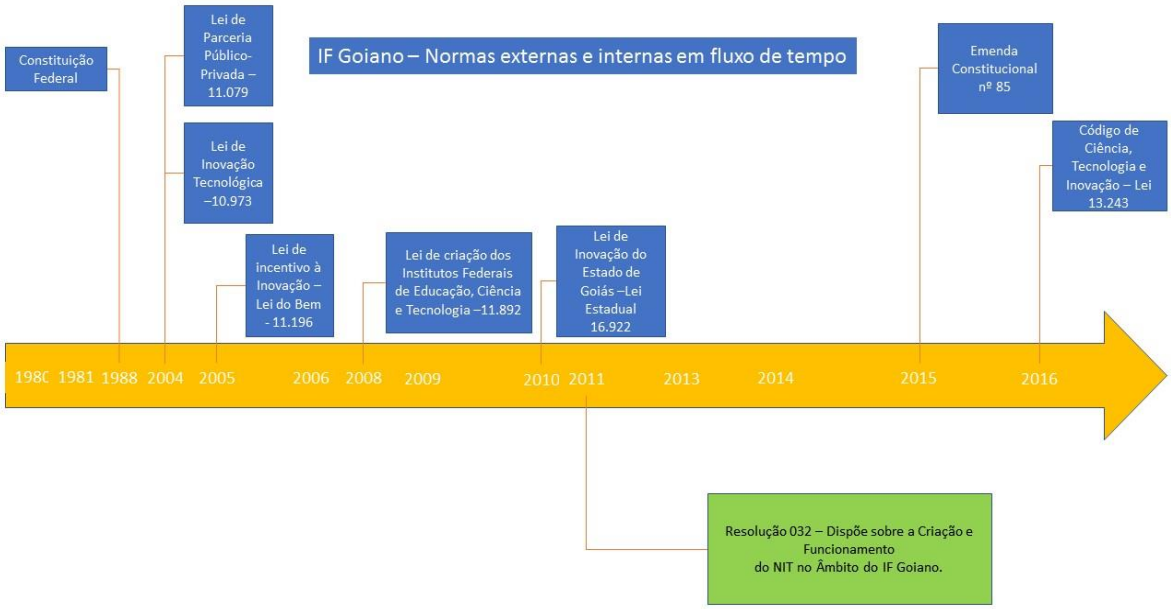


Figura 6 - Normas externas e internas do IF Goiano em fluxo de tempo.

A Resolução 032 trata da estrutura, da organização, do objetivo e da competência do NIT do IF Goiano, estabelecendo que ele integra a Diretoria de Inovação, vinculada, por sua vez, à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Também no IF Goiano, o NIT será assessorado por um Conselho Consultivo que opinará sobre acompanhamento dos estudos de prioridades e viabilidade econômica de projetos e das criações intelectuais desenvolvidas no âmbito do IF Goiano.

Segundo a norma, o objetivo principal do NIT IF Goiano é o fortalecimento da política institucional frente aos organismos públicos, privados e a sociedade, visando à adequada utilização do conhecimento desenvolvido no IF Goiano ou em parcerias, em prol da sociedade. Para tanto, o órgão apoiará as ações que tenham por fundamento a criação e, em especial, a inovação tecnológica.

No que diz respeito à sua competência, o NIT IF Goiano deverá gerir a política de inovação do IF Goiano, supervisionar a execução de todos os convênios, contratos ou outros ajustes firmados para o licenciamento, requerimento de proteção e concessão de propriedade intelectual ou de transferência de tecnologia, fiscalizando, inclusive, o seu cumprimento por todos os participantes, apoiar e promover a transferência de tecnologia e a internalização da pesquisa nas empresas, prospectar e acompanhar os projetos e contratos realizados no âmbito do IF Goiano que versem sobre inovação e identificar, apoiar, promover e implementar parcerias com empresas e instituições públicas e privadas.

A Resolução também estabelece que todos os pedidos de proteção de criação intelectual feitos ao NIT IF Goiano devem passar por um estudo de viabilidade econômica do produto, processo ou serviço inovador desenvolvido no âmbito do IF Goiano, o qual será realizado pelo Conselho Consultivo. Quanto à participação dos criadores de inovações no âmbito do IF Goiano, a Resolução estabelece que lhes será conferida uma premiação que variará entre 5% (cinco por cento) e um terço sobre o valor de quaisquer vantagens auferidas pelo IF Goiano com a exploração dos direitos de propriedade intelectual, mas não indica quais critérios serão utilizados para estabelecer o percentual da premiação e nem quem será o responsável por fazê-lo. A norma também determina que, deduzida a premiação do criador, metade do valor remanescente deverá ser destinado pelo IF Goiano ao Departamento, ao Centro ou ao Órgão Auxiliar onde a criação intelectual foi desenvolvida, respeitada a obrigatoriedade de sua aplicação em atividades de pesquisa, enquanto a outra metade será destinada a um fundo de

custeio às despesas de proteção e manutenção da propriedade intelectual do IF Goiano, a ser gerido pelo NIT IF Goiano.

A partir das informações da Resolução, tem-se que o posicionamento do NIT IF Goiano na estrutura organizacional da instituição pode ser ilustrado como na Figura 7:

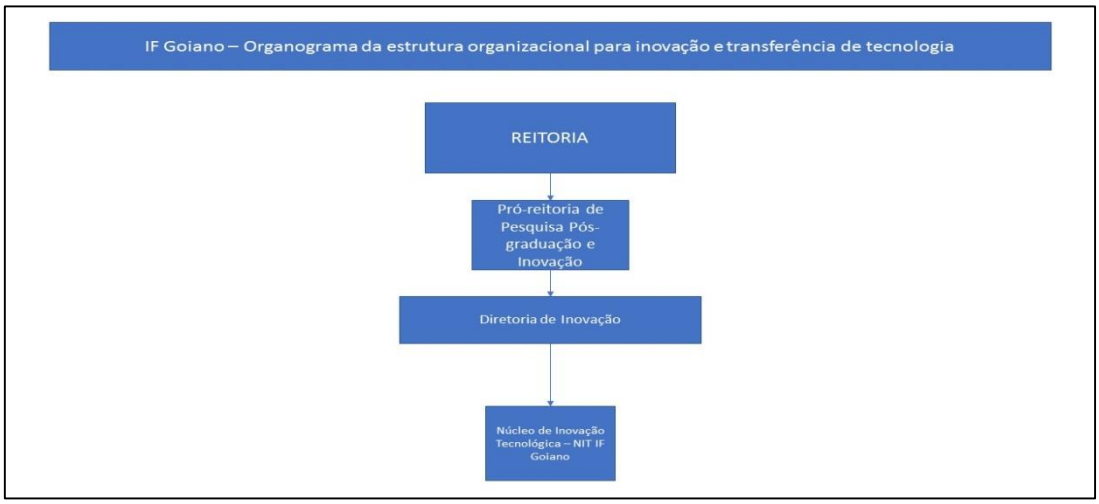


Figura 7 – Estrutura organizacional do IF Goiano para atividades de produção de inovação e de transferência de tecnologia.

A Reitoria é o órgão gestor máximo do IF Goiano, à qual estão subordinadas todas as Pró-reitorias, entre elas a de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação. A esta está subordinada a Diretoria de Inovação, à qual, por sua vez, está vinculado o Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT IF Goiano.

Como se nota, no IF Goiano também apenas uma norma concentra toda a política de inovação e transferência de tecnologia e também existe estrutura voltada a tais atividades, consubstanciada no NIT. Contudo, como no caso do IFG, isso também não resultou, até o momento, em contratos de cessão ou licenciamento de produtos de pesquisas realizadas pelo Instituto e, em relação às demais instituições estudadas, sua produção de inovações tecnológicas passíveis de transferência de tecnologia ainda é incipiente, como se verá.

Neste ponto, convém estabelecer uma comparação com os resultados encontrados por Garnica (2007) em sua pesquisa que se propôs à apreensão da estruturação, na época, das universidades públicas do estado de São Paulo (USP, Unesp, Unicamp, Unifesp e UFSCar) quanto à regulamentação de propriedade intelectual e aos processos de transferência de tecnologia para empresas. Como já mencionado, Garnica (2007) concluiu que todas as

universidades estudadas em sua pesquisa possuíam normatização e estrutura para gestão de propriedade intelectual. Nesse aspecto, pode-se dizer que as instituições federais de ensino objeto da presente pesquisa também possuem normatização e estrutura física, administrativa e gerencial para gestão de propriedade intelectual e transferência de tecnologia, a UFG há mais tempo, desde de 2005 (Resolução 005) e os Institutos Federais mais recentemente, a partir de 2011. A UFG possui uma quantidade maior de normas editadas, em razão da existência do NIT e também de programas de incubação de empresas e de empresas *spin off* (Empresa Júnior). Os Institutos Federais, por sua vez, possuem apenas 1 norma, cada um, que rege a atuação de seus respectivos NITs.

Contudo, ao contrário do que ocorre com as instituições públicas de ensino superior paulistas, todas as quais, conforme Garnica (2007), celebram contratos de transferência de tecnologia, por meio de licença de patentes e softwares, e obtêm recursos financeiros provenientes de tais licenciamentos, a estrutura formada pelas instituições objeto da presente pesquisa ainda não resultaram na celebração de contratos do mesmo tipo e nem na obtenção de recursos financeiros. Esta constatação será detalhada mais adiante.

4. Considerações Finais

Apresentadas as normas externas e internas no contexto das instituições objeto do presente estudo, constata-se que, em alguma medida, todas elas reagiram ao movimento do Estado de, ao estabelecer um arcabouço normativo que disciplina as atividades de produção científica e tecnológica e as relações das instituições de pesquisa públicas (aí incluídas as de ensino superior) com a iniciativa privada, criar um ambiente para a inovação (ETZKOWITZ e LEYDESDORFF, 2000). As instituições estudadas editaram normas internas que disciplinam as atividades de pesquisa em inovação, gestão de propriedade intelectual e transferência de tecnologia para a iniciativa privada. Surge então, nesse cenário, o questionamento se, uma vez estabelecidas, normativamente, as condições para a atuação das instituições nessas atividades, isso resultou em aumento da produção de pesquisas que gerassem bens de propriedade industrial e se houve transferência desses, por meio de cessão ou licenciamento para a iniciativa privada.

Conclui-se que o estudo possibilitou identificar a evolução de normativos internos referentes a inovação tecnológica e transferência de tecnologia das instituições públicas de

ensino superior estudadas, cuja existência se constatou em todas as organizações, em maior quantidade na UFG, em razão da complexidade e volume das atividades de pesquisa por ela realizadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de Almeida; JURKSAITIS, Guilherme Jardim; MOTA, Carolina. Parcerias empresariais do Estado para a inovação tecnológica. In: JUSTEN FILHO, M.; SCHWIND, R. (Coord.). Parcerias público-privadas - Reflexões sobre os 10 anos da Lei 11.079/2004. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 609-625.

BARBOSA, Denis Borges. Direito ao desenvolvimento, inovação e apropriação das tecnologias. Atualização do texto publicado na Revista Jurídica da Casa Civil da Presidência da República (Brasília, v. 8, n. 83, p.31-50, fev./mar. 2007) de acordo com a Emenda Constitucional 85. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.denisbarbosa.addr.com/arquivos/200/inovacao/direito_ao_ desenvolvimento_2015.pdf> Acesso em: 24 mar. 2016.

BITTAR, Carlos Alberto. Direito de autor. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2013.

BRASIL. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 29 abr. 2016.

_____. 2004. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 – Lei de Inovação Tecnológica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/lei/l10.973.htm>. Acesso em: 29 abr. 2016.

_____. 2005. Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 – Lei do Bem. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 nov. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11196.htm>. Acesso em: 29 abr. 2016.

_____. 2006a. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 mai. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm>. Acesso em: 29 abr. 2016.

_____. 2007. Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm>. Acesso em: 29 abr. 2016.

_____. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Censo do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. Brasília, DF, 2014.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Dispêndio nacional em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em valores correntes, em relação ao total de P&D e ao produto interno bruto (PIB), por setor institucional, 2000-2013. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/29144/Brasil_Dispendio_nacional_em_pesquisa_e_desenvolvimento_P_D_em_valores_correntes_em_relacao_ao_total_de_P_D_e_ao_produto_interno_bruto_PIB_por_setor_institucional.html>. Acesso em 30 out. 2015.

_____. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 – Código de Ciência, Tecnologia e Inovação. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 jan. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2016/Lei/L13243.htm#art2>. Acesso em: 29 abr. 2016.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. Rev. Bras. Educ., n. 24, p. 5-15, dez. 2003.

ETZKOWITZ, Henry; LEYDESDORFF, Loet. The dynamics of innovation: from National Systems and ‘‘Mode 2’’ to a Triple Helix of university–industry–government relations. Research Policy, v. 29, n. 2, p. 109-123, fev. 2000.

FERRAZ, Bruna Tarcília. Função social da universidade e políticas de ação afirmativas no Brasil: elementos para discussão sob o prisma da avaliação institucional. Rio de Janeiro, África e Africanidades, ano I, n. 2, ago. 2008.

FERREIRA, Dilma Santana de Faria; SANTOS, Lindalva Pessoni dos. A função social das universidades públicas no contexto atual. In: I Seminário sobre docência universitária. UEG. Anais... Inhumas, 12 mar. 2011.

GARNICA, Leonardo Augusto. Transferência de tecnologia e gestão da propriedade intelectual em universidades públicas no estado de São Paulo. 2007. 203 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

GOIÁS. 2010. Lei nº 16.922, de 08 de fevereiro de 2010. Lei de Inovação de Goiás. Diário Oficial [do] Estado de Goiás. Goiânia, GO, 11 fev. 2010. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/pagina_leis.php?id=9286>. Acesso em: 29 abr. 2016.

IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Instituição. Sem data. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/index.php/instituicao>. Acesso em: 29 abr. 2016.

IF Goiano – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. Histórico. Sem data. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/historico>. Acesso em: 29 abr. 2016.

LEOPOLDO E SILVA, Franklin. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. São Paulo, Estudos avançados, v. 15, n. 42, p. 295-304, mai./ago. 2001.

MENEZES, Robert Kalley Cavalcanti de. Considerações sobre a formação da política de ciência e tecnologia (PCT) brasileira para inovação. In: VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís, UFMA, 2015. Anais... 25 a 28 de agosto de 2015.
OLIVEIRA, Renilda Correia de. Educação superior, concepções e função social da universidade. In: V Encontro de Pesquisa em Educação em Alagoas, 2010. Anais... 31 de agosto a 3 de setembro de 2010.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAPINI, Márcia Siqueira; RIGHI, Hérica Morais. O Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq e a Interação Universidade-Empresa no Brasil em 2004. Revista Brasileira de Inovação, Campinas, v. 5, n. 1, p. 131-156, jan./jun. 2006.

RAUEN, Cristiane Vianna. O novo marco legal da inovação no Brasil: o que muda na relação ICT-empresa? Radar, IPEA, n. 43, fev.2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11058/6048>. Acesso em: 1 mai. 2016.

UEG, Universidade Estadual de Goiás. Missão. Sem data. Disponível em: <http://www.ueg.br/conteudo/663_missao>. Acesso em: 29 abr. 2016.

UFG, Universidade Federal de Goiás. Estatuto. Texto aprovado na reunião dos três conselhos realizada no dia 29/11/2013. Disponível em: <https://www.ufg.br/up/1/o/ESTATUTO_da_UFG_2014.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2016.

VERONESE, Alexandre. A institucionalização constitucional e legal da ciência, tecnologia e inovação a partir do marco de 1988: os artigos 218 e 219 e a política científica e tecnológica brasileira. Revista Novos Estudos Jurídicos, Eletrônica, v. 19, n. 2, mai./ago. 2014

VETTORATO, Jardel Luís. Lei de Inovação Tecnológica: os aspectos legais da inovação no Brasil. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, v. 3, n. 3, p. 60-76, set. 2008.

WILLIG, Júnior Roberto. Inovação tecnocientífica no Brasil: uma análise do contexto normativo e conceitual da inovação e a (in)definição dos seus limites éticos. 2014. 440 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2014.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

A LUTA DA MULHER PARA INSERIR NO MERCADO DE TRABALHO

Suelen de Souza Oliveira[1]
Unilson Gomes Soares [2]
Érica Teixeira[3]

Resumo: Trata-se o presente trabalho sobre a luta das mulheres ao longo dos anos, para se inserem no mercado de trabalho. No decorrer do artigo, abordou-se sobre definições de gestão de pessoas, importância dos direitos trabalhistas e a ONU Mulheres. Adiante se versou sobre a história da luta das mulheres ao longo dos anos para ingressarem no mercado de trabalho e assumirem empregos decentes. Na sequência, tratou-se sobre os preconceitos e dificuldades enfrentadas pelas mulheres, enfatizando-se as diferenças de remuneração e assédios. Para tanto, realizou-se pesquisas bibliográficas, em revistas, livros, monografias, teses, dissertações e artigos científicos. Concluiu-se que as mulheres conquistaram muitos direitos, principalmente a autonomia financeira, mas o desafio ainda perdura, pois ainda existem muitos preconceitos e discriminações.

Palavras-chave: Mulher. Mercado de trabalho. Lutas. Desafios. Preconceitos.

Abstract: This is the present work on the struggle of women over the years to enter the labor market. In the course of the article, we discussed definitions of people management, the importance of labor rights and UN Women. She went on to discuss the history of the struggle of women over the years to enter the labor market and take on decent jobs. Subsequently, it dealt with the prejudices and difficulties faced by women, emphasizing differences in pay and harassment. For this purpose, bibliographical research was carried out in magazines, books, monographs, theses, dissertations and scientific articles. It was concluded that women have won many rights, especially financial autonomy, but the challenge still persists because there are still many prejudices and discrimination.

Keywords: Woman. Labor. Market. Struggles. Challenges. Prejudices.

1 INTRODUÇÃO

[1] Acadêmica do Curso de Graduação em Bacharelado de Administração. *E-mail*: susu-os@hotmail.com

[2] Docente do curso de Administração da Faculdade Patos de Minas. Mestre em Educação. *E-mail*: unilsongomessoares@yahoo.com.br

[3] Professora de Metodologia Científica. Especialista em Direito Processual. *E-mail:* ericaflor25@gmail.com

Recebido em 30/09/2018
Aprovado em 12/02/2019

A luta das mulheres para inserir no mercado de trabalho remonta mais de séculos, figurando a Revolução Industrial como um marco em que as mulheres foram aceitas no contexto laboral público. Mesmo contratada para atuar em grandes indústrias e sendo necessária a mão-de-obra, as mulheres eram vítimas de desigualdades e opressão.

Depois de anos de luta, e mesmo com o direito a igualdade de gênero reconhecido em leis, tratados internacionais e na Constituição Federal, as mulheres ainda lutam para ocupar o espaço de trabalho, com a mesma equidade que os homens. Essa recalcitrância em aceitar a mulher no mercado de trabalho, se dá entre outros fatores, em razão de fatores biológicos, no sentido de que a mulher nasceu para procriar e cuidar dos afazeres domésticos. Outro fator preponderante é a imagem culturalmente formada de que mulheres devem ocupar somente espaços privados e ao homem compete o papel perante a sociedade.

O presente estudo possui especial importância para o meio social, haja vista que demonstra como é árdua a luta das mulheres em busca da igualdade, e também que a sociedade deve promover a efetivação da inserção da mulher no mercado de trabalho, combatendo preconceitos de qualquer natureza.

Assim sendo, este estudo teve como objetivo geral promover reflexões teóricas acerca da desigualdade de gênero a partir da inserção da mulher no mercado de trabalho.

No decorrer do trabalho discorrer-se-á sobre ONU Mulheres, a história da luta das mulheres para se inserir no mercado de trabalho e por fim, tratar-se-á sobre as diferenças e preconceitos enfrentados pelas mulheres no âmbito trabalhistas, enfatizando-se as diferenças de remunerações, assédio, entre outros fatores.

A natureza da pesquisa foi de abordagem qualitativa e o método utilizado foi o bibliográfico, uma vez que as fontes investigadas foram os livros, revistas, sites eletrônicos e artigos.

2 METODOLOGIA

Para realizar-se a presente pesquisa, utilizou-se um levantamento bibliográfico, classificando-se a pesquisa como qualitativa.

Conforme lição de Lintz e Martins (2007), a revisão de literatura é a forma mais usual de abordagem metodológica utilizadas em trabalhos acadêmicos. A pesquisa bibliográfica

busca discorrer e promover a discussão de temas ou problemáticas com amparo em referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos etc.

No presente artigo foram utilizados como fonte de pesquisa, artigos científicos, bem como livros sobre gestão organizacional e sobre o papel da mulher no ambiente laboral, todos cientificamente apoiados. Desta feita, constata-se que a revisão de literatura não se trata de mera repetição do que já foi doutrinado sobre determinado assunto, mas promove o exame mais acurado, sob nova abordagem, nova perspectiva, o que, por conseguinte, traz novas conclusões (LAKATOS; MARCONI, 2016).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

ONU Mulher

Desenvolvem-se cada vez mais estratégias visando efetivar a igualdade das mulheres na sociedade. O Instituto da Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres será analisado aqui, como um exemplo em meio a tanto outros órgãos que trabalham nesse sentido (BARROSO, 1989).

A ONU Mulheres foi fundada em 2010 pela Assembleia Geral da ONU. Inicialmente foi criada como uma Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, sendo considerado um marco histórico e muito acertado para desenvolver as políticas públicas que almejam esse objetivo. Sua tarefa principal é no sentido de oferecer apoio técnico e econômico aos países que possuem comissões intergovernamentais voltadas a inclusão das mulheres no desenvolvimento de políticas públicas, padrões e normas globais (ALVES, 2016).

Com efeito, o objetivo primordial é a satisfazer carências de mulheres em todo mundo, visto que a igualdade de gênero, não se trata somente de um direito fundamental, mas a sua efetividade traz significativas implicações socioeconômicas. O empoderamento feminino é traduzido como o estímulo a produtividade e progresso. Muito embora existam expressivas vantagens em prol das mulheres, as desigualdades de gênero ainda são manifestas na sociedade (BRASIL, 2016).

Segundo a cartilha que trata dos Princípios do empoderamento das mulheres, empoderamento significa:

> Dar ou adquirir poder ou mais poder. O empoderamento significa uma ampliação da liberdade de escolher e agir, ou seja, o aumento da autoridade e do poder dos indivíduos sobre os recursos e decisões que afetam suas próprias vidas. A pessoa empoderada pode definir os seus objetivos, adquirir competências (ou ter as suas próprias competências e conhecimentos reconhecidos), resolver problemas e desenvolver seu próprio sustento. É, simultaneamente, um processo e um resultado. Fala-se, então, do empoderamento das pessoas em situação de pobreza, das mulheres, dos negros, dos indígenas e de todos aqueles que vivem em relações de subordinação ou são desprivilegiados socialmente (BRASIL, 2016, p. 21).

Para efetivar essas modificações no âmbito da sociedade civil, oferta o respaldo para que mulheres ocupem funções de gestão, com o fim de desenvolver parceiras com órgãos públicos e privados. A ONU Mulheres também se preocupa em fomentar esses incentivos em entidades privadas. Felizmente, o Brasil ocupa o segundo lugar no ranking de empresas que aderiram e assinaram pacto para efetivar o Princípio de Empoderamento das Mulheres. No âmbito internacional, é receptivo para parceiras com países do Sul, notadamente os africanos e latino-americanos (CERQUEIRA; CABECINHAS, 2012).

Destaca-se entre as principais áreas de atuação, o comando e participação política, empoderamento, acabar com a violência contra as mulheres, paz e segurança, liderança e planejamento, normas globais e regionais, HIV e AIDS. Mesmo assim, com tantos progressos, alguns dados causam espanto no que toca ao desemprego. Estima-se que o desemprego entre as mulheres é aproximadamente duas vezes maior que a dos homens, uma diferença que alarga quando se trata de homens brancos (5.3%) ou mulheres afrodescendentes (12,5%). Registre-se que 25% das mulheres empregadas possuem registro formal. Os salários dos homens é 30% maior que o das mulheres. Por outro lado, um terço das famílias são chefiadas por mulheres e dentre elas, metade é monoparental. As mulheres dedicam mais do que o dobro de seu tempo para as tarefas domésticas do que os homens (SILVA, 2017).

A mulher no mercado de trabalho

Em 1789 ocorreu a Revolução Francesa e com ela uma nova visão sobre o papel da mulher na sociedade. Entre as mudanças ocorridas, enfatizem-se as questões referentes à exploração e restrição de direitos, cujos aspectos evidenciaram a figura da mulher, que busca melhor condições de vida, de trabalho, participação política, e notadamente a igualdade de gêneros (BAYLÃO; SCHETTINO, 2014).

Outro ponto marcante ocorreu na segunda metade de século XVIII, com o advento da Revolução Industrial, que acabou admitindo grande parte de mão-de-obra feminina, visando diminuir os salários, o que ensejou na inserção definitiva da mulher na produção. Nessa fase, tem-se a presença de mulheres assalariadas, em grande volume, e desempenhando papel de verdadeira importância na indústria têxtil (ABRAMO, 2014).

Durante as duas grandes guerras mundiais, as mulheres assumiram os empreendimentos da família e inevitavelmente foram incluídas no mercado de trabalho. Com o desenvolvimento industrial, as mulheres começaram a trabalhar em indústrias e fábricas, mas com sendo exploradas economicamente (BAYLÃO; SCHETTINO, 2014).

Durante a Revolução Industrial, a mão-de-obra foi explorada pelos donos de indústrias, ao invés dos artesãos. Houve muita procura por trabalho de mulheres e crianças, em razão do baixo custo salarial. A exploração consistia em horas excedentes de trabalhos, salários diminutos, entre outros fatores (ABRAMO, 2014).

Segundo Rosa (2016) a jornada de trabalho da mulher era de até 17 horas por dia, em condições insalubres, estando sujeita a ofensas a integridade física e moral. Nem se diga, ainda, da desigualdade salarial, que era até 60% menor do que a dos homens. Diante desse cenário caótico, surgiram manifestações na Europa e Estados Unidos, tendo como objetivo precípuo, a redução da jornada de trabalho para o limite de 8 horas.

Thébaud, Perrot e Duby (1995) trataram com brilhantismo sobre o tema:

> Simbolicamente, a guerra revivifica os mitos da mulher salvadora e consoladora, mais do que comprova as capacidades femininas. Salvo para as feministas, que, em cada país, põe em evidência a eficácia do trabalho feminino e tentam, com mais ou menos insistência, assimilar a mobilização das mulheres à dos homens pela utilização de um vocabulário militar (THÉBAUD; PERROT; DUBY, 1995, p. 46).

Já no final do século, houve uma franca divisão dos espaços onde o trabalho ocorreu. O trabalho doméstico representava a seara privada e as unidades de produção representavam a seara pública. Essa sistematização trouxe uma estreita relação com a divisão do trabalho entre gêneros. Se por um lado cabia aos homens o trabalho produtivo, com contraprestação pecuniária, aclamado socialmente e fora dos domicílios, por outro, competia às mulheres os afazeres de casa, referentes a educação dos filhos e à maternidade. Essas tarefas eram realizadas por mulheres, sem qualquer remuneração (TEIXEIRA, 2009).

E mesmo com tantas modificações ao longo da história, ou seja, a revolução industrial, as duas grandes guerras, a chegada da automação e a produção mais rápida no mundo da moda, o trabalho da mulher não foi devidamente reconhecido. A fragmentariedade do processo de produção nas fábricas de roupas dificultou a padronização e objetividade almejada pelos donos no do capital, para o fim de obtenção de lucro. Diante disso, o binômio mão de obra/capital serviu para escravizar e explorar absurdamente os funcionários do ramo (ANDRADE, 2004).

Esses problemas foram detectados facilmente no ramo de fabricação de vestuários, mas esse cenário não está adstrito a características meramente econômicas e histórias, mas é pautado nas diferenciações e construções sociais ocasionados pela diferença de gênero (NUNES NETO, 2016).

Na América Latina, mais especificamente nas décadas de 1970 a 1990, houve um crescimento significativo da colaboração feminina no mercado de trabalho, bem assim das horas diárias e semanais voltadas ao trabalho. Houve uma assiduidade movimentos trabalhistas e crescimento dos anos de vida economicamente ativos. Na mesma época, o nível de escolaridade das mulheres suplanta o dos homens no mercado de trabalho. E ainda assim as diferenças salariais, bem como a segregação de funções continuam. Registrou-se apenas uma melhora sensível nesse sentido. Em lado oposto, o nível de desemprego das mulheres persiste, sendo expressivamente maior ao dos homens, constatando-se o aumento da presença feminina em ocupações problemáticas e pouco valorizadas pela sociedade (TEIXEIRA, 2009).

Consoante a doutrina capitalista, o reconhecimento do trabalho está estreitamente ligado à gratificação em dinheiro e umas das formas de obtê-lo é através do emprego, ou melhor, do salário mediante contraprestação salarial. É através do emprego, que é possível atender às necessidades impostas pela sociedade. Assim, o emprego não permite que o funcionário amplie livremente seus potenciais, pois não se trata de algo voluntário, mas sim, compulsório. O emprego direciona a exploração existente nas relações capital-trabalho e nas relações de gênero. Muitas mulheres, por obstinação, ainda recusam o emprego fora do ambiente doméstico, porque entendem que o trabalho no espaço público, deve ser exclusivamente dos homens. Esse espaço, além de alienado, sujeita à mulher a submissão e opressão masculina. Lado outro, as mulheres foram para o mundo do trabalho, movidas por razões financeiras, buscando paridade de direito e desenvolver suas cidadanias (FONSECA, 2000).

Já o marxismo, extasiados pela era moderna, sustentam que toda atividade constitui trabalho e teorizam o animal *laborans* em termos muito mais adequados ao *homo faber*.

Defendem que Marx não entendeu que a estrutura monárquica do estado-nação era retrograda, e como seriam os resultados e as atitudes que a humanidade devia tomar para recompor o espaço político e a categoria de cidadão. Esse deslumbramento de Marx pela modernidade pode estimulado uma exploração de classes, segundo a qual uns trabalhariam e sustentariam os demais (HARAWAY, 2004).

Dessa forma, era conferido às mulheres às tarefas relacionadas ao corpo biológico: continuidade das espécies. A inclusão das mulheres no contexto de trabalho, não pode ser analisada apenas como uma forma de liberdade e batalha por direitos iguais entre gêneros. Ao inserir no mercado de trabalho, as mulheres se sujeitam também a superioridade e opressão masculina. Se no âmbito privado, havia o efetivo controle da mulher, por razões biológicas, no contexto público, os meios de controle e opressão se realizam por outras formas: disparidade salarial, feminização de algumas profissões, desvalor do trabalho feminino.

4 DIFERENÇAS E PRECONCEITOS

Diferenças de remunerações

Conforme explanado no tópico anterior, o direito de inserção ao mercado de trabalho foi conquistado pelas mulheres as duras penas, e até hoje as mulheres enfrentam, diretamente, em menores ou maiores proporções, preconceitos e dificuldades do contexto laboral.

Um dos motivos da discriminação sofridas pelas mulheres, relaciona-se com o discurso patriarcal de que mulheres foram criadas para desempenhar atividades domésticas, em razão da compleição física. As atividades domésticas são consideradas como um trabalho invisível, em virtude do seu desvalor. Em razão dessa cultural patriarcal, competem às mulheres, trabalhos poucos produtivos, destinados precipuamente, à maternidade e outros próprios do mundo feminino, traduzindo uma visão altamente estereotipada. Nesse cenário, é de se concluir que o patriarcalismo rural deixou marcas indeléveis na sociedade hodierna, preponderando o machismo, de forma muito significativa no mercado de trabalho (COLCERNIANI; D'AVILA NETO; CAVAS, 2015).

Diante disso, o resultado dessa cultura machista é um panorama de abuso e agressão psicológica com relação às mulheres, visivelmente apontado na divisão sexual do trabalho. Nessa seara de pensamento, competem às mulheres, via de regra, os trabalhos mais

problemáticos, com remuneração diminuta, se comparados aos trabalhos masculinos. Mesmo que participação feminina no mercado de trabalho, seja altamente significante, ainda é veemente a diferença salarial a menor em desfavor das mulheres (ELSNER; BARZOTTO, 2015).

D'Ávila Neto e Nazareth (1994) enfatizam que o mundo globalizou gerou aumento de demanda de trabalho assalariado para as mulheres. Em que pese isso, os obstáculos às atingem de forma diversificada: cultura, condição financeira, etnia, instrução, desenvolvimento tecnológico, entre outras. Em face disso, quando tais fatores não são levados em consideração, a sociedade globalizada só intensifica as diferenças e suscita novas desigualdades.

Quando se trata de mulheres chefes de família, as desigualdades são mais patentes. Elas são vítimas de discriminação, baixos salários, desemprego, dentre outros fatores. Enfatize-se que as chefes de família monoparentes figuram em número maior, em situação pobreza, denotando assim, um grave problema social, ainda maior que um problema feminino (COLCERNIANI; D'AVILA NETO; CAVAS, 2015).

No Brasil, a feminização da pobreza, atinge em maior proporção, às mulheres negas, o que evidencia a gravidade das questões de gênero e raça, quando relacionadas com cultura patriarcal e escravocrata. O que se vislumbra é uma tendência em considerar o trabalho masculino como sendo melhor que o das mulheres, ocasionando em menor salário a elas (ELSNER; BARZOTTO, 2015).

Em linhas gerais, as mulheres recebem menores salários, em virtude do conluio de vários fatores, dentre eles: maior taxa de absenteísmo ao trabalho, constantes obstáculos para viagens e mudanças de cidade em virtude do cargo, grande número de interrupções em suas carreiras, ocorridas por conta de gravidez (BRITO FILHO, 2016).

Analisando todas essas situações, e concluindo que a causa sejam os filhos e familiares, bem como o custo de manutenção do lar, ou seja, as tarefas domésticas, conclui-se que a diferença salarial está alicerçada, precipuamente, em uma divisão sexual do trabalho, altamente machista, que persiste em estimar estereótipos e diferenças, excluindo os homens de uma colaboração paritária no trabalho doméstico (FERRI; DUARTE, 2014).

Nesse cenário, a divisão sexual do trabalho gera dificuldades na combinação entre uma carreira e afazeres domésticos. Para Madalozzo, Martins e Shirator (2010):

> a divisão sexual do trabalho não tem efeito somente no emprego e na participação diferenciada de homens e mulheres no mercado, mas também afeta a forma como essas relações se difundem na sociedade. A

> responsabilização da afetividade e do trabalho não remunerado para as mulheres se traduz na perpetuação das desigualdades de tratamento entre os gêneros (MADALOZZO; MARTINS; SHIRATORI, 2010, p. 551).

O excesso de trabalho que envolve a vida profissional e doméstica constitui uma difícil tarefa para a mulher. A dupla jornada de trabalho deve ser encarada de forma mais séria pelos membros da família, pela sociedade e pelo Estado (FERRI; DUARTE, 2014).

Nesse sentido, vale registrar um estudo sobre diferenças de salários realizado em países da América Latina, chamado de "Novo Século, velhas desigualdades: diferenças salariais de gênero e etnia na América Latina". Este estudo foi publicado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e demonstra que, por parte do Poder Público, houve algumas políticas públicas que ajudaram positivamente, como: creches que horários ampliados, para que mulheres possam trabalhar com mais tranquilidade. Com contexto familiar, uma divisão paritária de afazeres, traduz uma forma combate no que toca às diferenças de salários (PRÁ, 2005)

Com relação as diferenças salariais, é de se registrar que a Dinamarca é o único país, dentre 142 pesquisados, em que as mulheres recebem salários maiores que o dos homens. Conforme o Relatório Anual das Diferenças de Gênero, realizado em 2014 e divulgado pelo Fórum Econômico Mundial, é estimado que somente em 2095, se obterá a igualdade plena de gênero no âmbito trabalhista, considerando a persistência dos mesmos motivos. Todavia, por um ponto de vista mais positivo, enfatize-se que medidas transformativas consistentes, podem alavancar o processo de equidade de gêneros de mercado de trabalho, materializando-se relações mais proporcionais (BRASIL, 2014).

No mesmo norte, o documento final da IV Reunião da Cúpula das Américas, feito em Mar Del Plata (Argentina) em 2005, indica que a criação de novas funções e cargos, bem como o trabalho desempenhado em graus de igualdades, implica no crescimento com igualdade de chances. No documento supracitado, chefes de estados debateram sobre a importância das ações estatais, no combate ao desempregado, ressaltando que o tema principal do combate a pobreza, seja o trabalho digno (COLCERNIANI; D'AVILA NETO; CAVAS, 2015).

Hirata (2002) sustenta que o contexto financeiro globalizado, embora sofra profundas alterações, não conseguiu desenvolver alterações estruturais, no que toca a questão das mulheres. A doutrinadora aduz que a maior carga de trabalho se destina precipuamente às mulheres, o que contribui para um cenário de disparidade em desfavor delas. O que se conclui

é que as diferenças salariais são resultados da mentalidade arcaica que considera muito os estereótipos e propaga as discriminações.

Assédio

Para fins de caracterização do assédio sexual em sede trabalhista, a conduta não precisa ser efetuada pelo empregador, mas estende-se até a um terceiro estranho à relação, ou quem é conivente, ou mesmo quem atua incentivado (SILVA, 2017).

Gosdal (2003) afirma que o assédio pode atingir a saúde ambiental, não apenas da vítima, mas de todos os funcionários, ocasionando medos, apreensões e transtornos, de modo a tornar o ambiente hostil. As consequências podem ser inúmeras, causando inclusive danos à saúde, como dores de cabeça, problema digestivo, depressão, falta de concentração, entre outros.

O assédio sexual pode ser praticado mediante intimidação ou chantagem. O primeiro se configura através de estímulos sexuais inapropriados, pedidos sexuais e outros atos semelhantes, seja de cunho físico ou verbal, causado prejuízo ao trabalho, ou mesmo criando ocasiões desagradáveis, de ofensas, ameaça ou abuso no trabalho (SILVA, 2017). Segundo magistério de Barros (2017), o assédio sexual através da chantagem se materializa através de uma "exigência formulada por superior hierárquico a um subordinado, para que se preste à atividade sexual, sob pena de perder o emprego ou benefícios advindos da relação de trabalho".

Outros fatores

Outro fator que contribui para a discriminação da mulher no mercado de trabalho é a descontinuidade. Geralmente mulheres deixam de ser admitidas, porque há maiores chances que elas saiam e o empregador necessite contratar e treinar um novo funcionário. Em pesquisa recente realizada pelo IPEA, demonstrou-se que a contribuição sindical feminina diminui após os 30 anos. Esse cenário pode evidenciar os obstáculos das mulheres mais maduras em se colocarem no emprego. Aventa-se que podem voltar ao trabalho, no entanto em vínculos informais (SILVA, 2017).

Outro fator que dificulta a inserção da mulher no mercado de trabalho é a presença de filhos. Isso porque, a responsabilidade das mulheres com os filhos é maior que a dos homens.

Com relação aos homens, ter filhos é um ponto favorável, pois assim ele é encarado como mais centrado, responsável e comprometido (ABRAMO, 2014).

Noutro giro, outro fator preponderante é a aparência física, ou seja, mulheres bonitas têm mais facilidade de ingressar em determinados empregos, principalmente quando necessitam ter contato direto com o público (SILVA, 2017).

Segundo entendimento de Thereza Cristina Gosdal:

> A submissão do empregado ao contrato de experiência também é fator que permite a ocorrência de discriminação de gênero, por exemplo, se a empregada engravida na experiência, ou revela estado gestacional nesse período e tem seu contrato rescindido ao término da experiência apenas em razão da gravidez. É uma modalidade de contrato que gera maior insegurança ao trabalhador (GOSDAL, 2003, p. 173).

A autora ainda sustenta que “os postos de chefia, ou que envolvam poderes de mando, continuam sendo atribuídos com maior facilidade aos homens. Muitas mulheres exercem profissões desqualificadas, em relação à formação e diploma que possuem. ” (GOSDAL, 2003).

Quando se trata de profissões intelectuais, a discriminação não acontece por conta da profissão em si, mas sim por causa da hierarquia existente internamente. Ilustre-se que na carreira acadêmica, é mais comum a presença de professoras auxiliares do que titulares. Os cargos de titulares são preponderantes dos homens (SMILIANSKY, 2014).

Ao versar sobre critérios de antiguidade e assiduidade, são mais prejudiciais às mulheres, considerando que elas interrompem ou necessitam se ausentar no trabalho para cuidarem dos filhos, ou de algum ente da família (ABRAMO, 2014).

5 CONCLUSÃO

No decorrer do presente estudo, constatou-se a luta das mulheres em busca de igualdade de gênero, com ênfase no direito ao uma profissão decente, remonta décadas. As mulheres só puderam trabalhar no espaço público, inicialmente, ante a ausência dos homens que ia para o combate durante as duas grandes guerras. Depois, se fez necessária a mão-de-obra feminina com a Revolução Industrial. Ainda assim, as mulheres eram subjugadas, através de uma jornada exaustiva de trabalho, baixa remuneração e funções desvalorizadas.

Com o tempo o trabalho da mulher vem deixando de ser considerada como secundária ou intermitente. Muitos aspectos contribuíram para essa mudança de cenário, que ocorre aos poucos, mas vem se expandindo com o capitalismo.

Muito embora o Brasil seja um exemplo de país que proporciona a mulher o direito ao trabalho, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados. Um dos principais é a diferença salarial, se comparar com os valores auferidos por homens que exercem a mesma função. Outro fator que obstaculiza o trabalho decente da mulher é o assédio, seja moral ou sexual, dentre outros.

Concluiu-se também que a inserção do trabalho da mulher, não traduziu uma saída do espaço do lar, o que pode ser percebido pela "jornada múltipla" de trabalho e pela saturação de mulheres em serviços sociais e domésticos.

Frise-se, ainda, que a libertação feminina é relativamente nova se comprar com a consolidada dominação masculina, em que pese a Constituição Federal consagrar a igualdade de gênero, sem distinção.

Desta feita, a trajetória a ser traçada para se alcançar a plena igualdade de gênero no mercado de trabalho e nos espaços de poder ainda é árdua e longa, e requer reconhecimento dos desafios a serem combatidos pelas mulheres.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho:** uma força secundária? 2014. 323 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Cap. 3.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Desafios da equidade de gênero no século XXI. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 629-638, Aug. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000200629&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 Out. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p629.

ANDRADE, Adriana Strasburg de Camargo. **Mulher e trabalho no Brasil dos anos 90.** 2004. 162 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Cap. 1. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286472/1/Andrade_AdrianaStrasburgdeCamargo_D.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2018.

BAYLÃO, André Luis da Silva; SCHETTINO, Elisa Mara Oliveira. A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho Brasileiro. In: Simpósio de excelência e gestão em tecnologia, 11., 2014, Londrina. **Simpósio.** Lodrina: Seget, 2014. p. 1 - 12. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/20320175.pdf>. Acesso em: 04 set. 2018.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 904 p.

BARROSO, Carmen. As mulheres e as nações unidas: as linhagens do plano mundial de população. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 183-197, Jun 1989. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701989000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 Out. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/ts.v1i1.83344.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2016. 181p.

BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. **Trabalho Decente. Análise Jurídica da Exploração do Trabalho:** Trabalho Escravo e Outras Formas de Trabalho Indigno. 4. ed. São Paulo: Ltr, 2016. 168 p.

CERQUEIRA, Carla; CABECINHAS, Rosa. Políticas para a igualdade entre homens e mulheres nos media: da (inov)ação legislativa à mudança social. **Ex aequo**, Vila Franca de Xira , n. 25, p. 105-118, 2012 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602012000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 07 out. 2018.

COLCERNIANI, Claudia Borges; D'AVILA NETO, Maria Inácia; CAVAS, Cláudio de São Thiago. A participação das mulheres no mercado de trabalho sob a perspectiva da teoria da justiça social de Nancy Fraser e dos conceitos relativos ao trabalho decente. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo , v. 18, n. 2, p. 169-180, 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172015000200005&lng=pt&nrm=iso>.Acessos em 07 out. 2018. http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v18n2p169-180.

ELSNER, Larissa de Oliveira; BARZOTTO, Luciane Cardoso. **A aplicação do conceito de trabalho decente da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sob a luz dos princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana ao trabalhador com deficiência.** 2015. 94 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/157625>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FERRI, Caroline; DUARTE, Raquel Cristina Pereira. FEMINIZAÇÃO DA POBREZA E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 20, n. 2, p.63-85, jan. 2014. Disponível em: <http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/995/795>. Acesso em: 07 ago. 2018.

FONSECA, Tânia Mara Galli. **Gênero Subjetividade e Trabalho.** Rio de Janeiro: Vozes, 2000. 213 p.

GOSDAL, Thereza Cristina. ***Discriminação da mulher no emprego***: relações de gênero no direito do *trabalho*. Curitiba: Genesis, 2003.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 22, p. 201-246, Jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332004000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Out. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332004000100009.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 17-18, p. 139-156, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332002000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 Out. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332002000100006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 8. ed. Valinhos: Atlas, 2016. 228 p.

LINTZ, Alexandre; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MADALOZZO, Regina; MARTINS, Sergio Ricardo; SHIRATORI, Ludmila. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 547-566, Ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 Out. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200015.

NUNES NETO, Artur. A inserção da mulher no mercado de trabalho. **JICEX**, Curitiba, v. 7, n. 7, p.1-12, 2016. Disponível em: <http://ojs.santacruz.br/index.php/JICEX/article/view/1419/1382>. Acesso em: 05 ago. 2018.

PRÁ, Jussara Reis. O custo político das desigualdades de gênero e a teoria do capital social. **Educação Unisinos**, São Lourenço, v. 9, n. 2, p.99-115, jan. 2005. Trimestral. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/Texto_Unisinos_05.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2018.

ROSA, Elisama Caetano da. **Direitos humanos das mulheres.** 2016. 34 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <http://tcconline.utp.br/media/tcc/2016/09/DIREITOS-HUMANOS-DAS-MULHERES.pdf>. Acesso em: 08 set. 2018.

SILVA, Amanda de Moraes da. **Discriminação da mulher no ambiente de trabalho.** 2017. 45 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Faculdade de Ciências Jurídicas, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2017. Cap. 3. Disponível em:

<http://tcconline.utp.br/media/tcc/2017/10/DISCRIMINACAO-DA-MULHER-NO-AMBIENTE-DE-TRABALHO.pdf>. Acesso em: 02 set. 2018.

TEIXEIRA, Cíntia Maria. As Mulheres no Mundo do Trabalho: Ação das Mulheres, no Setor Fabril, para a Ocupação e Democratização dos Espaços Público e Privado. **Psicologia**: Teoria e Pesquisa, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p.237-244, abr. 2009. Trimestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n2/a12v25n2>. Acesso em: 10 set. 2018.

THÉBAUD, Françoise; PERROT, Michelle; DUBY, Georges. **História das Mulheres no Ocidente:** o século XX. Portugal: Edições Afrontamento, 1995. 700 p. Tradução.

SMILIANSKY, Barbara. Discriminação da mulher no ambiente de trabalho. **Universo Recife**, Recife, v. 1-2, n. 1, p.1-17, jan. 2014. Disponível em: <http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=1UNICARECIFE2&page=article&op=viewArticle&path%5B%5D=1639>. Acesso em: 05 set. 2018.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

O ESTADO DA ARTE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE TERCEIRIZAÇÃO

André Vasconcelos da Silva[1]
Ludimila Vangelista Carneiro[2]
Rafael Silva Couto[3]
Mirian Sousa Moreira[4]

Resumo: O objetivo deste estudo propõe analisar o estado da arte da produção científica no âmbito terceirização sob regime jurídico de direito público. O método utilizado foi uma pesquisa bibliométrica de cunho exploratória e qualitativa do volume de produção e disseminação de conhecimento, assim como, a tabulação dos resultados obtidos ocorreu por meio de planilhas no software Microsoft Excel, por meio de análises estatísticas e pela elaboração de gráficos, de modo a entender o rumo das produções científicas sobre o tema. Desta forma, notou-se um aumento nos últimos anos, apesar da diversificação de conceitos.

Palavras-chave: Produção Científica. Terceirização. Estado.

Abstract: The objective of this study is to analyze the state of the art of scientific production in the scope of outsourcing under the legal regime of public law. The method used was exploratory, qualitative and bibliometric survey of the volume of production and dissemination of knowledge, as well as tabulation of results obtained through spreadsheets in Microsoft Excel software, through statistical analysis and graphing, in order to understand the direction of the scientific productions on the subject. In this way, there has been an increase in recent years, despite the diversification of concepts.

Keywords: Scientific production. Outsourcing. State.

1 INTRODUÇÃO

[1] Doutor em Ciências do Comportamento (UnB), Professor Associado do CGEN e do Mestrado de Gestão Organizacional da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão. andre.silva.ufg@gmail.com

[2] Graduação em Psicologia CESUC. Especialização em TCC. ludivancarneiro@gmail.com

[3] Advogado, Especialista em Direito. rafaelcouto.adv@gmail.com

[4] Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Brasil. E-mail: miriansousa94@live.com

Recebido em 30/09/2018
Aprovado em 12/02/2019

O termo terceirização permeia, como já salientado, diversos ramos das ciências, principalmente, debatido na área de administração e direito, justamente, pelo fato do fenômeno estudado ser diretamente ligado ao trabalho. Entretanto, embora o tema abordado tenha o mesmo tratamento das análises em cada área, diverge quanto ao conteúdo. Partindo desta premissa, buscou-se avaliar a produção cientifica sobre o tema terceirização nas áreas de administração e direito sobre dois vieses: o volume de produção e a análise dos assuntos estudados, para verificar em quais pontos os ramos de estudo se tocam e também o quanto se distanciam.

2 Referencial Teórico

As noções iniciais de bibliometria, remontam ao início do século XIX, atribuído a Cole e Sales (1917), o primeiro estudo sobre este método. No entanto o termo bibliometria é atribuído a Pritchard que o define como um método de análise de informações escritas, baseado em estatísticas de indicadores bibliográficos. (Escorsa e Maspons, 2001)

Dessa feita, almeja-se com este trabalho verificar o estado da arte da produção científica no tocante à terceirização nas relações de trabalho no âmbito do regime jurídico de direito público, por meio de pesquisa qualitativa do volume de produção nesta área, através da medição estática dos índices de produção e disseminação do conhecimento. (ARAÚJO, 2006)

O estudo bibliométrico é amparado por três principais leis que norteiam a pesquisa e o tratamento das informações retornadas, garantindo um olhar científico sobre a produção existente, sem a influência subjetiva do pesquisador. Cada uma destas leis aborda uma visão diferente de enfoque sobre os elementos pesquisados, como autores, periódicos e descritores. São estas: a lei de Lotka, lei de Bradford e lei de Zipf. (ARAÚJO, 2006)

A lei de lotka, segundo Araújo (2006), foi desenvolvida em 1926 e está relacionada à produtividade de autores e parte da premissa de que alguns pesquisadores publicam muito e muitos publicam pouco, e enuncia que a relação entre o número de autores e o número de artigos por eles publicados segue a lei do inverso do quadrado, $1/n^2$, ou seja, em dado período de tempo, o número de autores que escreveram dois trabalhos sobre o tema seria igual a ¼ do número de autores que escreveram um. Essa lei avalia a produtividade dos pesquisadores, identifica os centros de pesquisa mais desenvolvidos e verifica a solidez de uma área científica. (ARAÚJO, 2006; GUEDES & BORSCHIVER,2005)

A lei de Bradford, definida em 1934, por sua vez, debruça-se sobre conjuntos de periódicos objetivando descobrir a extensão na qual publicações de determinado assunto aparecem em determinados periódicos. Essa lei sugere à medida em que surgem os primeiros artigos sobre determinada temática, estes são submetidos a uma pequena seleção por periódicos apropriados e, se aceitos, tais periódicos atraem mais e mais artigos, constituindo um núcleo de periódicos mais produtivos sobre o assunto. (ARAÚJO, 2006; GUEDES & BORSCHIVER,2005)

Por fim, a lei de Zipf, formulada em 1949, descreve a relação de frequência entre determinadas palavras num texto. A proposta de Zipf é de que o assunto do trabalho científico se baseia no princípio do menor esforço, isto é, o autor economiza no uso das palavras, gerando repetição do vocábulo que será considerado o assunto do trabalho. (ARAÚJO, 2006; GUEDES & BORSCHIVER,2005)

Ao salientar a existência dessas três leis que originaram o estudo bibliométrico, este trabalho foca-se, principalmente, na lei de Zipf, consistente na procura por palavras chaves inseridas nos textos pesquisados, a frequência do uso para determinar o assunto do texto.

3 Método

Para este estudo, o método proposto é o da bibliometria: trata-se de uma técnica quantitativa de mensuração da produção cientifica e o fluxo de informações sobre determinada temática com a aplicação de técnicas estatísticas e matemáticas para descrever, quantitativamente, o volume de informação sobre determinado tema nos meios de comunicação. (ARAÚJO, 2006)

Porquanto esta pesquisa tem natureza exploratória direcionada a buscar maiores informações sobre o assunto estudado. Nas pesquisas exploratórias, utilizam-se procedimentos sistemáticos tanto para a obtenção de observações empíricas quanto para a análise de dados, podendo, ainda, serem utilizados simultaneamente, o que vai ao encontro do objetivo proposto neste estudo. (MARCONI; LAKATOS, 2006)

Esse método apresenta baixo custo pois permite a construção de indicadores que possam embasar a avaliação sobre a produção de determinado tema, propiciando uma avaliação quantitativa das publicações mais relevantes e identificar tendências e crescimento do conhecimento sobre o campo abordado. (GUEDES; BORSCHIVER,2005)

Os atuais sistemas de distribuição de informações, certamente, aumentaram o fluxo de publicações cientificas, bem como o acesso a estas informações por uma gama maior de pesquisadores. Inicialmente, concebida para estudos em publicações em livros, o estudo bibliométrico revelava-se extremamente trabalhoso e, portanto, pouco difundido na comunidade científica. Com o avanço das tecnologias, a pesquisa se tornou-se muito mais simples e célere, uma vez que os bancos de dados permitem consultas múltiplas em curto tempo. Assim, alguns autores preferem utilizar o termo informetria ou mesmo webmetria, já que as pesquisas não são feitas mais em livros diretamente. (ARAÚJO,2006)

Para realizar os estudos bibliométricos pretendidos foram, inicialmente, selecionadas as bases de dados nas quais a pesquisa seria realizada. Para a área de Administração, optou-se pela pesquisa na base de dados da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), a qual congrega quatro expressivos periódicos: BAR - Brazilian Administration Review, que possui qualis A2 na área de administração; RAC - Revista de Administração Contemporânea e também possui qualis A2; TAC - Tecnologias de Administração e Contabilidade; e a RAC eletrônica. A base ainda conta com todos os anais dos congressos realizados pela ANPAD. Desta forma, obtém-se uma base de dados que demonstra o universo da área de Administração.

Guimarães et al (2012) consideram em seu trabalho bibliométrico que a base da ANPAD apresenta grande representatividade no universo de estudos na área de administração e contabilidade devido ao seu fator de impacto nas produções cientificas, bem como pelos eventos que realiza. A mesma base de dados foi utilizada por Souza (2012) em sua pesquisa na qual também apontam a relevância das publicações dessa organização para os pesquisadores da área.

Na área do Direito, não foi encontrada nenhuma base de dados organizada que pudesse apresentar tanta expressividade quanto da área de administração. Destarte, a opção foi pesquisar nas revistas de todos os tribunais regionais do país (TRT) e também na revista do tribunal superior do trabalho (TST). Os tribunais regionais do trabalho são organizados por regiões; atualmente, 24 tribunais distribuídos pelo país, abrangendo todos os estados da federação e constituem a segunda instância da justiça do trabalho do Brasil; desta forma buscam pacificar o entendimento da aplicação das leis no âmbito regional. Em relação ao Tribunal Superior do Trabalho, com sede em Brasília, possui jurisdição em todo país, cuja função principal é de uniformizar a jurisprudência trabalhista brasileira. Entende-se, então, que as revistas publicadas

por esses órgãos jurisdicionais apontam as discussões mais recentes na esfera do direito do trabalho que, diretamente, afeta a questão da terceirização.

Em ambas pesquisas, os descritores utilizados decorrem da definição de terceirização proposta por Marcelino (2007) e Miranda e Tinoco (2002) que abrange todas as formas de subcontratação, demonstrada no referencial teórico geral. Dessa forma, foram utilizados como parâmetros da pesquisa as palavras: terceirização, subcontratação, pjtização, cooperativas e prestação de serviços, de forma individualizada, sem qualquer complemento, para buscar um número maior de resultados, pois toda e qualquer referência ao conceito definido por terceirização seria retornada como resultado positivo da pesquisa.

Além do volume de produção, utilizando a classificação proposta por Montero e Leon (2007), intenciona-se analisar a metodologia de investigação organizando os textos selecionados em três categorias: teóricos, empíricos quantitativos e empíricos qualitativos, para verificar como cada área do conhecimento tem procedido na elaboração dos trabalhos.

Para traçar tal categorização, toma-se por estudos teóricos, todos os trabalhos em que os autores não fornecem seus próprios dados originais, nem apresentem nova análise dos dados já recolhidos ou publicados. Ou seja, um estudo será considerado como teórico quando apenas apresentar avanços teóricos, revisões, análises comparativas e críticas de teorias, modelos ou evidências empíricas. (MONTERO, LÉON; 2007)

Para os trabalhos empíricos quantitativos, serão considerados todos aqueles em que os autores apresentam os seus próprios dados empíricos originais, obtidos por pesquisas em estudos descritivos e experimentos no qual o elemento subjetivo não seja considerado; enquanto que a categoria de trabalhos empíricos qualitativos utiliza métodos que apontam subjetivismo dos autores ao analisar os fenômenos, como: etnografia e estudos de caso. (MONTERO, LÉON; 2007)

Para melhor compreender o fenômeno proposto, a análise qualitativa da produção proposta por Araújo (2006) revela-se limitada, pois trata de um método que apenas enumera e mede a produção. Nesse viés, busca-se aplicar também uma análise qualitativa proposta por Kobashi e Santos (2008) que almeja compreender e explicar o fenômeno a partir de relações quantificadas, provindas da aplicação de técnicas bibliométricas.

Para a análise qualitativa, procede-se a leitura dos textos encontrados objetivando analisar os contornos de cada pesquisa, identificando qual o conceito de terceirização é adotado

pelos autores, qual a área de estudos (público ou privado) e a posição dos autores quanto aos efeitos da terceirização na relação de trabalho (precarização ou evolução).

Os dados encontrados foram tabulados em duas planilhas distintas no software Microsoft Excel: uma, com a produção da área de administração e outra, com a produção da área do direito e, no mesmo programa, geradas as análises estatísticas e a elaboração dos gráficos.

4 Discussão e resultados

A análise inicial deu-se pelo volume de publicações em determinado espaço de tempo envolvendo os descritores utilizados. Inicialmente, a pesquisa foi realizada sem uma definição cronológica, ou seja, buscaram-se resultados sem qualquer limitação temporal; entretanto verificou-se que, em ambos os universos pesquisados, os artigos retornados partiam do ano de 2002. Na base de dados da ANPAD, foram retornados 17 artigos versando sobre a temática pesquisada, enquanto que nas revistas dos tribunais trabalhistas foram retornados 85 artigos, conforme se verifica no Gráfico 01 abaixo.

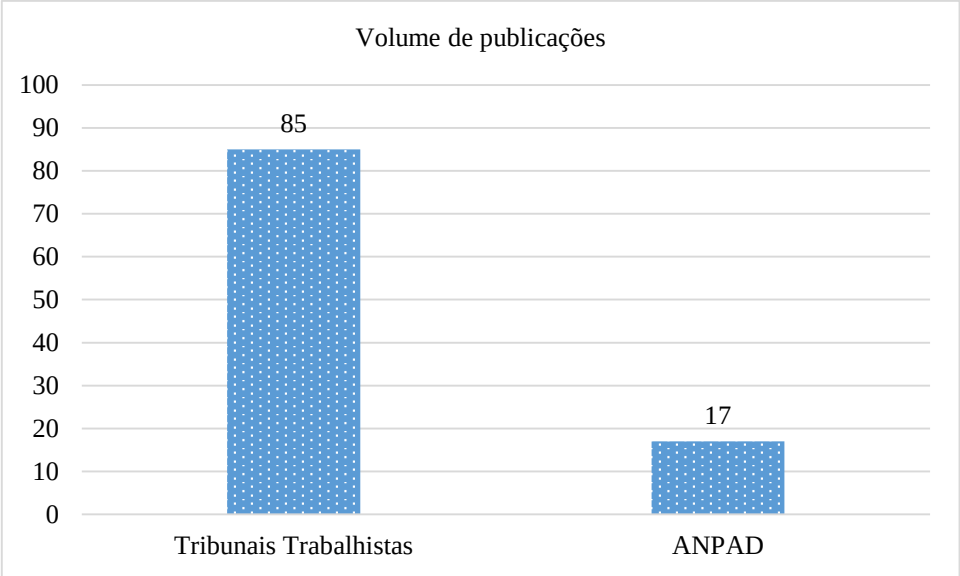


Gráfico 1 - Frequencia absoluta de públicações sobre o tema terceirização nos tribunais trabalhistas e na ANPAD, nos anos de 2002 a 2015.

Nessa primeira análise, já é possível perceber que o tema é muito mais abordado nas discussões jurídicas em relação às discussões administrativas. Isso demonstra que, embora a terceirização seja oriunda de técnicas da administração, suas repercussões no judiciário geram

mais discussões cientificas; talvez, pelo fato de não haver uma normatização definida sobre a temática, o que abre margem para interpretações e, consequentemente, mais estudos.

Com o intuito de verificar estatisticamente esta informação, procedeu-se a um teste t de *Student* para amostras independentes, que é teste de hipótese como forma de inferência estatística para comparação de médias, buscando verificar se as médias de produção da ANPAD guardam correlação com as médias da produção dos tribunais trabalhistas.

Para tanto foi utilizado o software IBM SPSS *statistics*, e lançados os dados em uma coluna agrupado em "ANPAD" e "TRIBUNAIS", a comparação entre as médias foi realizado pela distribuição das produções nos anos pesquisados, assim, o programa utilizado retornou os seguintes resultados:

Tabela 1 – Estatística descritiva do grupo de publicações

Estatísticas de grupo

	Base_de_dados	N	Média	Desvio Padrão	Erro Padrão da Média
N_publicacoes	TRIBUNAIS	14	6,07	6,306	1,685
	ANPAD	14	1,57	1,785	,477

Tabela 2 – Teste T de Student para comparação entre as médias de publicações

Teste de amostras independentes

		Teste de Levene para igualdade de variâncias		teste-t para Igualdade de Médias						
									95% Intervalo de Confiança da Diferença	
		F	Sig.	t	gl	Sig. (bilateral)	Diferença média	Erro padrão da diferença	Inferior	Superior
N_publicacoes	Variâncias iguais assumidas	22,597	,000	2,569	26	,016	4,500	1,752	,900	8,100
	Variâncias iguais não assumidas			2,569	15,070	,021	4,500	1,752	,768	8,232

Na Tabela 1, tem-se a estatística descritiva do grupo, com o número de amostras (anos), a média, desvio padrão e erro padrão. Já na Tabela 2, tem-se incialmente a aplicação do teste de levene que permite verificar a homogeneidade das variâncias comparadas. No caso, pode-se verificar que as variâncias não são homogêneas nos grupos comparados, isso porque a significância associada ao teste é inferior a 0,05 (95%), assim utiliza-se os valores do teste t para variâncias iguais não assumidas, retornando o valor da significância do teste t foi de 0,021, isso demonstra que existem diferenças significativas entre as médias compradas.

Uma vez verificado que existem diferenças significantes entre o volume de produção das duas áreas, buscou-se avaliar a evolução das produções sobre o tema no tempo, os artigos

foram agrupados pelo ano de publicação, cujo resultado se verifica no gráfico 2 abaixo, no qual se percebe nas discussões trabalhistas uma acentuação das discussões a partir de 2010 e essas vêm-se mantendo em evidência nos anos seguintes com um maior número em 2014. Já, nas publicações da ANPAD, verifica-se uma regularidade de publicações também entre 2010 e 2014.

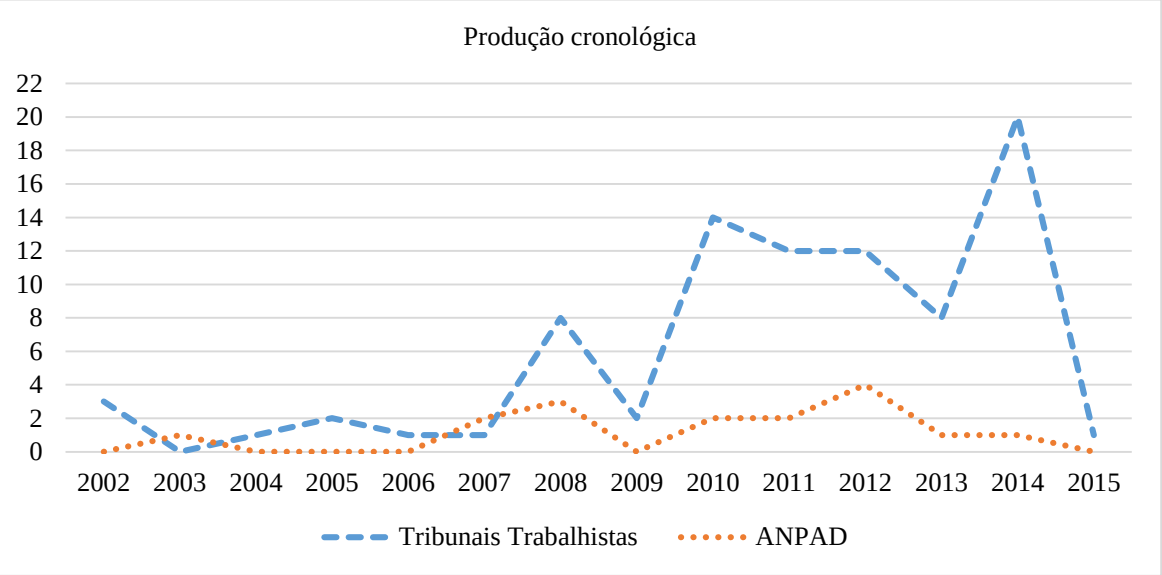


Gráfico 2 - Evolução cronológica e comparativa do número de puiblicaçõs nas bases de dados pesquisadas.

Esse aumento na produção sobre a temática aparenta estar relacionado com o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da ação direta de constitucionalidade 16, proposta pelo Distrito Federal para confirma a validade da norma jurídica prevista no artigo 71, parágrafo 1º, da lei 8.666/93, que trata da responsabilidade da administração pública em caso de inadimplemento dos contratos trabalhistas. Tal decisão confrontava diretamente com o item IV da súmula 331 TST, incluído em 2000 para regular a responsabilidade da administração pública nos contratos de terceirização.

O artigo 71 e seu parágrafo 1º da lei 8.666/93 consagram total descaracterização de responsabilidade da administração pública perante contratados, limitando a responsabilidade apenas ao contratado, destoando das regras sobre terceirização aplicáveis à iniciativa privada.

> Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
> § 1º A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a

> regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis. (BRASIL, 1993)

Já, o item 4 da súmula 331 do TST abria possibilidade de reconhecimento de responsabilidade subsidiária da administração pública nos casos de inadimplemento das obrigações trabalhistas pelo contratado.

> Enunciado nº 331 – contrato de prestação de serviços – legalidade – revisão do enunciado 256 IV – O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que este tenha participado da relação processual e consta também do título executivo judicial (BRASIL, 2000).

Para vericiar a objetividade desta informação, lança-se mão novamente do teste t de *student* para amostras independentes, onde se comprou o volume de publicações nos tribunais de 2002 à 2010 e de 2011 à 2015, para avaliar se há diferença significativa no volume de prudução após a nova edição da súmula 331 do TST. Mais uma vez o *software* utilizado foi o IBM SPSS statistics, que retornou os seguintes resultados.

Tabela 3 – Estatística descritiva das publicações dos tribunais nos períodos 2002-2010 e 2011-2015.

	Base_de_dados	N	Média	Desvio Padrão	Erro Padrão da Média
N_publicacoes	tribunais_2002-2010	9	3,56	4,558	1,519
	tribunais_2011_2015	5	10,60	6,914	3,092

Tabela 4 - Teste T de Student para comparação entre as médias de publicações dos tribunais nos períodos de 2002-2010 e 2011-2015.

		Teste de Levene para igualdade de variâncias		teste-t para Igualdade de Médias						
									95% Intervalo de Confiança da Diferença	
		F	Sig.	t	gl	Sig. (bilateral)	Diferença média	Erro padrão da diferença	Inferior	Superior
N_publicacoes	Variâncias iguais assumidas	,681	,425	-2,314	12	,039	-7,044	3,044	-13,677	-,412
	Variâncias iguais não assumidas			-2,045	5,991	,087	-7,044	3,445	-15,478	1,389

Nesta análise o teste de levene teve com valor de significância 0,425, que é maior que 0,05, podemos concluir que as amostras estudas são homogêneas, levando a aplicação dos

valores para variâncias iguais assumidas. Desta forma a significância do teste t utilizada será de 0,039, indicando que existem diferenças significativas entre as média de produção antes e depois de 2011. Tal dado é relevante, pois esta acalorada discussão no universo jurídico faz com que se retome as discussões legislativas sobre o tema.

A análise bibliométrica proposta busca ainda verificar sobre qual temática a terceirização é abordada nos artigos pesquisados. Para tanto, criaram-se três categorias: a primeira denominada teoria geral, em que o assunto é abordado de forma ampla sem trazer um foco definido de polarização entre a iniciativa provada e a administração pública; os artigos, assim classificados, demonstram uma visão geral da terceirização independente do ramo do direito a que está vinculada. Percebe-se que, nessa classificação, os textos pesquisados atacam, denotadamente, três temas ligados à terceirização: a precarização do trabalho, a definição e formas de terceirização e a aplicabilidade da terceirização.

A segunda categoria trata da terceirização no âmbito da administração pública, envolvendo como assuntos principais a legalidade e a responsabilidade dos entes públicos diante do fenômeno da terceirização. Por sua vez, a terceira categoria debruça-se sobre os textos que têm ligação direta com a iniciativa privada, tratando, principalmente de estudos sobre a gestão da terceirização. A compilação dos resultados pode ser analisada no Gráfico 3.

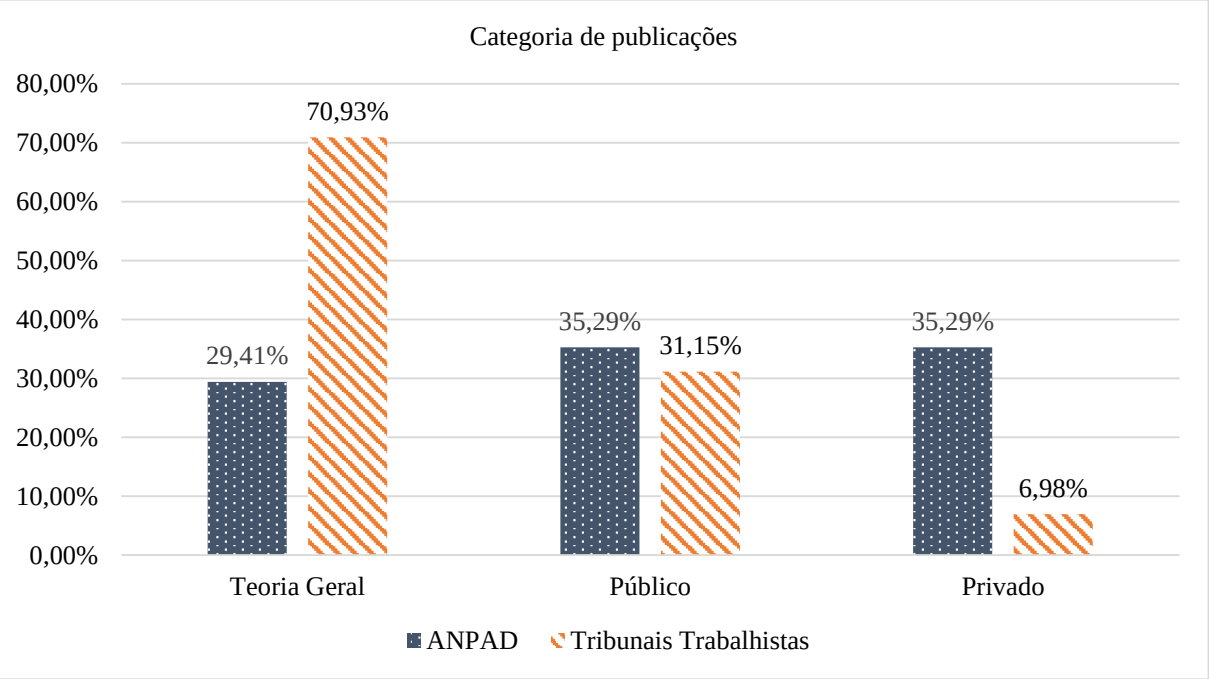


Gráfico 3 - Frenquência de publicações agrupadas por categorias abordadas nos trabalhos.

Percebe-se pelo gráfico traçado que, nos tribunais trabalhistas, os trabalhos são mais direcionados à teoria geral da terceirização com discussões conceituais e exegese jurídica, sendo que as publicações nas revistas trabalhistas pouco produzem com relação à iniciativa privada de forma direta. Ocorre, para o direito, o que se busca é traçar teorias abrangentes as quais possam regular de forma completa a terceirização, independente do ramo em que esteja inserida. As publicações nos tribunais trabalhistas categorizadas como de direito público, revelam que existem férteis discussões acerca do tema na administração pública, vez que esta possui princípios e normas peculiares à iniciativa privada.

Já, na ANPAD, verifica-se uma distribuição mais uniforme das produções entre as categorias estabelecidas; o que, pela leitura dos textos, demonstra uma abordagem diferente daquela dos textos jurídicos, com enfoques no tipo de organização que vivencia o fenômeno da terceirização. Tal observação dá-se pelo método utilizado nas pesquisas e na elaboração dos textos. Nas publicações dos tribunais trabalhistas, todas as pesquisas são teóricas enquanto que, na ANPAD, já se verifica a realização de pesquisas empíricas na modalidade estudo de caso, o que indica a diferente visão das áreas do conhecimento sobre o mesmo assunto.

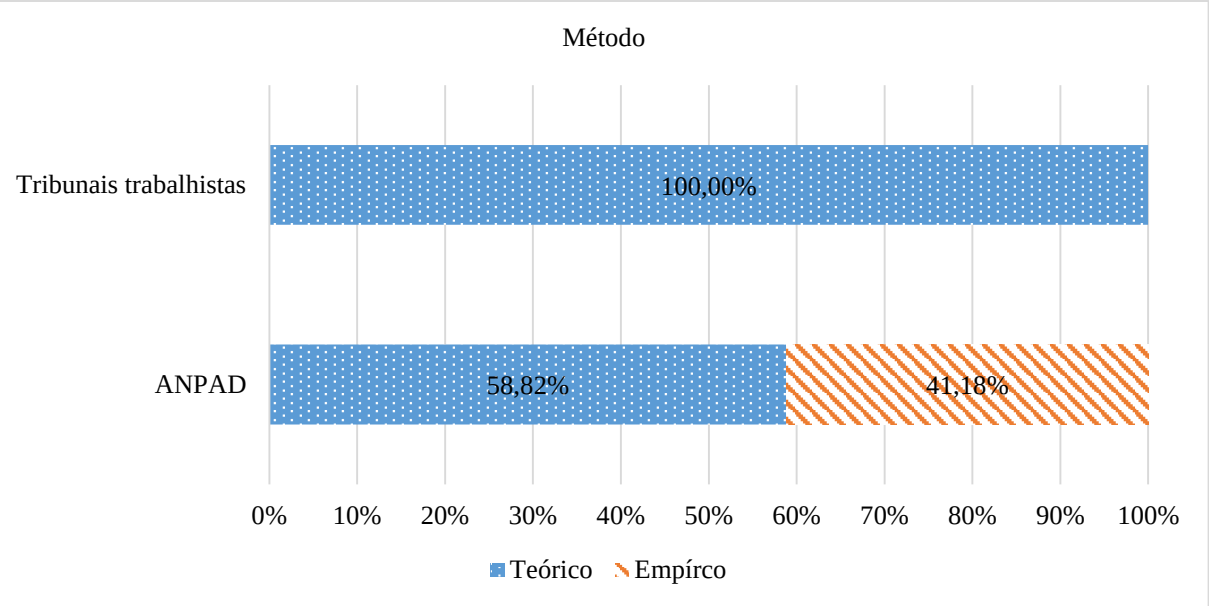


Gráfico 4 - Distribuição dos trabalhos pelo método de pesquisa utilizado.

Buscou-se, ainda, no estudo bibliométrico verificar qual o limite do conceito de terceirização que cada autor utiliza, de forma a mensurar como a comunidade científica tem entendido o conceito de terceirização. Como tratado anteriormente, constatam-se duas correntes de pensamento sobre o conceito: a primeira, aquela tratada por Druck e Franco (2008) e

Marcelino (2007), na qual a terceirização é um gênero no qual estão inseridas diversas formas de relação de trabalho: Nesse conceito, a terceirização torna-se sinônimo de subcontratação, enquanto que a segunda corrente, tratada por Martins (2005), limita o conceito às relações envolvendo uma empresa tomadora e uma prestadora para fornecimento de mão de obra, considerando a terceirização apenas uma espécie de subcontratação distinta e com regulação diferente das demais. Assim, a partir da leitura dos textos pesquisados, classificaram-se os conceitos tratados em gênero (primeira linha de pensamento) e espécie (segunda linha de pensamento), sendo o resultado compilado no Gráfico 05.

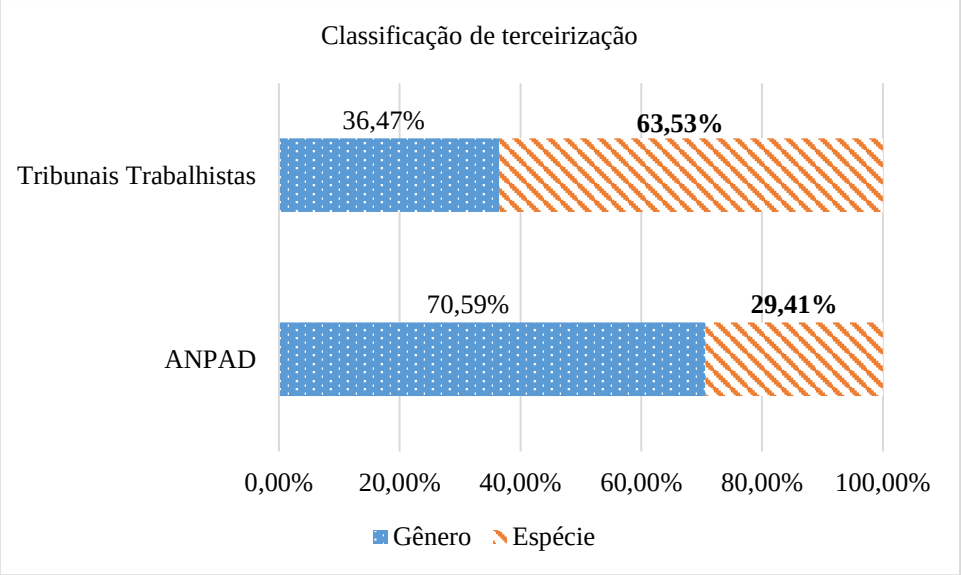


Gráfico 5 - Distribuição da classificação da terceirização nas publicações analisadas.

Nessa análise, verifica-se que, para as publicações dos tribunais trabalhistas, a terceirização é conceituada, principalmente, como a relação entre empresa tomadora e empresa prestadora, isto é, uma espécie de subcontratação dentre outras existentes. Essa tendência de classificação pode ser explicada pela redação da súmula 331 do TST, que, expressamente, trata da terceirização pela utilização de empresa interposta.

> I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).
> II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988). (BRASIL, 2011)

Desta feita, dada a falta de normatização acerca do tema, a fonte de pesquisa jurídica fica limitada à súmula 331 que norteia a questão nos tribunais trabalhistas brasileiros; entretanto 29 dos 86 artigos pesquisados nesta base de dados apontam que a definição não pode ser tão simplória, dada a evolução rápida das ferramentas de gestão administrativas e tecnológicas que propiciam diferentes modalidades de trabalho subcontratado, os quais estariam sem qualquer regulação se não forem consideradas como formas de terceirização.

Nos trabalhos da ANPAD, é certo afirmar que a maioria dos autores já visualiza a terceirização como gênero e não como espécie de subcontratação, analisando do enfoque da gestão as inferências que essa relação de trabalho traz para a organização. Entretanto, para verificar se há alguma significância estatistica nas bases de dados entre a classificação utilizada, aplicou-se o teste de aderência do qui-quadrado, com o intuito de avaliar se há um tendência estatítisca na distribuição da classificação.

Para realizar o teste foi utilizado o software IBM SPSS *statistics*, que retornou os resultados expostos nas Tabelas 5 e 6.

Tabela 5 – Quantidades observadas de trabalhos com classificação da terceirização em gênero e espécie.

	N Observado	N Esperado	Resíduo
Gênero	43	51,0	-8,0
Espécie	59	51,0	8,0
Total	102		

Tabela 6 – Quantidades observadas de trabalhos com classificação da terceirização em gênero e espécie.

	quantidade
Qui-quadrado	2,510[a]
gl	1
Significância Assint.	,113

a. 0 células (0,0%) possuem frequencias esperadas menores que 5. O mínimo de frequencia de célula esperado é 51.

Analisando o resultado do teste, tem-se que o a significância obtida foi de 0,113 pode-se afirmar com grau de 95% de confiabilidade estatistica que não há diferenças significativas na classificação conceitual de terceirização utilizada nas publicações estudadas. Ou seja, não

há uma tendência para que os textos cientificos adotem uma ou outra classificação, já que não há significância na distribuição dessas classificações nos textos estudados.

5 Considerações Finais

Como visto, o tema da terceirização é de grande relevância para a organização dos meios de trabalho, e, em não estando a parte, para o âmbito do setor público. As relações de trabalho sofreram significante impacto nos últimos anos, e especialmente, em virtude das recentes alterações legislativas sobre o tema, urge a necessidade de maiores estudos. Nesse cenário, os gestores públicos devem estar a par de toda a nova dinâmica que se apresenta, motivo pelo qual entendemos que a revisão bibliográfica, associada ao levantamento de dados estatísticos que envolvem a matéria, são pontos de partida fundamentais de cujos quais deve se partir para melhor implementação de medidas a serem tomadas ou não. O objetivo do presente trabalho foi justamente traçar um panorama sobre qual é o atual estado científico do tema da terceirização, de modo a possibilitar uma melhor compreensão sobre o arcabouço referencial já existente.

6 REFERENCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**. Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.

BRASIL. lei n. 8.666, de 21 de jun. de 1993. **Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências**. Brasília, jun. 1993.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Orientação Jurisprudencial n. 191, de 31 de maio de 2011. Resolução 175/2011. **Contrato de empreitada. Dono da obra de construção civil. Responsabilidade.** Brasília, maio. 2011.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula n. 331, de 31 de maio de 2011. Resolução 174/2011. **Edita as Súmulas nºs 426, 427, 428 e 429; Revisa as Súmulas nºs 74, 85, 219, 291, 326, 327, 331, 364, 369 e 387; Mantém o teor da Súmula nº 102 e; Cancela a Súmula nº 349**. Brasília, maio. 2011.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. TST Enunciado nº 331 - Revisão da Súmula nº 256. 2000.

DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. A terceirização no Brasil: velho e novo fenômeno. **ANPAD**, [S.l.], v. IV, n. 2, p. 83-94, mar. 2008.

ESCORSA, P.; MASPONS, R. **De la vigilancia tecnológica a la inteligencia competitiva**. Prentice Hall: Madrid, 2001.

GUEDES, Vânia. L. S; BORSCHIVER, Suzana. **Bibliometria:** uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. 2005. Disponível em: <http://www.feg.unesp.br/~fmarins/seminarios/Material%20de%20Leitura/Bibliometria/Artigo%20Bibliometria%20-%20Ferramenta%20estat%EDstica%20VaniaLSGuedes.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2014.

GUIMARÃES, Valeska Nahas; SOARES, Sandro Vieira; CASAGRANDE, Maria Denize Henrique. Trabalho Docente Voluntário em uma Universidade Federal: Nova Modalidade de Trabalho Precarizado?. **Educação em Revista**, 2012.

KOBASHI, N. Y.; SANTOS, R. N. M. dos. **Arqueologia do trabalho imaterial**: uma aplicação bibliometria à análise de dissertações e teses. 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewPDF. Acesso: 23 jun. 2016.

MARCELINO, Paula. Afinal, o que é terceirização? em busca de ferramentas de análise e de ação política. **ANPAD**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 55-71, dez. 2007.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. **Metodologia científica.** 4ª ed. São Paulo: Atlas., 2006.

MARTINS, Sergio Pinto. **A Terceirização e o Direito do Trabalho**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MIRANDA, Maurício; TINÔCO, Dinah dos Santos. A Terceirização dos Serviços Públicos Através de Cooperativas de Trabalho: o Caso de Itajá/RN. **XXVI ENANPAD**, Salvador, p. 1-15, 2002.

MONTERO, Ignacio; LÉON, Orfelio G. A Guide for naming research studies in psychology. **International Journal of Clinical and Health Psychology,** Madrid, v. 7, n. 3, 2007.

SOUZA, Ana Luisa aguiar. Terceirização – Responsabilidade Trabalhista da Aministração Pública. ANPAD, [S.1], p.86-89, 2012.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

FOREX NO VAREJO: o que é necessário para especular no mercado de *forex*

Robson Ferreira Vidal[1]
Renata Suzelli de Souza Gonçalves[2]

Resumo: O artigo em questão tem como objetivo apresentar o mercado de câmbio (*foreign Exchange market*) conhecido por forex, fazendo uso da pesquisa bibliográfica e etnográfica com uso da observação participante em uma abordagem qualitativa, no período de 1973 a 2017, com ênfase nos principais problemas encontrados por *trader* aqui no Brasil para operar esse mercado mundial, problemas tais como, quais ferramentas utilizar, como proceder para escolher uma boa corretora de forex, como depositar e retirar fundos já que esses são em moedas estrangeiras, aborda também os benefícios que o mercado de forex proporciona, e a efetividade no mercado, traz pensamentos e teorias de grandes autores de forma sistemática, mostra a importância de algumas das ferramentas mais usadas no mercado atualmente e apresenta considerações sobre os problemas citados acima

Palavras chave: Mercado financeiro. Especular. Forex. Estratégia.

Abstract: The article aims to present the foreign exchange market known as forex, making use of bibliographic and ethnographic research using participant observation in a qualitative approach, from 1973 to 2017, with emphasis on the main problems found by trader here in Brazil to operate this world market, problems such as, what tools to use, how to proceed to choose a good forex broker, how to deposit and withdraw funds since these are in foreign currencies, also addresses the benefits that the market forex provides, and market effectiveness, brings thoughts and theories of great authors systematically, shows the importance of some of the most commonly used tools on the market today and presents considerations on the problems mentioned above..

Keywords: *Financial market. Speculate. Forex. Strategy*

INTRODUÇÃO

[1]Bacharel em administração na faculdade cidade de João pinheiro profissão auxiliar administrativo. robsosvidal91@gmail.com
[2] Especialização em Didática e Metodologia Ensino Superior, pela Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP, professora da Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP, Brasil. E-mail: renatassg@yahoo.com.br

Recebido em 30/09/2018
Aprovado em 12/02/2019

O assunto explorado nesse artigo é o mercado de *Foreign Exchange Market (*mercado de câmbio*)* conhecido como (FOREX) que é a abreviação de *Foreign Exchange Market*, o mercado de Forex está inserido no mercado financeiro, segundo Fontes e Montiel **"**O mercado de Forex efetivamente existe, sendo um instrumento de negociação do mercado financeiro como outro qualquer como, por exemplo: ações, títulos de renda fixa, contratos futuros etc.**"**. (FONTES, MONTIEL, 2010, p, 3).

Há também, fundo de renda fixa, CDBs, investimentos imobiliários, debêntures e outros. Esses mercados citados, são regulamentados em cada país de origem, onde existe um órgão ou espaço físico responsável pela normatização. Para o mercado de ações existe a BM&Fbovespa que é a responsável pelo comércio de ações e futuros no Brasil, é o espaço físico desse comércio.

Forex é um mercado que não tem um espaço físico, ou seja, não pertence a nenhum país, é um mercado digital e mundial, consiste na negociação de divisas (papéis, popularmente moedas) de um país com outro ou entre grandes *players*

O que move o mercado de Forex segundo Fontes e Montiel é, **"**O mesmo fator que também move os outros mercados, que é a relação (muito conhecida na teoria econômica clássica) entre oferta (sempre há alguém disposto a vender caro) e demanda (sempre há alguém interessado em comprar barato**"** (FONTES, MONTIEL, 2010, p, 3).

As forças que atuam nesse mercado são as mesmas de qualquer outro, como citado por Fontes e Montiel, são as ofertas e as demandas, que mandam no mercado, e em qualquer ativo negociado no Forex, e essas ofertas ou demandas são ditadas pela a força da moeda, moeda forte demanda moeda em período de turbulência oferta.

O tema pesquisado neste artigo justifica-se em três aspectos, no campo científico, no campo social e no campo pessoal, A relevância científica trata- se da captação de dados e construção de informações teóricas e práticas, relevante para futuras pesquisas, uma vez que as informações sobre o assunto tratado são escassas e restritas a maioria dos cidadãos que pretende começar atuando nesse mercado.

A Relevância social, por apresentar um mercado promissor a um grande número de pessoas. Disponibilizar informações confiáveis e gratuitas para sociedade e aponta um norte para um estudo correto, proporciona uma alternativa de melhoria de vida.

Relevância pessoal, em razão do pesquisador desejar ser um *trader* profissional a pesquisa contribuiu para o afunilamento do conhecimento nesse universo, e também com o objetivo do pesquisador de viver do mercado em um futuro próximo.

Forex é um mercado que existe em todo o mundo, contudo serão enfatizados problemas e limitações encontrados por *traders* aqui no Brasil, período que vamos analisar é 1970 a 2017, Foi em 1970 que o mercado de Forex teve seu início com o fim do tratado de *Bret Wood*, e começou a sua livre flutuação, iniciou-se assim uma grande expansão na década de 90, graças à chegada e acessibilidade a internet e computadores.

De acordo com Baby Pips, "1990 veio computador a expansão da internet, os bancos começaram a criar suas próprias plataformas de negociação. projetada para transmitir ao vivo as cotações para que seus clientes pudessem realizar seus próprios negócios". (BABYPIPS, 2010, P, 29).

Foi nessa época que começaram a surgir os *brokers (*corretoras) responsáveis por colocar esse mercado no varejo, e permitir que pessoas físicas pudessem participar, criando assim um nicho de mercado, essas corretoras têm como única atividade operações no mercado de Forex, que vem ganhando volumes astronômicos.

Nos dias atuais o Forex movimenta cerca de 4 trilhões de *dólares* ao dia. **"**mercado de câmbio, que é geralmente conhecido como "Forex" ou "FX", é o maior mercado financeiro do mundo. O mercado de câmbio parece absolutamente monstruoso com seus, U$ 4 trilhões de volume diário de comércio**"**. (BABY PIPS, 2010, P, 11). E uma grande parte é capital especulativo, todo esse movimento faz com que Forex tenha muita liquidez.

Este artigo visa responder a seguinte problematização, o que é preciso para tornar-se efetivo no mercado de Forex? Quais os benefícios que Forex pode proporcionar aos seus investidores? Como escolher uma corretora de Forex? Como fazer depósito e retirada em moedas estrangeiras nas corretoras? Quais ferramentas e teorias utilizar?

De uma forma geral, toda pesquisa tem por objetivo responder ou esclarecer dúvidas sobre um determinado assunto, seja desconhecido ou pouco explorado, as perguntas acima são necessárias para nortear a pesquisas, no entanto precisamos de ação, então agora olharemos para elas como metas a serem alcançadas, ou seja, os objetivos dessa pesquisa que são eles.

Buscar meios para ser efetivo no mercado de *F*orex; avaliar os reais benefícios que o mercado de Forex pode trazer aos seus participantes; estabelecer itens necessários para escolha

de uma corretora de Forex; identificar maneiras de depositar e retirar moedas estrangeira da conta nas corretoras; mensurar quais ferramentas oferecerá melhores resultados.

Um conhecimento inicial leva a construção de hipótese para cada problema levantado sobre a temática Forex no varejo: o que é necessário para especular no mercado de Forex. Essas hipóteses são as seguintes.

Para ser efetivo no mercado de Forex, é preciso saber utilizar as ferramentas e teorias disponibilizadas, e ter um controle emocional na hora de realizar a trading.

A segunda temática é quais benefícios Dorex pode trazer para os seus participantes, entre eles está rentabilidade alta, praticidade para realizar a *trading*, independência financeira, horário flexível, qualidade de vida, autonomia, conforto para ganhar dinheiro.

A terceira hipótese, e sobre a temática como escolher uma corretora de Forex. De acordo com Fontes, **"**A escolha de uma corretora não é nada fácil, considerando as várias opções que existem. E por se tratarem de corretora estrangeiras**"**. (FONTES, MONTIEL, 2010, p, 42) há uma série de requisitos que deve ser analisado, primeiro o local que se encontra a corretora a sede.

Procure por corretoras que tenham suporte com pessoas que fale seu idioma, faça pesquisa, verifique se tem registro na NFA (*National Futures Association*) e CFTC (C*ommodity* F*utures* T*rading*) Estados Unidos, FSA (F*inancial* S*ervices* A*uthority*) Inglaterra, ASIC, (A*ustralian Securities Investments* C*ommission*).

A próxima é como fazer depósito e retirada em moedas estrangeiras nas corretoras. Toda corretora tem suas formas de depositar e retirar e os meios utilizados para isso. Segundo Fontes e Montiel, **"**A maneira mais prática rápida e segura utilizada hoje em dia é através de um cartão de crédito desde que ele seja internacional**"** (FONTES, MONTIEL, 2010, p, 45). Todavia existem outras, como carteiras eletrônicas, depósitos em conta, boleto bancário.

E a quinta hipótese é quais ferramentas e teorias utilizar, aqui cabe a cada *trader* identificar seu estilo e ferramenta, porém há um conjunto que todos têm que saber, *metatrader 4* (MT4) a plataforma mais utilizada no mundo, é gratuita e 90% das corretoras a disponibilizam, indicadores técnicos, padrões de *Candlesticks*, e saber fundamentos de teorias como a de Dow *e* Elliott, suporte e resistência, e saber análise técnica, e analise fundamental, ambas são muito importantes para o sucesso do *trader*.

Para alcançar o objetivo deste artigo foi utilizada a pesquisa, e de acordo com Antonio Carlos Gil pesquisa pode ser definida como "procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar resposta aos problemas que são propostos" (GIL, 2010, p1).

Partindo deste pressuposto todo o trabalho visou responder questionamentos que surgiram a respeito do mercado de Forex, fazendo uso da análise qualitativa. "Pesquisa qualitativa pode se dizer que é os dados coletados através de descrição feita pelo sujeito.". (FAZENDA, 2004, p 58).

Como apresentado acima a pesquisa qualitativa consiste na coleta de dados onde o pesquisador realiza vários estudos para chegar a uma ideia que seja coerente e que responda de forma clara e objetiva toda a problematização levantada acerca do objeto da pesquisa.

Fez uso da modalidade pesquisa bibliográfica que na concepção de Gil pode ser descrita da seguinte maneira, "é elaborada com base em material já publicado e impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos bem como material disponibilizado na *Internet*". (GIL, 2010, p 29).

A pesquisa bibliográfica foi essencial para desenvolver um assunto pouco disseminando como o Forex, pois permitiu usar estudos, considerações de pessoas que se dedicaram a aprender esse mercado, e serviu para aprofundar o conhecimento sobre o objeto estudado.

Outra forma utilizada foi a etnográfica. "Pesquisa etnográfica tem como propósito o estudo das pessoas em seu próprio ambiente mediante a utilização de procedimentos como entrevistas em profundidade e observação participante. " (GIL, 2010, p.40).

Com a modalidade observação participante, o pesquisador observa comportamentos e ações dos *trader* e do preço dos ativos, essa observação ocorreu no período de 2017, nesse período o autor realiza operações diárias no mercado de Forex, e contempla suas particularidades.

Como foi descrito no texto os modos utilizados para a realização deste artigo foi qualitativo, bibliográfico e etnográfico fazendo uso da observação participante, modos de pesquisa estes escolhidos de acordo com a necessidade que foi surgindo ao longo do trabalho visando sempre o esclarecimento de incógnita, apresentada acerca do mercado de Forex.

1. DESENVOLVIMENTO

1.1 Entendendo Forex

Vamos esclarecer alguns pontos no mercado de Forex para que possamos entender esse tema em sua totalidade, vamos esclarecer o termo especulação, alavancagem, margem, pip e lotes, pois esses pontos ou temas são parte integrante do mercado de Forex e não tem como entender Forex sem conhecer esses conceitos e a suas funções dentro desse mercado.

Especulação é usar um capital para comprar barato e vender mais caro simples assim, o problema é saber antecipadamente se uma moeda vai valorizar ou desvalorizar isso não é uma tarefa fácil, pois engloba várias variáveis, na verdade pode ter uma probabilidade de valorização ou desvalorização, mas certeza não tem como, pois, o mercado está sujeito a variações a todo tempo.

Veja a definição de especulação segundo Fontes e Montiel. **"**A principal diferença entre um especulador e um investidor é o tempo. Você pode ser um investidor comprar ações vendê-las só daqui a dez anos ou um especulador em ações opera as ações no intradiário: compra e vende no mesmo dia**"**. (FONTES, MONTIEL, 2010, p, 6).

Partindo desse ponto especulação é uma movimentação do dinheiro ou capital especulativo em uma transação financeira a fim de obter lucro comprando barato e vendendo caro em um curto espaço de tempo, ou comprando quando houver valorização e vendendo quando for desvalorizar isso falando de Forex, pois o *trader* está comprando valorização ou desvalorização de uma moeda frente a outra já que não há a compra física da moeda.

Partimos agora para o termo alavancagem, pode se dizer que é a alavancagem que nos possibilita participar do mercado de forex, pois nos permite movimentar uma grande quantidade de dinheiro mesmo não possuindo todo o montante, "A definição de alavancagem é ter a capacidade de controlar uma grande quantidade de dinheiro usando nenhum ou muito pouco do seu próprio dinheiro" (BABYPIPS, 2010, P, 329).

Forex é um comércio onde a grandes volumes de dinheiro sendo movimentado o *trader* tem que operar com valores significativos, então as corretoras trabalham no sistema de alavancagem, ou seja, o *trader* não precisa ter todo o dinheiro para colocar na operação basta ter uma garantia, em uma alavancagem de 100 para 1. Suponhamos que o *trader* deseje entrar numa operação de 10.000 *dólares* ele precisa ter na conta apenas 100 *dólares* Mas esse foi alavancado 100 vezes e se tornou dez mil.

O *trader* tem que ter uma quantia depositada na conta em sua corretora, ou seja, só é possível alavancar uma quantia depositada, e essa quantia depositada e tratada ou chamada de

margem. **"**Margem é a quantidade de dinheiro necessária como um depósito de boa fé para abrir uma posição com seu corretor. Ela é usada por seu corretor para manter sua posição e para ser capaz de colocar negociações com a rede interbancária**"**. (BABYPIPS, 2010, p, 329).

Margem é a quantidade que o trader precisa para realizar movimentação no mercado é dessa margem que vai ser realizada a alavancagem, que pode ser de 50 para 1 podendo estender até de 500 para 1, depende da corretora, é a partir daí que o *trader* definir o lote que vai utilizar para operar para que não perca todo seu capital em poucos pips de movimentação do mercado.

Precisamos definir o que é pip e como funciona essa medição no mercado de Forex, **"**PIP é a unidade mínima de incremento de preço para um par, e que significa *percentage In point*, (porcentagem em pontos) por definição um PIP é uma parte em 100. Ou seja, 100 PIP correspondem a 1%,**"** (FONTES, MONTIEL, 2010, p, 17). Logo 1 pip é 0,01%, ou seja 1% dividido por 100.

O pip é representado na quarta casa depois de vírgula (EUR/ USD) 1,40000, 1,40018, 1,40026, 1,40094 nesse exemplo o número da quarta casa saiu do zero e foi até o nove movimentou nove pip, exceto em um caso, é quando estiver à moeda JPY (*Iene* Japonês) aí será a segunda casa depois da vírgula a representar o pip, para medir o valor do pip tem que dividir seu valor na forma decimal, para os pares que têm o USD será 0,0001 e pares que não tem o USD será 0,01. (FONTES, MONTIEL, 2010).

Para chegar ao valor do pip é preciso dividir 1 pip na forma decimal pelo valor da cotação do par, essa cotação e o valor mostrado no gráfico do par da moeda que está sendo analisado, e multiplicar pelo lote usados na operação, dessa forma chega ao valor do pip, com essa informação o trader pode definir o quanto do seu capital vai arriscar por pip. (FONTES, MONTIEL, 2010).

Pode-se notar que o conhecimento sobre o pip é de extrema importância, pois, para saber quanto o trader arrisca tem que saber o que é e quanto vale um pip, para saber o quanto pode ganhar em uma operação também e necessário conhecer o valor de cada pip, para definir o lote que irá operar também é necessário o valor do pip, dessa forma, para realizar um planejamento uma gestão de capital e de risco é fundamental conhecer bem a unidade de medida do mercado de Forex, denominada pip.

Trabalhando com 4 casas de números a oscilação do gráfico que representa a cotação de um determinado par de moedas fica em constante movimento, é esse movimento que permite as negociações no Forex, pois são nesses movimentos que os *trader* efetua as suas ordens no

mercado acreditando que esses preços continuem subindo, ou que ocorra uma possível queda do ativo, o *trader* define quanto ele arrisca em cada pip pelo lote que ele está utilizando.

Com a popularização do Forex e a entrada de novos investidores com pouco recurso viu-se a necessidade de criar novos lotes mais acessíveis já que o lote padrão e de 100 k, aí surgiram os mine e micro que corresponde a 10 k e 1 k, a letra k é utilizada para abreviar os zeros k deriva de *kilogram* e representa 1000 então quando se fala 100 k correspondem a 100 mil, devido esses lotes menores que os *brokers* podem oferta o Forex no varejo, permitindo a participação de pessoas com pouco capital.

Segundo Fontes, **"**Você determina o volume financeiro das suas operações através da quantidade de unidade de moeda que você escolhe para cada operação que você executa. Essa quantidade de unidade é descrita como lote**"**. (FONTES, MONTIEL, 2010, p, 25). A quantidade de moedas determinada para cada operação que o trader realiza é que vai definir o quanto de dinheiro está em jogo.

Dessa forma o trader tem a opção de participar colocando ordens com o lote padrão, por exemplo, comprando 1 unidade, ou com o lote mine 0,1 que seria uma unidade do mine lote que corresponderia a décima parte do lote padrão, ou 0,01 que é uma unidade do micro lote que corresponde a centésima parte do lote padrão, e dessa forma o trader pode operar com pouco dinheiro no mercado de Forex.

Agora que já temos esse entendimento, passamos a um ponto muito importante também, as teorias que norteia o mercado de Forex. Vamos começar por Dow, ele desenvolveu suas análises em índices do setor industrial em seguida no setor de transporte ferroviário, foi por seus estudos que a bolsa dos Estados Unidos *Dow Jones* umas das maiores bolsas do mundo leva o seu nome.

"Dow, no entanto, nunca chegou a escrever uma obra sobre sua teoria. Após sua morte, 1902, seu sucessor como editor no *Wall Street Journal*, William Hamilton, continuou a desenvolver os princípios da Teoria de Dow**"** (Lemos, 2010 p, 47). E com relação a não ter escrito nem um livro, mas deixou uma ideia, uma teoria formulada e bem concisa, ou seja, ele realizou um estudo bem profundo.

E entre 1902 e 1929 William Hamilton estudou os princípios de *Dow* e fez escritas e considerações importantes, **"**Foi Hamilton quem completou, organizou e formulou os princípios básicos da Teoria de Dow**"**. (Lemos. 2010 p, 47) de acordo com Lemos, *Hamilton* foi o responsável *por* escrever e divulgar a teoria de *Dow*.

A teoria de *Dow* traz um conjunto de considerações acerca do comportamento do mercado segundo sua teoria o preço é a média descontada de tudo, é a soma de todos e tudo que influencia o mercado, sonhos, medos, notícias, taxas de juros, enfim o preço desconta tudo, notícias favoráveis e não favoráveis tudo que interfere no mercado são igualados e apresenta em uma média, (lemos 2010).

Formulada há mais de 100 anos a teoria de Dow tem como base as médias industriai e ferroviárias do *Dow Jones*, **"**Para medir os movimentos do mercado, Dow construiu dois índices: a Média Industrial e a Média Ferroviária**"**. (Lemos. 2010 p, 47). Esses índices eram compostos por um grupo de empresas e foram usados para medir a ação do preço, e para ver o comportamento dos ciclos econômicos e como os mesmos se manifestaram ao longo do tempo, e esse mesmo parâmetro é usado no forex até nos dias atuais.

"Dow dividiu as tendências em três categorias diferentes, primária, secundária e menor**"** (FONTES, MONTIEL, 2010, p, 215) movimento principal é aquele que tem duração longa até de vários anos, o secundário e o que vai contra o movimento primário seria uma correção do mercado e tem duração de meses, a flutuação diária (menor) é o movimento em um curto espaço de tempo movimentação rápidas, mudar de direção com rapidez, não é aconselhável basear nessa variação para construir parecer sobre a direção do mercado.

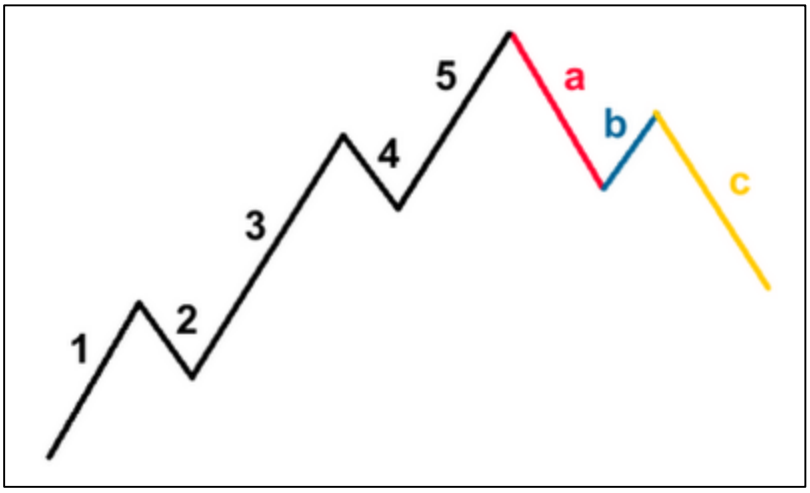
Segundo (FONTES, MONTIEL, 2010) o mercado está sempre em tendência seja de alta ou de baixa, uma tendência acaba somente quando se inicia outra, já temos um embasamento racional para montar um posicionamento no mercado olhando tendência com base nos movimento seja primária ou secundária, a teoria de *Dow* tem mais detalhes e peculiaridade e análises, mas para esse estudo vamos analisar só a ideia, a importância que ela teve e tem no mercado de forex até hoje, pois foi depois de *Dow* que se iniciam estudos de análise técnica no mercado.

Seguindo o curso natural da história do mercado e seus pensadores e estudiosos não poderíamos deixar de falar no Ralph Nelson Elliott e suas ondas um dos mais importantes pensadores se não o mais importante teórico na concepção de muitos *traders*.

As ondas de *Elliott,* desenvolvidas por *Ralph Nelson Elliott* por volta de 1920 e 1930 uma teoria que tem como base os estudos de *Dow* de que o mercado não se movimenta de maneira caótica e sim em padrões mensuráveis as chamadas ondas, **"**Elliott e Dow consultavam os ciclos da maré do mar e comparavam o ritmo das ondas à flutuação de preços no mercado.

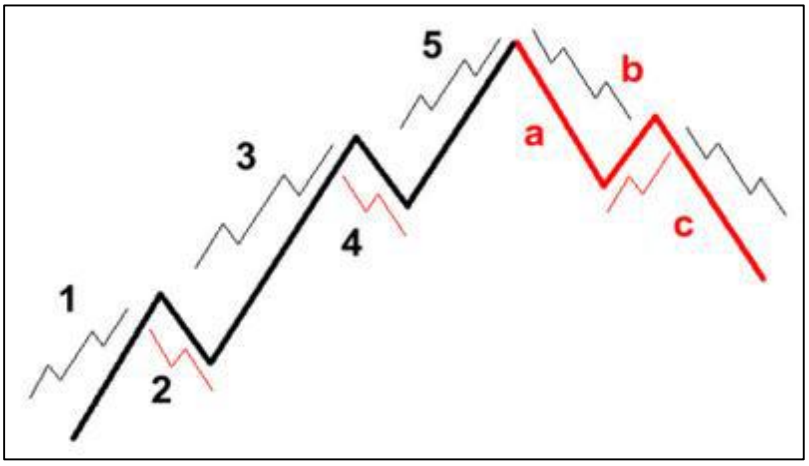
Elliott observou alguns padrões mais que estes variam na amplitude e no tempo. ” (Lemos. 2010 p, 167). Essas ondas são estruturadas da seguinte forma.

Segundo (LEMOS 2010) às ondas divide em 1, 2, 3, 4, 5, A, B, C sendo a onda um de impulso e é a primeira onda da tendência seja uma tendência altista ou baixista, onda dois é uma onda de retração ou correção chamada também de (*pullback*) vai contra a tendência, onda três e uma onda de impulso e geralmente a maior onda, onda quatro é de retração, e a onda cinco e a última onda de impulso da tendência aí se inicia as ondas A onda B e onda C fechando a tendência Mostrada na figura. Figura 1.



(Baby pipis, 2010, p, 167)

Qualquer hora o mercado está em uma tendência e está em uma onda seja 1,2, 3, 4, 5, ou A, B, C, e o *trader* que souber identificar ondas com precisão pode realizar *trading* lucrativas e ganhar muito dinheiro no mercado, claro que no mercado as ondas não estão perfeitas, outro ponto da teoria de *Elliott* são os fractais. Figura 2



(Baby pipis, 2010, p, 169)

Consiste em subdivisões cada onda é constituída de outras sub ondas na onda 1 por exemplo ela é constituída de sub ondas 1, 2, 3, 4, 5, como foi ilustrado na figura 2, essas divisões ou ciclos são descrita em sua teoria como períodos temporais que ocorre em longo prazo ou em curto espaço de tempo. Nos gráficos dos pares de moedas dependem do *time frame* que o *trader* irá utilizar para análise e operação quanto maior o time frame que o trader utiliza para operar, maior o ciclo de tempo ou período temporal descrito por Elliott.

"Grande superciclo: vários séculos Superciclo: cerca de 40-70 anos Ciclo: vários anos Primários: meses a alguns anos, Intermediário: semanas a meses, secundário: semanas Miniciclo: dias Diminuto: horas Subdiminuto: minutos. **"** (Lemos. 2010 p, 174). Todos esses ciclos, Grande superciclo, Superciclo, Ciclo, Primários, intermediário, secundário, mínimo, Diminuto, SubDiminuto, são conhecimentos cruciais para quem opera segundo *Elliott*.

É preciso ter conhecimento de qual onda está operando e onde são suas retrações e seu possível fim, saber bem classificá-las para ter vantagens no mercado no momento de abrir uma *trading*, *Elliott* e *Dow* são os propulsores do estudo técnicos para operações no mercado financeiro, seja em qualquer seguimento, ações, futuros, *commodities*, Forex e outros, em todos podem se utilizar os estudos deles.

Temos que ressaltar também a importância de alguns estudiosos que não escreveram teorias sobre o mercado, mas desenvolveram indicadores que medem alguns aspectos dessas imensas negociações diárias, e também podem nos dar parâmetros de entrada no mercado, esses aspectos podem ser volatilidade, volume de negociação, médias de negociação, oscilações de preços enfim são dados importantes que nos dão suporte de operação.

"Desenvolvido por J. Welles Wilder e introduzido em 1978 no livro, *New concepts in technical trading systems of relative strength index* (RSI) ou IFR (índice de força relativa) é extremamente popular como oscilador de momento**"** (Lemos, 2010 p, 269) o RSI mede a relação de ganhos e perda num determinado espaço de tempo que pode ser configurado pelo *trader* de acordo com sua estratégia de negociação.

Segundo (FONTES E MONTIEL 2013) os presos eram como *elástico* quando puxava para uma direção era questão de tempo para volta, ou seja, retoma outra direção, a configuração padrão do indicador e um período 14 e as margens é 30 e 70 considerando que o indicador mede de 0 a 100 toda vez que o preso estiver acima de 70 o ativo está sobrecomprado (*overbought*),

e quando o preço encontra abaixo de 30 ele está sobrevendido (*oversold)* e naturalmente tende a buscar uma correção natural do preço.

"Desenvolvido por George C. Lane nos anos 1950, o oscilador *estocástico* é um indicador de momento que mostra a posição em que o preço está em relação à amplitude de variação relativa à máxima e à mínima de um número de períodos**"**. (Lemos 2010, p, 265). Geralmente e usado com um período de 14 dias, mas pode ser configurado de acordo com a estratégia, estilo de operação, e *time frame* do *trader*.

Os pontos de entradas mais básicos e comuns são quando a linha K cruza a linha D, ou quando rompem a média de 50 para cima é o sinal de compra, e o mesmo quando rompe a média de 50 para baixo venda. Esses são dois indicadores muito utilizados, porém existem vários outros, e são ferramentas de grande ajuda para operações no mercado de forex.

Essas teorias e indicadores foram desenvolvidos por pessoas de outros países, quando buscamos referências de *trader* aqui no Brasil não tem muitos, no entanto existem alguns operando mini índice Ibovespa, mine *dólar* opções binárias, e Forex, apesar de *trader* que opera Forex não são muitos, mas há bons *trader* aqui no Brasil que vive do mercado.

À pesquisa realizada, através da observação e participação do pesquisador no mercado de Forex constatou uma modalidade que vem crescendo junto com o mercado de Forex, que são os vendedores de curso, indicadores, *templates* mágicos, que prometem dar um retorno muito bom ou ter 80%, 90%, de acerto e sabemos que não é assim que funcionam no mercado.

Mas pra quem está começando, sem muitas informações, deparam com essas pessoas que já estão no mercado, e não conseguem ganhar dinheiro operando no mercado, então vendem cursos de indicadores e acabam extorquindo esses iniciantes que logo após operar com um único indicador ou um curso rápido acaba perdendo dinheiro e desiste de ser *trader* e coloca a culpa no mercado, em corretoras, no Forex e acabam fazendo parte da estatística dos que não conseguem manter-se no mercado.

Fica como sugestão do autor, quando for iniciar os estudos no mercado não busque atalhos, pois não há formas fáceis de ganhar dinheiro, nem no Forex nem em outro lugar, tudo requer um esforço uma dedicação e um conhecimento consistente, muitas horas de estudo de preparação e prática, aqui no Brasil existem *trader* que podem ajudar os iniciantes nessa nova jornada, claro que cada *trader* é responsável pelo caminho que irá seguir.

As citações e sugestões a seguir são uma conclusão do autor e serviram para o seu estudo e conhecimento, e devem ser consideradas como informações e não fatos, quando se fala em

trader no Brasil existe uma grande lacuna a ser preenchida, pois não têm muitos, no entanto ressaltamos um grupo que tem feito um grande trabalho para a formação de *trader*, fornecendo informações principalmente para *trader* iniciantes, totalmente gratuita tendo como principal protagonista Vânia Jordão.

E os canais, Forex curso.com, e *binary plus*, e diversos *hangout* e *webinário* tratando de Forex, tem também em seus canais diversos matérias e livros onde os *traders* podem começar seus estudos, e tudo gratuito, grupos no *whatsapp* e salas de sinais, tudo com intuito de que pessoas possam conhecer e permanecer no mercado, é um trabalho que merece elogios, e com certeza está ajudando a muitos *trader*.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tornar-se efetivo no mercado de Forex, é uma receita própria de cada *trader*, o que podemos inferir que é regada de muito estudo, treinamento, dedicação e prática, uns irão se tornar efetivo relativamente rápido e outros nunca conseguirão, efetividade está relacionada mais a controle emocional, estado de espírito, gerenciamento de risco e capital, do que operação acertada. Pode soar estranho, mas com o tempo percebe-se que Forex é algo mais que estar certo sobre a direção do mercado, estratégias e gerenciamento é o que define o seu resultado.

Os benefícios do mercado de Forex, liberdade de fazer seu próprio tempo e dinheiro, a possibilidade de independência financeira, a importância de estar em um mercado que não tem crise econômica, a praticidade de operar do conforto de sua casa, oportunidade 24 horas, e alta possibilidade de lucro, essas são uma série de características difíceis de ser encontrada em um único nicho de mercado.

Para escolher uma boa corretora de Forex, cabe ao *trader* fazer uma busca nos *sites* de regulamentação do país de origem da sua corretora escolhida, certificando-se que ela atende todas as normas exigidas, busque também por comentários em site especializados lista de corretoras, a chamada lista negra, escolham uma corretora que tenha suporte em português, pois isso vai facilitar o convívio entre corretora e *trader*.

Outro desafio são os depósitos e retirada de fundos, quase sempre seus depósitos serão em outras moedas, as mais populares *dólar* e *euro*, podem ser feitos em boletos bancários, através de carteiras eletrônicas, cartão de crédito, transferências bancárias, os *trader* brasileiro tem que ter muita paciência para sacar seu dinheiro, mas não por parte das corretoras o que diz

respeito a elas os saques são rápidos, porém para entrar com *dólar* em uma conta no Brasil é que fica complicado, burocrático, e caro também devido a tributação e taxas cobradas.

Quais ferramentas utilizar, essa é o tipo de indagação a qual não tem resposta, não no mercado de Forex, pois cada *trader* vai desenvolver gosto, habilidade, empatia por certa ferramenta ou teoria, de uma forma geral destaca-se análise fundamentalista voltada a estudar a fundo o ativo em questão, e análise técnica que é analisar como o preço está se comportando. No decorrer das experiências o *trader* vai filtrando o que cabe para ele e lhe dar o resultado esperado em suas operações.

Com tudo apresentado neste artigo chegamos à seguinte conclusão, o Forex no varejo teve um forte crescimento por volta de década de 90 com surgimentos dos brokers e os mine e micro lotes, e com a disseminação da internet e computadores, e para especular nesse mercado faz-se necessário muita prática e um conhecimento de ferramentas como indicadores, mt4, *price action*, LTB e LTA, teoria e outras, é preciso saber escolher uma corretora, vimos também que a efetividade não tem uma receita de bolo é algo intrínseco de cada *trader*. É um mercado esplêndido que tem muito a ser pesquisado, espero que essa pesquisa possa ser útil a futuros *trader*.

3. REFERÊNCIA

BABY, P. **Aprenda Forex**, tradução de Rafael Soares. [S.I]: [S.n] 2010. Disponível em: <http://forex curso.com> < http://www.BabyPips.com /Forex> acesso em: 19 de Julio. 2017, 15:07.

FAZENDA, Ivani, **Metodologia de pesquisa educacional**- São Paulo: Cortez, 2010.

FONTES, A; MONTIEL, A, **Forex aprenda investir como um profissional**. São Paulo [S.n]. 2013.

GIL Antonio Carlos, **como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

LEMOS, F. **Análise técnica clássica:** com as mais recentes estratégias da Expo Trader Brasil. São Paulo: Ed. Saraiva, 2010.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

OS EFEITOS DO FEEDBACK E INSTRUÇÕES NO DESEMPENHO E TAREFA DO INDIVÍDUO

Fernanda Leão Mesquita[1]
André Vasconcelos da Silva[2]
Keila Aparecida Marques[3]
Ludimila Vangelista Carneiro[4]
Ingrid Braz Souto[5]
Ivana Thais Oliveira[6]

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo comparar os efeitos de instruções verbais determinantes de execução de tarefas organizacionais em relação ao *feedback*, sendo operacionalizados como um estímulo verbal com propriedades que também especificam o comportamento e a consequência. Participaram 20 sujeitos universitários, de diversos cursos de graduação, de ambos os sexos, com idade variando entre 18 a 40 anos. A pesquisa envolveu duas etapas: a) os sujeitos aprenderam a produzir quatro técnicas de pulseiras; b) segunda etapa em que foram inseridas as variáveis independentes. Foi utilizado um delineamento experimental de sujeito como seu próprio controle do tipo ABAC. Num primeiro momento, caracterizado por (A') linha de base, onde os sujeitos não tiveram contato com as variáveis; posteriormente (B') ocorreu à introdução das variáveis independentes; (A") Linha de base, onde os sujeitos não foram expostos as variáveis independentes e, (C") onde os sujeitos terão contato novamente com uma das variáveis independentes. Os resultados permitiram analisar que *feedback* apresenta característica de regra. Essa variável exerce influência no comportamento de produção, não no sentido de aumentar a produção, mas relativizando a qualidade da produção.

Palavras-chave: Comportamento Governado por Regras; Comportamento Organizacional; Feedback*;* Instruções.

Abstract: The purpose of this research was to compare the effects of verbal instructions that determine the performance of organizational tasks in relation to the feedback, and are used as

[1] Professora universitária e Mestre em Gestão Organizacional pela UFG/RC

[2] Professor Doutor, do Mestrado de Gestão Organizacional da UFG/RC

[3] Professora universitária e Mestre em Gestão Organizacional pela UFG/RC

[4] Psicóloga e Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental

[5] Aluna de iniciação científica UFG/RC

[6] Aluna de iniciação científica UFG/RC

Recebido em 20/02/2019
Aprovado em 15/04/2019

a verbal stimulus with properties that also specify behavior and consequence. Twenty college subjects, from various undergraduate courses, of both sexes, ranging in age from 18 to 40, took part. The research involved two steps: a) subjects learned to produce four bracelet techniques; b) second stage in which the independent variables were inserted. A subject experimental design was used as its own ABAC control. At first, characterized by (A ') baseline, where the subjects had no contact with the variables; (B ') occurred at the introduction of the independent variables; (A ") baseline, where subjects were not exposed to independent variables and, (C") where subjects will again have contact with one of the independent variables. The results allowed us to analyze which feedback presents rule characteristic. This variable exerts influence on the production behavior, not in the sense of increasing production, but relativizing the quality of production.

Keywords: Behavior governed by rules; Organizational behavior; Feedback; Instruction

1- Introdução

De acordo com Mangiapanello e Hemmes (2015) o feedback tem sido frequentemente usado em diversas disciplinas da psicologia, contudo, há uma diversidade na forma de definir este termo. Na literatura comportamental, que é o proposito deste trabalho, também não há um consenso no uso deste termo. Desde os estudos de Peterson (1982) que analisou o feedback, a partir da perspectiva da análise do comportamento, até os trabalhos de Mallott (2008), que observou se os efeitos do controle do feedback, em relação aos processos de aprendizagem. Na perspectiva de Mangiapanello e Hemmes (2015) atualmente há uma discussão envolvendo o termo feedback, e que sugere uma diversidade de funções, e, consequentemente de compreensão do feedback. Na finalidade deste estudo, pretende-se verificar o papel que o feedback tem quando definido, a partir de procedimentos de controle de estímulos antecedentes.

Conforme Nosik e Carr (2015) um evento ambiental, seria quando um estímulo antecedente gera as condições para que um comportamento ocorra, estabelecendo assim sua estrutura e topografia. No presente estudo chamado de controle instrucional. Já o feedback será trabalhado como uma operação motivacional, em que um evento ambiental além de criar condições para o comportamento ocorrer, estabelece um valor para o comportamento caso ocorra.

No campo conceitual da análise do comportamento, os pesquisadores apresentam diversas concepções do que vem a ser feedback. O fenômeno ora é entendido como um estímulo discriminativo, ora é compreendido como um reforçador, ou seja, há uma diversidade de elementos envolvidos na operacionalização conceitual do feedback. No estudo em questão, buscaremos refletir sobre o constructo como controle de estímulos e comportamento governado

por regras. Assim sendo, serão apresentados a seguir alguns elementos conceituais do termo feedback.

Dentre as práticas gerenciais motivadoras encontra-se o feedback. Esse constructo tem sido amplamente pesquisado em Gestão do Comportamento Organizacional (OBM). Alvero, Bucklin e Austin (2001) realizaram uma revisão em que foram identificadas 68 pesquisas que envolveram o constructo feedback e 43 estudos que aplicaram a intervenção no contexto organizacional.

Outra pesquisa, de autoria de Moreira (2005), realizou uma análise por meio dos artigos publicados em cinco anos no periódico Journal Organizational Behavior Management (JOBM), compreendendo o período de 1992 a 1997, e constatou que a variável independente mais pesquisada foi o feedback.

Mangiapanello e Hemmes (2015) em sua pesquisa observaram que entre 1983 até 2013, o tema feedback apareceu em 50 revistas. Nesta análise, verificaram que o constructo pode ser empregado de forma semelhante ao seguinte: a) um reforçador; b) uma instrução; c) um guia; d) um estímulo discriminativo; e) uma regra; f) um estímulo condicionado reforçador e; g) um fator motivacional.

Outra questão observada pelos autores, é que o feedback foi comumente implementado nas seguintes áreas: a) treinamento de habilidades comportamentais (com o intuito de melhorar o ensino acadêmico e uma variedade de habilidades motoras); b) comportamentos relacionados à saúde (aumento do exercício, cessação de tempo e do hábito) e; c) gerenciamento do comportamento organizacional (para melhorar o serviço ao cliente, aumentar a produtividade, diminuir o absenteísmo e aumentar a segurança no trabalho).

Ainda na visão dos autores Mangiapanello e Hemmes (2015) os sistemas de feedback, são aplicados como reforçadores ou até mesmo como punição. No entanto, os processos de controle de comportamento raramente são constituídos de forma independente. Os elementos reforçadores e punidores são definidos e classificados, em função de seus efeitos em uma determinada classe de resposta em que são contingentes, o que se observa um efeito contrário dos estímulos de feedback.

Para se explicar os efeitos dos estímulos de feedback, na literatura os sistemas de controle, é utilizado para esclarecer os efeitos de alteração do comportamento. Em suma, tais sistemas de controle amparam que os estímulos de feedback , ao fornecer elementos acerca do desempenho atual, o trabalhador poderá comparar com o que já havia sido pré-estabelecido,

com as metas e além de outros padrões de desempenho definidos. As diferenças apontam para a adequação do desempenho, seja ele relacionado às metas ou aos padrões Mangiapanello e Hemmes, (2015).

Quanto ao controle de comportamento, Mangiapanello e Hemmes (2015) enfatizam que os estímulos de feedback, podem também estar associados como estímulos discriminativos. Esse argumento também foi ressaltado por Chandler (1977).

Em seu estudo Chandler (1977), evidenciou o feedback individual; o autor afirma que essa variável quando associada a outra, por exemplo o elogio social, poderá promover um aumento na produtividade assim como uma diminuição no número de queixas internas. Essa intervenção é eficaz também no que diz respeito ao aumento da eficiência da produção, diminuição da rotatividade e de avarias do produto. Outra implicação desta intervenção é o acréscimo na quantidade e qualidade das interações entre os funcionários, no entanto, uma característica deste tipo de feedback é que seus efeitos são específicos, ou seja, irá impactar apenas nas variáveis em que ele foi aplicado. Para Chandler (1977), o feedback é um estímulo discriminativo, pois uma determinada resposta (aumento na produtividade, diminuição da rotatividade, etc) é contingentemente seguida de um evento reforçador (feedback individual), que aumentou a frequência de respostas semelhantes.

Frederiksen Jr., Johnson e Salomão (1982) apresentam uma opinião divergente da emitida por Chandler (1977), esses autores compreendem que o feedback afeta uma variabilidade de comportamentos e não apenas a variável a que ele foi manipulado. As instruções irão implicar em uma única mudança ou em uma transição comportamental, porém o que ambas têm em comum é o efeito diferencial no comportamento. As instruções prestam informações sobre a ocorrência do comportamento, enquanto o feedback presta informações a respeito do desempenho passado, e permite a comparação entre o desempenho atual do funcionário com padrões organizacionais existentes.

Os autores ainda destacam que os sistemas de feedback apresentam diferenciações em suas dimensões, o que pode influenciar seus efeitos. Dentre essas dimensões: a) se ele está fundamentado no desempenho individual ou no desempenho grupal; b) a fonte de realimentação, ou seja, o supervisor, o colega de trabalho ou outro indivíduo que esteja ligado à organização; c) a forma de realimentação por meio da qual a informação chegará a seu destino: oral, escrita ou fornecida por algum dispositivo mecânico; d) o conteúdo do feedback, ou seja, se ele é claro, se abrange elogios sociais ou declarações de apoio; e) a contiguidade temporal

do feedback e desempenho, ou seja, a programação no tempo pelo qual o feedback será fornecido; e e) se haverá um padrão de desempenho ou se o desempenho é próprio do empregador.

Quanto à primeira dimensão enfatizada pelos autores supracitados, esta estabelece duas formas de se apresentar o feedback: individual ou grupal. Dessa forma, faz-se necessário evidenciar as principais diferenças entre esses dois tipos de feedback: a) no primeiro constructo o empregado receberá informações acerca de seu próprio desempenho; e b) no segundo o feedback grupal, são acrescentadas as informações de um grupo de indivíduos. Frederiksen Jr., Johnson e Salomão (1982) enfatizam que tanto o feedback individual quanto o grupal poderão trazer implicações no desempenho.

Outra opinião divergente é apresentada por Duncan e Bruwelheide (1985). Os autores destacam que o feedback é um reforçador desde que ele traga informações apropriadas, ou seja, quando ele é capaz de tratar os mecanismos comportamentais que incidem sobre o desempenho. Assim, ao descrever a configuração em que o feedback será empregado se faz necessário detalhar as condições de um determinado comportamento (as contingências), o que implica pensar os processos comportamentais envolvidos no feedback e não em simples técnicas.

Os processos comportamentais ressaltados pelos autores é de que o feedback deverá mencionar as diferenças referentes ao estado atual e o estado passado para que o processo de de retorno aconteça, assim, quando o feedback não realça nenhuma diferença de estado nenhuma ação é iniciada. Dessa forma, a natureza do feedback irá depender da presença ou ausência das operações, sendo o mesmo encarado como fator motivacional.

Partindo da premissa de que o feedback presta informações sobre o estado atual do colaborador, Alvero, Bucklin e Austin (2001) o analisaram. Essa análise permitiu aos autores chegaram a algumas conclusões: a) o feedback não melhora o desempenho de forma uniforme; e b) a inclusão de outras variáveis tende a melhorar a consistência dos efeitos de feedback.

Quanto ao atual nível de desempenho do funcionário, Johnson (2013) destaca que o feedback avaliativo poderá ser um reforçador em potencial, uma vez que traz à tona o desempenho desejável ou a punição a um desempenho indesejável. Outra questão é que o feedback avaliativo poderá ser considerado como um antecedente do desempenho futuro, este comportamento é governado por regras por demonstrar implícita ou explicitamente as contingências envolvidas, bem como o aspecto positivo e negativo. Ao receber o feedback avaliativo, o funcionário poderá relatar: ‘Se eu continuar a faltar, então serei criticado

novamente' ou 'Se eu trabalhar tão duro quanto fiz da última vez, meu chefe poderá mencionar coisas agradáveis novamente'. Essas descrições verbais revelam as contingências de sua prática laboral, por sua vez, também poderão fazer com que o empregado interprete diferenças entre níveis de atuação. O feedback avaliativo poderá ainda servir como critério para estabelecimento de uma meta, pois apresenta necessários níveis de desempenho. Os critérios apresentados serão avaliados pelo empregado no sentido de atingir avaliações positivas assim como evitar avaliações negativas. Desse modo, o comportamento governado por regras, mediante certas condições (especificação das contingências envolvidas), poderá ser considerado um processo motivador. Porém, o feedback avaliativo poderá ser um estímulo discriminativo ou uma função antecedente, assim, independente de quaisquer especificidades ele irá implicar em níveis mais altos de desempenho.

Percebemos, portanto, que os trabalhos desenvolvidos a partir da análise do comportamento, destacam-se por utilizar procedimentos experimentais que, tem possibilitado detalhar quais as operações que determinam o conceito feedback e a instrução. De forma pontual, a partir da análise dos antecedentes e consequentes, e, em especial do controle instrucional. Assim, este trabalho optou por um refinamento dos constructos em ênfase, com o intuito de compará-los em seus efeitos. As instruções foram apresentadas de forma verbal como parâmetros definidores para execução de tarefas organizacionais, e o feedback também foi ministrado de forma verbal com propriedades especificadoras do comportamento.

Desta forma, sendo o feedback um conjunto de informações que descrevem o comportamento do indivíduo em certas situações, e suas eventuais consequências, qual a diferença em termos efetivos de desempenho organizacional, quando se compara com uma instrução estabelecedora das condições para que o comportamento ocorra, ou seja, há diferença do feedback com estímulos verbais que estabelecem a tarefa?

Com isso, objetiva-se comparar os efeitos de instruções verbais determinantes de execução de tarefas organizacionais em relação ao feedback, sendo operacionalizados como um estímulo verbal com propriedades que também especificam o comportamento e a consequência. De forma específica, intenciona-se, de forma pontual verificar se a especificação de estímulos instrucionais (estímulos discriminativos verbais) e feedback (estímulos verbais apresentados ao longo da execução de tarefas) influenciam na produção. Também busca-se verificar também o efeito na produção a partir da especificação dos tipos de estímulos verbais, seja instrução, seja feedback.

1- Método

2.1 Participantes da pesquisa

Participaram do estudo 30 sujeitos universitários de diversos cursos de graduação, dos quais apenas 20 sujeitos participaram da segunda etapa, de ambos os sexos, com idade variando entre 18 a 40 anos. A adesão a esta pesquisa foi livre e voluntária. Este projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética, sob o CAE 57059416.2.0000.5083.

2.2 Instrumentos de coleta de dados

Para a etapa de treinamento (primeira etapa), utilizou-se de: a) As instruções básicas para orientação do treinamento de confecção das pulseiras; b) bloco de anotações e caneta; c) Matéria prima geral para confecção das pulseiras, que é composta de: miçangas, fio de silicone, linha de pulseira, tesoura e marcas; d) Vídeo instrucional, para o ensino das técnicas de confecção das pulseiras; e) ficha de registro de avaliação da técnica.

A 2º Etapa se desenvolveu em 4 passos, os quais foram utilizados os seguintes instrumentos: a) Fichas de instruções, as quais continham o comando pertinente a cada um dos passos, sendo: A, B, A e C; b). Materiais para confeccionar as pulseiras; c) Caneta; d) Bloco de anotações.

2.3 Procedimentos de coleta de dados

O presente estudo foi desenvolvido em duas etapas. A Etapa 1, compreendeu o ensino do comportamento de produção de pulseiras por parte do indivíduo. Dessa forma, os participantes foram submetidos a uma situação de treinamento, na qual aprenderam a confeccionar o objeto mencionado. Utilizou-se a técnica de treinamento de acordo com o modelo, que foi administrado de forma individual e coletiva. Referente à primeira etapa os participantes passaram por oito passos, com o intuito de aprendizagem das quatro técnicas de confecção das pulseiras.

Os seis passos iniciais tiveram por finalidade ensinar as técnicas, uma de cada vez. Os dois últimos passos, visaram avaliar o aprendizado das quatro técnicas, sendo analisado o

domínio de cada participante, com relação às quatro técnicas ensinadas. Os passos sétimo e oitavo tiveram, portanto, a finalidade de avaliar o domínio das quatro técnicas. A avaliação envolveu aspectos relativos à Qualidade e Quantidade das pulseiras.

O aspecto Qualitativo consistiu em avaliar se as pulseiras confeccionadas atenderam ao conjunto de requisitos, a saber: abotoadura, que corresponde ao sistema de fechamento da pulseira; arremate, que é a finalização da pulseira de forma adequada evitando que a mesma venha a se desmanchar; estética, que avalia a beleza da pulseira em relação aos pontos e firmeza da trama; e ordem do material, respeitando a sequência do material em cada técnica. Com relação ao aspecto Quantitativo, verificou-se o número de pulseiras produzidas, em um período de tempo determinado.

2.4 Descrição da segunda etapa e seus passos.

A segunda etapa constituiu na verificação dos efeitos das variáveis independentes sob o comportamento de produção adquirido na Etapa 1. Portanto, permaneceram nesse estudo 20 sujeitos.

Essa etapa foi composta de quatro passos pelos quais os participantes da categoria de alto desempenho passaram, sendo que cada grupo experimental contou com 5 sujeitos. Os participantes de cada grupo foram escolhidos de forma aleatória.

Foi adotado um delineamento de base múltipla do tipo ABAC. Num primeiro momento, observou-se o comportamento do sujeito da linha de base; posteriormente se deu a introdução das variáveis independentes, ou seja, a condição experimental, sendo que: (A') Linha de base não teve contato com as variáveis independentes, enquanto no segundo momento caracterizado como (B'), foi introduzida uma das variáveis independentes. (A') Linha de base, onde os sujeitos não foram expostos às variáveis independentes e, (C') onde os sujeitos tiveram contato novamente com uma das variáveis independentes. Neste sentido, foram introduzidas as variáveis independentes, a saber: a) Feedback. A variável independente se desdobrou em feedback genérico e feedback específico. O feedback específico contou com uma descrição detalhada acerca das contingências envolvidas no desempenho produtivo, ao passo que o feedback genérico não houve um maior detalhamento do desempenho produtivo, e; b) Instrução: Essa variável contou com instrução específica, que abrange a descrição de todos os

termos das contingências envolvidas e, instrução genérica envolvendo a descrição de partes das contingências relativas à tarefa de produção.

2.5 Especificações dos parâmetros de apresentação das variáveis independentes

No decorrer das atividades apresentou o feedback genérico e específico, acerca do comportamento de produção dos participantes. No qual foi utilizado um tempo fixo, ou seja, o feedback foi apresentado independentemente do número de respostas, e o tempo para apresentação da variável foi a cada 20 minutos durante as sessões. O feedback foi exposto de acordo com os 4 grupos experimentais. No grupo ABAC, sendo A linha de base; B feedback genérico; A linha de base e C feedback específico. No grupo ACAB, sendo A linha de base; C feedback específico; A linha de base e B feedback genérico. O feedback foi transmitido pelo instrutor através da ficha de registro de avaliação da técnica, e permitiu ao participante ler sua ficha, bem como assiná-la. O tempo utilizado para informe do feedback foi descontado do tempo total.

Para apresentação do feedback específico o instrutor contou com a ficha de registro de avaliação técnica e, uma vez, que o instrutor avaliou a qualidade versus quantidade das técnicas, essa ficha foi apresentada ao participante. Por sua vez, o participante obteve informações sobre a qualidade da confecção de suas pulseiras, tais como: estética, arremate, ordem e ponto da trama. Além de informações sobre a qualidade, o participante obteve informações acerca da quantidade de pulseiras confeccionadas até o momento do feedback. Quanto ao feedback genérico, o instrutor informou ao participante o tempo de confecção e quantidade de pulseiras confeccionadas; tais informações foram lidas para o sujeito.

As instruções foram dadas e lidas ao início das atividades desenvolvidas pelos participantes, que ficaram disponíveis em todo o tempo da sessão. A variável foi desdobrada em instruções genéricas e instruções específicas. Os grupos experimentais submetidos à instrução genérica, na qual descreveu poucos elementos da contingência. Essa instrução foi lida e apresentada por meio de um cartão, previamente confeccionada em arquivo do Power Point, e contou com os seguintes dizeres: ‘Produza o maior número possível de pulseiras em um menor tempo, atendendo os critérios de qualidade aprendidos no treinamento. Dê o seu melhor’.

Relacionado à instrução específica, os sujeitos tiveram acesso a um cartão, confeccionado em arquivo Power Point, e contou com os seguintes escritos: ‘Produza o maior

número possível de pulseiras em um menor tempo, no entanto, esteja atento para atender os seguintes critérios: abotoadura, ordem do material, pontos da trama, viabilidade, tamanho, nível de estresse e finalização da pulseira, de acordo com o que você aprendeu no treinamento. Tente produzir o maior número de pulseiras. Dê o seu melhor'.

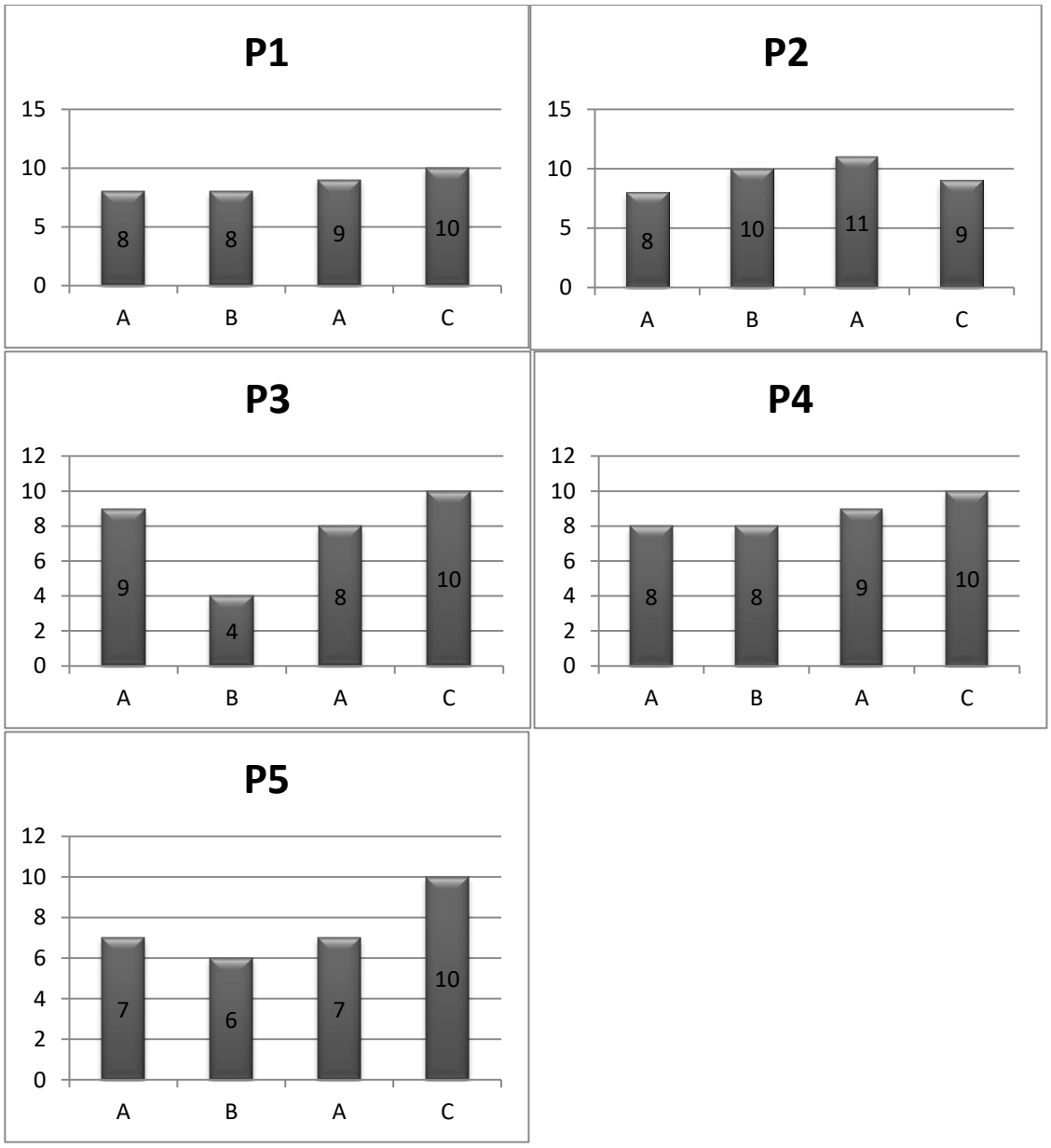
2- Resultados

Com o intuito de verificar padrões de produção individual, será apresentada a produção de pulseiras de cada participante, pertencentes aos grupos experimentais. A Figura 1 apresenta os dados de produção por participante do grupo experimental ABAC (Instrução Genérica/Específica).

Nota-se que, quando comparada a quantidade de produção do passo A' com o passo A" (Linha de base) de cada participante, foram obtidos os seguintes resultados: houve um aumento de produção de três participantes (P1, P2 e P4), a diminuição de produção de um participante (P3), e a manutenção da produção de um participante (P5). Quando comparado o Passo A' com o Passo B, no que refere se à quantidade de produção por participante, evidencia as seguintes medidas: um participante aumentou sua produção (P2), dois participantes diminuíram sua produção (P3 e P5), e a manutenção da produção por parte de dois participantes (P1 e P4).

Quando comparado o passo B com o passo C, nota-se que quatro participantes aumentaram sua produção (P1, P3, P4 e P5), e um participante diminuiu a produção (P2). Quando a variável instrução específica é inserida, consta-se então um aumento do comportamento de produção dos indivíduos. Ao comparar os passos AB com AC, no que diz respeito à produção individual, foi possível verificar que os cinco participantes aumentaram sua produção (P1, P2, P3, P4 e P5) quando a variável instrução específica foi introduzida. Portanto, há uma tendência de aumento de produção.

Figura 1. Quantidade de Produção por Participante do Grupo ABAC (Instrução Genérica/Específica).



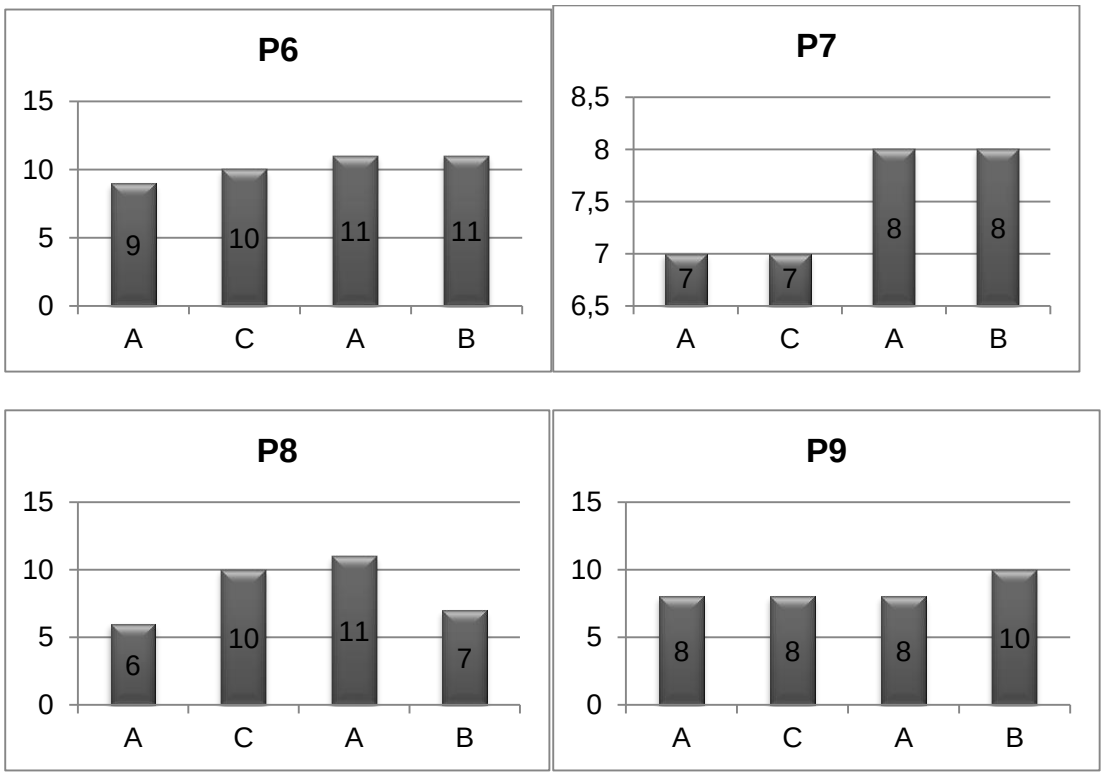
Fonte: Dados da pesquisa.

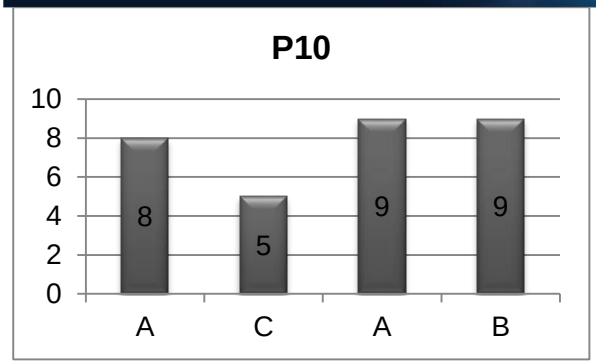
A Figura 2 apresenta os dados de produção dos participantes do grupo experimental ACAB na fase reversão (Instrução específica/ Instrução genérica). Ao realizar a comparação das fases A' (linha de base) com a fase A", percebe-se que houve o aumento da quantidade de produção de quatro participantes (P6, P7, P8 e P10), e a manutenção da tarefa por parte de um participante (P9). Assim, verifica-se uma tendência em aumentar a produção.

Após a comparação do passo A' com o passo C, no que refere se a quantidade de produção individual, verifica-se que dois participantes aumentaram sua produção (P6 e P8), um participante diminuiu sua produção (P10) e os outros dois participantes mantiveram sua produção (P7 e P9). Quando comparado o passo C com o passo B, em que quatro dos cinco participantes aumentaram sua produção (P6, P7, P9 e P10), e um participante diminuiu sua produção (P8). Nota-se uma tendência a aumentar a produção devido à inserção da variável instrução genérica.

Quando comparado às fases AC com a fase AB, averigua se todos os participantes aumentaram sua produção (P6, P7, P8, P9 e P10). Assim, verifica se uma tendência em aumentar a produção quando a variável instrução genérica é administrada.

Figura 2. Quantidade de Produção por Participante do Grupo ACAB (Instrução Específica/Genérica)





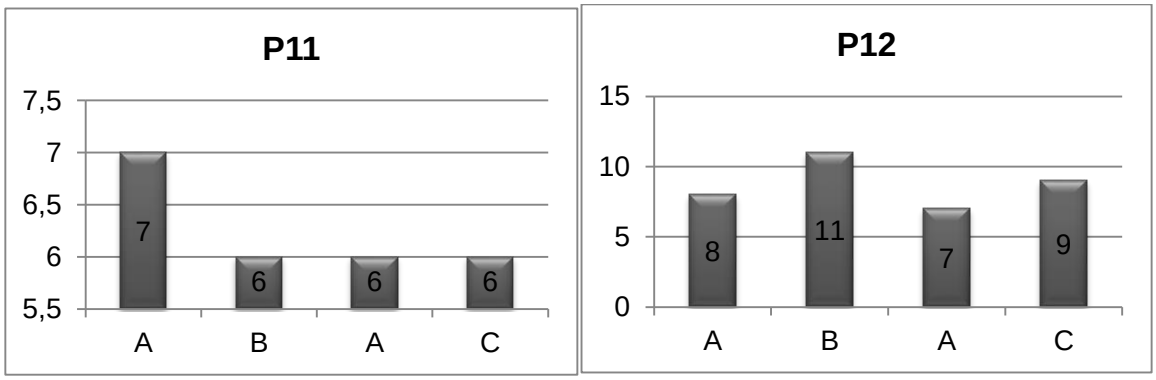
Fonte: Dados da pesquisa.

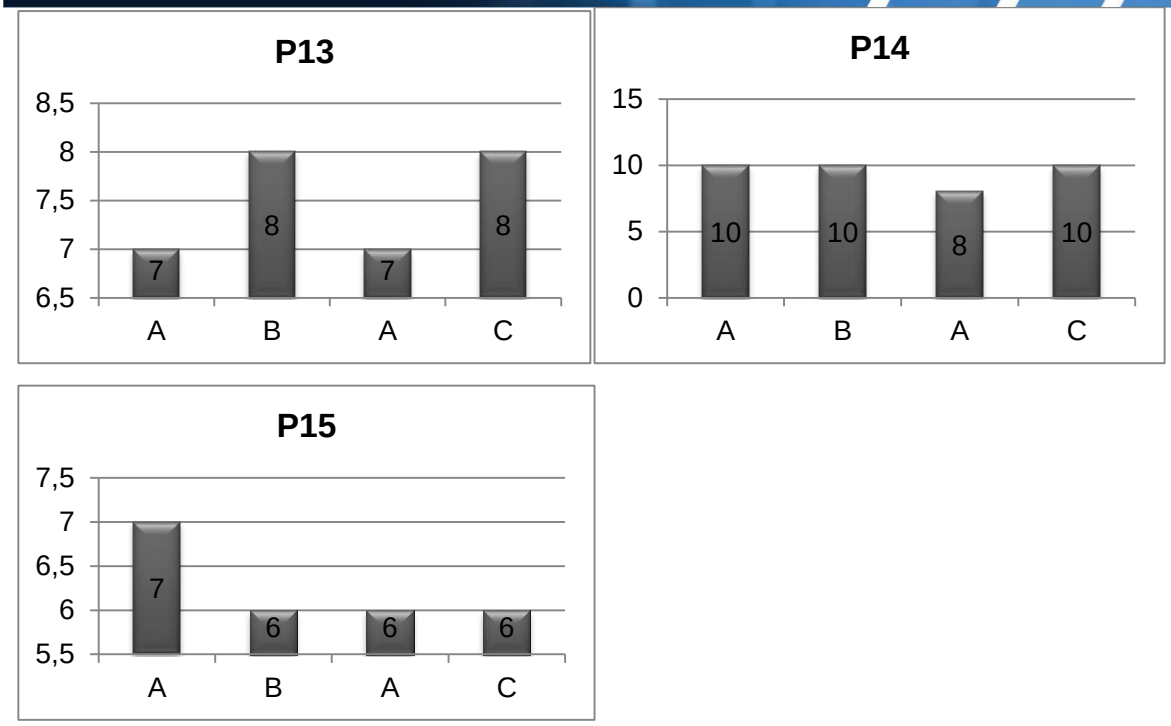
A Figura 3 apresenta os dados relativos da quantidade de produção dos participantes do grupo experimental ABAC (Feedback genérico/ específico). Quanto à comparação da fase A' (linha de base) com a fase A", verifica se que quatro dos cinco participantes diminuíram sua produção (P11, P12, P14 e P15), e houve a manutenção da atividade de um participante (P13).

Quando comparado à fase A' com a fase B, nota-se que dois participantes aumentaram sua produção (P12 e P13), dois participantes diminuíram sua produção (P11 e P15) e a manutenção da atividade de um participante (P14). Na fase B, quando comparado à fase C, houve a diminuição da tarefa por parte de um participante (P12), e a manutenção da produção por parte de quatro participantes (P11, P13, P14 e P15).

As fases AB foram comparadas com as fases AC, onde: quatro participantes diminuíram sua produção (P11, P12, P14 e P15), e a manutenção de um participante (P13). Ou seja, há uma tendência em diminuir a produção quando a variável feedback específico é inserida.

Figura 3. Quantidade de Produção por Participante do Grupo ABAC (Feedback Genérico/ Específico)





Fonte: Dados da pesquisa.

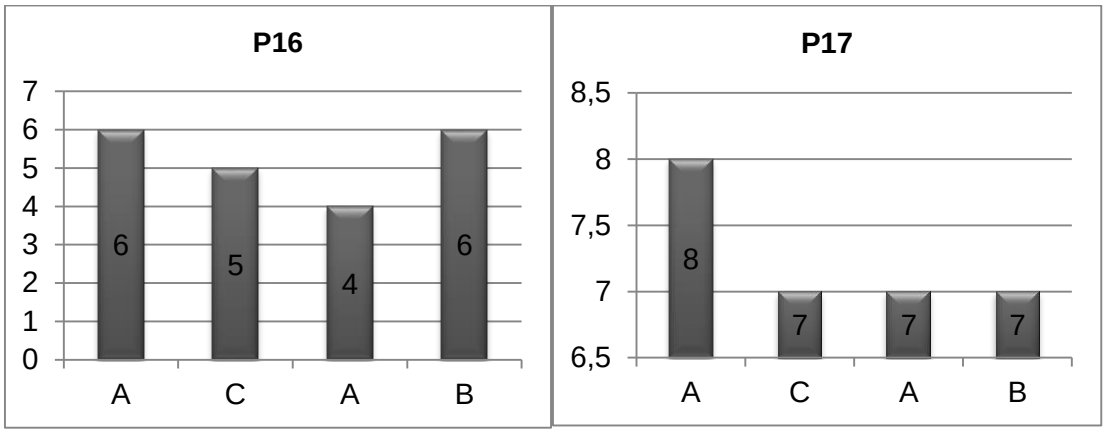
A Figura 4 apresenta os dados relativos da quantidade de produção dos participantes do grupo experimental ACAB (Feedback específico/ genérico). Quando comparado a fase A' (Linha de base), com a fase A", nota-se que um participante aumentou sua produção (P20), outros três participantes diminuíram sua produção (P16, P17 e P18), e a manutenção da atividade por parte de um participante (P19).

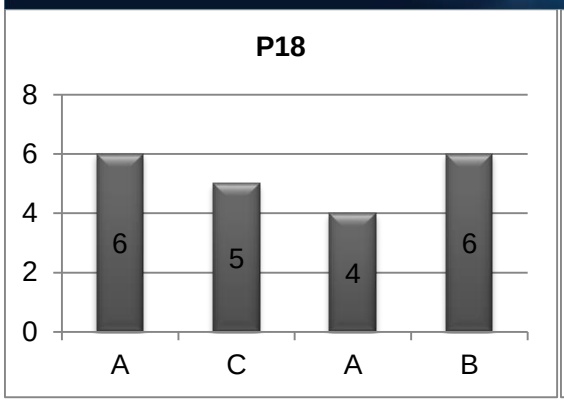
A fase A' foi comparada com a fase C, sendo possível obter os resultados: dois participantes aumentaram a produção (P19 e P20), e outros três participantes diminuíram sua produção (P16, P17 e P18). A fase C também foi comparada à fase B, apontando os seguintes resultados: três participantes aumentaram sua produção (P16, P18, e P20), um participante diminuiu sua produção (P19) e um participante manteve sua produção (P17), o que sugere uma tendência em aumentar a produção, na fase em que a variável foi manipulada na sua condição genérica.

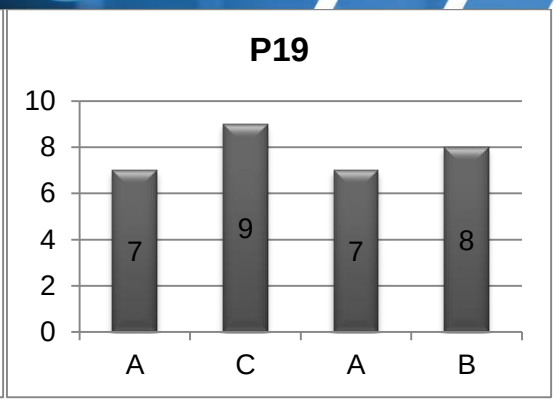
As fases AC foram comparadas com as fases AB, sendo possível constatar que um participante aumentou sua produção (P20), e quatro dos cinco participantes diminuíram sua produção (P16, P17, P18 e P19). Evidencia uma tendência de diminuir a produção, quando a variável foi inserida na condição genérica.

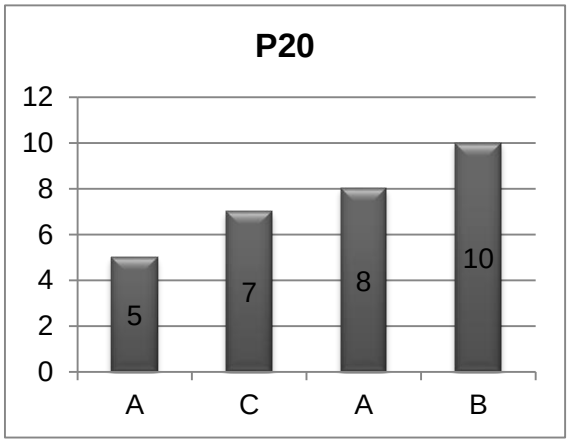
De forma geral, pode-se observar que quando se compara as variáveis instrução genérica e instrução específica, não houve, portanto, diferenças no que se refere à influência no desempenho e tarefa. As duas variáveis, seja ela na condição genérica (em que não houve um maior detalhamento das contingências), seja na condição específica (em que houve um maior detalhamento das contingências), aumentaram o comportamento de produção dos participantes. Ao se comparar, o grupo de feedback genérico com feedback específico, verifica uma tendência a diminuir a produção.

Figura 4. Quantidade de Produção por Participante do Grupo ACAB (Feedback Específico/ Genérico)









Fonte: Dados da pesquisa

3.1 Qualidade do produto

Nesta seção são apresentados os resultados relacionados à qualidade da produção das pulseiras obtidas por meio do experimento. Para este momento foi realizada uma análise visual pela pesquisadora, e considerados os critérios tais como: a estética, o arremate final, ordem do material e ponto da trama. O intuito era verificar a frequência da qualidade na produção nos quatro grupos experimentais.

A Figura 5 mostra a frequência das categorias da qualidade por técnicas do grupo experimental ABAC (feedback genérico/Feedback específico). Verifica-se uma pequena oscilação na qualidade da técnica 2 de (10%). A técnica 4 destaca-se por seu médio percentual de excelência na qualidade, conforme as seguintes variações entre excelente (50%), bom (25%) e ruim (25%). As técnicas 1 e 3 mantiveram (100%) de qualidade, atendendo todos os critérios relacionados à frequência de qualidade na produção. Portanto, pode ser considerado mediano a frequência de qualidade na produção para o grupo ABAC onde houve a introdução das variáveis feedback genérico e feedback específico respectivamente.

Pode-se verificar ainda, na Figura 5 apresenta a frequência das categorias da qualidade por técnicas do grupo experimental ACAB (Feedback Específico/Feedback Genérico). Nota-se uma pequena oscilação na qualidade na técnica 2, ficando entre excelente (95%) e bom (5%). Na técnica 4 houve as seguintes variações, ficando entre excelente (80%) e bom (20%). As técnicas 1 e 3 mantiveram (100%) de qualidade em todos os critérios relacionados à qualidade. Portanto, pode ser considerada alta a frequência de qualidade na produção para o grupo ACAB referente à variável Feedback Específico/ Feedback Genérico.

No grupo experimental ABAC (Instrução Genérica/ Instrução Específica) verificou–se uma baixa oscilação na técnica 3 ficando entre a excelência (95%) e bom (5%). Nas técnicas 1 e 2 há (100%) de qualidade, atendendo todos os critérios adotados na frequência de qualidade na produção das pulseiras. Porém, na técnica 4 houve as seguintes variações entre excelente (45%), bom (35%) e ruim (15 %), evidenciando oscilações relevantes para esta técnica. A baixa frequência de qualidade na produção está relacionada à técnica 4 para o grupo ABAC, que abrange as variáveis Instrução Genérica/ Instrução Específica.

A Figura 5 evidencia, também, a frequência das categorias de qualidade por técnicas referente ao grupo experimental ACAB (Instrução Específica/ Instrução Genérica). Nota-se que as técnicas 1, 2 e 3 tiveram 100% de qualidade, atendendo todos os critérios adotados na frequência de qualidade na produção das pulseiras. Porém, na técnica 4 houve as seguintes variações entre excelente (70%), bom (20%) e ruim (10%), evidenciando leves oscilações para esta técnica. Portanto, pode ser considerada alta a frequência de qualidade na produção para o grupo ACAB referente à variável Instrução Específica/ Instrução Genérica.

Figura 5. Frequência das categorias da qualidade por técnica nos grupos

Avaliação da Qualidade das Técnicas Grupo ABAC (*Feedback* Genérico/ Específico)				
Qualidade Geral (Todas as Técnicas)	**Técnicas**			
	T1	**T2**	**T3**	**T4**
Excelente	100%	90%	100%	50%
Bom	0%	10%	0%	25%
Ruim	0%	0%	0%	25%

Avaliação da Qualidade das Técnicas Grupo ACAB (*Feedback* Específico/Genérico)				
Qualidade Geral (Todas as Técnicas)	**Técnicas**			
	T1	**T2**	**T3**	**T4**
Excelente	100%	95%	100%	80%
Bom	0%	5%	0%	20%
Ruim	0%	0%	0%	0%

Avaliação da Qualidade das Técnicas Grupo ABAC (Instrução Genérica/ Específica)					Avaliação da Qualidade das Técnicas Grupo ACAB (Instrução Específica/ Instrução Genérica)				
Qualidade Geral (Todas as Técnicas)	**Técnicas**				**Qualidade Geral (Todas as Técnicas)**	**Técnicas**			
	T1	**T2**	**T3**	**T4**		**T1**	**T2**	**T3**	**T4**
Excelente	100%	100%	95%	45%	**Excelente**	100%	100%	100%	70%
Bom	0%	0%	5%	35%	**Bom**	0%	0%	0%	20%
Ruim	0%	0%	0%	15%	**Ruim**	0%	0%	0%	10%

Fonte: Dados da pesquisa.

De forma sucinta, podemos observar que a qualidade das peças foi estabelecida pelo grau de especificidade do conteúdo das regras, ou seja, no grupo onde a variável foi manipulada na sua forma específica (instrução específica e feedback específico), o que ocorreu foi uma maior qualidade da produção. Quando os estímulos verbais são apresentados na condição em que é especificada a tarefa, o que pode acontecer é um aumento na qualidade das técnicas. Por sua vez, quando o estímulo não traz elementos especificadores do comportamento de produção, o que pode acontecer é a diminuição da qualidade das técnicas.

Pode-se verificar a partir das medidas de produção total, que a produção de peças foi determinada pelo grau de especificidade do conteúdo das regras, ou seja, no grupo de instrução há mais produções, quando se compara com o grupo de feedback.

5-Discussão

A presente pesquisa buscou comparar os efeitos de instruções verbais, como determinantes no cumprimento de tarefas organizacionais, comparando-a com o feedback, que foi administrado como um estímulo verbal constante e especificador da tarefa organizacional. Ambas as variáveis, apresentaram graus de refinamento do conteúdo dos estímulos verbais relacionados com as contingências estabelecidas, em que, ora especificaram o comportamento de produção, ora especificaram a quantidade de produtos gerados e suas condições.

De forma geral, quando analisados os resultados obtidos por meio das manipulações adotadas no estudo, observa-se que as instruções, seja ela na condição em que há um maior detalhamento das contingências (específica), seja ela em que não oferece um maior detalhamento das contingências (genérica), não teve diferenças em termos de controle com

relação à produção. O conteúdo das instruções, quando é vago ou quando é específico, nesse caso em questão da produção parece não exercer uma influência, haja vista, que o grupo no grupo instrução genérica/específica (ABAC) e no grupo instrução específica/genérica (ACAB) a produção tende a ter um padrão.

Outro aspecto a ser analisado a partir destes dados, diz respeito, ao efeito cumulativo da aprendizagem. Na medida em que o sujeito é exposto a um número repetido de tarefas, a necessidade dessa exposição para o aprendizado diminuiu, esse efeito recebeu o nome de learning-set (aprender a aprender). Assim, o que se pode perceber desse efeito é que depois de reduzidas tentativas, o comportamento (ou desempenho) será satisfeito. Outro efeito do learning-set, é ressaltado quando o sujeito é exposto a versões repetidas de uma mesma discriminação ou em versões repetidas de discriminações simples combinadas (BARROS et al., 2012). Dessa forma, percebem-se os efeitos do learning-set nesse estudo, pois os participantes foram expostos a repetidas versões, o que aumentou o aprendizado e consequentemente a produção.

Outros dados que apontam para o efeito do learning-set, é a partir da comparação das linhas de base (A' e A") do grupo experimental ACAB instrução específica/genérica), nota-se que houve o aumento da quantidade de produção de três participantes (P1, P2 e P4) . Ao analisar os dados do grupo experimental ACAB (instrução específica/genérica), verifica-se também o aumento de produção (P6, P7, P8 e P10).

No entanto, quando foram analisados os dados do grupo experimental onde o feedback foi administrado, nota-se os seguintes resultados: no grupo ABAC (feedback genérico/específico), quatro dos cinco participantes diminuíram sua produção (P11, P12, P14 e P15) quando comparado as etapas AB com as etapas AC. No grupo ACAB (feedback específico/genérico), houve também a diminuição da tarefa de quatro participantes (P16, P17, P18 e P19), quando comparada as fases AC com as fases AB. Verifica-se, portanto, que o padrão de comportamento de produzir pulseiras tendeu a diminuição, quando comparado com o grupo de instrução e com as fases iniciais.

O Feedback parece que apresenta nas suas duas versões (especificadora ou genérica) uma natureza, que apresenta um conteúdo de estabelecer como a produção deve ser feita, ou seja, de estabelecer características das contingências. O feedback proporcionou uma exposição contínua, em que a cada 20 minutos durante as sessões experimentais, ele foi dado aos participantes, tendo como orientação a produção e alguns elementos da contingência, seja na

sua condição genérica, seja específica. Supõe-se então, que o feedback pode estar exercendo uma função de ordem, pois seu conteúdo especificador, traz essas ordens a serem seguidas. Então, no estudo em questão, essa apresentação continuada pareceu impactar num refinamento da produção, pois parece que o indivíduo ficou sensível às propriedades do conteúdo pela sua forma de apresentação.

Essa ordem, de acordo com Albuquerque e Paracampo (2010), tem uma natureza de regra a ser seguida. Assim, ao invés da variável gerar um aumento da produção, ela gerou uma redução da produção, e o indivíduo optou pela qualidade. Ou seja, há uma tendência em diminuir a produção quando a variável feedback específico é inserida, e um aumento da qualidade. Outros dados que contribuem com a verificação do efeito de regra do feedback, em sua condição específica. A fase C foi comparada à fase B, em que três participantes aumentaram sua produção (P16, P18, e P20). Essa tendência em aumentar a produção, está relacionada neste caso, quando a variável que foi manipulada na sua condição genérica.

Os dados apresentados seguem a perspectiva indicada por Albuquerque, de Souza e Paracampo (2003), os quais afirmam que as regras são consideradas um estímulo antecedente verbal, o qual produz um detalhamento verbal das contingências. Uma vez que esse comportamento é mantido, mesmo tendo contato com as consequências imediatas, logo, ele passa a ser controlado por regras, ou a interação das regras com as consequências (Albuquerque, Paracampo, Reis, 2008; Matos, 2001). As regras por sua vez, podem exercer várias funções no comportamento (Albuquerque, Mescouto, Paracampo, 2011).

Outro aspecto para se analisar com relação à influência do conteúdo dos estímulos verbais, diz respeito à qualidade da produção. É possível identificarmos dados, que quando o conteúdo é genérico há uma menor qualidade da produção, e, quando o conteúdo é especificador ocorre o inverso, ou seja, a qualidade aumenta. Albuquerque e Paracampo (2010) argumentam que para o comportamento verbal ser considerado um estímulo antecedente verbal, o qual poderá ser uma regra, o que ocorre é a mudança do comportamento mediante da especificação de uma regra, e não em função de outras variáveis, neste momento as regras estabelecem o comportamento, determinado pelo conteúdo especificador da regra. Ou seja, no presente estudo o que parece ter acontecido foi à mudança do comportamento (diminuição da produção e aumento da qualidade da técnica) diante da especificação da regra, portanto, o feedback poderá ser considerado uma regra.

Entendendo que o comportamento de produção de pulseiras é um comportamento não verbal, este comportamento, portanto, apresenta contingências próprias de controle quando se apresenta os estímulos discriminativos verbais, que descrevem a contingência para produção. Portanto, verificou-se que de certa forma, este comportamento de produzir está sensível às contingências postas. A partir do momento, que o feedback deixa de ser genérico e passa a ser específico, ou seja, passa a detalhar os elementos relativos à contingência de produção, verificou-se que o controle dos estímulos discriminativos verbais não se deu para conduzir a um aumento da produção de pulseiras, mas sim de um refinamento dessa produção, consequentemente, nota-se uma redução de peças produzidas. Tal evidência, parece corroborar com os dados de estudos experimentais realizados por Danforth et al. (1990), Dixon e Hayes (1998), Otto, Torgrud e Holborn (1999), Raia et al. (2000) e Wulfert, et al. (1994).

Podemos entender então, que o feedback apresenta característica de regra, conforme a teoria. Essa variável exerce influência no comportamento de produção, não no sentido de aumentar a produção, mas relativizando a qualidade da produção. Ou seja, quando o conteúdo da regra é vago ocorre o aumento da produção, e quando o conteúdo da regra é especificador a produção se modula em função da qualidade. Enquanto que as instruções apresentam como efeito o learning-set, em que houve um acúmulo do conhecimento, devido à exposição.

6-Referências

Albuquerque, L. C, Mescouto, W. A., & Paracampo, C. C. P. Controle por regras: efeitos de perguntas, sugestões e ordens. **Acta Comportamentalia**, 19, 19-42, 2011.

Albuquerque, L. C.; Paracampo, C. C. P. Análise do controle por regras. Psicologia USP, 21, 253-273, 2010.

Albuquerque, L. C.; Reis, A. A.; Paracampo, C. C. P. Efeitos de histórias de reforço, curtas e prolongadas, sobre o seguimento de regras. **Acta Comportamentalia**, 16, 305-332, 2008.

Albuquerque, L. C.; Souza, D. G. de; Matos, M. A.; Paracampo, C. C. P. Análise dos efeitos de histórias experimentais sobre o seguimento subsequente de regras. **Acta Comportamentalia**, 11, 87-126, 2003.

Alvero A. M; Bucklin B. R. e Austin J. Uma Avaliação da Eficácia e Características Essenciais do Feedback de Desempenho em Configurações Organizacionais (1985-1998), **Journal of Organizational Behavior Management**, 21: 1, 2001.

Chandler, A. B. Diminuir comentários negativos e aumentar o desempenho de uma mudança Supervisor. **Journal of Organizational Behavior Management** 99-103, 1997.

Dixon, M. R., & Hayes, L. J. Effects of differing instructional histories on the resurgence of rule-following. **The Psychological Record**, 48(2), 275, 1998.

Duncan P. K. e Bruwelheide L. R. Uso do Feedback e suas Possíveis Funções Comportamentais. **Journal of Organizational Behavior Management**, 7: 3-4, 91-114, 1985.

Frederiksen L. W; Richter W. T. Jr; Johnson R. P. e Solomon L. J. Especificidade do Feedback de Desempenho em um Ambiente Profissional de Serviço de Entrega, **Journal of Organizational Behavior Management**, 3: 4, 41-53, 1982.

Goltz S. M; Citera M; Jensen M; Favero J. e Komaki J. L. Feedback Individual, **Journal of Organizational Behavior Management**, 10: 2, 77-92, 1990.

Houmanfar, R., & Hayes, L. J. Effects of feedback on task completion, time distribution and time allocation of graduate students. **Journal of Organizational Behavior Management**, 18(1), 69-91, 1997.

Johnson D. A. A Análise de Componentes do Impacto do feedback Avaliativo e feedback objetivo sobre o desempenho. **Journal of Organizational Behavior Management**, 33: 2, 89-103, 2013.

Lee, K., Shon, D., & Oah, S. The relative effects of global and specific feedback on safety behaviors. **Journal of Organizational Behavior Management**, 34(1), 16-28, 2014.

Mangiapanello, K. A. e Hemmes, N. S. An Analysis of Feedback from a Behavior Analytic Perspective. **Association for Behavior Analysis International**, online., 2015.

Matos, M. A. Comportamento governado por regras. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, III, 51-66, 2001.

Moreira, E. G. **O Journal of Organizational Behavior Management como um veículo para publicação de pesquisa em análise aplicada do comportamento, na área da Organizational Behavior Management**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

Moon K. e Oah S. A Comparação dos Efeitos de Feedback e Avisos na Segurança de Postura Sentada: Utilizando uma Observação Automatizada e Sistema de Feedback. **Journal of Organizational Behavior Management**, 33: 2, 152-162, 2013.

Nosik, M. R.; Carr, J. E. On the Distinction Between the Motivating Operation and Setting Event Concepts. **Behavior Analyst**, 38, pp.219-223, 2015.

Peterson, N. Feedback Is Not a New Principle of Behavior. **The Behavior Management**. 3, 1982.

Vasconcelos-Silva, A.; Todorov, J. C.; Silva, R.L.F.C. Cultura organizacional: a visão da análise do comportamento. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva (Impresso)**, v. XIV, p. 48-63, 2012.

Wulfert, E., Greenway, D. E., Farkas, P., Hayes, S. C., & Dougher, M. J. Correlation between self-reported rigidity and rule-governed insensitivity to operant contingencies. **Journal of Applied Behavior Analysis**, 27(4), 659-671, 1994.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

O E-COMMERCE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: uma revisão sistêmica

Maxsuene Oliveira Freitas[1]
Unilson Gomes Soares [2]

Resumo: Trata-se o presente trabalho sobre a implantação do e-commerce para pequenas e médias empresas (PMEs). O estudo possui especial relevância para o meio social, porque visa oferecer suporte a empreendedores que pretendem implantar o e-commerce. O objetivo geral da pesquisa é analisar se é viável a implantação do e-commerce para as PMEs. Diante disso, no decorrer do trabalho versou-se sobre a origem do comércio eletrônico e seu conceito. Adiante, discorreu-se sobre as vantagens e desvantagens de sua implantação, tratando-se especificamente das PEMs. Na sequência, tratou-se sobre o perfil do consumidor eletrônico. Utilizou-se uma pesquisa bibliográfica, do tipo exploratória. Para tanto, pesquisou-se em revistas, livros, monografias, teses, dissertações e artigos científicos. Concluiu-se que apesar das barreiras, vale a pena investir no e-commerce para fidelizar o cliente e manter-se competitivo no mercado.

Palavras-chave: E-commerce. PMEs. Comércio eletrônico. Vantagens. Desvantagens.

Abstract: This work is about the implementation of e-commerce for small and medium-sized enterprises (SMEs). The study has special relevance for the social environment, because it aims to support entrepreneurs who intend to implement e-commerce. The general objective of the research is to analyze if it is viable the implementation of e-commerce for SMEs. In the course of this work, the e-commerce origin and its concept were analyzed. The advantages and disadvantages of its implementation were discussed below, specifically the PEMs. In the sequence, it was about the profile of the electronic consumer. A bibliographic search, of the exploratory type, was used. For that, it was searched in magazines, books, monographs, theses, dissertations and scientific articles. It was concluded that despite the barriers, it is worth investing in e-commerce to retain customer loyalty and remain competitive in the market.

Keywords: E-commerce. SMEs - E-commerce. Advantages. Disadvantages.

1 INTRODUÇÃO

[1] Acadêmica do 8° período do Curso de Graduação em Bacharelado de Administração da Faculdade Patos de Minas (FPM). *E-mail*: maxsuenefreitas@hotmail.com
[2] Docente do curso de Administração da Faculdade Patos de Minas. Doutor em Educação. *E-mail*: unilsongomessoares@yahoo.com.br

Recebido em 30/09/2018
Aprovado em 12/02/2019

O comércio eletrônico, também denominado e-commerce é uma ferramenta que cresce cada dia mais no mundo, em razão dos avanços da tecnologia e da globalização. Diante disso, tornou-se uma alternativa para que as empresas ganhem vantagem competitiva, além de ser um fator interessante na tomada de decisões do cliente, diante dos benefícios que proporciona: rapidez, informações detalhadas e liberdade, já que não existe a presença insistente de vendedores (LIMEIRA, 2007).

O e-commerce tem se revelado mais que uma mera forma de comércio, mas sua importância é evidente para a economia, na medida em que altera a estrutura das empresas, amplia negócios que antes eram dificultados por barreiras geográfica, além de proporcionar conforto, praticidade e conveniência ao consumidor (DEL NERY, 2013).

As pequenas e médias empresas (PMEs) buscam sempre aumentar seus ganhos, produtividade, reduzir custos para se destacarem no mercado. Se por um lado, elas carecem de alguns recursos, como suporte de ferramentas, informações de gestão, por outro, elas têm a seu favor, a criatividade dos empreendedores. Ainda assim, as PMEs experimentam dificuldades para sobreviverem nos primeiros anos de vida, além do receio de investimentos diferentes, como o e-commerce por temerem não receber o retorno financeiro, dentre outros fatores.

A realização da presente pesquisa tem especial importância para o meio social, porque demonstra ao empreender quais as vantagens de se implantar o e-commerce, oferecendo, outrossim, um suporte às PMEs que pretendem adotar a ferramenta (LUNARDI; DOLCI; MAÇADA, 2010).

Diante isso, questiona-se: é realmente viável a implantação do e-commerce nas PMEs? Quais as vantagens e desvantagens dessa ferramenta? Como seria o perfil do e-consumidor?

O estudo teve como objetivo geral, analisar se é viável a implantação do e-commerce para PMEs. Em seguida, objetivou-se especificamente: realizar um levantamento teórico sobre o conceito de e-commerce, sua implantação por PMEs, suas vantagens, desvantagens e o perfil do consumidor eletrônico.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, realizada com dados secundários, do tipo exploratória. Os dados foram obtidos a partir de uma busca sistemática na literatura, na qual foram buscados artigos que discutem o e-commerce e atendendo aos objetivos propostos, sobre a sua influência para Pequenas e Médias Empresas.

Para além disso, existiu a necessidade de estudar componentes como a origem histórica, a sua utilização por PMEs, as vantagens e desvantagens, bem como a análise do perfil do consumidor do comércio eletrônico.

Conforme lição de Lintz e Martins (2007), a revisão de literatura é a forma mais usual de abordagem metodológica utilizadas em trabalhos acadêmicos. A pesquisa bibliográfica busca discorrer e promover a discussão de temas ou problemáticas com amparo em referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos etc.

No presente artigo foram utilizados como fonte de pesquisa, artigos científicos, bem como livros sobre gestão organizacional e sobre o papel da mulher no ambiente laboral, todos cientificamente apoiados. Desta feita, constata-se que a revisão de literatura não se trata de mera repetição do que já foi doutrinado sobre determinado assunto, mas promove o exame mais acurado, sob nova abordagem, nova perspectiva, o que, por conseguinte, traz novas conclusões (LAKATOS; MARCONI, 2016).

3 A ORIGEM DO COMÉRCIO ELETRÔNICO E SEU CONCEITO

Com efeito, a internet surgiu na década de 60, no entanto foi a partir dos anos 80 que as técnicas de comércio eletrônico se iniciaram, por meio de troca eletrônica de dados e correio eletrônico. Pode-se definir comércio como o ato de trocar produtos ou serviços por dinheiro ou outro bem equivalente. Diante disso, o comércio traduz-se basicamente em comercializar um bem através dos meios eletrônicos e isso já ocorre desde a década de 90 (DEL NERY, 2013).

Consoante entendimento de Albertin (2004), desde que o comércio eletrônico começou, até os dias de hoje, as organizações têm sido auxiliadas em diversos sentidos, o que engloba tanto à troca de informações, como a negociação e relação de compra com o consumidor.

Quando se trata de seu conceito, várias são as definições de Comércio Eletrônico. O ponto incontroverso diz respeito ao objetivo, que se funda unicamente comercializar um bem por meios eletrônicos. De acordo com Diniz (1999), comércio eletrônico é o meio de comércio onde um bem de valor é conhecido, evidenciado e vendido, através de meios eletrônicos. Essa venda se faz por meio da tecnologia pertinente, que permite a comunicação e informação.

Bertaglia (2009) define o e-commerce como a realização de ciclo de valores dos processos de negócio, em um contexto eletrônico. Isso ocorre por meio da aplicação abundante das tecnologias de comunicação e informação, atendendo a certas metas do negócio. Dessa

forma, o e-commerce é um instrumento que possibilita a redução de custos administrativos e a cadeia de fabricação, venda e compra, maximizando os processos de negócio ao aprimorando a relação com os clientes.

Já Luciano e Freitas (2003) apud Rayport e Jaworski (2001), trouxeram uma definição moderna do e-commerce como sendo: "trocas mediadas em tecnologia entre partes (indivíduos, organizações ou ambos) bem como baseadas eletronicamente em atividades intra ou Inter organizacionais, que facilitam tal troca.".

Hodiernamente, a internet tem sido a grande força motora do comércio eletrônico. Um dos grandes motivos é a irrelevância da localização geográfica, o que contribui para aquecer o comércio internacional, traduzindo-se um novo percurso para a globalização.

Del Nery (2013) afirma que:

> os processos podem ser realizados de forma completa ou parcial, incluindo as transações negócio-a-negócio, negócio-a-consumidor e intra-organizacional, em uma infraestrutura de informação e comunicação predominantemente pública, de acesso fácil, livre e de baixo custo. O comércio eletrônico pode ser feito dentro da própria empresa, de empresa para empresa e de empresas para clientes.

Observe-se que o autor defende a implantação do e-commerce, enumerando suas inúmeras vantagens, o que engloba facilidades estruturais e de relacionamento, seja com outras empresas, seja com clientes.

Limeira (2007) acrescenta que existem três divisões, quais sejam: intranet: que são trocas de informações dentro de uma empresa; extranet: onde a troca de informações é feita entre empresas diferentes e internet: onde a troca de informações é feita entre consumidores e empresas.

A finalidade em se usar a intranet é ter uma relação Intra-Business, o que implica em integrar vários setores e funções de uma mesma empresa, com o objetivo de promover as aplicações de negócio. Por outro lado, usam a extranet os adeptos dos negócios business-to-business (B2B) onde empresas diferentes transacionam, isto é, não existe uma comercialização direta com o consumidor, mas um emaranhado de negociações entre empresas clientes e fornecedoras de um produto. A seu turno, a internet é caracterizada por ser um negócio chamado business-to-customer (B2C), pois trata-se de meio onde empresas almejam vender um bem diretamente ao consumidor final ou usuário. Acrescente-se que muitas empresas se valem dos dois tipos de negócio (B2B e B2C), sendo assim, a empresa usa o negócio B2C na área que

os seus distribuidores não atendem e na área em que há um distribuidor atuando é feito o B2B (NOVAES, 2004).

3.1 Internet e e-commerce em pequenas e médias empresas

A internet ocupou um lugar importante nas casas ou organizações. Prova disso, são o e-mail e a World Wide Web que provaram ser ferramentas de efetivo sucesso (LUNARDI; DOLCI; MAÇADA, 2010).

Em que pese isso, Longaray et al (2018) sustentam que mesmo sendo a internet muito importante, principalmente em face da atenção que recebeu de empresários, investidores e executivos, ela não transformou tudo, e nem todas as ferramentas antigas caíram em desuso. Deve-se haver uma mudança no discurso a respeito da importância da internet. Ela é sim um recurso vigoroso que pode ser usado, de forma inteligente ou não, em praticamente todas as empresas e como fonte de quase todas estratégias. Entretanto, poucas empresas que investiram unicamente em ferramentas digitais, conseguiram sobreviver à crise dos anos 2000. Ao contrário disso, outras empresas que mesclaram bricks-andclicks obtiveram sucesso, sejam em face da experimentação e aprendizado dos iniciantes e da maturidade das tecnologias suportadas na Internet

Esse choque que a internet gerou foi amplamente divulgado nos jornais de negócios. Contudo, até o momento não existem muitos estudos estruturados e em grande escala sobre o tema em publicações acadêmicas (LUNARDI; DOLCI; MAÇADA, 2010). O que existe no meio acadêmico sobre e-commerce, diz respeito a dois pontos: o primeiro trata de surveys descritivos, que possibilitam medir o nível da adoção do e-commerce por empresas já constituídas. O outro ponto trata dos estudos exploratórios a respeito das estratégias de comércio através do uso em particular da internet. Neste último, foi possível vislumbrar os primeiros resultados sobre a aceitação do e-commerce, onde concluiu-se que poucas empresas usavam o comércio eletrônico, ativamente, por volta de 1997. Algumas pesquisas mais direcionadas indagaram sobre os obstáculos na adoção da internet em pequenas empresas na Holanda e chegaram à conclusão de que o maior obstáculo era o receio de que a internet ou o website não proporcionasse maior eficiência ou baixos custos (DEL NERY, 2013).

Segundo Jansen e Laurindo (2005), foi realizado na Europa, um estudo denominado projeto KITE- Knowledge and Information Transfer on Eletronic Commerce, apresentando o objetivo precípuo de sugerir melhores práticas para socorrer pequenas e médias empresas na

condução do e-commerce. O trabalho englobou 17 países e investigou 600 atividades de comércio eletrônico. Depois disso, estudos na Inglaterra evidenciaram que pequenas e médias empresas estão insurgindo como expressivas usuárias da Internet e do mesmo modo que as grandes organizações estão aderindo ao e-commerce. Essas empresas estão inserindo o e-commerce no núcleo de sua tecnologia e técnicas corporativa e se preparam para usar a internet, como forma de obter mudança transformacional (DEL NERY, 2013).

3.2 As vantagens e desvantagens do e-commerce para pequenas e médias empresas

A meta de toda organização é manter-se altamente competitiva no mercado. Para tanto, ela produz, se transforma a todo momento, acompanha as gerações, a disseminação do conhecimento e busca aprofundar pesquisas. Para que uma empresa se destaque, ela deve manter uma postura de proatividade, de sorte a superar condições inóspitas que surgem no mundo dos negócios (COELHO; OLIVEIRA; ALMÉRI, 2013).

Uma mudança que veio para ficar, é a introdução da tecnologia das comunicações e da eletrônica, assumindo um novo modelo de empreendimentos associados ao comércio virtual. Os negócios eletrônicos atuam socorrendo as empresas, no que toca a solução de problemas, de forma ágil e mais eficaz. Desde a difusão da informação até o valor agregado aos serviços e produtos destinados aos consumidores, os negócios eletrônicos estão transformando o jeito de viver, trabalhar e competir (NAKAMURA, 2001; NOVAES, 2004).).

Para grande parte das empresas do século XXI, a questão fundamental é como devem posicionar as estratégias de venda. Sobre o tema, Nohara et al. (2008) apud Wilder (1999) afirmou categoricamente que os negócios eletrônicos não são mais uma alternativa, mas um imperativo.

Isso porque, as vantagens do e-commerce são evidentes, podendo-se citar: diminuição de custos de comunicação e das transações e melhor qualidade de atendimento ao consumidor, fatores que aliados geram maior vantagem competitiva (ALBERTIN, 2004).

Conforme Rinaldi (2013), a Internet possibilita ao pequeno empreender adentrar no espaço dos grandes negócios e então competir com eles. Além disso, os autores ressaltam que: “o uso de algumas tecnologias de informação capacita os pequenos negócios a alcançarem a mesma eficiência das grandes empresas.”.

Entretanto, não se pode esquecer, que esses benefícios se estendem à todas as empresas abertas, malgrado seu porte. Existe um rol de benefícios advindos da adesão ao e-commerce para as grandes organizações e que não são conferidos às PMEs. Dentre eles, cite-se: a redução dos custos de administração e a melhora na administração da cadeia de suprimentos (NOVAES, 2004).

3.2.1 Sobre as vantagens

Ao utilizar-se o e-commerce, é possível arrolar uma série de vantagens, tanto para as empresas, quanto para os clientes.

A primeira é a acesso rápido as informações. O *site* é capaz de produzir a visibilidade da empresa, pois em um mesmo ambiente é possível ter informações sobre o produto, promoções e de cunho institucional. O interesse à informação é multilateral, pois abrange o da empresa, do consumidor e dos demais envolvidos no comércio eletrônico. Uma característica interessante é a confiança construída e mantida para o êxito dos negócios (SOUZA; SCHOEFFEL, 2013).

Outro ponto importante relaciona-se ao custo baixo de transações. Isso porque o processamento de pedido, pagamento online, a execução e o acompanhamento dos pedidos são menos onerosos e mais eficazes (SILVA, 2014).

Cite-se, outrossim, o acesso à mais ampla gama de mercados. Nesse caso, compradores representam aumento da base de procura e o potencial de encontrar melhores preços e produtos. Os forneceram encontram a possibilidade de aumentar o leque de clientes, alcançando nível mundial (COELHO; OLIVEIRA; ALMÉRI, 2013).

A conveniência também é uma vantagem, pois proporciona a interação entre parceiros. Sabe-se que o acesso à internet funciona 24h, de modo a atender o consumidor, conforme seu tempo e suas necessidades (MENDES, 2013).

Outro importante interessante é no que toca a atualização da informação. No comércio eletrônico é possível realizar a troca rápida e instantânea sobre peculiaridade de serviços, produtos e preços. O desenvolvimento e a distribuição de catálogos impressos são mais demorados e caros (SILVA, 2014).

No e-commerce é possível melhorar o serviço ao consumidor com mais facilidade, podendo fazê-lo, inclusive, personalizado. A empresa pode, conforme a necessidade ou conveniência, anunciar produtos e serviços para um público específico (NOVAES, 2004).

Do mesmo modo, outra vantagem é a diferenciação (customização) de produtos e serviços). Nesse caso, a concorrência acirrada dos diversos bens oferecidos no mercado eletrônica, impulsiona as empresas a se capacitarem e tornarem seus produtos mais adequados a um determinado público (COELHO; OLIVEIRA; ALMÉRI, 2013).

O e-commerce também proporciona mais facilidade para obter parcerias. Um exemplo disse é que se pode negociar com qualquer fornecedor do mundo. A comunicação via e-mail e programas de multimídia melhoram a base de suporte das relações entre consumidores e fornecedores (SOUZA; SCHOEFFEL, 2013).

Por fim, nesse rol exemplificado, tem-se a capacidade de participar da cadeia de suprimentos das grandes empresas. Considerando que a maior parte das grandes empresas está transacionando ou pelo menos tem a sua base de suprimentos fundamentada no mercado eletrônico, a participação das pequenas e médias empresas proporciona a oportunidade de ganhar espaço na cadeia de suprimentos das grandes empresas (COELHO; OLIVEIRA; ALMÉRI, 2013).

3.2.2 Das barreiras de entrada

Foram identificados por Stockdale e Standing (2004) apud Nohara et al. (2008) barreiras de entrada das pequenas e médias empresas no e-commerce. Em seus estudos, os autores conseguiram apontar oito barreiras principais, que podem ser divididas em dois grupos: externas e internas. Para os doutrinadores as barreiras externas estão além da capacidade de superação das PEMs, no entanto, ponderam que é importante compreendê-las, para contribuir para a elaboração de melhores estratégias.

As barreiras externas podem ser compreendidas como a falta de apreensão quanto às verdadeiras necessidades das PMEs. Profissionais especializados em software e comportamento de mercado não captam as necessidades da PMEs, e dessa forma, podem demandar grandes gastos para desempenhar um trabalho, que suplantam os recursos disponíveis. Com efeito, PMEs provavelmente não despenderão recursos sem saber exatamente como serão os retornos do investimento, seja em tempo ou valores (COSTA, et al., 2012).

Outra barreira é a falta de padrões tecnológicos comuns. Isso significa que as PMEs não dispõem de parâmetros para realizar a adoção de plataformas de comunicação dos compradores e vendedores, o que dificulta o crescimento no mercado eletrônico (RAMOS et al., 2011).

Saliente-se que a variedade pode impossibilitar a participação tanto das PMEs, mas também das grandes organizações, que não querem correr o risco de despender grandes recursos em software e treinamento, sem antes identificar os retornos a seus investimentos (TIGRE; DEDRICK, 2009).

Outra barreira diz respeito à competência eletrônica do setor. As PMEs geralmente trabalham em setores que não encorajam a decisões inovadores e arriscadas. Diante disso, existem parcos incentivos para os pioneiros no comércio eletrônico (FERNANDES, 2011).

Sobre as barreiras internas, pode-se arrolar inicialmente as dificuldades em se introduzir no mercado eletrônico. O motivo é que suas ações, comumente são respostas as transformações do ambiente externo de trabalho. Do mesmo modo, não existem bons incentivos para que se arrisquem. A adesão ao e-commerce implica na percepção dos benefícios imediatos. É isso que as encoraja, porém em muitos casos, eles só podem ser vislumbrados a longo prazo (COSTA, et al., 2012).

Outra barreira interna diz respeito à real compreensão quanto ao ambiente eletrônico. Em geral, as PMEs não vislumbram a natureza do comércio eletrônico, bem como sua relação com as demais formas de comercializar (FERNANDES, 2011). Conforme Oliveira e Laurindo (2016), esse fator não se restringe apenas às PMEs, mas é preciso a real compreensão de que o meio virtual não implica em substituição dos meios tradicionais. Ao contrário disso, ele se revela um recurso a mais, que pode melhorar o desenvolvimento das vendas.

Noutra senda, sabe-se que o mercado global está intimamente relacionado ao comércio eletrônico. Se por um lado, o mercado eletrônico global reúne condições para a entrada nos negócios em escala global, por outros ele detém para si, muitos aspectos que podem limitar essas atividades. Dentre os motivos que podem configurar obstáculos, estão as barreiras de idioma, desconhecimento da legislação que trata sobre o comércio externo, diferenças culturais. Esses obstáculos são intransponíveis, mas requerem identificação e compreensão (RAMOS et al., 2011).

Outra barreira interna é que as PMEs, em geral, não se reconhecem como integrantes de uma cadeia de suprimentos (ou cadeia de valor). Não raras vezes, as PMEs menosprezam as facilidades que o comércio eletrônico proporciona. Entretanto, a interação de informações com

as demais empresas no mercado eletrônico, os pedidos de compras virtuais, a execução eletrônica dos pedidos, o acompanhamento de andamento dos pedidos, a eficiência em custo e tempo apresentados pelo contexto eletrônico, geram condições palpáveis para a correlação das PMEs na cadeia de suprimentos das grandes empresas (TIGRE; DEDRICK, 2009).

Nessa linha de pensamento, sustentam Nohara et al. (2008) que as PMEs necessitam compreender que sua competência no mercado virtual é capaz de sustentar suas relações com parceiros em cadeia de suprimento das grandes empresas. Caso contrário, as PMEs perderão oportunidades, sendo certo que outras empresas do ramo as agarrarão.

As restrições financeiras também traduzem uma barreira interna. Como se sabe, as PMEs utilizam de recursos próprios para investimentos, é em consequência, sua capacidade de obter crédito é limitada. Em virtude dessa limitação financeira, não raras vezes as instituições financeiras não concedem crédito para sustentar as atividades cotidianas das PMEs. A situação se agrava, se a justificativa para pedir crédito for integrar-se no comércio eletrônico, porque as instituições financeiras sabem que o retorno não é garantido (FERNANDES, 2011).

Segundo posição de Oliveira e Laurindo (2016), muito embora o tamanho de uma organização seja fator de diferenciação, as pequenas empresas detêm especificidades que as separam das grandes empresas e que devem ser consideradas ao tratar-se de barreiras de entrada no comércio eletrônico. Dentre elas, cite-se: particularidades bens de consumo; estoque limitado de produtos, tanto na quantidade quanto na variedade; número menor de consumidores; menor satisfação do consumidor.

Soma-se às barreiras internas, as características relacionadas ao risco e à incerteza. Essa barreira se deve ao fato de que as PMEs detêm menor controle quanto ao ambiente externo, portanto enfrentam maior insegurança, riscos mais acentuados e maiores índices de falência. Em face disso, são mais receosas em aceitar correr riscos. Infelizmente essas características ocasionam mais uma barreira de entrada, que é a falta de compradores, fornecedores e parceiros nos negócios (RAMOS et al., 2011).

Dito isso, as limitações financeiras, a falta de massa crítica de compradores, fornecedores e parceiros nos negócios e as incertezas quanto ao efetivo retorno financeiro e transações temerosas, configuram as barreiras mais que impedem a adesão das PMEs ao comércio virtual.

4 PERFIL E COMPORTAMENTO DO CLIENTE VIRTUAL

A meta das organizações é sempre a mesma, a de fidelizar o cliente, destacar-se no mercado e manter-se altamente competitiva. Diante disso, devem se atentar para as diversas formas de abordagem, com o fim de aproximar-se dos clientes. O segredo todos sabem que é manter um nível máximo de qualidade na prestação de serviços e na venda de produtos (MACEDO et al., 2013).

Com efeito, a empresa deve buscar conhecer o perfil e o comportamento dos clientes virtuais ou do e-consumidor, com o fim de obter informações importantes para realizar o comércio eletrônico (NOVAES, 2004).

De posse dessas informações, é possível atender com excelência o público alvo. O estudo do comportamento do consumidor remonta os anos 50, onde a escola de Comportamento do Consumidor iniciou pesquisas, buscando dados de como são e se localizam, geograficamente, os consumidores. O comportamento do consumidor, basicamente, encontra-se na relação entre vendedores e consumidores, que pautam sua relação na troca, para aquisição de bens e serviços (VENETIANER, 2001).

Como o consumidor se comporta tem indissolúvel ligação com a sua natureza pessoal, que pode se relacionar com fatores socioeconômicos ou mesmo com a localização demográfica. Também é importante, analisar o que o cliente adquire, o local e com qual frequência, para que desse modo, as organizações identifiquem as demandas que permeiam seu negócio.

Analisar e compreender o perfil do consumidor que frequentemente compra no mundo virtual, é tão importante quanto identificar novas tendências e estratégias para a empresa. Coelho, Oliveira e Alméri (2013) ilustram como exemplos, conhecer a renda média da família que pode variar de R$3.000,00 a R$8.000,00; a variação da idade que pode ser de 25 e 49 anos e que e-consumidores possuem um nível mais alto de escolaridade que os dos meios tradicionais. Os homens aparecem mais no cenário de compras eletrônico, estimando 60% de representação. Um ponto interessante é que muitas pessoas realizam compras para outras que não tem acesso à internet (CROCCO et al., 2010).

Preleciona Limeira (2007, p. 103) que: “Diversas empresas de pesquisa têm estudado o perfil do usuário da Internet.”. No entanto, as constantes mudanças de postura do consumidor, o que se verifica que os e-consumidores têm se revelado cada dia mais exigentes, com relação às empresas que dispõe seus bens no mercado virtual.

De salientar, que a satisfação do cliente que compra na internet, tem uma ligação muito estreita com a agilidade em que é atendido quando tem alguma dúvida, sugestão ou reclamação. E em se tratando de satisfação, é importante discorrer sobre o que motiva o consumidor a comprar (VENETIANER, 2001).

Inicialmente, vale discorrer sobre o escapismo social, que pode ser descrito como uma forma de fuga pessoa, ou seja, o usuário de internet realiza compras, para então se sentir melhor e fugir da solidão (NASCIMENTO, 2011).

Outro fator apontado por Carvalho e Oliveira (2017) é a necessidade de informação, o que é ofertada de forma rápida na internet, satisfazendo as carências do consumidor, no que toca à detalhes do bem almejado, considerando que procurar no meio físico seria mais difícil e mais custoso.

A motivação também se faz presente quando se trata de controle e interação. O mundo virtual oferece a opção de encontrar diversos assuntos. Esse fator está ligado à socialização, que proporciona ao usuário, buscar canais de comunicação, conforme seus interesses e gostos pessoais (CABRAL; YONEYAMA, 2001).

E o fator mais pertinente para esta pesquisa, que é a aquisição de bens de valor. A internet possibilita realizar comprar, acessar dados, informações e detalhes específicos sobre os bens.

De fato, os consumidores sofrem várias influências quando decidem comprar. Elas podem ser individuais, ambientais, de cunho familiar, social ou de acordo com a capacidade financeira, estilo de vida. Além disso, figuram como fatores preponderantes: promoções, preços, qualidade, variedade, formas de pagamento (CROCCO et al., 2010).

De ver-se que alguns consumidores compram de forma planejada ou não, a depender do que está sendo ofertado e das condições. Ao analisar o perfil e postura do consumidor, é possível apontar a motivação existente e da razão pela qual o consumidor quis comprar pela internet (CABRAL; YONEYAMA, 2001).

Segundo magistério de Carvalho e Oliveira (2017), os e-consumidores procuram realizar negócios em um ambiente que facilite suas vidas. O que se percebe é que a maioria dos e-consumidores buscam esse meio por conveniência, e não em razão do preço. Atrair esses clientes exige atenção à forma de projeção e inserção no mundo digital, pois a maioria dos consumidores que procuram fidelização geralmente chegam a esses portais, através de indicação. Porém, consumidores que estão em busca de preço, geralmente são atraídos por

promoções ou propagandas. Assim, as empresas que investem tempo com publicidades, mas não se preocupam em criar comunidades, promoções de indicações, poderão experimentar danos no relacionamento com o cliente, a longo prazo.

Segundo Macedo et al (2013):

> ... o processo de utilização de serviços mais complexos inicia-se com o acesso à internet, pois o comportamento do consumidor não muda da noite para o dia, envolve a familiaridade do indivíduo com a internet. Dessa forma, faz-se necessário o uso e o alinhamento de estratégias para promover e alavancar as vendas desses ambientes digitais comerciais, criando relacionamento de credibilidade e de longo prazo.

Quando o assunto é cliente, o objetivo é estabelecer relacionamentos respaldados no aprendizado de suas necessidades e desejos, ofertando bens que atraiam os clientes, o que culminará em fortalecimento da marca e garantia de fidelização dos clientes. As empresas devem ficar atentas para a necessidade de se realizar um alinhamento entre as suas estratégias e a tecnologia da internet, para que se manter competitiva no mercado. Hoje em dia, adquirir uma posição de destaque no mercado, exige técnicas alicerçadas no conhecimento, isso constitui a vantagem competitiva (NASCIMENTO, 2011). A vantagem competitiva é a posição pela qual a empresa se faz competitiva no mercado em que está inserida, assim, essa questão deve ser mantida no nível operacional e no posicionamento estratégico (NOVAES, 2004).

5 CONCLUSÃO

O comércio eletrônico tornou-se uma ferramenta apta a gerar vantagem competitiva no mercado, sendo inegavelmente uma tendência mundial, onde consumidores se sentem atraídos pela praticidade e conforto ao realizar compras pela internet.

Contudo, há que se reconhecer que o e-commerce é mais que uma mera forma de comercializar. O e-commerce se faz importante para a economia, na medida em que é capaz de alterar a lógica do mercado e a estrutura interna das empresas, além de ampliar a coordenação de cadeias de valor e aumentar a satisfação dos consumidores.

O e-commerce é capaz de colocar todas empresas em um mesmo ambiente, fato que não ocorria anos atrás. Diante disso, para se manter em destaque no mercado, obviamente caracterizado por alta rivalidade, as empresas necessitam investir em tecnologia e na contratação de profissionais especializados.

Mesmo diante da presença de barreiras internas, conclui-se que é necessário que as PMEs se arrisquem e invistam no e-commerce, sabendo reconhecer o perfil do consumidor, de modo que possa montar estratégias de vendas, e manter-se altamente competitivas no mercado.

REFERÊNCIAS

ALBERTIN, Alberto Luiz. **Comércio Eletrônico**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BERTAGLIA, Paulo Roberto. **Logística e Gerenciamento da cadeia de abastecimento**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CARVALHO, Priscila Bezerra Silva de; OLIVEIRA, Josué Petrônio Q. E-commerce: perfil de estudantes universitários como consumidores virtuais. **Temática**, Paraíba, v. 1, n. 2, p.195-207, fev. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/33010/17145>. Acesso em: 15 mar. 2019.

COELHO, Lidiane da Silveira; OLIVEIRA, Rafaela Carvalho; ALMÉRI, Tatiana Martins. O crescimento do e-commerce e os problemas que o acompanham: a identificação da oportunidade de melhoria em uma rede de comercio eletrônico na visão do cliente. **Revista de Administração do Unisal**, [S.l.], v. 3, n. 3, maio 2013. ISSN 1806-5961. Disponível em: <http://www.revista.unisal.br/sj/index.php/RevAdministracao/article/view/235>. Acesso em: 20 mar. 2019.

COSTA, Renato Machado et al. Ambiente interno para inovação em uma empresa de e-commerce. **Revista da Administração e Inovação - Rai**, [s.l.], v. 9, n. 2, p.05-30, 4 jul. 2012. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. http://dx.doi.org/10.5773/rai.v9i2.667. Disponível em: <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S1809203916303217?token=A6CE9FA7EE57E9E7235528F2713A2C56E24B5B82301D916B0340368D211AD6DF54433513829155E4EB0A4DDBBD8EB2D6>. Acesso em: 10 abr. 2019.

CROCCO, Luciano. et al. **Marketing**: perspectivas e tendências. São Paulo: Saraiva, 2010.

DINIZ, Eduardo Henrique. Comércio eletrônico: fazendo negócios por meio da internet. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 71-86, Abr. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65551999000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 Mar. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65551999000100005.

LIMEIRA, Tania Maria Vidigal. **E-Marketing**: o marketing na internet com casos brasileiros. 2 ed. Saraiva: São Paulo, 2007.

FERNANDES, Eliana Manuela Lopes. **E-commerce e Internacionalização empresarial:** o caso prático da Salsa. 2011. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Marketing e Gestão Estratégica, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, Portugal, 2011. Cap. 3.

JANSEN, Leila Keiko Canegusuco; LAURINDO, Fernando José Barbin. Planejamento para o e-commerce em pequenas e médias empresas: uma abordagem via Dinâmica de Sistemas. In: ENCONTRO NAC. DE ENG. DE PRODUÇÃO, 25., 2005, Porto Alegre. **ENGEPE.** Porto Alegre: Abepro, 2005. p. 4297 - 4304. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2005_Enegep0802_0310.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

LONGARAY, André Andrade et al . Análise do emprego do F-commerce como impulsionador do desempenho organizacional em micro e pequenas empresas no Brasil. **RISTI**, Porto, n. 27, p. 67-85, jun. 2018. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-98952018000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 mar. 2019. http://dx.doi.org/10.17013/risti.27.67-85.

LUCIANO, Edimara M., FREITAS, Henrique. Comércio eletrônico de produtos virtuais: a internet modificando a operação de comprar e vender produtos. **VI SIMPOI**. 2003, São Paulo. SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS.

LUNARDI, Guilherme Lerch; DOLCI, Pietro Cunha; MAÇADA, Antônio Carlos Gastaud. Adoção de tecnologia de informação e seu impacto no desempenho organizacional: um estudo realizado com micro e pequenas empresas. **Revista da Administração**, São Paulo, v. 45, n. 1, p.05-17, nov. 2010. Trimestral. Disponível em: <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S0080210716305052?token=F1AC26198A402BC5948277E71D47322AA790F75E8E39CC414F7DBAFF3A7A1402C76720FF5D6224663B68D0BDA057C377>. Acesso em: 15 mar. 2019.

MACEDO, Dayana Carla de et al. Comércio eletrônico: identificação do perfil do consumidor. **Revista da Fae**, Curitiba, v. 16, n. 1, p.90-103, jun. 2013. Semestral. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/127/72>. Acesso em: 12 abr. 2019.

MENDES, Laura Zimmermann Ramayana. **E-commerce:** origem, desenvolvimento e perspectivas. 2013. 64 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Cap. 3. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/78391>. Acesso em: 10 abr. 2019.

NAKAMURA, Rodolfo Reijiro. **E-Commerce na Internet**: Fácil de Entender. São Paulo: Érica, 2001.

NERY, Matheus de Camargo del. **Utilização da ferramenta e-commerce nas pequenas e médias empresas.** 2013. 67 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Esamc, Piracicaba, 2013. Cap. 3. Disponível em: <https://faculdadeanglo.com.br/wp-content/uploads/2014/05/Matheus-ADM.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

NASCIMENTO, Rafael Moraes do. **E-commerce no Brasil:** PERFIL DO MERCADO E DO E-CONSUMIDOR BRASILEIRO. 2011. 77 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, s.i, 2011. Cap. 3.

NOHARA, Jouliana Jordan et al. Inovação tecnológica e competitividade: os desafios das pequenas e médias empresas em participar do comércio eletrônico. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 5, n. 2, p.132-149, jan. 2008.

NOVAES, Antonio Galvão. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição**: estratégia, operação e avaliação. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

OLIVEIRA, Claudio Luis Cruz de; LAURINDO, Fernando José Barbin. Estratégia e a internet: estudos de casos em empresas brasileiras. **Prod.**, São Paulo , v. 26, n. 1, p. 145-159, mar. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132016000100145&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 mar. 2019. Epub 10-Nov-2015. http://dx.doi.org/10.1590/0103-6513.060212.

RAMOS, Eduardo et al. **E-commerce.** 3. ed. Rio de Janeiro: Fgv, 2011. (Marketing).

RINALDI, Isabela Macedo. E-commerce: perspectivas e o cenário brasileiro. **Revista Especialize On-line Ipog**, Goiânia, v. 3, n. 6, p.1-14, jan. 2013.

SILVA, Lohana Francielli da. **REDES SOCIAIS COM ÊNFASE EM SOCIAL COMMERCE.** 2014. 62 f. TCC (Graduação) - Curso de Informática, Fundação Educacional do Município de Assis, Assis/sp, 2014. Disponível em: <https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/1111330651.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2019.

SOUZA, Marcelo de; SCHOEFFEL, Pablo. PANORAMA ATUAL DO SOCIAL COMMERCE NO BRASIL. **Reavi**, Itajaí, v. 2, n. 2, p.161-164, dez. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/reavi/article/view/4060/2919>. Acesso em: 05 abr. 2019.

TIGRE, Paulo Bastos; DEDRICK, Jason. Mitos e Realidades sobre a Difusão do Comércio Eletrônico nas Empresas Brasileiras. **Revista Brasileira de Inovação**, [s.l.], v. 2, n. 2, p.377-405, 17 ago. 2009. Universidade Estadual de Campinas. http://dx.doi.org/10.20396/rbi.v2i2.8648877. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8648877/15415>. Acesso em: 11 abr. 2019.

VENETIANER, Tom. **E-commerce na corda bamba.** Rio de Janeiro: Saraiva, 2001. 288 p.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

O COACHING APLICADO NA ÁREA COMERCIAL DE TRÊS EMPRESAS LÍDER EM VENDASDE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EM JOÃO PINHEIRO

Leandro Xavier de Araújo[1]
Bráulio Emílio Maciel Faria[2]

Resumo: O artigo científico em questão é sobre o *Coaching* aplicado na área comercial de três empresas líder em vendas de materiais para construção em João Pinheiro, ou seja, como o processo de *coaching* pode ajudar os vendedores a melhorar seu desempenho na profissão de vendas. O universo de pesquisa foi realizado nas três empresas de materiais para construção que lideram o mercado em João Pinheiro MG, localizada no Noroeste mineiro. A pesquisa foi realizada no ano de 2017 durante o desenvolvimento do artigo científico para a conclusão do curso de Administração da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP, com o objetivo de averiguar se os vendedores estão dispostos a aprender, desenvolver e crescer como profissionais. Para o desenvolvimento desse trabalho foi utilizado a metodologia qualitativa com questionários estruturados elaborado com dez perguntas fechadas, os mesmos foram aplicados em três empresas do segmento de varejo e materiais para construção que juntas dispõe de um quadro com aproximadamente sessenta pessoas no qual treze delas classificadas como vendedores que responderam a pesquisa. A maioria dos resultados foi de acordo com as hipóteses do pesquisador, no entanto as que não corresponderam puderam ser confrontadas com outros dados da pesquisa, mostrando que de fato os profissionais de vendas para construção de João Pinheiro podem melhorar seu desempenho através do processo de *coaching*, fazendo reflexões sobre seus comportamentos e resultados, tomando consciência do que precisa ser mudado, indicando as possíveis falhas, elaborando plano de ação para a melhoria, reprogramando as crenças limitantes e exercitando as fortalecedoras sendo assim, desenvolvendo o lado emocional responsável pela determinação, persistência, atitude e busca pelos objetivos e metas estabelecidas.

Palavras-chave:*Coaching*. Vendas. Alta *performance*. InteligênciaEmocional.

Abstract: The scientific article in question is about Coaching applied in the commercial area of three leading companies in Sales of construction materials in João Pinheiro, ie how the

[1*] Bacharel em Administração pela Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP).
E-mail: leandroxaraujo@gmail.com.
[2**]Especialista em Gestão de Pessoas e Recursos Humanos pela Associação Educacional de Patos de Minas (2016), Graduação em Administração pela Associação Educacional de João Pinheiro (2012). Atualmente é Coordenador de Recursos Humanos e Professor de Ensino Superior da Faculdade Patos de Minas, Professor de ensino Superior da Associação Educacional de João pinheiro e Coordenador de Recursos Humanos. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração. E-mail: braulioemilio@gmail.com

Recebido em 20/12/2018
Aprovado em 22/02/2019

coaching process can help salespeople improve their performance in the Sales profession. The research universe was carried out in the three construction materials companies that lead the market in João Pinheiro MG, located in the Northwest of Minas Gerais. The research was carried out in the year 2017 during the development of the scientific article for the conclusion of the Administration course of the Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP, with the objective of ascertaining if sellers are willing to learn, develop and grow as professionals. For the development of this work was used the qualitative methodology with structured questionnaires elaborated with tem closed questions, the same ones were applied in three companies of the segment of retail and materials for construction that together has a staff with approximately sixty people in which thirteen of them classified as vendors who answered the survey. Most of the results were based on there searcher's hypotheses, however, the ones that did not match could be compared with other research data, showing that in fact the Sales professionals for the construction of João Pinheiro can improve their performance through the coaching process, reflecting on their behaviors and results, becoming aware of what needs to be changed, indicating possible failures, elaborating a plano faction for improvement, reprogramming the limiting beliefs and exercising the empowering ones, thus developing the emotional side responsible for the determination, persistence , attitude and search for established goals and objectives.

Keywords: Coaching, Sales. High performance, emotional intelligence

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa abordou o *coaching* aplicado nas vendas em três empresas líderes em vendas de materiais para construção em João Pinheiro, com a finalidade de identificar as possíveis dificuldades desses profissionais na concretização da venda de qualidade, normalmente isso acontece por falta de conhecimento técnico ou domínio sobre a própria inteligência emocional, problema esses que impacta diretamente no desempenho e resultado final causando insatisfação e desânimo, sendo assim o *coaching* pode proporcionar a esses profissionais as habilidades e técnicas capazes de mudar a realidade vivida e proporcionar mais entusiasmo, determinação e foco na busca da realização profissional. Em seguida virá a recompensa financeira e o reconhecimento que todo profissional sonha em obter.

A pesquisa foi realizada nas três principais empresas líderes de mercado no segmento de materiais de construção de João Pinheiro, juntas elas fornecem materiais desde a base até acabamento tais como cimento, cascalho, telhas, madeira, hidráulico, elétrico, louças, metais, tintas, pisos, esquadrias, lustres entre outros, por serem líderes no mercado elas contam com os melhores profissionais de venda da região no segmento, o que não quer dizer que possa ser

melhorado, isso tudo através de treinamentos e acompanhamento profissional. O ramo da construção civil esteve em crescimento nos últimos anos, inserindo financiamentos para habitação, reforma e ampliação o que aumentou muito a demanda e a competitividade entre as empresas, em João Pinheiro não foi diferente e diante das oportunidades as empresas estão cada vez mais atentas buscando inovação e melhorias afim de fidelizar uma boa parte dos clientes, no entanto eles ainda vão às grandes cidades em busca de algo diferente como condições diferenciadas, produtos inovadores e um atendimento personalizado, por isso é muito importante que os vendedores se capacitem e se preparem para atender esses clientes um público informado e cada vez mais exigente.

O pesquisador buscou desenvolver esse trabalho científico em sua própria cidade, João Pinheiro, que é uma cidade fundada em 30 de Agosto de 1911 possuindo atualmente 106 anos, localizada no noroeste de Minas Gerais com aproximadamente 46.000 (quarenta e seis mil habitantes) é considerado o maior município em extensão territorial de Minas Gerais e também reconhecida pelas suas ótimas terras, principalmente para o cultivo de cana de açúcar e criação de gado de corte e leite, sendo localizadas no município, três grandes usinas que produzem açúcar e álcool que geram muitos empregos e arrecadação de impostos, no entanto não se pode esquecer-se da construção civil que emprega diversas pessoas seja ela em prestação de serviços como engenheiros, arquitetos, construtores e diversos profissionais como pedreiros, mestres de obra, carpinteiros e eletricistas reconhecidos pela qualidade na execução das obras ou na comercialização de produtos. (IBGE, 2016)

No entanto o pesquisador vivenciou a construção civil trabalhando por muitos anos em uma das mais renomadas casas de materiais para construção de João Pinheiro, a experiência adquirida foi de grande importância para sua trajetória como profissional de vendas, mas ele também observava as dificuldades encontradas no dia a dia e sem saber como passar por todas as adversidades ficava frustrado por não conseguir melhores resultados, pois no fim ele sabia do seu potencial, a partir dessas dificuldades ele passou a conhecer o *coaching*, um método de desenvolvimento capaz de melhorar o seu desempenho quanto às vendas, logo em seguida após aplicar algumas ferramentas em seu novo trabalho ele percebeu o quanto o *coaching* poderia ajudar aos vendedores e gestores das empresas de materiais para construção, quando surgiu o interesse pelo tema **O COACHING APLICADO NA ÁREA COMERCIAL DE TRÊS EMPRESAS LÍDER EM VENDAS DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EM JOÃO PINHEIRO NO ANO DE 2017**, que pode alavancar as vendas melhorando a qualidade no

atendimento consultivo, contornando objeções e fazendo um fechamento adequando de seus produtos, realizando a necessidade do cliente e promovendo a plena satisfação e a confiança necessária para voltar a comprar e indicar essas empresas. A pesquisa científica em questão pode ajudar muito os acadêmicos não somente do curso de Administração como de vários outros cursos, o principal motivo é que o *coaching* pode ser aplicado em todas as profissões assim como na vida pessoal, sendo assim, quantos acadêmicos não sabem estudar corretamente, ou não tem um objetivo como profissional, possuem problemas familiares ou conjugais e não sabe como resolver, ou até mesmo ingressou em uma faculdade somente para ter um curso superior? Muitos deles vivem essa realidade e possuindo tais dificuldades, essas pelas quais se pode melhorar pelo processo de *coaching*, elaborando perguntas poderosas, fazendo reflexões, definindo metas e objetivos e traçando um bom plano de ação, portanto o pesquisador tem certeza que uma pesquisa como essa pode mudar completamente a forma dos acadêmicos pensarem e os motivar a buscar muito mais conhecimento do que eles possuem.

O pesquisador observou que esse trabalho pode contribuir tanto para os vendedores, empresas e para a sociedade, pois através desse processo de *coaching* os profissionais ficarão mais felizes reconhecidos pelo bom desempenho, ao mesmo tempo os empresários observarão o resultado crescente e poderão recompensar melhor seus colaboradores possibilitando a expansão da empresa e a criação de novas oportunidades, então ao se perguntar: e a sociedade ganha em quê? É claro que ela também ganha! Com profissionais mais capacitados essa sociedade pode adquirir produtos melhores, ideais para suas necessidades, além de que a orientação a respeito do consumo pode ser clara e objetiva alinhada a um atendimento de qualidade, com isso o cliente fica satisfeito e sente prazer em aplicar seu dinheiro em João Pinheiro, o que melhora o comércio local criando novas oportunidades, não se podendo esquecer que a partir disso se torna um ponto de referência atraindo investidores para o município.

Portanto o trabalho partiu da problematização que despertou um enorme interesse pelas dificuldades encontradas no processo de venda, no qual foram destacados nas seguintes perguntas: qual o conhecimento dos vendedores de materiais de construção sobre o *coaching* em vendas; o vendedor de materiais para construção se sente realizado na profissão; o profissional de vendas de materiais para construção está disposto a melhorar constantemente utilizando o *coaching* como método; os hábitos diários desses vendedores influenciam no resultado final?

Destacando todos esses pontos a ser pesquisado o pesquisador partiu de um objetivo geral que consistiu em averiguar se os vendedores de materiais para construção estão realmente dispostos a aprender, desenvolver e crescer como profissionais. A partir desse objetivo geral criaram-se alguns objetivos específicos a fim de detalhar quais seriam as perguntas que seriam respondidas, para que de fato a pesquisa fosse relevante, sendo assim desenvolveram-se as seguintes questões a serem analisadas, pesquisar o conhecimento dos vendedores de materiais para construção sobre o *coaching*; verificar a disposição do vendedor para aprender e melhorar constantemente; identificar o grau de satisfação do vendedor na profissão e investigar a influência dos hábitos diários do vendedor no seu desempenho. Logo após definir esses objetivos o pesquisador desenvolveu algumas possíveis respostas que serão confirmadas ou não através dos questionários aplicados e a discussão sobre cada assunto.

O conhecimento dos vendedores de materiais para construção em João Pinheiro sobre o coaching não é muito, isso se deve principalmente pela cidade ser pequena onde a cultura do local não propicia um crescimento constante com treinamentos, cursos, palestras e consultorias de ponta, observou-se também que nem sempre essas empresas possuem uma área específica de recursos humanos que exija um nível de conhecimento maior do profissional, em alguns casos o proprietário é quem contrata esses vendedores avaliando somente o conhecimento técnico, esquecendo-se completamente do lado emocional, outro fator é a falta de incentivo ou de conhecimento por parte das empresas que limita os profissionais de vendas impedindo indiretamente que eles procurem melhorar, mas isso não é desculpa para que eles mesmos não procurem se desenvolver e conhecer o processo de *coaching*, muitos deles acreditam que não precisam estudar constantemente, se contentam com seus salários e cargos e isso faz com que eles entrem na zona de conforto eliminando a possibilidade de se autorresponsabilizarem e buscar ser um profissional de alto desempenho, o pesquisador destaca que o *coaching* ainda é pouco conhecido no Brasil concentrando a maioria das suas empresas nas grandes Cidades dificultando um pouco o acesso dos profissionais do interior como João Pinheiro.

O vendedor de materiais para construção nem sempre vai se sentir realizado, na maioria das vezes eles não tem nem consciência do quanto o seu trabalho é importante para o desenvolvimento da empresa, pois antes de qualquer coisa acontecer uma venda precisa ser realizada, normalmente isso acontece pelo fato de que quase todos vêem a profissão de vendedor como improviso até conseguir algo melhor e se esquecem que é uma das áreas que pagam os melhores salários, dependendo da capacidade do vendedor e a empresa onde ele

labora. A acomodação com o passar dos anos desmotiva esse vendedor a procurar conhecimento, estudar incessantemente, definir suas metas enquanto profissional levando-o a uma total insatisfação, o desempenho cai e o gestor da empresa ao ver esses números aterroriza o profissional ameaçando despedi-lo, não sabendo eles que isso só piora a situação, o vendedor fica ainda mais triste, com um sentimento de fracasso e de incapacidade que o leva a piorar ainda mais o seu desempenho. Sendo assim o que deve se feito é justamente ao contrário, entender as causas desse mau desempenho, definir algumas metas, montar um plano de ação e acompanhar esse profissional diariamente, e é ai que o *coaching* entra com suas ferramentas mudando crenças, hábitos e fazendo a diferença no resultado final, melhorando o profissional em todos os aspectos, criando um sentimento de gratidão que incentiva o vendedor a persistir e fazer diferente, pois nessa empresa ele sabe do seu real valor.

O fato de o vendedor de materiais para construção estar disposto a melhorar constantemente vai depender primeiramente dele, a vontade de aprender, buscar técnicas melhores, se aperfeiçoar, sendo de iniciativa própria, alinhado os seus objetivos e a finalidade de querer ser diferente, o *coaching* pode alavancar essa vontade, fornecer técnicas, conceitos e ferramentas capazes de mudar as crenças que esse vendedor possui, ou seja, em que ele acredita, se ele se sente merecedor dos resultados que obteve, se ele verdadeiramente tem capacidade de se superar, realizar tarefas que poucos conseguem e quais os seus valores mais profundos, contudo esses pontos são pilares essenciais para que ele possa mudar de verdade.

O aprendizado é algo muito bom, no entanto o vendedor deve conciliar a teoria com a prática, aplicando todo o aprendizado e fazendo observação do que tem dado certo ou errado e, somente assim ele sentirá vontade de se capacitar cada dia mais, a partir daí os processos do *coaching* com suas perguntas poderosas de reflexão podem ajudar o vendedor nessa caminhada de desenvolvimento e sucesso.

Os hábitos das pessoas é algo que influência diretamente nos seus resultados finais, ainda mais em um vendedor que está em contato com pessoas o tempo todo. Então o comportamento que já está enraizado no vendedor o leva a desenvolver ações e emoções o tempo todo, muitos dos quais podem ser prejudiciais nos negócios como, reclamar das circunstâncias, serem pessimista o tempo todo, falar da concorrência, procrastinar entre outros os que levam o cliente até mesmo a desistência da compra, para que isso aconteça às vezes é de forma tão natural que o vendedor nem precisa se esforçar e ainda fica se perguntando por que não consegue fechar negócios que pareciam tão simples.

É notável que essas pessoas possuam maus hábitos, o que impede esses profissionais de mudar, crescer, prosperar e ser de fato profissionais de alto desempenho, no entanto mudar a si mesmo é algo muito difícil, pois a mudança incomoda, causa sofrimento e desconforto, é então que o *coaching* começa a atuar mudando de vez, hábitos e comportamentos nocivos que na maioria das vezes é tão prejudicial na carreira.

O primeiro passo é a consciência onde esse vendedor pode identificar o que te atrapalha e perceber que isso afeta seu dia, em seguida cria-se novas ações contrárias a tudo que ele tem feito ao ver o bom resultado essas ações devem ser repetidas até se tornar algo automático, o que será difícil no início, mas depois de repetir tantas vezes se tornará natural, após esse processo esse comportamento se tornará hábito capaz de melhorar a produtividade, eliminar a procrastinação, desenvolver tarefas com excelência e mudar os resultados, no entanto pode-se dizer que o hábito está diretamente atrelado ao desempenho e por isso o vendedor precisa estar atento aos seus.

Partindo dessa hipótese foi elaborada essa pesquisa que foi realizada pela modalidade qualitativa utilizando questionários elaborados com dez perguntas fechadas aplicadas em três empresas líderes de materiais para construção em João Pinheiro MG. Essas empresas juntas contam com um quadro de funcionários de aproximadamente 60 pessoas dos quais 13 deles atuam como vendedores que responderam a pesquisa. Teve-se como finalidade colher todos os dados necessários para desenvolver um excelente trabalho científico, em um universo tão complexo quanto o organizacional, é necessário buscara opinião de profissionais que nelas estão inseridas, no entanto foi necessário seguir cada etapa no processo de pesquisa a fim de desenvolver um trabalho claro e objetivo.

Segundo Gomes e Araújo:

> Diante disso, a pesquisa qualitativa está buscando seu espaço nas ciências sociais. Não como uma contraposição aos métodos quantitativos, mas sim como um complemento a estes. O intuito é de preencher as lacunas verificadas nas pesquisas quantitativas. A união dessas duas abordagens vem sendo colocada como a saída para os problemas encontrados quando do uso isolado de uma delas. (2005, p.2)

Foram utilizados treze questionários aplicados em três empresas líderes em vendas de materiais para construção em João Pinheiro onde foi possível conhecer um pouco sobre o pensamento e avaliar uma parte do conhecimento dos vendedores. Com isso foi possível

entender como eles se sentem diante da profissão e o quanto eles estão dispostos a melhorar seu desempenho, quais suas expectativas, o grau conhecimento sobre deles sobre o *coaching* e se esse modelo de treinamento pode ajudá-los de alguma forma a desenvolver habilidades, técnicas e conceitos capazes de explorar todo o potencial que cada um possui.

Logo após essa importante coleta de dados o pesquisador buscou através da literatura teorias relacionada ao *coaching*, à vida profissional e vendas que possibilitou uma visão mais ampla sobre o assunto no qual foi possível alinhar o raciocínio dos cientistas e escritores com a vida profissional vivida na realidade das empresas de materiais para construção em João Pinheiro, em seguida o pesquisador analisou sobre cada problema, desenvolvendo assim as melhores soluções pelo seu ponto de vista.

2. SURGIMENTO DO COACHING

Os primeiros sinais do *coaching* foram a meados do século XV na cidade de Kocs na Hungria onde se utilizava carruagens para transportar as pessoas de vários lugares. Como era o principal meio de transporte ele desenvolveram um sistema de suspensão em molas de aço que deixava o trajeto mais confortável e tranquilo, sendo assim podemos dizer que *coach* é o mesmo que levar ou transportar alguma coisa ou alguém de um lugar para o outro. Conforme dito por Araújo (2013, p. 27) o mundo dos esportes também contribuiu para o *coaching*, termos como competição, time, desempenho, *performance* eram utilizados para desenvolver atletas em busca do seu maior potencial, treinados por um técnico ou treinador que passou a ser chamado *coaching* e o *coachee* quem era a pessoa treinada.

O *coaching* é um processo utilizado para aumentar o nível de resultados positivos de um indivíduo seja ele na vida social, pessoal ou profissional, através de ferramentas, perguntas poderosas e reflexões pode-se levar a pessoa de um ponto atual, onde ela se encontra ao destino desejado onde ela deseja chegar. Ultimamente tem sido muito aplicado no mundo empresarial, levando em consideração que existe muita sintonia entre o que as empresas procuram em um profissional de alto desempenho e o que eles podem fazer para atingir esses objetivos, realizar metas, serem mais felizes bem-sucedidos e produtivos.

Um das maiores inspirações para o desenvolvimento do *coaching* foi o livro de Timothy Gallwey, O Jogo interno do tênis, (*The Inner Game OfTnnis*) de 1974, e logo em seguida foi incorporado diversos trabalhos acerca do livro com John Whitmore e Graham Alexander onde

programaram o *coaching* para desempenho (*Performance Coaching*), em seguida a IBM foi a primeira grande empresa a utilizar o *coaching* para o desenvolvimento de negócios, o que deu certo e vem promovendo profundas mudanças nas pessoas e nas organizações.

2.1 Revoluções do *coaching*

O *coaching* se tornou um fenômeno mundial procurado por diversas pessoas em busca da exploração do seu potencial, ter a oportunidade de sair de momentos difíceis ou ter melhores relacionamentos. Nos EUA a palavra *coaching* é mais falada do que lucro.

Segundo MARION, (2017) "O*International Coaching News* (INC), a indústria do *coaching* é a segunda maior em crescimento, atrás apenas da indústria de Tecnologia da Informação (TI)."

Com toda essa explosão desse novo mercado os benefícios logo apareceram, surgiu um novo padrão de desempenho muito acima do que os profissionais tradicionais ofertavam, a produtividade aumentou constantemente buscando soluções inovadoras e eficazes, esse profissional passou a ser um agente de mudanças fazendo toda a diferença no negócio, e principalmente produzir foco e ação necessários no que realmente é importante conseguindo resultados extraordinários.

2.1.1. Superando momentos de crise com o *coaching*

Em algum momento as pessoas passam por crise, seja na vida pessoal, financeira ou até mesmo profissional e para superar esses momentos difíceis o lado emocional é um ponto chave para que a pessoa consiga superar, o *coaching* com perguntas estruturadas, direcionadas para a reflexão, mapeia os pensamentos, crenças e ações identificando o que está errado e promovendo um plano de ação capaz de melhorar os resultados. Um dos primeiros passos para que a mudança aconteça na vida desse profissional é a conscientização, assumir que de fato precisa de ajuda e reconhecer que sozinho não conseguirá seguir em frente, logo é necessário deixar de se vitmizar e culpar tudo e todos pelo que tem acontecido em sua vida, a verdade é que assumir essa responsabilidade é algo muito difícil e a maioria opta por transferir essa culpa para o governo, para crise, para empresa e por tudo que elas possam culpar. Ao contrário disso o plano de ação é uma das melhores formas para direcionar como agir, ele pode dar a esse profissional um norte sobre o que deve ser feito, como, onde, por que, e quem vai ajudá-lo nessa caminhada. Por tanto acompanhar e mensurar os resultados obtidos através desse processo vai incentivar esse profissional a buscar sempre mais, pois a crise é um momento de sofrimento, mas também

de superação e aprendizado e o *coaching* trabalhando a parte emocional, racional e crença e capacidade pode alavancar esse profissional que por si só talvez não consiga o mesmo.

3. O COACHING E O PROFISSIONAL IDEAL

A vida de um profissional de sucesso não é somente ter estudado em boas universidades, ser qualificado tecnicamente ou ter uma boa rede de contatos, em um mundo cada vez mais competitivo, espera-se das pessoas mais do que isso, a necessidade de ser emocionalmente equilibrado está diretamente ligado ao sucesso, as crenças desenvolvidas por essa pessoa ao logo do tempo define o que ele vai se tornar e potencializa o que de fato é, se ele é bom será ainda mais, se generoso também, mas se for uma pessoa má, preguiçosa e rude isso vai se revelar ainda mais. Sendo assim o *coaching* é fundamental para que esse profissional possa se desenvolver ou melhorar continuamente habilidades, maximizar os resultados, eliminar o que está impedindo de crescer e se permitir prosperar. As ferramentas vão ajudá-lo a utilizar os recursos próprios, refletir e no seu interior encontrar um sentido para a família, para o trabalho, para a vida social e definir um objetivo, realizar algo que não realizou e se sentir merecedor de tudo aquilo que tem conquistado.

Conforme assevera Vieira (2015, p. 218):

> O *autocoaching* deve ser usado na busca de metas desafiadoras e na resolução de problemas, e pode ir desde um objetivo super específico até objetivos mais genéricos, ou seja, desde como aumentar seu salário até como ser feliz pleno e realizado em sua vida. Em ambos os casos, o importante é que o objetivo seja visualizável.

A capacidade de praticar o auto *coaching* não é simples, exige humildade, vontade, persistência e muita disciplina, porém se torna necessário para quem deseja se destacar dentre tantos profissionais muito bem qualificados, é preciso ter um conhecimento amplo sobre o *coaching*, conhecer e dominar suas ferramentas e aplicá-las de acordo com as necessidades, podendo melhorar os pontos fracos e ruins, aprimorar no que é bom e identificar o real potencial que possui testar até onde é capaz de ir e praticar auto *coaching* constantemente.

4. COACHING NO BRASIL

O *coaching* não possui muito abrangência no Brasil, apesar disso existe um profissional por nome de Paulo Vieira *Master Coaching* e Phd em Administração pela *Florida Cristhian Universit* (FCU), com mais de dez mil horas de seções de *coaching* individuais, ele se tornou um dos mais experientes no segmento e é considerado um dos pioneiros no assunto, ele atua em todo território nacional e também nos EUA.

Paulo Vieira começou a implantar o *coaching* no Brasil no ano de 1998 ainda com o Instituto Paulo Vieira, logo em seguida o nome foi alterado para FEBRACIS, Federação Brasileira de *Coaching* Integral Sistêmico que se destaca por integrar o lado racional e o emocional das pessoas ajudando-as a alavancar suas carreiras profissionais ou até mesmo melhorando suas vidas pessoais. A FEBRACIS possui sede em Fortaleza - CE e se dissemina pelo país onde possui núcleos em dez cidades assim como parcerias nos EUA. O seu mais famoso curso Método CIS já impactou mais de trezentas mil pessoas mudando vidas, reprogramando crenças e alavancando o potencial de seus clientes defendendo que se pode ter uma ótima *performance* profissional sem comprometer a vida como saúde, família, conjugal, financeiro e social trabalhando ao mesmo tempo todas as áreas da vida.

Além de todo esse sucesso Paulo Vieira se tornou um ótimo escritor escrevendo livros como **Foco na Prática,** manual prático para uma vida extraordinária; Best-Seller **O poder da Ação,** faça sua vida ideal sair do papel, **Fator de Enriquecimento,** uma formula simples e poderosa de enriquecê-lo e fazer você atingir seus objetivos e por último **Poder e Alta Performance,** o manual prático para reprogramar seus hábitos e promover mudanças profundas em sua vida. Segundo o autor esses livros são práticos e aplicáveis no cotidiano, devidamente testado e aprovado eles possuem referências de grandes cientistas como Daniel Golleman, Amy Cudy entre outros, por fazer o diferencial na vida das pessoas, ajudando-as a reconhecer o seu estado atual, reprogramar suas crenças e mostrar aos seus clientes um lado melhor da vida, Paulo Vieira se tornou referência no Brasil quando o assunto é *coaching*.

4.1 Vida abundante

Os seres humanos às vezes não se contentam com uma vida simples, queixando-se por não ter oportunidades ou simplesmente culpando tudo e todos pelo seu insucesso, outros vivem vidas escassas, regradas e acreditam que para que tenha uma vida prospera é necessário sacrificar outras, e de acordo com Vieira, isso não é verdade.

Segundo Vieira (2015, p. 25):

> Contudo, mesmo assim, continuo acreditando que até as piores aflições podem e devem produzir aprendizados e mais abundância ainda na nossa existência. O CIS na sua base teórica, filosófica, ferramental e prática buscam em seus processos produzir abundância em todas as áreas. E acredita que tudo o que não for abundância é disfunção. E de forma obstinada trabalha para eliminar ou diminuir qualquer disfunção na vida das pessoas.

O ser humano nasceu para viver uma vida abundante, mas infelizmente as experiências de vida ao logo do tempo programam crenças de incapacidade, de escassez que limita as pessoas a viver muito aquém do que elas realmente podem, o *coaching* se aplicado de uma forma prática e correto pode reprogramar essas crenças e levar o cliente a um patamar que ele jamais imaginou.

4.2 Ação diante da zona de conforto

A zona de conforto é uma das principais armadilhas para não atingir uma vida de sucesso, quando se fala da vida profissional algumas pessoas paralisam no tempo e acham que estão seguras simplesmente por que estão vivendo o seu dia a dia de trabalho ou por acharem que sabem tudo, arrogando e sendo prepotentes. A zona de conforto ataca diversos profissionais, com grandes potenciais e sair dela infelizmente é muito difícil, mas extremamente importante para seguir uma carreira de sucesso, com desempenhos acima da média e resultados extraordinários.

Vieira (2015, p. 43) diz:

> A zona de conforto parece um lugar supostamente seguro, mas na prática ela nos acorrenta e nos mantêm presos, inertes, imóveis enquanto o mundo está acontecendo lá fora e nós envelhecendo aqui em cima.

A partir das palavras de Vieira pode-se refletir e imaginar a própria vida, o quanto estamos verdadeiramente nos esforçando, quais as ações estamos tomando para melhorar nossas situações, o quanto reclamamos das coisas e pessoas apontando culpados enquanto não temos autorresponsabilidade, enfim a zona de conforto é um dos perigos do ser humano, vivendo uma vida aparentemente boa, deixando a responsabilidade para o outro e deixando nosso futuro na mão dos outros.

4.3 Autorresponsabilidade

De acordo com VIEIRA (2015), a autorresponsabilidade é uma das chaves para o sucesso, através desse conceito pode-se olhar para uma situação crítica e ter uma visão diferenciada de um todo, voltando-se para a solução de forma prática e direta, observando que aquele momento vivido é fruto de escolhas que eles mesmos fizeram no passado. Quando algo dá errado normalmente procura-se alguém para culpar, isso alivia as dores e dá uma sensação de que está tudo bem, no entanto não está tudo bem, no fundo existe algo que incomoda e talvez se não tivesse aceitado aquela situação difícil, entregado os pontos e concordado com tudo, se tivesse feito mais do que o seu patrão pediu, ajudado mais, vibrado mais e esforçado você não estaria insatisfeito, com sentimento de fracasso de que todos conseguiram prosperar de menos você.

Vieira (2015, p. 218):

> Você é o único responsável pela vida que tem levado. Você está onde se colocou. A vida que você tem levado é absolutamente mérito seu, seja pelas suas ações conscientes ou inconscientes, pela qualidade de seus pensamentos, seus comportamentos e suas palavras. Por mais doloroso que seja, foi você que levou a sua vida ao ponto em que está hoje. Sendo assim, só você poderá mudar essa circunstância.

No entanto devemos nos preocupar mais com o que falamos o que fazemos e onde realmente queremos chegar, as palavras têm poder, o modo em que usamos e o comportamento que temos define nosso futuro seja ele para o fracasso ou em busca do sucesso.

4.4 Foco na excelência

Segundo VIEIRA (2015), o foco é um dos principais pontos em que se deve preocupar, não adianta pensar em uma vida abundante, produzir ação, sair da zona de conforto e autorresponsabilizar se não conseguir manter o foco no que realmente é necessário, a capacidade de concentrar em um único ponto todas as energias e atenção necessária em ações produtivas é uma das peças principais para alcançar os objetivos, não adianta somente atingir, mas é preciso manter o foco e aperfeiçoar continuamente. O que mais acontece é que as pessoas se sacrificam, fazem o diferencial em busca de algo e quando conseguem, simplesmente perdem

todo o foco e direcionamento, ficam perdidas e voltam ao mesmo ponto em que começaram. Um exemplo claro é quando uma pessoa está obesa, doente e precisa emagrecer e fizer atividades físicas, no medo elas buscam tratamento, se dedicam e emagrecem, quando estão ficando saudáveis voltam a comer muito, deixam a atividade física de lado e começam a engordar novamente, perdendo completamente o foco e esquecendo-se da importância da saúde, a maioria das vezes essa pessoa não tem uma mentalidade emocional forte o suficiente para dizer não às coisas que a fazem mal.

GOLEMAM, Apud. VIEIRA, (2015, p.107) diz que "a capacidade de focar, qualificar o foco e mantê-lo está diretamente ligada à inteligência emocional". Contudo o foco é também dizer não, negar se participar de coisas tremendas, projetos ousados, possibilidades infinitas, a fim de realizar o mais importante, darem consistência, insistir até o cérebro reconhecer aquela atividade até que se torne um hábito, fazendo com que ações que eram desgastantes se tornem prazerosas e ativa na vida.

Com esses breves pontos da obra O PODER DA AÇÃO, escrita pelo Phd, Paulo Viera podemos ver a importância dos seus trabalhos no Brasil, é por isso que esse livro se tornou Best-Seller, mais vendido e popular entre os leitores, sua empresa, Febracis, Federação Brasileira de *Coaching* Integral Sistêmico, cresce a cada ano fazendo do seu método CIS o maior curso de inteligência emocional da America Latina, contribuindo para toda a sociedade brasileira, principalmente considerando que as ferramentas e conceitos são aplicados diante da realidade do nosso país.

5. O COACHING NAS EMPRESAS DA ATUALIDADE

As empresas nos dias atuais estão cada vez mais competitivas, é resultado de um mercado acirrado e exigente que não permite margem para o erro, a informação e a tecnologia contribuíram para que os consumidores estejam mais atentos, com um leque maior de produtos e com distâncias cada vez menores, prova disso é poder comprar um produto do outro lado do mundo com apenas um click sentado à sua mesa. Contudo precisamos de profissionais cada vez mais capacitados para lidar com essa nova realidade, desafiando as possibilidades, pensando além do seu tempo, gerenciando pessoas, traçando estratégias e focando em um objetivo em comum. Para desenvolver profissionais capazes de atuar nesse mercado precisa-se de sabedoria, técnica, disciplina e muito treinamento, quando se faz menção ao *coaching*, o mapeamento de crenças e comportamentos é necessário no processo contribuindo com exercícios diários,

aplicando conceitos e ferramentas eficazes e ao mesmo tempo fazendo desse profissional uma excelência em produtividade. Mussak (2010) associa o papel do líder como *coaching*, suas atribuições estariam vinculadas a: liberar o potencial de cada indivíduo; incentivar as pessoas para o autodesenvolvimento; ouvir e ensinar; orientar as pessoas e saber reter talentos (p. 62).

6. RESULTADOS E DISCURSÕES

A seguir o pesquisador mostrará em gráficos os resultados de sua pesquisa e analisando de forma crítica todos os dados a fim de confrontar a revisão de literatura com a realidade vivida por vendedores nas três empresas líderes em vendas de materiais para construção de João Pinheiro MG.

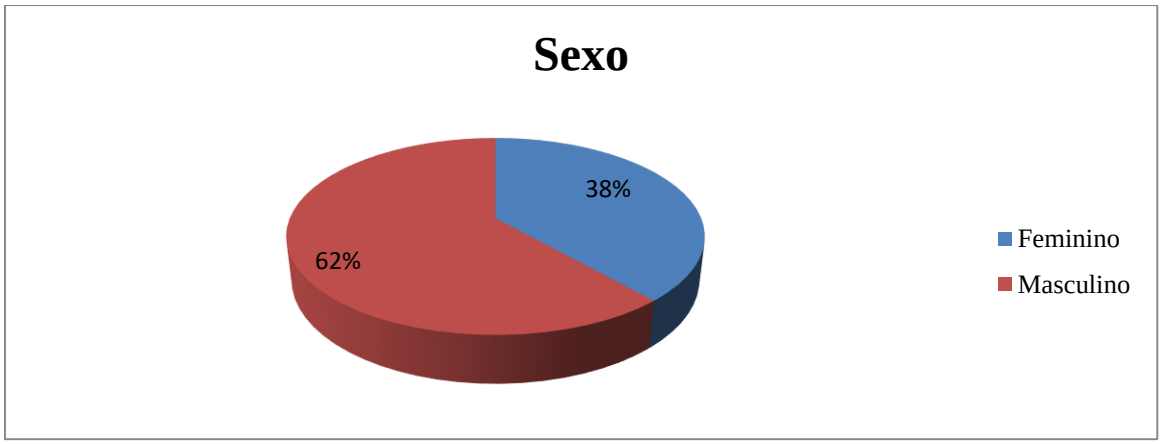


Gráfico: 1 Sexo dos entrevistados
Fonte: Pesquisa direta, 2017.

De acordo com a pesquisa realizada 38% dos entrevistados são do sexo feminino e 62% do sexo masculino, sendo assim o pesquisador observou que a maioria dos vendedores de materiais para construção são homens, isso se deve também pelo público que freqüenta as casas de materiais para construção, entre eles muitos homens profissionais da construção civil como engenheiros, pedreiros, eletricistas, carpinteiros entre outros, no entanto as mulheres estão ganhando espaço no mercado de trabalho e o ramo da construção civil é um exemplo claro disso tanto nas lojas quanto nas obras.

Conforme dito por Probst e Ramos, Apud. Fagundes (2003, p.20):

> Não há um único gueto masculino que ainda não tenha sido invadido pelas mulheres. Não há dúvidas de que nos últimos anos a mulher está cada vez mais presente no mercado de trabalho. Este fenômeno mundial tem ocorrido

> tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, e o Brasil não é exceção.

As mulheres vêem ganhando o seu espaço e respeito no mercado de trabalho, esse fato tem ocorrido no mundo todo e no Brasil não é diferente. Elas já não querem simplesmente ser apenas uma dona de casa e isso se prova também na construção civil seja ela nas lojas, engenharias e canteiros de obras.

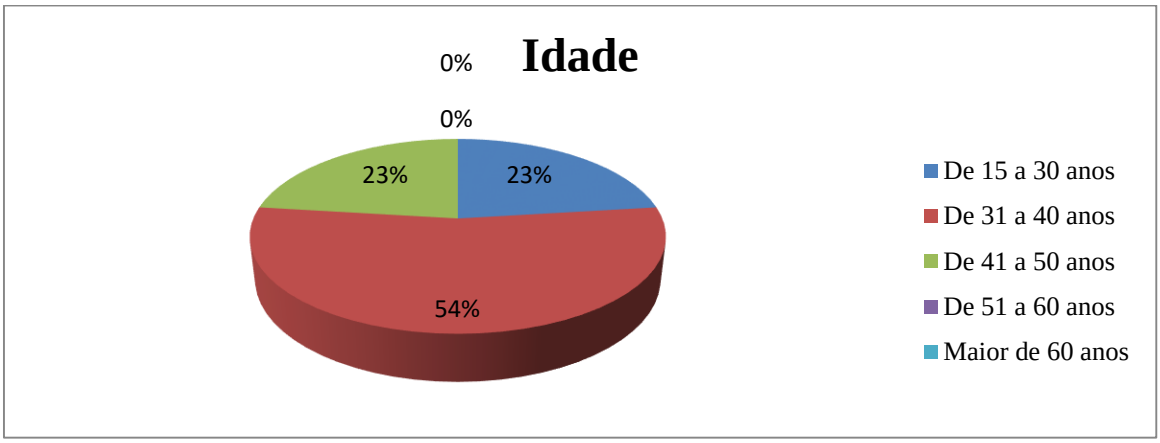


Gráfico2: Idade dos entrevistados
Fonte: Pesquisa direta, 2017.

A pesquisa sobre a idade dos entrevistados revelou que 23% possuem entre 15 e 30 anos, ao contrário a maioria dos profissionais de vendas de materiais de construção tem entre 31 e 40 anos e outra parte de 23% tem entre 41 e 50 anos. Esses dados revelam que a maior parte dos profissionais já são pessoas adultas e que provavelmente já trabalham na profissão a um bom tempo, contudo observou-se que os jovens de até 30 anos são uma pequena parte talvez por não considerar a profissão de vendedor tão relevante, em seguida os outros 23% estão entre 41 e 50 anos.

Conforme assevera Vanzell, Neto; Da Silva (2011).

> O administrador de pessoal deve saber que em função da idade o colaborador possui um acúmulo de experiência profissional e que ela é importante para a realização de atividades com mais eficiência, menor desperdício ou com segurança para evitar erros na tomada de decisão, pois, situações similares já foram vividas.

A idade mais avançada nem sempre quer dizer que é sinônimo de improdutividade, ao contrário, isso prova que a experiência adquirida por esses veteranos se alinhadas à melhoria contínua e a busca por conhecimento pode ser uma grande vantagem no mercado de trabalho,

se tratando de vendas é ainda mais relevante, pois á prática é fundamental para fechamento de bons contratos.

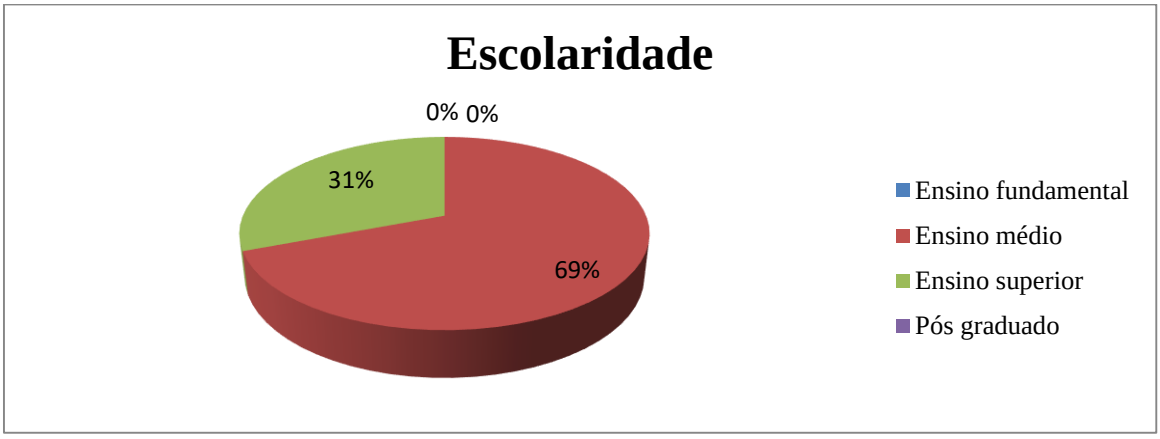


Gráfico3: Escolaridade
Fonte: Pesquisa direta, 2017.

A presente pesquisa revelou por meio dos questionários que o grau de escolaridade dos vendedores se divide apenas em dois onde 31% dos entrevistados concluíram o curso superior e a grande maioria que representa 69% concluíram apenas o ensino médio deixando assim a observação da falta de especialistas como pós-graduados nas empresas de materiais para construção.

A partir desses dados podemos constatar que a maioria dos profissionais de vendas não busca se especializar pelo curso superior o que atrapalha um pouco no desenvolvimento, conhecimento e visão crítica diante da empresa, dos processos e clientes. O que na maioria das vezes dificulta o gerenciamento do dia a dia impactando diretamente no resultado final de cada vendedor.

De acordo com Gondim (2002, p.300):

> A ênfase numa formação generalista e a ampliação das possibilidades de experiência prática durante o curso superior são avaliadas como alternativas para atender a exigência de um perfil multiprofissional e proporcionar a maturidade pessoal e a identidade profissional necessárias para agir em situação de imprevisibilidade, realidade a que estão sujeitas as organizações atuais.

O curso superior é peça fundamental para o desenvolvimento do profissional e da expansão da empresa, o vendedor que se prepara e busca se especializar cursando a graduação também está na corrida para melhorar seu desempenho, nas empresas de materiais para

construção falta essa consciência de que a busca pelo aprendizado pode fazer uma enorme diferença nos resultados e no sucesso da carreira.

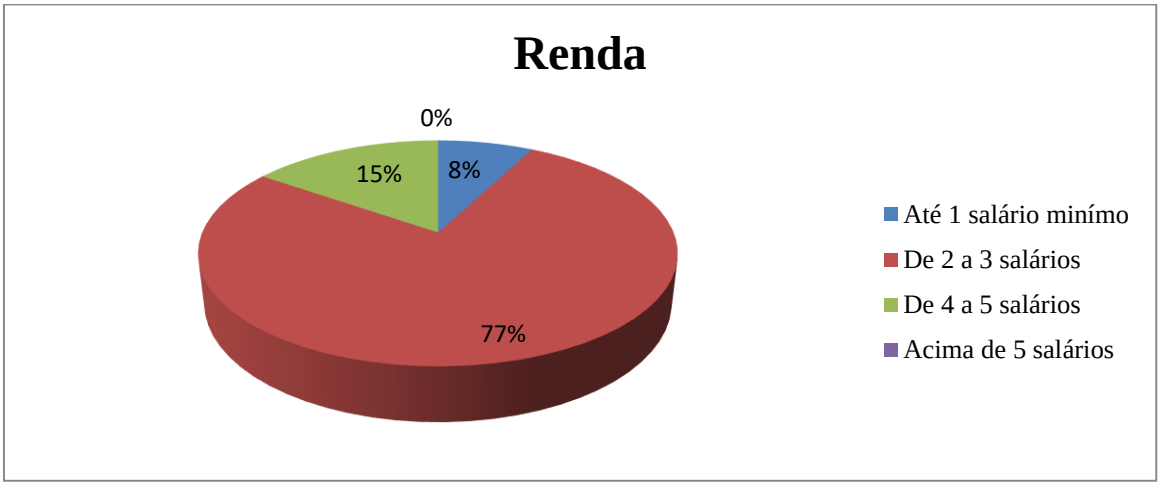


Gráfico4: Renda dos entrevistados
Fonte: Pesquisa direta, 2017.

No gráfico acima se observou que apenas 8% dos entrevistados recebem até um salário mínimo pelo seu trabalho, em seguida a maioria que é representada por 77% recebe entre 2 e 3 salários mínimos e uma outra parte de 15% recebe de 4 a 5 salários mínimos. Com esses dados observou-se que uma pequena parte está com um salário acima da média, isso se dá pelo fato de esse grupo não se acomodar, buscando cada vez mais conhecimento, técnicas e conceitos agregando no valor final, lembrando que todos os entrevistados são vendedores e que na maioria das vezes a remuneração é por comissão, sendo assim é possível que esses vendedores medianos possam subir o nível e receber uma quantia maior pelos seus serviços.A partir dessas análises pode-se afirmar que eles de fato não estão pagando o preço para atingir melhores resultados! A busca pela melhoria contínua não está acontecendo regularmente, e não há uma atitude para sair da zona de conforto, isso por mais doloroso que seja é a verdade e somente eles mesmos pode mudá-la.

Segundo Loebler (2010, p.11):

> Quanto aos aspectos positivos, o comissionamento impõe uma nova maneira de pensar e agir aos profissionais de vendas e a todos aqueles que interagem nas compras, recebimento, produção e entrega de um pedido, bem como o comprometimento da força de vendas e a motivação que cada profissional tem para se atingir os resultados.

Para vendedores, a comissão paga pelas vendas pode gerar resultados bons pelo fato de motivar o profissional a buscar uma remuneração acima da média, e ruim por causar ciúmes em outros vendedores e até mesmo em outros setores da empresa, no entanto só depende de cada profissional buscar ser o melhor no que faz, aprendendo técnicas, conceitos, fazendo net work e serem respeitados pelo seu profissionalismo, só assim se tornarão profissionais de alto desempenho.

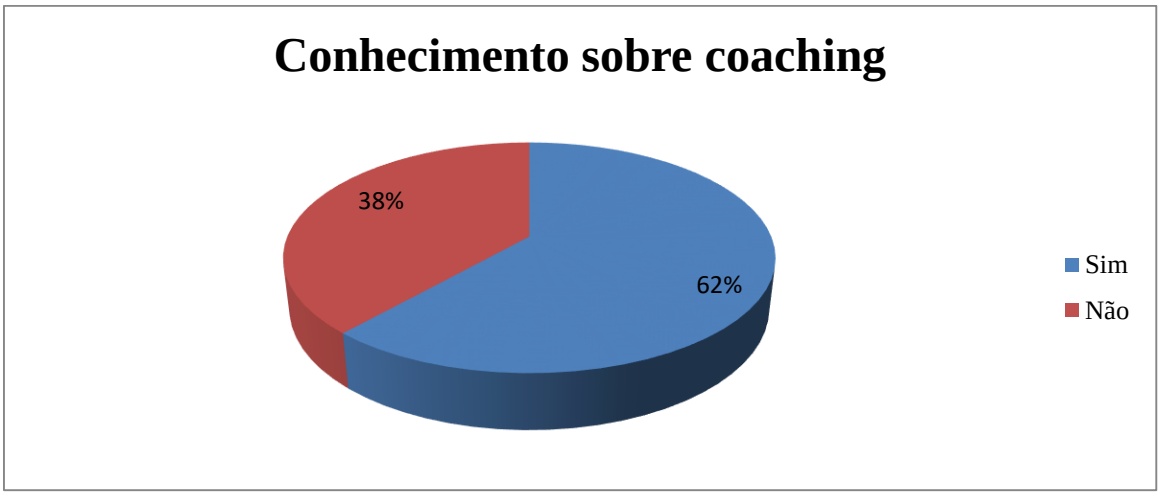


Gráfico 5: Conhecimento dos entrevistados sobre o que é *coaching*.
Fonte: Pesquisa direta, 2017.

O gráfico revela o conhecimento dos profissionais de vendas de materiais para construção sobre o *coaching*, onde a maioria dos entrevistados, 62% dizem saber o que é e os outros 38% revelam não saber.

Analisando esses dados pode se observar que a maioria das pessoas diz conhecer o que é *coaching*, no entanto o conhecimento desses profissionais sobre esse método é muito superficial onde nem sempre eles sabem do quanto eles podem ser ajudados, melhorando sua vida pessoal e profissional. O pesquisador observou que apesar dos entrevistados conhecerem sobre esse método eles não acredita que de fato suas vidas podem ser mudadas. Isso acontece especialmente pelas crenças existentes e que o *coaching* pode mudá-las ao longo do processo de aprendizado.

Conforme Vieira (2017, p. 21):

> Embasado no trabalho do pesquisador da Universidade de Harvard e autor de vários livros sobre inteligência emocional, Daniel Goleman, utilizando muitas ferramentas do *coaching*, psicologia positiva e neurociência, este livro traz um programa completo que introduz, de forma inovadora, prática e profunda, o

O *coaching* por meio de ferramentas pode alterar até mesmo as crenças mais profundas e sombrias do ser humano, por isso os entrevistados precisam conhecer e praticar o método capaz de mudar as suas vidas, contribuindo para uma melhoria pessoal e profissional buscando realizar todas as suas metas e objetivos.

Gráfico 6: Gráfico sobre a realização profissional e satisfação sobre os resultados nas vendas.
Fonte: Pesquisa direta, 2017.

O gráfico acima retrata que 77% dos entrevistados são realizados na sua vida profissional e estão satisfeitos com os resultados obtidos nas vendas, os outros 23% dizem que não estão realizados e que não estão satisfeitos com seus resultados.

Partindo desses dados podemos observar que a grande maioria está realizado e satisfeito com sua profissão e seus resultados, mas ao compararmos esses resultados com a média salarial observou-se que a maioria possui um salário mediano entre 2 e 3 salários mínimos, sendo assim fica uma análise, provavelmente esses profissionais ao invés de satisfeitos estão acomodados! Pois se eles saíssem da zona de conforto poderiam buscar uma melhoria contínua aumentando os seus rendimentos, para os insatisfeitos fica a reflexão, se eles estão insatisfeitos eles não deveriam estar naquele local e o certo seria buscar outra profissão! Outro ponto é, não estão fazendo nada para mudar a realidade! É ai que o *coaching* pode mudar de fato a vida dessas pessoas ajudando-as a ter consciência da realidade em que vivem e quais as ferramentas e técnicas que devem ser utilizadas nessa jornada.

Vieira (2015, p. 43):

> A zona de conforto parece um lugar supostamente seguro, mas na prática ela nos acorrenta e nos mantêm presos, inertes, imóveis enquanto o mundo está acontecendo lá fora e nós envelhecendo aqui em cima.

A zona de conforto é uma mentira que tem data e hora programada para acabar, ela nos faz produzir menos do que somos capazes, nos vitimar o tempo todo e simplesmente culpar as pessoas pelos resultados ruins que temos, por tanto o pesquisador observou que os profissionais podem até estarem satisfeitos com a profissão e com seus rendimentos, mas pode se ver que essa zona de conforto fizeram com que eles congelassem no tempo, não valorizando a si mesmos e acreditarem que já estão no topo da pirâmide, mas de fato isso não é verdade pois todos querem uma qualidade de vida melhor, prosperidade e independência financeira.

Gráfico7: Disposição dos entrevistados em participar de um treinamento para melhoria de desempenho
Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Os dados do gráfico acima mostram que a grande maioria dos entrevistados 92% estão dispostos a participar de um treinamento para melhorar seu desempenho, já os outros 8% não estão dispostos a participar.

Com base nos dados acima o pesquisador observou que a maioria dos entrevistados está disposta a participar de um treinamento para melhorar o desempenho, mas pode-se ver que eles esperam uma atitude por parte da empresa culpando os outros e não a si mesmos pelos resultados que vêem obtendo, portanto deve ser trabalhando a parte emocional e de consciência desses profissionais alertando-os da importância de se manterem sempre motivados em busca da melhoria continua, afinal o capital intelectual somado as experiências vão torná-los especialistas no assunto e com o passar do tempo seus resultados melhoram e eles passam a ser

mais requisitados, disputados pelas melhores empresas e em consequência os melhores salários e o reconhecimento que todo profissional almeja ter.

Vieira (2015, p. 218):

> Você é o único responsável pela vida que tem levado. Você está onde se colocou. A vida que você tem levado é absolutamente mérito seu, seja pelas suas ações conscientes ou inconscientes, pela qualidade de seus pensamentos, seus comportamentos e suas palavras. Por mais doloroso que seja, foi você que levou a sua vida ao ponto em que está hoje. Sendo assim, só você poderá mudar essa circunstância.

A afirmação pelo autor Vieira é polêmica, no entanto necessária, para que os profissionais acordem para a vida e tome consciência de onde estão, onde querem chegar, o vendedor depende do seu conhecimento e se não estiverem dispostos a fazer treinamentos, cursos e melhorar seu desempenho, provavelmente eles jamais se tornarão profissionais de alta performance, esperar pela empresa onde trabalha é um erro que muitos cometem, no entanto o dia que a empresa não o ver mais como necessário ele será descartado, por isso eles precisam buscar ser o melhor, fazer a diferença e construir um legado em cada empresa que passarem pois será isso que vai trazer o respeito e o reconhecimento que de fatos eles precisam

Gráfico 8: Acreditar que os hábitos e crenças podem mudar o profissional para melhor
Fonte: Pesquisa direta, 2017.

O gráfico mostra que 100% dos entrevistados acreditam que os hábitos e crenças podem ser determinantes para mudar o desempenho do profissional nas vendas. Os números acima foram uma surpresa para o pesquisador, pois todos os entrevistados têm a consciência de que os hábitos e as crenças são fatores determinantes para melhorar o desempenho do vendedor e isso reforça ainda mais a tese de que esses profissionais precisam de um treinamento emocional,

de acreditar que podem melhorar o desempenho, mobilizando a parte racional do cérebro para isso, mas não agem para mudar essa realidade, por tanto esse é um ponto importante a ser estudado. Conhecer os hábitos diários, saber como pode mudá-los ou melhorá-los, observar o que eles falam, ou seja, quais as suas crenças limitantes e trabalhar um processo de mudança para que essas crenças se tornem fortalecedoras e que de fato agreguem valor no profissional de vendas, afinal ele está a todo tempo em contato com pessoas e uma emoção mal expressada pode colocar em risco todo o processo de venda. Segundo Vieira (2017, p. 21) "nossas crenças influenciam todas as nossas escolhas mais significativas e importantes, direcionando todas as decisões e determinando a vida que levamos".

As crenças são determinantes para os pensamentos, comportamentos e atitudes, no entanto com a mudança das mesmas o hábito diário se torna diferente, impactando diretamente nos resultados das vendas e como o profissional de vendas age e principalmente na forma que ele ver o mundo, isso pode melhorá-lo tanto como profissional quanto pessoal.

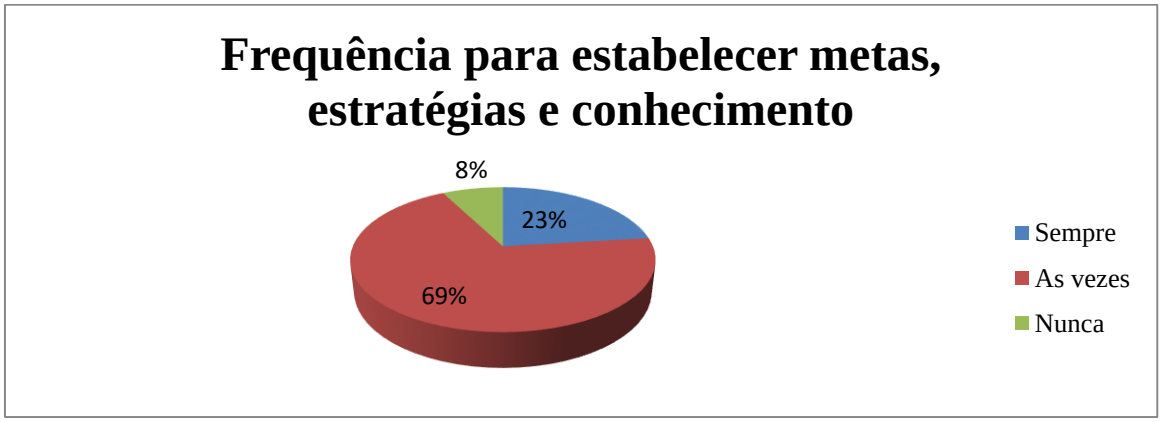


Gráfico 9: Frequência para estabelecer metas, estratégias e busca por conhecimento.
Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Os dados acima mostram que 23% dos entrevistados costumam estabelecer metas, estratégias e a busca de conhecimento para alcançar o resultado desejado, a maioria representada por 69% disse que às vezes estabelece e os outros 8% que nunca estabelece.

Analisando os dados representados no gráfico o pesquisador observou que a grande maioria, 69% dos entrevistados não define metas, estratégias ou buscam conhecimento para atingir o estado desejado e isso é um grande problema principalmente em vendas, se o profissional não sabe o quanto quer vender ou receber pelo seu trabalho, qualquer valor serve, e isso provoca baixos salários que levam esse profissional a desmotivação, portanto deve sim estabelecer metas, montar estratégias, fazer o acompanhamento e mudar o que for necessário

para atingir o estado desejado, proporcionando melhores salários e desenvolvendo no profissional a crença de merecimento por todo seu esforço, assim ele se sentirá reconhecido e bem remunerado pelo ótimo trabalho prestado.

Conforme Vieira (2017, p. 165):

> Assim, o grande segredo na elaboração e na conquista dos nossos objetivos é integrar os dois hemisférios cerebrais a partir de representações internas, ou seja, imagens e filmes mentais específicos e completos de nossos objetivos e ter a experiência mental do que queremos. Interagir em nível mental com essas imagens, sons e sentimentos e vivenciá-los exaustivamente até que se confundam com a própria realidade. Nesse momento você estará na eminência de realizar seus objetivos.

A elaboração de metas e objetivos é de extrema importância para a vida pessoal e profissional, pois é através dela que se consegue desenhar o estado atual, o objetivo futuro e a estratégia para alcançá-lo, no entanto poucos profissionais têm o hábito de fazer esse passo a passo se perdendo no meio do caminho e desistindo antes mesmo de fracassar.

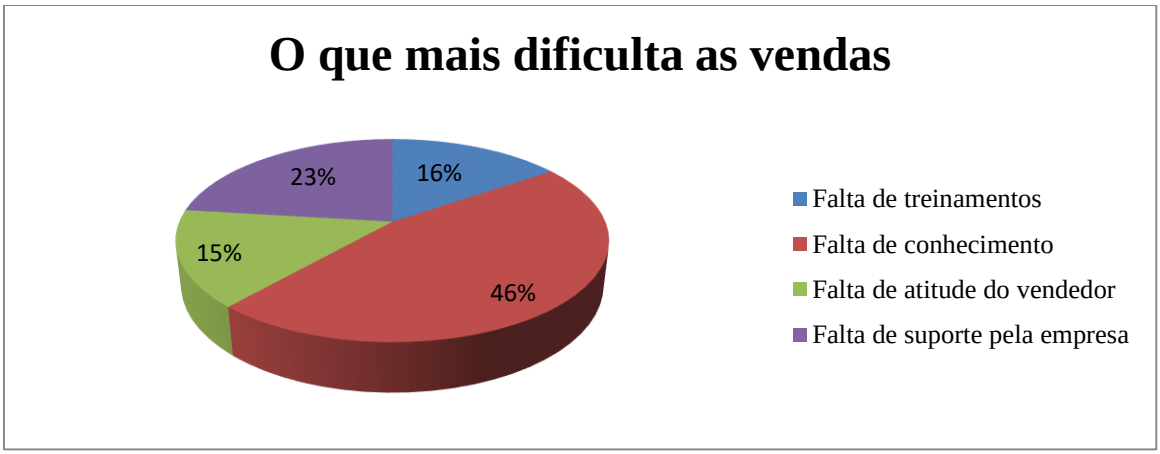


Gráfico 10: Maior dificuldade nas vendas
Fonte: Pesquisa direta, 2017.

O gráfico mostra o que na opinião dos profissionais dificultam o processo de venda, dos entrevistados. 16% disseram que é por falta de treinamento, 46% por falta de conhecimento, 15% por falta de atitude do vendedor e os outros 23% por falta de suporte da empresa.

Ao analisar esses dados podemos ver que a grande maioria. Foi sincera ao admitir que a falta de conhecimento seja uma peça chave para dificultar as vendas, no entanto como estamos falando de *coaching* e a sua base são perguntas de reflexão vamos fazer apenas uma, se é por falta de conhecimento então por que esses vendedores não tomam atitude e busca

conhecimento, treinamento para melhorar seu desempenho e seus rendimentos? Pode-se responder essa pergunta com a sinceridade de 16% dos entrevistados que admitiram que a falta ao vendedor à atitude, e que se talvez esse profissional se motivasse e buscasse ajuda ele com certeza mudariam sua realidade.

Segundo Guitomer (2011, p. 11):

> A mentalidade com a qual você aborda a venda determinará o resultado mais do que qualquer outro elemento do processo de vendas. Estado de espírito e mentalidade. Amigável, sorridente, entusiástico, positivo, confidente, autoconfiante, simpático e preparado, além de nervoso, está em sua mente, muito antes de estar em sua carteira.

Sinceramente o que mais dificulta uma venda não é o quanto você sabe sobre o produto ou o quanto é capacitado tecnicamente, mas sim o que de fato você acredita dentro de si, no quanto você aposta no produto ou serviço que está vendendo e o quando de verdade você quer ajudar o seu cliente, se conseguir controlar sua mente, suas emoções e sentimentos não há nada que impeça você de ser um campeão de vendas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises dos resultados da pesquisa de campo confrontaremos a problematização levantada no início da pesquisa com as possíveis hipóteses e os reais resultados após a apuração dos dados.

A respeito do conhecimento do vendedor de materiais para construção sobre o *coaching* ficou constatado que a maioria dos entrevistados sabe o que é o *coaching* indo contra a hipótese do pesquisador, entretanto o mesmo observou que os entrevistados conhecem somente o básico sobre esse método de desenvolvimento e na verdade não sabem que de fato eles podem ser ajudados, por isso o pesquisador conhecendo algumas limitações desses profissionais de vendas averiguou que o *coaching* e suas ferramentas podem desenvolvê-los desde a reflexão para tomada de consciência, ao plano de ação, a mudança de hábitos e a reprogramação de crenças.

Sobre a realização profissional do vendedor de materiais para construção o pesquisador foi surpreendido quando a maioria dos entrevistados respondeu realizado, o que contraria suas hipóteses, porém ao fazer uma análise crítica das outras respostas foi observado que na verdade existe uma acomodação por parte desses profissionais uma vez que a média salarial não passa

de três salários, o nível acadêmico se mantém no ensino médio e eles não foram promovidos em sua carreira se mantendo como vendedores durante a sua trajetória profissional.

A hipótese do pesquisador de que os vendedores de materiais para construção estariam dispostos a melhorar com o *coaching* foi confirmada com os dados da pesquisa, no entanto o gráfico 10 revela que a maioria desses profissionais tem dificuldades nas vendas por falta de conhecimento, isso reforça que os mesmos têm consciência de que precisam melhorar exercitando o lado racional do cérebro, mas não buscam o conhecimento por si próprio, revelando também uma deficiência emocional e disciplinar, uma vez que essa melhoria os beneficiaria como profissionais, seriam mais vistos pelos proprietários da empresa e quem sabe observados por um investidor ao desempenhar um profissionalismo de excelência, podendo assim abrir novas oportunidades na carreira.

O pesquisador confirmou sua hipótese ao constatar que todos os entrevistados têm a consciência que os hábitos influenciam no resultado final das vendas e isso reforça ainda mais que esses profissionais precisam de um treinamento emocional, no qual vai indicar os maus hábitos, as crenças limitantes e a partir daí traçar metas neurologicamente corretas, recompensando-se por cada etapa concluída, desenvolvendo assim a crença de capacidade e merecimento, no entanto os para mudar os hábitos não é necessário somente consciência e sim planos de ação, horários a ser seguidos, objetivos, disciplina para seguir em frente e principalmente a repetição que ao longo do tempo vai colocar essas tarefas no piloto automático se tornando de fato os hábitos certos.

Contudo conclui-se que apesar dos profissionais de vendas de materiais para construção terem consciência de que precisam melhorar e buscar mais conhecimento isso não vai mudar a sua trajetória profissional, a forma de pensar e agir é reflexo de crenças criadas ao longo da vida e isso ainda pode ser melhorado, a partir de um desenvolvimento com o *coaching* ligado ao treinamento de inteligência emocional esses profissionais podem com os próprios recursos internos mudar a sua realidade, melhorando seus salários, cargos, reconhecimento e de fato buscar a realização profissional, não vivendo apenas a ilusão de uma acomodação. No entanto isso deve partir de cada um e por mais que a empresa queira que isso aconteça só depende de cada pessoa mudar a si mesma, pois segundo Vieira (2015, p.64, 2015.) “Cada um tem a vida que merece você é o único responsável pela vida que tem levado, por tanto você é o único que pode mudá-la.” Por isso a mudança tem que acontecer primeiro dentro de nós e só depois mudar os hábitos, as crenças e a forma de ver a vida como um todo.

8. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Wendell da Silva**. Coaching como ferramenta de desenvolvimento da liderança nas organizações.** 2013. 93 f. Trabalho de conclusão de curso- Universidade federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

COACHING conceito. Disponível em: <https://www.sbcoaching.com.br/coaching/coaching-conceito>. Acesso em 15 junho 2017.

DALLEASTE, Paulo Roberto. **A importância do coaching para as organizações.** Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/a-importancia-do-coaching-para-as-organizacoes/63182/>. Acesso em 21 junho 2017.

DO CARMO, Mariza Honorio. O coaching no contexto organizacional. **Revista INTERDISCIPLINAR E-FAPPES**, v. 4, n. 1, 2015.

FAGUNDES, Daiani et al. **A influência do gênero sobre a trajetória profissional de mulheres trabalhadoras no setor Tecnologia da Informação**: Um relato a partir de suas histórias de vida. 2017.

FONTANA, Arrigo; ANDREOLLI, Nédio Antonio. Coaching: ferramenta de desenvolvimento organizacional e profissional em empresas da Serra Gaúcha. **I Simpósio Científico FSG de Graduação e Pós-graduação-Unidade Bento Gonçalves**, v. 1, n. 1, 2015.

GARCIA, Ana Lúcia. **O processo de coaching nas organizações empresariais**. 2011. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

GOMES, Fabrício Pereira; ARAÚJO, Richard Medeiros de. Pesquisa Quanti-Qualitativa em Administração: uma visão holística do objeto em estudo. **Seminários em Administração**, v. 8, p. 1-11, 2005.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários. 2002.

GUITOMER, Jefrey. A Bíblia de Vendas. O livro definitivo de vendas. São Paulo- M.Books do Brasil Ltda, 2011.

HORIZONTE, Belo. COACHING EXECUTIVO E O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS: estudo com gestores que atuam em empresas privadas na cidade de Belo Horizonte-MG.

LOEBLER, LUCIA REGINA BOLSON. A remuneração e seus reflexos na gestão de pessoas. **Congrega Urcamp Alegrete**, 2010, p.11.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011.

MUSSAK, Eugênio. Gestão humanista de pessoas: o fator humano como diferencial competitivo. **Rio de Janeiro: Campus/Elsevier**, 2010.

ORNELAS, Cristiane. **Os impactos do coaching no comportamento das pessoas e das organizações.** Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/os-impactos-do-coaching-no-comportamento-das-pessoas-e-das-organizacoes/72276/>. Acesso em 19 junho 2017.

SILVA, Maria do Carmo. GESTÃO DE EMOÇÕES: COACHING NO ÂMBITO DA GESTÃO ORGANIZACIONAL. 2012.

VANZELLA, Elidio; NETO, Eufrásio de Andrade Lima; DA SILVA, César Cavalcanti. A terceira idade e o mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 14, n. 4, p. 97-100, 2011.

VIEIRA, Paulo. **O poder da ação:** faça sua vida ideal sair do papel. São Paulo: Editora Gente, 2015.

_____. Poder e alta performance: o manual prático para reprogramar seus hábitos e promover mudanças profundas em sua vida. São Paulo: Editora Gente, 2017 256 p.

_____. **Febracis.** Mudando vidas a partir do Coaching Integral Sistêmico. Disponível em: <http://www.febracis.com.br/sobre/>. Acesso em 25 junho 2017.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

PERCEPÇÃO DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM UMA FACULDADE DA REGIÃO DO ALTO PARANAÍBA EM MINAS GERAIS

Amanda Roberta Andrade[1]
Ana Clara Fonseca do Amaral[2]
Alessandra Fonseca de Morais [3]
Cleyde Cristina Rodrigues[4]

Resumo: Diversos motivos influem nas escolhas realizadas pelos seres humanos. Durante a decisão acerca de qual curso superior optar, estes motivos variam desde racionais, emocionais, culturais até mesmo influências familiares. O curso de Ciências Contábeis está em alta na atualidade e o crescente mercado de trabalho na área e as vagas disponíveis em concursos públicos para os formandos têm gerado cada vez mais interessados. Objetivando conhecer as perspectivas dos graduandos em Ciências Contábeis de uma faculdade da região do Alto Paranaíba em Minas Gerais, realizou-se o presente estudo, por meio de análise e levantamento de dados de forma exploratória, quantitativa-qualitativa, buscando como fonte questionários aplicados para aos alunos supracitados. Além disso, para construção do referencial teórico foram feitas consultas em livros e em artigos acadêmicos, utilizando materiais que estão relacionados com as perspectivas atuais da profissão. Os resultados demostraram grande interesse devido ao mercado de trabalho, principalmente nas vagas em órgãos públicos, evidenciando inclusive a pretensão de cursar apenas a graduação.

Palavras-chave: Ciências Contábeis; Perspectiva profissional; Visão de mercado.

Abstract: Several reasons influence the choices made by human beings. During the decision about which college to choose, these reasons range from rational, emotional, cultural, even family influences. The Accounting Sciences course is on the rise today and the growing job market in the area and the vacancies available in public competitions for trainees have generated more and more interested parties. Aiming to know the perspectives of the graduates in Accounting Sciences of a college in the Alto Paranaíba region of Minas Gerais, the present study was carried out by analyzing and collecting data in an exploratory and quantitative-qualitative, way, searching as a source questionnaires applied to students above. In addition, to

[1] Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Patos de Minas. Contato: amanda.robertak@hotmail.com

[2] *Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Patos de Minas. Contato: amanda.robertak@hotmail.com

[3] Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG. Contato: afm2203@yahoo.com.br

[4] Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia. Contato: cleyde.rodrigues@ufv.br

Recebido em 01/04/2019
Aprovado em 20/04/2019

construct the theoretical referential were made inquiries in books and on internet sites, using materials that are related to the current perspective of the profession. The results showed a great interest due to the labor market, especially in the vacancies in public agencies, evidencing even the pretension to attend only the graduation.

Key words: Accounting Sciences; Professional perspective; Market view

1. INTRODUÇÃO

Quando um indivíduo necessita realizar escolhas várias teorias podem ser utilizadas para justificar a opção escolhida, inclusive quando se trata de um curso do ensino superior. Para uma escolha podem ser utilizadas a Teoria da Ação Racional – TAR e/ou a Teoria do Comportamento Planejado – TCP (PINTO, 2007). Além disso, os costumes e a cultura influenciam diretamente nesta decisão. Em relação à instituição de ensino superior alguns fatores são levados em consideração, como por exemplo a qualidade de ensino e os professores. Já para optar por um curso são consideradas principalmente as habilidades na área pretendida e o mercado de trabalho (MARTINS, SERRALVO e JOÃO, 2014).

Dentre os cursos superiores disponíveis está o de Ciências Contábeis, na qual são aprimoradas as habilidades em comunicação e os conhecimentos em organização e negócio, contábeis e auditoria. Durante o curso os alunos devem também ser preparados para o mercado de trabalho (MARION, 2001). Diversas áreas de atuação estão disponíveis para os concluintes do curso de Ciências Contábeis, sendo a escolha dessa influenciada por fatores extrínsecos, intrínsecos e interpessoais (SANTOS E ALMEIDA, 2016).

A temática apresentada é relevante para analisar e avaliar as perspectivas dos discentes do curso de Ciências Contábeis de uma instituição em relação à área acadêmica e ao mercado de trabalho que os aguarda. Esta foi escolhida com a proposta de informar discentes atuais e futuros da área da contabilidade, em especial os de uma faculdade da região do Alto Paranaíba, no estado de Minas Gerais, sobre as disciplinas presentes no curso, os estágios, as áreas de atuação disponíveis e sua viabilidade, assim como demostrar quais áreas estão necessitando de mais profissionais. Objetivou-se analisar as perspectivas dos alunos do curso de Ciências Contábeis de uma faculdade da região do Alto Paranaíba, estado de Minas Gerais, investigando o ponto de vista dos alunos sobre o mercado de trabalho e as áreas de atuação pretendidas por

eles, assim como a necessidade de mais profissionais qualificados em algumas delas e a saturação de outras.

O presente estudo foi realizado por meio de análise e levantamento de dados de forma exploratória, qualitativa e quantitativa, buscando como fonte questionários aplicados para os alunos do curso de Ciências Contábeis de uma faculdade da região do Alto Paranaíba de Minas Gerais. Tais questionários foram aplicados para as turmas do curso de Ciências Contábeis. Além disso foram feitas consultas em livros e em artigos acadêmicos para construção do referencial teórico, utilizando materiais que estão relacionados com as perspectivas atuais da profissão. Os materiais publicados ou registrados foram do ano de 2000 a 2017 e o período de realização da pesquisa foi de janeiro de 2018 a julho de 2018.

O estudo foi estruturado e dividido em cinco partes, sendo a primeira delas essa introdução. Em seguida é apresentado o referencial teórico. Logo após é demonstrada a metodologia utilizada para confecção desse trabalho e então apresenta-se a análise de resultados obtidos através da pesquisa. Por fim a conclusão obtida por meio deste estudo é demonstrada juntamente as hipóteses que motivaram tais resultados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 FATORES MOTIVADORES PARA ESCOLHA DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Um fator relevante a ser analisado é o que leva o indivíduo a optar por determinado curso. O ser humano realiza suas escolhas por meio de um determinante, que pode variar de acordo com duas teorias, sendo essas a Teoria da Ação Racional – TAR, e a Teoria do Comportamento Planejado – TCP. Na TAR o indivíduo leva em consideração todas as experiências vivenciadas pela sociedade que o rodeia, interpreta todas essas informações e após analisar faz a sua escolha. A escolha é feita de maneira racional e consciente e se torna eficaz quando há um controle volitivo (controle da própria vontade). A TCP veio posteriormente como uma forma mais completa da teoria anterior, esta não coordena o modo de agir apenas pelo comportamento, mas também depende do maior controle do mesmo (PINTO, 2007).

O comportamento pode ainda ser influenciado pelo costume e pelo controle. Algumas ações são programadas e devido ao costume o organismo consegue realizá-las sem pensar previamente, como por exemplo, dirigir ou escrever. Motivados pela repetição rotineira, esses

hábitos acabam sendo realizados de modo automático. O controle de certas situações pode ficar comprometido devido a essa automatização. Além disso, o comportamento sofre influências da facilidade e da dificuldade na realização de determinadas atividades. A ação planejada pode sofrer influências normativas, comportamentais e das crenças de controle. Uma combinação entre esses três fatores leva à formação das intenções comportamentais, que são responsáveis por diversas escolhas, inclusive a do curso superior (AIZEN e FISHBEIN, 2000).

A escolha da instituição de ensino sofre influência de diversos fatores. A qualidade de ensino e os professores que compõem o corpo docente estão entre os principais critérios que contribuem para a escolha. A tradição da instituição também faz parte desses fatores. Quanto a escolha do curso além da predileção pelas áreas onde o indivíduo apresenta maior aptidão, humanas ou exatas, a rentabilidade do mercado de trabalho, o número de vagas ofertadas, a localização da instituição ou do campus que ofertam o curso, o valor das mensalidades (a possibilidade de bolsa ou meia bolsa como auxilio por parte da instituição ou de programas do Ministério da Educação) também são determinantes (MARTINS, SERRALVO e JOÃO, 2014).

2.2 ENSINO SUPERIOR EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O ensino superior em Ciências Contábeis e Atuariais surgiu em 1945, durante o governo de Juscelino Kubitschek, por meio do Decreto lei nº 7988 que passou a vigorar no dia 22 de setembro daquele mesmo ano. Havia na grade curricular disciplinas voltadas para o ensino contábil na área agrícola, industrial, bancária e perícia. O concluinte do curso, que tinha a duração de quatro anos, recebia o título de bacharel em Ciências Contábeis. Em 1951, por meio da lei nº 1401 o curso foi dividido em duas Ciências distintas, uma Contábeis e a outra Atuariais, passando cada um dos cursos para três anos de duração e realizando pequenas mudanças em sua grade curricular (PELEIAS ET.AL, 2007).

A partir do ano de 1960, diversas mudanças ocorreram no ensino superior devido a implementação da Lei nº 4024, conhecida como Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, levando à criação do Conselho Federal de Educação. Além disso, o início da utilização de livros norte-americanos, obras de Finney & Miller, durante as aulas, desencadeou no lançamento do primeiro livro nacional de introdução à contabilidade. Diversas resoluções surgiram na década de 1990 e início dos anos 2000. Essas resoluções determinaram a divisão do conteúdo aplicado nas aulas em três categorias de formação, sendo que a I seria humanística,

a II profissional e a III complementar, assim como levaram a modificações e modernizações dos métodos de ensino aplicados a nível superior (PELEIAS ET.AL, 2007).

2.3 AS PERSPECTIVAS DA PROFISSÃO

A contabilidade como profissão surgiu da necessidade do homem em controlar patrimônio, finanças e planejar futuras aquisições. Deste modo, o contador tem papel fundamental na gestão das informações que auxiliam na tomada de decisões administrativas. No Brasil, o curso de Ciências Contábeis teve o ponto alto de sua evolução no século XX, a partir do ano de 1902 (MARION, 2001).

> Os principais eventos que marcaram a evolução da Contabilidade no Brasil foram: a criação, em 1902, da Escola de Comércio Álvares Penteado com a adoção da Escola Européia de Contabilidade, destacando-se a italiana e a alemã; em 1946 a fundação da Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA); e com o surgimento das multinacionais anglo-americanas, a escola americana adentra-se em nosso país; em 1976 a edição da Lei 6.404/76 - Lei das Sociedades por Ações e da Lei 6.385/76 criou a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (PIMENTEL E SOUZA, 2012, p.4).

Desde então as universidades apresentam a proposta de criar profissionais da contabilidade que desponham de habilidades e conhecimentos específicos. Dentre tais habilidades podemos destacar a intelectual, a de se relacionar com pessoas e a de comunicação. Os conhecimentos dividem-se em organização e negócio, contábeis e de auditoria e também em conhecimentos gerais sobre a área de atuação (MARION, 2001).

Uma das funções aplicadas às faculdades do curso de Ciências Contábeis é a de se adequar para criar profissionais preparados para enfrentar o mercado de trabalho, cada vez mais exigente, criando assim uma comunicação harmônica entre o mercado e a instituição. Entretanto, tal função não vem sendo cumprida de maneira eficiente, já que o mercado vem se modernizando constantemente. Para solucionar tal situação seria necessário aperfeiçoamento e melhor preparo aos docentes, atualização do currículo e um método de ensino mais eficaz para a fase inicial do curso e posteriormente para a prática (FAHL e MANHANI, 2006).

> A elaboração de um novo currículo que atenda às novas exigências do mercado seria de grande relevância. Disciplinas como: gestão empresarial, marketing contábil, relações internacionais, planejamento estratégico, contabilidade ambiental, comunicação e liderança, serão fundamentais para a formação desse novo profissional. (PIMENTEL E SOUZA, 2012, p. 5).

Aos concluintes do curso de Ciências Contábeis várias áreas estão disponíveis para atuação, sendo que a escolha destas são influenciadas por três fatores principais, sendo estes extrínsecos, intrínsecos e interpessoais. As influências extrínsecas são relacionadas ao mercado de trabalho, às vagas e à remuneração oferecidas. As intrínsecas são de âmbito individual, têm relação direta com o interesse cognitivo (de conhecimento) e a satisfação de trabalhar em determinada área. Já os fatores interpessoais incluem determinantes biológicos e psicológicos diretamente influenciados por familiares e amigos (SANTOS e ALMEIDA, 2016).

Algumas pesquisas vêm sendo realizadas com os estudantes do curso de Ciências Contábeis para analisar as perspectivas que estes têm em relação a profissão. O estudo de Gomes et. al (2013), demonstra que a maioria dos estudantes da área contábil pretendem trabalhar na área de auditoria ou lecionar, além disso estes ainda não sabem se irão realizar pós graduação e nem escolheram uma área específica. Já o estudo de Marques, Dias e Silva (2016), demonstrou que os acadêmicos possuem maior interesse profissional como o de perito ou auditor após a conclusão do curso, uma grande parte dos entrevistados afirmou a intenção de abrir o próprio negócio investindo em um escritório ou dando continuidade na mesma área profissional em já atua. Por fim o estudo de Panucci Filho (2011), confirmou que a escolha pela área contábil está diretamente ligada as perspectivas do mercado, já que os estudantes vêm uma possibilidade de estabilidade profissional.

2.4 MERCADO DE ATUAÇÃO

O mercado para a área contábil é bastante diversificado. Dentre as atuações mais escolhidas estão a de contador, a perícia, a auditoria e à docência. Ao contador cabe possuir conhecimentos aprofundados sobre o sistema tributário, assim como sobre as atividades e o mercado de atuação da empresa para a qual trabalha. Já o perito apresenta como principal função a investigação, baseada na análise de dados concretos, mantendo a postura e não permitindo ser manipulado. O auditor atua na criação de parecer para empresa, dando credibilidade ou não a esta, dependendo dos resultados obtidos, devendo manter o sigilo profissional, ou seja, uma empresa não pode saber dos resultados obtidos por outra. O profissional que atua na área docente, ou seja, como professor, tem papel de extrema importância pois não apenas transmite seus conhecimentos, como também exemplifica situações com sua experiência e repassa aos seus alunos sua ética profissional (OTT, 2011).

Devido ao crescimento da evolução tecnológica as exigências profissionais vêm aumentando constantemente. Pesquisas revelam que existem dificuldades para os recém-formados na área, principalmente devido ao método de ensino utilizado nas universidades, em sua maioria teórica, deixando de lado a aplicação prática dos conhecimentos. Os entrevistados sugeriram como hipótese para resolução de tal problema a adequação da grade curricular do curso, com novos métodos de ensino aliados a prática de todo arsenal teórico que já vem sendo acumulado desde os primórdios do ensino. (COELHO, 2001)

Estudos demonstram que dentre todas as áreas de atuação, as atividades mais buscadas pelos profissionais foram as relacionadas a contabilidade, seguidas pelas de legislação fiscal e tributária. Esses mesmos estudos demostraram que os estudantes do curso de Ciências Contábeis têm predileção por atuar na área de gestão empresarial, divergindo da opinião daqueles já formados. Outra diferença apresentada entre a opinião profissional e discente, enquanto os primeiros demonstram interesse significativo pela atuação em balanços e demonstrações, os segundos preferem auditoria e perícia, sendo que a área indicada por um grupo não agrada nem uma mínima parte do outro. (COELHO, 2001)

3. METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado por meio de análise e levantamento de dados de forma exploratória, qualitativa e quantitativa, buscando como fonte questionários aplicados para os alunos do curso de Ciências Contábeis de uma faculdade na cidade de Patos de Minas região do Alto Paranaíba, estado de Minas Gerais. Sendo que esta cidade possui, segundo levantamento realizado pelo IBGE em 2018, aproximadamente 150.833 habitantes. Foi selecionada uma amostra de apenas 41 participantes, que são os alunos correspondentes ao curso de Ciências Contábeis de uma das faculdades presentes na região.

A pesquisa exploratória pode ser definida de acordo com Theodorson e Theodorson (1970), como a técnica que utiliza de uma pequena amostra e por meio de perguntas especificas pretende responder a hipóteses levantadas a respeito de um determinado assunto específico. A dois tipos de pesquisa podem ser utilizados para o levantamento de dados, sendo estas as formas quantitativas e qualitativas. Na forma quantitativa são coletados dados numéricos, por meio de uma amostra grande, as formas de coleta são inflexíveis, apresentando como principal forma as entrevistas, os resultados são objetivos e tem uma certeza predeterminada. Já as qualitativas apresentam dados narrativos, a amostra para coleta é pequena, as formas de coleta são flexíveis,

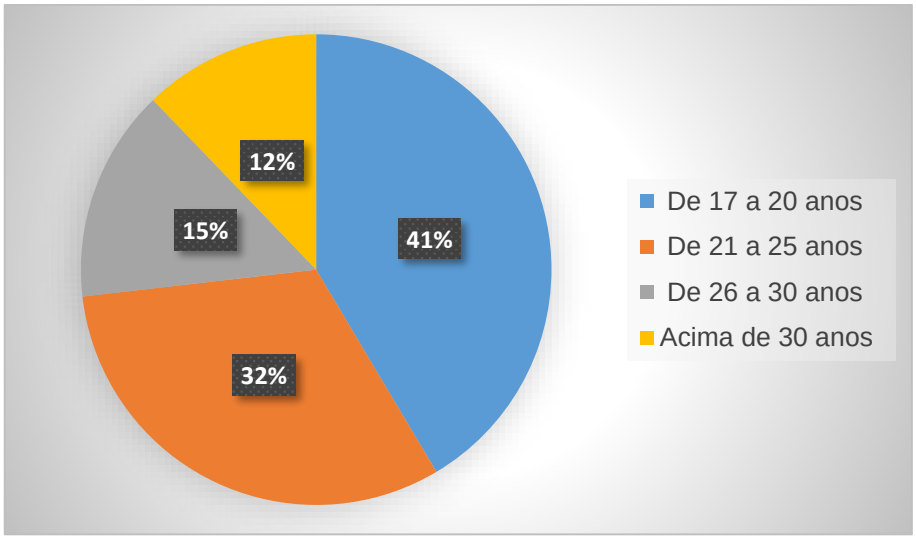
variando de entrevistas a grupos de debate, os resultados são subjetivos e provisórios. Enquanto a primeira é largamente utilizada para obter opiniões de grupos ou de grande porcentagem de uma população, a segunda é utilizada mais amplamente para resultados individuais (GÜNTHER, 2006). Para que a dinâmica do fenômeno possa ser entendida é necessário que vários tipos de dados sejam coletados e analisados. Sendo assim, o pesquisador vai a campo para conhecer todo o fenômeno que está estudando, assim como todos aqueles que estão envolvidos neste e seus respectivos pontos de vista, e então analisa quais dados observados apresentam relevância para o estudo (GODOY, 1995).

Tais questionários foram aplicados para as turmas do curso de Ciências Contábeis de uma faculdade na região do Alto Paranaíba em Minas Gerais. O período de realização da pesquisa foi de janeiro de 2018 a julho de 2018.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

O questionário aplicado apresenta nove perguntas de múltipla escolha com objetivo de evidenciar a visão dos acadêmicos do curso sobre a área. Tais perguntas apresentavam como conteúdo questionamentos que incluíam a faixa etária dos entrevistados, as pretensões de emprego após conclusão do curso, área de atuação no mercado de trabalho atualmente, pretensão de realizar alguma pós-graduação, horas dedicadas a estudar e pesquisar materiais relacionados a área contábil, assim como o maior obstáculo encontrado ao ingressar no ensino superior. No total, 41 voluntários participaram da pesquisa.

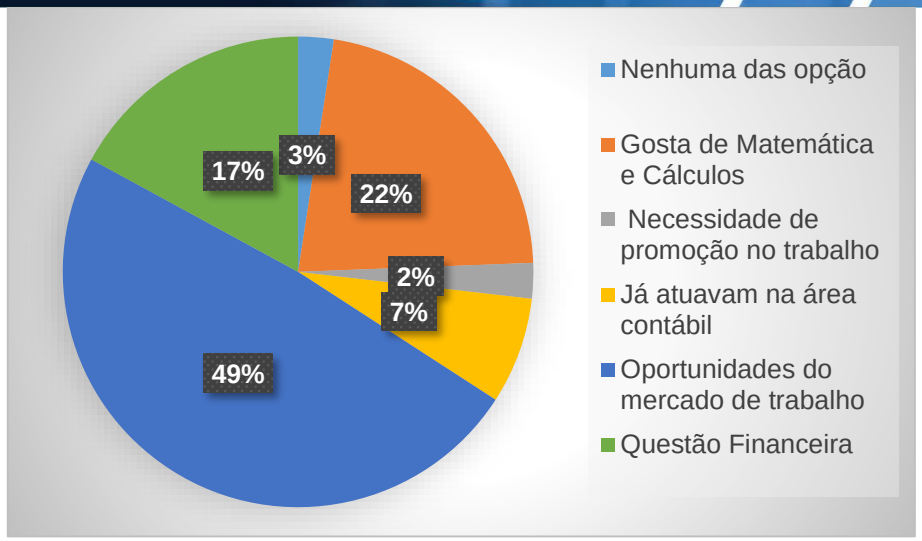
GRÁFICO 1: Idade dos entrevistados



FONTE: Elaborado pela autora da pesquisa

A primeira pergunta referia-se à idade dos participantes (Gráfico 1), apresentando como resultado que a maioria possuía entre 17 e 20 anos de idade, sendo a faixa etária de 21 a 25 anos a segunda mais prevalente. Gomes et. al (2013), realizaram um estudo similar no qual a faixa etária prevalentemente apresentada pelos estudantes foi de 18 a 22 anos de idade. Já o estudo realizado por Marques, Dias e Silva (2016), apresentava prevalência de estudantes acima de 23 anos.

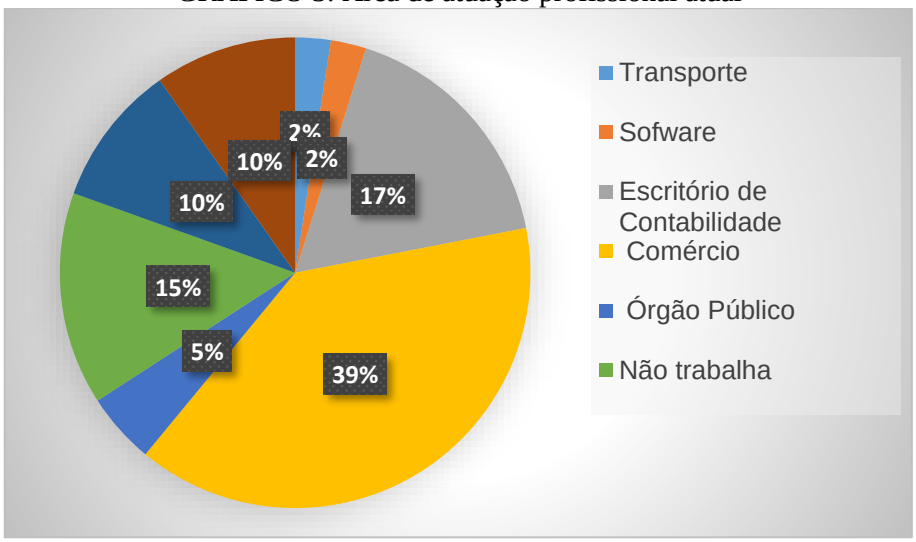
GRÁFICO 2: Motivação na escolha do curso



FONTE: Elaborado pela autora da pesquisa

A questão apresentava as motivações pelas quais o indivíduo escolheu cursar Ciências Contábeis (Gráfico 2), apresentando como opções: o gosto por cálculos e matemática; a questão financeira; a necessidade de promoção no trabalho; a atuação na área; as oportunidades no mercado de trabalho; e nenhuma das opções citadas. Quase metade dos participantes escolheu a opção oportunidades no mercado de trabalho, sendo seguida por gostar de matemática ou cálculos e em seguida a questão financeira. Enquanto na literatura pesquisada, Gomes et. al (2013), apresentou como resposta prevalente a boa perspectiva do curso, sendo esta a resposta escolhida por mais de 40% dos entrevistados.

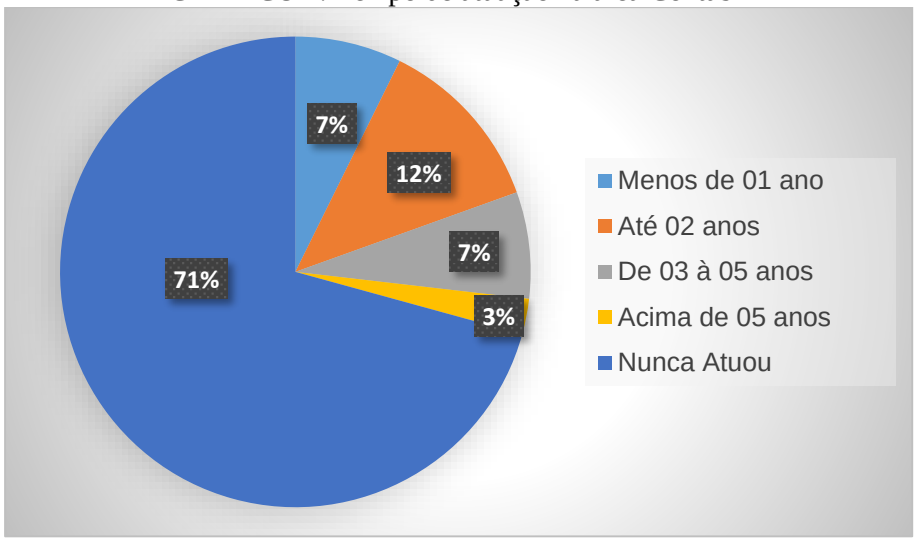
GRÁFICO 3: Área de atuação profissional atual



FONTE: Elaborado pela autora da pesquisa

A terceira questão se referia às áreas de atuação profissional de cada um atualmente (Gráfico 3), apresentando opções que variavam de escritórios de contabilidade, órgãos públicos, comércio, indústria e transporte, até autônomo ou não empregado atualmente. As opções mais encontradas foram primeiramente comércio, em segundo lugar escritório de contabilidade e em terceiro não trabalha. Já, o estudo realizado por Panucci Filho (2011) apresentou como principal área de atuação serviços e como segunda principal trabalho para o governo.

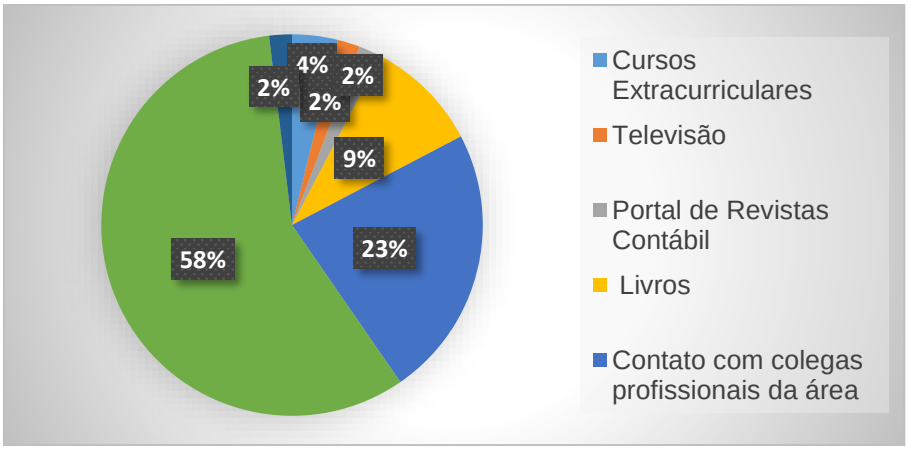
GRÁFICO 4: Tempo de atuação na área Contábil



FONTE: Elaborado pela autora da pesquisa

A questão seguinte abordava o tempo da atuação na área contábil (Gráfico 4), apresentando variáveis de menos de um ano até mais de cinco anos. Mais de 70% (setenta por cento) dos participantes afirmaram nunca terem atuado na área. Já os atuantes, a maioria já está atuando há menos de dois anos, semelhante aos resultados obtidos por Gomes et. al (2013), confirmam que a maioria dos entrevistados nunca atuou na área (mais de 57%), e os atuantes estão no máximo a cinco anos no mercado.

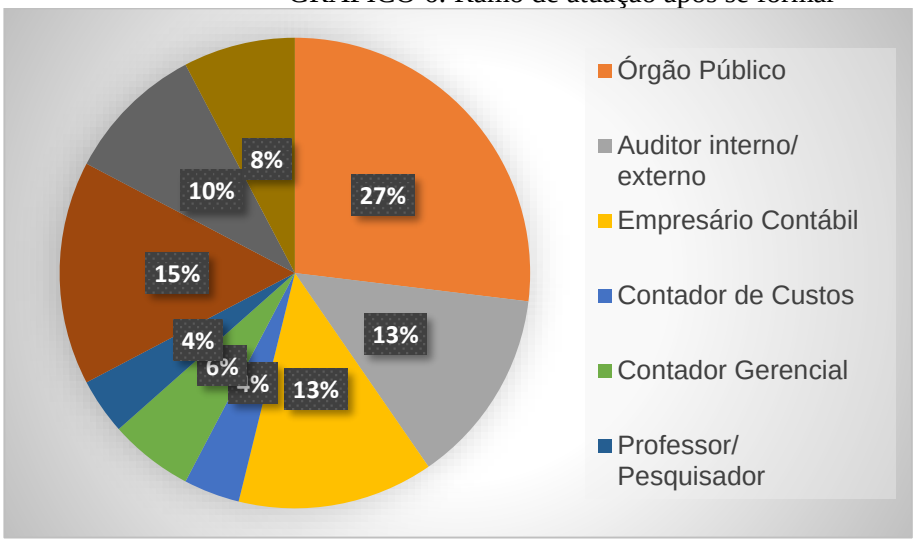
GRÁFICO 5: Fontes de busca sobre Contabilidade



FONTE: Elaborado pela autora da pesquisa

A pergunta seguinte apresentava as fontes de busca sobre informações na área contábil (Gráfico 5), variando de livros, internet, cursos extracurriculares, contato com profissionais, revistas e outros. A maioria dos alunos respondeu buscar informações na internet, seguido de contato com profissionais da área e livros, mais uma vez estando de acordo com o que o autor Gomes et. al (2013), obteve como principal resposta a esse questionamento. Pois, para este autor supracitado, a principal fonte de busca dos entrevistados é a internet (resposta de metade dos entrevistados) e a segunda principal fonte é o contato com profissionais da área (mais de 25% dos entrevistados).

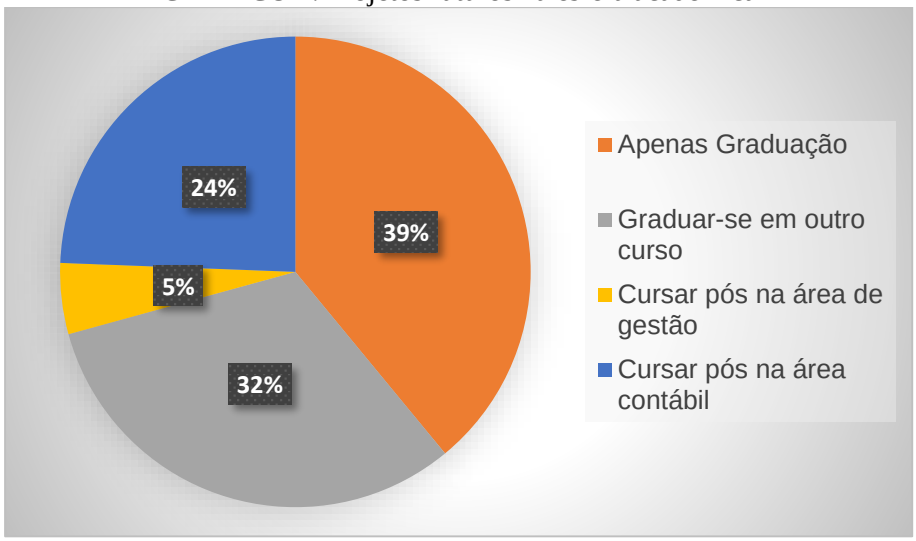
GRÁFICO 6: Ramo de atuação após se formar



FONTE: Elaborado pela autora da pesquisa

O questionamento seguinte referia-se à pretensão de atuação após formado (Gráfico 6). A opção mais frequente foi a atuação em órgão público, em seguida escritório contábil, e empatando em terceiro as opções empresário contábil e auditor interno/externo. Em sua pesquisa Gomes et. al (2013), apresentou como principal resposta a intenção de prestar concursos públicos na área, sendo esta a intenção apresentada por metade dos entrevistados. Já o estudo de Marques, Dias e Silva (2016), apresentou como prevalência o interesse de atuar em empresa privada, sendo essa a escolha de quase metade dos entrevistados.

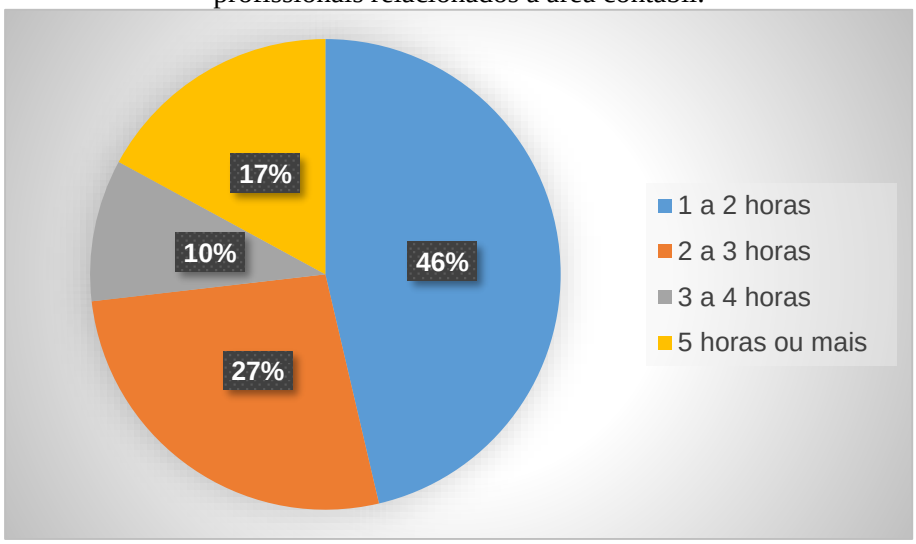
GRÁFICO 7: Projetos futuros na esfera acadêmica



FONTE: Elaborado pela da pesquisa autora

O futuro após a formatura foi abordado por meio do questionamento de quais seriam os projetos futuros (Gráfico 7). A maioria pretende cursar apenas a graduação, uma porcentagem pouco menor pretende cursar outra graduação e menos de vinte e cinco por cento pretende pós graduar-se na área contábil. Além disso, o mínimo pretende pós graduar-se na área da gestão. Em relação ao interesse em pós-graduação, em seu estudo Gomes et. al (2013), apresentou como principal resposta a dúvida em relação a esse questionamento, mais de 40% dos entrevistados não sabem se irão se pós graduar.

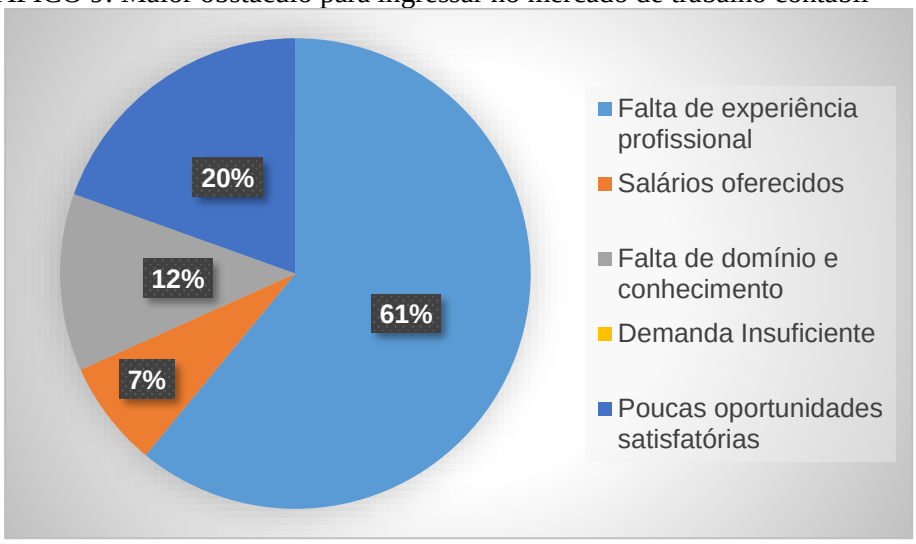
GRÁFICO 8: Tempo dedicado semanalmente para estudar as matérias do curso ou temas profissionais relacionados a área contábil.



FONTE: Elaborado pela autora da pesquisa

O total de horas semanais dedicadas aos estudos foi tema abordado por meio do questionamento de quanto tempo é destinado para estudar as matérias do curso ou temas profissionais da área contábil (Gráfico 8). A maioria dos estudantes, mais de 45% (quarenta e cinco por cento), afirmou dedicar de uma a duas horas semanais. A segunda resposta mais obtida foi a dedicação de duas a três horas semanais. Aproximadamente 17% (dezessete por cento) afirmou estudar cinco horas ou mais por semana. E a resposta menos obtida correspondia ao tempo de três ou quatro horas de estudo semanal.

GRÁFICO 9: Maior obstáculo para ingressar no mercado de trabalho contábil



Fonte: elaborado pela autora da pesquisa

Em relação às perspectivas do mercado de trabalho foi realizado o questionamento de qual maior obstáculo para ingressar no mercado de trabalho contábil (Gráfico 9). Mais da metade dos participantes afirmaram que o principal obstáculo é a falta de experiência profissional. Aproximadamente 20% (vinte por cento) dos alunos considera que as poucas oportunidades satisfatórias seriam a principal dificuldade. A terceira resposta mais obtida refere-se à falta de domínio e conhecimento na área. Por fim, foram considerados como obstáculo os salários oferecidos. Vale ressaltar que a opção demanda insuficiente não foi escolhida por nenhum estudante.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento da escolha do curso alguns determinantes possuem influência, como por exemplo, a predileção ou aptidão pela área, a disponibilidade de vagas no mercado de trabalho e os gastos empregados para realizar determinada graduação (MARTINS, SERRALVO e JOÃO, 2014). Especificamente o curso de Ciências Contábeis, apresenta como necessidade que as instituições de ensino adequem suas grades curriculares para melhor preparar os futuros profissionais para enfrentar o mercado de trabalho. Tal mercado, oferece diversas vagas para a área contábil, porém, apresenta-se cada vez mais exigente, devido aos avanços constantes na atualidade. Deste modo, podemos observar que as instituições necessitam de um maior número de aulas práticas e, atualização de alguns conteúdos para se adequar às exigências apresentadas para as vagas de trabalho ofertadas (FAHL e MANHANI, 2006).

Por meio dessa pesquisa chegou-se ao resultado que a maioria dos alunos do curso de Ciências Contábeis de uma faculdade da região do Alto Paranaíba de Minas Gerais possui entre dezessete e vinte anos de idade e a escolha do curso foi motivada pela visão de oportunidades no mercado de trabalho. A justificativa pela escolha da área pode ser compreendida pelas respostas seguintes, nas quais a maior parte afirmou que trabalha no comércio, nunca atuou na área contábil e busca maiores informações a respeito desta pela internet. Deste modo, buscam melhores oportunidades de emprego, observando que na maioria dos concursos divulgados nas mídias há vagas para formados em Ciências Contábeis. Além disso, o emprego com maior pretensão pelos participantes foi em órgão público, motivo pelo qual podemos supor que estes mesmos pretendem apenas concluir a graduação atual, não visando pós-graduações nem outras graduações, já que tendem a se preparar apenas para concursos.

A maioria dos estudantes diz dedicar-se ao estudo das matérias do curso ou a pesquisas na área contábil de uma a duas horas por semana e como a maioria deles não trabalha na área informaram que consideram a falta de experiência sua maior dificuldade para ingressar no mercado de trabalho. Sugere-se como pesquisas futuras o estudo de casos de outros cursos, outras instituições de ensino, como também uma pesquisa teórica empírica.

REFERÊNCIAS

AJZEN, I. FISHBEIN, M. Attitudes and the Attitude–Behavior Relation: Reasoned and Automatic Processes. **European Review of Social Psychology.** v. 11, n.1, 2000.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Patos de Minas.** 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/patos-de-minas/panorama>. Acesso em: 20 nov. 2018.

COELHO, C. U. F. Uma análise do ensino superior de contabilidade e do mercado de trabalho no município do Rio de Janeiro. **Revista Atena,** v. 4, n. 11, 2001.

FAHL, Alessandra Cristina; MANHANI, Lourdes P. de Souza. As Perspectivas do profissional contábil e o ensino de Contabilidade. **Revista de Ciências Gerenciais**, FUNADESP, v.10, n.12, 2006.

PANUCCI FILHO, Laurindo. Perspectivas profissionais dos estudantes de Ciências Contábeis. **Ciências Sociais em Perspectiva**, Araxá, v. 10, n. 19, p.113-131, jul. 2011.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **RAE – Revista de Administração de Empresas,** São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOMES, Lucivone Pereira et al. Perspectivas dos acadêmicos iniciantes e concluintes do curso de Ciências Contábeis em relação à profissão contábil UNEMAT – Campus Tangará da Serra-MT. **Revista Unemat de Contabilidade**, Campo Grande, v. 2, n. 3, p.211-226, jan. 2013.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a Questão?. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 22, n. 2, p.201-210, 2006.

MARION, José Carlos. **O Ensino da Contabilidade**, 2 ed. São Paulo:Atlas, 2001

MARQUES, Vagner Antônio; DIAS, Keli Cristina Meireles; SILVA, Lilian Karolina Correia da. Expectativas profissionais dos estudantes de Ciências Contábeis em uma universidade de Minas Gerais. **Percurso Acadêmico**, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p.107-127, jan. 2016.

MARTINS, Erika Camila Buzo; SERRALVO, Francisco Antônio; JOÃO, Belmiro do Nascimento. Teoria do Comportamento Planejado: Uma aplicação no mercado educacional superior. **Gestão & Regionalidade**, São Paulo, v. 30, n. 88, p.107-122, 2014.

PANUCCI FILHO, Laurindo. Perspectivas profissionais dos estudantes de Ciências Contábeis. **Ciências Sociais em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 10, p.113-131, jul. 2011.

PELEIAS, Ivam Ricardo et al. Evolução do ensino da contabilidade no brasil: uma análise histórica. **Revista Contabilidade e Finanças - USP**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.19-32, jul. 2007.

PIMENTEL, L. M.; SOUZA, M. A. O ensino da contabilidade e as perspectivas da profissão na atualidade: ênfase no profissional contábil que leciona em curso universitário. **E-civitas Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais**, UNI-BH, Belo Horizonte, vol. V, n. 1, jul. 2012.

PINTO, Marcelo de Rezende. A Teoria do Comportamento Planejado (TCP) e o Índice de Disposição de Adoção de Produtos e Serviços Baseados em Tecnologia (TRI): Uma Interface Possível? **Revista Gestão & Tecnologia**, Pedro Leopoldo, v. 7, n. 2, p.1-13, 2007.

SANTOS, Edicreia Andrade dos; ALMEIDA, Lauro Brito de. Seguir ou não carreira na área de contabilidade: um estudo sob o enfoque da Teoria do Comportamento Planejado. **Revista Cont. Fin. USP**, São Paulo, v. 29, n. 76, p.114-128, jan. 2016.

OTT, Ernani et al. Relevância dos conhecimentos, habilidades e métodos instrucionais na perspectiva de estudantes e profissionais da área contábil: estudo comparativo internacional. **Revista Cont. Fin. USP**, São Paulo, v. 22, n. 57, p.338-356, dez. 2011.

THEODORSON, George; THEODORSON, Anchilles. **A modern dictionary of sociology.** London, Methuen, 1970.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

IMPACTO DA RECEITA DE IPTU SOBRE A ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA PRÓPRIA: UM ESTUDO DOS MUNICÍPIOS MINEIROS

Mariana Martins Moreira[1]
Cleyde Cristina Rodrigues[2]

Resumo: Após a instauração da Nova Constituição Federal em 1988, houve a descentralização do poder, o que trouxe a caracterização da independência e autonomia dos Estados e Municípios brasileiros, ficando eles responsáveis pela geração e recolhimento de recursos para comporem a sua própria receita. Aos municípios, foram designadas as demandas de interesses locais e arrecadação de três impostos que compõem a sua receita própria, sendo eles: IPTU, ISS, ITBI. Diante dessa premissa, foi realizado um estudo de casos nos municípios de Minas Gerais, no lapso temporal de 2013 a 2017, para investigar qual o impacto da receita de IPTU sobre a arrecadação tributária própria dos municípios. Os dados para este estudo foram obtidos através da Receita Resultante de IPTU e Receita de impostos, ambos extraídos dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e utilizados para a construção de uma variável que representava o impacto percentual da receita de IPTU sobre a arrecadação própria de cada município mineiro. Foram realizados os seguintes testes estatísticos: *Kolmogorov-Smirnov*e *Shapiro-Wilk* (normalidade), Análise de Variância (ANOVA) e *Scott – Knott* para comparar as médias da variável em estudo. Defronteas conclusões, destacam-seo impacto percentual reduzido da participação do IPTU na arrecadação tributária total dos municípios mineiros e a influência do porte populacional e localizacionalda unidade municipal nos comparativos das estimativas das médias estudadas.

Palavras-chave: Imposto sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana. Arrecadação Tributária Própria. Mesorregiões. Minas Gerais.

Abstract: After the establishment of the New Federal Constitution in 1988, there was the decentralization of power, which brought the characterization of the independence and autonomy of the Brazilian States and cities, being responsible for the generation and collection of resources to compose their own revenue. The cities were designated the demands of local interests and collection of three taxes that make up their own revenue, being: “IPTU”, “ISS”, “ITBI”. Considering this premise, a case study was carried in the cities of Minas Gerais, in the time period from 2013 to 2017, to investigate the impact of “IPTU” (Predial and Urban

[1]Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Patos de Minas – FPM (2018). Contatos: mari.martinsm@yahoo.com.br; (34) 9186-2428.
[2]Mestra em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia-UFU (2016). Especialista em Contabilidade e Controladoria pela Faculdade Noroeste de Minas – FINOM (2014). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa – *Campus* Rio Paranaíba – UFV/CRP (2013). Professora do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Patos de Minas – FPM. Contato: cleyde.rodrigues@ufv.br.

Recebido em 01/04/2019
Aprovado em 20/04/2019

Territorial Taxes) revenue on the cities tax collection. The data for this study were obtained through the "IPTU" Resultant Revenue and Tax Revenue, both extracted from the Summary Reports of Budget Execution and used to construct a variable that represented the percentage impact of "IPTU" revenue on the own collection of each Minas Gerais cities. The following statistical tests were performed: Kolmogorov-Smirnov and Shapiro-Wilk (normality), Analysis of Variance (ANOVA) and Scott-Knott to compare the means of the study variable. Considering the conclusions, we highlight the reduced percentage impact of the "IPTU's" participation in the total tax collection of the cities of Minas Gerais and the influence of the population and location of the Minas Gerais cities in the comparative estimates of the averages studied.

Keywords: Urban Territorial Property Tax. Own Tax Collection. Mesorregiões. Minas Gerais.

1 INTRODUÇÃO

Souza (2005) afirma que a república Federativa do Brasil é composta por um sistema de triplo federalismo: União, Estados e Municípios. Esses três níveis de sistema estabeleceram-se a partir da Nova Constituição Federal instaurada em 1988, marcada pela descentralização do poder (federalismo), pela incorporação dos municípios à federação epela atribuição de competências legislativas e tributárias a cada componente da esfera do governo.

Arretche (2004) reforça que após a descentralização do poder pelo federalismo, ficou caracterizada a independência e autonomia dos Estados e Municípios, ficando eles responsáveis pela geração e recolhimento de recursos para comporem a sua receita própria.

A receita tributária municipal é obtida através da arrecadação dos impostos e taxas, sendo eles: o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza– ISS; o Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI e o Imposto sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana-IPTU (BRASIL, 1988), além de taxas, contribuições de melhorias e das transferências legais estaduais e federais (CAETANO et al., 2017).

Segundo Souza (2004) em pesquisa realizada em 2001, foi apontado que das receitas municipais, 1,8% dos principais impostos do país correspondiam à arrecadação do ISS, sendo o recolhimento de imposto mais importante em termos absolutos, e 1,4% correspondiam ao IPTU, correspondendo-se ao segundo maior imposto local.

Sob esse contexto, esta pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: Qual o impacto da receita de IPTU sobre a arrecadação tributária própria dos municípios de Minas Gerais?

Com base nessa premissa, este estudo, objetivou principalmente identificar a participação percentual do IPTU e sua relevância para a arrecadação tributária nos municípios mineiros, especificando-se apontar a receita tributária total dos municípios e o percentual do IPTU na receita total de impostos, assim, dar-se um comparativo da arrecadação do IPTU no período de 2013 a 2017, bem como averiguar o comportamento do IPTU quando os municípios estão agrupados por mesorregiões e por porte populacional.

Conforme Seleiro (2015, p. 9), "o IPTU é um dos impostos municipais mais tradicionais do sistema tributário brasileiro e pode representar um importante instrumento para a gestão municipal". A partir desta afirmativa, o presente estudo indicará, por meios estatísticos, a importância desse imposto para a receita dos municípios do estado de Minas Gerais.

O estado de Minas Gerais foi escolhido como objeto de estudo deste estudo, por ser o segundo estado do país com maior número de habitantes, o maior da Região Sudeste, o quarto em extensão territorial e o terceiro maior no que diz respeito à economia do país (CAETANO et al., 2017), e por possuir o maior número de municípios (853), divididos em 12 mesorregiões, sendo elas: Campo das Vertentes, Central Mineira, Jequitinhonha, Metropolitana de Belo Horizonte, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Oeste de Minas, Sul e Sudeste de Minas Gerais, Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce e Zona da Mata.

Para o delineamento deste estudo, foram utilizados dados extraídos dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO – Anexo X da Lei de Responsabilidade Fiscal); Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE e Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, coletados individualmente no sítio eletrônico do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE, pertencente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A DESCENTRALIZAÇÃO FISCAL E A DIVISÃO DE COMPETÊNCIAS

De acordo com Anjos (2012) o ano de 1988 foi um grande marco na história do Brasil, devido à homologação da Constituição da República Federativa do Brasil, por meio da qual o país passa a ser um Estado Democrático, deixando o regime militar, e responsabilizando-se por assegurar os direitos e deveres dos cidadãos e a delimitação de cada ente da esfera pública: União, Estados membros, Distrito Federal e Municípios.

Conforme apontado por Arretche (2004) a Nova Constituição trouxe a descentralização do poder, no qual os componentes são autônomos, ou seja, cabe a cada um a competência política, administrativa, legislativa e tributária, podendo afixar e arrecadar impostos e taxas, além de estabelecer o fato gerador e seus contribuintes.

Anjos (2012) acredita que a única competência comum entre os entes da República é zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público, conforme artigo 23 da Constituição Federal.

A esse respeito, Souza (2005, p. 116) declara:

> A Constituição assegura capacidade de tributar aos três níveis de governo. Alguns impostos e contribuições são exclusivos da esfera que os arrecada, outros são coletados pela União e partilhados com estados e municípios, outros ainda são coletados pelos estados e partilhados com os municípios.

Para a União, designou-se a responsabilidade sobre os interesses nacionais, criação e a modificação de impostos e arrecadação do Imposto de Importação – II, Imposto sobre Operações Financeiras – IOF, Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Física – IRPJ e IRPF (BRASIL, 1988).

Aos Estados, foram atribuídos os interesses regionais e arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD (BRASIL, 1988).

Já os Municípios, são responsáveis pelas demandas de interesses locais e a arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Predial Territorial Urbano – IPTU, Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN e Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens e Direitos – ITBI (BRASIL, 1988).

Verifica-se, portanto, que a descentralização política e fiscal apresentada pela Constituição Federal apresentou aos entes federados, sendo eles os estados e municípios, a possibilidade de arrecadação local de alguns impostos, cuja utilização poderia ser destinada diretamente ao atendimento das demandas da comunidade. Contudo, apesar da liberdade de legislar sobre esse tipo de arrecadação, os entes federados tornam-se mais responsáveis pela aplicação desses recursos e pela gestão no atendimento aos interesses públicos regionais.

2.2 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA

De acordo com o art. 16 do Código Tributário Nacional, "imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independentemente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte" (BRASIL, 1966, p. 130). Em outras palavras, é uma imposição onerosa, através da afixação de alíquotas aos cidadãos, denominados contribuintes, sem que haja uma contraprestação por parte do Estado, ou seja, é uma espécie de tributo não vinculado (DUARTE; ALCANTARA 2013).

Quanto a sua natureza, os impostos podem ser classificados como diretos e indiretos fixos e variáveis, proporcionais, progressivos e regressivos (DUARTE; ALCANTARA, 2013). Os impostos diretos, são cobrados diretamente do contribuinte que praticou o ato que desencadeou o fato gerador, incide na sua capacidade contributiva, através do seu rendimento salarial, posse de bens como casa, carro entre outros, como ocorre na arrecadação do IR, IRPJ e IPTU. Os indiretos são repassados ao contribuinte embutidos no preço final dos produtos ou serviços por ele adquiridos, como exemplos o ICMS e o IPI (DUARTE; ALCANTARA 2013; TRISTÃO, 2003).

Os impostos fixos possuem a mesma base de cálculo para todos os contribuintes, não sendo necessária a realização de cálculos, na maioria das vezes os fixos são também proporcionais. Os impostos variáveis, como o próprio nome já diz, variam de acordo com a base de cálculo. Em relação aos impostos progressivos e regressivos, a alíquota incidirá na mesma proporção da base de cálculo, sintetizando, à medida que a base de cálculo é aumentada a alíquota sobre ela será maior e vice-versa (DUARTE; ALCANTARA 2013; CHIMENTI, 2012).

Conforme Tristão (2003) as taxas e contribuições de melhorias são de competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, são tributos vinculados a uma atuação estatal específica, são necessários à contraprestação de algum serviço público para que haja a cobrança.

Já Chimenti (2012) afirma que as taxas são tributos oriundos da prestação de serviços públicos, sejam eles específicos (individuais) como, por exemplo, expedição de certidões, ou gerais (coletivos) como ocorre no caso da iluminação pública. O seu fato gerador e base de cálculo não podem ser idênticos a outro tributo, sendo assim, a receita advinda da arrecadação desse tributo deve ser gasta exclusivamente para o fim ao qual foi arrecadada.

Chimenti (2012) acredita que as contribuições de melhoria, são tributos vinculados arrecadados a partir de obras públicas, que proporciona a valorização imobiliária do contribuinte, não sendo permitido que o valor obrigatório de pagamento seja maior que a valorização do imóvel.

Nesse sentido, os entes federados têm a possibilidade de constituírem suas receitas fiscais por meio de impostos, taxas e contribuições de melhoria, cada qual com sua finalidade de arrecadação.

2.3 OS IMPOSTOS SOB COMPETÊNCIA DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL

Os Municípios são responsáveis pelas demandas de interesses locais e a arrecadação de três impostos, sendo eles, o Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbano – IPTU, Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISS e o Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens e Direitos – ITBI (BRASIL, 1988).

De acordo com Anjos (2012) os municípios são unidades federativas por apresentarem características de autonomia, capacidade para legislar, autogovernar, administrar e criar suas leis.

Por outro lado, Silva (2011) ressalta que os municípios não são entidades federativas e sim componentes da federação, dado que faltam a eles elementos característicos para ocuparem tal posição.

A receita pública municipal é basicamente obtida de duas fontes: a arrecadação própria que é composta pelas arrecadações referentes às contribuições de melhoria, taxas e impostos (ITBI, ISS e IPTU), e através das transferências constitucionais do FPM – Fundo de Participação dos Municípios e das transferências legais e voluntárias que são obtidas através de convênios feitos entre a União e os Municípios (CAETANO et al., 2017).

Para Souza (2004) o Fundo de Participação dos Municípios é uma parcela da arrecadação prevista na Constituição dos impostos federais IR e IPI, que são destinados às capitais, aos municípios do interior e aos municípios com menor número de habitantes. As transferências estaduais consistem em ¾ (três quartos) da arrecadação de ICMS e são importantíssimas para os municípios que são economicamente mais desenvolvidos, enquanto o FPM é mais vital para os municípios com menor população e que possuem baixa capacidade de recurso para obter uma base tributária que os permita serem mais independentes economicamente.

Para Massardi e Abrantes (2014) as transferências constitucionais são de suma importância para os municípios que possuem baixa capacidade de recurso para obter uma base tributária, tornando-os economicamente dependentes dessas transferências.

Conforme descrito por Caetano (2017) as receitas municipais são compostas também por transferências constitucionais, legais e voluntárias. Nesse sentido, partes dos tributos arrecadados pela União e Estados são destinados aos municípios, sendo eles: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR (50%), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA (50%), Imposto de Renda – IR (48%), Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS (25%) e Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI (23,5%).

Para Carneiro (2012) o Imposto sobre Transmissão Inter Vivos é um imposto direto, que tem por finalidade arrecadar receita para os municípios e o Distrito Federal, previsto na Constituição de 1988. Para que haja a incidência do ITBI, é necessária a transmissão onerosa entre pessoas vivas, de bens imóveis urbanos e rurais, seja essa transmissão de propriedade por meio de compra, venda ou cessão de direitos a sua aquisição, ou seja, direitos hereditários.

O ITBI não incide sobre transmissões não onerosas, transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica. Quando a transmissão for de bens ou direitos provenientes de fusão, cisão, ou extinção de entidades, a não ser que o objeto dessa entidade seja compra e venda de bens e direitos, locação de imóveis ou arrendamento mercantil também não incidira a cobrança (SELEIRO 2015; CARNEIRO, 2012). Segundo esses autores, sua base de cálculo é o valor venal de bens e direitos transmitidos, por se tratar de um imposto real sua alíquota é proporcional e estabelecida pelo Município responsável pelo recolhimento, não podendo a alíquota ultrapassar os limites estabelecidos em Resolução do Senado Federal.

Outro imposto de competência dos Municípios e Distrito Federal é o ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), ou simplesmente ISS, como é conhecido (SELEIRO 2015; CARNEIRO, 2012). O ISS é um imposto real, direto ou indireto que assim como os demais tem a finalidade de arrecadação de recursos financeiros para os entes responsáveis pela sua arrecadação.

De acordo com Seleiro (2015) sua incidência ocorre sobre as operações de serviço de qualquer natureza, que estejam definidos em lei complementar, podendo, essa ser por pessoa jurídica ou pessoa física na qualidade de autônomo. Nesse sentido, operações que não possam

ser consideradas como serviço, seja ele de qualquer natureza, não poderão sofrer incidência desse imposto.

Seleiro (2015) acredita que a base de cálculo é o valor bruto do preço do serviço prestado e a alíquota vai depender de quem prestou o serviço, se for pessoa física a alíquota será proporcional ao valor bruto do preço do serviço, no caso de pessoa física (autônomo) a alíquota será fixa, calculada a partir do valor pago em determinado período.

Segundo Castro (2018) o Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana foi instituído na "décima urbana", também conhecida como imposto sobre prédios. Acreditava-se que no Brasil, durante esse período, apenas os prédios habitáveis eram tributados. Segundo esse mesmo autor, com o passar dos anos, a Constituição sofreu diversas alterações, a Constituição de 1981 passou a tratar o IPTU como de competência dos Estados e sua incidência era sobre imóveis urbanos e rurais, sendo eles edificados ou não. Já a Constituição de 1934 dividiu o IPTU em dois impostos: um territorial e o outro predial, ficando os dois sob a responsabilidade dos municípios, enquanto o territorial rural passou a ser de competência da União.

De acordo com Castro (2018) na Constituição de 1937, permaneceu a divisão dos impostos, mudando apenas a entidade responsável. A tributação da propriedade predial urbana manteve-se com os municípios e a da propriedade territorial passou a ser responsabilidade dos Estados. Em 1946 a Constituição estabeleceu que fosse apenas um imposto e a competência voltou para os municípios, o que permaneceu até a Constituição de 1988.

Castro (2018, p. 28-31) lista as seguintes características do imposto supracitado:

- **Fiscal:** tem como finalidade arrecadar receita para os municípios e o Distrito Federal;
- **Extrafiscal:** aumento progressivo da alíquota quando o proprietário, titular do domínio útil, descumpre a função social da propriedade urbana;
- **Imposto Direto:** a obrigação tributária recai diretamente no proprietário, titular do domínio ou possuidor de forma definitiva;
- **Real:** é instituído sobre o fato gerador, ou seja, apenas sobre a posse do bem;
- **Não Vinculado:** não está ligado a qualquer atividade estatal;
- **Permanente:** enquanto houver posse sobre a propriedade, haverá a incidência do imposto;
- **Complexivo:** refere-se a todo exercício financeiro;

- **Anterioridade:** a majoração da alíquota se sujeita à anterioridade máxima – exercício financeiro e noventa dias – enquanto a base de cálculo se submete apenas à anterioridade do exercício financeiro.

Segundo Veloso (2011) o IPTU incide sobre terrenos e qualquer espécie de construção, sendo ela finalizada, paralisada, em andamento, interditada, condenada, em ruína ou em demolição, desde que esse bem esteja localizado em zona ou extensão urbana.

Carneiro (2012) complementa que existem algumas particularidades em relação à incidência do imposto, devido às imunidades genéricas, previstas no inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal, que traz a limitações do poder de tributar:

> VI – instituir impostos sobre:
> a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;
> b) templos de qualquer culto;
> c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, [...] (BRASIL, 1988).

Conforme art. 32 do Código Tributário Nacional (BRASIL, 1966), para que a área de localização do imóvel seja considerada urbana é necessário atender pelo menos dois dos seguintes critérios:

> I – meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
> II – abastecimento de água;
> III – sistema de esgotos sanitários;
> IV – rede de iluminação pública com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
> V – escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

O fato gerador do Imposto sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana é a propriedade, posse ou domínio útil do bem imóvel. O contribuinte é o proprietário ou titular do domínio (VELOSO, 2011).

Carneiro (2012) evidencia que o IPTU tem como base de cálculo o valor que o imóvel alcançaria no caso de venda à vista, conforme descrito no art. 33 do CTN, embora esses valores não sejam atualizados conforme deveria ocorrer, além, de serem calculados pelo município titular do local do imóvel.

A alíquota do IPTU é estabelecida através de Lei Ordinária Municipal, podendo também, ser estabelecida através de lei pelo Distrito Federal e União, quando estes estiverem no exercício de competência cumulativa (CARNEIRO, 2012), podendo ser classificada, como progressiva fiscal e extrafiscal ou diferenciada (CASTRO, 2012):

- **Fiscal:** a alíquota cresce em função do crescimento proporcional da base de cálculo (valor venal);
- **Extrafiscal:** a alíquota é fixada com o intuito de desestimular os descumprimentos da função social da propriedade;
- **Diferenciada:** a alíquota pode variar conforme a localização e o uso do imóvel.

Carneiro (2012) afirma que em relação ao sujeito ativo e sujeito passivo, descreve-se o seguinte: sujeito ativo do Imposto sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana é o município, sendo esse no exercício da sua competência privativa, e o Distrito Federal e a União no exercício de sua competência cumulativa. Já o sujeito passivo, é dividido entre o contribuinte e o responsável; o contribuinte pode ser o proprietário, o nome que consta no Cartório de Registro de Imóveis como titular do bem, titular do domínio útil, aquele que detém direitos sobre o imóvel, o possuidor, aquele que tem interesse em se tornar dono do imóvel. O responsável é a pessoa que adquire o bem, se tornando responsável pelos impostos que incidirem sobre a propriedade, mesmo antes de sua aquisição, o que nesse caso caracteriza-se como fato gerador.

Sob esse contexto, os municípios foram os entes mais beneficiados no processo de descentralização, sendo caracterizados como unidades federativas independentes, cabendo a eles a responsabilidade de arrecadar e administrar sua própria receita, sendo estacompósita pelas taxas de contribuições de melhoria, transferências constitucionais e pelos impostos ISS, ITBI e IPTU.

3 METODOLOGIA

Segundo a metodologia de classificação de pesquisas, proposta por Gil (2002), este estudo classifica-se como exploratório e descritivo, do ponto de vista dos objetivos propostos. Sob a ótica dos procedimentos técnicos a serem utilizados, esta investigação configura-se em uma pesquisa bibliográfica, pois sua base teórica foi construída com base em artigos científicos, publicações em periódicos, dissertações, teses e livros. Além de bibliográfica, este estudo também pode ser classificado como documental, devido à utilização dos Relatórios Resumidos

de Execução Orçamentária (RREO – Anexo X da Lei de Responsabilidade Fiscal) dos municípios do Estado de Minas Gerais.

Marconi e Lakatos (2001) complementam que a pesquisa documental é proveniente de fontes primárias, da instituição que está fazendo o estudo, sua composição pode ser proveniente de materiais não elaborados, escritos ou não. Classifica-se também como uma pesquisa quantitativa, pois se apoia basicamente em dados estatísticos de variáveis construídas por meio de dados numéricos.

O espaço de análise utilizado nesta pesquisa foi o estado de Minas Gerais, considerando sua subdivisão em unidades municipais e suas doze mesorregiões, conforme trabalho similar realizado por Caetano et al. (2017). A listagem dos municípios e mesorregiões foi obtida no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2018).

Os municípios mineiros foram classificados de acordo com o porte populacional (PORTE), segundo metodologia proposta pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2005), com o objetivo de buscar maiores comparações entre os grupos de municípios: PP1 (pequeno porte 1): até 20.000 habitantes, PP2 (pequeno porte 2): de 20.001 a 50.000 habitantes, MP (médio porte): de 50.001 a 100.000 habitantes, GP (grande porte): de 100.001 a 900.000 habitantes e ME (metrópole): acima de 900.000 habitantes.

Para o delineamento deste estudo, foi construída a variável PERCIPTU, a qual indica o percentual de composição do IPTU nas receitas provenientes de arrecadação própria de cada município do estado de Minas Gerais, por meio da seguinte razão:

$$\text{PERCIPTU} = \frac{\text{RECEITA RESULTANTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU}}{\text{RECEITA DE IMPOSTOS}} \times 100$$

Os dados utilizados na construção da variável PERCIPTU (receita resultante do IPTU e receita de impostos – coluna Receitas Realizadas) foram extraídos dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO – Anexo X da Lei de Responsabilidade Fiscal) - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, coletados individualmente no sítio eletrônico, do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE, pertencente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (SIOPE, 2018), referentes ao período de 2013 a 2017.

O estado de Minas Gerais contempla 853 (oitocentos e cinquenta e três) municípios, agrupados em 12 (doze) mesorregiões, conforme Tabela 01:

TABELA 01 - Distribuição dos municípios mineiros em mesorregiões.

Mesorregiões	Quantidade de Municípios
01. Noroeste de Minas	19
02. Norte de Minas	89
03. Jequitinhonha	51
04. Vale do Mucuri	23
05. Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	66
06. Central Mineira	30
07. Metropolitana de Belo Horizonte	105
08. Vale do Rio Doce	102
09. Oeste de Minas Gerais	44
10. Sul/Sudoeste de Minas	146
11. Campo das Vertentes	36
12. Zona da Mata	142
Total	853

FONTE: Autoria própria com base no IBGE (2018).

A princípio, todos os municípios mineiros contemplariam o escopo desta pesquisa. Contudo, nem todas as unidades municipais transmitiram o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO ao Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE. Optou-se, portanto, pela exclusão dos municípios que não apresentaram pelo menos o RREO no período estudado (2013 a 2017), reduzindo, assim, o número de municípios que compuseram a base de dados. Os municípios excluídos da base de dados foram: Bandeira do Sul, Belmiro Braga, Campo do Meio, Candeias, Claro dos Poções, Coroaci, Esmeraldas, Florestal, Igaratinga, Ilicínea, Inhaúma, Itacarambi, Jacutinga, Leandro Ferreira, Miraí, Onça de Pitangui, Pedrinópolis, Pescador, Rio Acima, Rio Preto, São Gonçalo do Pará, São Gonçalo do Rio Abaixo, São José da Varginha, Senador José Bento, Umburatiba. Por fim, os dados referentes ao município da mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, Catas Altas da Noruega, foi excluído devido apresentar índices superiores a 100%, o que poderia afetar o estudo das médias.

Primeiramente, foram realizados os testes de normalidade de *Kolmogorov-Smirnov*e *Shapiro-Wilk*da variável selecionada, com o auxílio do *software* estatístico *IBM SPSS Statistics® 22*, conforme Tabela 02:

TABELA 02 - Resultados dos testes de normalidade da variável PERCIPTU.

Kolmogorov-Smirnov			*Shapiro-Wilk*		
Estatística	df	Valor-P	Estatística	df	Valor-P
0, 092	4135	0, 000	0, 933	4135	0, 000

FONTE: Saída IBM SPSS (2018).

Analisando os valores-P de ambos os testes de normalidade, verifica-se que os índices que compõem a variável PERCIPTU não apresentam uma distribuição normal, ao nível de 5% de significância.

Considerando os resultados dos testes de normalidade obtidos, realizou-se o teste de Análise de Variância (ANOVA) em blocos casualizados e, posteriormente, o teste de *Scott-Knott* para comparar os percentuais médios de composição do IPTU nas receitas provenientes de arrecadação própria, apresentados pelos municípios estudados, por meio do software estatístico SISVAR® versão 5.6.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU configura um imposto instituído pela Constituição de 1988, cuja incidência ocorre sobre as propriedades urbanas (DUARTE; ALCÂNTARA, 2013). Segundo esses mesmos autores, a função do IPTU é fiscal, considerando que o objetivo primordial de sua arrecadação é a obtenção de recursos financeiros para custear os serviços públicos ofertados à população dos municípios mineiros.

No entanto, vários estudos identificaram que o IPTU carrega o título de imposto com maiores índices de inadimplência no Brasil, apesar de constituir-se em uma importante fonte de arrecadação e composição das receitas públicas municipais (DUARTE; ALCÂNTARA, 2013).

Sob esse contexto, buscou-se conhecer a realidade dos municípios mineiros quanto à arrecadação do IPTU, e sua participação na arrecadação tributária própria, considerando que os municípios mais autônomos são aqueles que apresentam menor dependência das transferências de outros entes governamentais e têm a possibilidade de aperfeiçoarem a prestação dos serviços públicos (CAETANO; ÁVILA; TAVARES, 2017).

Primeiramente, procedeu-se, um levantamento sobre os valores totais de receita própria e IPTU arrecadados pelos municípios mineiros, no período de 2013 a 2017, conforme a Tabela 03 a seguir:

TABELA 03 - Arrecadação tributária própria (receita total) e arrecadação de IPTU pelos municípios mineiros (2013 a 2017)

Ano	Receita Total (R$)	Arrecadação IPTU (R$)
2013	6 817 953 684,69	1 367 491 714,75
2014	7 664 973 633,29	2 150 391 211,03
2015	7 905 852 772,53	2 357 067 436,73
2016	8 262 682 562,53	2 596 379 250,71
2017	8 939 586 264,31	3 009 356 526,13

FONTE: Autoria própria (2018).

Nota-se, por meio de análise da Tabela 03, que a arrecadação tributária total dos municípios mineiros, apresentou valores absolutos crescentes, acompanhados pela arrecadação de IPTU, desconsiderados o impacto inflacionário do período.

Procedeu-se, inicialmente, a análise descritiva da variável em estudo, conforme a Tabela 04:

TABELA 04 - Análise descritiva da variável PERCIPTU

Nº de dados	Média	Mediana	Variância	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
4135	18,49	15,77	195,02	13,96	-0,84	100,00

FONTE: Autoria própria (2018).

De acordo com a Tabela 04, os dados que compõem a variável PERCIPTU, em um total de 4135 informações, referentes ao período de 2013 a 2017, de 827 municípios mineiros (96,9% do total de unidades municipais), apresentaram uma média de 18,49%, mediana 15,77% e variância e desvio padrão um pouco elevados (195,02 e 13,96, respectivamente), o que poderia ser explicado, em partes, pela distância entre os valores de mínimo (-0,84%) e máximo (100%), apresentados nos dados coletados.

TABELA 05 - Análise descritiva da variável PERCIPTU por ano

Ano	Média	Mediana	Variância	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
2013	18,55	15,25	198,61	14,09	0,00	69,48
2014	17,79	14,63	192,47	13,87	-0,84	98,93
2015	18,42	16,05	191,53	13,83	-0,14	100,00
2016	18,19	15,46	195,61	13,98	0,00	100,00
2017	19,47	17,45	196,27	14,00	0,00	100,00

FONTE: Autoria própria (2018).

Verifica-se, a partir da análise da Tabela 05 supracitada, que a média percentual da arrecadação do IPTU, apresentou no decorrer dos anos um crescimento positivo, tendo, respectivamente, uma média e a mediana com inferioridade de 17,79% e 14,63%, e uma média e mediana com superioridade de 19,47% e 17,45%.

A Tabela 06 a seguir, apresenta uma análise descritiva semelhante, considerando a subdivisão dos municípios mineiros em suas mesorregiões:

TABELA 06 - Análise descritiva da variável PERCIPTU por mesorregiões

Mesorregião	Média	Mediana	Variância	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Campo das Vertentes	21,16	21,34	113,86	10,67	3,62	52,26
Central Mineira	20,79	19,78	114,44	10,69	1,91	47,27
Jequitinhonha	10,08	9,24	32,37	5,68	2,00	25,40
Metropolitana de BH	18,53	17,51	126,18	11,23	0,22	45,83
Noroeste de Minas	10,02	9,64	24,15	4,91	2,29	19,48
Norte de Minas	7,40	5,11	50,31	7,09	0,04	32,25
Oeste de Minas	21,99	21,69	160,94	12,68	1,43	47,63
Sul/Sudoeste de Minas	28,43	28,30	166,48	12,90	4,63	65,74
Triângulo/Alto Paranaíba	17,32	17,31	89,39	9,45	0,64	37,56
Vale do Mucuri	9,44	7,86	73,97	8,60	0,38	41,88
Vale do Rio Doce	14,65	12,11	103,83	10,18	0,34	41,62
Zona da Mata	22,10	20,15	173,09	13,15	0,66	60,86

FONTE: Autoria própria (2018).

Com base na análise dos dados máximo, mínimo e desvio padrão da Tabela 06, é possível verificar as mesorregiões onde houve maior e menor média percentual de arrecadação do IPTU, em relação à receita tributária total arrecadada. Os municípios que compõem as mesorregiões Sul/Sudoeste de Minas (65,74%) e Zona da Mata (60,86%) foram os que apresentaram maior arrecadação, enquanto os municípios das mesorregiões Norte de Minas e Metropolitana de BH obtiveram médias percentuais mais baixas, sendo essas 0,04% e 0,22%, consecutivamente, tendo ambos os desvios padrão semelhantes, porém distintos.

Considerando a diversidade dos municípios mineiros, optou-se também por um estudo da referida variável com relação ao porte populacional, conforme Tabela 07:

TABELA 07 - Análise descritiva da variável PERCIPTU por porte populacional

Porte Populacional	Média	Mediana	Variância	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
PP1- Pequeno Porte 1 (639)	16,48	13,37	144,69	12,02	0,04	60,86
PP2- Pequeno Porte 2 (119)	22,84	21,69	173,38	13,16	1,66	65,74

MP- Médio Porte (36)	28,28	28,40	125,53	11,20	5,92	58,89
GP- Grande Porte (32)	30,93	30,59	60,55	7,78	12,92	45,83
ME- Metrópole (1)	35,22	34,49	6,25	2,50	32,72	39,11

FONTE: Autoria própria (2018).

É possível averiguar que a estimativa de média dos municípios mineiros, agrupados por porte populacional, aumenta de acordo com a população, ou seja, municípios de pequeno porte apresentam menores estimativos de médias, (16,48 e 22,84), seguidos dos municípios de médio porte (28,28), grande porte (30,93) e metrópole (35,22). Percebe-se, também, que municípios de grande porte e a metrópole apresentam dados mais homogêneos, de acordo com as estimativas de desvios padrões apresentados. Os municípios de pequeno e médio porte apresentam estimativas de médias mais heterogêneas, o que poderia ser explicado pela maior quantidade de unidades municipais contempladas.

A Tabela 08 apresenta os resultados do teste de Análise de Variância realizado com a variável PERCIPTU, tendo como fator de variação as mesorregiões e o porte dos municípios:

TABELA 08 - Análise de variância da variável PERCIPTU dos municípios que compõem as mesorregiões do estado de Minas Gerais (2013 a 2017).

Fator de Variação	Graus de Liberdade	Soma dos Quadrados	Quadrados Médios	Fcalculado	Valor-P
MESORREGIÃO	11	35689, 796846	3244, 526986	31, 568	0, 0000
PORTE	4	13517, 731551	3379, 432888	32, 880	0, 0000
Erro	811	83354, 487375	102, 779886		
Total corrigido	826	132562, 015772			
Coeficiente de Variação:		54,82 %			
Média Geral:	18, 4939927		Número de observações: 827		

FONTE: Autoria própria (2018).

Infere-se que, por meio da análise de variância, as estimativas de médias dos percentuais de composição da receita tributária própria, formados pela arrecadação de IPTU (PERCIPTU) dos municípios mineiros, apresentam diferenças estatísticas quanto às mesorregiões e quanto ao porte populacional, a um nível de 95% de confiança. Os dados que compõem a variável em estudo apresentam uma variabilidade mediana (54,82%) e uma média geral de 18,49%.

Por meio do teste de Scott-Knott, foi possível verificar as diferenças estatísticas entre as estimativas das médias da variável em estudo, conforme Tabela 09:

TABELA 09 - Resultado do teste de *Scott-Knott*, sobre as estimativas de médias dos percentuais de composição da receita tributária própria, formados pela arrecadação de IPTU (PERCIPTU) dos municípios do estado de Minas Gerais por mesorregião (2013 a 2017).

Fator de Variação (MESORREGIÃO)	Médias (PERCIPTU)	Fator de Variação (MESORREGIÃO)	Médias (PERCIPTU)
Norte de Minas	7,40 a	Metropolitana de BH	18,53 c
Vale do Mucuri	9,44 a	Central Mineira	20,79 c
Noroeste de Minas	10,02 a	Campo das Vertentes	21,16 c
Jequitinhonha	10,08 a	Oeste de Minas	21,99 c
Vale do Rio Doce	14,65 b	Zona da Mata	22,10 c
Triângulo/Alto Paranaíba	17,32 c	Sul/Sudoeste de Minas	28,43 d

*Estimativas de médias seguidas de mesma letra não diferem estatisticamente por meio do teste de *Scott-Knott* ao nível nominal de significância de 0,05.
FONTE: Autoria própria (2018).

Nota-se que, a partir da análise da Tabela 09, as mesorregiões do Estado de Minas Gerais foram subdividas em quatro grupos distintos e estatisticamente iguais, com base na média percentual da variável PERCIPTU, sendo assim, possível elencar as mesorregiões quanto ao percentual arrecadado.

O primeiro grupo é composto pelas mesorregiões que obtiveram a menor arrecadação, Norte de Minas (7,40%), Vale do Mucuri (9,44%), Noroeste de Minas (10,02%) e Jequitinhonha (10,08%).

A mesorregião do Vale do Rio Doce integra o segundo grupo com um percentual de 14,65%, tendo em vista que a diferença em percentuais para o primeiro grupo é pequena, mas estatisticamente são diferentes.

O terceiro grupo formado pelas mesorregiões do Triângulo/Alto Paranaíba (17,32%), Metropolitana de BH (18,53%), Central Mineira (20,79%), Campo das Vertentes (21,16%), Oeste de Minas (21,99%), e Zona da Mata (22,10%),são os que apresentaram um percentual considerável de arrecadação. O quarto grupo é composto apenas de uma mesorregião, Sul/Sudoeste de Minas a qual apresentou a maior média de arrecadação 28,43%.

Massardi e Abrantes (2014) ressaltam a elevada desigualdade econômica e social que há no Estado de Minas Gerais, contemplando, assim, municípios pouco desenvolvidos e com baixos índices socioeconômicos, os quais tendem a arrecadar menos tributos em relação a municípios mais desenvolvidos e com maior autonomia financeira.

A Tabela 10 apresenta de forma semelhante, os resultados auferidos com o teste de *Scoot-Knott* das estimativas das médias, que compõem a variável analisada com base no fator de variação do porte populacional dos municípios:

TABELA 10 - Resultado do teste de *Scott-Knott*, sobre as estimativas de médias dos percentuais de composição da receita tributária própria, formados pela arrecadação de IPTU (PERCIPTU) dos municípios do estado de Minas Gerais por porte populacional (2013 a 2017).

Fator de Variação (PORTE)	Médias (PERCIPTU)	Fator de Variação (PORTE)	Médias (PERCIPTU)
PP1	16,48 a	GP	30,93b
PP2	22,84 a	ME	35,22 b
MP	28,28 b		

*Estimativas de médias seguidas de mesma letra não diferem estatisticamente por meio do teste de *Scott-Knott* ao nível nominal de significância de 0,05.
FONTE: Autoria própria (2018).

A Tabela 10 acarreta a classificação dos municípios de Minas Gerais por porte populacional, por meio do teste de *Scott-Knott*, estando, assim, subdivididos em dois blocos estatisticamente iguais. O primeiro bloco é composto pelos municípios de pequeno porte PP1 (até 20.000 habitantes) e PP2 (20.001 a 50.000 habitantes) com estimativas de médias estatisticamente iguais. O segundo bloco traz os municípios de médio porte MP (50.001 a 100.000), grande porte GP (100.001 a 900.000 habitantes) e metrópole ME (acima de 900.000 habitantes) com estimativas de médias estatisticamente iguais.

Percebe-se que, o porte populacional interfere na arrecadação do imposto analisado, onde mesorregiões com população de até 50.000 habitantes (PP1 e PP2) arrecadam valores inferiores a mesorregiões que possuem taxa populacional mais elevada. Essa variação de arrecadação, quanto ao porte populacional, pode-se dar pelo fato de municípios com índice populacional menor possuírem baixo nível de atividade econômica, não gerando receita tributária suficiente, outro motivo que pode explicar essa variação são as transferências constitucionais repassadas aos municípios pelo governo. Essas transferências, conforme afirmam os autores Massardi e Abrantes (2014), são recursos obtidos através da arrecadação de impostos e repassados aos municípios com menos habitantes e que podem desestimular a exploração para captação de receita própria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em consideração o principal objetivo principal deste trabalho de identificar a participação percentual do IPTU e sua relevância para a arrecadação tributária nos municípios mineiros, percebe-se que a estimativa de média percentual global do IPTU, em relação à receita total de tributos, é de aproximadamente 18,49%, sendo considerado de relevância e impacto medianos para os municípios mineiros.

Na análise comportamental da arrecadação do IPTU em relação à receita total de impostos no período de 2013 a 2017, apresentaram-se os valores crescentes e absolutos. Considera-se possível que a progressão desses valores possa ter ocorrido devido à facilidade em adquirir imóveis através dos projetos e programas Governo Federal como "Minha casa, minha vida" que vem beneficiando e ajudando a população de baixa renda do país na conquista da casa própria.

Nota-se também que a arrecadação varia conforme o número de habitantes e a mesorregião. Agrupamentos compostos por municípios de menor porte populacional arrecadam menos impostos em relação aos municípios mais populosos e de maior porte. Essa variação pode ser explicada por fatores socioeconômicos. Os municípios mais desenvolvidos provavelmente possuem mais possibilidades de gerar receita tornando-se assim menos dependentes das transferências constitucionais, valores esses que nem sempre têm sido repassados aos municípios devido à crise financeira que acomete o Governo atualmente.

Nesse contexto e considerando os resultados apresentados após a realização dos testes estatísticos, o IPTU não exerce alta influência na receita total de impostos dos municípios de Minas Gerais o os possíveis fatores que podem justificar a baixa arrecadação do imposto analisado é a falta de fiscalização por parte dos órgãos responsáveis, nesse caso as prefeituras, da atualização do valor venal dos imóveis, do alto índice de inadimplência e da atuação das transferências constitucionais, que muitas vezes desestimula os municípios a cobrança de tributos próprios, dado que a unidade municipal fica confiando na entrada das receitas enviadas pelos governos federal e estadual.

Para pesquisas futuras, recomenda-se o estudo da comparação dos impostos de responsabilidade municipal para verificar qual é o de maior importância financeira para os municípios, bem como o levantamento das possíveis razões que levam os municípios à baixa arrecadação de IPTU.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Rubya Floriani dos. **Estado Federal e repartição das competências tributárias.** Conteúdo Jurídico**,** Brasília-DF, 2012.

ARRETCHE, Marta. **Federalismo e Políticas Sociais no Brasil problemas de coordenação e autonomia**.São Paulo em Perpesctiva**,**v. 18, n. 34, p. 106-123, 2004.

BRASIL.**Constituição da República Federal do Brasil de 1988,** Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis a União, Estados e Municípios, Brasília, 1966.

CAETANO, Cleyde Cristina Rodrigues; ÁVILA, Lucimar Antônio Cabral de; TAVARES, Marcelo.**A relação entre as transferências governamentais,a arrecadação tributária própria e o índice de educação dos municípios de Minas Gerais**.Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.51, n.5, p. 897-916, 2017.

CARNEIRO, Cláudio. **Impostos Federais,Estaduais e Municipais** . 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2012.

CHIMENTI, Ricardo. **Direto Tributário** . 15. ed. [S.l.]: Saraiva Educação, 2012. 90-100 p. v. 16.

DUARTE, J.A.A; ALCANATARA,S.A.O impacto da arrecadação do IPTU no orçamento público do minucípio de Francisco Santos/PI.**Caderno Gestão Pública,** n. 1, p. 73-96.2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Divisão Territorial Brasileira.** 2018. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_dtb_int.shtm. Acesso em: 08 mai. 2018.

MASSARDI, Welilington de Olievira; ABRANTES, Luiz Antônio. **A Classificação dos municipios mineiros em relação a composição de suas receitas**. Gestão, Finanças e Contabilidade, ISNN 2238-5320, UNEB, Salvador, v.4, n.1, p. 144-161, 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS.** Brasília: SNAS, 2005.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO – SIOPE. **Demonstrativos das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE – Municípios**. Disponível em: HTTPS://www.fnde.gov.br/siope/relatorioRREOMunicipal2006. do. Acesso em: 10 jan. 2018.

SELEIRO, Talita Aguiar, **A importância do IPTU na arrecadação tributária:** um estudo de caso no município de Congonhas, Minas Gerais. Lavras, 2015. 55f. Monografia (Graduação em Administração Pública) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015.
SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo,** 34° ed.,São Paulo:Malheiros, 2011, p.101.

SOUZA, Celina. **Federalismo, Desenho Consttucional e Instituições Federativas no Brasil Pós-1988.** Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n 5, p. 105-121, 2005.

SOUZA, Celina. **Governos Locais e Gestão de Políticas Sociais Universais.** São Paulo em Perpesctiva, v. 18, n. 2, p. 27-41, 2004.

TRISTÃO, José Americo Martelli, **A administração Tributária dos municípios brasieleiros**: uma avaliação do desempenho da arrecadação.São Paulo,2003. 181 f. Tese (Pós Graduação FGV/EAESP). Fundação Geúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2003.

VELOSO, Waldir de Pinho. **Especificidadesacerca do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.**Revista da Faculdade de Direito Santo Agostinho, v.1, n.2, p. 39-50, 2011.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

INCENTIVOS FISCAIS COMO FORMA DE REDUZIR TRIBUTOS: uma análise do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços nos subsetores do polo industrial de Manaus.

Alessandra Fonseca de Morais[1]
Ana Clara Fonseca do Amaral[2]
Cleyde Cristina Rodrigues[3]
Raiane da Cruz Lima Moreira[4]

Resumo: O objetivo desse estudo é analisar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS restituído nos subsetores do Polo Industrial de Manaus – PIM, com o intuito de mostrar como esse tributo reduz a carga tributária através de programas de incentivo fiscal da Zona Franca de Manaus - ZFM. Os incentivos fiscais são meios que o governo usa para promover benefícios sociais e econômicos, e tem como contrapartida uma redução nos impostos, sendo usado como ferramenta no planejamento tributário. Por meio de uma pesquisa quantitativa, com delineamento bibliográfico e documental, coletaram-se dados dos subsetores situados na região da ZFM que fazem parte do PIM através dos seus Indicadores de Desempenho disponível no site da SUFRAMA. As informações coletadas apontam números elevados de ICMS restituído para os subsetores mediante a utilização dos incentivos fiscais, especialmente no subsetor de Eletroeletrônicos. A análise dos resultados possibilitou concluir que o incentivo fiscal do ICMS restituído, causa um impacto bilionário para os subsetores, especialmente se observar que o ICMS recolhido pelo Governo do Estado do Amazonas é muito inferior ao que é repassado aos subsetores por meio do incentivo fiscal do ICMS restituído. O estudo visa contribuir para as empresas que tenham interesse em fazer uso dos incentivos fiscais.
Palavras-chave: Incentivos Fiscais, Planejamento Tributário, ICMS.

Abstract: The objective of this study is to analyze the Tax on the Circulation of Goods and Services - ICMS refunded in the subsectors of the Industrial Pole of Manaus - PIM, in order to show how this tax reduces the tax burden through tax incentive programs of the Manaus Free Trade Zone. Tax incentives are means that the government uses to promote social and economic benefits, and has as counterpart a reduction in taxes, being used as a tool in tax planning. Through a quantitative research, with a bibliographical and documentary design, data were

[1] Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG. E-mail: afm2203@yahoo.com.
[2] Mestre em Ciências Contábeis pela FUCAPE Business School – Vitória/ES. E-mail: professor.anaclara@gmail.com
[3] Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia. E- mail: cleyde.rodrigues@ufv.br
[4] Bacharel em Ciências Contábeis Faculdade Patos de Minas. E-mail: raianedacruz36@hotmail.com

Recebido em 22/03/2019
Aprovado em 19/04/2019

collected from the subsectors located in the ZFM region that are part of the IMP through its Performance Indicators available on the SUFRAMA website. The information collected indicates high numbers of ICMS refunded to subsectors through the use of tax incentives, especially in the subsector of Electronics. The analysis of the results made it possible to conclude that the ICMS tax incentive refunded has a billion dollar impact on the subsectors, especially if the ICMS collected by the Government of the State of Amazonas is much lower than that which is passed on to the subsectors through the fiscal incentive of the subsector. ICMS refunded. The study aims to contribute to companies that have an interest in making use of tax incentives.

Key words: Tax Incentives, Tax Planning, ICMS.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma carga tributária elevada, de acordo com os dados da Receita Federal, no ano de 2016 essa carga tributária apresentou aumento pelo segundo ano consecutivo, atingindo o patamar de 32,38% do PIB. Sendo que a União é responsável pela maior parcela desse aumento, contribuindo com 66,5% de crescimento nominal da arrecadação e com 57% da variação total em pontos percentuais do PIB. O que contribui de forma significativa para o aumento dos custos dos serviços e também dos produtos, nesse sentido as empresas precisam de uma gestão tributária eficiente para melhorar sua competitividade no mercado.

Como afirma Formigoni (2008) os incentivos fiscais estão associados aos tributos e são usados para financiar as atividades constitucionais por ele desenvolvidas a serviço da população na área da saúde, educação e outros. O objetivo principal dos tributos é fornecer recursos para o Estado, e também atendem propósitos de natureza social, política e econômica, causando a chamada renúncia fiscal, é nesse contexto que são criados os incentivos fiscais.

Ainda de acordo com Formigoni (2008) o objetivo dos incentivos fiscais não é privilegiar o contribuinte, e sim desenvolver ações ou projetos que colaboram com a sociedade de alguma forma. Entre os tipos de incentivos existem as isenções; as reduções de alíquota e de base de cálculo; a alíquota zero; as subvenções; os créditos presumidos; os subsídios; o diferimento.

Nesse mesmo sentido Elali (2007) afirma que os incentivos fiscais são os meios utilizados para servirem à indução econômica nas hipóteses de benefícios que passam a ser concedidos com o objetivo de incentivar comportamentos específicos. No Brasil, as discussões

sobre incentivos fiscais tornaram-se recorrentes nas últimas décadas, principalmente no ambiente político.

Como está descrito pela Suframa, a Zona Franca de Manaus – ZFM surgiu como porto livre de impostos, ou zona de livre comércio, mas foi reestruturada em 1967, através do Decreto-Lei Nº 288/67, que determinou o uso de incentivos fiscais por trinta anos para implantação de um polo industrial, comercial e agropecuário na Amazônia. A ZFM é um modelo de desenvolvimento econômico criado pelo governo brasileiro objetivando viabilizar uma base econômica na Amazônia Ocidental e Amapá, promover a melhor integração produtiva e social dessa região.

A Zona Franca de Manaus foi criada com o objetivo de desenvolver a região da Amazônia, dessa forma, foram criados incentivos fiscais para beneficiar as empresas que ali fossem implantadas, visando alcançar a finalidade de promover a integração nacional. Segundo a Suframa o Polo Industrial de Manaus - PIM é um dos mais modernos da América Latina, reunindo indústrias de ponta das áreas de eletroeletrônica, veículos de duas rodas, produtos ópticos, produtos de informática, indústria química, dentre outros.

O ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre prestação de Serviços e transportes interestadual e intermunicipal e comunicações, é um imposto de competência dos Estados como previsto na Constituição de 1988. Devido a essa autonomia que o Estado detém sobre esse imposto, o ICMS é um dos responsáveis pela maior arrecadação tributária das empresas.

Nesse contexto surge a seguinte questão de pesquisa: Qual o impacto do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços nos subsetores do Polo Industrial de Manaus-PIM como forma de reduzir tributos?

A partir do delineamento do tema e do problema, o estudo tem o seguinte objetivo geral para esta pesquisa: analisar e relacionar o uso do ICMS frente à gestão dos incentivos fiscais para reduzir a carga tributária em subsetores do Polo Industrial de Manaus. No intuito de detalhar as etapas da pesquisa e alcançar o objetivo geral, surge os seguintes objetivos específicos: diferenciar incentivos de benefícios fiscais; especificar os tipos de incentivos fiscais; conceituar o ICMS e sua origem e analisar o ICMS recolhido e restituído no PIM.

Com relação a justificativa, o tema proposto é relevante para o responsável por gerir o imposto, para os contribuintes, que estão sujeitos à tributação aplicada, para a sociedade que deve ser cada vez mais consciente da responsabilidade de conhecer esse e os demais impostos,

bem como sua aplicabilidade. Sob a visão acadêmica os incentivos fiscais não são abordados com tanta frequência, é uma área de interesse para as empresas que desejam usufruir desses benefícios, e para a sociedade que pode obter melhoria através desses incentivos, bem como para o avanço de pesquisas futuras.

Esta pesquisa está dividida em cinco seções, na primeira seção é apresentada a introdução, na segunda seção está o referencial teórico, a metodologia da pesquisa é apresentada na terceira seção. Na quarta seção está apresentada a análise de resultados e as considerações finais estão apresentadas na quinta seção.

2 REFERENCIAL TEÓRICO
2.1 PILARES DE UM PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

De acordo com Nishioka (2011) no Brasil quase 35,02% do PIB corresponde a tributos, portanto, a escolha da forma de tributação passa a ser uma questão de sobrevivência. Assim o planejamento tributário torna-se relevante para a gestão da empresa, uma vez que a carga tributária irá determinar inúmeras decisões do empresário.

Segundo Fabretti (2014) o planejamento tributário é a atividade preventiva que estuda *a priori* os atos e negócios jurídicos que a empresa, instituição financeira, cooperativa ou associação pretende realizar. Fabretti (2014) acrescenta que o planejamento tributário deve proporcionar a maior economia possível com o objetivo de diminuir os tributos, buscando alternativas legais para que a carga tributária seja menos onerosa para o contribuinte.

Como cita Oliveira et al. (2014), redução de custos é uma estratégia muito empregada nos dias atuais, no intuito de proporcionar um resultado melhor na economia brasileira. O mesmo autor salienta que o planejamento tributário é um dos instrumentos mais importante que a empresa possui para diminuir seus custos tributários sem infringir a lei.

Diferente dos autores citados acima, Calijuri (2009) afirma que a gestão tributaria deve maximizar o valor da firma, e não apenas minimizar os tributos que é o foco do planejamento tributário tradicional. Não basta reduzir os tributos, é preciso avaliar todos os custos para que a empresa atinja a maximização do seu valor, pois, é importante para a empresa uma boa rentabilidade, não apenas pagar menos tributos.

Ainda de acordo com Calijuri (2009) para maximizar o valor da empresa, propõe-se a utilização do *framework* de Scholes et. al (2014), realizando a gestão tributária em três dimensões: ‘todas as partes, todos os tributos, todos os custos’.

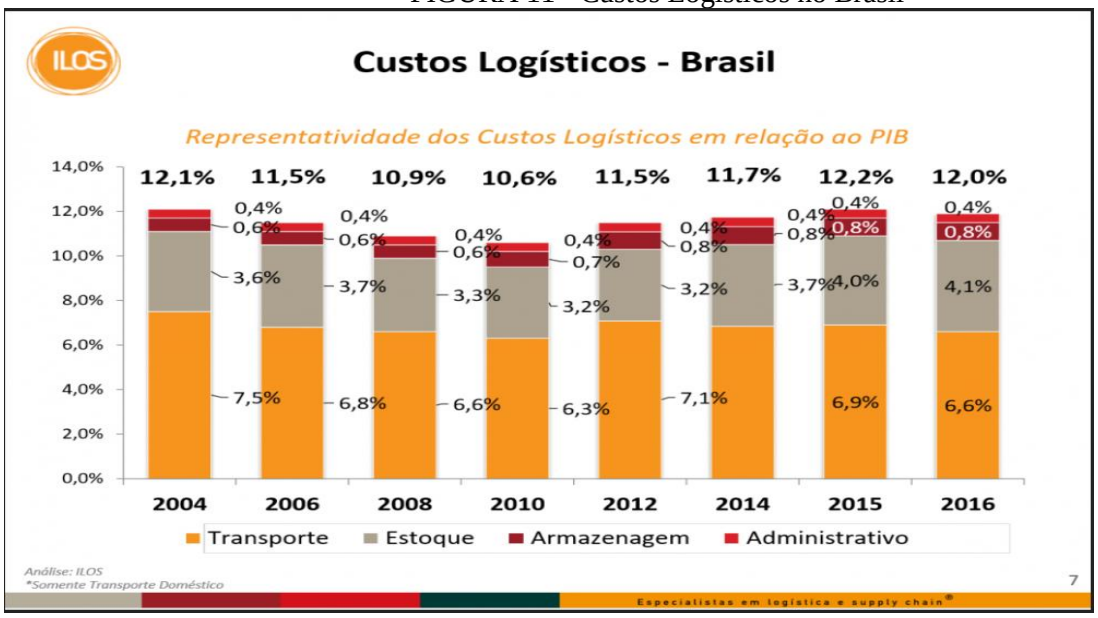
Para Scholes et al. (2014) no seu *framework*, todas as partes são todos os envolvidos no planejamento tributário, como a empresa, o governo, fornecedores, investidores, gestores e operários. Segundo Calijuri (2009) o que leva a ponderar todas as partes em uma gestão tributária é que não se pode pensar na empresa de forma isolada, mas levar em consideração os sócios, os consumidores e até mesmo os seus concorrentes.

Segundo França (2015) é preciso levar em conta tanto os custos explícitos quantos os implícitos para chegar a conclusão do melhor planejamento tributário para a empresa. Como exemplos podem citar os custos com instalação, transferência, treinamentos, pessoal, etc., como afirma França (2015) são custos pagos antes do cálculo dos tributos, ou seja, custos pagos implicitamente.

Calijuri (2009) afirma que existem fatores tributários e não tributários, como por exemplo: avaliação de estoques, compensação, mudanças intertemporais no imposto de renda, estrutura de capital, desinvestimento e vendas de ativos, regulação das indústrias, etc.

Os custos com logística podem ser citados como exemplo de custo não tributário, pois, podem ser decisivos no momento em que a empresa opta onde será sua instalação, como afirma Nogueira e Machado (2004) o grande problema da região amazônica é de logística, devido às limitações da sua localização geográfica desfavorável do polo industrial de Manaus, gera um elevado risco às estratégias de crescimento e de competitividade das empresas instaladas.

FIGURA 11 - Custos Logísticos no Brasil



Fonte: ILOS (2017)

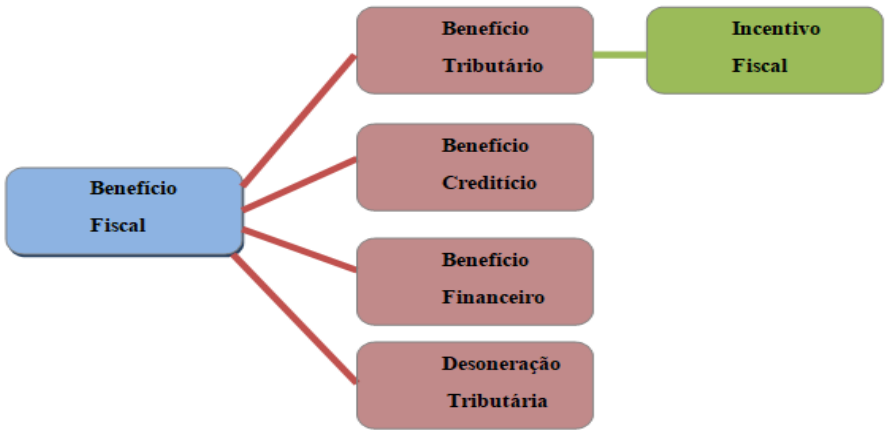
De acordo com o panorama Instituto ILOS (2017) os custos com a logística representam 12,3 % do PIB brasileiro, e nas empresas os custos logísticos chegam a 7,6% da receita líquida, incluindo os custos com transporte, estoque e armazenagem.

2.2 DIFERENÇA ENTRE BENEFÍCIO FISCAL E INCENTIVO FISCAL

Nas palavras de Almeida (2000) os incentivos e benefícios fiscais são muito utilizados como instrumento de política econômica em praticamente todos os países capitalistas, embora em muitos deles, especialmente nos menos desenvolvidos, não sejam dispensadas maiores atenções ao custo financeiro que representam. Ainda segundo Almeida é comum certa confusão envolvendo algumas nomenclaturas como: renúncia de receita, benefício tributário, gasto tributário e incentivo fiscal, sendo usadas em alguns casos como se fossem sinônimas.

De acordo com Paranaíba (2011) ao tratar dos incentivos ou benefícios de natureza tributária, nem todo benefício fiscal é um benéfico tributário. Conforme Almeida (2000) benefício fiscal é gênero enquanto o benefício tributário é espécie.

FIGURA 12 - Classificação dos Benefícios Fiscais



Fonte: ALMEIDA (2000) Adaptado

Para Elali (2007) os incentivos fiscais são os meios utilizados para servirem à indução econômica nas hipóteses de benefícios que passam a ser concedidos com o objetivo de incentivar comportamentos específicos. Assim sendo, o incentivo fiscal pode ser entendido como a supressão e/ou a redução do ônus com o recolhimento de tributos.

Ainda conforme ELALI (pag. 9, 2007) podem ser citados os seguintes elementos relacionados às figuras dos incentivos fiscais:

i) as subvenções, que constituem um benefício de natureza financeira,
ii) os créditos presumidos, que têm natureza complexa, ora apresentando-se como subsídio, ora como subvenção, ora como mera redução da base de cálculo dos tributos;
iii) os subsídios, que podem ser estímulos de natureza fiscal ou comercial, para promover determinadas atividades econômicas por períodos
iv) transitórios;
v) as isenções tributárias, que evitam o nascimento, por lei, da própria obrigação tributária; e
vi) o deferimento, que representa uma isenção condicionada.

Oliveira et al. (2014) cita que o incentivo fiscal é uma renúncia total ou parcial de receita fiscal do Governo em favor de empresas públicas ou privadas com objetivo de geração de benefícios sociais e econômicos. Assim, as empresas usam os benefícios fiscais para reduzir os tributos devidos.

Como afirma Almeida (2000) benefício tributário é conhecido internacionalmente como gasto tributário *tax expenditure*, que segundo Henriques (2009) ao traduzir para o português significa renúncia de receita ou gasto tributário, que retrata a quantificação dos efeitos financeiros dos benefícios fiscais.

Mas como salienta Almeida (2000) no Brasil tem-se empregado o termo benefício fiscal como sinônimo de benefício tributário, para mostrar disposições especiais à regra tributária geral.

Como descrito na Cartilha de Incentivos Fiscais (2015), os tributos que os mecanismos de incentivo fiscais atingem, nos três níveis de governo, são eles: a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e Imposto de Renda de Pessoa Jurídica- IRPJ, de competência Federal; o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, que compete aos Estados e o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Imposto Sobre Serviços - ISS, de competência municipal.

2.2.1 Renúncia Fiscal

Conforme Almeida (2000) renúncia de receita são disposições especiais à regra tributária geral com objetivo específico de alcançar grupos relativamente restritos de contribuintes, setores econômicos ou regiões geográficas, esse é um termo consagrado na

terminologia orçamentária, servindo para expressar perdas de arrecadação tributária em decorrência dos diversos tipos de benefícios tributários (isenção, remissão, redução especial de base de cálculo ou de alíquotas, etc) concedidos pelo poder público a contribuintes de determinados setores, regiões ou mesmo pessoas físicas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal – 101/2000 expressa em seu parágrafo primeiro que "a renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado".

2.3 A ZONA FRANCA DE MANAUS – ZFM

Como descrito no site da SUFRAMA, a Zona Franca de Manaus foi idealizada pelo deputado Francisco Pereira da Silva ao apresentar o Projeto de Lei nº 1.310 em outubro de 1951, que propôs a criação de um porto franco em Manaus. Esse projeto foi convertido na Lei nº 3.173 de 06 de junho de 1957, transformando o porto na ZFM. Dez anos depois entrou em vigor o Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que em seu artigo primeiro define a ZFM como:

> Art. 1º A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram, os centros consumidores de seus produtos. (DECRETO-LEI Nº 288/67).

A História da Zona Franca de Manaus está disponível no site da SUFRAMA (http://www.suframa.gov.br/zfm_historia.cfm), no qual afirma que o Decreto-Lei Nº 288/67 estabeleceu incentivos fiscais por trinta anos para implantação de um pólo industrial, comercial e agropecuário na Amazônia. O modelo de desenvolvimento possui uma área física de 10 mil km², cujo centro é a cidade de Manaus e está assentado em Incentivos Fiscais e Extrafiscais, instituídos com objetivo de reduzir desvantagens locacionais e propiciar condições de alavancagem do processo de desenvolvimento da área incentivada.

A SUFRAMA destaca que a Zona Franca possui três polos econômicos: comercial, industrial e agropecuário. O polo comercial progrediu mais até o final da década de 80, quando

o Brasil seguia o regime de economia fechada. Já o polo industrial é considerado a base de sustentação da ZFM, possui aproximadamente 500 indústrias de alta tecnologia gerando mais de meio milhão de empregos, diretos e indiretos, principalmente nos segmentos de eletroeletrônicos, duas rodas e químico. O polo Agropecuário abriga projetos voltados à atividades de produção de alimentos, agroindústria, piscicultura, turismo, beneficiamento de madeira, entre outras.

O histórico do modelo ZFM pode ser configurado em quatro fases distintas até chegar a fase atual. Como mostra a tabela a seguir:

TABELA 1 - Fases do Modelo ZFM

FASES	PERÍODOS	POLÍTICA
1º Fase	de 1967 a 1975	A política industrial de referência no país caracterizava-se pelo estímulo à substituição de importações de bens finais e formação de mercado interno.
2º Fase	de 1975 a 1990	A política industrial de referência no país caracterizava-se pela adoção de medidas que fomentasse a indústria nacional de insumos, sobretudo no Estado de São Paulo.
3º Fase	de 1991 e 1996	Entrou em vigor a Nova Política Industrial e de Comércio Exterior, marcada pela abertura da economia brasileira, redução do Imposto de Importação para o restante do país e ênfase na qualidade e produtividade.
4º Fase	de 1996 a 2002	A política industrial de referência do país caracterizava-se por sua adaptação aos cenários de uma economia globalizada e pelos ajustes demandados pelos efeitos do Plano Real, como o movimento de privatizações e desregulamentação.
Fase atual	De 2002 até dias atuais	Entra em vigor a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) em aprofundamento da Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que prevê maior eficiência produtiva e capacidade de inovação das empresas e expansão das exportações.

Fonte: SUFRAMA

2.3.1 Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA

Como expressa o artigo 10 do Decreto-Lei Nº 288, de 28 de Fevereiro de 1967, a administração da Zona Franca de Manaus será exercida pela Superintendência da Zona Franca de Manaus, entidade autárquica, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e

Comércio Exterior com personalidade jurídica e patrimônio próprio, com autonomia administrativa e financeira, com sede na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas.

Com está expresso na própria história da SUFRAMA (http://www.suframa.gov.br/suframa_o_que_e_suframa.cfm), desde 1989, há em sua jurisdição sete Áreas de Livre Comércio - ALCs, criadas com objetivo de desenvolver os municípios que são fronteiras internacionais na Amazônia e integrá-los ao restante do país, por meio da extensão de alguns benefícios fiscais do modelo ZFM. Na figura 3 estão indicadas as áreas de atuação da SUFRAMA.

FIGURA 13 - Áreas de atuação da SUFRAMA

Fonte: Google imagens

2.4 IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS – ICMS

De acordo com a Cartilha de Transferências Constitucionais do Tesouro Nacional (2014) o ICMS foi instituído inicialmente pelo Código Tributário Nacional – CTN, através da Lei Nº 5.172 de 25 de outubro de 1966 – no art. 52. E subsequente houve alterações provocadas pelo Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968. As normas gerais do ICMS estão contidas

na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, conhecida como Lei Kandir. Lei que trata das disposições para a cobrança do ICMS intraestadual e interestadual, estabelecendo um marco regulatório inovador do sistema tributário nacional, aproximando-o das regras internacionais, inclusive no sentido de desonerar as exportações de impostos sobre o consumo.

O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, conhecido pela sigla ICMS, é de competência dos Estados e do Distrito Federal, como está previsto na Constituição de 1988, em seu art.155, inciso II:

> Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: [...]
> II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).

De acordo com a Secretaria de Estado de Fazenda é um Imposto não-cumulativo que incide sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. É uma das principais fontes de recursos financeiros para a realização das ações governamentais.

A Política Estadual de Incentivos Fiscais e Extrafiscais do Estado do Amazonas é definida pela Lei Nº 2.826, de 29 de setembro de 2003 em seu artigo primeiro, e o parágrafo único afirma que esses incentivos visam “à integração, expansão, modernização e consolidação dos setores industrial, agroindustrial, comercial, de serviços, florestal, agropecuário e afins com vistas ao desenvolvimento do Estado”.

Ainda de acordo com a referida lei os incentivos fiscais são atribuídos às empresas industriais e agroindustriais na forma de crédito estímulo, diferimento, isenção, redução de base de cálculo e crédito fiscal presumido do ICMS. Esses incentivos estão com a validade prevista até 5 de outubro de 2023.

De acordo com a Suframa Crédito Estímulo é o que a empresa deixará de recolher em ICMS, com o objetivo de estimular à produção na saída dos produtos. Como está expresso no art. 13 da Lei 2.826/03 o crédito estímulo do ICMS, será concedido por produto, observado tratamento isonômico, com a aplicação dos percentuais 90,25%; 75% e 55%, a depender da especificação de cada produto.

A Suframa menciona que "Diferimento é a transferência do recolhimento do ICMS devido para o momento das saídas dos bens". E pode ser aplicado em algumas hipóteses como: importação do exterior de matérias-primas e materiais secundários para a produção de alguns produtos como embarcações e balsas, auto-rádio; veículos utilitários, brinquedos e mais alguns produtos e hipóteses que estão previstas no art. 14 da Lei 2.826/03.

Com relação ao Crédito Fiscal Presumido o art. 15 dispõe:

> As indústrias de bens finais incentivadas por esta Lei farão jus a crédito fiscal presumido de regionalização, equivalente a alíquota interestadual do ICMS vigente nas vendas das regiões Sul e Sudeste, exceto do Estado do Espírito Santo, para o Estado do Amazonas sobre o valor de aquisição do bem intermediário. (LEI Nº 2.826 DE 29/09/2003).

Referente a Isenção o art. 17 expressa que ficam isentos do – ICMS algumas operações, entre elas: de saídas internas de insumos produzidos no Estado ou importados do exterior e de saídas internas de insumos, realizadas por empresa incentivada nos termos desta Lei.

A Redução de Base de Cálculo está descrita no art. 18, que indica que os incentivos fiscais concedidos de redução de base de cálculo se aplicam ao percentual de 55% quando se referir a importação do exterior de matérias-primas e materiais secundários para emprego no processo produtivo de placas de circuito impresso montadas. E de 64,5% quando da importação do exterior de matérias-primas e materiais secundários para emprego no processo produtivo de bens de capital.

Como previsto na Lei Estadual Nº 2.826/03 no art. 19 para usufruir dos incentivos fiscais as empresas deverão atender algumas exigências tais como: implantar o projeto técnico e de viabilidade econômica, manter programas de benefícios sociais para os seus empregados, manter programas de gestão de qualidade, meio ambiente e de segurança e saúde ocupacional, entre outras.

3 METODOLOGIA

Quanto aos procedimentos técnicos foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Prodanov (2013) é produzida através de material já publicado, composto por livros, revistas, periódicos e artigos científicos, monografias, dissertações, teses, internet, entre outros, com o propósito do pesquisador ter acesso ao material escrito sobre o assunto da pesquisa. A coleta de dados foi efetuada a partir de uma pesquisa documental, como descrito por Prodanov

(2013) a pesquisa documental é usada para organizar informações que se encontram dispersas, possibilitando um novo significado como fonte de consulta.

A pesquisa em questão será realizada através de indicadores de desempenho do Polo Industrial de Manaus-PIM, sendo esse um dos mais modernos da América Latina, reunindo indústrias de ponta das áreas de eletroeletrônica, veículos de duas rodas, e diversos produtos. Esses indicadores são disponibilizados pela SUFRAMA que destaca: "é uma publicação eletrônica mensal que fornece informações estatísticas das atividades do PIM tornando-as de conhecimento público e de subsídio para o governo na formulação de políticas industriais". Esses indicadores são analisados e transformados em relatórios pela Coordenação-Geral de Planejamento e Programação Orçamentária-CGPRO, e estão disponíveis na página da SUFRAMA por meio do endereço eletrônico (http://site.suframa.gov.br/assuntos/modelo-zona-franca-de-manaus/polo-industrial).

O relatório mais recente foi publicado dia vinte e um de setembro de dois mil e dezoito, referente ao período de 2013 – 2018. Para o estudo, foram analisados os dados pertinente a movimentação do ICMS por subsetores de atividade, cuja tributação é efetivada sobre os valores faturados na saída dos produtos, referente ao ano de 2013 a 2017. O ano de 2018 não foi analisado por possuir apenas dados parciais, e os anos analisados em questão são satisfatórios para atingir o propósito da pesquisa.

Para alcançar os objetivos propostos, optou-se por uma pesquisa descritiva, que de acordo com Silva & Menezes (2005), propõe-se a descrever as características de alguma população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Quanto à abordagem do problema a pesquisa é quantitativa, conforme Mattar (2012), a pesquisa quantitativa busca validar hipóteses por meio da utilização de dados estruturados, estatísticos, com análise de um grande número de casos representativos, recomendando um curso final da ação, de forma a quantificar os dados e generalizar os resultados da amostra para os interessados, através de alguma forma de análise estatística.

Os dados quantitativos obtidos serão analisados e levantados por meio de gráficos. Pois, de acordo com Marconi & Lakatos (2017) a análise de amostras de dados quantitativos, pode incluir o resumo dos dados em tabelas de frequências, representações gráficas, e a estimativa de parâmetros ou indicadores estatísticos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com a SUFRAMA as empresas estabelecidas no Polo Industrial de Manaus têm uma política tributária diferenciada do restante do país, oferecendo benefícios locais, objetivando minimizar os custos da região amazônica. Possui diversas isenções e benefícios tributários, oferecidos pelas três esferas do Estado: Federal, Estadual e Municipal. A concessão de tais benefícios fiscais implica uma redução na carga tributária, com o intuito de analisar parte destes custos serão utilizados os valores referentes ao seguinte imposto: I. ICMS recolhido e II. ICMS restituído.

Como afirma Martins (2017) no manual de contabilidade societária, o ICMS a recolher é uma obrigação das empresas com o Governo Estadual. Ainda de acordo com Martins (2017) é um imposto apurado pelo valor que ocorre sobre as vendas, deduzindo esse imposto das compras em certo tempo, gerando uma obrigação da empresa de pagar em meses subsequentes, de acordo com o prazo estabelecido pelo Governo Estadual.

O Decreto Nº 12.814-A/90 do Estado do Amazonas trata dentre outros assuntos da restituição do ICMS. De acordo com o parágrafo primeiro do artigo primeiro, o benefício fiscal da restituição, ocorre na devolução total ou parcial do montante do imposto, pelo Governo Estadual, junto ao efetivo recolhimento do tributo.

A utilização desse imposto é escolhida de forma estratégica, pois de acordo com a Receita Federal do Brasil é um dos responsáveis pela maior parte da arrecadação tributária ligada as indústrias no Brasil. Como pode ser visto na tabela 2:

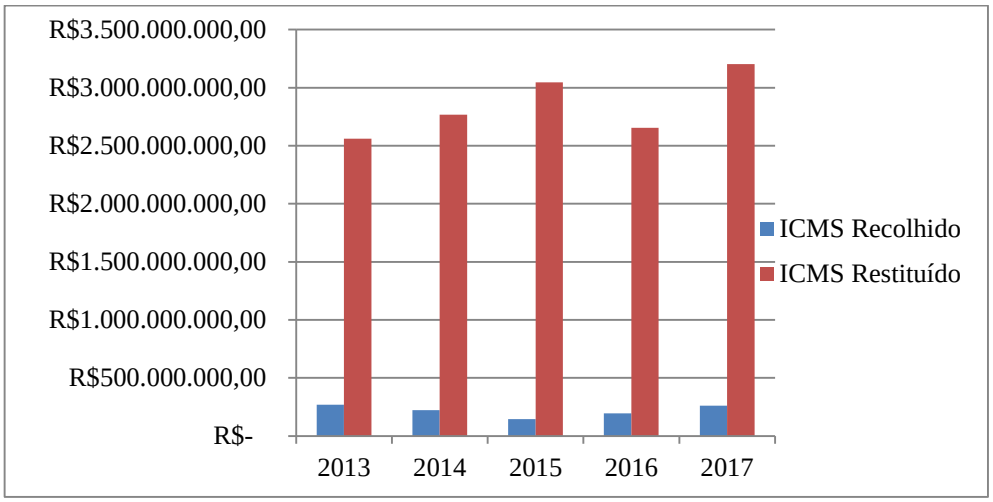
TABELA 2 - Tabela Tributos 00

Tributo/	2015			2016		
Competência	R$ milhões	% PIB	%	RS milhões	% PIB	%
Total Receita Tributária	**1.925.451,14**	**32,11**	**100**	**2.027.014,48**	**32,38**	**100**
Governo Federal	**1.316.253,83**	**21,95**	**68,36**	**1.383.758,72**	**22,11**	**68,27**
IRPJ	104.910,17	1,75	5,45	131.180,67	2,1	6,47
IPI	48.048,71	0,8	2,5	41.851,41	0,67	2,06
COFINS	199.876,00	3,33	10,38	201.517,28	3,22	9,94
CSLL	59.146,89	0,99	3,07	66.759,99	1,07	3,29
IOF	34.681,05	0,58	1,8	33.644,72	0,54	1,66
FGTS	118.322,54	1,97	6,15	124.713,45	1,99	6,15
PIS/PASEP	52.589,86	0,88	2,73	52.834,19	0,84	2,61
Demais Tributos	698.678,61	11,65	36,28	731.257,01	11,68	36,09
Governo Estadual	**489.263,46**	**8,16**	**25,41**	**514.841,11**	**8,23**	**25,4**
ICMS	396.513,09	6,61	20,59	412.856,99	6,6	20,37
IPVA	36.218,71	0,6	1,88	39.012,85	0,62	1,92
Demais Tributos	56.531,66	0,95	2,94	62.971,27	1,01	3,11
Governo Municipal	**119.933,85**	**2**	**6,23**	**128.414,66**	**2,05**	**6,34**
ISS	54.820,00	0,91	2,85	54.622,10	0,87	2,69
IPTU	31.690,82	0,53	1,65	37.561,70	0,6	1,85
Demais Tributos	33.423,03	0,56	1,73	36.230,86	0,58	1,8

Fonte: Receita Federal (2017, pag. 15) – Adaptado pela acadêmica

De acordo com o Decreto Lei Nº 12.814-A/90 a restituição do ICMS varia de um percentual de 55% a 100%, dependendo do tipo de produto fabricado. Os subsetores que fazem parte do PIM são: Eletroeletrônico; Químico; Duas rodas; Mecânico; Termoplástico; Metalúrgico; Isqueiros, canetas e barbeadores descartáveis; Brinquedos; Relojoeiro; Ótico; Bebidas; Mineral não metálico; Beneficiamento de borracha; Papel e papelão; Naval; Produtos Alimentícios; Têxtil; Mobiliário; Editorial e gráfico; Vestuário e calçados; Diversos; Madeireiro; Material de limpeza e velas. Devido ao grande número de subsetores, foram analisados subsetores com maior representatividade do PIM, e os mesmos possuem um alto índice de restituição de ICMS referentes aos anos de 2013 a 2017.

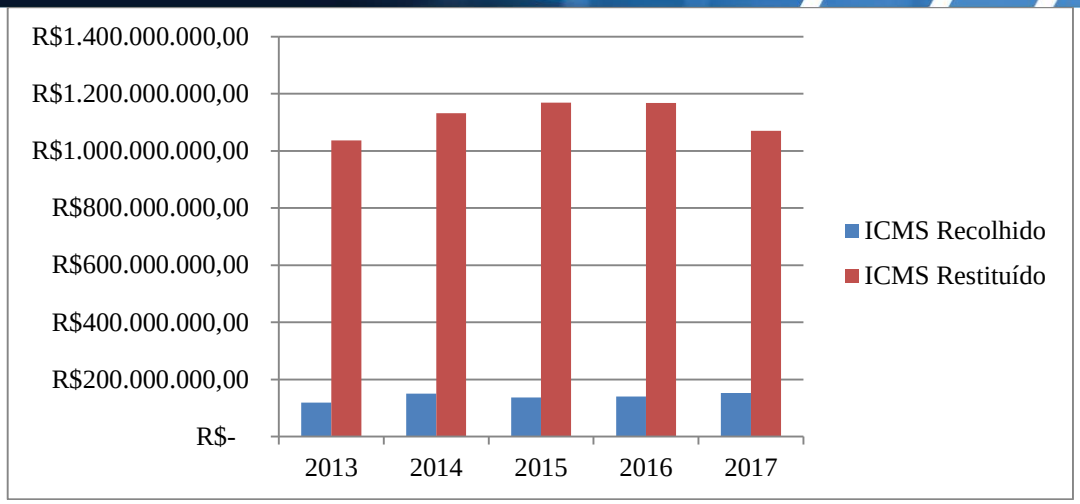
GRÁFICO 1 - Subsetor Eletroeletrônicos



FONTE: CGPRO/SAP - Elaborado pela acadêmica

De acordo com o gráfico 1 o subsetor de eletroeletrônicos é o setor que mais apresenta ICMS restituído, com um valor superior a 50% em relação ao valor total de ICMS restituído, em todos os anos analisados. De acordo com a Suframa esse subsetor é o que apresenta o maior faturamento no PIM, e em 2016/2017 teve um crescimento anual de 21,62%.

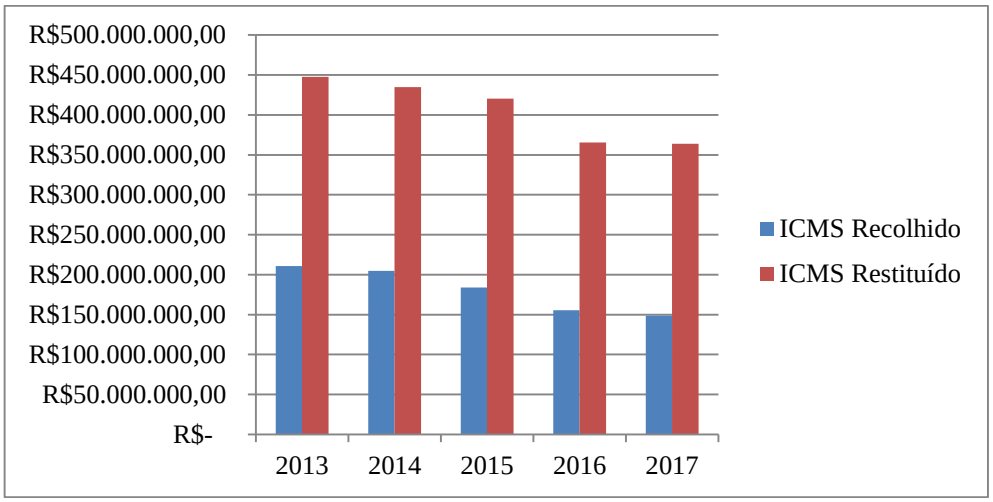
GRÁFICO 2 - Subsetor - Químico



Fonte: CGPRO/SAP - Elaborado pela acadêmica

Como mostra o gráfico 2, o subsetor Químico é o segundo setor com maior índice de restituição de ICMS, com um percentual acima de 20%, com exceção do ano de 2017 que apresentou um percentual de 18,59%. Esse subsetor de atividades tem grande participação no faturamento do PIM, mas teve uma grande queda nos anos de 2014 e 2015, saltando de mais de dez bilhões em 2013 para menos de 2 bilhões nos anos citados acima. Mas superou essa queda em 2016 passando de onze bilhões no faturamento.

GRÁFICO 3 - Subsetor - Duas Rodas

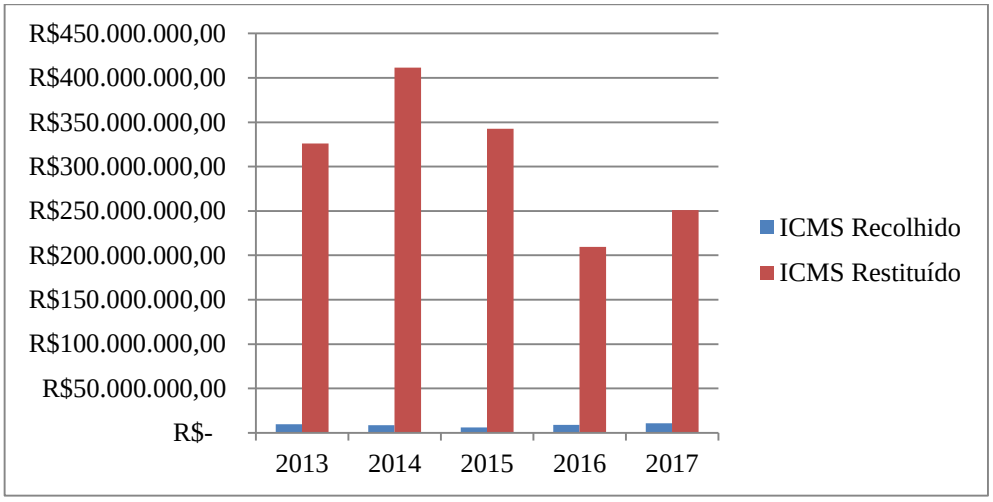


Fonte: CGPRO/SAP - Elaborado pela acadêmica

Conforme o gráfico 3 o subsetor duas rodas é o terceiro a obter maior índice de restituição de ICMS, porém sofre quedas, começa com quase 9% em 2013, e vai caindo nos demais anos, com um índice de 6,32% em 2017. De acordo com a Suframa até janeiro de 2018,

o subsetor de duas rodas representava 13,63% no faturamento do PIM, perdendo apenas para o subsetor de eletroeletrônicos e bens de informática.

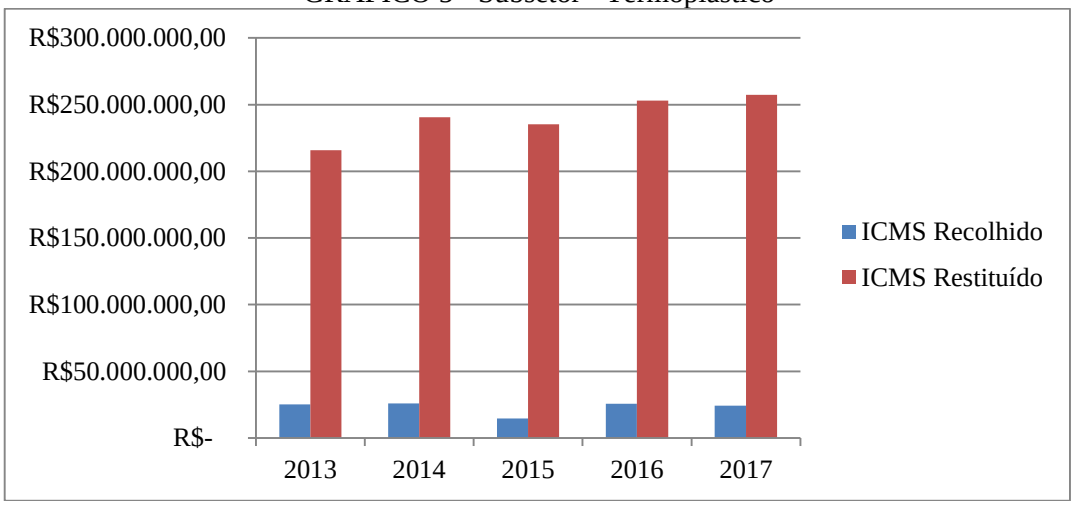
GRÁFICO 4 - Subsetor - Mecânico



FONTE: CGPRO/SAP - Elaborado pela acadêmica

Como está explícito no gráfico 4 o subsetor Mecânico se manteve em quarto lugar até o ano de 2015, mas no ano de 2016 perdeu essa posição e deu lugar ao subsetor metalúrgico. Dos subsetores analisados, esse é o que possui o menor faturamento do PIM, apenas 5,01%.

GRÁFICO 5 - Subsetor - Termoplástico



FONTE: CGPRO/SAP - Elaborado pela acadêmica

De acordo com o gráfico 5 o subsetor de Termoplástico se manteve na quinta posição, com um crescimento nos últimos dois anos, com exceção do ano de 2015, que deu lugar ao setor de metalurgia. Esse subsetor também possui uma parcela no faturamento do PIM, chega

a um percentual de quase 6,7%, acima dos quatro bilhões em todos esses anos e um crescimento anual de 6,68% em 2016/2017.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ICMS por meio de programas de incentivos reduz de forma significativa à carga tributária, com um impacto bilionário, especialmente em alguns subsetores do PIM (Polo Industrial de Manaus). Segundo os Indicadores de Desempenho do PIM só no ano de 2017 o Governo Estadual devolveu às empresas um montante superior a R$ 5,5 bilhões em ICMS Restituído. Em todos os subsetores analisados o valor de ICMS a recolher por parte das empresas é consideravelmente menor do que o ICMS restituído.

É importante salientar que a Zona Franca de Manaus possui um regime especial de incentivos fiscais, cujo objetivo é reduzir os custos locacionais e ampliar a competitividade. No entanto, há muito o que investir em infraestrutura, e a logística do Polo Industrial está longe do desejável, sendo apontado em alguns estudos como o de Nogueira (2004), como o custo mais oneroso para as empresas devido à distância em relação ao restante do país e às más condições de nossa malha rodoviária.

Em que pese as contribuições de Scholes (2014) através de seu *framework*, onde afirma que para realizar um bom planejamento tributário é preciso analisar todos os custos, todas as partes e todos os tributos, ou seja, analisar somente a redução de tributos não garante uma gestão tributária eficiente.

Utilizando-se dessa mesma argumentação, Calijuri (2009) afirma que a gestão tributária deve maximizar o valor da empresa. Para que isso ocorra é preciso avaliar todos os custos do processo. Assim, é importante para a empresa uma boa rentabilidade, não apenas pagar menos tributos.

Diante do exposto, em relação à redução na carga tributária com base no incentivo fiscal do ICMS, é notório o impacto que esta causa nos subsetores do PIM. Para as empresas que já estão instaladas e operando em pleno vapor, os incentivos concedidos certamente são um diferencial no quesito competitividade.

Mas para empresas que objetivam fazer uso de algum incentivo fiscal e mudar para a região da ZFM ou qualquer outra região, analisando somente esses benefícios fiscais, pode não ser tão viável do ponto de vista financeiro. É necessário fazer um estudo para analisar a

viabilidade desse processo. E como sugestão de pesquisas futuras pode ser realizado um estudo teórico-empírico para analisar os impactos financeiros que uma empresa sofre ao adotar incentivos fiscais ao analisar somente a carga tributária pra efeito de estudo de viabilidade do negócio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Francisco Carlos Ribeiro de. Uma abordagem estruturada da renúncia de receita pública federal. **Revista do TCU**. n. 84, p. 19-62, 2000.

___BRASIL. **Decreto-Lei N° 288 de 28 de fevereiro de 1967**. **Regulamenta o Del 288, de 28/2/1967, que altera as disposições da Lei 3173, de 6/6/1957 e cria a Superintendência da Zona Franca De Manaus - Suframa**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del10288.htm. Acesso em: setembro de 2018.

___BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: setembro de 2018.

___BRASIL. **Lei complementar 87/96 - Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda.** Disponível em: < http:// www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/329483/pge_cartilha_lei_kandir.pdf>. Acesso em: setembro de 2018.

___BRASIL. **Lei Nº 2.826 de 29 DE setembro de 2003**. **Regulamenta a Política Estadual de Incentivos Fiscais e Extrafiscais nos termos da Constituição do Estado e dá outras providências.** Disponível em: <http://online.sefaz.am.gov.br/silt/Normas/Legisla%E7%E3o%20Estadual/Lei%20Estadual/Ano%202003/Arquivo/LE_2826_03.htm>. Acesso em: setembro de 2018.

___BRASIL. Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais. **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.** Disponível em: <http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/impostos/icms/>. Acesso em: setembro de 2018.

CALIJURI, Mônica. Avaliação da Gestão Tributária a partir de uma perspectiva Multidisciplinar. **Tese Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo,** São Paulo, 2009.

___Cartilha sobre uso de incentivos fiscais. Disponível em: <http://www.fecomercio.com.br/upload/_v1/2015-07-30/13544.pdf>. Acesso em: outubro 2018.

___RECEITA FEDERAL. Ministério da Fazenda. Disponível em: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados> Acesso em ago. 2018.
CALIJURI, Mônica. **Avaliação da Gestão Tributária a partir de uma perspectiva Multidisciplinar.** Tese Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de São Paulo, 2009.

ELALI, André. Incentivos fiscais, neutralidade da tributação e desenvolvimento econômico: a questão da redução das desigualdades regionais e sociais. **Incentivos fiscais: questões pontuais nas esferas federal, estadual e municipal. São Paulo: MP**, v. 1, n. 1, p. 37-66, 2007.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Direito tributário para os cursos de administração e Ciências Contábeis** / Láudio Camargo Fabretti; Dilene Ramos Fabretti. – 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2014.

FORMIGONI, Henrique; **A influência dos Incentivos Fiscais Sobre a Estrutura de Capital e a Rentabilidade das Companhias Abertas Brasileiras Não Financeiras** Tese Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FRANÇA, Carime Jabour de *et al*. Tributação Implícita e Clientelas, Arbitragem, Restrições e Fricções. **Revista de Administração e Contabilidade da FAT**, v. 7, n. 1, p. 5-18, 2015.

HENRIQUES, Elcio Fiori. **O regime jurídico do gasto tributário no direito brasileiro**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MARTINS, Eliseu et. al., **Manual de contabilidade societária** 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa.** Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. -. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing/Metodologia, planejamento, execução e análise**.7.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

NISHIOKA, Alexandre Naoki. **Planejamento fiscal e elisão tributária na constituição e gestão de sociedades: os limites da requalificação dos atos e negócios jurídicos pela administração**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

NOGUEIRA, C. L., MACHADO, W. V**. Logística: um desafio à competitividade do Polo industrial de Manaus,** XXIV ENEGEP – Florianópolis, SC, 3 a 5 de Novembro de 2004.
OLIVEIRA, Luís Martins et. al. **Manual de contabilidade tributária: textos e testes com as respostas.** 13. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

____PANORAMA INSTITUTO ILOS -**Custos Logísticos no Brasil** -2017

PARANAIBA, Adriano de Carvalho; MIZIARA, Fausto. **Incentivos Fiscais: Uma hermenêutica tributária das políticas de desenvolvimento industrial regional.** 63 ed Reunião Anual da SBPC, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SCHOLES, *et al*. **Taxes and Business Strategy: a Planning Approach.** Prentice Hall, FifthEdition,2014;

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

DESEMPENHO DOS ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO ENADE 2015: um comparativo entre as instituições de ensino públicas e privadas de Minas Gerais

Adriana Martins da Silva[1]
Cleyde Cristina Rodrigues Caetano[2]

Resumo: As instituições de ensino superior no Brasil podem ser públicas ou privadas. Para avaliar o desempenho dessas instituições e também de seus alunos, foi instituído pelo governo o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, sendo realizado por meio de uma prova, contendo questões de múltipla escolha e discursivas, as quais interligam as disciplinas ministradas no curso e buscam a solução para problemas do cotidiano na área de atuação de cada curso, podendo ser de conteúdo específico ou de conhecimento geral. Sob esse contexto, o objetivo principal desta pesquisa foi realizar um comparativo do desempenho do curso de Ciências Contábeis no ENADE em 2015 entre as instituições públicas e privadas de Minas Gerais. Este estudo foi desenvolvido por meio de análise comparativa e levantamento de dados de forma exploratória e quantitativa, buscando como fonte os resultados das notas dos estudantes que participaram do ENADE 2015 do curso de Ciências Contábeis de instituições de ensino públicas e privadas de Minas Gerais. As variáveis foram construídas por meio dos microdados disponíveis no portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Na análise inicial dos dados foram realizados os testes de *Kolmogorov-Smirnov* e *Shapiro-Wilk*, com o auxílio do software estatístico *IBM SPSS Statistics® 22*. Por fim, foi realizado o teste de *Mann-Whitney* para comprovar se os estimadores são estatisticamente diferentes. Os resultados obtidos demonstraram que as instituições públicas obtiveram melhores resultados no ENADE quando comparadas às instituições privadas.

Palavras-chave: Ensino Superior. Ciências Contábeis. Instituições públicas. Instituições privadas. ENADE.

Abstract: Higher education institutions in Brazil may be public or private. In order to evaluate the performance of these institutions and also of their students, the National Examination of Student Performance (ENADE) was introduced by the government. It is carried out by means of a test containing both multiple choice and open-ended questions, which interconnect the disciplines taught in the course and demand the solution to daily problems in its area,

[1] Bacharel em Ciências Contábeis pela Escola Superior de Negócios – ESUN – Faculdade Patos de Minas – FPM. Contato: adrianamartins.dsilva@hotmail.com.
[2] Mestra em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU (2016). Especialista em Contabilidade e Controladoria pela Faculdade Noroeste de Minas – FINOM (2014). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa – *Campus* Rio Paranaíba – UFV/CRP (2013). Professora do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Patos de Minas – FPM. Contato: cleyde.rodrigues@ufv.br.

Recebido em 01/04/2019
Aprovado em 20?04/2019

comprising specific and general knowledge questions. In this context, the main objective of this study was to perform a comparative analysis of the performance of the Accounting Sciences courses in the ENADE 2015 regarding public and private institutions. This study was developed through comparative analysis and data collection in an exploratory and quantitative way, using as data the results of Accounting Sciences students' scores that participated in the ENADE 2015 in public and private institutions of the state of Minas Gerais. The variables were constructed through the microdata available on the National Institute of Studies and Educational Research Anísio Teixeira website– INEP. First, the Kolmogorov-Smirnov and Shapiro-Wilk tests were performed by means of software *IBM SPSS Statistics® 22*. Finally, the *Mann-Whitney* test was performed to verify if the estimators are statistically different. The results show that the public institutions had better results in ENADE when compared to the private ones.

Keywords: Higher education. Accounting Sciences. Public institutions. Private institutions. ENADE.

1 INTRODUÇÃO

Avaliar a qualidade dos cursos do ensino superior, tanto em instituições públicas quanto em privadas, sempre foi visto pelo governo como uma necessidade, até que no ano de 1995 foi dado o primeiro passo com a implementação da lei nº 9.131, que instituiu o Exame Nacional dos Cursos – ENC. Nos anos seguintes, por base na lei supracitada, surgiu a Avaliação das condições de ensino – ACE, pela qual eram avaliados a organização em nível didático e pedagógico, o corpo docente em sua totalidade e as instalações da instituição. Com o passar dos anos, houve a necessidade de complementar e modernizar tais avaliações. Então, em 2004, a lei 10.861 implementou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior –SINAES, para a avaliação das instituições de ensino superior, e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, para avaliar os conhecimentos dos estudantes de cada curso (VERHINE; DANTAS; SOARES, 2006).

O ENADE é realizado por meio de uma prova, com maioria de questões de múltipla escolha e algumas discursivas, que interligam as disciplinas ministradas no curso e buscam a solução para problemas do cotidiano em determinada área de atuação, podendo ser de conteúdo específico ou de conhecimento geral do curso. No início, essa avaliação era aplicada a todos os cursos superiores, para alunos matriculados no primeiro e no último ano do curso, ou seja, alunos ingressantes e concluintes (BRITO, 2008). Na atualidade, esse exame atinge obrigatoriamente todos os concluintes do curso em avaliação, não sendo mais aplicado aos graduandos ingressantes.

No Brasil, as instituições de ensino superior podem ser públicas ou privadas, podendo ser organizadas em Faculdade, Centro Universitário e Universidade (BRASIL, 1996). O candidato que pretende ingressar no ensino superior deve obrigatoriamente ter concluído o ensino médio e se inscrever para prestar o processo seletivo (FERREIRA, 2003). A maior parte das universidades públicas aderiu ao Sistema de Seleção Unificada – SISU como forma de ingresso. Nesse caso, o estudante interessado deve realizar a prova do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e se inscrever em duas opções de cursos oferecidos em qualquer parte do Brasil. Um dos cursos a serem escolhidos pelos estudantes é o de Ciências Contábeis, que possui em média quatro anos de duração e possibilita diversas áreas de atuação (BRASIL, 2015).

Sob esse contexto, chegou-se a construção do questionamento que permeia esta pesquisa: como se apresentou o desempenho dos alunos do curso de Ciências Contábeis de instituições de ensino superior públicas e privadas de Minas Gerais no ENADE de 2015?

A temática apresentada foi escolhida intencionando analisar se houve variações de desempenho no ENADE entre alunos de instituições públicas e privadas do curso de Ciências Contábeis e apresenta como proposta agregar conhecimentos sobre o tema aos profissionais da área, em especial aos docentes de tal curso, e demonstrar a importância de transmitir conhecimentos aos discentes para um bom desempenho em tal exame. Especificamente, objetivou-se também realizar um mapeamento das instituições de ensino superior públicas e privadas que ofertam vagas para o curso de Ciências Contábeis no estado de Minas Gerais e, em seguida, o comparativo entre o desempenho dos alunos do curso de Ciências Contábeis de tais instituições no ENADE de 2015.

O presente estudo foi realizado por meio de análise comparativa e levantamento de dados de forma exploratória e quantitativa, buscando como fonte os resultados do ENADE 2015 do curso de Ciências Contábeis de instituições de ensino públicas e privadas de Minas Gerais. Foram feitas as buscas em bancos de dados em sites da internet, utilizando para a busca as palavras chaves “ENADE 2015”, “Ciências Contábeis” e Instituições de Ensino Superior, para compor o embasamento teórico apresentado a seguir. As variáveis foram construídas por meio dos microdados disponíveis no portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Os materiais publicados ou registrados foram do ano de 1995 a 2017 e o período de realização da pesquisa foi de janeiro a outubro de 2018.

Segundo o Censo da Educação Superior (INEP, 2018), foram contabilizadas 2.406 instituições de ensino superior no Brasil no ano de 2016, sendo 12,3% destas públicas e 87,7% privadas. Desse total, 995 instituições oferecem vagas para o curso de Bacharelado em Ciências Contábeis em todo o território brasileiro. Só no estado de Minas Gerais, são 136 instituições ofertando um total de 13.457 vagas para o referido curso, sendo aproximadamente 7% em instituições de ensino superior públicas e o restante em instituições privadas (INEP, 2018). Fica evidente que o curso de Ciências Contábeis apresenta números expressivos, reforçando a importância desta graduação para a comunidade.

Os dados apresentados são suficientes para instigar uma pesquisa que busque verificar o desempenho no ENADE realizado no ano de 2015, por meio da análise das notas dos estudantes de instituições de ensino superior públicas e privadas do curso de Ciências Contábeis, dado que a qualidade nas instituições de ensino tem sido sempre questionada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 OS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Avaliar a qualidade e eficiência do ensino superior foi se tornando, com o passar dos anos, uma necessidade do governo. O primeiro passo foi dado com a lei nº 9.131, que entrou em vigor no dia vinte e quatro de novembro de 1995, estipulando o Exame Nacional de Cursos – ENC. O procedimento de qualificação deveria ser aplicado periodicamente, sendo utilizados diversos componentes para avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições de ensino superior. O ENC era realizado anualmente, de acordo com o previsto pela lei. O conteúdo das provas era estipulado de acordo com os conteúdos mínimos que deveriam estar presentes em cada curso e os candidatos a realizar o exame eram os concluintes do curso, condição previa para se obter o diploma. Os resultados eram divulgados, mas não contavam como nota de modo individual para aprovação do aluno (BRASIL, 1995).

Por meio da lei supracitada, em seguida foi estabelecida a Avaliação das condições de ensino – ACE, que se dividia em três partes principais. Eram avaliados a organização em nível didático e pedagógico, o corpo docente em sua totalidade e as instalações da instituição. É importante ressaltar que cada uma dessas partes ainda se subdividia em outras para aprimorar o processo de avaliação. Cada uma delas receberia um conceito para designar sua nota, podendo este ser muito fraco, fraco, regular, bom ou muito bom. A junção desses conceitos, no final do

processo, determinava um montante de notas para cada uma das três partes principais, que em junção determinavam o conceito da instituição (VERHINE; DANTAS; SOARES, 2006).

Com o passar dos anos o ENC foi sendo aperfeiçoado. No início era aplicado em apenas três cursos e, em menos de uma década, se expandiu para vinte e seis áreas de conhecimento diferentes. O provão, como era popularmente chamado, teve ampla aceitação social, porém foi bastante criticado por especialistas. Pensando nisso e visando a mudanças que seriam necessárias, após a eleição presidencial de 2002, a administração do novo presidente anunciou que alterações significativas seriam realizadas ao sistema de avaliação. Desse modo, as instituições de ensino superior passaram a ser avaliadas por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior –SINAES, implementado por meio da lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Tal sistema apresenta por finalidade avaliar as instituições como um todo e seus respectivos cursos individualmente. Para avaliar os estudantes, essa mesma lei implementou o ENADE (BRASIL, 2004).

O ENADE era aplicado a todos os cursos superiores, para alunos matriculados no primeiro e no último ano do curso, objetivando avaliar o nível de conhecimento e a efetividade das disciplinas determinadas pela diretriz curricular.

> O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento (BRASIL, 2004).

Na atualidade, o ENADE é aplicado somente aos graduandos concluintes dos cursos de graduação. Essa avaliação é realizada por meio de uma prova, com maioria de questões de múltipla escolha e algumas discursivas. Tais questões são interdisciplinares, interligando as disciplinas ministradas no curso e buscando solução para problemas do cotidiano em determinada área de atuação, algumas de conteúdo específico como forma de avaliar as habilidades específicas de cada área individualmente e outras de conhecimento geral do curso. As pontuações obtidas provêm da somatória das questões respondidas corretamente e subtraindo deste total as penalizações (BRITO, 2008). "Na avaliação dinâmica, o foco de interesse é o progresso dos estudantes nos diversos temas que compõem as diretrizes do curso. Deixa de ser uma avaliação da aprendizagem e passa a ser uma avaliação para a aprendizagem" (BRITO, 2008, p. 846).

O conteúdo da avaliação é dividido em baixa, média e alta complexidade, para que os alunos possam analisar em quais temáticas seus conhecimentos precisam ser aprofundados. O ENADE é aplicado por amostragem: os alunos são inscritos pela instituição de ensino no site do INEP, então o sistema seleciona quais destes realizarão o exame. Deste modo, os resultados são mais precisos e os custos significativamente menores (RISTOFF; LIMANA, 2004).

O ENADE é de suma importância tanto para os estudantes concluintes, que podem verificar em quais áreas possuem maior conhecimento, quanto para as redes de ensino superior, que podem verificar onde estão suas falhas e realizar melhorias. Além disso, pelo resultado obtido, os futuros candidatos podem analisar quais dos locais que oferecem vagas para o curso pretendido possuem melhores classificações, verificando aquelas que possuem melhores infraestrutura e metodologias de ensino.

2.2 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS E PRIVADAS

Como já mencionado neste trabalho, no Brasil, as instituições de ensino superior podem ser públicas ou privadas. As públicas não possuem fins lucrativos, por isso a matrícula e as mensalidades são gratuitas. Elas se subdividem em três tipos, de acordo com a instituição que as mantém, podendo ser federais, quando mantidas pelo poder público federal, estaduais, quando mantidas pelo poder público estadual, ou municipais, quando mantidas pelo poder público municipal. Já as privadas podem ou não possuir fins lucrativos. As que não possuem fins lucrativos se dividem em comunitárias, confessionais e filantrópicas. As comunitárias incluem representantes da comunidade na entidade que as mantêm. As confessionais atendem especificamente determinada ideologia e orientação confessional, e as filantrópicas, em caráter complementar ao Estado, são prestadoras de serviço à população. Já as com finalidade lucrativa são mantidas por investidores do setor privado que visam estabelecer seus lucros (TORRES et al., 2015).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), as instituições de ensino superior podem ser organizadas academicamente em faculdade, centro universitário e universidade. A faculdade não possui autonomia para conferir titulação ou diplomas, devendo estes serem registrados por uma universidade. Por esse fato, podem ser consideradas como pequenas unidades que provém das universidades. O centro universitário possui autonomia para criar cursos e abrir vagas, devendo obrigatoriamente manter um quinto do seu corpo docente em horário integral (que consiste em 40 horas de trabalho por semana na mesma instituição) e

um terço de seus docentes com titulação de mestres ou doutores. Por fim, as universidades possuem maior autonomia do que as duas citadas anteriormente, podendo criar *campus* fora de sua sede, mas possuindo por obrigação manter um terço de seu corpo docente em tempo integral e mais um terço com titulação de mestres ou doutores (BRASIL, 1996).

Para ingressar no ensino superior, o candidato deve obrigatoriamente ter concluído o ensino médio e se inscrever para prestar o processo seletivo. A seleção pode ser feita por meio de prova de conhecimentos gerais e específicos, tendo ou não redação em sua composição. Outro modo bastante usado na atualidade é a utilização da nota final do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, já que este é obrigatório para os concluintes do ensino médio e composto por um provão completo, contemplando todas as matérias abordadas nas áreas humanas e exatas, além da redação, sendo o aluno pontuado por meio de uma média a partir dos acertos. Em casos de empate no processo seletivo, a média nesse exame pode ser utilizada como critério para desempate. Em outros casos, a vaga será dada ao candidato com menor renda familiar (FERREIRA, 2003).

Em específico para as universidades públicas, vem sendo adotado o Sistema de Seleção Unificado – SISU, que consiste em um sistema automatizado no qual o indivíduo se inscreve, escolhe duas opções de curso e sua nota do ENEM é utilizada para a seleção. Aqueles que possuem as melhores notas em cada curso são selecionados. As inscrições são realizadas pela internet, são gratuitas e ocorrem duas vezes por ano. Para participar do SISU é obrigatório que o indivíduo tenha realizado o último ENEM antes das inscrições. Os resultados são disponibilizados na mesma página das inscrições e, para garantir a vaga, o aluno deve realizar a matrícula na universidade dentro do prazo estipulado. A lista de espera para cada curso também é disponibilizada (OLIVEIRA, 2013).

O ensino superior é oferecido tanto em redes públicas quanto em privadas. Cabe ao candidato analisar qual destas lhe oferece maiores benefícios, além de verificar se suas notas são suficientes para ingressar no curso que almeja, no caso de pleitear uma vaga pelo SISU.

2.3 O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM MINAS GERAIS

O estudo da área contábil surgiu nos primórdios, quando o homem começou a adquirir patrimônio e precisava ter controle daquilo que possuía. No Brasil, as primeiras instituições a transmitir tal conhecimento foram as Escolas do Comércio, que surgiram ainda durante o

período Imperial. Inicialmente o ensino era prático, não tendo reconhecimento em nenhum nível de ensino (PELEIAS et al., 2007).

Por meio do Decreto nº 17.329 de 28 de maio de 1926, foi aprovado o regulamento que instituiu o Ensino Técnico Comercial. A grade curricular do curso passou a ser definida de acordo com esse decreto. Ainda por meio deste, os estabelecimentos de ensino passaram a conferir diploma de contador para os concluintes do curso geral, com duração de quatro anos, podendo ingressar indivíduos com no mínimo treze anos de idade, ou diploma de graduado em Ciências Econômicas para os concluintes do curso superior, com duração de três anos, podendo ingressar nestes indivíduos com no mínimo dezessete anos de idade (BRASIL, 1926).

No dia trinta de junho do ano de 1931, a profissão de contador passou a ser regulamentada por meio do Decreto nº 20.158, que dividiu os níveis de ensino em propedêutico, técnico e superior. Houve modificações na grade curricular, as disciplinas passaram a envolver aspectos agrícolas, bancários, industriais e relacionados a negócios mercantis. Além disso, o ensino técnico foi dividido, podendo ter a duração de dois anos (para secretário, guarda livros e administrador vendedor) ou três anos (para atuário e perito contador). Para o ensino propedêutico era necessária a realização de exames de admissão, podendo pleitear vaga candidatos a partir de doze anos de idade (BRASIL, 1931).

Com o passar do tempo a Contabilidade passou a ser vista como ciência e recebeu diversas definições, todas demonstrando que o principal objetivo era estudar, analisar e controlar patrimônio.

> A Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientação – necessárias à tomada de decisões – sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial (FRANCO, 1997, p. 21).

No estado de Minas Gerais, de acordo com Ministério da Educação – MEC, 139 instituições de ensino superior estão autorizadas a oferecer o curso de Ciências Contábeis. As instituições de ensino públicas e privadas recebem uma avaliação do MEC baseadas em três indicadores. O primeiro deles é o Conceito Preliminar do Curso – CPC, com notas variando de um a cinco, de acordo com o corpo docente (titulação e tempo de trabalho), infraestrutura, recursos oferecidos e desempenho dos alunos. Em seguida vem a avaliação do Conceito do Curso – CC, por meio da qual ocorre uma avaliação presencial e os resultados do CPC podem

ser confirmados. Vale ressaltar que instituições que apresentarem notas entre três e cinco na primeira avaliação realizada podem escolher se a avaliação do Conceito de Curso será realizada ou se a nota da primeira avaliação também será atribuída à segunda. Por fim, é atribuída a nota do ENADE, como terceiro e último indicador. A média dos valores obtidos nessas três avaliações determina a nota da faculdade e uma listagem fica disponível no *site* do Ministério da Educação com o *ranking*, estipulando as melhores do Estado e do país (BRASIL, 2015).

Ao contador, existem diversas áreas de escolha para atuação. Entre essas se destacam a auditoria, a perícia, atividades ligadas à legislação tributária, contabilidade empresarial e, até mesmo, a docência do ensino superior (PIMENTEL, 2012). Levando em consideração todas as informações adquiridas sobre o curso de Ciências Contábeis, podemos ressaltar a importância de tal profissional para o bom desempenho de empresas, organização das finanças, fiscalização das movimentações bancárias, administração de patrimônio de pessoas físicas e jurídicas, além de passar as devidas informações sobre impostos a serem pagos pelas firmas. Desse modo, o curso é de suma importância para a formação adequada do contador, capacitando-o para exercer tais funções que lhe são atribuídas.

3 METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado por meio de análise comparativa e levantamento de dados de forma exploratória e quantitativa, buscando como fonte os resultados do ENADE 2015 do curso de Ciências Contábeis de instituições de ensino públicas e privadas de Minas Gerais. Foram realizadas buscas em bancos de dados em *sites* da internet por meio das palavras chaves: ENADE 2015, Curso de Ciências Contábeis, Instituições de Ensino Superior, além de utilizar materiais que estão relacionados com o aproveitamento dos alunos do curso de Ciências Contábeis no ENADE. Os materiais publicados ou registrados foram de preferência do período de 2007 a 2017 e o tempo de realização da pesquisa foi de janeiro a outubro de 2018.

Para o delineamento empírico deste estudo foram coletados os microdados disponibilizados no *site* do INEP, referentes às notas do ENADE de 2015 dos alunos do curso de Ciências Contábeis. Esse instrumento avaliativo realizado em 2015 foi responsável por avaliar os alunos concluintes dos seguintes cursos de bacharelado: Administração, Administração Pública, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social (Jornalismo e Publicidade e Propaganda), Design, Direito, Psicologia, Relações Internacionais, Secretariado Executivo, Teologia e Turismo (BRASIL, 2015).

A prova aplicada aos estudantes de Ciências Contábeis em 2015 continha quarenta questões, sendo dez questões sobre formação geral (oito objetivas e duas discursivas) e trinta questões sobre componentes específicos (vinte e sete objetivas e três discursivas). Ao final da prova havia nove questões sobre as percepções dos estudantes a respeito da avaliação realizada.

Foram realizados filtros no banco de dados do INEP para facilitar a leitura no *software* estatístico: por curso (variável CO_GRUPO = 22); por estado (variável CO_UF_CURSO = 31); e, por fim, a variável TP_PR_GER = 555 (participante com respostas válidas na prova).

O banco de dados final foi construído com as seguintes variáveis e seus respectivos dados:

Tabela 01. Variáveis e conjunto de dados utilizados na pesquisa

Variável	Descrição da Variável
CO_CATEGAD	Código da categoria administrativa da IES: 1-Instituição Pública; 2-Instituição Privada
CO_ORGACAD	Código da organização acadêmica da IES: 1-Centro Universitário; 2-Faculdade; 3-Universidade
NT_GER	Nota bruta da prova – Média ponderada da formação geral (25%) e componente específico (75%). (valor de 0 a 100)
NT_FG	Nota bruta na formação geral – Média ponderada da parte objetiva (60%) e discursiva (40%) na formação geral. (valor de 0 a 100)
NT_CE	Nota bruta no componente específico – Média ponderada da parte objetiva (85%) e discursiva (15%) no componente específico. (valor de 0 a 100)

Fonte: Autoria própria (2018).

A classificação em "Instituição Pública" e "Instituição Privada" foi realizada por meio da separação entre as classificações apresentadas nos microdados, conforme Tabela 02 a seguir:

Tabela 02. Classificação dos dados em instituições públicas e privadas

Instituição	Variáveis selecionadas
PÚBLICAS	93- Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal 10001- Pessoa Jurídica de Direito Público – Estadual 10002- Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal
PRIVADAS	118- Pessoa Jurídica de Direito Privado – Com fins lucrativos – Sociedade Civil 121- Pessoa Jurídica de Direito Privado – Sem fins lucrativos – Fundação 10005- Privada com fins lucrativos 10008- Privada sem fins lucrativos

Fonte: Autoria própria (2018).

A população da pesquisa foi constituída pelos alunos de Ciências Contábeis convocados para o ENADE 2015, sendo a amostra composta pelos alunos que efetivamente realizaram a prova e cujas instituições obtiveram conceitos, num total de 4.762 participantes. Foram utilizadas como base deste estudo as notas brutas totais da prova dos estudantes participantes

(NT_GER), as notas brutas da formação geral (NT_FG) e as notas brutas do componente específico (NT_CE).

Na análise inicial dos dados foi verificada a não normalidade das variáveis que representavam as notas dos estudantes no exame do ENADE, por meio dos testes de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk, com o auxílio do *software* estatístico *IBM SPSS Statistics® 22*, conforme dados apresentados na Tabela 03:

Tabela 03: Resultados dos testes de normalidades das variáveis em estudo

Variável	**Kolmogorov-Smirnov**			**Shapiro-Wilk**		
	Estatística	df	Valor-P	Estatística	df	Valor-P
NT_GER	0,030	4762	0,000	0,998	4762	0,000
NT_FG	0,046	4762	0,000	0,991	4762	0,000
NT_CE	0,035	4762	0,000	0,996	4762	0,000

Fonte: Autoria própria com base na saída *IBM SPSS Statistics* (2018).

Como todos os valores-P apresentados são 0,000, verifica-se que os dados não apresentam a característica da normalidade, em um nível de significância de 5%. Por essa razão, optou-se pelo teste de comparação de médias não-paramétrico de Mann-Whitney, para verificar como as médias das notas dos estudantes de instituições públicas e privadas se comportam.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados coletados para esta pesquisa referem-se às notas válidas dos estudantes do curso de Ciências Contábeis do Estado de Minas Gerais, os quais participaram do ENADE de 2015. Em Minas Gerais, um grande número de instituições oferece o curso de graduação na área contábil, sendo destas participantes do exame, oito públicas e 84 privadas. A lista completa das instituições que tiveram alunos no exame pode ser verificada no Apêndice I. Assim como nos anos anteriores, o ENADE foi composto por questões de múltipla escolha e também por questões discursivas. Além disso, para avaliar os níveis de conhecimento dos alunos em sua área de atuação, algumas das questões são desenvolvidas de forma multidisciplinar, ou seja, interligando diversas matérias do curso, objetivando a solução do problema apresentado. De um total de 5.426 convocados, compareceram e tiveram suas notas validadas um total de 4.762 graduandos.

A Tabela 04 apresenta as frequências absolutas e relativas desses estudantes.

Tabela 04. Frequências absolutas e relativas obtidas nos microdados do ENADE 2015 – Ciências Contábeis (Minas Gerais)

Informação	Instituições Públicas		Instituições Privadas		Total
	Quantitativo	%	Quantitativo	%	
1. *Total de estudantes presentes:*	689	14,47%	4073	85,53%	4762
2. *Gênero:*					
Masculino	268	16,28%	1378	83,72%	1646
Feminino	421	13,51%	2695	86,49%	3116
3. *Estudantes de acordo com a modalidade:*					
Ensino Presencial	689	14,92%	3930	85,08%	4619
Ensino à Distância (Ead)	0	0,00%	143	100%	143
4. *Estudantes de acordo com a organização acadêmica:*					
Centro Universitário	0	0,00%	556	100%	556
Faculdade	0	0,00%	1579	100%	1579
Universidade	689	55,16%	560	44,84%	1249

Fonte: Adaptado da saída *IBM SPSS Statistics* (2018).

As informações apresentadas na tabela acima demostram uma grande diferença quantitativa referente aos alunos participantes da prova. Enquanto nas instituições públicas 689 estudantes realizaram o exame, sendo estes do ensino presencial, nas instituições privadas 4073 o realizaram, sendo a maioria da modalidade presencial e apenas 143 da modalidade a distância. Esse fato pode ser justificado devido ao número de instituições privadas que oferecem tal curso no Estado de Minas Gerais ser mais que oito vezes maior do que de instituições públicas. Um ponto em comum entre as duas instituições foi a maioria dos estudantes ser do sexo feminino, mais da metade do total de cada instituição. Especificamente na rede privada, os alunos eram de Centros Universitários, Faculdades e Universidades, enquanto os da rede pública eram todos de Universidades. Pode-se observar também que, em relação às instituições privadas, as Faculdades possuíam um maior número de alunos participantes.

Os principais descritivos das variáveis em estudo (NT_GER, NT_FG e NT_CE) podem ser verificados na Tabela 05 a seguir:

Tabela 05. Principais descritivos das variáveis em estudo

Tipo de Instituição	Estimador	NT_GER	NT_FG	NT_CE
Pública	Nº de dados	689	689	689
	Média	49,02	57,62	46,20
	Mediana	49,00	59,00	46,00
	Mínimo	13,00	0,00	9,00
	Máximo	82,00	93,00	82,00
	Desvio Padrão	13,74	16,41	15,30
Privada	Nº de dados	4073	4073	4073
	Média	42,61	51,31	39,33
	Mediana	42,00	53,00	39,00
	Mínimo	0,00	0,00	0,00
	Máximo	88,00	92,00	93,00

Desvio Padrão	12,54	15,76	14,05

Fonte: Adaptado da saída *IBM SPSS Statistics* (2018).

Pode-se observar que embora o número de participantes da rede privada seja mais que cinco vezes maior que os da rede pública, quando comparamos as médias obtidas, as diferenças são pequenas. A rede pública obteve 49,02 como média das notas brutas totais da prova dos estudantes participantes (NT_GER), 57,62 como média das notas brutas da formação geral (NT_FG) e 46,20 como média das notas brutas do componente específico (NT_CE). A rede privada obteve 42,61 como média das notas brutas totais da prova dos estudantes participantes (NT_GER), 51,31 como média das notas brutas da formação geral (NT_FG) e 39,33 como média das notas brutas do componente específico (NT_CE). Quando analisadas as notas brutas da formação geral, observamos uma diferença de apenas 6,41 entre as duas instituições.

Por fim, realizou-se o teste não paramétrico de *Mann-Whitney*, indicado para realizar comparações entre as médias de dados que não apresentam normalidade. A Tabela 06 exibe os resultados auferidos:

Tabela 06. Resultados do teste de *Mann-Whitney*

Estimador	NT_GER	NT_FG	NT_CE
Dados	4 762	4 762	4 762
Mann-Whitney	1027634,50	1084143,50	1072174,00
Wilcoxon W	9324335,50	9380844,50	9368875,00
Z	-11,255	-9,560	-9,920
Significância (Valor-p)	0,000	0,000	0,000

Fonte: Adaptado da saída *IBM SPSS Statistics* (2018).

Realizada a análise entre as médias dos dois grupos de instituições, concluiu-se, por meio do teste de *Mann-Whitney*, que estes estimadores são estatisticamente diferentes, em um nível de confiança de 95%, pois os valores-P apresentados foram 0,000.

Nesse sentido, considerando as médias e medianas das notas brutas da prova (NT_GER), percebe-se um resultado superior das instituições públicas (49,02 e 49,00, respectivamente), em comparação com as notas das instituições privadas (42,61 e 42,00, respectivamente).

Com relação às notas brutas de formação geral (NT_FG), a comparação é semelhante: as instituições de ensino públicas apresentam notas superiores (57,62 e 59,00, média e mediana,

respectivamente), comparando-se com as notas apresentadas pelos estudantes das instituições de ensino privadas (51,31 e 53,00, respectivamente).

Por fim, analisando-se separadamente as notas brutas do componente específico (NT_CE), as instituições de ensino superior públicas apresentam melhores estimadores (46,20 e 46,00), enquanto os estudantes do curso de Ciências Contábeis de instituições privadas obtiveram notas estatisticamente inferiores (39,33 e 33,00), média e mediana, respectivamente.

Um estudo realizado por Cruz et al. (2009) sobre os resultados obtidos pelos alunos do curso de Ciências Contábeis do país no ENADE 2006 apresentou como média nacional um acerto de 44,1% das questões de conhecimentos gerais e 25,7% das questões de conhecimento específico, sendo o total de cada uma das modalidades 100 pontos. Os autores ainda ressaltaram que embora a pontuação obtida esteja dentro da média nacional, o curso apresentou tanto nas questões gerais quanto nas específicas a menor nota entre os 15 cursos participantes. Uma análise sobre os resultados dos alunos do curso de Ciências Contábeis no ENADE 2009 foi realizada por De Sá e Neco (2015), demostrando que, assim como no estudo aqui apresentado, a maioria dos participantes era do sexo feminino. Quanto aos índices de acertos, 87% dos participantes obtiveram menos que 50% do total de pontos, sendo que estes já concluíram mais de oitenta por cento da carga horária do curso.

Lemos e Miranda (2015) realizaram um estudo comparativo dos conceitos das instituições de ensino superior embasados nos resultados obtidos pelos alunos do curso de Ciências Contábeis de todo o Brasil no ENADE dos anos de 2006, 2009 e 2012. Por meio dos dados obtidos, demostraram que no ano de 2009, das 383 instituições participantes, 56,7% receberam para esse curso conceito 2 e 30,8% conceito 4. Já no ano de 2012, o número de instituições participantes sofreu um aumento, passando para 464, sendo que destas 51,3% receberam conceito 2 e 38,8% conceito 4. Em ambos os anos houve diminuição no número de instituições que receberam conceitos 1 e 5. O estudo também demostrou que o curso de Ciências Contábeis é oferecido por mais instituições privadas do que públicas, sendo 702 e 145, respectivamente. Quando comparados os números de participantes do curso que realizaram o ENADE de 2006 e 2012 pode-se observar uma diferença mínima entre ingressantes e concluintes. Além disso, o comparativo entre regiões demostrou que os melhores conceitos são das instituições localizadas nas regiões sul e sudeste.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso de Ciências Contábeis apresenta papel fundamental desde os primórdios. O profissional da área contábil é responsável pelo bom funcionamento financeiro, pela adequada distribuição de recursos e organização das finanças de empresas, pelas perícias e auditorias, pelo auxílio a controle de patrimônio pessoal e pelas atividades relacionadas à contabilidade em geral. O mercado de trabalho para o profissional contábil vem crescendo constantemente, principalmente no que diz respeito a vagas disponíveis em órgãos públicos pleiteadas por meio de concurso. Além disso, as empresas veem cada vez mais a necessidade do contador como membro da equipe administrativa.

Por meio do mapeamento das instituições de ensino superior que oferecem o curso de Ciências Contábeis no Estado de Minas Gerais, pode-se comprovar que este possui um grande número de opções de instituições que ofertam vagas em tal área. Entre as citadas anteriormente, a maioria é de rede privada (91,30%) e estão bem distribuídas dentro do Estado. As públicas correspondem a 8,7% e também estão distribuídas em diferentes regiões. Deste modo, os estudantes têm diversas opções para escolher, podendo levar em consideração a localização da universidade, a infraestrutura, o corpo docente e os custos vinculados ao curso superior.

O ENADE é fundamental para a avaliação tanto dos cursos quanto das instituições. Por meio deste é possível que as principais dificuldades dos alunos sejam apontadas e corrigidas, já que os alunos concluintes do curso realizam a prova demostrando quais conhecimentos foram aprofundados e quais necessitam ser mais bem trabalhados; os ingressantes do curso também realizam a prova, demostrando em quais áreas terão mais facilidade de aprendizagem, de acordo com sua bagagem de conhecimento adquirida previamente ao ensino superior. Também é possível observar se houve falhas nos métodos de ensino de cada área, especificamente, e, caso necessário, melhorar a metodologia utilizada.

Por meio do estudo realizado, foi comprovado que as instituições públicas obtiveram melhores resultados no ENADE quando comparadas às privadas. Algumas hipóteses podem ser levantadas para justificar tal fato, como, por exemplo, a melhor infraestrutura das instituições públicas; a composição do corpo docente por profissionais com maiores níveis de ensino e titulações; a dedicação dos alunos da rede pública, por muitas vezes exclusiva, aos estudos; e o conteúdo aplicado durante as aulas. Vale ressaltar que embora a rede pública apresente maiores notas, os resultados obtidos pela rede privada foram próximos, ou seja, a diferença de pontuação entre elas foi estritamente pequena.

Para futuras pesquisas, sugere-se que sejam realizadas análises similares ao longo dos anos, de modo a confirmar os resultados apresentados aqui, ou apresentar novas variáveis. Sugere-se, também, a realização desses comparativos em outros cursos, visando analisar os resultados no ENADE de instituições públicas e privadas nas mais diversas áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 17.329, de 28 de maio de 1926. Aprova o regulamento para os estabelecimentos de ensino técnico comercial reconhecidos oficialmente pelo governo federal.** Rio de Janeiro, RJ, 28 de maio de 1926.

BRASIL. **Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931**. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão do contador e dá outras providências. Brasília, 1931.

BRASIL. **Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995.** Altera dispositivos da lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e dá outras providências. Brasília, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Artigo 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Manual do ENADE 2015.** Brasília: INEP, 2015.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 mar. 2004. Seção 1, p.3/4.

BRASIL. Ministério da Educação. **Denominações de Instituições de Ensino Superior.** Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/nomenclatura_cursos.html>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BRITO, M. R. F. D. **O SINAES e o ENADE: da concepção à implantação.** Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 841-850, nov, 2008.

CRUZ, Cláudia Ferreira; MARQUES, Alessandra Lima; SILVA, Roberval Rubens; SANTOS, Ruthberg dos. Uma análise do desempenho do curso de Ciências Contábeis no ENADE a partir do processo de raciocínio da teoria das restrições. **R. Cont. UFBA**, Salvador, v. 3, n. 3, p.33-48, set. 2009. trimestral.

DE SÁ, Luciano Pinheiro; NECO, Luís Antônio do Nascimento. Um estudo sobre os determinantes de desempenho no ENADE de alunos do curso de Ciências Contábeis. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 213, p. 28-41, jul. 2015.

FERREIRA, Fernando José Araújo. Processo seletivo vestibular nas universidades e faculdades particulares e a nova LDB (Lei 9.394/96). **Revista Prpe,**, Paraná, v. 1, n. 1, p.1-9, out. 2003.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral.** 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997, 407 p.

LEMOS, Karinne Custódio Silva; MIRANDA, Gilberto José. Alto e baixo desempenho no ENADE: que variáveis explicam?. **Revista Ambiente Contábil - Universidade Federal do Rio Grande do Norte**, v. 7, n. 2, p. 101-118, jun. 2015.

OLIVEIRA, Jonas de Paula. **Objetivos do ENEM e os desdobramentos a partir do seu uso como exame de acesso à educação superior.** In: 36ª Reunião Nacional da ANPED, GT 11, 2013, Goiânia. Anais eletrônicos, Goiânia, ANPED, 2013.

PELEIAS, Ivam Ricardo et al. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **R. Cont. Fin. USP**, São Paulo, v. 30, n. 1, p.19-32, jul. 2007.

PIMENTEL, Renê Coop; SOUZA, Marcos Antônio. O ensino da contabilidade e as perspectivas da profissão na atualidade: ênfase no profissional contábil que leciona em curso universitário. **E-civitas Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais**, UNI-BH, Belo Horizonte, vol. V, n. 1, jul. 2012.

RISTOFF, Dilvo.; LIMANA, Almir. **O ENADE como parte da avaliação da educação superior**, v. 23, p. 05-06, 2007.

TORRES, Adriana Amadeu Garcia et al. Universidades privadas e o ENADE: qual categoria administrativa tem melhor desempenho no curso de Administração. **Revista Gestão Universitária na América Latina - Gual**, [s.l.], v. 9, n. 1, p.01-20, 13 abr. 2016. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

VERHINE, Robert Evan; DANTAS, Lys Maria Vinhaes; SOARES, José Francisco. Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 52, p.291-310, jul. 2006.

APÊNDICE I
LISTA DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PARTICIPANTES DO ENADE 2015

Instituição	Sigla	Município	Categoria
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE UNAÍ	FACTU	Unaí	Privada
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	UEMG	Belo Horizonte	Pública
FACULDADE ALDETE MARIA ALVES	FAMA	Iturama	Privada
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	UFSJ	São João Del Rei	Pública

FACULDADE CNEC UNAÍ	CNEC	Unaí	Privada
UNIVERSIDADE DE ITAÚNA	UI	Itaúna	Privada
FACULDADE DE ESTUDOS ADMINISTRATIVOS DE MINAS GERAIS	FEAD	Belo Horizonte	Privada
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO MILTON CAMPOS	FAMC	Vila da Serra	Privada
FACULDADE BATISTA DE MINAS GERAIS	FBMG	Belo Horizonte	Privada
FAULDADE UBAENSE OZANAM COELHO	FAGOC	Ubá	Privada
FACULDADE PITAGORAS DE GOVERNADOR VALADARES	PIT GV	Governador Valadares	Privada
FACULDADE ISEIB DE BELO HORIZONTE	FIBH	Belo Horizonte	Privada
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO	FCETM	Uberaba	Privada
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO TRIÂNGULO	UNITRI	Uberlândia	Privada
FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE UBERABA	–	Uberaba	Privada
FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE UBERLÂNDIA	–	Uberlândia	Privada
UNIVERSIDADE DE UBERABA	UNIUBE	Uberaba	Privada
NOVA FACULDADE	NV	Contagem	Privada
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO CERRADO-PATROCÍNIO	UNICERP	Patrocínio	Privada
FACULDADE IBMEC	IBMEC	Belo Horizonte	Privada
FACULDADE PITÁGORAS DE UBERLÂNDIA -	PIT UBERLÂNDIA	Uberlândia	Privada
FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE UBÁ		Ubá	Privada
FACULDADE ÚNICA DE IPATINGA	FUNIP	Ipatinga	Privada
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA DE BOM DESPACHO	UNA	Bom Despacho	Privada
FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE VISCONDE DO RIO BRANCO	–	Visconde do Rio Branco	Privada
FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE LEOPOLDINA -	–	Leopoldina	Privada
UNIVERSIDADE FUMEC - FUMEC	FUMEC	Belo Horizonte	Privada
FACULDADE DOCTUM DE JOÃO MONLEVADE - DOCTUM	DOCTUM	João Monlevade	Privada
FACULDADES DOCTUM DE CARATINGA - DOCTUM	DOCTUM	Caratinga	Privada
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO DE ARAXÁ - UNIARAXÁ	UNIARAXÁ	Araxá	Privada
FACULDADE DE SANTA LUZIA	FACSAL	Santa Luzia	Privada
UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAI	UNIVÁS	Pouso Alegre	Privada
FACULDADE UNA DE UBERLÂNDIA	UNA	Uberlândia	Privada
CENTRO UNIVERSITÁRIO PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	UNIPTAN	São João Del Rei	Privada
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES	–	Belo Horizonte	Privada
FACULDADE ASA DE BRUMADINHO	IECEMB - FAB	Brumadinho	Privada

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UFU	Uberlândia	Pública
FACULDADE PITÁGORAS DE BELO HORIZONTE	FPAS	Belo Horizonte	Privada
CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS	UNIFAMINAS	Muriaé	Privada
FACULDADE DE NOVA SERRANA	FANS	Nova Serrana	Privada
INSTITUTO MASTER DE ENSINO PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS	IMEPAC	Araguari	Privada
FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS DE MANHUAÇU	FACIG	Manhuaçu	Privada
FACULDADE SUDAMÉRICA	SUDAMÉRICA	Cataguases	Privada
CENTRO UNIVERSITARIO METODISTA IZABELA HENDRIX	CEUNIH	Belo horizonte	Privada
INSTITUTO BELO HORIZONTE DE ENSINO SUPERIOR	IBHES	Belo horizonte	Privada
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE BELO HORIZONTE	FACISABH	Belo Horizonte	Privada
FACULDADE DO SUDESTE MINEIRO	FACSUM	Juiz de Fora	Privada
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE EXTREMA	FAEX	Extrema	Privada
FACULDADE PITÁGORAS DE IPATINGA	FPI	Ipatinga	Privada
UNIVERSIDADE VALE DO RIO VERDE	UNINCOR	Três Corações	Privada
FACULDADE SENAC MINAS	FSM	Contagem	Privada
FACULDADE DIVINÓPOLIS	FACED	Divinópolis	Privada
UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS	UNIPAC	Barbacena	Privada
FACULDADE PITÁGORAS DE DIVINÓPOLIS	FPD	Divinópolis	Privada
FACULDADE DE MINAS	FAMINAS-BH	Belo Horizonte	Privada
FACULDADE MACHADO SOBRINHO	FMS	Juiz de Fora	Privada
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS	UNIS-MG	Varginha	Privada
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS DE MINAS	UNIPAM	Patos de Minas	Privada
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	PUC MINAS	Belo Horizonte	Privada
CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA	NEWTON PAIVA	Belo Horizonte	Privada
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA	UNA	Belo Horizonte	Privada
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE CONSELHEIRO LAFAIETE	CES-CL	Conselheiro Lafaiete	Privada
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BELO HORIZONTE	UNI-BH	Belo Horizonte	Privada
367) UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES	UNIMONTES	Montes Claros	Pública
FACULDADES INTEGRADAS ADVENTISTAS DE MINAS GERAIS	FADMINAS	Lavras	Privada

FACULDADE DE ENSINO DE MINAS GERAIS	FACEMG	Belo Horizonte	Privada
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAXUPÉ	UNIFEG	Guaxupé	Privada
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CARATINGA	UNEC	Caratinga	Privada
CENTRO SUPERIOR DE ENSINO E PESQUISA DE MACHADO	CESEP	Machado	Privada
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA	UNIFORMG	Formiga	Privada
FACULDADE PEDRO LEOPOLDO	FPL	Pedro Leopoldo	Privada
FACULDADE DO CENTRO EDUCACIONAL MINEIRO	FACEM-BH	Belo Horizonte	Privada
FACULDADE PITÁGORAS DE BETIM	PITÁGORAS-BETIM	Betim	Privada
FACULDADE UNA DE CONTAGEM	FUNAC	Contagem	Privada
FACULDADE VÉRTICE	VÉRTICE	Matipó	Privada
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SETE LAGOAS	UNIFEMM	Sete Lagoas	Privada
FACULDADE TRIÂNGULO MINEIRO	FTM	Ituiutaba	Privada
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DO SUL DE MINAS	FACESM	Itajubá	Privada
UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE	UNIVALE	Governador Valadares	Privada
FACULDADES UNIFICADAS DE TEÓFILO OTONI	FUTO	Teófilo Otoni	Privada
LIBERTAS - FACULDADES INTEGRADAS	LIBERTAS	São Sebastião do Paraíso	Privada
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	Belo Horizonte	Pública
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF	Juiz de Fora	Pública
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	UFVJM	Diamantina	Pública
FACULDADE CNEC VARGINHA	_	Varginha	Privada
FACULDADE DO NOROESTE DE MINAS	FINOM	Paracatu	Privada
FACULDADE DE PARÁ DE MINAS	FAPAM	Pará de Minas	Privada
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UFV	Viçosa	Pública
FACULDADE DE SÃO LOURENÇO	FASAMA	São Lourenço	Privada
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO LESTE DE MINAS GERAIS	UNILESTE MG	Coronel Fabriciano	Privada
FACULDADE PITÁGORAS	_	Belo Horizonte	Privada
ESCOLA DE ESTUDOS SUPERIORES DE VIÇOSA	ESUV	Viçosa	Privada

FONTE: INEP (2018).

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

OS GESTORES MUNICIPAIS E AS FRAUDES PREVIDENCIÁRIAS: REFLEXOS NOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Margareth Vetis Zaganelli[1]
Simone Guerra Maziero[2]

Resumo: O presente trabalho aborda as práticas ilícitas que causam prejuízo à previdência social. Nomeadamente, analisa as condutas praticadas por prefeitos municipais em detrimento dos regimes próprios de previdência social. Com esse intento, inicialmente discorre sobre a Seguridade Social, um sistema de proteção à pessoa, constituída por um conjunto de benefícios que visam proporcionar direitos constitucionalmente assegurados, relacionados à saúde, à previdência e à assistência social. Em seguida, realiza um breve escorço histórico da seguridade social no Brasil; elenca os tipos penais dos crimes de fraudes previdenciárias; aborda a sonegação fiscal , bem como os impactos na arrecadação previdenciária Por meio de pesquisa de natureza exploratória, cujo procedimento técnico utilizado é o bibliográfico, o estudo ressalta os reflexos das fraudes previdenciárias no âmbito dos municípios , a responsabilidade dos gestores municipais diante da prática de tais ilícitos, e as suas repercussões nos regimes de previdência dos municípios brasileiros.

Palavras-chave: Previdência social; Fraudes previdenciárias; Gestores municipais; Arrecadação previdenciária.

Abstract: The present paper discusses illicit practices that cause loss to social security. Namely, it analyzes conducts practiced by municipal mayors to the detriment of social security, denominated RPPS – Regime Próprio de Previdência Social. With this intent, it initially discusses about Social Security, a system of protection for the person, constituted by a set of benefits that aim to provide constitutionally assured rights related to health, welfare and social

[1] Doutora em Direito (UFMG); Mestre em Educação (UFES), com estágios Pós-Doutorais na Università degli Studi di Milano-Bicocca (UNIMIB), na Alma Mater Studiorum Università di Bologna (UNIBO) e na Università degli Studi Del Sannio (UNISANNIO). Professora Titular da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: mvetis@terra.com.br

[2] Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Pós-graduada em Administração de Recursos Humanos pelo Centro de Pós-Graduação, Especialização e Cultura da FAESA – Fundação de Assistência e Educação. Pós-graduada em Direito Judiciário pela Faculdade São Geraldo. Servidora Pública Federal – Tribunal Regional do Trabalho 17ª Região (TRT17) E-mail: guerra.vix@hotmail.com

Recebido em 01/04/2019
Aprovado em 20/04/2019

assistance. Then, it makes a brief history of social security in Brazil; it lists the criminal types of crimes of social security fraud; tax evasion, as well as the impacts on social security collection. Through an exploratory research, whose technical procedure used is bibliographical, the study highlights the repercussions of social security fraud in the municipalities and its repercussions on the social security scheme of Brazilian municipalities.

Keywords: Social Security; Social security fraud; Municipal managers; Social security collection.

1 INTRODUÇÃO

A Seguridade Social é constituída por um conjunto de benefícios que visam proporcionar direitos constitucionalmente assegurados, relacionados à saúde, à previdência e à assistência social.

A Constituição Federal de 1988 garantiu especial destaque à seguridade social, considerada um direito constitucional de segunda geração, contando com diversas ferramentas que regulam a organização e o funcionamento da proteção social do país, mediante políticas sociais e econômicas.

Para prover o sistema de recursos para o atendimento à população há uma tríplice forma de custeio, do Estado, dos empregadores e dos trabalhadores.

Frequentemente temos notícias de fraudes cometidas contra a Previdência, e o Tribunal de Contas da União estima que fraudes e erros gerem pelo menos R$ 56 bilhões por ano à Previdência, e que, de cada dez benefícios, um seja pago com erros ou por fraude.

Nesse esteio, o presente trabalho aborda as práticas ilícitas que causam prejuízo à previdência social, e consequentemente, a toda a população, que é quem usufrui (ou deveria usufruir) da proteção garantida pela Constituição Federal. Nomeadamente, o trabalho analisa as condutas ilícitas praticadas por prefeitos municipais, nomeadamente, em detrimento dos regimes de previdência social dos municípios.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, cujo procedimento técnico utilizado é o bibliográfico e cuja natureza da vertente metodológica é a qualitativa. O trabalho procura ressaltar os reflexos das fraudes previdenciárias no âmbito dos municípios e as suas repercussões nos regimes próprios de previdência dos municípios brasileiros.

2 SEGURIDADE SOCIAL – SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Seguridade Social é um sistema de proteção à pessoa, constituída por um conjunto de benefícios que visam proporcionar direitos constitucionalmente assegurados, relacionados à saúde, à previdência e à assistência social.

Abrange, dessa maneira, não só o sistema público de aposentadoria dos trabalhadores e pensão aos dependentes, mas também as políticas de saúde e os benefícios assistenciais (VIANNA, 2014, p. 49).

O primeiro registro de normatização da proteção social aos desassistidos ocorreu em 1601, com a edição da lei *Poor Relief Act* (Ato de Alívio aos Pobres), que estabeleceu contribuição obrigatória para fins sociais, mas o caráter de universalidade da Seguridade Social, como um sistema de proteção social garantido a todos os cidadãos, somente foi assinalado em 1789, na Inglaterra, com a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (VIANNA, 2014, p. 37).

Progressivamente, outros países elaboraram sistemas de proteção, mas apenas quem contribuía para o sistema poderia usufruir de suas garantias, não existindo ainda nenhuma forma de assistência prestada pelo Estado.

O primeiro país a promulgar uma lei sob a ótica previdenciária foi a Alemanha, em 1883, com a instituição do seguro-doença, e em 1889, com a implantação de programas como seguro-invalidez e velhice, cuja manutenção era subsidiada pelas empresas, pelos trabalhadores e pelo Estado (KERTZMAN, 2014, p. 43). A partir daí diversos países incluíram em suas Constituições normas sobre previdência social, como o México, em 1917, e a Alemanha, em 1919 (VIANNA, 2014, p. 38).

A assistência prestada era, usualmente, custeada por contribuições dos trabalhadores e das empresas, pelo sistema de capitalização. A solidariedade social, princípio fundamental da seguridade social, ainda não era uma realidade, uma vez que não havia uma proteção social prestada pelo Estado a todos os indivíduos e independentemente de contribuição prévia.

A solidariedade social surgiu a partir de 1929, nos Estados Unidos, na esteira de uma crise econômica conhecida como a Grande Depressão, que levou milhares de famílias à miséria. Para fazer face às necessidades da população, foi implantado o *New Deal*, política que inspirou a Europa a uma doutrina de Bem-Estar Social (VIANNA, 2014, p. 38), e que foi sendo replicada em outros países.

3 SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

A seguridade social no Brasil surgiu com as organizações filantrópicas, como as Santas Casas de Misericórdia, sendo a de Santos uma das primeiras a prestar assistência social (KERTZMAN, 2014, p. 44).

Aos poucos, o Estado se ocupou do sistema com a aplicação de políticas públicas, e a primeira Constituição que tratou do tema foi a de 1824, que previu socorros públicos para a população.

A doutrina considera que o marco da previdência social brasileira foi a Lei Eloy Chaves, de 24/01/1923, que criou as Caixas de Aposentadoria e Pensão, mediante contribuição dos empregados e do Estado (KERTZMAN, 2014, p. 44).

As Constituições promulgadas a partir de então trataram do assunto, de diversas maneiras, culminando na Constituição Federal de 1988, que garantiu especial destaque à seguridade social, contando com diversas ferramentas que regulam a organização e o funcionamento da proteção social do país.

Uma das garantias constitucionais mais relevantes é o direito à saúde, que deve ser assegurada a todos mediante políticas sociais e econômicas, independentemente de contribuição ao sistema, englobando o tratamento e a prevenção de doenças, objetivando a preservação do bem-estar da população.

Para que a seguridade social possa ser garantida a todos, há uma tríplice forma de custeio, ou seja, os recursos são provenientes do Governo, das empresas e dos trabalhadores. A Constituição Federal dispõe que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de contribuições sociais descontadas dos empregadores e dos trabalhadores.

As contribuições descontadas das remunerações dos trabalhadores são repassadas, juntamente com as contribuições devidas pelos empregadores, sendo arrecadadas, fiscalizadas e regulamentadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, desde a vigência da Lei nº 11.457/2006.

Como uma das principais fontes de custeio da seguridade, as contribuições sociais devem ser repassadas ao Tesouro Público, nos prazos e sistemas legais, sob pena de crime de fraude, consubstanciado em apropriação indébita dos recursos.

4 TIPOS PENAIS DOS CRIMES DE FRAUDES

De 2003 a 2015 o prejuízo estimado causado pelos crimes e fraudes contra a Previdência Social alcançou o montante de 4,5 bilhões de reais. Para enfrentar tamanho rombo, diversas operações conjuntas entre o Ministério Público Federal e o Ministério da Previdência Social procuram investigar a concessão irregular de benefícios previdenciários (CUNHA, p. 1) e que podem ser tipificados como crimes de fraudes penitenciárias, condutas ilícitas insertas no Código Penal brasileiro**.**

A apropriação indébita previdenciária foi incluída no Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940) com a Lei nº 9.983/2000, ficando descrita no art. 168-A. O mencionado diploma legal também introduziu outros tipos penais no Código, como a Sonegação de Contribuição Previdenciária (art. 337-A) e a Falsificação Previdenciária (art. 297).

Além destes três tipos penais, há ainda o Estelionato Previdenciário, que é um dos tipos de estelionato previstos no art. 171 do Código Penal. O estelionato consuma-se com a obtenção de vantagem indevida, mediante fraude, e quando é cometido em detrimento da Previdência Social é causa de aumento de pena em 1/3, conforme § 3º do mesmo artigo. A pena mínima para o estelionato previdenciário, portanto, é de um ano e quatro meses, podendo chegar a seis anos e oito meses, além de multa e devolução de todo o dinheiro recebido indevidamente.

O crime de apropriação indébita previdenciária tipificou a conduta do agente que deixa de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional. A pena prevista é de reclusão, de 2 a 5 anos, e multa.

Na apropriação indébita o bem jurídico protegido é o patrimônio público, relativamente ao crédito resultante da contribuição previdenciária. O que está em questão, portanto, é a função arrecadadora da previdência social (CASSEPP, 2013, p. 1).

O crime de sonegação de contribuição previdenciária consiste em suprimir ou reduzir a contribuição social previdenciária, omitindo ou excluindo do lançamento contábil as quantias descontadas dos empregados ou valores devidos, ou omitir receitas ou lucros auferidos, para apuração da contribuição previdenciária. A pena prevista é reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Ao serem omitidas, por longo período, as quantias descontadas dos segurados ou as devidas pelo empregador, com obrigatoriedade mensal, caracteriza-se a continuidade delitiva.

O número de infrações efetuadas pelo acusado é fator considerado para o aumento da pena (GRECO, 2015, p. 1141).

O crime de falsificação previdenciária se consuma com a inserção de dados falsos na folha de pagamento, na Carteira de Trabalho e Previdência Social ou em documento contábil para fazer prova junto à Previdência Social de pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório, ou de declaração falsa ou diversa do que deveria estar escrita (art. 297, § 3º, I a III).

O bem jurídico protegido é fé pública, podendo ser cometido por qualquer pessoa, tratando-se, portanto, de crime comum (CUNHA, p. 1).

Qualquer que seja o tipo penal envolvido, o fato é que, cada vez mais, há casos de práticas ilícitas que causam prejuízo à previdência social, e consequentemente, a toda a população, que é quem usufrui (ou deveria usufruir) da proteção garantida pela Constituição Federal.

5 A SONEGAÇÃO FISCAL E OS IMPACTOS NA ARRECADAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Segundo dados obtidos do II Ciclo de Estudos sobre a Sonegação, a Fraude e a Evasão Fiscal", organizado pela ANFIP – Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal do Brasil, a evasão de recursos, na área previdenciária, exclui cerca de 30 a 40% de sua arrecadação. Em 1997, mais de 20 anos atrás, portanto, a Previdência Social arrecadou diretamente das empresas e trabalhadores R$ 48 bilhões, quando sua arrecadação poderia ter atingido R$ 78 bilhões. Esta diferença de R$ 30 bilhões é fruto da sonegação, fraude ou evasão fiscal (Ciclo de Estudos sobre a Sonegação, a Fraude e a Evasão Fiscal, vol. II, 1997).

Considerando que a arrecadação fiscal é a fonte de receita de todo o orçamento público, percebe-se o tamanho do prejuízo que as fraudes podem gerar para o equilíbrio da seguridade social.

Não só a União, mas também os Municípios e os Estados sofrem perdas significativas com a evasão fiscal. Os entes federativos têm procurado combater a redução fraudulenta de suas receitas, e à medida que avançam os conhecimentos tecnológicos, a fiscalização deve utilizar mecanismos mais eficientes para enfrentar o enorme avanço da sonegação e da fraude fiscal.

Embora a seguridade social abranja os três tipos de assistência (saúde, previdência e assistência social), é a previdência que causa mais comoção na opinião pública, com a

expectativa de retorno das contribuições prestadas, na forma de uma aposentadoria que garanta o sustento do trabalhador e de sua família.

E é a sociedade que paga o preço de tamanha sonegação. Um assunto recorrente na mídia é o *deficit* da Previdência, e a cada mudança nas leis de assistência a população fica mais e mais distante da sonhada aposentadoria.

Ao mesmo tempo as fraudes à Previdência se multiplicam: uma pesquisa rápida na internet, no buscador Google, com o título "casos de fraude na previdência social" gera aproximadamente 687.000 resultados.

Novas e velhas ocorrências se acumulam. Um dos casos mais famosos foi o de Jorgina de Freitas, que na década de 1980, segundo a Justiça, liderou uma quadrilha de 25 pessoas (dentre os quais juízes, advogados, procuradores do INSS, contadores e peritos) que desviou mais de R$ 1 bilhão dos cofres públicos, em valores atualizados, e foi apontada como uma das maiores fraudadoras da Previdência Social (AQUINO, 2016, p. 1).

Embora os crimes atribuídos à quadrilha de Jorgina sejam da década de 1980, até hoje a Advocacia-Geral da União (AGU) continua litigando para conseguir a devolução de bens e dinheiro. Do valor desviado, a AGU informou que, até 2016, mais de R$ 156 milhões já foram recuperados para os cofres públicos, com a venda de bens, repatriação de dinheiro depositado em contas no exterior e penhora de joias de integrantes do grupo criminoso. Mas ainda é muito pouco, face ao montante desviado (AQUINO, 2016, p. 1).

A própria Jorgina denunciou que pelo menos 13 milhões de dólares que mantinha no exterior desapareceram, e não foram devolvidos à Previdência, e que alguns imóveis estão sendo leiloados a preço vil, gerando mais prejuízo para o erário (AQUINO, 2016, p.1).

O Tribunal de Contas da União estima que a Previdência gaste R$ 56 bilhões por ano com fraudes e erros, e que, de cada dez benefícios, um é pago com erros ou por fraude (VALENTE, 2017, p. 1).

Ao mesmo tempo em que foi anunciado um *déficit* de R$ 185,8 bilhões para 2017, as notícias de fraudes se multiplicam. A fiscalização ainda está distante de evitar ou pelo menos minimizar as fraudes que desfalcam o sistema de aposentadorias e benefícios assistenciais do país.

Essas fraudes e erros ocorrem no momento em que se discute a possibilidade de uma reforma na Previdência, aumentando o tempo de contribuição e estipulando uma idade mínima (sempre crescente) para que o trabalhador possa requerer sua aposentadoria. O sonho de

descansar de uma vida de trabalho, usufruindo uma renda que lhe permita viver com dignidade, torna-se cada vez mais distante para o trabalhador brasileiro. De igual maneira, o orçamento previsto para áreas essenciais como a saúde ou benefícios assistenciais é cada vez mais restrito.

E a criatividade para fraudar a Previdência não tem limites. Em artigo jornalístico, a repórter Gabriela Valente relatou o caso de uma família de ciganos que requisitou, em diversas cidades do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, certidões de nascimento tardias, e, de posse delas, requereu vários benefícios, como aposentadorias rurais. Os onze membros da família foram condenados por estelionato contra a Previdência (VALENTE, 2017, p.1).

A apuração de fraudes gerou casos curiosos: constatou-se que o Estado em que há maior número de fraudes é o Maranhão, e o tipo de fraude mais comum é a licença-maternidade falsa. Há casos em que o benefício foi concedido para meninas de até oito anos de idade (VALENTE, 2017, p.1).

A certeza da impunidade em alguns casos é tão grande que chega a chamar a atenção dos investigadores. No Rio de Janeiro uma quadrilha especializada em fraudar a Previdência, além de utilizar idosos para sacar benefícios de aposentados que não existiam, criava identidades falsas com nomes pitorescos como, por exemplo, Safadônio ou Mandrake (VALENTE, 2017, p. 1).

6 OS GESTORES MUNICIPAIS E AS FRAUDES PREVIDENCIÁRIAS

E o que dizer quando o responsável pelas fraudes são os gestores, que deveriam zelar pelo bom uso dos recursos públicos? Crescem os casos de prefeitos envolvidos em ilícitos penais, como o de apropriação indébita previdenciária.

O ex-prefeito de Buri (SP) Jorge Loureiro foi preso, após ser condenado pela Justiça, em segunda instância, pelo crime de apropriação indébita previdenciária De acordo com a Polícia Civil, ele é suspeito de descontar o valor da Previdência Social de 12 funcionários públicos e não repassar para a União. Ou seja, os funcionários recebiam o desconto no salário, mas na realidade, não contribuíram com o INSS. Jorge Loureiro foi prefeito de Buri entre 2004 e 2008 (http://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/2017/03/ex-prefeito-de-buri-e-preso-por-apropriacao-indebita-previdenciaria.html, acesso em 18/03/2019).

Outro caso que está sendo investigado pela Polícia Federal refere-se à ausência de repasses de contribuições previdenciárias em dois municípios do norte de Alagoas, Porto Calvo e Jacuípe. Em Porto Calvo, a suspeita surgiu em virtude de ausência de repasses ao Instituto de

Previdência do Município, entre os anos de 2013 e 2016, e em Jacuípe o prefeito foi acusado pelo não repasse dos valores descontados do funcionalismo público ao fundo previdenciário, o que também pode configurar um ato de improbidade administrativa (BARROS, 2017, p. 1).

Uma denúncia feita em 2017 pelo prefeito da cidade de Tobias Barreto, no Sergipe, poderá levar a investigações em mais 30 cidades sergipanas. Segundo o gestor, o ex-prefeito do município alegou que havia pago R$ 230 mil a mais à Previdência, mas a Receita Federal, ao investigar esse mesmo período, descobriu que a prefeitura não havia recolhido nenhum valor. Ele revelou ainda uma disparidade entre os créditos fiscais a que a prefeitura, na gestão passada, dizia ter direito (R$ 7,8 milhões), sendo que a Receita apurou que a prefeitura não fazia jus a nenhum crédito, e ainda devia cerca de R$ 4,9 milhões (CHRISTIAN, 2017, p.1).

Enfim, os casos se multiplicam. A todo momento a mídia anuncia fraudes gigantescas envolvendo a previdência social, realização de investigações de todos os tipos, mas sem o resultado prático que todos esperam, que as punições sejam exemplares e que os valores desviados voltem efetivamente aos cofres públicos.

7 AS FRAUDES PREVIDENCIÁRIAS E SEUS REFLEXOS NOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Diante do exposto, percebe-se como a ocorrência de fraudes previdenciárias pode gerar um desequilíbrio das receitas, com o consequente risco de que o sistema se torne inoperante, face ao crescente aumento das despesas, sem que haja uma contrapartida econômica.

Em grande parte das vezes, a demora em apurar a ocorrência de fraudes faz com que, não raro, só no momento da aposentadoria, quando o trabalhador solicita o pagamento do benefício à Previdência, ele descubra que, na verdade, suas contribuições não foram devidamente repassadas.

Segundo dados de 2010, 331 municípios, de um total de 2.207 que criaram regimes próprios de previdência, optaram pela extinção desse serviço e repasse ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). E mais, 700 poderão ter o repasse das transferências do governo federal suspenso, devido a pendências no Ministério da Previdência, e 100 municípios correm o risco de falência do regime próprio de previdência, o que perfaz um total de 1.131 municípios com dificuldades de gestão, ou mais de 50% dos que possuem sistema próprio (SIMÃO, 2010, p. 1).

Há, no mínimo, três explicações para o agravamento financeiro desses regimes: desvio de recursos para fins eleitorais, má administração e dificuldades financeiras do pequeno município para sustentar os elevados custos de gestão (SIMÃO, 2010, p. 1).

A criação de um regime próprio de previdência demanda uma avaliação da expectativa de vida dos servidores, da forma de custeio do regime e do retorno dos investimentos e critérios de correção, para que o sistema não venha a falir.

Alguns dos principais motivos para a extinção de regimes próprios são o desvio de recursos para fins políticos e atrasos nos repasses da contribuição patronal aos fundos, que ocorrem, com maior frequência, nos anos de eleições municipais, em que o administrador não transfere os valores devidos à Previdência (SIMÃO, 2010, p. 1).

Mesmo os municípios mais populosos e com maior estrutura estão correndo riscos. Na cidade de Uberlândia, em Minas Gerais, que possui 16.000 servidores, possíveis irregularidades na gestão de recursos do Instituto de Previdência Municipal geraram perdas de 40 milhões de reais, desde 2013 (FURLAN, 2017, p. 1).

Há ainda a dificuldade de responsabilizar os gestores públicos pelas condutas comissivas, uma vez que, segundo entendimento jurisprudencial, o prefeito pode ser absolvido das acusações de improbidade ou ilícito penal quando não é configurado que houve proveito próprio. Para ilustrar, veja-se o seguinte julgado do Tribunal Regional Federal:

> Tribunal Regional Federal da 1ª Região TRF-1 - APELAÇÃO CRIMINAL: ACR 249 BA 0000249-56.2009.4.01.3302
> PENAL. PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA (ART. 168-A DO CPB). PREFEITO. SUJEITO ATIVO. IMPOSSIBILIDADE. ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA (ART. 397, III, DO CPP). MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO DESPROVIDO. 1. O prefeito municipal e seus auxiliares não podem ser sujeitos ativos do crime de apropriação indébita, pelo não recolhimento de contribuições previdenciárias descontadas dos servidores do município. Tal responsabilidade só se caracteriza se comprovado o desvio da verba para proveito pessoal dos agentes políticos, o que não restou caracterizado no caso sob exame. 2. Precedentes desta Corte e do STJ, no sentido de que os agentes políticos não podem ser sujeitos ativos do crime previsto no art. 168-A, do CPB, quando não restar demonstrado que os valores descontados dos servidores foram incorporados aos patrimônios pessoais dos agentes. 3. Manutenção da absolvição sumária dos réus, com fulcro do art. 397, III, do CPB. 4. Apelação do MPF desprovida. Veja também: RCCR 2006.35.00.004444-1, TRF1 RCCR 2003.38.01.001248-2, TRF1 RESP 286832, STJ. Acórdão. A Turma, por unanimidade, negou provimento à Apelação.

> Processo: ACR 249 BA 0000249-56.2009.4.01.3302 Relator(a): DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO Julgamento: 06/02/2012 Órgão Julgador: TERCEIRA TURMA Publicação: e-DJF1 p.183 de 17/02/2012.

O entendimento é diferente quando se refere à apropriação indébita de empresas privadas:

> **STJ. AgRg no AREsp 469.137/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA**
>
> AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. SONEGAÇÃO FISCAL E DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 1º, I, DA LEI 8.137/1990 E ART. 337-A DO CP. MATERIALIDADE. CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO FISCAL. JUSTA CAUSA. ALEGAÇÃO DE VÍCIO NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO. VIA INADEQUADA. SÚMULA 7/STJ. DOLO GENÉRICO. PENA-BASE. EXASPERAÇÃO. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. EXPRESSIVIDADE DO PREJUÍZO ECONÔMICO. FUNDAMENTO VÁLIDO. CONTINUIDADE DELITIVA. BIS IN IDEM. INOCORRÊNCIA. AUMENTO ADEQUADO. AGRAVO DESPROVIDO.
> (...)
> 3. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, os crimes de sonegação fiscal e apropriação indébita previdenciária prescindem de dolo específico, sendo suficiente, para a sua caracterização, a presença do dolo genérico consistente na omissão voluntária do recolhimento, no prazo legal, dos valores devidos. Precedentes.
> (...)
> 8. Agravo regimental desprovido.
> (AgRg no AREsp 469.137/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 13/12/2017)

O entendimento jurisprudencial dos Tribunais Regionais Federais e do Superior Tribunal de Justiça repousa na necessidade de se demonstrar a prática da conduta para proveito próprio do gestor, beneficiando aqueles que deveriam, em qualquer hipótese, responder pela municipalidade (FERREIRA, p. 1).

Tal entendimento estimula a impunidade diante da ocorrência de fraudes, tendo em vista que o gestor, por ser o principal responsável pelo município, deveria ser responsabilizado pessoalmente pelos ilícitos praticados em sua administração.

É urgente repensar essa concepção jurisprudencial acerca da culpabilidade do gestor municipal, porque hoje existem, no Brasil, Regimes Próprios de Previdência Social em todas as Capitais e em aproximadamente um terço dos Municípios, e a impunidade pode estimular a

ocorrência de ilícitos que irão prejudicar milhões de segurados e suas famílias (FURLAN, 2012, p. 7).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A seguridade social, enquanto direito constitucional de terceira geração, abrange a saúde, a previdência e a assistência social, e a Constituição Federal de 1988 determinou que toda a sociedade será responsável pelo seu financiamento, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de contribuições sociais descontadas dos empregadores e dos trabalhadores.

As contribuições descontadas das remunerações dos trabalhadores são repassadas, juntamente com as contribuições devidas pelos empregadores, ao Tesouro. Caso não haja esse repasse nas formas e prazos legais, há o crime de apropriação indébita dos recursos.

Além da apropriação indébita, há outros crimes previstos no Código Penal, que tipificam condutas ilícitas visando obter vantagens às custas da Previdência Social, como a falsificação de dados cadastrais ou a omissão de dados previdenciários.

Frequentemente temos notícias de fraudes cometidas contra a Previdência, e o Tribunal de Contas da União estima que fraudes e erros gerem pelo menos R$ 56 bilhões por ano à Previdência, e que, de cada dez benefícios, um seja pago com erros ou por fraude.

Considerando que a arrecadação fiscal é a fonte de receita de todo o orçamento público, percebe-se o tamanho do prejuízo que as fraudes podem gerar para o equilíbrio da seguridade social.

Não só a União, mas também os Municípios e os Estados sofrem perdas significativas com a evasão fiscal. Os entes federativos têm procurado combater a redução fraudulenta de suas receitas, e à medida que avançam os conhecimentos tecnológicos, a fiscalização tem que utilizar mecanismos mais eficientes para enfrentar o enorme avanço da sonegação e da fraude fiscal.

As fraudes previdenciárias podem gerar um desequilíbrio das receitas, com o consequente risco de que o sistema se torne inoperante, face ao crescente aumento das despesas, sem que haja uma contrapartida econômica. Alguns dos principais motivos para a extinção de regimes próprios de previdência são o desvio de recursos para fins políticos e atrasos nos repasses da contribuição patronal aos fundos.

Há outra dificuldade com relação à apuração do crime de apropriação indébita previdenciária, especificamente com relação à conduta do prefeito municipal: o entendimento jurisprudencial considera que só pode ser responsabilizado pelas fraudes quando houver comprovação de que o gestor obteve vantagens pessoais com os recursos desviados, o que não ocorre com os desvios efetuados por empresas particulares, em que não é necessária a comprovação do colo para que haja a ocorrência de apropriação indébita previdenciária.

Essa diferença de entendimentos presta um desserviço à população, tendo em vista que os gestores municipais deveriam ser responsabilizados pelo não repasse das contribuições previdenciárias ao Tesouro, da mesma maneira que ocorre com as empresas privadas.

As fraudes e erros devem ser coibidos energicamente pelos órgãos de fiscalização, sob pena de os desvios inviabilizarem a própria prestação assistencial.

9 REFERÊNCIAS

AQUINO, Wilson. **Condenada por fraude no INSS, Jorgina de Freitas é despejada de casarão**. O Dia, 06 jan. 2016. Disponível em**:** http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2016-01-06/condenada-por-fraude-no-inss-jorgina-de-freitas-e-despejada-de-casarao.html**)** Acesso em: 16 mar. 2019.

BARROS, Jobison. Prefeituras de Porto Calvo e Jacuípe são suspeitas de lesar Previdência Social. Alanorte Notícias, 01 dez. 2017. Disponível em: http://alanortenoticias.com.br/noticia/9484/prefeituras-de-porto-calvo-e-jacuipe-sao-suspeitas-de-lesar-previdencia-social. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm Acesso em: 16 mar. 2019.

_____. Superior Tribunal de Justiça. STJ. Agravo em Recurso Especial 469.137/RS. Relator: Ministro Reynaldo Soares Da Fonseca. Órgão Julgador: Quinta Turma, em 05/12/2017. **Diário de Justiça Eletrônico**. 13/12/2017. Disponível em: https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/511083011/agravo-em-recurso-especial-aresp-469137-rs-2014-0026588-9 Acesso em: 16 mar. 2019.

_____. Tribunal Regional Federal da 1ª Região TRF-1. Processo: Apelação Criminal BA 0000249-56.2009.4.01.3302. Relator(a): Desembargador Federal Carlos Olavo. 06 fev. 2012. Órgão Julgador: Terceira Turma. **Diário de Justiça Eletrônico**. p.183, 17/02/2012. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=APELACAO+CRIMINAL+APROPRIACAO+INDEBITA+-+ART.+168%2C+III%2C+DO+CPB Acesso em: 16 mar. 2019.

CASSEPP, Alexandre Azambuja. **Apropriação Indébita previdenciária: aspectos gerais.** Conteudo Juridico, Brasilia-DF: 23 mar. 2013. Disponível em: http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,apropriacao-indebita-previdenciaria-aspectos-gerais,42576.html Acesso em: 16 mar. 2019.

Ciclo de Estudos sobre a Sonegação, a Fraude e a Evasão Fiscal, vol. II, 1997. Belo Horizonte/MG. Disponível em: www2.anfip.org.br/publicações/livros/includeslivros/arqs-pdf/soneg_volume1.pdf Acesso em: 16 mar. 2019.

CHRISTIAN, Anderson. **PF investiga denúncia de que Receita e Previdência foram lesadas por prefeitos e escritórios de advocacia**. 4 Set. 2017. Disponível em: https://www.cinform.com.br/2017/09/04/investigacao-em-31-municipios-apura-fraudes-fiscal-e-previdenciaria/ Acesso em: 16 mar. 2019.

CUNHA, Geane Conceição dos Santos. **Crimes previdenciários no Brasil: Seus impactos na administração pública.** Lex Magister. Disponível em: http://www.lexmagister.com.br/doutrina_27216093_CRIMES_PREVIDENCIARIOS_NO_BRASIL_SEUS_IMPACTOS_NA_ADMINISTRACAO_PUBLICA.aspx. Acesso em: 16 mar. 2019.

FERREIRA, Vera Lúcia Lopes. **A responsabilidade dos gestores públicos diante da prática do crime de apropriação indébita previdenciária análise jurisprudencial**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVI, n. 109, fev 2013. Disponível em: < http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12839> . Acesso em 16 mar. 2019.

FURLAN, Flávia. **Estados e Prefeituras fazem operação tapa-buraco na Previdência**. Revista Exame, 2 Nov. 2017. Disponível em: https://exame.abril.com.br/revista-exame/operacao-tapa-buraco-2 Acesso em: 16 mar. 2019.

GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. 9ª ed.; Niterói: Impetus, 2015.

KERTZMAN, Ivan. **Curso Prático de Direito Previdenciário.** 11ª. ed.; Salvador: Juspodivm, 2014.

NOGUEIRA, Narlon Gutierre. **O Equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS: de princípio constitucional a política pública de Estado.** Brasília, MPS, 2012, v. 34.

SIMÃO, Edna. **Previdência de Municípios corre risco de falência**. O Estado de São Paulo: Brasília, 22 Mar. 2010. Disponível em: http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,previdencia-de-municipios-corre-risco-de-falencia,527476. Acesso em: 16 mar. 2019.

VALENTE, Gabriela. **Previdência gasta R$ 56 bilhões por ano com fraudes e erros, estima TCU.** Brasília, 20 Ago. 2017. Disponível em: (https://oglobo.globo.com/economia/previdencia-gasta-56-bilhoes-por-ano-com-fraudes-erros-estima-tcu-21725551) Acesso em: 16 mar. 2019.

VIANNA, Cláudia Salles Vilela. **Previdência Social: custeio e benefícios**. 3ª. ed.; São Paulo: LTR, 2014.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

O LUCRO DA CORPORALIDADE HUMANA NO REGIME ESCRAVOCRATA BRASILEIRO E A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA COMO REGULAMENTO DA COMPRA E VENDA DA FORÇA DO TRABALHO

Caroline da Costa Morais [1]

Resumo: Há um problema quando se olha para sociedades capitalistas, nelas se enxerga claramente a existência do lucro como carro e motor de todas as relações e o emprego por salário converte-se em condição comum. A abolição da escravatura foi feita sem que os libertos possuíssem alguma alternativa de sobrevivência e a corporalidade nas relações de trabalho era meio de distinção entre os escravos que possuíam pouco tempo de vida devido aos excessos e houve, por abstração divina, a diminuição do lucro da mantença de escravos ao invés do proletariado. Nas aulas do Professor Ayub traçamos uma linha do tempo do escravismo colonial – de Gorender a Caio Prado Jr – até o amparo das fundamentalidades dos direitos sociais – formal e material – diante da precarização na proteção da legislação trabalhista diante do Brasil República e o populismo getulista. Desta discussão sobressaíram pontos que trago à baila nestas laudas com o objetivo de apontar o lucro como o responsável por todas as relações de trabalho que se têm até o momento. Utilizo como método para elaboração do presente artigo anotações de sala de aula do Curso de Especialização na disciplina de Relações do Trabalho Contemporâneas, acumulação de conhecimentos gerais sobre o tema e leitura de doutrina jurídica. Como resultado deste estudo, interajo com as hipóteses que são de origem de observações desta linha do tempo que conjuga história e direito. A primeira hipótese é considerar o lucro o responsável pela precarização da proteção à legislação trabalhista. A segunda hipótese advém da análise do direito social á saúde, que prejudicada nas relações de trabalho viciadas transforma o ambiente de trabalho em uma cultura do adoecimento. Como conclusão, é com liberdade que se abstrai do texto elaborado que o lucro pode ser benéfico se conjugado com outro direito fundamental constitucional. Uma espécie de atenuação dos efeitos do capitalismo na efetiva participação do Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: cultura do adoecimento. Aperfeiçoamento. Qualificação profissional.

[1] Advogada. Cientista Jurídica e Social graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUCRS e Pós-Graduada em Educação à Distância pela Faculdade do Noroeste de Minas. Possui também título de Pós-Graduação em Direito Civil e Direito Processual Civil pelo Instituto de Desenvolvimento Cultural IDC e atualmente é Pós-Graduanda em Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Seguridade Social pela Fundação Escola da Magistratura do Trabalho – FEMARGS. E-mail: carolinecostamorais@gmail.com

Recebido em 30/03/2019
Aprovado em 20/04/2019

Abstract: There is a problem when looking at capitalist societies, it is clearly seen the existence of profit as a car and motor of all relations and employment by salary becomes a common condition. The abolition of slavery was done without the freedmen having any alternative of survival and corporality in labor relations was a means of distinguishing between the slaves who had little time of life due to the excesses and there was, by divine abstraction, the diminution of the profit of the of the slave rather than the proletariat. In Professor Ayub's classes, we draw a time line from colonial slavery - from Gorender to Caio Prado Jr - to the protection of fundamental social rights - formal and material - in the face of the precarious protection of labor legislation in the face of Brazil Republic and the popularist . From this discussion stand out points that I bring to dance in these pages with the objective of pointing out the profit as responsible for all the labor relations that have been so far. I use as a method for the elaboration of this article class notes of the Specialization Course in the discipline of Contemporary Work Relations, accumulation of general knowledge about the subject and reading of legal doctrine. As a result of this study, I interact with the hypotheses that are the source of observations of this time line that combines history and law. The first hypothesis is that profit is responsible for the precarious protection of labor legislation. The second hypothesis comes from the analysis of the social right to health, which is impaired in vicious work relations, transforms the working environment into a culture of illness. As a conclusion, it is with freedom that one abstracts from the elaborated text that profit can be beneficial if combined with another fundamental constitutional right. A kind of attenuation of the effects of capitalism on the effective participation of the Democratic State of Law.

Keywords: culture of illness. Improvement. Professional qualification.

1 INTRODUÇÃO

A introdução é a parte do artigo, onde se apresenta a delimitação do assunto que será abordado, e o objetivo da pesquisa aqui exposta é apontar o lucro como o responsável por todas as relações de trabalho que se têm até o momento. Por que é o lucro que impera nas relações humanas e porque se vive – a partir das evoluções tecnológicas – com a ideologia do século XXI de que somos empreendedores da nossa geração? Esta perspectiva pode ser alterada através da análise realizada nas aulas da disciplina destacada, sob o ponto de vista da fundamentalidade dos direitos sociais tanto de ordem formal quanto material. O que insere o questionamento se dirigir para o encontro de soluções para afastar a precarização da proteção ás legislações trabalhistas é a valoração de outro direito fundamental social que fica esquecido em face da evolução tecnológica a que integramos.

Esta evolução, ironicamente, permite que nos mantenhamos em constante atualização e aperfeiçoamento da profissão através da qualificação profissional propiciada pela rapidez das comunicações, dados e conteúdo que absorvemos durante o dia. Basta uma profunda observação nas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais Federais e nos cursos gratuitos

oferecidos pelo Conselho Nacional de Justiça que alteram as culturas organizacionais das relações e ambiente de trabalho. A educação, também direito social quando conjugado com o a impossibilidade de escolha dentro do ambiente de trabalho é responsável pelo lucro do bem das relações de trabalho. Este compasso atenua os efeitos do capitalismo, mantendo a cultura do adoecimento longe dos órgãos laborais.

O presente artigo foi realizado por meio de uma pesquisa qualitativa exploratória, pautando-se na estratégia da revisão de literatura, efetivada por meio de livros de direito e de história.

2 DESENVOLVIMENTO

O LUCRO

O presente ensaio tem o intuito de sobrelevar a importância das normas e legislações desde o período escravista até os dias atuais, para que possa ser observado que o lucro, além de responsável pelo período em que o trabalho e a força humana eram um de seus fatores, pode ser apreciado hoje mediante a existência de cursos de aperfeiçoamento e qualificação das profissões.

Apesar de estarmos vivenciando hoje a ideologia moderna do século XXI, qual seja, a de crermos que somos empreendedores de nós mesmos, podemos afastar a cultura do adoecimento se trouxermos novamente a importância da fundamentalidade dos direitos fundamentais sociais a ponto de darmos enfoque ao trabalho e a educação no trabalho e para o trabalho.

Assim, o lucro pode ser apreciado como a absorção do conhecimento e dele, trazermos uma breve sátira da sociedade da informação e transformá-la novamente na sociedade do conhecimento.

Assim, alavancamos mais uma vez uma garantia fundamental em prol do trabalho e trazemos à tona a discussão da cultura do adoecimento que também permeou a sociedade brasileira no período escravocrata.

2.1 Da corporalidade humana no regime escravocrata brasileiro.

O sistema colonial constitui-se como elemento básico do período da colonização em que o mercantilismo reinou como nova forma de mobilidade urbana em que a sociedade deixa de

se preocupar apenas com a produção para o indivíduo e passa a se preocupar com o escambo e, posteriormente, com a produção industrial.

Em pouco tempo, a extensa legislação ultramarina passou a vigorar nas relações mercantilistas e o sistema tripartite passou a ser uma forma de trazer ao Estado autonomias capazes de constituir sujeitos de direitos que negociam a força de trabalho.

Inicialmente, esta força de trabalho era limitada pela voz dos senhores que possuíam direitos sobre a sociedade escravocrata e dali, absorviam o lucro através do trabalho humano pela sobrevivência.

> Assim, os Atos de Navegação da Inglaterra, as leis que proíbem os navios estrangeiros nos portos do Brasil, a legislação colbertiana, os regulamentos das companhias de comércio, etc. são exemplos significativos do imenso corpo da legislação ultramarina da Europa dos Tempos Modernos. (NOVAIS, 1979, p. 59).

Segundo o historiador Fernando Novais, os lucros se geram no processo de circulação das mercadorias, isto é, configuram vantagens em detrimento do parceiro.

Este ponto de vista é que deve ser observado para que ao final, quando das conclusões do presente trabalho se tenha em mente que as legislações deste período e do período em que hoje vivemos não abandonam o sentido de que o lucro pode e deve ser avaliado como benefício nas relações de trabalho.

Veja que, se o direito de trabalho regula as relações humanas de compra e venda da força do trabalho e que, a sociedade capitalista nada mais é do que a produção, o consumo, o trabalho e a força, se pode verificar que o lucro fica esmaecido no meio dessas relações.

No entanto, apesar da ideologia moderna de sermos empreendedores de nós mesmos, o lucro pode ser atribuído aqui a outro direito fundamental que novamente fica mercantilizado por longo período e resta precarizado mesmo com a discussão de sua fundamentalidade tanto de ordem formal quanto material.

Ao final, estas legislações que estruturam os direitos fundamentais sociais servem de amparo ao mesmo tempo em que autônomos do direito á educação.

A corporalidade humana daquela época e o desenvolvimento dos conhecimentos de resistência, força e métodos de trabalho, mesmo que sem norma regulamentadora alguma, advinham de costumes e eram passados de pai para filho.

Essa corporalidade atrelada ao lucro traz a essência da escravidão que é a passagem de saberes e costumes em troca de valor algum e força humana baseada no suor.

Essa descaracterização da troca traz um impacto muito grande para as famílias oligárquicas que arredondavam a Coroa Portuguesa na época da cultura do café até que, a crise que se instaura em razão da perda do suor, do café e dos escravos pelo constante adoecimento transborda a necessidade da alteração da escravidão para um meio em que as forças pudessem ser negociadas.

Nas aulas, fora abordado e questionado sobre a veracidade dos benefícios da legislação trabalhista e me contenho em aqui escrever que ela veio apaziguar o peito marcado daqueles negros que morriam no açoite.

A legislação trabalhista, veio, portanto, afastar a cultura do adoecimento da sociedade brasileira que, por fim, encontrou novamente no lucro uma forma de pacificar a crise cafeeira que assolava a sociedade carioca do século XVII.

Ao se transitar do comércio para a colonização se fez necessário a criação de regras que transformassem a divisão do trabalho e a negociação da força de trabalho.

2.1.1 Da legislação trabalhista como regulamento da compra e venda da força do trabalho.

O próprio alargamento de mercado, as longas distâncias estimulam diferenciações dentro da sociedade urbana, tendendo a proletarização o que leva a insurreições urbanas e à uma crise social. Ocorre que o direito do trabalho não é fruto de turbulências sociais e vem apaziguar a necessidade de proteção de uma classe operária carente de direitos.

Assim, em países como a Europa em que por longo período crianças eram encaixotadas em jaulas e possuíam dezessete horas de trabalho ininterruptas, no Brasil, também foi necessário regular as relações de trabalho e a negociação da força humana de trabalho.

Essa compra e venda que mercantiliza o ser humano quase como objeto se assemelha ao período em que a escravidão era parte do estamento social.

Pedro Lessa está atento a estes novos atores, o proletariado, que reivindicam regulação de salários, limites de obras trabalhada, assistência e previdência por caixas de socorro mútuo, corporações (sindicatos). Na verdade, qualquer pessoa de bom coração aceita a justiça destes reclamos: mas como conciliar igualdade e segurança nas relações de trabalho com estímulos

egoístas da produção "que seria suprimir o progresso da espécie humana, pois não há desenvolvimento intelectual e moral sem certas condições de bem-estar material? ".

Daí, desta observação é que surgiu o tema para o presente estudo que visa estabelecer que mesmo com o bem-estar material se faz necessário o aperfeiçoamento constante do profissional como necessidade para afastar o seu adoecimento.

O que se vê na sociedade atual são numerosos jovens que buscam os cargos públicos por estabilidade material e quando assumem os seus postos e os seus cargos se deparam com a insatisfação de estarem em um lugar desejando estar em outro. Essa insatisfação acarreta em uma diária inconveniência que altera as reações corporais e lhe resultam no que a medicina denomina doenças psicossomáticas.

A legislação trabalhista é vasta quando em apenas um artigo da Constituição Federal não determina taxativamente o que viriam a ser direitos fundamentais, no entanto, legislações esparsas protegem a realização profissional como direito fundamental. Este direito fundamental tem de ser milimetricamente enxergado nas relações de trabalho para estimular os servidores a realizarem os cursos de qualificação e consequentemente, afastar essa cultura do adoecimento que se forma da realização e do bem-estar apenas material.

Este sistema do adoecimento também se instaura nos grupos empregadores privados, no entanto, a busca pela gestão do conhecimento e pela gestão da qualidade das relações se dá através da competitividade.

No serviço público a competitividade é deixada de lado e supostamente, não existiria a presença do lucro, do benefício de aperfeiçoar, a garantia e a estabilidade se sobrepõem a isto.

No entanto, diante da acomodação da garantia plena do emprego os profissionais adquirem enfermidades psíquicas que podem ser afastadas através de cursos oferecidos nas Escolas Judiciais dos Tribunais, por exemplo. Também têm os cursos gratuitos e á distância do Conselho Nacional de Justiça.

O que não pode é deixar que a cultura do adoecimento preconize os direitos sociais.

O regulamento da compra e vendo da força de trabalho prevê este lucro ao proletariado, seja público ou privado e deste princípio de direito fundamental com fundamentalidade formal e material que deve ser apreciado o presente tema.

Resta caracterizado que o afastamento da cultura do adoecimento se dá através do constante aperfeiçoamento, seja em que esfera social se dê.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já se viu que não existe trabalho em sociedade que não é capitalista e também, que hoje, principalmente hoje, o direito á desconexão é um dos temas mais importantes a serem tratados pelos estudiosos dos direitos fundamentais e dos direitos fundamentais sociais.

Que a cultura do adoecimento advém de uma infelicidade e insatisfação de um um sentimento de aprisionamento e descontentamento de estar realizando tarefas que desgostosas com a situação do indivíduo operário, lhe alteram as condições psíquicas e o transformam em um ser doente e cheio de vazios mentais. Esta é a cultura do adoecimento, quando bons cargos permitem que o ócio mental supere a corporalidade. Na verdade, o lucro não é visto nas relações apontadas, pois a tranquilidade é a causadora do enfermo social.

O enfermo social é objeto de estudo porque se vislumbra uma insatisfação do indivíduo cotidianamente e esta insatisfação passa a causar doenças psicossomáticas que modificam as relações de trabalho e as mobilidades urbanas.

Como estudo e busca de uma solução para essa busca do lucro nas relações estáveis de trabalho se caracteriza a constante busca pelo aperfeiçoamento como resposta a esta atrofia mental.

A busca pelo aperfeiçoamento através de cursos disponibilizados e oferecidos pelas Escolas Judiciais dos Tribunais são analisados sob o ponto de vista do direito fundamental á educação. A cerreira, como muito bem dizem também é garantia fundamental e talvez, diante da estabilidade não se enxergue o lucro da venda da força do trabalho.

Com a qualificação profissional dos servidores públicos através destes cursos de aperfeiçoamento se enxerga novamente – e muito claro – o lucro da relação de emprego e assim, se consegue afastar a cultura do adoecimento.

Ou seja, se houver o constante aperfeiçoamento da profissão nos locais de trabalho viabilizando a qualificação profissional através do ensino e da educação, o lucro se torna um componente do bem.

Afasta-se, portanto, as infelicidades laborais e possivelmente se permitem a criação de uma nova oportunidade de enxergar o antigo temor “enfadonho” como característica de ambiente de trabalho. As relações se tornam mais atrativas ao ponto de que o trabalho passa a ser valorado como honra a vida.

REFERÊNCIAS

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808),** São Paulo: ed. Hucitec,2008.

LOPES, José Reinaldo de Lima Lopes, **O Direito na História**, Lições introdutórias. ed. Max Limonad, 2000.

SEVERO, Valdete Souto e Almiro Eduardo Almeida. **Direito à desconexão nas relações de trabalho**; São Paulo: ed. LTr, 2014.

JUNIOR, Rubens Fernando Clamer dos Santos**. A eficácia dos Direitos Fundamentais dos Trabalhadores.** São Paulo:ed. LTr, , 2010.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

BODY SELF-DETERMINATION: Interests of Detachable Human Body Parts in Brazilian Legal Ordinance

Júlia Chequer Feu Rosa[1]
Laura de Amorim Ferreira[2]
Margareth Vetis Zaganelli[3]

Abstract: This article discusses the right of body self-determination, given the deficit of detachable human body parts for donation and the prohibition of its commercialization, in the light of the Brazilian legal system. Through an exploratory methodology based on bibliographic research, jurisprudential, constitutional and infraconstitutional legislation, as well as Comparative Law, it initially exposes about the protection of the detachable body parts, in order to evidence, as provided in the Brazilian Federal Constitution, possible forms of incentive to their donors, in a non-pecuniary way. Blood, egg and sperm will be discussed separately, presenting the aid given by legislation and resolutions of the Brazilian Federal Council of Medicine, as well as examples of other countries legislations. The study intends to point out that it is possible to give incentives to donors without, however, losing the altruistic character of the action or marketing human body parts. Direito e ficção.

Keywords: Body determination. Donation. Detachable parts. Blood. Eggs. Sperm

INTRODUCTION

Being the main objective of the law to organize human relations, there is a doubt about the meaning of the human being and his protection regarding the other. It is in this sense that, from a historical perspective, the person came to be considered the main value, or the source value of all values. Arises thus, the personality rights, which discipline and recognize the legal

[1] Law student from the Federal University of Espírito Santo (UFES). Member of the Migrare Research Group (UFES). Member of the Labirinto Research Group (UFES). Research for the CNPQ project "Um jurista no Império do Brasil: catálogo seletivo das obras jurídicas do capixaba José Marcelino Pereira de Vasconcellos (século XIX). E-mail: juliacfr1@gmail.com.
[2] Law student from the Federal University of Espírito Santo (UFES). Member of the Bioethik Research Group (UFES). Email: lauramorim98@gmail.com.
[3] PhD in Law (UFMG). Master in Education (UFES). Postdoctoral Internships in Università degli Studi di Milano-Bicocca (UNIMIB), in Alma Mater Studiorum Università di Bologna (UNIBO) and the Università degli Studi del Sannio (UNISANNIO). Full Professor at the Federal University of Espírito Santo (UFES). Permanent professor in the Graduate Program in Public Management of the Federal University of Espírito Santo (UFES). Coordinator of the Bioethik Research Group (UFES). Coordinator of the Migrare Research Group (UFES). Coordinator of the Law & Fiction Research Group (UFES). E-mail: mvetis@terra.com.br.

Recebido em 30/09/2018
Aprovado em 12/02/2019

protection that the law has acknowledged to man. Defined by Francisco Amaral as "subjective rights or rather, existential legal situations that have the object of the essential goods and values of the person, in their physical, moral and intellectual aspect" (AMARAL, 2017. p. 353) being essential, personal, irrevocable, off balance and without power of voluntary limitation. They are specified in the Brazilian Civil Code, guaranteeing the dignity of the human person, as well as their essential values.

Given this special protection of the human being, life becomes the basic presupposition for all other guarantees, so that, if there is no life and health, the person will not be able to perform any other civil activities. In this way, a clash is created between the unconditional protection of the human being and the autonomy of the will. On several occasions, there are doubts about the extent to which a person could dispose of his body and to what extent the right could intervene in this private aspect. Therefore, considering arts. 13 and 14 of the Brazilian Civil Code of 2002, it is seen that, by legislative option, the autonomy of the human being's willingness to dispose of his own body is restricted to free activities, which do not cause permanent diminution of physical integrity. Thus, the legislation states:

> Art. 13. Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
> Parágrafo único. O ato previsto neste artigo será admitido para fins de transplante, na forma estabelecida em lei especial.
> Art. 14. É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
> Parágrafo único. O ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo.[4]

First, in relation to the obligation of free provision, the origin of art. 199, § 4 of the Federal Constitution of 1988, which prohibits all marketing of human organs and tissues, including blood, can be observed. In this sense, in fact, Brazil follows an international tendency to prohibit the sale of organs in order to prevent trafficking and human objectification. In most

[4] Art. 13. Except for medical exigency, the act of disposition of the body itself, when importing permanent diminution of the physical integrity, or contrary to the good customs, is closed.

Single paragraph. The act foreseen in this article will be admitted for the purpose of transplantation, in the form established by special law.

Art. 14. The free disposition of one's own body, in whole or in part, after death, is valid for a scientific or altruistic purpose.

Single paragraph. The disposition act can be freely revoked at any time. (Free Translation from the authors).

countries of the world except Iran, the sale of organs is prohibited, including more liberal countries in the face of bodily disposition, such as the United States which, with the National Organ Transplant Act of 1984 (NOTA), prohibits the purchase and the sale of organs.

The problem in this scenario is that, despite international agreement on the protection of life and human dignity as a basic right, there is still a deficit of donations serving only 10% of international demand, making the transplant queues excessively large, causing the death of several people. So, unfortunately, illegal trafficking in organs is still strong, so that in a world with commercial trends, it is difficult to resist the commercialization of man himself and to define the moral limits of the market. However, in the face of this process, it is clear that the human being can not be considered a good commodity, and that setting a price for a person does not conform to the moral standard.

Therefore, considering man as an unchangeable value, the second limitation arises: free provision should be made without causing permanent diminution in physical integrity. Thus, even with consent, it would be an unlawful act that would cause aesthetic damage, that is, violate physical integrity. Therefore, the human need is present, because, given the technological advances of the last decades, more and more procedures of corporal change are becoming popular in society, being that, entering a medical vision, it is clear that, certain bodily interventions allow normal and healthy living.

Obviously there are several levels of complications and risks in the intervention, and it is possible to mention simpler and safer cases such as tattoos, plastic and permanent depilations, all permanent procedures, which nevertheless allow a healthy life. Also discussed are changes related to detachable parts of the body, more specifically blood, ovum and sperm, main topic of this article, which will be analyzed separately, with a previous general evaluation.

Even before the first limitation, two principles conflict with the present market system: individual freedom and autonomy of the will. In an era of market triumphalism in which almost everything is for sale, questions if the human body would be applicable to business logic. As stated above, the sale of organs is strictly prohibited around the world, but there are still doubts about the commercialization of human detachable body parts. These can be disposed without serious health risks, unlike the disposition of organs.

Different legal provisions have arisen to deal with the matter. Countries like Spain and Israel allows financial compensation for the donation of eggs, or even the purchase as is the case of the United States. Thus, doubts arise about the real functionality of the market perspective for the collection of these parts at levels sufficient to meet the international demands.

Considering that by agreeing to the purchase and sale of these parts, we are deciding to turn them into commodities, problems such as inequality and corruption can be generated, stimulated by greed. It stands out, the real deficit of these items for those who need them and the overcoming effect. Bruno Frey and Reto Jegen evaluated that there would be a financial anomaly, called an overrun effect, in which the increase in monetary incentives would actually cause the supply to fall. On this effect, the authors say:

> Arguably, it is one of the most important anomalies in economics as it may reverse the most fundamental economic law, namely that raising monetary incentives increases supply. The crowding-out effect suggests that there are relevant circumstances in which it is advisable not to use the price mechanism to elicit a higher supply but to rely on a quite different type of incentive, intrinsic motivation.

In a simplified way, it would mean that, with the creation of the purchase of these three items (blood, sperm and ovum), less people would be willing to do the procedure, due to decharacterization of the altruistic spirit causing a decrease in the importance of need for these items. However, considering the existence of fertility tourism, on what many couples leave Brazil to pay for eggs and sperm in order to have children and the fact that there are 71 countries around the world that still depend on the sale and family donations in more of 50% of the blood availability (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2017), it is necessary to evaluate the real possibility of the effect of surpassing. Therefore, in view of the exceptionality of the detachable parts, including Law nº 9.434/97, which states in its single paragraph, art. 1, that blood, sperm and ovum are not included among the tissues covered by the law, it is necessary to evaluate the real freedom of corporal disposition and the autonomy of the will before the market theory in front of these three specific parts.

Therefore, this present work using an exploratory methodology, based on bibliographical research, jurisprudential, constitutional and infraconstitutional legislation, as well as Comparative Law, intends to address the right to disposal of the body itself, considering the current deficit of detachable parts of the body human for donation and the prohibition of marketing them, in light of the Brazilian legal system. Initially, it is exposed on the protection of these detachable parts of the human body, with the objective of demonstrating, as foreseen in the Magna Carta, possible non-pecuniary ways to encourage donors. Separated in specific topics, blood, egg and sperm, will be approached, based on national and foreign legislations, as well as resolutions of the Federal Council of Medicine. The study therefore aims to demonstrate the possibility of giving incentives to donors without losing the altruistic character of the action

or encourage the commercialization of the detachable parts.

1 THE DETACHABLE HUMAN BODY PARTS AND THE BRAZILIAN DOCTRINE

The rights of the personality aim to protect the dignity of the human person in three main aspects: physical, moral and intellectual, as mentioned above. In this article, the physical aspect will be the most recurrent. It concerns the right to life and the disposition of the body. Life is a fundamental right, without it there would be no other rights. Therefore, with its existence, there exists too the right to the body, fully understood with organs and tissues, besides the detachable parts, such as blood, sperm and ovum. They can be removed, or detached, from the body without offering permanent decrease because they are regenerable and in some cases composed of dead cells, such as hair. Moreover, within certain limits, they do not cause significant loss of quality of life, being, in general, parts of possible autonomous disposition of the person.

In this sense, it is appropriate to present the exception of the determination of the personality rights can not be subject to voluntary limitation, elucidated in two statements, respectively approved in the I and III Civil Law Journeys of the CJF / STJ. Statement nº 4 provides that "the exercise of personality rights may be subject to voluntary limitation, provided that it is neither permanent nor general" (CJF, 2002) and, as a complement, Statement nº 139, states that "personality rights may be subject to limitations, although not specifically provided by law, and can not be exercised with abuse of the right of its owner, contrary to good faith and good morals” (CJF, 2004).

These concepts help in the interpretation of art. 11 of the Civil Code, showing that there may be limitation, provided it is not permanent or constitutes an abuse of rights. Thus, as the characteristic of the detachable parts. Therefore, the permissibility of its disposition is clear. In this context, art. 13 of the Civil Code states that "except for medical reasons, the act of disposing of the body itself, when importing a permanent diminution of physical integrity, or contrary to good morals, is prohibited." As the detachable parts do not present permanent diminution, due to the regenerable character, their withdrawal does not characterize physical integrity risk, being incompatible with the legal determination, since, when detachable elements separate from the body, they leave, "consequently, of being object of the rights of the personality" (AMARAL, 2007. p. 372).

The participation of these parties in the roll of personality rights and the possibility of

being commercialized, finds doctrinal divergences. Like the previous one, Amaral affirms that, after disintegrating to the body, it is not necessary to speak in these rights. Pontes de Miranda affirms that the detachable and regenerable parts of the body can be commercialized, although they integrate the list of goods that constitute the personality rights, because there is no legal impediment in the assignment of them. It is necessary the authorization of the one who has his body. Otherwise, that is, if against your will, the removal of these parts would constitute an illegal act (PONTES DE MIRANDA, 2000). In the same line of thought, Lisbon recognizes that there may be economic exploitation of the goods that make up the object of the personality rights, without denaturing the extra-patrimoniality (LISBOA, 2010).

Hence, these understandings converge towards the acceptance of an economic valuation of these parts, without, however, misrepresenting the extra-patrimonial character of the rights of the personality concerning them. For this article we will approach the line that grants economic benefits to the person who owns the body, whenever it authorizes, without opening the margin for commercialization of the human body. Since there is no legislation to prevent this act, as Pontes de Miranda has pointed out. Thus, we will cover the three most common detachable parts in the act of giving, the blood, the egg, and the sperm.

2 THE BLOOD DEFICIT PROBLEM AND INCENTIVES TO REPOSITION

Blood is a liquid tissue, produced by the bone marrow. It is responsible for the transportation of hormones, oxygen gas and nutrients to the place of action, carbon dioxide capture and cellular excretion, besides the defense of the organism. In the adult human body, the circulation of 5 to 6 liters of blood is estimated. When this amount decreases, in order not to harm the body, a blood transfusion is necessary, with blood donated by a compatible person. Blood donation is different from organ donation, and Parilli (*apud* CHAVES 1986, p. 25) elucidates the differentiation given by the legislator in four main points: the blood has regenerable character, while the organs and tissues are not renewable; the transfusion occurs daily, with a much higher frequency, while the transplant is exceptional; the level of body intervention is significantly lower in transfusions and has less formalism due to the urgency in most situations in which it is needed.

Blood donation is an altruistic gesture, in which donor blood is withdrawn to benefit the recipient in a transfusion. It is essential for urgent care, large surgeries, treatments for chronic diseases and cancers. According to the Ministry of Health, 1,8% of the Brazilian population donates blood (BRASIL, 2018), however, the WHO goal is 3% annually (WORLD HEALTH

ORGANIZATION). As a result, there are problems related to lack of blood in more demanding periods, such as the end of year, where the number of blood bags in the stock suffers a very large deficit, since the donations in the blood banks decrease due to vacations and trips, in addition to the increase in the number of traffic accidents, necessitating more transfusions

Therefore, federal, state and municipal governments try to stimulate donations through campaigns and incentives, which should not be seen as financial, because the purchase of blood is prohibited by Law nº 10.205/2001, in its art 1:

> Esta Lei dispõe sobre a captação, proteção ao doador e ao receptor, coleta, processamento, estocagem, distribuição e transfusão do sangue, de seus componentes e derivados, **vedada a compra, venda ou qualquer outro tipo de comercialização do sangue, componentes e hemoderivados, em todo o território nacional, seja por pessoas físicas ou jurídicas, em caráter eventual ou permanente**, que estejam em desacordo com o ordenamento institucional estabelecido nesta Lei. (grifos da autora).[1]

Some laws at federal level determine the day off for the official who make blood donation. In the Consolidation of Labor Laws (CLT) a day off is determined, every twelve months, for the worker who donates blood voluntarily, being duly proven, without prejudice to the salary, in its art. 473, IV. In the legal regime of federal civil servants, in Law nº 8.112/1990, in art. 97, I, there is also the same determination, but without specifying the number of credits per time. This treatment is not considered an indirect purchase of blood because it is evident the need for a rest to recover the volume donated, since the plasma is restored in 24 hours and the red blood cells in four weeks.

Some states have enacted laws granting 50% discount on cultural, sports, and leisure events for regular donors. To receive the benefit, a donor card will be issued by blood banks, which must be presented along with an official photo document. In Paraná, Law nº 13.964/2002 and in Rio Grande do Sul by Law nº 13.891/2012, the card must be valid for one year. In Espírito Santo, Law nº 7.737/2004 was taken to the Judiciary with an application for a Direct Action of Unconstitutionality (ADI). This was dismissed and had as justification important points to become jurisprudence in other cases.

> AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 7.737/2004, DO

[1] This law provides for the protection of the donor and the recipient, collection, processing, storage, distribution and transfusion of blood, its components and derivatives, **prohibited the purchase, sale or any other commercialization of blood, components and blood products, throughout the national territory, whether by individuals or legal entities, in any or permanent**, that are at odds with the institutional framework established by this Law. (Emphasis by the author). (Free Translation from the authors).

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. GARANTIA DE MEIA ENTRADA AOS DOADORES REGULARES DE SANGUE. ACESSO A LOCAIS PÚBLICOS DE CULTURA ESPORTE E LAZER. COMPETÊNCIA CONCORRENTE ENTRE A UNIÃO, ESTADOS-MEMBROS E O DISTRITO FEDERAL PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO ECONÔMICO. CONTROLE DAS DOAÇÕES DE SANGUE E COMPROVANTE DA REGULARIDADE. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. CONSTITUCIONALIDADE. LIVRE INICIATIVA E ORDEM ECONÔMICA. MERCADO. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA. ARTIGOS 1º, 3º, 170 E 199, § 4º DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. 1. É certo que a ordem econômica na Constituição de 1988 define opção por um sistema no qual joga um papel primordial a livre iniciativa. Essa circunstância não legitima, no entanto, a assertiva de que o Estado só intervirá na economia em situações excepcionais. Muito ao contrário. 2. Mais do que simples instrumento de governo, a nossa Constituição enuncia diretrizes, programas e fins a serem realizados pelo Estado e pela sociedade. Postula um plano de ação global normativo para o Estado e para a sociedade, informado pelos preceitos veiculados pelos seus artigos 1º, 3º e 170. 3. A livre iniciativa é expressão de liberdade titulada não apenas pela empresa, mas também pelo trabalho. Por isso a Constituição, ao contemplá-la, cogita também da "iniciativa do Estado"; não a privilegia, portanto, como bem pertinente apenas à empresa. 4. A Constituição do Brasil em seu artigo 199, § 4º, veda todo tipo de comercialização de sangue, entretanto estabelece que a lei infraconstitucional disporá sobre as condições e requisitos que facilitem a coleta de sangue. 5. O ato normativo estadual não determina recompensa financeira à doação ou estimula a comercialização de sangue. 6. Na composição entre o princípio da livre iniciativa e o direito à vida há de ser preservado o interesse da coletividade, interesse público primário. 7. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente. (STF - ADI: 3512 ES, Relator: Min. EROS GRAU, Data de Julgamento: 15/02/2006, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 23-06-2006 PP-00003 EMENT VOL- 02238-01 PP-00091 RTJ VOL-00199-01 PP-00209 LEXSTF v. 28, n. 332, 2006, p. 69-82). [2]

[2] DIRECT ACTION OF UNCONSTITUTIONALITY. LAW N. 7.737 / 2004, OF THE STATE OF ESPÍRITO SANTO. GUARANTEE OF HALF ENTRY TO REGULAR BLOOD DONORS. ACCESS TO PUBLIC PLACES OF CULTURE SPORTS AND LEISURE. COMPETITIVE COMPETENCE BETWEEN A UNION, MEMBER STATES AND THE FEDERAL DISTRICT TO LEGISLATE ON ECONOMIC LAW. CONTROL OF BLOOD DONORS AND PROOF OF REGULARITY. SECRETARY OF STATE OF HEALTH. CONSTITUTIONALITY. FREE INITIATIVE AND ECONOMIC ORDER. MARKETPLACE. STATE INTERVENTION IN THE ECONOMY. ARTICLES 1, 3, 170 AND 199, § 4 CONSTITUTION OF BRAZIL. 1. It is true that the economic order in the 1988 Constitution defines an option for a system in which free enterprise plays a major role. This circumstance does not, however, legitimize the assertion that the State will only intervene in the economy in exceptional situations. Quite the other way around. 2. More than simple instrument of government, our Constitution enunciates directives, programs and ends to be realized by the State and by the society. It proposes a global normative action plan for the State and for society, informed by the precepts of its articles 1, 3 and 170. 3. Free enterprise is an expression of freedom titled not only by the company, but also by the work. For this reason, the Constitution, when contemplating it, also considers the "initiative of the State"; it does not privilege it, therefore, as only pertinent to the company. 4. The Brazilian Constitution, in article 199, §4, prohibits all types of blood trade, however, establishes that the infraconstitutional law will provide for conditions and requirements that facilitate blood collection. 5. The state normative act does not determine financial reward to the donation or it stimulates the commercialization of blood. 6. In the composition between the principle of free initiative and the right to life, the interest of the collectivity, the primary public interest, must be preserved. 7. Direct action of unconstitutionality deemed unfounded. (STF - ADI: 3512 ES, Rapporteur: Min. EROS GRAU, Judgment Date: 15/02/2006, Full Court, Publication Date: DJ 23-06-2006 PP-00003 EMENT VOL-02238-01 PP-00091 RTJ VOL-00199-01 PP-00209 LEXSTF v. 28, 332, 2006, pp. 69-82). (Free Translation from the authors).

Faced with this decision, it is valid to comment on state Law nº 5.816/2010 of Rio de Janeiro. Trying to stimulate donations, this law allows donors to win tickets to games at Maracanã and other stadiums, based on art. 3: "Volunteer blood donors will receive a complimentary ticket to the bleachers game days for the team of your choice." However, the law was questioned by formal and material requirements in Representation of Unconstitutionality No. 0015345-45.2016.8.19.0000. In the judgment of the case, the formal unconstitutionality was declared for breach of due process of law, while in material terms there would be no legal problems, and Rapporteur Des. Cláudio Brandão de Oliveira, defended the importance of stimulating the donation of blood, as can be seen in the following passage:

> É gravíssimo o problema que deu origem à criação da lei, sendo latente a necessidade de criação de um meio para a obtenção de um maior número de bolsas de sangue pela Administração Pública. Pode-se afirmar que a via escolhida para estimular as doações não resolva o problema, mas sem dúvida ela poderia contribuir para sua redução. Ademais, não há falar no presente caso, numa mercantilização da transfusão de sangue. O fito da norma constitucional federal que veda todo tipo de "comercialização" de sangue (artigo 199,4º, Constituição da República), em interpretação sistemática, está em evitar a criação de qualquer tipo de "mercado", lícito ou ilícito, de um substrato que somente pode ser conseguido pela via da disposição individual a partir da vontade própria. A transfusão de sangue não pode ser fomentada pelo poder financeiro do mercado. É cediço que também não pode ser imposta coercitivamente pelo Estado. Por essas razões, imprescindível se faz a construção de soluções por parte do Poder Público para um fomento efetivo da prática da doação. A cortesia, a ser entregue pelo HEMORIO, e paga pelo Estado, **funcionaria apenas como um estímulo mais concreto à prática da doação, não havendo falar na corrupção de cidadãos em troca de meros ingressos de partidas de futebol, o que os levaria a fazer parte de um suposto mercado negro (ou, no caso, lícito) de sangue**. Conforme sustentado na peça de Representação, o caso em análise se distingue, de forma geral, daquele analisado pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 3512. Entretanto, há semelhança no que tange ao fato de que ambos os diplomas atacados buscaram construir soluções para os problemas de arrecadação de sangue por via de oferecimento de benesses materiais. Com efeito, do mesmo modo que o STF entendeu não haver "comercialização" da transfusão de sangue no caso da lei atacada pela ADI, à mesma conclusão se faz necessário chegar na presente Representação. (...) Após analisar as peculiaridades que envolvem o contexto fático da lei impugnada, considera-se que não há inconstitucionalidade material com base na suposta ausência de proporcionalidade do diploma. Decidir de forma contrária, com a pronúncia de inconstitucionalidade da lei em seu aspecto material, seria invadir campo próprio de atuação de outros poderes. (RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça, 2017). (Grifos da autora) [3]

[3] The problem that gave rise to the creation of the law is very serious, with the need to create a means to obtain a greater number of blood bags by the Public Administration. It can be said that the path chosen to stimulate donations does not solve the problem, but it could certainly contribute to its reduction. Moreover, there is no mention in the present case of a commodification of blood transfusion. The purpose of the federal constitutional

Based on these decisions, three points that are relevant to this article stand out. The first, elucidated that there was no contradiction to the Constitution because it gives space for laws that facilitate the collection of blood. While in the second, it states that state legislation does not encourage the commercialization or financial reward for donation, something that is limited by the law that regulates procedures until the time of blood transfusion. And the third, remembering that the interest of the collectivity must be preserved in the dichotomy of the principle of free initiative and the right to life. In this way, the jurisprudence agrees with the incentives for the valorization of blood donation, informing and making it understood that there is no commercial interest in this action.

It is observed in other Brazilian states, such as the Federal District (Law nº 1.321/1996), Mato Grosso (Law nº 7.713/2002) and Santa Catarina (Law nº 10.567/1997), the encouragement of blood donation through the dispensation by law of registration fees in public tenders. It is required thought, that it is proven to be a regular donation, in which there is made three donations in the period of 12 months. In the case of Santa Catarina, the same incentive is used for donors of bone marrow. Overmore, the state of São Paulo establishes the same tax exemption for public tenders, leaving the executive branch to apply this benefit (Law nº 12.147/2005). In 2013, the Brazilian Federal Court of Justice (STF) ruled two ADI[4] lawsuits for two municipal laws in the state of São Paulo for encouraging blood donation. Both were dismissed. The STF positioned himself in favor of these laws, and to embase this decision, it

norm that prohibits all types of "commercialization" of blood (article 199, §4, Constitution of the Republic), in a systematic interpretation, is to avoid creating any kind of legal or illicit "market" for a substrate that can only be achieved by the individual disposition from the will of its own. Blood transfusion can not be fostered by the financial power of the market. Nor can it be imposed coercively by the state. For these reasons, it is essential to construct solutions on the part of the Public Power for an effective promotion of the practice of the donation. Courtesy, to be delivered by HEMORIO, and paid for by the state, **would function only as a more concrete stimulus to the practice of donation, not to speak of the corruption of citizens in exchange for mere tickets of football matches, which would take them to be part of an alleged black (or, in this case, licit) market for blood.** As stated in the piece of Representation, the case in question differs in general from that analyzed by the Federal Supreme Court in ADI 3512. However, there is similarity to the fact that both diplomas attacked sought to construct solutions to the problems of collection of blood by way of offering material blessings. In fact, in the same way that the STF considered that there was no "commercialization" of the blood transfusion in the case of the law attacked by the ADI, the same conclusion must be reached in this Representation. (...) After analyzing the peculiarities that involve the factual context of the contested law, it is considered that there is no material unconstitutionality based on the alleged lack of proportionality of the diploma. To decide in a contrary way, with the pronouncement of unconstitutionality of the law in its material aspect, would be to invade own field of performance of other powers. (RIO DE JANEIRO, Court of Justice, 2017). (Emphasis by the author). (Free Translation from the authors).

[4] In a raw translation, ADI means "Direct action of unconstitutionality", and it is a form of legal abstract control mechanism of the Constitution instaured in 1988.

was cited the aforementioned judgment of the state of Espirito Santo and used the same points previously mentioned (BRAZIL, STF, RE 664884 SP, 2013; BRAZIL, STF, RE 732560 SP, 2013*)*.

One Brazilian state that deserves an especial attention is Goiás, which by Law n° 12.121/1993, stimulates assiduous donors of blood, bone marrow and organs. To secure their donations it is expedited an annual identification card. In addition to the acquisition of half-tickets in cultural, sports and leisure events, priority will also be given to them to health services such as medical appointments, dentistry and marking of laboratory tests at the state level. Furthermore, they will receive two transportation vouchers for the round trip to the hemocenter. Thus, it is observed that the state has increased the number of beneficiaries by including other parts that are not necessary for donation, including more benefits than other states of the federation by considering the transportation of the donor that will not have any expenses to carry out this gesture of altruism.

Although the STF has dismissed the respective actions and appears to be favorable to the state's incentives for blood donations, there is still a academic current contrary to these incentives. Many consider it commercialization, which is not true, and do not observe that only the altruistic character of society will not help to restore the great deficit in blood banks. The Brazilian Federal Constitution of 1988, in its art. 199, §4 also provides for the permissibility of other laws that present conditions and requirements that facilitate the collection of blood for transfusion. Therefore, the legal and jurisprudential understanding accept those donations stimuli and do not consider them as trade.

The prohibition of blood commercialization is present in several countries and it is the official WHO recommendation that donations are made unconstrained, even though there are other nations, such as Russia, that allow the sale of the liquid. WHO's recommendations of willingness donation is justified by the fear of human commercialization, which, in addition to denigrating altruism, could force the poorest to put their health at risk by selling their blood through the use of extreme measures such as lying about their medical history to reach the goal. Therefore, it exists a serious concern about the quality of the collected material, by which, if contaminated, could infect patients with diseases such as AIDS.

The fear of massive contamination and clots is present since the beginning of blood transfusions. However, at the time of World War I, a direct citrate-based direct transfusion technique was established along with researches on donor compatibility that controlled the social concerns. Unfortunately, in 1983, with the advancement of HIV, the fear of the procedure increased again, afflicting the blood receptors. Because of this contamination fear, that was

popularly said to affect mostly homosexuals, several countries established, and to this day maintain, limitations for donations made by those who have had sex with same-sex people. In Brazil, the Ministry of Health and National Health Surveillance Agency laid down restrictions for a period of 12 months. However, in 2017, those restrictions were reassessed in the Federal Supreme Court by the ADI 5543. It was said in this lawsuit that these measures were evaluated as discriminatory. For that reason, the Rapporteur, Minister Edson Fachin, declared the act contrary to human rights, therefore establishing the evaluation of contamination by risk behaviors and not only the donor's sexual orientation (BRAZIL, STF, 2017).

These problems are best solved by the realization of tests before the donations. However, some transmissible diseases, such as AIDS, have a period called the "immunological window" in which the result of any examination done at a certain time after the contamination may show a false result by which the test comes out negative and the person is actually infected. This is known as false negative and it may also occurs in reverse with a false positive diagnosis. Therefore, in accordance to the STF's understanding, the best way of conduct is to evaluate with an interview the risk conducts of blood donors before any physical examination. Thus, in order for society not to be discouraged by the number of procedures prior to donation, it is important that there be benefits for donors, as occurs in several Brazilian states. This, however, will not include the financial remuneration of the act, because there cannot exist the commercialization of such a noble good as blood is to the body.

3 THE PROBLEM OF EGG DONATIONS AND THE RESOLUTION OF THE BRAZILIAN FEDERAL COUNCIL OF MEDICINE (CFM) Nº 2.168/2017

As the female sex cell, the egg plays an essential role in the process of reproduction along with the spermatozoid. Nonetheless, unlike the male gamete, by a natural factor that hinders the postponement of motherhood, the number of oocytes is predetermined. Moreover, biologically the best time period for having children is between the ages of 19 and 24, which represents a clear incompatibility between the perspective of modern life and the biological capacity of women. Due to women's dedication to qualification and entry into the labor market, it has been increasing the number of married and single women who decide to have children in their 40s, age by which a pregnancy becomes more dangerous and the natural conception unlikely.

Between 15 and 30% of Brazilian couples need some kind of medical treatment for reproduction. This represents that almost 90,000 couples a year resort to clinical help. Thus,

although in Brazil this specialty is quite developed, the treatment is expensive and waiting for its realization in the public network can take up to ten years. Unfortunately, it is estimated that doctors only have the capacity to attend 20,000 couples per year (BRAZIL, 2012, ONLINE).

It becomes relevant the question of egg donation. In the twentieth century the new reproductive technologies (NTR) were initially developed in medicine and have become common nowadays. These technical acts replace the natural conception with the availability of eggs, semen or embryos. In this sense, it is worth noting that even with the sophistication of the current egg donation procedure, there are difficulties in cryopreservation. Reproductive cells are still lacking to meet the demands of women and homosexual couples. Thus, although in several countries the donation is allowed, including in Brazil, there is a discussion about practicability of remuneration to stimulate the number of available eggs.

Since there is no specific legislation on assisted reproduction in Brazil, it is allowed the the donation of eggs based on its non-criminalization and on Law n° 9.434/1997. Therefore, it is followed the rules of the Federal Medical Council (CFM) are followed, the most recent being the Resolution n° 2.168/2017.

The procedure of egg donation, unlike blood, includes a series of physical and psychological examinations, including sexually transmitted diseases (STDs), hormonal stimulation, which can lead to severe hyperstimulation, and a surgical procedure for the removal of oocytes. Given this description, it is clear that few women would be willing to do this procedure for free based only in an altruistic motivation. Even the most compassionate person has a limit to his altruism, especially due to other issues that arise after the donation, such as the secrecy of his identity.

Based on the difficulty of this donation, it is questioned the possibility of sale of such a cell. Many claim that it would be a form of human commercialization that defies human dignity by destroying the altruism characteristic of this procedure. The United States is one of the few countries to allow the sale of these gametes for reproduction, with clinics offering high amounts of money with beauty and intelligence specificities about the donor. This legal permission is based on the American constitutional principle of free reproduction and the National Organ Transplant Act, which does not list the egg in the sales bans.

However, there is a solution. In some countries, the sale of the egg is not allowed, but the remuneration for the woman's sacrifice exists in the form of "financial compensation". As an example, one can cite the legislation of Spain, country with extremely high levels of donation. This nation is considered the center of "fertility tourism" despite the ban on egg sales.

Under Art. 5, § 3 of Spanish Law n° 14/2006, women receive around 900 euros for donation for any risk, travel and work expense. Moreover, the donation is anonymous. Spanish law states:

> 3. La donación nunca tendrá carácter lucrativo o comercial. La compensación económica resarcitoria que se pueda fijar sólo podrá compensar estrictamente las molestias físicas y los gastos de desplazamiento y laborales que se puedan derivar de la donación y no podrá suponer incentivo económico para ésta (SPAIN, 2006, ONLINE)[5].

It can also be commented the example of Great Britain. Until 2011, the British legislation allowed a compensation of 250 pounds, but this value was tripled with the objective of promoting donations. At present, the value of the compensation is set at 750 pounds and the level of donations is close to the Spanish one. Nonetheless, a problem arises that sometimes disinterests the donors of other countries to seek the British Island. Regulated by the Human Fertilization and Embryology Authority, the donations will not be anonymous. Therefore, spite the legal responsibility of the birth mother, when the child completes 18 years she will be able to contact the donator.

It becomes, therefore, clear the importance of the anonymity in this process. In Brazil, although the compensation is not allowed, there is a comparative advantage with Great Britain in terms of the mandatory anonymity in the eggs donation. The Brazilian Federal Council of Medicine in its Resolution n° 2.168/2017 stipulates that the "donors cannot know the identity of the recipients and vice versa", guaranteeing greater security for the donor who does not want to have emotional relationships with the child conceived. The only exception to this secrecy would be a medical motivation, also guarded in this same resolution.

The anonymity would be a highway to achieve altruism. In a practical analysis, the donation of an egg does not represent responsibility towards a child, because at the time that it was performed there was no fetus. The necessity of another gamete for the fertilization of the ovule, demonstrates that the donation occurs between two consenting adults in a irrevocable manner transferring the responsibility of a possible pregnancy to the recipient. Hence, the donor that gave away its rights of the egg to another interested party could not be accused of denying a relationship with a child conceived by it. Eduardo de Oliveira Leite (1995, p. 145) justifies anonymity stating:

> [...] a doação de gametas não gera ao seu autor nenhuma conseqüência parental relativamente à criança daí advinda. A doação é abandono a outrem, sem

[5] "The donation will never be for profit or commerce. The financial compensation that can be set can only compensate for the physical discomfort, the travel and the labor expenses that may arise from the donation. This may not be an economic incentive for the donation" (Free translation made by the authors)

> arrependimento sem possibilidade de retorno. É medida de generosidade, medida filantrópica. Essa consideração é o fundamento da exclusão de qualquer vínculo de filiação entre doador e a criança oriunda da procriação. É, igualmente, a justificação do princípio do anonimato. [6]

That is why anonymity in compliance with the compensation (still prohibited in Brazil) emerges as a determinant factor for the level of donations and the right of self determination and free will. In reality, free choice is mandatory for all countries that allow donation, therefore, prohibiting those nations to coerce a person to tamper with their body. In the Brazilian legal system, a valid legal act requires a free and unencumbered manifestation of will and it is the party's exclusive decision to submit to the legal transaction, in this case the donation. Consequently, the dialogue between the parties becomes of the utmost importance to give information on the legal and medical consequences of the procedure and guarantee a clarified decision with all its specificities. Ergo, since the donation is a medical procedure the Resolution n° 2.168/2017 mentioned above highlights the need of a Free and Informed Consent Form, statinting:

> O consentimento livre e esclarecido será obrigatório para todos os pacientes submetidos às técnicas de RA. Os aspectos médicos envolvendo a totalidade das circunstâncias da aplicação de uma técnica de RA serão detalhadamente expostos, bem como os resultados obtidos naquela unidade de tratamento com a técnica proposta.
> As informações devem também atingir dados de caráter biológico, jurídico e ético. O documento de consentimento livre e esclarecido será elaborado em formulário especial e estará completo com a concordância, por escrito, obtida a partir de discussão bilateral entre as pessoas envolvidas nas técnicas de reprodução assistida (BRAZILIAN FEDERAL COUNCIL OF MEDICINE, 2017, ONLINE).

It is worth mentioning that the 2017 Resolution tries to benefit the patient. Also, considering an informed consent, the social aspects of each part are analyzed based on their specificities. In this sense, the document highlighted the possibility of preserving ova of young oncology patients to prevent a possible pregnancy while additionally guaranteeing a future opportunity for family formation. About this theme, it is said: "O uso das técnicas de reprodução assistida para preservação social e oncológica de gametas, embriões e tecidos germinativos amplia as oportunidades de aplicação no sentido de propiciar melhor planejamento reprodutivo"

[6] "The donation of gametes does not generate to its author any parental consequences the child conceived. Donation is an abandonment towards others, without the possibility of return/regret. It is a measure of generosity, a philanthropic measure. This consideration is the basis for the exclusion of any affiliation bond between the giver and the child. It is also the justification of the anonymity principle." (Free Translation from the authors)

(BRAZILIAN FEDERAL COUNCIL OF MEDICINE, 2017, ONLINE).[7]

Based on what was said of compensation, anonymity, and free and informed consent, one notices the need to consider the common welfare. There is still an international demand for the "fertility tourism" countries, reason why, facing a rather long wait list in Brazil, it is weighted need for possible financial compensation established by law. Thus, although the new CFM resolution raised hopes for the increasement of donations, it does not contain a legislative nature. It is of utmost importance that laws valuing a financial compensation that suits the Brazilian systems demands are created to address this issue.

4 THE SPERM DONATION AND ITS PRINCIPLES

In recent years the demand for assisted reproductive clinics has increased significantly due to problems such as reduced quality and quantity of sperm resulting from typical of modern life factors, such as air pollution, sedentary lifestyle and stress. That is the reason why sperm donation by healthy men has been encouraged by collecting banks, which intends to conserve male gametes for assisted reproduction procedures, particularly in vitro fertilization. The donation has an altruistic nature and the donor helps couples in several cases, such as: low or none productivity of spermatozoa, possibility of transmitting genetic alterations, repeated failures in assisted reproduction treatments with the couple's genetic material of the couple and women without male partner.

Since there is no specific Brazilian legislation to regulate this matter, some doctrinators argue that detachable parts could be commercialized if there is consent of the individual:

> As partes destacáveis e regeneráveis do corpo, como o cabelo, a barba, as unhas, o óvulo e o sêmen, bem como o leite materno podem ser comercializados, apesar de integrarem o rol dos bens que constituem os direitos de personalidade, porque não há impedimento legal na cessão deles. Necessário, porém, a autorização daquele que dispõe do seu corpo. Caso contrário, ou seja, se contra a sua vontade, a retirada destas partes configuraria ato ilícito (civil) stricto sensu (PONTES DE MIRANDA, 2000, p. 50) (GOZZO; MOINHOS, no date, p. 17)[8].

[7]"The use of assisted reproduction techniques for the social and oncological preservation of gametes, embryos and germinative tissues extends the opportunities of application in order to provide better reproductive planning" (Free Translation from the authors).

[8] "Although the integration of this detachable and regenerable body parts such as hair, beard, nails, ovum and semen, as well as breast milk, in the personality rights, they can be commercialized, because there is no legal impediment in their assignment. But the authorization of the one who disposes this goods is necessary. Otherwise, if against their will, the withdrawal of these parts would constitute an stricto sensu unlawful act (civil)" (Free Translation from the authors).

In addition, it is important to highlight that there are principles by which the donation is guided so that it does not occur without the necessary specificities. Some are required by Resolution CFM n° 1358/1992, in item 2, such as good physical and mental health or absence of communicable diseases. These requirements are essential to ensure the health and well-being of the future downward, without endangering the health of the woman who will be artificially inseminated.

In the same way that anonymity is important in egg donation, here it is also required to prevent financial problems in inheritance cases and in child support for exemple. This is seen in several cases in countries such as Sweden, the United States and England. It may occur that the sperm receiving family when upholding some financial difficulty take legal action against the donor to pay a child support. However, this act is against the principles of donation, since the donor's name does not even appear on the child's birth record. The fact is that in donations that are not made in specialized clinics the grantor becomes vulnerable to this type of action and, in many cases it is verified that the sentence is favorable to the family. Such legal actions, if upheld, could have a negative impact on donations and men's willingness to provide sperm.

Anonymity also raises the chances to increase donations. In countries such as the Netherlands, Norway, United Kingdom, Sweden and Switzerland it occurred a significant decrease in donations after ceased the anonymities guarantee. In Brazil, information on donors shows only blood type, family background, phenotype (height, color of the eyes and hair, for example), profession and hobbies. In addition, in cases where the child is born with a serious illness, the physician may request information from the donor to treat the patient. This indicates that a lack of information that can identify the donor will not harm the minor's life, and vice versa, since it will not be granted information of the child.

Another guiding principle is gratuitousness. As previously mentioned the Brazilian Constitution in its art. 199, §4 prohibits the commercialization of organs, tissues, human substances, blood and derivatives. However, sperm is not characterized by any of these terms. "Human substances" is a vague term, a general clause, and thus sperm can not be fully characterized as such. Another legislation worth mentioning is the art. 5, §3 of the Brazilian Law n ° 11.105/2005, in which is stated as a crime the sale of embryonic stem cells obtained from human embryos conceived by in vitro fertilization not used in the procedure. This law does not guard over the sperm, as mentioned in art 1, single paragraph.

In order to resolve this impasse, in 2015 it was proposed the Bill 115/15, or as it is called the Statute of Assisted Reproduction, that states in its ninth article only the lawfulness of non-

profit donation. This legislation has not yet been approved, which makes sperm marketing not yet prohibited by law. In this regard, it is important to remember that although sperm donation is free, there is a price for cryopreservation and its use by the receptors. Therefore, it is believed that it can be remunerated considering that this expenses do not go accordingly with a free donation.

The previously mentioned Brazilian Federal Council of Medicine Resolution's n° 1.358/1992 states the non-profit character of donation. This statement is followed by several negative arguments based on the idea of commercialization that would encourage donors to hide the truth about their health history to receive the benefit, action by which it would be put at risk the quality of the sperm. Also, it is sad that the gratuity of the donation would avoid numerous donations from a single person that would generate multiplicity of descendants and, thus, the possibility of consanguineous marriages. These increase the risk of genetic diseases since the combination of genes within a family is very similar, putting the child at risk for recessive diseases. Currently, in Brazil the CFM advises that each donor have one child of each sex for every 1 million people, a relatively small number compared to the United States that allows about 25 births per 800,000 people.

Moreover, when considered the expenses in specialized clinics to keep the donation sample viable with cryopreservation and STD testing, a sperm sample may cost around 2,500 brazilian reais, plus the expenses for insemination itself, which can cost between 5 and 30 thousand reais and has relatively low chances of success. For such a cost in clinics, specially in Europe where this is already more common there has been an increase in online demand on social networks like facebook which increased the search for "renting parents".

In private groups, men offer three types of donations: AI (artificial insemination), NI (natural insemination/sex) and PI (partial insemination only for ejaculation). The problem with such informal agreements is that the parties may neglect the contract that guarantees the parents role that is customary in fertility clinics. In addition, there are higher risks of diseases in the incubation period that creates an unnecessary insecurity. It is, therefore, created a dichotomy between high price procedures in specialized clinics and "free sperm" that have a more affordable price online sperm and can put at risk the health of the contracting parties and the future children.

Denmark stands out in this scenario of globalized internet donations. The country has recently become famous for semen exportation and it's home of the largest sperm bank in the world, Cryos, which financially rewards men for his cooperation and holds nearly 170 liters of material that are exported to 100 countries. With a particularly high demand from the UK, which

has no anonymity, there is said to be new invasion in the region in accordance to the Danish's Company motto: "Congratulations, it's a Viking".

This global exportation, not only from Denmark, but also from the United States, reflects on the sperm market with a set of different price ranges. There is a specific demand for certain types of donors with fewer genetic diseases and physical characteristics that fit the desires of the buyers. This is a kind of online marketing that Brazil seeks to avoid with its lack of legislation. But, in fact, this already happens with informal agreements that the country has not been able to avoid. For this reason, it is ressalted the need for donors diversification in the sperm banks to meet the demand of future parents seeking a specific phenotype in accordance to the demographic region they inhabit. This could be achieved with a small compensation.

Consequently, it is notable a legislative deficiency about the obstruction of informal donation. On one hand, the state leaves the possibility of a commercialization. On the other, the Brazilian CFM in its resolution demonstrates to be against this pecuniary aspect, setting principles to solve and help this deficit. Therefore, as in the egg-donation procedure, more specific legislation that considers the common good is needed on the subject.

CONCLUSION

Given the specificities of these three detachable body parts mentioned, it is clear that there are still legislative deficiencies in Brazil, largely due to the fear of human commercialization. Most Brazilian guidelines are determined by jurisprudence and the Federal Medical Council Resolutions. In this sense, with the existing donation deficit of detachable parts such as blood, eggs and sperm for donation, a possible financial stimuli or non-pecuniary compensation is discussed in order to encourage donors in the country and avoid negative consequences, such as fertility tourism and the lack of blood in hospitals.

Concerning blood donations it is first clarified that, although blood marketing is not recommended by the WHO due to the fear of human commercialization and the contamination due to diseases such as AIDS, greater encouragement for donations is necessary. It was seen, therefore, that in Brazil, non-financial compensation, such as a free day at work and tickets to football games at the Maracanã were not judicially considered as commercialization and could help increase donation rates in the future.

In terms of egg and sperm, when considering the advancement of new reproductive techniques and the search for fertility tourism in countries such as Denmark and Spain, becomes clear the importance of anonymous donations, as is already established in the Brazilian's Federal

Council of Medicine Resolution nº 2.168/2017. To that end, specific legislation on the subject is needed seeking, especially in the case of women, compensation for the discomfort and risks that are involved in a donations.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

AMARAL, Francisco. Direito Civil: Introdução. 9. ed. - Rio de Janeiro: Renovar, 2017.

APENAS 1,8% dos brasileiros doam sangue. Governo do Brasil, 31 jan. 2018. Available At: http://www.brasil.gov.br/saude/2018/01/apenas-1-8-dos-brasileiros-doam-sangue-saiba-como-se-tornar-um-doador. Access in: 06 feb. 2018.

BARBOSA, Camilo de Lelis Colani. Aspectos jurídicos da doação de sêmen. **Seara Jurídica.** v.1, n.9, p. 14-28, jan-jun, 2012. Available At: http://revistas.unijorge.edu.br/searajuridica/2012_1/searajuridica_2012_1_pag 14.pdf. Access in: 10 feb. 2018.

BLOOD safety and availability. **World Health Organization**, jun. 2017. Available At: http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs279/en/. Access in: 10 feb. 2018.

BRAZIL. Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Available at: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2002/L10406.htm. Access in: 07 feb. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Available At: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Access in: 07 feb. 2018.

_____. **Decreto-lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Available At: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Access in: 07 feb. 2018.

_____. **Lei n° 10.205, de 21 de março de 2001**. Regulamenta o § 4º dσ art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades, e dá outras providências. Available At: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10205.htm. Access in: 07 feb. 2018.

_____. **Lei n° 9.434, de 4 de fevereiro de 1997**. Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências. Available At: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9434.htm. Access in: 07 feb. 2018.

_____. Projeto de Lei n° 115, de 2015. **Câmara dos Deputados**, Poder Legislativo, Brasília. Available At: http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1300959.pdf. Access in: 08 feb. 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 3.512**. Requerente: Governador do Estado do Espírito Santo. Requerido: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. Relator: Min. Eros Grau. Brasília, 15 feb. 2006. Available At: http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=363387. Access in: 07 feb. 2018.

CHAVES, Antônio. Direito à vida e ao próprio corpo. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**. 10 (1-2): 13-66, jan-dec, 1986. Available At: https://www.revistas.ufg.br/revfd/article/viewFile/11606/7617. Access in: 15 feb. 2018.

CONHEÇA os procedimentos envolvidos na doação de óvulos e sêmen. **Governo do Brasil**, 17 Apr. 2012. Available At: http://www.brasil.gov.br/saude/2012/04/conheca-os-procedimentos-envolvidos-na-doacao-de-ovulos-e-semen. Access in: 05 feb. 2018.

FEDERAL COUNCIL OF MEDICINE. **Resolução n° 1.358, de 19 de novembro de 1992**. Available At: https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/1992/1358. Access in: 08 feb. 2018.

_____. **Resolução n° 2.168, de 10 de novembro de 2017**. Available At: https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2017/2168. Access in: 07 feb. 2018.

COSTAS, Ruth. **Sol, praia e fertilização:** Espanha vira Meca do turismo reprodutivo. BBC**.** Brasília, 03 sep. 2012. Available At: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/09/120821_turismo_reproducao_espanha_ru.s html. Access in: 07 fef. 2018.

DISTRITO FEDERAL. **Lei n° 1.321, de 26 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre isenção de pagamento de taxa de inscrição em concurso público da administração direta, indireta e fundacional do Distrito Federal e da Câmara Legislativa a doadores de sangue. Available At: http://legislacao.cl.df.gov.br/Legislacao/consultaTextoLeiParaNormaJuridicaNJUR-25784!buscarTextoLeiParaNormaJuridicaNJUR.action. Access in: 07 feb. 2018.

DOADORES de esperma. **Ivi**. Available at: https://ivi.net.br/doadores-de-esperma/. Access in: 08 feb. 2018.

DONATING your eggs. **Human Fertilization and Embryology Authority**. Available At: https://www.hfea.gov.uk/donation/donors/donating-your-eggs/. Access in: 06 feb. 2018.

ESPÍRITO SANTO. **Lei n° 7.737, de 06 de abril de 2004**. Institui a ½ (meia) entrada em locais públicos de cultura, esporte e lazer para doadores de sangue e órgãos, e dá outras providências. Available At: http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/images/leis/html/LO7737.html. Access in: 07 feb. 2018.

FÁBIO, André Cabette. STF pode liberar doação de sangue por gays. De onde vem a proibição. **Nexo Jornal**, [São Paulo], 22 oct. 2017. Available At: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/10/22/STF-pode-liberar-doação-de-sangue-por-gays.-De-onde-vem-a-proibição. Access in: 10 feb. 2018.

FREY, Bruno S.; JEGEN, Reto. **Motivation Crowding Theory:** A survey of empirical evidence. 1999. 27 f. University Of Zurich, Zurich, 1999.
F. Sandra. **Egg Donation & UK Law:** What Does the HFE Act 2008 Say? 2016. Available At: https://www.invitra.com/hfe-act-and-donor-conception-in-the-uk/#compensation-policies. Access in: 07 feb. 2018.

GAMBA, Clarissa Pains e Karla. Especialistas comemoram novas regras para reprodução assistida no Brasil: Atualização de normas foi divulgada pelo Conselho Federal de Medicina. **O Globo,** 10 nov. 2017. Available At: https://oglobo.globo.com/sociedade/saude/especialistas-comemoram-novas-regras-para-reproducao-assistida-no-brasil-22052114. Access in: 07 feb. 2018.

GOIÁS. **Lei n° 12.121, de 05 de outubro de 1993**. Concede estímulos especiais aos doadores voluntários e sistemáticos de sangue e aos doadores voluntário de medula óssea e de órgãos, domiciliados no Estado de Goiás, nas condições que especifica. Available At: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1993/lei_12121.htm. Access in: 08 feb. 2018.

GOMES, Fábio de Barros Correia. Regulamentação e projetos existentes a respeito do banco de esperma. **Consultoria Legislativa**, Brasília, Mar. 2005. Available At: http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema19/2005_157.pdf. Access in: 10 feb. 2018.

GOZZO, Débora; MOINHOS, Deyse dos Santos. A disposição do corpo como direito fundamental e a preservação da autonomia da vontade. Available At: http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=72fed322f249b958. Access in: 01 Apr. 2019.

HARVEY, Judith. Blood money: is it wrong to pay donors?. **The Guardian**, Reino Unido, 25 jan. 2015. Available At: https://www.theguardian.com/lifeandstyle/2015/jan/25/wrong-to-pay-blood-donors-safety-compromised. Access in: 10 feb. 2018.

JOHNSTON, Jenny. The rise of the Baby Vikings: Why single British women desperate for children are turning to sperm donors in Denmark: who'll play no part in their offspring's lives. **Daily Mail.** Reino Unido, 20 jan. 2015. Available At: http://www.dailymail.co.uk/femail/article-2917432/The-rise-BABY-VIKINGS-single-British-women-desperate-children-turning-sperm-donors-Denmark-ll-play- no-offspring-s-lives.html. Access in: 10 feb. 2018.

JORNADAS de direito civil I, III, IV e V: enunciados aprovados / coordenador científico Ministro Ruy Rosado de Aguiar Júnior. Brasília: **Conselho da Justiça Federal**, Centro de Estudos Judiciários, 2012. Available At: http://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/publicacoes-1/jornadas-cej/EnunciadosAprovados-Jornadas-1345.pdf. Access in: 18 feb. 2018.

JUNQUEIRA, Flávia. Rede social abriga arriscado mercado de venda e doação de esperma. **Extra**, Rio de Janeiro, 18 oct. 2015. Available At: https://extra.globo.com/noticias/rio/rede-social-abriga-arriscado-mercado-de-venda-doacao-de-esperma-17542050.html. Access in: 10 feb. 2018.

LEITE, Eduardo de Oliveira. Procriações artificiais e o direito: aspectos médicos, religiosos, psicológicos, éticos e jurídicos. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 1995.

LISBOA, Roberto Senise. **Manual de Direito Civil**. teoria geral do direito civil. 6a . ed. São Paulo: Saraiva, 2010, vol. 1.

MATO GROSSO. **Lei n° 1.713, de 11 de setembro de 2002**. Autoriza a isenção do pagamento

de taxas de inscrição, em concursos públicos promovidos pelo Governo do Estado de Mato Grosso, aos doadores regulares de sangue. Available At: https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-7713-2002.pdf. Access in: 07 feb. 2018.

PARANÁ. **Lei n° 13.964, de 20 de dezembro de 2002**. Concede desconto de 50% (cinqüenta por cento) em Eventos Culturais Artísticos para doadores de sangue. Available At: http://portal.alep.pr.gov.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=25884&tplei=1&tipo=L. Access in: 07 feb. 2018.

PERELSON, Simone; FORTES, Isabel. Indagações sobre as novas formas de fabricação do humano à luz da noção de dádiva de Marcel Mauss. **Ágora**: Estudos em Teoria Psicanalítica, [s.l.], v. 18, n. 1, p.69-84, jun. 2015. FapUNIFESP (SciELO). Available At: http://dx.doi.org/10.1590/s1516-14982015000100006. Access in: 07 feb. 2018.

PONTES DE MIRANDA, Francisco. **Tratado de direito privado**. Campinas: Bookseller, 2000, vol. VII.

PRADO, Adriana. Turismo da fertilidade. **ISTOÉ.** 10 nov. 2010. Available At: https://istoe.com.br/100342_TURISMO+DA+FERTILIDADE/. Access in: 07 feb. 2018.

REALE, Miguel. **Os Direitos da Personalidade.** 2004. Available at: http://www.miguelreale.com.br/artigos/dirpers.htm. Access in: 07 feb. 2018.

REDAÇÃO Bebê. Banco de sêmen. **VIX**. Available At: https://www.vix.com/pt/bdm/bebe/planejamento/materia/banco-de-semen. Access in: 09 feb. 2018.

REUS, Rebeca. ¿Qué dice la legislación española sobre la ovodonación? **Ovo donante**, 26 jun. 2017. Available At: https://ovodonante.com/legislacion-en-espana- sobre-donacion-de-ovulos-y-semen/. Access in: 07 feb. 2018.

RIO DE JANEIRO (estado). **Lei n° 5.816, de 3 de setembro de 2010**. Dispõe sobre a criação em caráter permanente da campanha institucional "doe seu sangue pelo seu time" no estádio do maracanã e outros no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Available At: http://www2.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=53&url=L2NvbnRsZWkubnNmL2IyNGEyZGE1YTA3Nzg0N2MwMzI1NjRmNDAwNWQ0YmYyL2NjM2E5ZDJjMmIyYmUyM2Y4MzI1Nzc5MzAwNzk1MGI2P09wZW5Eb2N1bWVudA==. Access in: 07 feb. 2018.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. **Representação de Inconstitucionalidade nº 0015345-45.2016.8.19.0000**. Representante: Exmo. Sr. Procurador Geral do Estado Do Rio De Janeiro. Representado: Exmo. Sr. Presidente Da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Relator: Des. Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro, may 22th, 2016. Diário Oficial do Rio de Janeiro, N° 2725532, p. 179-181, 06 jun. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 13.891, de 2 de janeiro de 2012.** Institui, para os doadores de sangue do Estado do Rio Grande do Sul, meia-entrada em eventos culturais, esportivos e de lazer, realizados em locais públicos. Available At: http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/13.891.pdf . Access in: 07 feb. 2018.

SANTA CATARINA. **Lei n° 10.567, de 07 de novembro de 1997**. Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos aos doadores de sangue e de medula e adota outras providências. Available At: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1997/10567_1997_lei.html. Access in: 07 feb 2018.

SANDEL, Michael J. **O que o dinheiro não compra:** os limites morais do mercado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SÃO PAULO (estado). **Lei n° 12.147, de 12 de dezembro de 2005.** Dispõe sobre a isenção, ao doador de sangue, do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos e adota outras providências. Available At: http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2005/lei-12147-12.12.2005.html. Access in: 06 feb. 2018.

SCHOOL, Cornell Law. **42 U.S. Code § 274e:** Prohibition of organ purchases. Available At: https://www.law.cornell.edu/uscode/text/42/274e. Access in: 07 feb. 2018.

SPAIN. **Ley n° 14, de 26 de maio de 2006**. Sobre técnicas de reproducción humana assistida. Available At: https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/5/2292/21.pdf. Access in: 07 feb. 2018.

STANCIOLI, Brunello. Lei não prevê crime para venda de óvulos. **Consultor Jurídico**. São Paulo, 28 apr. 2013. Available At: https://www.conjur.com.br/2013-abr- 28/brunello-stancioli-lei-nao-preve-crime-venda-ovulos. Access in: 07 feb. 2018.

STEFFENS, Emile. "**A (im)possibilidade jurídica da regulamentação do comércio de órgãos diante do princípio da dignidade humana e do direito à vida**" (Monografia) Graduação em Direito, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, jun. 2015. Available At: .http://hdl.handle.net/10737/875. Access in: 08 feb. 2018.

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil**: volume único. 6. ed. rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2016.

WORLD Health Organization. **Global Blood Safety and Availability.** Available At: http://www.who.int/worldblooddonorday/media/Keyfactfigures2007BTSsurvey.pdf. Access in: 26 apr. 2018

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS COMO FORMA DE INTERVENÇÃO NO CRESCIMENTO SOCIAL DAS PESSOAS

Dalva Maria da Fonseca[1]
Silvia Cristina Fernandes Lima[2]

Resumo: Esta pesquisa pretendeu analisar a alfabetização de jovens, adultos como forma de intervenção e crescimento social. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica no que se refere aos estudos teóricos que trabalham sobre essa temática. Para a coleta de dados foi realizada uma pesquisa de campo, em que, foi analisado a função da alfabetização para jovens e adultos alfabetizados, bem como, o olhar da professora frente essa modalidade de ensino. Como resultados evidenciamos que cabe ao professor trabalhar no intuito de resgatar a autoestima desses alunos diante de sua situação de constrangimento de pessoa sem o conhecimento da leitura e escrita. A pesquisa também revela que os idosos e jovens que conseguem alfabetizar se sentem motivados e com a autoestima elevada por se sentirem inseridos na sociedade.

Palavras-Chave: Alfabetização de jovens e adultos; Paulo Freire; Autoestima.

Abstract: This research aimed to analyze the literacy of youth, adults as a form of intervention and social growth. For that, a bibliographical review was made regarding the theoretical studies that work on this theme. In order to collect data, a field research was carried out, in which the role of literacy was analyzed for youngsters and adults, as well as the teacher's view of this type of teaching. As results we show that it is up to the teacher to work in order to rescue the self-esteem of these students in the face of their embarrassment of the person without the knowledge of reading and writing. The research also reveals that the elderly and young people who can get literate are motivated and have high self-esteem because they feel embedded in society.

Keywords: Literacy for youth and adults, Paulo Freire, self esteem

INTRODUÇÃO

O imensurável valor da alfabetização e letramento completa o ser humano, eleva a autoestima, insere-o na sociedade letrada, ampliando horizontes até então desconhecidos.

[1] Graduada em Pedagogia pela Faculdade Patos de Minas - FPM, e-mail: dalva.maria001@hotmail.com
[2] Professora no curso de Pedagogia na Faculdade Patos de Minas – FPM, Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

Recebido em 10/02/2019
Aprovado em 04/04/2019

Por outro lado, o analfabeto leva consigo uma história de vida, muitas vezes, sem oportunidades das quais é necessário ter escolaridade. O analfabeto adapta-se à sociedade no que se refere às funções básicas do cotidiano. Trabalham, são consumidores. Porém, esta adaptação é limitada. Podemos perceber esta limitação nos serviços prestados à sociedade, como por exemplo: saúde, serviços bancários e transportes. Na saúde, o analfabeto, por não compreender a escrita, pode não fazer o uso correto da medicação, pode ocorrer troca de horários para a ingestão dos mesmos.

Nos serviços bancários, embora alguns deles saibam de cor os números da senha, eles precisam de ajuda dos funcionários e quando esses não estão presentes servem-se da ajuda de terceiros. Ficando, desta maneira, expostos à ação de bandidos.

No que se refere ao transporte, na maioria das vezes, deparamo-nos com pessoas que perguntam qual ônibus que se aproxima. Ou pedem para serem avisados quando o ônibus de determinada rota se aproximar.

Diante disso, o analfabeto ciente, de sua condição de vida, abdica seus direitos de cidadão. Adaptado a esta condição, muitas vezes, não procuram a escola, seja por acreditar que o tempo dele já passou ou por achar que não consegue aprender tantos conteúdos e informações. São pessoas com baixa autoestima por se sentirem excluídos da sociedade.

Desta maneira, o papel do alfabetizador é de suma importância. O primeiro propósito é elevar a autoestima do aluno. Ser ouvinte de sua história, conscientizá-lo quanto à capacidade de aprendizagem de todo ser humano, independe da idade cronológica ou trauma de aprendizagem, se por ventura existir.O alfabetizador deve ser conhecedor de uma metodologia e didática que atendam a dificuldade de aprendizagem do aluno, atentando-se para a justificativa e objetivos propostos na aprendizagem. É preciso compreender que o adulto possui uma história de vida com várias vivências e experiências. Neste sentido, o alfabetizador de modo a resgatar a consciência do educando enquanto cidadão ativo na sociedade, eleva, assim, sua autoestima e sua participação na transformação da sociedade.

A alfabetização de jovens e adultos, neste aspecto, vai para o além do ensino da leitura e escrita, trata-se de uma mudança na qualidade de vida deste educando. Diante desta concepção, concordamos com o autor Gadotti quando afirma que:

> O conceito de alfabetização para Paulo Freire tem um significado mais abrangente, na medida em que vai além do domínio do código escrito, pois, enquanto prática discursiva, “possibilita uma leitura crítica da realidade, constitui-se como um importante instrumento de resgate da cidadania e reforça

> o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social" (FREIRE, 1991, p. 68 *Apud* GADOTTI)

Alfabetização no conceito de Paulo Freire (1967) vai além de ler e escrever. Para ele, alfabetização é o regate do cidadão para a sociedade. É inseri-lo na sociedade com direitos iguais. É resgatar o indivíduo rumo ao progresso socioeconômico participativo, transformador da realidade destes cidadãos oprimidos e sem voz na sociedade de opressores.

Para a realização deste estudo, buscou-se realizar a revisão literária de modo que, primeiramente, foi feito um levantamento bibliográfico em sites, como *scielo*, google acadêmico, sites de universidades, revistas e livros, buscando-se sempre pelo tema em questão.

Com este estudo, buscou-se averiguar dentro da temática a alfabetização de adultos, compreender como se dá este processo e o desenvolvimento da autoestima dos alfabetizandos. Visa, sobretudo, a valorizar o trabalho que deverá ser feito com adulto, uma vez que o mesmo não teve oportunidade de fazer a sua alfabetização no decurso normal de sua vida. Constitui, pois, a problemática deste artigo o questionamento dos motivos que levaram as pessoas a não se alfabetizarem em situações normais de aprendizagem, sem defasagem série/idade. Sabe-se que muitas pessoas não são alfabetizadas pelos mais variados motivos.

Dentro deste pensamento, o artigo objetivou realizar um trabalho de pesquisa de campo, com revisão narrativa conceitual, de cunho bibliográfico referente à alfabetização de adultos, indicando, inclusive, oportunidades de interação dos mesmos com o letramento e, consequentemente, com o mundo da leitura e da escrita e o encorajamento para enfrentar o desafio.

Desta forma, o trabalho visa a apresentar os motivos que levaram pessoas a não se alfabetizarem na idade própria. Pensa-se que muitos motivos levariam uma pessoa a chegar à idade adulta sem se alfabetizar. Poder-se-ia pensar que teriam dificuldades de aprendizagem e essas o levariam a abandonar a escola antes de o processo acontecer. Talvez o método usado pela professora não tenha contribuído com a aprendizagem do aluno na idade própria, levando-o a desanimar do processo, causando, muitas das vezes, às crianças vários anos de repetição consequentemente, levando-a evasão. Também às pode ocasionar este problema a condição social familiar. Muitas crianças abandonaram a escola para ajudar suas famílias, tendo que trabalhar mais cedo.

Esta pesquisa teve a pretensão, então, de realizar um trabalho de pesquisa sobre a alfabetização de adultos e as oportunidades de interação dos mesmos com o letramento e,

consequentemente, com o mundo da leitura e escrita e encontrar formas de encorajamento para este desafio.

O trabalho foi organizado seguindo os caminhos de: fazer uma reflexão sobre a concepção de alfabetização de Paulo Freire**;** pesquisar na literatura sobre o tema a história da alfabetização de jovens e adultos no Brasil, a partir das políticas públicas que foram criadas; discorrer sobre o processo de alfabetização, bem como, o nível de satisfação dos alunos da EJA em uma escola da rede pública e pesquisar situações de motivação e resgate da autoestima de pessoas analfabetas.

Um pouco da história da educação de jovens e adultos no Brasil

O analfabetismo no Brasil sempre foi um problema discutido, porém, não resolvido. Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dado de 2017, no Brasil existe 11,8 milhões de analfabetos. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) 7,2% da população de 15 anos ou mais de idade estão dentro da taxa de analfabetismo. A maior concentração de analfabetos é entre a população com 60 anos ou mais, e na região nordeste.

A região nordeste possui 6,5 milhões dos 11,8 milhões de analfabetos do Brasil, uma taxa de 14,8%, enquanto as regiões sudestes possuem taxas de 3,8% e sul 3,6%, os melhores indicadores nacionais. 1,1milhão dos 11,8 milhões de analfabetos estão nas 27 capitais, cerca de 10% do total do país. São Paulo possui uma taxa de 1,9% na sua população de 12,1 milhões de habitantes. Segundo IBGE (2017) analfabetos são pessoas que não sabem ler um bilhete simples.

O analfabetismo não está apenas somando taxas e os melhores indicadores. Está mostrando uma ferida que existe no Brasil desde o período colonial, são pessoas que vivem distante de seus direitos de cidadãos garantidos pela Constituição Federal de 1988:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF. Art. 205).

O mesmo direito é reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 9394/96, conforme podemos verificar no artigo segundo:

> A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDB, (9394/96, Art, 2).

Contudo, embora a legislação tenha o cuidado de referendar sobre a Educação como direito de todos. A Educação de Jovens e Adultos tem ficado de modo secundário ao longo da história de nosso país.

A história do analfabetismo no Brasil está presente no contexto histórico desde a Brasil colônia, porém, só no final do Brasil Império que estes dados alarmantes e vergonhosos foram registrados em 1872 no primeiro censo realizado, que indicava 82,3 % com pessoas com mais de cinco anos.

O analfabetismo no Brasil até o final do Império não era um problema para a sociedade da época (FERRARO, 2004, p. 113). Conforme a análise deste autor, o Brasil, na condição de país agrário-exportador, latifundiário e escravocrata não havia colocado em questão o analfabetismo. A reforma eleitoral de 1881, Lei Saraiva, trouxe a questão da vergonha do elevado índice do analfabetismo do Brasil que era o pior dos países centrais (FERRARO, 2004). O analfabetismo que nunca fora um problema pedagógico, passa a se destacar como um problema político, vinculado com a questão eleitoral. Retirado o direito ao voto da grande massa, sem tomar conhecimento da real necessidade de uma política de alfabetização.

De acordo com Paiva (2003), até a Segunda República, com raras exceções, não existia um programa para a Educação de Jovens e adultos. Ou seja, a educação de jovens e adultos não se distinguia dentro da problemática geral da Educação Popular.

A formação das escolas primária dos republicanos foi um processo continuo dessa realidade e o marco da história da exclusão social dos jovens analfabetos no Brasil.

Segundo Freitas e Biccas (2009) com a criação dos grupos escolares a educação de jovens/adultos se viu atrelada a educação primária das crianças, pois não havia uma modalidade de educação de jovens e adultos. A questão da idade começou a ser tematizada de modo que os alunos maiores eram vistos como “inadequados”. A preocupação com a educação primária de crianças surge nesse momento com o objetivo de diminuir as altas taxas de futuros adultos analfabetos. Como não havia uma proposta pedagógica para os jovens, estes frequentavam as aulas juntamente com as crianças mais novas. Porém, com o modelo pedagógico voltado para crianças os jovens adultos se sentiam, muitas das vezes, infantilizados. E ao se sentir fora daquele contexto muitos desistiam.

Assim, pensar a educação de jovens e adultos no Brasil, nos remete a uma história de luta, numa sociedade claramente marcada pela divisão entre os que tinham muito e aqueles que não possuíam nada. Os últimos em vários momentos são considerados incapazes e por esse motivo não se alfabetizaram, desconsiderando todo o contexto social e econômico e político que impossibilitaram a alfabetização na idade própria.

As campanhas nacionais de educação de jovens e adultos

No final do Estado Novo, a educação de adultos foi questionada como um problema. As discussões sobre esta problemática começam a se tornar mais independentes de outros setores da educação. Mediante dados alarmantes, fruto do censo de 1940, o qual indicava a existência de 55% de analfabetos nas idades de 18 anos e mais. Inicia-se uma busca por solucionar o problema do analfabetismo (PAIVA, 2003).

Diante deste panorama, em 1947, é criada a primeira Campanha de Educação de Jovens e Adultos Analfabetos (CEAA) promovida pelo ministério da Educação e Saúde e coordenada por Lourenço Filho. O Departamento nacional de Educação prestou serviços à Campanha de Alfabetização de Adultos, cujo objetivo era levar "educação de base" "educação fundamental comum" a toda população das áreas urbanas e rurais consideradas analfabetas, e alcançar mais de 50% desta população, promovendo o desenvolvimento socioeconômico da população (FREITAS e BICCAS, 2009).

A Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), de 1952, e Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo de 1958, "foram criadas como desmembramento da primeira campanha" (FREITAS, BICCAS, 2009 p 223). Os resultados não foram satisfatórios. Porém, o objetivo de levar educação de base nas áreas rurais foi alcançado satisfatoriamente, amenizando a imagem de ''ignorância'' da população rural, oposta a imagem urbana. Porém, aqui se denota o dualismo na base histórica da sociedade brasileira, em que, a população rural e das camadas mais pobres é vista como ignorante e inferior.

No governo de Juscelino Kubitschek (1955 a 1960), campanhas de alfabetização de adultos não foram prioridades (FREITAS, BICCAS, 2009). No entanto, em 1958, JK convocou um congresso de alfabetização de adultos, contudo, neste congresso, as discussões acabaram centrando-se no ensino primário, ficando, assim, mais uma vez a educação de jovens e adultos em segundo plano.

Ainda neste contexto, surgiu o grupo pernambucano chefiado por Paulo Freire, que em seu relatório ressaltou, o "problema do nordeste não era o analfabetismo e sim, a miséria''(FREITAS. BICCAS, 2009, p. 226). Conforme podemos verificar nas palavras de Paulo Freire:

> A concepção, na melhor das hipóteses, ingênua do analfabetismo o encara ora como uma "erva daninha" – daí a expressão corrente: "erradicação do analfabetismo" –, ora como uma "enfermidade" que passa de um a outro, quase por contágio, ora como uma "chaga" deprimente a ser "curada" e cujos índices, estampados nas estatísticas de organismos internacionais, dizem mal dos níveis de "civilização" de certas sociedades. Mais ainda, o analfabetismo aparece também, nesta visão ingênua ou astuta, como a manifestação da "incapacidade" do povo, de sua "pouca inteligência" de sua "proverbial preguiça" (1981, p.11).

Paulo Freire, com seus ideais de educador, formulava novas ideias para conscientização das classes humildes que herdaram o analfabetismo e a opressão dos opressores da história do povo brasileiro. Na concepção de Freire, a educação transformaria as pessoas analfabetas e a realidade da sociedade, livrando-os da inexperiência democrática e, inserindo-os no contexto do desenvolvimento que a Nação vivia naquele contexto histórico.

No final da década de 50 e início da década de 60, aconteceu o Movimento de Educação popular em todo pais, tendo grande repercussão nas regiões do Nordeste, que se destacavam pela alta taxa de jovens e adultos analfabetos.

Paulo Freire em suas propostas pedagógicas afirmava que a educação dos adultos deveria se dar de maneira concreta de acordo com a realidade de seu meio, com sua cultura regional, seus conhecimentos prévios de trabalhadores rurais e urbanos. Em suas palavras: "Pedagogia do Oprimido: aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade" (FREIRE, 1987, p. 20). Conforme Paiva (2003) no método proposto por Paulo Freire havia uma preocupação em estabelecer um sistema coerente entre a teoria e as técnicas pedagógicas mais apropriadas à realidade dos alunos.

No governo de João Goulart (1961 a 1963), Paulo Freire foi nomeado presidente de uma comissão de cultura popular, pelo, então, ministro da educação Paulo de Tarso que tinha o objetivo de implantar em todo território nacional, novos sistemas de caráter eminentemente popular. Foram criadas, Comissões Regionais de Cultura Popular com o objetivo de pesquisar e promover a cultura popular como: folclore, teatro, música e outros (FREITAS, BICCAS,

2006). EM 1963, foi realizado o primeiro Encontro Nacional de alfabetização e Cultura Popular, e o método de Paulo Freire foi "constituído referência" na alfabetização de adultos. Paiva (2003).

Neste contexto, do movimento de educação popular, foi criado o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos, instituído em 1964, por meio do decreto 53.465 e no artigo 4º "convocava todos os setores populares mobilizáveis" sendo Paulo Freire nomeado para coordenador do programa e seu método foi ''legitimado'' e foi previsto a criação de "círculos de cultura" com o objetivo de alfabetizar "8,97 % da população analfabeta na faixa etária de 15 a 45 ano" (FREITAS, BICCAS, p. 242). É importante ressaltar que o projeto do Movimento de Educação de Base (MEB), bem como, as propostas orquestradas por Paulo Freire visavam não somente ao acesso do saber escolarizado, mas sim um processo de conscientização e transformação destes sujeitos. Para Paulo Freire, com a conscientização dos sujeitos é possível conceder a eles maior participação na vida política econômica e social, mudando assim, a própria estrutura desigual da sociedade.

Outro ponto importante é com relação ao material didático adotado pelo MEB, os próprios títulos dos materiais criados indicavam a relação entre alfabetização e conscientização, que consistia principalmente numa didática que partia da realidade da vida e do trabalho dos camponeses e trabalhadores urbanos. De modo geral, podemos afirmar que as lições destacavam a compreensão do mundo e do homem, os conflitos da vida humana, as injustiças que são visíveis em um país subdesenvolvido. Contudo, o projeto de educação popular com a criação dos círculos de cultura teve uma curta duração, tendo em vista que o plano foi extinto pelo decreto nº 53.886/64 e seus líderes repreendidos e exilados pela Ditadura Militar (FREITAS, BICCAS, 2009), (PAIVA, 2003).

Com os novos ideais do regime militar, opostos aos ideais de uma educação conscientizadora de Paulo Freire, o plano nacional de educação de jovens e adultos foi extinto e muitos líderes do programa de alfabetização de adultos foram presos e exilados. A educação brasileira, como todas as instituições sofreu intervenção da ditadura militar, passou por uma grande reforma.

> A educação de jovens e adultos pós-1964 foi totalmente reformulada passando a ocupar um importante lugar no processo de mediação entre o estado e a sociedade brasileira. Esse é um momento histórico em que contradição e autoritarismo se alimentam reciprocamente. De um lado, Educação de Jovens e Adultos (EJA), como possibilidade de incrementar a coesão social. Por outro foi projetada como o símbolo de uma sociedade democrática em um regime de exceção. (FREITAS e BICCAS, 2009, p, 247).

Diante da perspectiva apresentada a população necessitava de escolarizar-se para seu crescimento pessoal e o desenvolvimento econômico do país. Foi assim, diante de protestos dos mesmos, que o governo militar instigou a criação da Ação básica Cristã (Cruzada ABC). Programa criado com ambições de abrangência nacional, usando recursos financeiros internacionais das igrejas protestantes. Porém, o que se pretendia com a cruzada, era propalar uma ‘’consciência democrática’’ apoiando o regime militar. Diante de manifestações e críticas, a cruzada durou de 1964 a 1969. E não teve o desfecho de alfabetização nacional esperada.

Em 15 de dezembro de 1967, foi criada a lei 5.379, que criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Conforme Paiva (1972) no dia 8 de setembro de 1967 foram assinados vários decretos que visavam realizar levantamentos de recursos destinados a alfabetização. Programa que visava dar uma resposta à sociedade quanto ao alto índice de analfabetos. Contudo, embora o programa tenha sido criado para dar uma resposta a questão do analfabetismo para a sociedade, a mesma não foi consultada para se posicionar quanto as proposições e metodologias do programa. Contudo, não se pode negar que o programa foi uma campanha de massa e teve uma expansão bastante expressiva no território nacional, com o apoio de empresas e mídias na divulgação e convocação dos analfabetos para se matricularem. Bem como, nas propagandas de divulgação do material didático.

Com efeito, para que possamos compreender melhor esta campanha, é necessário ressaltar as características metodológicas e pedagógicas do mesmo. O primeiro ponto que precisamos compreender é o aspecto político-ideológico da campanha. Em que as propagandas na rádio, televisão, revistas, tinham como tarefa transmitir a ideia de que campanha seria a solução para uma sociedade mais justa e igualitária.

Com o objetivo de resolver o problema do analfabetismo histórico do Brasil em 10 anos, o MOBRAL foi reestruturado organizado e descentralizado em três níveis de administrativos: Mobral central; Coordenações Estaduais e Territoriais e comissões municipais. É importante ressaltar que os professores não tinham autonomia para elaborar e planejar o processo pedagógico, ficando esse a cargo de coordenadores e supervisores do Mobral central. As coleções didáticas foram produzidas em larga escala por três grandes empresas privadas que, disputavam entre si, para garantir sua participação. O método adotado nas coleções era o analítico-sintético com a utilização de palavras geradoras e a partir desta era feita a decomposição em sílabas. A utilização das palavras gerados nos leva a pensar que havia uma aproximação da proposta de Paulo Freire, porém, era utilizado apenas a técnica e não a

metodologia freiriana. Outra característica das cartilhas eram as mensagens presentes de civismo, nacionalidade, orientações para o trabalho, vida doméstica, dentre outros temas dos quais é notório os compromissos ideológicos do Mobral.

Diferentemente do programa idealizado por Paulo Freire, a campanha de alfabetização do Mobral visava à alfabetização de jovens e adultos para que pudessem se adequar à nova "sociedade moderna". Ou seja, a formação de mão-de-obra para atender as necessidades da indústria e comércio. Neste sentido, podemos perceber que o movimento Mobral tinha como objetivo primordial qualificar mão-de-obra e apoiar e legitimar o regime militar. E aqui evidenciamos o que Paulo Freire denominou de "os opressores falsamente generosos" que nada mais querem além de que sua "generosidade" continue tendo oportunidades, pois "a 'ordem' social injusta é a fonte geradora, permanente, desta 'generosidade' que se nutre da morte, do desalento e da miséria" (FREIRE, 1987, p. 20).

Com efeito, embora o MOBRAL tenha sido uma campanha de maior investimento, a partir do final da década de 70 era visível o fracasso do programa e seu objetivo maior que era erradicar o analfabetismo no Brasil não fora alcançado.

A educação de jovens e adultos no Brasil redemocratizado

Com o fim do período militar, o governo federal a partir do ano de 1985, criou a Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar). Conforme estudo realizado por Haddad e Pierro (2000), A Fundação Educar representou uma continuidade do MOBRAL, não havendo grandes mudanças. O que ocorreu foi um processo de descentralização do processo, constituindo-se em um órgão de fomento técnico e financeiro para os municípios. Vejamos nas palavras dos autores: "a diretriz de descentralização fez com que a Fundação assumisse o papel de órgão de fomento e apoio técnico, privilegiando a modalidade de ação indireta em apoio aos municípios, estados e organizações da sociedade civil" (HADDAD & PIERRO, 2000, p. 120).

No início do governo de Fernando Collor foi extinta a Fundação Educar, sendo extinto também o valor de "2% sobre imposto de renda das pessoas jurídicas que á duas décadas supria financeiramente o Mobral e a Fundação Educar. Ocorrendo assim, a "transferência direta dos programas de alfabetização de adultos e pós-alfabetização da União para os municípios" (HADDAD & PIERRO, 2000, p. 121). Sendo os municípios responsáveis pelas séries iniciais

e pelo Ensino Fundamental e o Estado pelo "seguimento" do Ensino Fundamental e o Ensino médio. Ainda no governo de Fernando Collor houve a promessa de um Programa Nacional de Educação e Cidadania (PNAC) com a intenção de substituir a Fundação Educar , porém, não alcançou o objetivo proposto. Sendo desprezada no governo do Vice- presidente Itamar Franco.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003), no final de 1996 a nova LDB 9.394 foi aprovada pelo Congresso Nacional. No entanto, a seção dedicada á educação básica de jovens e adultos não trouxe melhorias significativas. Mantendo a oferta gratuita na forma de cursos e exames supletivos. Destaca- se como inovador o rebaixamento da idade mínima para os candidatos ao programa de 15 anos para os candidatos do ensino fundamental e 18 anos para os candidatos do ensino médio. Organicamente o ensino de jovens e adultos foi integrado ao Ensino Básico (HADDAD & PIERRO. 2000, p. 121 e 122).

No governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) segundo estudos realizados por Almeida e Corso (2015), a educação profissional e a Educação de Jovens e Adultos, foram tratadas como áreas de prioridade. As matrículas foram incorporadas ao financiamento do FUNDEB e aconteceu o desenvolvimento de programas em diferentes ministérios no período de (2002 á 2006), voltados para jovens e adultos trabalhadores em destaque: Brasil alfabetizando, Saberes da Terra, Proeja, Escola de Fabrica, Exame Nacional Para Certificação de competência de Jovens e Adultos, ENCEJA, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã, Plano Nacional de Qualificação, Agente Jovens, Soldado Cidadão, Programa Nacional de Reforma Agrária, PRONERA, PROEP Ministério da Educação e Ministério do Trabalho), Plano Nacional de Qualificação Profissional, PNQ (MTE0), Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da área da enfermagem – PROFAE (Ministério da Saúde), Programa de Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil/Soldado Cidadão (Ministério da Defesa).

O que podemos perceber mediante destes diversos programas é que a educação de jovens adultos é caracterizada por ações isoladas e descontínuas típicas ações de governo e não de uma política de Estado. Evidenciamos que a partir do ano de 2003 aos dias atuais há uma vinculação entre a alfabetização de adultos à educação profissional, como podem ser vistos sobretudo, nos programas Projovem e o Proeja que voltam-se para "a certificação do ensino fundamental articulado à formação profissional inicial para um público de 18 a 29 anos" (ALMEIDA e CORSO, 2015, p. 1293).

Mediante essa pesquisa podemos afirmar que pouco se tem pensado na prática pedagógica e com a história concreta destes jovens e adultos.

Discussão

Para o presente trabalho foi realizada a pesquisa de campo em uma sala de aula cedida pela Escola Municipal Adelaide Maciel, localizada na Rua Rio Grande do Norte, 554 – bairro Cristo Redentor, Patos de Minas - MG, 38700-216, para a Escola Municipal Frei Leopoldo, localizada na Rua Adélio Maciel, 29 – Bairro Várzea, Patos de Minas - MG, 38700-516. Área de fácil acesso e segurança para alunos e professores. Sala multisseriada, denominada primeiro, segundo e terceiro período, referentes ao 1º 2º e 3º ano do Ensino Fundamental 1, e mapeada por períodos. Foram matriculados no início do ano letivo 30 alunos entre adultos jovens e senhores e senhoras da terceira idade. Estas pessoas possuem em comum histórias de vida, causas e desencontros quanto à alfabetização na idade escolar própria e o desejo de serem alfabetizados e chegarem às condições de cidadãos que a sociedade exige.

Durante o período de acompanhamento das aulas tivemos a oportunidade de ouvir suas histórias de vida, bem como, os processos pelos quais não tiveram oportunidade de serem alfabetizados na idade própria. Eles relatam não terem problemas com números, administram seus bens, têm perfeita compreensão de valores, economizam, compram e vedem. Porém, a ausência de leitura e escrita é um incômodo que lhes pesam a consciência. Sentem pessoas desprestigiadas, alheios da sociedade.

As palavras das pessoas que ali estão, expressam um sentimento de distanciamento da sociedade letrada, ou seja, para os entrevistados na pesquisa, há um abismo existente entre eles e as pessoas letradas e bem-sucedidas. Através das respostas dadas na entrevista, bem como, a história relatada por eles no período de observação das aulas, é possível constatar que muitos dos pais por não terem condições para mandar seus filhos para escola, justificavam esta falta, afirmando para os filhos que a escola não lhes faria falta, pois o importante mesmo seria ter o trabalho seja qual for este. De modo que, ainda crianças e adolescentes assumiam um trabalho, ou mesmo cuidava das tarefas de casa e dos irmãos menores para que sua mãe pudesse trabalhar. Podemos constatar este fato por meio da resposta à entrevista realizada. Das oito pessoas entrevistadas quatro ao responder a pergunta: “Por que você não foi alfabetizado na idade própria? ” Responderam “porque tive que trabalhar”.

Já os mais jovens relatam uma realidade mais próxima, os infortúnios da vida, o problema financeiro, a falta de oportunidade, conduziu-o à margem da sociedade. E a certeza de um futuro melhor está no recomeço escolar em busca da cidadania e a democracia como direito de todos. Este estudo, mesmo que tardio, poderá aproximá-los de uma situação confortável diante de suas condições de semianalfabetos e mesmo de analfabetos. Concordamos com a autora Cafiero, (2005, p. 10) quando nos diz: "o sujeito que domina a leitura e a escrita ampliam suas possibilidades de participação social e de efetivo exercício da cidadania por fazer uso competente da linguagem". A autora relata a importância da alfabetização e letramento para a aceitação do indivíduo perante a sociedade que exige um ser adaptado ao mundo da sociedade do conhecimento.

Podemos perceber que os jovens e adultos que voltam para a escola e se alfabetizam suas vidas são transformadas, bem como sua autoestima valorizada. Esse fato fica evidente na reposta da professora ao questionário de entrevista. Na pergunta "há manifestações de transformação pessoal de seus alunos após alfabetização? " A professora responde:

> Sim, Não só após a alfabetização, mas, durante o processo, os alunos começam a ver possibilidades de modificação de suas vidas. É comum ver o quanto querem aprofundar nos conhecimentos. Muitos concluem o ensino médio e procuram uma profissão técnica. Também buscam conseguir a carteira nacional de habilitação

Neste processo, a alfabetização vai para além da decodificação de sílabas e palavras, é também uma possibilidade de sentir-se inserido no mundo, bem como lutar por seus direitos de cidadão. E nessa busca por direitos na sociedade, querem conhecer mais. Conforme nos ensina Paulo Freire: "Mais uma vez os homens, desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõem, a si mesmos, como problema. Descobrem que pouco sabem de si, de seu "posto no cosmos", e se inquietam por saber mais" (FREIRE, 1987, p. 19).

Podemos perceber através das entrevistas que ser alfabetizado é para os alfabetizandos um modo de inserção na sociedade, de oito jovens e adultos entrevistados, quatro ao serem perguntados, porque é importante ler e escrever? Responderam: "porque isso pode me inserir melhor na sociedade". Isto confirma nossa hipótese apresentada no início desta pesquisa de que o processo de alfabetização contribui para a elevação da autoestima, de maneira que, é um meio dos educandos de se sentirem parte e inseridos na sociedade. Quando perguntados se "a ausência da escrita e letramento dificultou a sua vida", seis entrevistados responderam que "sim, como autoestima e em termos de serviços de bancos e afins". Nesse sentido, a pedagogia para

jovens e adultos que estão em processo de alfabetização deve sempre levar em conta a história de vida, a realidade concreta que cerca esses educandos, que ajudará não somente a decodificar palavras, a saber ler e escrever, mas também formar uma consciência crítica que busca pela transformação social. Conforme assegura Paulo Freire:

> A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá, dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (1987, p. 27).

O processo permanente de libertação nada mais é que a expressão de uma autoestima elevada, de se sentir como parte do mundo. De maneira que podemos afirmar que a alfabetização, em como o letramento contribui no desenvolvimento social das pessoas.

Considerações Finais

Conforme podemos evidenciar ao longo dessa pesquisa o fenômeno do analfabetismo no Brasil pode ser explicado por razões históricas, como a herança da colonização, exploradora e do regime escravocrata na qual a educação era privilegio das classes dominantes. A educação de adultos foi questionada como um problema somente no final do Estado Novo, também pelo índice alarmante do censo de 1940, 55% de analfabetos com 18 anos ou mais. Muitas campanhas de alfabetização de adultos foram implantadas no país, porém, todas com pouca duração e muitas mudanças políticas como as de 1964 e 1985.

De acordo com o estudo realizado podemos afirmar que o fenômeno do analfabetismo no Brasil ainda persista até os dias atuais, mesmo havendo tantas políticas públicas favoráveis. São frequentes as situações de encontros e desencontros com a oportunidade de uma situação de alfabetização tardia, ser resolvidas, por vários fatores, como relatos os alunos da EJA que foram acompanhados. A falta de oportunidade. A distância da escola. O longo tempo necessário para a conclusão do ano escolar. Ou mesmo por problemas com a escolarização.

Na contemporaneidade a alfabetização de adultos não é mais uma questão de lutas e desafios como foi para Paulo Freire na década de 60. Porém, questões sociais e mesmo resquícios da herança da colonização brasileira, são frequentes na sociedade. Políticas Educacionais brasileiras são, minimamente, oferecidas as pessoas que desejam se

alfabetizarem. Resta para estas pessoas enfrentarem os desafios do cansaço do trabalho e o processo de aprendizagem com metodologias que nem sempre é adequada a faixa etária e história de vida destes alfabetizandos. Muitos não conseguem vencer esses desafios e acabam desistindo. Porém aqueles que vencem sentem se valorizados e com a autoestima elevada. A pesquisa realizada nos indica que a alfabetização de jovens e adultos é ainda uma modalidade que acaba ficando em segundo plano no que se refere as políticas públicas. O que nos indica que há ainda grandes barreiras a serem vencidas, sobretudo, as barreiras socioeconômicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana de & CORSO, Angela Maria. **A educação de Jovens e adultos**: aspectos históricos e sociais. IN: EDUCERE XII Congresso Nacional de Educação. PUCPR, 26 a 29/10/2015.

FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo no Brasil: desconceito e política de exclusão. In: **Perspectiva**, Florianópolis, V. 22, n. 01, Jan./jun. 2004, p. 11-126

FREIRE, Paulo. **Ação para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

FREITAS. Marcos Cesar de, BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1929-1996).** São Paulo: Cortez, 2009.

HADDAD, Sergio & PIERRO, Maria Clara Di. **Escolarização de jovens e adultos**. In: scielo: mai/juh/julh/ago, n. 14, 2000, p. 108-194.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação popular**: educação popular e educação de adultos. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

www.more.ufsc.http:/www.vallor.com.br/brasil/5234641/ibge-brasil-tem-118-milhoes-de-analfabetos-metade-esta-no-nordeste acesso em 02 de abril de 2018

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

A CONTRIBUIÇÃO DA AFETIVIDADE NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM UMA ESCOLA EM JOÃO PINHEIRO (MG)

Élida Rodrigues de Oliveira[1]
Marilda de Souza Almeida[2]

Resumo: O presente artigo tem como objetivo entender se realmente a afetividade contribui para o processo de ensino e aprendizagem das crianças na Educação Infantil em uma escola pública de João Pinheiro - MG em 2018 e como tudo acontece. O enfoque desta pesquisa foi o primeiro período da Educação Infantil da escola, com faixa etária entre quatro e cinco anos de idade. A pesquisa foi realizada em uma abordagem qualitativa e por meio da pesquisa de campo, utilizando como instrumento de pesquisa a observação não participante dos alunos e a entrevista estruturada com os professores das salas pesquisadas. Diante dos resultados desse trabalho entendeu-se que a afetividade é um elemento importante, não podendo ser deixada de lado e que sempre deve fazer parte do aprendizado das crianças. A afetividade está presente desde as primeiras manifestações da existência humana na busca constante de interação e adaptação ao mundo em que vive e para isso utiliza de mecanismos primeiramente físicos, para mais tarde desenvolver os essencialmente psíquicos. Os aspectos afetivos positivos que permeiam as relações sociais estabelecidas entre a criança e o adulto determinam a construção de identidade e o valor que a criança dá a si mesmo.

Palavras-chave: Crianças. Afetividade. Ensino. Aprendizagem. Educação Infantil.

Abstract: The objective of this article is to understand whether the affectivity really contributes to the teaching and learning process of children in early Childhood Education in a public school of João Pinheiro - MG in 2018 and how it all happens. The focus of this research was the first period of early childhood education of the school, with age range between four and five years old. The research was carried out in a qualitative approach and through field research, using as are search instrument the non participant observation of the students and the structured interview with the professors of the studied rooms. Given the results of this work, it was understood that affectivity is an important element, and it cannot be left aside and that should

Graduada em Pedagogia pela Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP. E-mail: rodrigueselida@outlook.com

Graduação em Normal Superior- Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM. Especialização em Docência do Ensino Superior – Faculdades Integradas de Jacarepaguá. Especialização em Psicopedagogia – Universidade Castelo Branco. Especialização em Supervisão Escolar – Faculdades Integradas de Jacarepaguá. Especialização em Metodologia do Ensino e Tecnologia para Educação a Distância – Faculdade Cidade de João Pinheiro. Professora Aposentada da Educação Básica –; Secretária do Estado de Educação de Minas Gerais. Professora do curso de Pedagogia da Faculdade Cidade de João Pinheiro. Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de João Pinheiro MG. E-mail: professoramarildasouza@gmail.com

Recebido em 20/02/2019
Aprovado em 15/04/2019

always be part of the learning of children. Affectivity is present since the first manifestations of human existence in the constant search for interaction and adaptation to the world in which it live sand for this uses first physical mechanisms, to later develop the essentially psychic ones. The positive affective aspects that permeate the social relations established between the child and the adult determine the construction of identity and the value that the child gives to himself.

Key words: Children. Affectivity. Teaching. Learning. Child Education.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta como objeto de estudo a contribuição da afetividade no processo de ensino e aprendizagem de crianças da Educação Infantil em João Pinheiro nesse ano de 2018. A pesquisa foi realizada em uma escola pública, de Pré Escola, situada no centro da cidade de João Pinheiro e atende alunos que residem no centro e nos demais bairros da cidade.

Segundo Silva, Silva e Gonçalves (2011, p. 20), João Pinheiro, anteriormente, "Santana dos Alegres emancipou-se politicamente por meio da Lei nº 556, com denominação João Pinheiro em homenagem ao ex-presidente do Estado de Minas, João Pinheiro da Silva". A Vila de Santana do Alegre, em 10/09/1925 foi elevada à categoria de cidade e sede do município, recebendo seu nome atual.

A escola atende alunos de diferentes localidades da cidade, levados por seus pais ou por vans escolares. As aulas acontecem em dois turnos matutino e vespertino. No turno matutino as aulas começam às sete horas com termino às onze horas e vinte minutos para todas as turmas e no turno vespertino as aulas começam às treze horas com término as dezessete e vinte para todas as turmas. A escola pública atende alunos de classe sócio econômica média/baixa. Possui, segundo os dados do Censo Escolar/INEP 2017, 226 alunos e 33 servidores.

De acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), edição atualizada até março de 2017: TÍTULO III – Do Direito à Educação e do Dever de Educar: Art. 6°: "É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matricula das crianças na Educação Básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade. " (BRASIL, 2017 p. 11). É importante entendermos que a Educação Infantil é uma fase de construção de valores, descobrimentos, aprendizado social, cultural e esse contato deve proporcionar às crianças oportunidades de desenvolvimento individual e cognitivo.

As escolas públicas são as principais portas de entrada para o desenvolvimento pessoal e social de milhares de crianças todos os dias. Assim, a escola em parceria com as famílias é

responsáveis pela educação integral da criança desde os quatro anos de idade, no cumprimento das tarefas e no ensino aos valores humanos. José Carlos Libâneo complementa que "a educação escolar é direito de todos os brasileiros como condição de acesso ao trabalho, à cidadania e à cultura." (LIBÂNEO, 1994, p. 227). A Educação Infantil é uma fase de construção e reconstrução de conhecimentos, descobrimentos, valores e aprendizados. Trata-se de uma fase importante na vida das crianças, que precisam de um contato específico, com uma metodologia e uma proposta pedagógica diferenciadas voltadas ao lúdico.

O interesse por este tema justifica-se a partir da motivação da professora participante do trabalho e da curiosidade da acadêmica/pesquisadora ao longo do curso de Pedagogia em saber se realmente a afetividade influência no processo de ensino e aprendizagem em sala de aula e como tudo isso acontece.

Com este trabalho, outros acadêmicos do curso de Pedagogia, Psicologia e demais áreas, poderão beneficiar-se da experiência, motivando-se a aprender mais rumo às práticas que atendam mais adequadamente ao aluno em seu processo de construção do conhecimento. Bem como aos profissionais que buscam mudanças em suas metodologias de ensino, avanços e progressos na área educacional e, mais especificamente, na aprendizagem de alunos da Educação Infantil.

Nos dias de hoje percebe-se que a afetividade está sendo deixada de lado, e que poucas vezes faz parte da vida escolar. Deparamos quase sempre com indisciplina e grosserias, dificuldades de aprendizagens e desinteresse pelas aulas e muitos destes alunos já vêm para escola com experiências de vida, relações familiares difíceis, famílias desestruturadas e despreocupadas com a educação das crianças. E cabe à escola acolher estas crianças com afeto, cuidado e respeito.

Para a realização desta pesquisa, as pesquisadoras levaram em consideração algumas questões essenciais que permeiam o ambiente escolar. Questões como: O que é afetividade? Quais os fatores que contribuem para a afetividade no processo de Ensino e Aprendizagem de crianças da Educação Infantil desta escola? Existe reação entre afetividade e a aprendizagem? Como a afetividade influencia o processo de aprendizagem das crianças? Em quais momentos há trocas afetivas entre professor e aluno? Como é o relacionamento do professor com os pais dos alunos? Esse relacionamento contribui para o aprendizado deles? A afetividade faz com que seu aluno goste mais da escola? Isso causa um impacto positivo no processo de ensino e aprendizagem deles? Questões afetivas podem facilitar ou dificultar a aprendizagem? No

cotidiano da sala de aula, a afetividade presente entre os alunos contribui para a partilha dos saberes entre eles e o fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem?

O objetivo geral foi refletir sobre a afetividade no processo de ensino e aprendizagem de crianças na Educação Infantil. Nesse sentido, os objetivos específicos pretendeu compreender o que é afetividade; identificar os fatores que contribuem para a afetividade no processo de ensino e aprendizagem de crianças da Educação Infantil desta escola em João Pinheiro; situar relação existente entre afetividade e a aprendizagem; relatar como a afetividade pode influenciar o processo de aprendizagem das crianças; citar momentos que há trocas afetivas entre o professor e seus alunos; dizer como é o relacionamento do professor com os pais de seus alunos e verificar se esse relacionamento contribui para o aprendizado deles; constatar se a afetividade faz com que o aluno goste mais da escola e se isso causa um impacto positivo no processo de ensino e aprendizagem deles; justificar situações em que as questões afetivas podem facilitar ou dificultar a aprendizagem; apontar no cotidiano da sala de aula se a afetividade presente entre os alunos contribui para a partilha dos saberes entre eles e o fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem.

Este estudo partiu da hipótese de que o desenvolvimento emocional da criança resulta da interação entre a criança e as pessoas com quem ela convive regularmente no seu dia a dia, em casa, na escola e na rua. Essa interação passa a ser possível através da afetividade que estará sempre presente, o que facilitará o aprendizado desta criança, uma vez que a afetividade acontece quando o aluno se sente valorizado, acolhido e respeitado, pois todos são diferentes, formatem um estilo cognitivo e um tempo próprio para aprender, o que demanda metodologias e recursos variados.

Acredita-se que pais e professores precisam trabalhar juntos para benefício do filho/aluno. Porque o afeto está nos gestos de apoio, no ajudar e não somente em abraços e beijos, o afeto está na atitude do professor: se é dinâmico, prepara a aula, domina o conteúdo, tem iniciativa, e se ele entende e dedica tempo ao seu aluno nos assuntos que não estão no currículo. Com pais não é diferente, tem que respeitar os filhos, dedicar tempo para brincar, conversar, passear, ensinar o dever de casa e ensinar valores. Toda criança necessitada de atenção, cuidado contínuo e harmonioso para a convivência e integração no meio social.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada em uma abordagem qualitativa e por meio da pesquisa de campo, realizada em uma escola pública, com o intuito de identificar, como a afetividade contribui para o processo de ensino e aprendizagem de crianças da Educação Infantil. Como pesquisa de campo, Marconi e Lakatos escreveram que:

> Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (MARCONI e LAKATOS, 2005, p. 188).

Para este estudo, a pesquisadora precisou ir a campo, ou seja, o local onde aconteceu a pesquisa, a escola. A pesquisa apresenta caráter qualitativo, onde foram coletados dados da escola, das turmas, dos professores e outros dados necessários à pesquisa.

Entendendo como pesquisa qualitativa, Richardson (1999, p. 90) define que, "a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados". Para tanto, o autor escreve que pesquisa qualitativa é quando se obtém dados característicos, qualidade, especificidade e individualidade de uma determinada situação ou objeto de estudo.

Na pesquisa qualitativa as pessoas expõem suas opiniões, dialogam, trocam ideias e contribuem com detalhes de suas práticas e experiências educativas em sala de aula. Para a pesquisa de campo, foi feito observação do dia a dia das crianças em cinco dias na escola pública. Os resultados dessa observação foram registrados em um caderno de campo, e depois esses dados juntamente com a contribuição dos autores que fundamentaram esta pesquisa, foram utilizados como base para a elaboração perguntas e em seguida foi feito uma entrevista aos respectivos professores das salas pesquisadas. Para esta pesquisa foi utilizada a observação não participante, que de acordo com Roberto Jerry Richardson,

> Nesse tipo de observação o investigador não toma parte nos conhecimentos objeto de estudo como se fosse membro do grupo observado, mas apenas atua como espectador atento. Baseado nos objetivos da pesquisa, e por meio de seu roteiro de observação, ele procura ver e registrar o máximo de ocorrências que interessa ao seu trabalho. (RICHARDSON, 1999, p.260).

Nesse tipo de observação, o observador não participa de nada só observa atentamente os acontecimentos e os anota em um caderno, registra as ocorrências e faz uma análise dos

acontecimentos. O enfoque deste estudo foi uma sala de primeiro período da Educação Infantil, com faixa etária entre quatro e cinco anos.

Após a análise de conhecimento dos fatos coletados foi feito a entrevista com os professores. "a entrevista é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estrita relação entre as pessoas. É um modo de comunicação no qual a informação é transmitida de uma pessoa **A** a uma pessoa **B**" Richardson (1999, p.209). O bom da entrevista é estar cara a cara com o entrevistado mantendo uma estreita relação, onde mesmo com um guia de perguntas em mãos tem-se a oportunidade de fazer perguntas além do guia. No decorrer de um determinado assunto surgem novas dúvidas que poderá ser respondidas enriquecendo ainda mais as informações obtidas através da entrevista.

A entrevista foi dirigida de acordo com o que queríamos saber sobre a contribuição das afetividades e seus enfoques na área da Educação Infantil em uma escola pública. Para Richardson (1999), a entrevista dirigida acontece a partir de perguntas bem elaboradas, precisas e ordenadas sobre o assunto do qual se quer saber, evitando desvios do assunto.

Para as entrevistas, foram convidadas duas professoras da escola pública onde também foram feitas as observações de suas aulas nos dias anteriores às entrevistas. As entrevistas aconteceram na própria escola de atuação das mesmas, com horários e dias pré-estabelecidos. Foi elaborado um guia com nove de perguntas formuladas a partir das observações feitas no ato da observação e de conceitos elaborados por teóricos que contribuíram para esta pesquisa. As entrevistas foram gravadas em áudio por um aparelho celular e em seguida foram transcritas no corpo do trabalho utilizando a linguagem conforme a usada pelas entrevistadas e assim, completando o trabalho.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISES DE DADOS

No primeiro questionamento feito aos professores procuramos compreender o que eles entendiam sobre afetividade. Eles responderam que:

> *É, eu penso que afetividade é a demonstração de sentimentos né, de uma ser para outro ser. Tanto pode ser com ser humano ou com... Animal né. Tendo sentimento, tendo carinho e amor é demonstração de afetividade. (Entrevistada 01)*

> *Bom, afetividade pra mim vem de afeto, vem do cuidado que um tem com o outro, do carinho, da amizade, do amor, eu acho que é isso ai... (Entrevistada 02)*

Segundo os professores entrevistados a afetividade é demonstração de sentimento, de amor, carinho, amizade cuidado um com o outro. Respostas bem próxima do que diz no dicionário Novo Aurélio século XXI (1999, p. 36): a palavra afetividade é definida como "afeto; carinho; simpatia e conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam sob a forma de emoções, sentimentos e paixões acompanhados de sensação de agrado ou desagrado". Então engloba todos os sentimentos que temos ao longo da vida, são sentimentos bons e ruins que tanto pode ser com o nosso semelhante ou por animais. Sentimentos esses que nos faz crescer e ver a vida de um modo diferente.

De acordo com Cunha (2010), afeto não á nenhuma nova teoria e nem descoberta científica, é algo que acompanha o ser humano desde o nascimento de sua história. E que ás vezes o afeto fica despercebido nas relações humanas, que, por sinal, são humanas por causa dele. Cunha (2010, p. 16) afirmou que:

> Na sua definição etimológica, o afeto é neutro. Pode exprimir um sentimento de agrado ou desagrado em diferentes graus de complexão; disposição da alma, que tanto pode revelar amor ou ira. O afeto, entretanto, quando resulta da prática do amor, torna-se amorosidade, atitude que se reveste em um estímulo para o aprendizado, dando clareza e entendimento à consciência. O ato de ser bom, ser amoroso, possuindo como resultado o afeto que, por sua vez, tem como consequência o prazer de aprender e de educar.

Para esse autor, a afetividade nasce com o ser humano, no âmbito sentimental e comportamental. É através da convivência com as outras pessoas e na adaptação ao ambiente que transformamos esses sentimentos em amor.

No segundo questionamento feito aos professores procuramos identificar os fatores que contribuíam para a afetividade no processo de Ensino e Aprendizagem de crianças da Educação Infantil daquela escola. Eles responderam que:

> *Eu acho que o que contribui é a relação do professor com o aluno, da afetividade e, do professor com os pais, que os pais têm que tá junto também, ter afetividade, que senão não funciona. (Entrevistada 01)*

> *Dessa escola? Acho que vem assim... a relação professora aluno, a relação do aluno com as funcionárias da escola, o aluno com o próprio aluno, a relação também da gente com os pais, professor e pais. (Entrevistada 02)*

Elas responderam unânimes que o fator que contribui para a afetividade no processo Ensino e Aprendizagem de crianças da Educação Infantil daquela escola é a boa relação do professor com o aluno, do professor com os pais, do aluno, dos pares de alunos e com a equipe escolar.

A escola é a continuação da vida em família. A família escolar é a convivência diária com colegas, professores e equipe escolar onde todos trabalham em prol de possibilitar uma melhor educação a todos alunos. Para isso, a escola precisa, ter saber claramente, o que é educar, para que educar e como educar. Como afirma Cury (2003, p.05):

> (...) educar é realizar a mais bela e complexa arte da inteligência. Educar é acreditar na vida, mesmo que derramemos lágrimas. Educar é ter esperança no futuro, mesmo que os jovens nos decepcionem no presente. Educar é semear com sabedoria e colher com paciência. Educar é ser um garimpeiro que procura os tesouros do coração.

O professor, antes de estar em uma sala de aula precisa estar ciente, do que está fazendo, saber se é capaz e se gosta realmente de ensinar e de estar com crianças principalmente, pois a Educação Infantil é uma etapa que demanda um conhecimento específico das necessidades infantis e exige mais esforço físico e psicológico do professor do que Ensino Fundamental.

No terceiro questionamento feito aos professores procuramos situar se há relação entre afetividade e aprendizagem. Eles disseram que:

> *Sim, pois é... a afetividade entre o professor e o aluno torna o ato de aprender mais prazeroso, porque quando você tá trabalhando com o aluno e você demonstra afetividade com ele, ele vai aprender mais fácil. (Entrevistada 01)*
>
> *Sim, eu acho que o lado intelectual anda junto com o lado emocional, os dois andam junto. A criança que é mais estimulada, que tem mais carinho, com certeza o aprendizado dela, vai ser bem melhor do que a outra criança que não tem esses estímulos em casa, esses estímulos na escola também. (Entrevistada 02)*

Todos responderam que sim, que há relação entre afetividade e aprendizagem, pois segundo eles, quando há afetividade em sala de aula os alunos aprendem mais rápido e mais fácil.

A criança precisa se sentir amada, reconhecida e respeitada. A afetividade não é apenas uma demonstração de afeto ou carinho é necessário que se faça um compromisso em entender

o que o aluno sente ou pensa. Respeitar as crianças e seu histórico familiar é um dos passos importantes que o professor precisa tomar para adquirir respeito e atenção de seus alunos.

Para Cunha (2010, p.09):

> O amor ajuda a nossa cognição. Certamente, aprendemos melhor quando amamos. A sua ação revela à humanidade indivisível do nosso ser que é o mesmo tempo emocional e racional. Na educação, podemos chamar este amor de afeto.

As crianças desde muito pequenas estabelecem vínculos afetivos tanto com os pais como com as outras pessoas de seu convívio social, e ao ir para a escola, esse vínculo afetivo passa a ser também com o professor e com os demais profissionais que compõe a equipe escolar, sendo para ela, o professor, como a figura mais importante dentro da escola. Por isso a escola deve ser um espaço alegre e feliz onde a criança se sinta bem, confortável, acolhida e protegida como se estivesse em sua casa, afinal, por um bom tempo a escola será sim, como sua segunda casa.

No quarto questionamento feito aos professores procurou-se constatar como a afetividade influencia o processo de aprendizagem das crianças. Para esses professores:

> *A criança, o aluno que se sente que é amada, que tem carinho em sala de aula é que o professor entende o que ele tá sentindo é... na escola, ele terá um desenvolvimento melhor, bem melhor na aprendizagem. (Entrevistada 01)*
>
> *O estado emocional tem (é como, quase o que eu falei na primeira, né) tem o poder de acelerar ou prejudicar a criança. Então, é... a criança tem que tá bem relacionada com o lado afetivo, se ela não tiver é... se ela tiver é, por exemplo, com desinteresse na escola, se ela tiver sofrendo bullying, alguma coisa, tudo isso vai atrapalhar é... na aprendizagem dela. Então, influencia sim, muito. (Entrevistada 02)*

A entrevistada nº 01 respondeu que a criança que é amada, que tem carinho do professor e o professor, por sua vez, a entende e a conhece, terá um desenvolvimento melhor na escola. Já a entrevistada nº 02 respondeu que a criança tem que estar bem relacionada e equilibrada afetivamente com ela mesma, pois, se a criança não tiver bem, desestimulada, sofrendo bullying ou algum tipo de violência, seja em casa ou na escola, terá seu aprendizado comprometido.

As crianças necessitam da aproximação mais carinhosa do educador, pois estão saindo do meio familiar e indo para um meio até então desconhecido. Diante disso, o educador se torna

seu ponto de apoio e referência, e o protegerá de qualquer mal. Tiba em consonância com o pensamento de Cury, adverte que,

> Os resultados imediatos da boa educação podem vir como flores: bonitos, exuberantes e agradáveis a todos. Mas os verdadeiros e duradouros resultados são aqueles que pertencem à formação da personalidade. O que garante uma boa educação são seus frutos, comportamentos duradouros que valem para qualquer situação. O que faz as flores evoluírem para frutos são os princípios da coerência, constância e consequência. Educar é uma obra-prima, uma obra realmente artesanal, cujo resultado é a futura felicidade dos filhos e de todos à sua volta. (TIBA, 2002, p 49)

O autor escreve que a verdadeira educação acontece e acompanha a criança no crescimento até sua vida adulta, uma educação onde a criança não é forçada a aprender, mas, aquela onde a criança aprende sem perceber através de comportamentos concretos e duradouros que valem para uma vida toda. Educar é lapidar o comportamento da criança de forma artesanal, oferecendo possibilidades para que ela alcance um comportamento agradável, ético, alegre com conhecimento suficiente para viver numa sociedade coletiva, plural e exigente.

No quinto questionamento feito aos professores procurou-se citar em quais momentos eles percebiam trocas afetivas entre eles e seus alunos. Eles responderam que:

> *Em todos os momentos. Principalmente na Educação Infantil, que os alunos precisam muito mais desse afeto. (Entrevistada 01)*
>
> *Eu acho que em quase em todos os momentos, na chegada, no que a gente recebe tem trocas afetivas, nas brincadeiras, nas conversas de rodinha que você vai ter interatividade maior com eles, vai saber mais, você vai puxar mais com eles, até mesmo quando você está ensinando né, porque se a gente está ensinando, você está ensinando alguma coisa, ensinar como diz, ensinar é um ato de amor, é a relação professor aluno tem que ser baseada na amizade. (Entrevistada 02)*

As duas entrevistadas responderam que em todos os momentos elas trocavam afetos com seus alunos. A segunda entrevistada ainda foi mais específica respondendo que esses afetos eram principalmente no acolhimento e na saída dos alunos da escola, nas conversas, nas brincadeiras e em todo momento interagindo com eles e ela resume com uma pequena frase mas de grande significado “ensinar é um ato de amor”, sem amor não há como ensinar e muito menos aprender.

A vontade de aprender não é algo que surge rapidamente nos alunos, para que isto aconteça é necessário que o professor desperte a curiosidade dos mesmos, sendo dinâmico, criativo, amável, paciencioso, dialógico, e interessado pelos argumentos das crianças. Freire (1996, p. 86) enfatiza que:

> O fundamental é que professor e alunos saibam que a postura deles, do professor e dos alunos, é dialógica, aberta, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve. O que importa é que professor e alunos se assumam epistemologicamente curiosos. Nesse sentido, o bom professor é o que consegue, enquanto fala trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem, cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas.

Passar confiança aos alunos vai exigir do professor investigação e aperfeiçoamento constante a respeito da realidade do aluno e a buscar meios eficazes para trabalhar com eles que, chegam à escola com muitas informações em sua bagagem, conhecimentos e orientações adquiridas de diferentes formas, como através da família, amigos, mídia, igreja, internet. Outro ponto importante é saber conquistar a confiança dos alunos, ter domínio dos conteúdos e ter metodologias adequadas, que despertem o interesse e tornem o ensino significativo.

No sexto questionamento feito aos professores procuramos analisar como era seu relacionamento com os pais de seus alunos e se eles achavam que esse relacionamento contribuía para o aprendizado das crianças. Eles responderam que:

> *É um relacionamento bom, temos diálogo com um e com outros, fica mais fácil trabalhar com os alunos quando os pais é... tem afetividade com a gente, o pai interage com a gente. Então é mais fácil tá trabalhando com os alunos, quando o pai interage com a gente em sala de aula. (Entrevistada 01)*

> *Bom, na primeira reunião que eu faço na sala de aula com os alunos, eu já tento comprar a amizade dos pais, já tento conquistar, comprar não, conquistar né, eu já tento conquistar essa amizade dos pais, porque a gente precisa estar em todo momento a gente precisa dos pais na escola. Então eu acho que é uma parceria muito assim... tem quer ter uma grande parceria com dos pais. Então eu tenho uma boa relação com quase todos os pais, assim, a gente num pode falar todos, mas a maioria dos pais eu tenho boa relação com todos eles, tá. Tento, assim, de fazer melhor possível pra ter uma boa relação com todos pra já tá estimulando já esses alunos também, já pensando na própria criança. É uma relação boa com todos os pais. (Entrevistada 02)*

Percebeu-se que as duas professoras estabelecem um bom relacionamento com todos os pais, a primeira entrevistada disse que tem diálogo entre eles e que é mais fácil estar ensinado quando os pais se interessam pela vida escolar dos filhos. Já a segunda entrevistada complementa que já na primeira reunião que faz na sala de aula, ela já tenta conquistar a amizade dos pais para que essa parceria favoreça a aprendizagem de seus alunos.

Ao longo do relacionamento entre professor/aluno/pais, o aluno adquire confiança em seus estudos, pois ele tem apoio de ambos os lados e assim aprende mais rápido e mais facilmente. Cabe à escola equilibrar o emocional da criança para que ela saiba lidar com os imprevistos do seu dia a dia, na escola, na rua e no meio familiar.

Cunha (2010) escreveu que "o amor e o carinho são os grandes aliados no ato de educar, porque quem ama não expõe somente conteúdo, mas estimula o educando a vivenciar suas experiências de vida afetiva". O autor acrescenta que a escola é o lugar propício para a socialização, onde as relações afetivas possuem grande valor, pois o aluno possui a necessidade de conviver, estabelecer relações e adquirir conhecimentos.

No sétimo questionamento feito aos professores procurou-se constatar se a afetividade fazia com que o aluno gostasse mais da escola e se eles achavam que isso causava um impacto positivo no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Eles responderam que:

> *Sim, porque o lugar onde há afeto, afetividade, tudo passa a ser positivo, até mesmo fora da escola. (Entrevistada 01)*
>
> *Claro que sim, o vínculo da criança com o professor é superimportante, ele tem que confiar e gostar do professor, se o professor, para que essa aprendizagem ocorra, porque se ele não gostar, a aprendizagem dele não vai ser muito boa não. (Entrevistada 02)*

As duas entrevistadas foram mais uma vez, unânimes nessa resposta, respondendo que a afetividade faz com que o aluno goste mais da escola. A entrevistada 01 ainda complementa que com afetividade o aluno passa a confiar e gostar mais do professor porque se não tiver esse gostar e essa confiança a aprendizagem desse aluno não se potencializará.

A afetividade assume um papel fundamental no processo de ensinar e aprender proporcionando ao aluno habilidades, criatividade e confiança no fortalecimento do seu desenvolvimento de memória, raciocínio e cognição. Por isso é o afeto que conduz nossos comportamentos, que estimula e impulsiona a aprendizagem.

Cunha (2010, p. 17) afirmou que:

> Ninguém chega à escola sem ter sido antes, de alguma forma, movido em suas dimensões afetivas. O cotidiano afeta e produz sentimentos que podem ser negativos, culminado em dificuldades de aprendizagem. A escola precisa, nesse contexto, afetar o educando de maneira profícua, despertando-lhe o amor e o interesse. Ainda que ele não tenha propensão para amar algum conteúdo acadêmico, poderá amar quem o educa. Bom será se amar os dois.

Com base nas palavras de Cunha, pode-se dizer que os alunos gostam de estar em lugares que se sintam amados e queridos, logo, eles gostam de professores que são compreensíveis, que os conheçam, que conheçam sua família, o seu âmbito social para poder reconhecer os problemas que os envolvem e que traga ensinamentos de acordo com sua realidade social. Assim, mesmo que talvez o aluno não goste do conteúdo, amará seu professor por ser amigável e compreensível.

Alunos amam professores que se preocupam com eles, que os trate por igual, que saibam falar a linguagem deles, que saibam combinar severidade e respeito, sem deixar de lado os laços afetivos, professores que entendam seus sentimentos e que os valorizem independentemente de sua classe social, gênero, cor, religião ou grau de desenvolvimento cognitivo.

No oitavo questionamento feito aos professores, procurou-se entender se os professores acreditavam que em algumas situações as questões afetivas poderiam facilitar ou dificultar a aprendizagem dos alunos. Eles responderam que:

> *Às vezes pode prejudicar, porque além do afeto, vem o limite que a criança tem que aprender desde pequena e o aluno tem que aprender a ter este limite desde pequeno, desde o início da aprendizagem. (Entrevistada 01)*
>
> *Sim, (foi quase como que eu respondi na sua quarta pergunta né) o estado emocional da criança tem que ter... o estado emocional tem o poder de acelerar e prejudicar, por exemplo, o desinteresse, a dificuldade na aprendizagem, pode estar relacionado a um dilema familiar, a bullying, a agressão física, verbal. Então, acho que sim. (Entrevistada 02)*

As duas entrevistadas responderam que às vezes, dependendo de como estiver o emocional da criança a afetividade pode prejudicar a aprendizagem desse aluno sim. A entrevistada 01 diz que muitas vezes a afetividade pode prejudicar porque a criança vem para a escola mimada e sem limites e cabe escola dosar esse afeto e ensinar limites a essas crianças em seu período de adaptação. Já a entrevistada 02 explica que o estado emocional tem o poder

de acelerar ou dificultar a aprendizagem da criança, ela cita como exemplo, os dilemas familiares, o bullying, a agressão física e verbal como dificuldades de aprendizagem.

Libâneo (1994, p. 226) afirmou que "para planejar uma aula é necessário conhecer as reais condições de vida ou capacidade dos alunos". Não adianta passar matéria nova, se os alunos precisam de antes de qualquer coisa ser entendidos por inteiro em meio a sua realidade social.

Entendeu-se que a autoridade do professor está intimamente relacionada ao seu estilo, competência, capacidade de organização de recursos e estratégias e autoridade. O docente é o sujeito que dá direcionamento ao planejamento e cria condições adequadas ao ensino, utilizando metodologias adequadas à realidade dos alunos, tornando o ensino significativo e interessante. Confirmando isso, Libâneo (1994, p. 221), cita:

> O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. O planejamento é um meio para se programar as ações docentes, mas também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação.

Ao projetar uma aula o professor deve estar ciente de que o planejamento nunca estará pronto e acabado, mas estará sujeito à adequações ao longo da aplicação da disciplina. O planejamento funciona mais como um guia para que o professor não fique perdido. Pois, quando se refere à inteligência ou à capacidade cognitiva das crianças, quase sempre surgem dúvidas sobre sua capacidade de aprendizagem. Esta capacidade de aprender é em parte determinada pelo modo como são apresentados os conhecimentos e pelo seu significado afetivo.

O afeto pode acelerar ou retardar o desenvolvimento da criança em suas interações sociais. O afeto acelera no caso de interesse da criança pela escola quando se sente confortável com o professor e retarda quando a situação afetiva é um obstáculo ao relacionamento entre professor e aluno.

As crianças ao chegar à escola não estão preparadas para lidar com o negativo, ouvir a palavra "não", quando chegam à escola tem que lidar com diversos conflitos, relacionar-se com os colegas e professores, dividir brinquedos e acatar a disciplina, fazem "pirraça" para chamar atenção. Muitas vezes estão acostumados a ouvir sim para tudo e ao chegar à escola não tem mais esse sim para tudo. Cury escreve que:

> As crianças e os jovens aprendem a lidar com os fatos lógicos, mas não sabem lidar com o fracasso e falhas. Aprendem a resolver problemas matemáticos, mas não sabem resolver seus conflitos existenciais. São treinados para resolver cálculos, mas a vida é cheia de contradições. As questões emocionais não podem ser calculadas nem têm conta exata (CURY, 2003, p. 07).

É cada vez mais evidente a necessidade de ensinar as crianças a lidar com o negativo, pois se o professor chama a atenção por alguma atividade malfeita ou por algum comportamento indesejado, isso não que dizer que o professor não gosta dela, muito pelo contrário, ele gosta sim, e por isso quer o seu bem e chama sua atenção. Além de tudo, as crianças devem ser ensinadas a lidar com fracassos e perdas, pois a vida não é linear, mas dá voltas e passa por momentos alegres, tranquilos e por situações de angústias e perdas. Através dos erros que se aprende a fazer o certo, sendo que a afetividade proporciona essa maturidade da criança.

É indispensável que a educação promova a aprendizagem afetiva e significativa, pautadas nos princípios de solidariedade, respeito, amor, cuidado, amizade, tolerância, como forma de estimular a formação integral das crianças em toda sua totalidade.

No nono questionamento feito aos professores procurou-se verificar se no cotidiano da sala de aula eles percebiam que a afetividade presente entre os alunos contribuía para a partilha dos saberes e o fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem entre eles. Eles responderam que:

> *Sim, sim... Igual a minha afetividade com os alunos é boa e com os pais também são boas, agora... Eu não sei assim dizer... se, entre os pais o aluno em casa é? Quando a gente nota que tá tendo alguma coisa diferente com aluno em sala de aula, que não tava acontecendo antes, a gente procura assim... Com a ajuda da supervisora, da diretora está conversando com pai pra ver o quê que está acontecendo em casa. Os alunos que a aprendizagem deles é melhor em sala de aula? Não eles sempre ajudam, eles sempre querem está ajudando até fazendo pro outro coleguinha, sempre ajudam, porque um vai incentivando o outro. (Entrevistada 01)*
>
> *Contribui sim, até, às vezes eu tenho algum aluno que tem mais dificuldade, eu até coloco aquele que tem mais facilidade para está ajudando, que às vezes você já explicou de alguma forma, ele não entendeu, às vezes com o próprio coleguinha ele aprende e até nas brincadeiras eles aprende muito né, eles aprende a socializar, a dividir. Então, é muito importante esse processo da criança com a criança também. (Entrevistada 02)*

De acordo com as entrevistadas, a afetividade presente entre os alunos contribui para a partilha dos saberes entre eles e fortalece o processo de Ensino e Aprendizagem. A entrevistada

02 ainda complementa sua resposta dizendo que coloca os alunos que tem mais facilidade de aprendizagem para ajudar o outro que tem mais dificuldade, pois alguns alunos podem aprender mais com o colega do que com o próprio professor e com isso, eles aprendem ainda mais a socializar e a dividir.

A partir da ampliação do ambiente social da criança na escola, surgem novas situações e novas realidades fazendo com que acriança viva em constante estado de curiosidade exigindo do professor o suprimento dessas necessidades. Para tanto, Freire (1996, p 123 e 124) aponta que:

> Uma das tarefas essenciais da escola como centro de produção sistemática de conhecimento, é trabalhar criticamente a inteligibilidade das coisas e dos fatos e a sua comunicabilidade. É imprescindível, portanto, que a escola instigue constantemente a curiosidade do educando em vez de "amaciá-la" ou "domesticá-la".

O professor deve sempre instigar a curiosidade e a criatividade do aluno, levá-lo a descobrir os "porquês" da vida por mérito próprio, pois com respostas prontas, ele nunca conseguirá andar com seus próprios pés, terá medo do novo, medo de sair de sua área de conforto. Para isso o professor precisa estar preparado, munido de conhecimentos, ser dinâmico, criativo e amar o que faz, para despertar o interesse e entusiasmo de seus alunos, e assim, potencializar seu conhecimento.

Tiba (2002, p. 55), confirma a importância de elevar a autoestima da criança desde os primeiros dias de vida:

> A autoestima começa a se desenvolver numa pessoa quando ela é ainda um bebê. Os cuidados e os carinhos vão mostrando a criança que ela é amada e cuidada. Nesse começo de vida, ela está aprendendo como é o mundo a sua volta e, conforme se desenvolve, vai descobrindo seu valor a partir do valor que os outros lhe dão. A autoestima continua a se desenvolver conforme a pessoa se sente segura e capaz de realizar seus desejos e, futuramente suas tarefas.

A partir dessa citação, o autor enfatiza que desde bebê a criança sente se ela é amada e querida pelos pais através dos atos de carinho e cuidado e o bebê sente também quando os pais não lhes dão afeto, uma vez que as demonstrações de carinho das pessoas que convivem com a criança são muito importantes para seu desenvolvimento social, individual e cognitivo. Com

isso a criança descobre, aprende e se desenvolve sabendo de seu valor e o valor das outras pessoas no mundo, para uma convivência harmônica e segura entre seus semelhantes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa, percebeu-se que a afetividade é a mola mestra capaz de mover o ser humano para o desenvolvimento de suas habilidades e capacidades. O afeto se traduz em estímulo, alegria, esperança e potencializa a aprendizagem de atitudes e comportamentos. Dessa forma é difícil imaginar uma educação sem afeto e sem amor em sua relação.

Nesse sentido, a afetividade acontece a todo o momento em sala de aula, seja em momentos bons ou ruins, ela acontece nos sentimentos de amor, ciúme, raiva, inveja, saudade; no aprender, no cuidar e no respeitar os colegas, onde o professor é o mediador e conciliador desses conflitos de emoções que vai possibilitar ao aluno a construção de uma vida emocional plena e equilibrada.

O amor e o carinho são os grandes diferenciais no ato de educar porque quem ama não expõe somente o conteúdo, mas estimula o educando a vivenciar suas experiências afetivas. A escola é um lugar privilegiado para a socialização, sendo as relações afetivas fundamentalmente valorosas e necessárias nesse ambiente.

A afetividade está intimamente ligada ao processo de ensinar e aprender e é ela quem desperta o interesse do aluno em conhecer as coisas. O afeto está no olhar confiante e carinhoso dos pais e professores, que lhes proporcionam segurança e prazer em realizar algo. Essa segurança e confiança depositada nos pais e professores resultam em benefícios na construção da aprendizagem dos alunos.

É comum encontrar crianças ainda não preparadas para irem para à escola, pois isso representa para ela o afastamento da família e o conforto de sua casa. Com isso, o afeto do professor se torna expressivo para ajudar na adaptação desta criança ao meio escolar. É importante que a criança se sinta bem, confortável e acolhida pelo professor e por todos os sujeitos do ambiente escolar, para que ao sentir-se segura e amada, estabeleça uma relação positiva com sua aprendizagem, construindo sua autonomia, maturidade e responsabilidade.

Esta pesquisa evidenciou que elevar a autoestima do aluno é muito importante para a aprendizagem dele e essa atitude se dá na troca de relação de respeito e confiança entre o professor e o aluno e no significado positivo, conferido aos conteúdos trabalhados. Quando o

docente busca estabelecer elos entre o novo conhecimento e o saber que os alunos já têm de uma forma dinâmica, criativa e respeitosa, despertando a curiosidade e o interesse deles pelos estudos, promove a aprendizagem significativa.

É papel do aluno conviver com professores e seus pares, estabelecer relações e adquirir conhecimento. Nessa interação, o ser humano aprende quão importante é o convívio harmônico para a construção do conceito de si próprio e do outro e como a partir dessas relações é possível potencializar o aspecto cognitivo.

Por meio do presente estudo, percebeu-se ainda que família e escola, apesar de se apresentarem como instituições distintas, possuem objetivos equivalentes, a formação de alunos participativos, éticos, reflexivos, capazes de serem senhores do próprio destino, não alienados e transformadores do meio em que vivem. São nessas duas importantes instituições que a criança aprende, reafirma valores vivenciados e desenvolve de uma forma social, psíquica e cognitiva. Torna-se então, necessário, caminharem na mesma direção, possibilitando uma educação de qualidade para os alunos/filhos para que esses tenham uma formação plena, que faça dele um profissional/cidadão de direitos e deveres.

Todas as perguntas foram respondidas na medida do que se queria saber sobre a contribuição da afetividade de crianças da Educação Infantil. Mas ha muitos questionamentos, podem ser respondidos através de novas pesquisas sobre a contribuição da afetividade na aprendizagem de crianças da Educação Infantil.

Pretende-se que este trabalho, contribuía efetivamente para que outros acadêmicos possam beneficiar-se dessa experiência, motivando-se a aprender mais rumo às práticas que atendam mais adequadamente ao aluno em seu processo de construção do conhecimento. E também aos profissionais que buscam mudanças em suas metodologias de ensino, com variações em ferramentas e estratégias pedagógicas, e, mais especificamente, na condução de alunos da Educação Infantil.

Com este trabalho não se têm a pretensão de esgotar o tema, mas, possibilitar que outros acadêmicos interessados pelo assunto, deem continuidade a este estudo, contribuindo e enriquecendo ainda mais a área de conhecimento sobre a contribuição da afetividade na Educação Infantil nas escolas de João Pinheiro MG.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Eugênio. **Afeto e Aprendizagem** - Relação de Amorosidade e Saber na Prática Pedagógica. Rio de Janeiro: WAK, 2010.

CURY, Augusto Jorge. **Pais brilhantes & professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DICIONÁRIO. **Novo Aurélio século XXI:** o dicionário da língua portuguesa. Nova Fronteira (Rio de Janeiro). . 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LDB : Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Disponível: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf> Acesso em: 25/04/2018.

LIBÂNEO, J. Carlos. **Didática**. (Coleção Magistério Grau. Série formação do professor). São Paulo: Cortez, 1994

MARCONI, Maria de Andrade; Lakatos, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 6.. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. Colaboradores José Augusto de Souza Peres. (et al). 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Giselda Shirley da; SILVA Vandeir José da; GONÇALVES, Maria Célia da Silva. **Histórias e Memórias:** Experiências Compartilhadas em João Pinheiro.João Pinheiro: Patrimônio Cultural de João Pinheiro, 2011.

TIBA, Içami. **Quem ama, educa**. São Paulo Editora Gente. 2002.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: as contribuições das disciplinas de Didática e Estágio Supervisionado na formação dos acadêmicos de Pedagogia de uma Instituição de ensino superior em João Pinheiro (MG)

Géssica Martins Soares[1]
Rosângela Soares Braga Indelécio[2]

Resumo: Este estudo analisa as contribuições das disciplinas de Didática e Estágio Supervisionado na formação de professores na perspectiva dos alunos e professores de uma Instituição de Ensino Superior em João Pinheiro MG no ano de 2018. A fundamentação teórica foi ancorada em vários autores que discutem a temática em estudo, dentre eles Selma Garrido Pimenta, Stela Piconez, Marta Buriolla, Paulo Freire, entre outros. O objetivo foi compreender na visão dos docentes e discentes, as contribuições dos teóricos da educação para o preparo do exercício da profissão. É necessário que o aluno-estagiário seja conscientizado desde o seu processo de formação, que seus conhecimentos devem ser aprimorados constantemente, buscando novos saberes e fazeres, aprendendo novas estratégias de ensino e os mecanismos necessários para alcançar os objetivos propostos no campo de estágio. Percebemos dessa forma que as disciplinas discutidas teoricamente nesta pesquisa e a experiência no campo de estágio favorecem aos estagiários uma reflexão crítica das práticas cotidianas docentes.

Palavras-chave: Formação de Professores. Didática e Estágio supervisionado. Ensino superior.

Abstract: This study has analysed the contributions that Didatics and Supervised internship have on forming teachers from the perspective of students and teachers in an Institution of Major Teaching in João Pinheiro Mg in the year of 2018. The objective has been to comprehend the contributions of the education thinkers in preparing people to exercising the profession in the view of teachers and students. It is necessary that, since the process of his formation, the student-intern is aware that his knowledge must be constantly improved, by seeking new knowledge and doing, by learning new teaching strategies and the necessary mechanisms to reach the objectives that have been stablished in the internship field. We realize this way that

[1]Graduada em Pedagogia pela FCJP- Faculdade Cidade de João Pinheiro–FCJP.E-mail: gessicamartinssc@hotmail.com

[2]Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad Evangélica Del Paraguay, (2013) diploma revalidado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Licenciatura plena em História pela Faculdade do Noroeste de Minas- (FINOM1998), Magistério (1977), pós-graduada em História do Brasil pela PUC-MINAS e em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela FCJP. Atualmente é regente/PEB - Ensino Fundamental e Médio na Escola Pública, professora da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP. E-mail: tutoriajp-rosangela@hotmail.com

Recebido em 01/04/2019
Aprovado em 20/04/2019

the subjects discussed theoretically in this research and the experience in the internship field provide to the interns a critical reflection of teacher daily practices.

Keywords: formation of teachers. Didatics and supervised internship. Major teaching.

1- INTRODUÇÃO

Compreender a Didática como teoria é um grande avanço para a prática, pois esta estará auxiliando o professor a realizar tudo aquilo que foi planejado, atendendo as diferentes formas de educar, considerando o ensino-aprendizagem como uma ferramenta para o processo educativo. As disciplinas de Didática e o Estágio Supervisionado têm a função de mostrar ao acadêmico que não existe a prática sem a teoria, uma depende da outra. Enquanto a teoria ensina aos futuros professores a ética e a eficácia da docência, o estágio vem coroar a teoria, ou seja, nele coloca-se em prática o que foi aprendido teoricamente.

Este estudo objetivou analisar as contribuições da Didática e Estágio Supervisionado no processo de formação dos graduandos do Curso de Pedagogia de uma IES do noroeste de Minas Gerais no decorrer do ano de 2018.

Na realização deste trabalho de pesquisa foi aplicado um questionário aos acadêmicos em uma turma de Pedagogia da IES e também aos professores que atuam no curso de formação, fazendo o uso de alguns critérios pertinentes à pesquisa, como a escolha do público alvo e a forma como foi conduzido esse assunto.

Os questionamentos do estudo foram: Quais as contribuições das disciplinas de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado para o preparo do exercício da docência? Quais as dificuldades encontradas pelas estagiárias no Estágio Supervisionado e no entrelaçar da teoria x prática? Na visão dos docentes e discentes, quais as contribuições dos teóricos da educação para o exercício da profissão? Quais são as metodologias usadas pelos professores que atuam no curso de formação para ensinar seus alunos? ”

A escolha do tema foi por vivenciar na prática de estágios, as contribuições das disciplinas de Didática e Estágio Supervisionado para os futuros pedagogos, pois, a pedagogia está ligada a vários ramos de estudo e tendo como base essas disciplinas curriculares, as quais servirão de alicerce para o futuro professor, por serem estas colaboradoras e articuladoras do processo de formação do pedagogo para atuar em vários espaços.

O ensino da didática auxilia na organização e no planejamento, porque na escolha de um método a ser explorado, ela é luz que vai guiar o melhor caminho, assim sendo, o ensino da

didática é que vai apontar novas metodologias, novas formas de ensino. Atualmente as pesquisas sobre o desempenho docente no cenário educativo têm se ampliado e até mesmo incentivado a escolha pela profissão, pelo fato da diversidade de atuações que este pode desempenhar no cotidiano da vida escolar.

A relevância está na reflexão e o reconhecimento sobre a contribuição dessas disciplinas na construção da prática docente e a conscientização do seu papel formador na vida do aluno.

A pesquisa foi realizada em um viés qualitativo, buscando conhecer as contribuições representadas pelos graduandos e professores, por meio de uma pesquisa de campo na qual foi aplicado um questionário para 03 docentes que atuam no curso de pedagogia e 07 graduandos da turma do 8º período em curso na IES.

Foi realizada revisão da literatura em livros, artigos, textos, pesquisas e reflexões feitas em sala de aula no percurso da graduação e pesquisa empírica, com o objetivo de analisar de que maneira o Estágio Supervisionado e a disciplina de Didática contribuem no processo de formação de professores na IES, em João Pinheiro-MG.

Partindo-se do pressuposto de que, a partir da importância que o docente dá à sua profissão, seu prestígio profissional vai sendo construído, através das emoções e expectativas presentes na sua trajetória, seus saberes, forma de atuação no mundo e as relações que se estabelecem na ambiência escolar.

Foi solicitada à coordenadora do curso permissão para realizar a pesquisa com os docentes e discentes da Pedagogia. Após a autorização da coordenação, foi apresentada a proposta aos acadêmicos e professores agendando data futura para realização das entrevistas.

As entrevistas foram estruturadas, contendo dez perguntas sobre a temática, posteriormente transcritas, analisadas à luz de referenciais teóricos que embasam a pesquisa.

3- O CURSO DE PEDAGOGIA DA IES

Conforme dados obtidos na Instituição, em 2002 a instituição pesquisada teve a publicação de portaria de autorização do curso Normal Superior. Posteriormente o curso foi transformado em Pedagogia, iniciando a primeira turma de Pedagogia em 2007 e mantendo-se ainda na contemporaneidade como um dos cursos importantes da Instituição.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Curso de Pedagogia e da Instituição estudada foi concebido e elaborado a partir da compilação do conjunto de leitura crítica de documentos e informações sobre as mudanças das diretrizes que norteiam os princípios teóricos e

metodológicos da prática educativa e da reflexão sobre a formação e o fazer do pedagogo, considerando o seu compromisso social, sem perder de vista a conjuntura contemporânea.

É importante observar que este Projeto Político-Pedagógico não é um documento definitivo, ao contrário, possui um caráter dinâmico, possibilitando mudanças que estejam sempre de acordo com os interesses e necessidades de uma sociedade justa e igualitária. O Curso de Graduação em Pedagogia (Licenciatura) da instituição pesquisada tem por objetivo geral formar profissionais preparados para responder às diferenciadas demandas educativas da sociedade contemporânea, atuando em uma complexa gama de atividades.

As finalidades específicas do curso são: desenvolver posturas morais e críticas que ofereçam aos alunos chances de trabalhar, interagindo como sujeitos conscientes do seu papel na construção da História, formar profissionais para atuarem como professores e gestores no espaço da Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, em suas diferentes dimensões (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação Popular etc.).

Portanto, o profissional egresso do Curso de Pedagogia da instituição pesquisada deverá ser capaz de refletir sobre sua própria prática pedagógica, em vistas a uma educação de qualidade, como é o anseio de uma sociedade democrática. As atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, conforme a Resolução nº 1/2006, extinguem as habilitações, de modo que os cursos de Pedagogia deverão formar o docente para uma múltipla atuação profissional.

As atividades docentes envolvem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da educação. Planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não escolares, produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares.

O novo currículo do Curso de Pedagogia proporciona formação de professores para o exercício de funções de magistério na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de formação de professores do Ensino Médio, na modalidade normal, de educação profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

A Licenciatura em Pedagogia também forma o professor para atuar na administração escolar, planejamento, supervisão e orientação educacional em organizações (escolas e órgãos

dos sistemas de ensino) da educação básica (Art. 14 das Diretrizes). De acordo com a proposta do curso, o licenciado em Pedagogia formado pela instituição está igualmente apto a atuar em ambientes educativos de instituições empresariais, e de organismos públicos ou privados, em organizações do terceiro setor (ONGs e demais organizações da sociedade civil).

Os cursos onde as relações se processam de forma democrática impulsionando a participação na tomada de decisões, num trabalho cooperativo e emancipador, são essenciais em cursos de licenciatura. A IES da cidade de João Pinheiro, acreditando que a base da educação perpassa pela qualidade de seus professores e serviços prestados à comunidade, vem investindo sobremaneira nos cursos de formação e, o curso de Pedagogia é um dos pontos chave da Faculdade.

Nas palavras de Pimenta (2005, p.21), a atividade docente é práxis, porque ela é a essência da atividade prática do professor, é o ensino-aprendizagem, ou seja, é o conhecimento técnico-prático de como garantir que a aprendizagem se realize como consequência da atividade de ensinar. A atividade docente é sistemática e científica, na medida em que torna objetivamente o seu objeto e é intencional, e não casuística. A didática por sua vez é uma das áreas da Pedagogia, é uma ciência da educação.

Para Piconez (2010, p. 13) os debates e estudos sobre a Prática de Ensino e Estágio Supervisionado, embora comprimidos, no que tange à formação de professores no curso de Pedagogia, para a Habilitação Específica de 2º grau para o Magistério (HEM), têm explorado muitas críticas sobre sua inadequação e pouca ajuda no preparo de professores para a realização da escola básica. O contexto relacionado à teoria-prática apresenta um enorme significado na formação do educador, pois orienta a mudança do sentido da formação do conceito de unidade, ou seja, da teoria e prática relacionadas e não apenas justapostas ou dissociadas. O estagiar está vinculado ao componente Curricular Prática de Ensino, cujo objetivo é o preparo do licenciando para o exercício do magistério em determinada área de ensino ou disciplina de 1º e 2º graus.

A preocupação com a prática de ensino, mesmo tendo sua origem na década de 1930, tanto com a criação de cursos superiores de Licenciatura, cuja definição foi explicitada em 1939 com a instituição do regime do curso de didática, quanto na Habilitação Específica de 2º grau para Magistério, então conhecida como Escola Normal, passou a ser objeto de preocupação antiga, principalmente com relação ao estágio curricular a partir da reforma universitária institucionalizada pela lei n° 5.540/68. Legalmente quando numa análise das leis, 5.540/68 e 5.692/71, observa-se uma disparidade entre as duas (2010, p. 15 e 16) no que se refere à

formação de professores, em que a primeira agregou a formação de especialistas e a segunda exige professores polivalentes.

A princípio nas duas possibilidades de formação de professores, não existiam no elenco das disciplinas pedagógicas, atividades de prática docente. Para o 3º grau, a Prática de Ensino tornou-se parte do mínimo curricular dos cursos de Licenciatura, sob a forma de Estagio Supervisionado com a resolução nove, anexa no parecer CFE 672/69. No currículo das Escolas normais havia apenas uma disciplina de formação profissional: Métodos e processos de Ensino. As tendências educacionais desde a implantação da Escola Normal até pelo menos a República demonstraram um ensino profissional principiante.

De acordo com Piconez as atividades (2010, p.22) do curso de teóricas e práticas são centradas em conclusões e conceitos dos livros didáticos adotados ou postilados, não favorecendo a uma reflexão crítica que possibilitasse a compreensão da realidade escolar. As alunas do magistério chegam a finalizar que os estágios são desnecessários, ou por outro lado, que a Didática é o componente curricular responsável por sua formação profissional, uma vez que o professor de Didática assume a incumbência e a polivalência de suprir a defasagem dos conteúdos e reflexões sociológicas, filosóficas e históricas não realizadas no contexto e nos campos de conhecimento de Pré a 4º série do 1º grau, no curso de formação de professores.

O saber docente é aquele que se constrói dia após dia e tem como base a teoria e a prática. A prática de Ensino é um dos elementos articuladores na formação do professor, pois essa tarefa é desafiadora e muito se tem estudado e publicado sobre ela, buscando caminhos favorecedores e esclarecedores da prática docente, que assegurem uma formação de qualidade aos professores e suas práticas.

A Didática é uma das metodologias que está enraizada num aspecto de planejamento, através de suas matérias metodológicas é possível orientar a execução do ato docente para que os educandos tenham uma aprendizagem mais significativa e possam aplicar seus conhecimentos para a vida e transmiti-los a outras pessoas. A preparação docente tem peculiaridades muito especiais: ele aprende a profissão similar ao seu campo de atuação, porém numa situação invertida. Isso implica que deve haver coerência entre o que se faz na formação e o que se espera como profissional.

Nos cursos de Licenciatura os professores que ministram as disciplinas pedagógicas, na maioria das vezes acabam tendo uma sobrecarga maior de apreensão em semelhança a uma prática eficaz que busque a qualidade pela formação dos futuros professores, e os demais

docentes do curso também prezam por esta qualificação nos cursos, de forma que ambos se constituem em desafios à qualidade de sua prática de formadores. Não cabe somente à escola romper com as teorias lineares que sustentam o modelo tradicional de ensino e aprendizagem, como também à universidade, aos cursos formadores.

O estágio curricular é denominado a parte curricular mais prática do curso. Como é a parte prática, é possível relacionar com a teoria e vice-versa, e deste modo acertando ou errando, refletindo sobre adquirir um pouco da experiência ou da vivência de como é ser professor, conhecendo a realidade da profissão.

Nas palavras de Freire, (2005, p. 45.)

> A educação libertadora é incompatível com uma pedagogia que de maneira consciente ou mistificada tem sido prática de dominação. A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica.

Assim, a educação que liberta jamais pode ficar distante daqueles que querem ver libertos de sua ignorância, porque é através daquele que o oprime que o oprimido tira o exemplo para sua total e plena libertação.

De acordo com Rosa Kulcsar, (2010, p.58.) o Estágio Supervisionado se torna um instrumento significativo na vida acadêmica do estagiário, por ser esta, uma contribuição que possibilitará ao futuro professor a compreensão e os desafios do mundo do trabalho.

O Estágio Supervisionado não pode ser enfrentado como uma tarefa burocrática a ser cumprida formalmente muitas vezes desvalorizada nas escolas onde os estagiários buscam espaço. Deve sim assumir a sua função prática revisada numa dimensão mais dinâmica e profissional, produtora de trocas e de responsabilidades, uma abertura para mudanças.

O Estágio de supervisão escolar e da sala de aula é a base, é o alicerce onde os estagiários são leigos das atribuições que o estágio irá proporcionar, porque ele chega à escola apenas com a teoria e ainda não sabe muito do que é ser na prática um supervisor, fazendo-se necessário que o papel do supervisor seja claramente exposto, pesquisado e referenciado no percurso de graduação do estagiário. Dessa forma o estágio poderá se tornar uma experiência agradável, e não frustrante por não alcançar totalmente os objetivos propostos.

Porém o que faz o estágio supervisionado ser apreciado e visto com entusiasmo e interesse, é a disponibilidade do estagiário em aprender e compreender o real papel do professor e do supervisor na escola, e a equipe pedagógica da escola de atuação estar ligada relativamente

ao estagiário. Como o processo de ensino-aprendizagem contém uma concepção de educação, inevitavelmente se encontra na concepção de profissão atrelada a uma ação social desembocando num processo de ação e o processo de ensino-aprendizagem não pode ser fragmentado e estanque, esse processo se dá de forma objetiva.

A prática de Ensino do Estágio tem buscado motivar e orientar o aluno não apenas o que se aprendeu em sala de aula, mas o contato com a dinâmica escolar, a proximidade afetiva entre o estagiário e a escola. É a partir das observações, relatórios, das investigações e análise do espaço escolar e da sala de aula, que esse processo de ensino aprendizagem se entrelaça, fazendo com que ambas as partes estejam completamente ligadas.

Na fase da observação o estagiário tem o papel de investigar a escola, seu entorno e a relação dela com a comunidade, o papel da equipe pedagógica, quais as metas e objetivos que aquela escola pretende alcançar, as metodologias usadas pelos professores para que esses alunos tenham um aprendizado satisfatório e significativo, e a função de cada funcionário, enfim, tudo o que faz com que a escola se desenvolva bem.

No transcorrer do curso de licenciatura em pedagogia o estagiário passa por várias etapas até chegar ao Estágio Supervisionado, depois da observação, vem os Estágios de Docência, onde o que se aprendeu na teoria será então aplicado na prática, vivenciando a cada dia tais experiências. A disciplina de Didática ensina também os princípios éticos que o educador deve ter, para não agir com autoritarismo e sim com autonomia,

Antes de ser um bom profissional o acadêmico, se forma como pessoa, tendo outra visão, muda seus conceitos, adquire novos conhecimentos. Ele aprende que cada aluno aprende de uma forma, e que quando é aplicada a metodologia certa o aluno vai desenvolver dentro de suas potencialidades, tornando-se futuramente uma pessoa crítica e reflexiva, mostrando a toda a comunidade escolar que ainda é necessário lutar, e hastear sempre mais a bandeira da educação.

4- Análise dos dados coletados na pesquisa.

Afim de investigar as experiências vivenciadas no campo de estágio e as contribuições da Didática e do Estágio Supervisionado, as pesquisadoras utilizaram-se da pesquisa de campo com os acadêmicos e professores do curso, além da pesquisa bibliográfica sobre o tema em estudo, ambas contribuíram com informações relevantes à pesquisa.

O primeiro questionamento direcionado aos acadêmicos buscava saber se as disciplinas metodológicas e o estágio contribuíram para sua formação no percurso da graduação. Em sua opinião quais são as contribuições das disciplinas de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado para o preparo do exercício da docência? Em relação à pergunta os entrevistados responderam:

> *Em minha opinião, a Didática e o Estágio Supervisionado são duas disciplinas que contribuem muito para a formação do professor porque nelas o acadêmico irá aprender como trabalhar com alunos, como utilizar os materiais dentro da sala de aula. E o estágio é uma porta para que possamos conhecer as dificuldades encontradas no contexto escolar. (Entrevistado 01)*
>
> *Em primeiro lugar, a disciplina de Didática contribui para a qualificação de nosso trabalho, ela é um componente essencial na vida do pedagogo, e em segundo lugar a disciplina de Estágio Supervisionado contribui para o aperfeiçoamento da minha profissão quanto mais estagiar, melhor será minha desenvoltura no campo profissional. (Entrevistado 02)*
>
> *Bom... Eu acredito que o ensino de Didática e o Estágio Supervisionado devem andar juntos, claro primeiramente temos que nos inteirar do ensino de didática, porque a didática ela consiste em técnicas e métodos de como vamos trabalhar em sala de aula; como devemos comportar diante dos alunos, a didática nos ensina isso, nos mínimos detalhes métodos e técnicas de como a gente deve lidar com determinados assuntos em sala de aula e no Estágio Supervisionado. (Entrevistado 04)*
>
> *A disciplina de metodologia é muito importante para nos preparar para o estágio. Já o estágio é um momento fundamental na vida de um acadêmico e tem uma grande importância no processo de formação profissional, já que ele é constituído de um treinamento, o qual possibilita ao estudante vivenciar o que foi aprendido com a metodologia. (Entrevistado 05)*
> *São de grande importância para preparar o acadêmico para a vida profissional como docente. (Entrevistado 06)*

Observamos aqui, que a realidade vivenciada pelas estagiárias, no campo de estágio, contribuiu de forma significativa no preparo do exercício da docência, como também no trabalho do supervisor escolar. Podemos observar na fala do entrevistado nº 04, o importante papel da didática em relação aos desafios em sala de aula, dessa forma concluiu que, tanto a Didática quanto o Estágio proporcionam uma articulação mais segura em campo.

Em relação à busca pelo preparo no exercício da profissão docente em diversas áreas da educação, ressalta Novóa:

> O docente na sua caminhada deve ser capaz de perceber as relações existentes entre as atividades educacionais e as relações sociais,

> entre outras, em meio ao qual o processo educacional ocorre. Tornando-se assim, capaz de com suas ações atuar como agente de transformações nessa realidade da qual faz parte, assumindo o seu papel social e o seu compromisso com a sociedade. (NÓVOA, 1992, p.67),

O compromisso de se preparar para atuar em sala de aula, compreender os desafios da realidade escolar, é uma preocupação constante dos profissionais que atuam no curso de pedagogia e dos acadêmicos na caminhada para sua formação.

Um fator importante também a ser observado, são as maiores dificuldades dos acadêmicos no decorrer do estágio, sobre isto, foi perguntado: quais são as dificuldades encontradas por você na realização do Estágio Supervisionado e no envolvimento da teoria e da prática ministrada no campo de estágio? Vejamos abaixo o que responderam os cinco entrevistados:

> *Não é fácil associar a teoria e a prática, todas assim no estágio; mas devemos nos lembrar de tudo o que nós estudamos na sala de aula na teoria e tentar aplicar na nossa prática pedagógica dentro da sala de aula, dificuldades para poder transmitir o que nós aprendemos dentro da sala de aula e passar isso para os alunos. (Entrevistado 01)*
>
> *As dificuldades encontradas geralmente são causadas por falta de preparo das estagiárias. (Entrevistado 02)*
>
> *Bom! A minha dificuldade seria adaptar o tempo das aulas para as atividades; porque quando eu comecei a fazer regência do primeiro ao terceiro ano, não consegui me adaptar no horário da escola, ás vezes faltava atividade, ás vezes passava, levava atividade a mais e eu não conseguia aplicar todas, então essa era uma dificuldade que eu tinha em adaptar ao tempo preciso, porque eu tinha teoria que havia passado dentro da sala de aula e aliar teoria e prática foi um pouco difícil, mas não impossível. (Entrevistado 03)*
>
> *Bom... posso dizer que no estágio supervisionado nunca tive dificuldades em ligar a teoria à prática porque eu sempre fui uma aluna modéstia à parte que sempre fui frequente na sala de aula e sempre procurava tirar minhas dúvidas com os professores e quando não entendia, quando eu chegava em casa pesquisava para ter um melhor entendimento. E quando ia para o estágio eu ia preparada. Geralmente quando vai ao estágio a gente pergunta o que eles estão estudando para complementar o estudo. Algumas disciplinas por eu ter feito há muitos anos, eu procurava aprender por isso eu não tive dificuldade em aliar a teoria à prática. (Entrevistado04)*
>
> *De modo geral, consegui em partes alcançar tanto as necessidades da escola quanto as minhas, por mais que no começo me senti um pouco perdida para começar a desenvolver as atividades e colocar em prática o que aprendemos na teoria, não por não saber, mas por ser um ambiente em que não trabalho. (Entrevistado05)*

> *Bom... não tive dificuldade no estágio supervisionado pelo contrário foi de grande importância, para complementar minha formação. (Entrevistado 06)*

> *Não tive dificuldade em nada, sempre fui bem orientada pelas educadoras que ministram essas disciplinas na faculdade, não me acarretando dúvidas. (Entrevistado07)*

De modo geral, foi analisado em relação à experiência do estágio na vida das acadêmicas, quais foram os pontos mais positivos que elas tiveram, quais estratégias foram usadas para vencerem as dificuldades e somarem à sua práxis uma metodologia diferenciada vinda da metodologia de Ensino de Didática.

O futuro pedagogo na pretensão de fazer a diferença na vida do educando, modificar através da educação histórias de vida e ser lembrado como referencial na vida de muitos educandos, este busca no âmbito do seu processo de formação, à luz dos teóricos, leituras diversificadas que os orientem na ampliação de conhecimentos e construção/reconstrução da identidade... Ao serem questionados sobre: quais são as contribuições dos teóricos da educação para a sua formação e para a qualificação no exercício da docência?Os entrevistados responderam com muito entusiasmo ao assunto:

> *Os teóricos da educação eles têm grande contribuição na nossa vida acadêmica como profissional, tantos como Piaget, Vygotsky, tantos outros que nós estudamos eles têm uma grande importância para a nossa formação, para que possamos desempenhar bem o nosso papel como educador. (Entrevistado 01)*

> *Paulo Freire contribuiu muito para minha formação profissional, ele nos ensina que é preciso amar o que fazemos, sem amor não é possível ser alguém, ser alguém realizado. (Entrevistado02)*

> *As contribuições dos teóricos estudados durante o período, o ano letivo são de grande ajuda porque a partir do momento que a gente passa a conhecer o entendimento dos teóricos a gente consegue associá-los no cotidiano de hoje, no cotidiano da criança, então fica bem mais fácil a gente poder adaptar a teoria e a prática juntamente com os teóricos. (Entrevistado 03)*

> *Com base nos teóricos que estudamos, eles nos mostraram; mostrou para mim, pra minha formação acadêmica que o Estágio Supervisionado e a Didática você deve estar colocando sempre em prática e trouxe muitas coisas boas para meu conhecimento que; pude assim aprender coisas que eu não sabia, mas, foi em meus estágios que eu tive muitas experiências. (Entrevistado 04)*

Para mim, os teóricos da educação concretizaram seus pensamentos e a partir deles foram surgindo novas formas de se trabalhar na escola. (Entrevistado 05)

Importante para contribuir com as matérias e completamente das aulas dos professores. (Entrevistado 06)

Uma contribuição enorme, pois eles nos ajudaram a desenvolver nossos conhecimentos precisos para a execução da prática. (Entrevistado 07).

As acadêmicas deixaram bem claro que para ter e ser um bom profissional é importante ter os teóricos da educação como base em suas reflexões para o exercício da profissão. Foram compreendidas, na visão das acadêmicas, as contribuições dos teóricos para o exercício da vida profissional, porque é essencial que os futuros pedagogos se sintam autônomos e tenham foco e prazer pelo o que fazem.

Cientes de que a formação docente oferece desafios constantes, para isto o professor deve visar seus conhecimentos profissionais para inserir-se em um mercado competitivo. E prosseguindo com as entrevistas indagamos aos entrevistados quais são as metodologias usadas pelos professores para ensinar a dar aulas? Obtivemos as seguintes respostas.

Bom, em minha opinião, não atende totalmente todas as demandas sempre falta alguma coisa, algum equipamento para trabalhar dentro da sala de aula, eu acho que assim não é cem por cento, mas os professores têm utilizado metodologia diferenciada que tem ajudado bastante (Entrevistado01)

Sim, durante esses quatro anos na faculdade nós alunos somos bem instruídos, saímos com uma base bem construída. (Entrevistado2)

Os entrevistados 3,4 e 5 foram unânimes em suas respostas quando responderam que:

A metodologia usada pelas professoras é de grande ajuda, porque elas explicam como são feitas as atividades, como se deve passar as atividades, brincadeiras. Na escola em que fiz estágio os professores são bem dinâmicos, a metodologia de ensino deles não distrai a atenção dos alunos, já na prática vai além do que eu imaginava antes de cursar uma faculdade. Orientam sobre o uso do espaço da escola para aulas práticas, atividades em grupo, a criação de novas estratégias para ampliar o desenvolvimento do estudante e a construção de um ambiente escolar mais unido e agradável.
(Entrevistados 03, 04 e 05)

O uso de data show, pois tais métodos podem influenciar na aprendizagem dos acadêmicos. (Entrevistado 06)

Slides, biblioteca, projetos, dentre outros são de total contribuição para o acadêmico. (Entrevistado07)

De acordo com os relatos dos entrevistados, as metodologias utilizadas pelos professores do curso são diversificadas e significativas no processo de formação acadêmica, cada professor trabalha de uma forma, almejando objetivos que justifiquem a boa prática. É para isso que serve a didática, cada um tem um jeito de dar as suas aulas e orientar aos futuros professores com novas maneiras de ensinar, para que o aluno tenha um aprendizado mais significativo.

Quando perguntados sobre a Didática como teoria na organização do planejamento escolar e o sucesso na prática os entrevistados responderam muito bem. Na sua visão, compreender a Didática como teoria é um grande progresso para a prática? É ela que auxilia na organização do planejamento? Justifique.

> *Sim. Com certeza a didática ela tem uma grande importância porque ela nos prepara para a prática porque o professor precisa ter uma didática, uma dinâmica que auxilia para fazer o planejamento escolar, o planejamento ele nos dá o suporte para isso. (Entrevistado 01)*
>
> *Sim. Sem a didática no contexto escolar não seria possível realizar um bom trabalho (Entrevistado 02)*
>
> *A meu ver a contribuição do estágio para mim seria se realmente a gente quer mesmo trabalhar com crianças e que quando terminar a faculdade eu vou continuar com essa profissão, ou se vou fazer outra coisa, então o estágio vem para mostrar para o acadêmico se realmente é isso que ele quer. (Entrevistado 03)*
>
> *Contribui muito para as disciplinas de Didática e Estágio onde levam o acadêmico a ter mais conhecimento e prática no decorrer dos seus estudos. (Entrevistado 04)*

O professor do século XXI preocupa em grande parte da sua prática docente no curso de formação, em propiciar ao acadêmico um aprendizado que lhe assegure compreensão e criticidade frente às exigências do mundo globalizado.

Na fala dos entrevistados 04 e 05, destacamos a preocupação dos mesmos em estarem preparados para conviver com os desafios da profissão e estarem sempre preparados para dialogar com a nova realidade do espaço escolar.

> *Por meio da Didática e do Estágio pude perceber que o supervisor escolar a todo o momento, lida com pessoas, professores, alunos e pais. Durante o estágio tive a oportunidade de conviver com diversas situações as quais serviram e servirão como aprendizagem e experiências para o resto da minha*

vida, tanto profissional quanto para o meu crescimento pessoal. (Entrevistados 04 e 05)

Sim, pois para irmos para a prática temos de estar preparados com a didática, pois todos andam junto com o planejamento, pois, são complementos. (Entrevistado06)

Sim. Sem teoria não é possível ter conhecimento básico de nada, sem teoria não é possível a prática. (Entrevistado07)

Foi compreendido que a teoria é um grande progresso para a prática, a disciplina de Didática é a base para o exercício da docência juntamente com Estágio, pois irá colocar em prática o que foi ensinado em sala de aula. Porque é ela que vai ajudar no planejamento do professor, mostrando qual metodologia esse professor vai usar para ensinar seus alunos da forma que atenda suas expectativas.

Na entrevista realizada com os docentes que atuam no curso de formação, com as disciplinas de Didática e Estágio Supervisionado, foi relatado a compreensão do papel do professor formador, e ao mesmo tempo facilitador do acesso do futuro pedagogo ao conhecimento do seu fazer pedagógico.

Ao serem perguntados: Em sua opinião quais são as contribuições das disciplinas de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado para o preparo do exercício da docência? Vejamos o que responderam os professores:

Olha, em minha opinião, o Estágio Supervisionado tem grande relevância na formação inicial de professores; porque no percurso do estágio as reflexões acontecem de forma muito significativa na vida do acadêmico, através das experiências vivenciadas durante o estágio. Vejo nas disciplinas metodológicas uma grande contribuição, pois estas proporcionam aos futuros docentes um aprimoramento, através da teoria aliada à prática de ensino. (Professor 01)

As metodologias preparam os acadêmicos do curso de Pedagogia para o ensino dos conteúdos de forma sistematizada. Essa disciplina se preocupa com o porque ensinar, para que ensinar e para quem ensinar, e como ensinar, com ênfase na estruturação dos conteúdos e transposição didática. O Estágio Supervisionado em todas as suas etapas tem a função de apresentar a instituição escolar para os acadêmicos, levando em consideração a realidade da prática docente, suas manifestações, as situações cotidianas no ambiente escolar, bem como a diversidade de situações que ali se apresentam diariamente. (Professor 02)

Essas disciplinas são cruciais para o exercício da docência, uma vez que, as metodologias norteiam a ação pedagógica. Através das diversas metodologias específicas das disciplinas básicas do Ensino Fundamental o futuro docente aprende o passo a passo para trabalhar os conteúdos dessas

> *disciplinas. Já o estágio supervisionado oportuniza - lhe o exercício dessa metodologia na prática. Através do estágio o acadêmico depara com a realidade de uma sala de aula e com uma visão crítica percebe o quanto ele pode aplicar as teorias aprendidas com metodologias. (Professor 03)*

De forma bem clara e objetiva, os professores relataram que o Estágio Supervisionado vem mostrar ao acadêmico que ele tem a finalidade de apresentar-lhe a responsabilidade de sua profissão, a forma que ele vai ensinar seus educandos, para que eles tenham uma aprendizagem mais significativa, e que suas aulas sejam reflexivas, dinâmicas e agradáveis.

Sabemos que a postura do professor contribui muito para o aprendizado do aluno, a maneira de conduzir as aulas pode deixar marcas que serão decisivas na maneira de agir e enxergar o mundo. Quando questionados sobre as dificuldades que eles têm encontrado na realização do Estágio: quais são as dificuldades encontradas por você na realização do Estágio Supervisionado e no envolvimento da teoria e da prática ministrada no campo de estágio?

> *Bom, de início as dificuldades apresentadas, são a forma de conciliar datas e horário do estagiário com a empresa onde trabalha e com a Instituição/Escola campo de estágio. Isto ocorre às vezes, devido ao calendário específico da escola e o cronograma das avaliações, eventos e demais atividades do cotidiano escolar que, em alguns momentos não podem ser interrompidas, como as avaliações entre outras atividades. Mas sempre a IES conta com a parceria de várias escolas locais que têm sido solidárias e muito acolhedoras, oportunizando aos futuros professores e pedagogos, a refletirem sobre a realidade escolar e compreenderem o elo existente entre a teoria, a prática pedagógica e a escola. Quanto à prática ministrada no campo de estágio é muito relativo, vai muito da forma de como o acadêmico se vê nesse processo de formação, como ele constrói e reconstrói sua identidade profissional, para o desenvolvimento de uma ação vivenciada e reflexiva, ligada às teorias pedagógicas estudadas no curso de graduação. (Professor 01)*
>
> *As maiores dificuldades se assentam nas questões pessoais de cada acadêmico, como por exemplo, tempo para a realização do Estágio. Quanto à relação teoria e prática, considero tranquilo, uma vez que as disciplinas que ministro durante todo o curso me fornecem espaço para a prática pedagógica em consonância com a teoria acadêmica. (Professor 02)*
>
> *As maiores dificuldades são: convencer o estudante sobre a importância do estágio; fazê-lo entender que sem as teorias as práticas serão dissociadas de significado; mostrar-lhes que é preciso compromisso consigo mesmo para fazer um bom estágio; estabelecer parâmetros éticos que deverão adotar, pois a escola tem uma realidade bem distinta das teorias. Também acho difícil quando eles não conseguem conciliar sua carga horária de trabalho com o estágio. (Professor 03)*

Na realidade, o despreparo das acadêmicas para o campo de estágio se dá pela insegurança de colocar o que aprenderam em sala de aula em prática, e os ajustes dos horários de Estágio com o cronograma da escola.

Essa sobrecarga de responsabilidade é depositada sobre o professor contemporâneo que em sua prática cotidiana precisa dar respostas rápidas à sociedade que espera do *"lócus"* escola pessoas que compreendam o valor da educação para transformar o mundo.

Nesse sentido, Nóvoa (1992, p. 24) ressalta que: "não devemos confundir formar e forma-se". Formar significa gente pensante, com senso crítico aguçado capaz de perceber e combater as injustiças, que lute por seus direitos e tenha consciência social para argumentar criticamente.

Quando perguntado: em sua opinião, quais são as contribuições dos teóricos da educação para a sua formação e para a qualificação no exercício da docência?

> *Os teóricos contribuem bastante no processo de formação do docente, pelo fato das leituras realizadas nos orientarem a buscar novos caminhos, trazerem novas reflexões sobre uma prática pedagógica consciente acrescida de exímios valores no campo de estágio e na vida profissional em que o docente irá atuar. (Professor 01)*
>
> *Não há prática sem teoria e vice e versa. As teorias fundamentam o nosso agir pedagógico. As práticas revelam o quanto nos envolvemos com a aprendizagem teórica. (Professor 02)*
>
> *Todos os nossos teóricos, independentemente de sua época, são extremamente importantes para a formação de qualquer estudante. Esses teóricos pesquisaram, confrontaram teorias, apresentaram novas reflexões e através de seus trabalhos, nós educadores aprendemos como educar. Sabemos que há uma educação informal pela qual todos passam, mas a educação formal sistematizada e ministrada nas escolas se sustenta em teorias desses estudiosos. Assim sendo, posso afirmar que sem a teoria poderíamos ser bons educadores, mas com as teorias bem refletidas e adequadamente aplicadas, podemos ser excelentes educadores. (Professor 03)*

Como podemos perceber na fala dos entrevistados, não existe a boa prática sem que haja teoria. Os teóricos com sua visão pedagógica ajudam muito as acadêmicas de pedagogia e os docentes a pensarem de forma diferenciada, porque eles são a luz para a teoria e para uma prática reflexiva.

A 4º pergunta feita aos entrevistados foi: quais são as metodologias usadas pelos professores para ensinar a dar aulas?

> *Bom, há uma diversidade de metodologias a serem exploradas, os docentes que atuam no curso de formação de professores estão sempre atentos sobre o uso de metodologias adequadas, que possam proporcionar ao acadêmico vivenciar na teoria e prática situações do cotidiano escolar, despertando assim o amor pela profissão docente. Guiá-los sempre nos caminhos da pesquisa é o nosso lema, a pesquisa abre caminhos, ensina aos acadêmicos construir pontes dos saberes docentes. Dentre as metodologias usadas através de uma prática construtivista destacamos: o trabalho em equipe, o diálogo entre os acadêmicos, debates, seminários, dinâmicas de grupo, mesa redonda, projetos, visitas guiadas ao Museu e pontos turísticos locais, sempre compartilhando ideias e informações em todas as atividades desenvolvidas. (Professor 01)*

> *As metodologias devem ser variadas e específicas para cada nível, grupo e turma de alunos. O que dá certo com uma turma nem sempre favorece a outra. Devemos preparar nossa prática com base na diversidade de pessoas, culturas, inteligências, ambiente. Enfim, não existe um único método, uma receita. Vamos diversificando os instrumentos a partir das necessidades que vão surgindo. (Professor 02).*

> *Não posso precisar quais metodologias outros professores utilizam. Eu tento aliar metodologias mais antigas às mais modernas, através de uma reflexão crítica me posicionando e utilizando aquelas que são mais aceitas pelos alunos, afinal o grande papel do docente é o ensinar. É evidente que a maior metodologia deve ser sempre estar aberto a novas aprendizagens como o próprio Paulo Freire sempre afirmava "somos eternos aprendizes" Um professor que se fecha no alto de seu saber jamais contribuirá com uma boa formação de ninguém. Temos que aprender a aprender, temos que ter uma formação continuada, ter humildade de entender que quanto mais aprendemos menos sabemos, pois o conhecimento só nos liberta se for compartilhado e para compartilhá-lo ele não pode ser obsoleto. (Professor 03)*

É importante que em cada nível de ensino seja usada uma metodologia diferenciada, pois cada acadêmico tem sua maneira de aprender. Entendemos que o professor deve exercer sua prática de maneira responsável e consciente do seu papel formador na vida do acadêmico.

E para encerrarmos a entrevista perguntamos aos professores: Na sua visão, compreender a Didática como teoria é um grande progresso para a prática? É ela que auxilia na organização do planejamento? Justifique.

> *A didática tem um grande significado no processo de ensino e aprendizagem na formação do futuro docente, aliada à teoria e prática, a Didática prepara o aluno estagiário para iniciar suas primeiras experiências a serem ministradas no campo de estágio, dentro da proposta da disciplina do Estágio Supervisionado. (Professor 01).*

> *É impossível ser docente sem didática. A Didática é o principal ramo da Pedagogia e tem a função de preparar os docentes para o exercício da profissão. O Estágio, como já disse, mostra a realidade para a qual o*

> *acadêmico está se preparando para enfrentar. (Professor 02)*
>
> *Sem dúvida a didática norteia toda ação docente. É pela didática que aprendemos que metodologias usar, é por ela que aprendemos a importância de um planejamento, bem como a importância de uma avaliação. Evidentemente só podemos ter uma boa prática pedagógica se tivermos o mínimo de noção sobre a didática. Muitas pessoas que nunca estudaram cursos de formação de professor criticam alguns docentes dizendo que eles não têm didática. Isso deixa claro para todos nós que a didática realmente é primordial para a formação docente, mas temos que lembrar que além da didática é preciso ter um senso crítico sobre si mesmo, ter ética, compromisso com sua formação, consciência da importância do trabalho de um educador e o principal elemento da didática docente é AMAR a profissão de educador. Você precisa ser abnegado, pois embora a docência seja uma profissão e não uma missão, o educador às vezes tem que ser mais que educador para um aluno. E quem não ama a profissão não tem sensibilidade para enxergar a profundidade desse trabalho. Você tem que SER educador e não ESTAR educador. (Professor 03)*

Segundo os relatos dos professores entrevistados, a disciplina de didática tem um importante papel na vida do acadêmico, pois é ela que o forma enquanto pessoa, para que ao chegar na prática que é o Estágio Supervisionado, ele o faça com mais eficácia.

Ainda sobre os relatos dos professores é importante dizer que os mesmos foram unânimes em ressaltar a necessidade da formação, afirmaram com muita certeza que os conhecimentos pedagógicos são de extrema importância na formação do professor, independente da formação. Hoje a realidade das escolas deixa claro a falta de conhecimento nesta área, o que prejudica a atuação do professor que, muitas vezes, não consegue identificar as dificuldades dos alunos.

Nesse sentido, (PIMENTA, 2005, p. 36) nos orienta que: “o professor é aquele que ensina, isto é, dispõe os conhecimentos aos alunos, o verdadeiro educador é aquele que mostra aos acadêmicos as diversas possibilidades que a profissão ensinada na graduação pode lhe trazer, bem como o sucesso e a realização profissional”. Para a autora o professor do curso de graduação, seguro da sua prática no uso das suas habilidades, é capaz de orientar melhor a necessidade da boa prática aos futuros pedagogos.

Considerações Finais

Durante a pesquisa cujo tema foi a Formação do Professor e as Contribuições das Disciplinas de Didática e o Estágio Supervisionado na Formação dos acadêmicos, ficou comprovada a contribuição dessas disciplinas no processo de formação do pedagogo. Elas nos

mostram que a teoria e a prática andam sempre juntas, e que os teóricos da educação têm um papel fundamental na trajetória desses futuros profissionais da educação, preparando-os para que possam se sentir jubilosos em transmitir o seu conhecimento para seus alunos, e que estes alunos sejam adultos críticos, dinâmicos, reflexivos voltados para uma educação melhor e mais humana.

A pesquisa serviu como estudos e reflexões para outros que desejarem desenvolver pesquisas sobre a temática. A disciplina de Didática e Estágio Supervisionado jamais poderão estar distantes uma da outra, porque uma completa a outra, tanto para a formação profissional, quanto pessoal de cada acadêmico do curso de Pedagogia. Pretendeu-se com esta pesquisa, compreender melhor as suas contribuições no processo de formação dos futuros pedagogos na perspectiva dos professores e graduandos da IES em João Pinheiro.

O desenvolvimento do tema nos permitiu enquanto pesquisadoras articular sobre o conhecimento adquirido ao longo do curso, com as contribuições das referidas disciplinas para a formação desses futuros professores, em vários espaços, os quais são oferecidos no leque do curso de pedagogia.

Ao investigar de que forma ambas influenciam a sua carreira profissional, obtivemos como resposta que a contribuição é muito valiosa. Podemos afirmar que foi muito interessante percorrer através da pesquisa, o caminho dos acadêmicos e dos docentes do curso de pedagogia da IES, e assim perceber o quanto o processo de formação e de formadores influencia no cotidiano e no fazer pedagógico dos sujeitos da pesquisa.

Foi concluído que os docentes no uso das suas habilidades práticas buscam uma metodologia diversificada, e que estas devem ser variadas e específicas para cada nível, grupo e turma de alunos.

As acadêmicas concluíram que a Didática e o Estágio Supervisionado são duas disciplinas que contribuem muito para a formação do professor porque nelas o acadêmico irá aprender como trabalhar com alunos, como utilizar os materiais dentro da sala de aula, que o professor precisa ter didática, ter postura, porque a alicerce da sala de aula é o professor.

As mesmas responderam que as maiores dificuldades estão em entrelaçar a teoria com a prática, geralmente por falta de preparo das estagiárias. Também foi ressaltado que a dificuldade seria em adaptar o tempo das aulas para as atividades, conseguirem se adaptar no horário da escola, às vezes faltava atividade, às vezes passava, levava atividade a mais então essa era uma dificuldade que tinham em adaptar ao tempo preciso.

As acadêmicas ressaltaram a importância dos teóricos da educação para a sua formação. Esses grandes mestres da educação tiveram uma grande contribuição para formação das futuras docentes, e também para que elas possam desempenhar bem o seu papel como educadoras.

Na visão das discentes, há várias metodologias diferenciadas usadas pelas professoras, pois, elas usam data show, quadro, biblioteca, dentre outras, elas afirmaram que os diferentes métodos utilizados influenciam na aprendizagem dos acadêmicos, fazendo com que essas aprendizagens sejam mais significativas, e quando se tornarem professoras vão usar diferentes metodologias de ensino para formar pessoas críticas, reflexivas capazes de mudar a si e a todos à sua volta.

Referência Bibliográfica

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas, 1952-**Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**/RAIMUNDA Abou Gebran. São Paulo: Avercamp,2006.

BURIOLLA, Marta Alice Feitem: **Estágio Supervisionado.** 3. ed. -São Paulo: Cortez 2001.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **A prática de ensino e o estágio supervisionado** [et al]; Stela Bertholo Piconez (cood), Campinas-SP: Papirus, 1991- (coleção magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,2005.

NÓVOA, A. **Profissão Professor**. 2 ed. Porto: Porto Editorial, 1992.

NÓVOA, A. **Vidas de professores.** Os professores e suas histórias de vida. Porto Editora. (2000).

PIMENTA, Selma Garrido, 1943- **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** /6º ed.-São Paulo: Cortez, 2005.

PIETROBON, Sandra Regina Gardacho, (Organizadora) **Estágio Supervisionado curricular na graduação:** experiências e perspectivas. Curitiba: Editora CRV, 2009.

RICHARDSON, RJ. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: 1999

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

PROFESSORES INESQUECÍVEIS: a importância da afetividade na relação professor aluno

Kênia Alves Silva*
Danielle Ribeiro Ganda**

Resumo: As pesquisas na área da Educação e da Psicologia revelam que a afetividade na relação ensino-aprendizagem é de suma importância, pois o vínculo positivo entre professor e aluno favorece o rendimento escolar. Deste modo, em seu exercício profissional, o professor deve visar não apenas ao ensino dos conteúdos pedagógicos, mas também a construção de relações afetivamente positivas com seus alunos o que os torna, conforme a literatura, professores inesquecíveis. Tendo em vista a relevância do tema, o presente artigo teve o objetivo de identificar, por meio de uma revisão de literatura, o perfil dos bons professores que se tornam inesquecíveis na vida de seus alunos. A partir da análise da literatura sobre o tema, identificam-se as seguintes características de um professor considerado inesquecível: domínio do conteúdo pedagógico, boa didática, motivação para ensinar e afetividade na relação com os alunos.

Palavras-chave: Docência. Aprendizagem significativa. Processo de ensino e aprendizagem.

Abstract: Research in the Education and Psychology field reveals that affectivity in the teaching-learning relationship is utmost important, since the positive bond between teacher and student favors school performance. Thus, in his/her professional practice, the teacher should aim not only to teach pedagogical contents, but also to construct affectively positive relationships with his/her students which makes them, according to the literature, unforgettable teachers. Considering the relevance of the theme, this article aimed to identify, through a literature review, the profile of good teachers who become unforgettable in the lives of their students. From the analysis of the literature, we identify the following characteristics of a teacher considered unforgettable: domain of pedagogical content, good didactics, motivation to teach and affectivity in the relationship with students.

Keywords: Teaching. Meaningful learning. Teaching and learning process.

*Aluna do curso de Pedagogia da Faculdade Patos de Minas (FPM). E-mail: kenias449@gmail.com
**Professora no curso de Pedagogia da Faculdade Patos de Minas (FPM). Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: danielleganda@hotmail.com

Recebido em 10/04/2019
Aprovado em 21/04/2019

1 INTRODUÇÃO

O processo de ensino e aprendizagem envolve a participação ativa de alunos e professores no contexto escolar. Sabe-se que a atuação docente é de suma importância na educação e formação das crianças e jovens, pois o professor não apenas ensina, mas também se torna um modelo na vida de seus alunos. No entanto, deve-se questionar se este modelo tem sido visto de forma positiva ou negativa e qual a relação que tem com a aprendizagem e o desempenho escolar de seus alunos.

Um professor inesquecível é aquele que, dentre várias características, consegue promover uma aprendizagem significativa de seus alunos. Essa aprendizagem ocorre quando o conteúdo novo ensinado apresenta uma estrutura lógica e interage com conceitos relevantes, claros e disponíveis na estrutura cognitiva do aluno, sendo então por eles assimilados; favorecendo assim os princípios de diferenciação, elaboração e estabilidade, deveras importantes para a aprendizagem (AUSUBEL, 1968).

A afetividade é um dos pontos chave para os docentes, mediadores do conhecimento, pois, com a criação de relações afetivamente positivas entre professor-aluno, constroem-se as condições de salas de aulas cada vez mais estimulantes e significativas. Salienta-se que os docentes percorrem um longo caminho até serem reconhecidos como professores inesquecíveis pelos os alunos, mas para uma boa prática é essencial a dedicação à profissão, o afeto e o respeito pelos discentes e uma busca constante por aprimorar o seu fazer em sala de aula.

O presente estudo faz reflexões sobre a afetividade, que se ressalta ser um fator importante para a construção de uma relação de respeito e carinho. No entanto, os professores têm encontrado muitas dificuldades em seu exercício profissional que vão desde as condições de trabalho até o comportamento dos alunos. Essas situações têm afetado a motivação, a autoestima e o relacionamento dos docentes com os alunos, impactando no seu desempenho em sala. Isso ocorre, muitas vezes, devido à falta de um vínculo afetivamente positivo entre professor e aluno, uma vez que muitos conflitos só acontecem pela falta do diálogo entre a escola e os alunos e familiares.

Segundo Tiba (2006, p. 68)

> As consequências imediatas dessa situação são o desinteresse dos alunos em aprender e a diminuição da capacidade do professor para ensinar. Repetências, migrações e abandonos escolares são ocorrências muito frequentes, que acabam escapando do controle dos responsáveis.

Uma educação afetiva só pode ser consolidada a partir de uma boa relação dos docentes, discentes, equipe pedagógica, a família e toda a comunidade escolar. Na construção de uma relação ideal entre professores e alunos deveria haver uma aproximação, de maneira que o professor acompanhasse a trajetória escolar de seus alunos, considerando também a sua realidade nos âmbitos pessoal, familiar e social, ajudando-os da melhor maneira possível. Desse modo, tendo em vista a relevância do tema, o presente artigo teve o objetivo de identificar, por meio de uma revisão de literatura, o perfil dos bons professores que se tornam inesquecíveis na vida de seus alunos.

2 AFETIVIDADE NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Segundo Cunha (2011, p.22) “a escola é uma instituição contextualizada, isto é, sua validade, seus valores, sua configuração varia segundo as condições histórico-sociais que a envolvem”. Deste modo, é importante salientar que a escola deve trabalhar sincronizada e contextualizada com a realizada que a comunidade está inserida, porque só assim os docentes tornam-se inesquecíveis com um trabalho em conjunto com os membros da comunidade escolar: coordenação, professores e alunos. Contudo, o trabalho tem se tornado cada vez mais difícil, pois há falhas na formação docente durante o percurso da faculdade.

Quando, na prática, o professor depara-se com problemas que não sabe como resolver, sente-se frustrado e desestimulado, o que pode, consideravelmente, afetar o processo de ensino e a aprendizagem dos estudantes. Quanto a isso, Fita (1999) explica que, muitas vezes, para o aluno ter motivação em aula é importante ter um bom professor que também esteja motivado e que utilize de estratégias para motivar os seus alunos.

De acordo com Karnal (2014), do ponto de vista prático, uma boa aula é um cruzamento de quatro linhas de força. A primeira diz respeito ao professor. A segunda é o conteúdo em si. A terceira está nas condições externas (ambiente, barulho externo, iluminação, calor, conforto da sala etc.). A quarta e mais importante diz respeito aos alunos. Dessa forma, os alunos são o foco de maior preocupação por parte dos professores, tendo em vista que há série de fatores capazes de prejudicar sua concentração, raciocínio e, consequentemente, sua aprendizagem. Além disso, para que de fato ocorra uma aprendizagem significativa é necessário haver uma interação entre o professor, o aluno e os seus conhecimentos prévios, permeada por afetividade. Deve haver respeito, afeto mútuo e capacidade empática no processo de ensino e aprendizagem.

Pois, nos dias atuais, devido à crise na educação brasileira, não basta ser um bom, mas sim um excelente profissional. Cury (2003, p.13) afirma que "os professores precisam incorporar hábitos dos educadores fascinantes para atuar com eficiência no pequeno e infinito mundo da personalidade de seus alunos".

Neste sentido, ressalta-se que a afetividade tem se destacado como tema relevante devido ao grande número de professores desmotivados com sua profissão. É de conhecimento geral que a carreira docente é deveras desafiadora e, portanto, devem-se buscar constantemente estratégias que venham a favorecer o processo de ensino e de aprendizagem. É importante lembrar que educação de qualidade é direito de todos e dever do estado, mas o que se percebe ver que a educação pública tem decaído em qualidade. Dentre os inúmeros fatores que contribuem para esse quadro, destacam-se as precárias condições de trabalho, as mudanças na educação familiar, o comportamento dos alunos em sala, a falta de reconhecimento social da profissão docente, a burocracia pedagógica, entre outros.

Afetividade é ainda um tema considerado recente, por isso há dificuldades por parte dos coordenadores em sua abordagem com sua equipe. No entanto vem se mostrando frequente o trabalho sobre o assunto, principalmente na educação infantil, pois se sabe que a base para uma formação acadêmica esta nos anos escolares iniciais. É nessa fase se constrói uma autoestima positiva, o amor pelo saber, a crença de autocompetência e a criação de laços interpessoais que, muitas vezes, são levados para a vida toda.

Desta forma, Rubem Alves (2010) fala que:

> [...] de cor passou a ser usada de forma pejorativa na palavra decoreba, para significar um conhecimento mecânico e burro. Mas de cor vem da palavra latina que quer dizer coração (cor, cordis). Assim, saber alguma de cor é mais que saber de cabeça. É saber que mora no lugar onde a vida pulsa. A cabeça pode esquecer, mas aquilo que foi aprendido com o coração não é esquecido nunca.

Concordando com a argumentação do autor, afirma-se que o trabalho sobre a afetividade deveria começa nos cursos de graduação como uma disciplina obrigatória, para que assim os graduandos discutissem estratégias que podem facilitar a relação entre professor-aluno. Pode-se também fazer programas de extensão nas reuniões de formações oferecidas pelas a escolas em que os docentes refletem através de filmes, textos, debates e palestras sobre o tema, não só para os professores, mas também para os alunos. Para a construção de uma boa relação interpessoal é necessária uma parceria entre todas as partes envolvidas no processo de ensino

aprendizagem. Neste sentido não poderia deixar de dizer que para que acontecer um trabalho de qualidade os responsáveis pelos estudantes têm que estar sempre presentes na vida acadêmica de seus filhos, pois uma "ponte não se constrói sozinha", ou seja, para se conseguir tem o sucesso desejado precisa-se trabalhar em conjunto, como um todo.

Nesse ponto, deve-se ressaltar que a autoestima positiva dos alunos é um ponto importante para a construção de uma aprendizagem significativa e para uma boa relação interpessoal. Os professores são peças chave para a construção dessa autoestima positiva de seus alunos, pois, cada palavra dita pelo docente pode afetar os estudantes de maneira positiva ou negativa mostrando a importância de cuidar das palavras ditas, uma vez que podem afetar a forma como o aluno, que é um ser humano em formação, poderá se ver durante toda a vida.

Pondera-se, inclusive, que os estudantes que tem a autoestima baixa podem ter em casa pais agressivos, autoritários ou perfeccionistas que cobram muitos de seus filhos e que talvez não saibam da importância do elogio, do afeto e do incentivo para o desenvolvimento emocional de seus filhos (OLIVEIRA, 2014). Geralmente esses alunos escutam diariamente frases como " Não fez mais que sua obrigação" ou "Melhor não fazer do que fazer mal feito", quando na verdade deveriam ouvir " "Você é capaz" ou "Eu acredito no seu potencial", etc. Oliveira (2014, p.24) afirma que deve-se compreender que "educar não significa impor uma conduta adequada através de gritos e ordens arbitrárias", uma vez que provoca-se assim uma reação de agressividade e rebeldia dos alunos, pois eles aprendem que quem grita mais, tem mais poder e que mentir é a melhor opção para evitar o castigo. Para a autora, a crítica pode e deve existir, mas de forma que os estudantes não sejam humilhados, ao mesmo tempo em que sejam ressaltadas as qualidades com carinho, pois "a crítica, a disciplina, a confiança e o afeto devem caminhar juntos" (OLIVEIRA, 2014).

3 PROFESSORES INESQUECÍVEIS: A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE

Nas últimas décadas, tem-se observado que a estrutura familiar tradicional não é mais a única. Há vários modelos de famílias na sociedade e devido a essas transformações que vem acontecendo na sociedade, crianças e jovens com rotinas rigorosas, pai e mãe inseridos no mercado de trabalho, de maneira que a escola tenha se tornado uma segunda casa para os alunos. Diante dessas mudanças, o professor transformou-se em um ponto de referência afetiva e moral para o seu aluno, pois a maior parte do seu dia é com o docente e toda a equipe escolar.

Nota-se assim a importância do papel do professor diante da formação da nova geração e dos consideráveis desafios que advém dessa situação para todos os educadores envolvidos com as crianças e jovens. Alves (2010) discorre que além de ser um ótimo profissional no que tange as questões didático-pedagógicas, o docente deve também ser um indivíduo motivado pelo seu fazer, uma vez que deve estimular a motivação de seus alunos. Para o autor, "a tarefa do professor é a mesma da cozinheira: antes de dar faca e queijo ao aluno, provocar a fome... Se ele tiver fome, mesmo que não haja queijo, ele acabará por fazer uma maquineta de roubar queijos". (ALVES, 2010, p.55)

Enfatiza-se assim a importância da motivação no trabalho do professor que queira fazer a diferença em seu trabalho. É de suma importância que professor esteja motivado, pois um docente entusiasmado dedica-se mais às suas atividades, busca diferentes estratégias para ensinar e contagia os seus alunos. Uma maneira que muitos professores buscam para motivar seus alunos e mostrar para os mesmos a importância do conteúdo, dar um significado prático para aquilo que está sendo repassado a eles. Mitchell (1993) revela que uma estratégia motivacional seria a de ensinar partindo dos interesses pessoais e valores dos próprios alunos. O aluno passará a ver significado e importância nas aprendizagens dos conteúdos escolares se estas estiverem de algum modo relacionadas com sua realidade de vida e interesses pessoais. (MITCHELL,1993; REEVE *et al.*,2004)

O professor deixou de ser o detentor do conhecimento passando ser somente o mediador, orientador onde quem busca o conhecimento são os alunos dando, assim, mais autonomia para os estudantes, impulsionado, cada vez mais, a criação de uma amizade entre professor e aluno (TIBA, 2006). A criação de uma relação de respeito e amizade se faz necessário para que haja um processo onde o docente possa transmitir de forma clara todas as perguntas e dúvidas necessárias para que os alunos pensem e busquem pelo conhecimento. A função do professor é a de mediar o ensino e dar oportunidades para os discentes busquem informações por conta própria. A afetividade entre os envolvidos nesse processo faz com que a aprendizagem se torne significativa, os professores amigos de seus alunos trabalham com as realidades dos mesmos, pois através da amizade dão oportunidades para que os docentes façam partes de seus mundos.

O autor Leandro Karnal (2012) afirma que

> Nas suas glórias e defeitos, a origem dos alunos permite adequar a linguagem, focar mais o trabalho e saber quais caminhos seguir ou evitar. Preste atenção aos pais, não se irrite muito e, acima de tudo, não pense que os pais têm o controle total sobre o que ocorre com seus filhos. Assim, não tribute todos os

> males a formação familiar. Ninguém tem controle absoluto sobre o que resulta uma pessoa nem os pais e nem você (KARNAL, 2012, p.64)

Deve-se destacar a importância do professor trabalhar com seus alunos as emoções. Dessa forma, o aluno terá liberdade para se comunicar com o professor sobre assuntos da aula que podem ser resolvidos ali mesmo sem prolongar o problema ou mesmo sobre assuntos pessoais. Quando se trabalha as emoções é necessário que o docente se mostre disposto a ouvir a se posicionar de maneira respeitosa sobre o assunto criando um vínculo afetivamente positivo com os alunos, o que facilita sobremaneira seu trabalho e o convívio com a turma.

Sendo assim, para se tornar um professor inesquecível para os alunos o primeiro passo é identificar-se positivamente com a sua profissão, uma vez que os estudantes percebem quando os docentes gostam do seu trabalho e se importam com a formação e o bem-estar de seus alunos. Há, por exemplo, casos de alunos rotulados como indisciplinados que mudam consideravelmente o seu comportamento após encontrar um professor que acredita em seu potencial e que busca alternativas diferentes para estimular seu interesse pela aprendizagem. Nesse sentindo, Tiba (2006, p. 70) salienta que “a indisciplina e o desinteresse pela a disciplina são resultado natural no aluno ignorado pelo o professor”. O autor diz ainda que atualmente se responsabiliza o aluno pela falta de aprendizado, pois muitos professores acreditam que o ensino deve ser passivo, em cabe ao professor ensinar e aos alunos apenas escutar e aprender (TIBA, 2006).

Professores inesquecíveis têm algumas características que são marcantes para os alunos e também para os pais. A primeira delas é o domínio do conteúdo, pois se transmite segurança ao aluno quando se está ensinando. Deve também saber usar de diferentes estratégias pedagógicas para estimular a criatividade e o interesse dos alunos. O bom professor também respeita a história de vida de cada aluno, valorizando os valores socioculturais da comunidade no qual a escola se insere. O professor inesquecível é, sobretudo, aquele que se preocupa de fato com a aprendizagem e o desenvolvimento global de seus alunos, fazendo-os acreditar em suas capacidades em conquistar um futuro melhor para si e suas famílias. Desse modo, o professor pode realizar projetos pedagógicos e sociais para que os alunos descubram suas habilidades. Pode também trabalhar com as famílias, formas de como lidar com seus filhos para quem a autoestima aumente fazendo assim com que seu desempenho em sala de aula melhore também.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concordando com todas as argumentações citadas ao longo da discussão, vale salientar que todos os professores podem ser considerados inesquecíveis por seus alunos, basta mudar um pouco sua metodologia, se motivar um pouco a mais, está aberto ao diálogo e assim sua aula será mais dinâmica e sem perceber os estudantes estarão copiando seus modos, tornando-se um ponto de referência.

Enfatiza-se ainda que um professor inesquecível ensina seus alunos não só para uma carreira profissional brilhante, mas, também lições de ética e cidadania pois em suas aulas buscam se trabalhar com o todo, desde o conteúdo até as notícias que estão circulando no bairro, na cidade e no mundo buscando assim uma formação completa de seus discentes. Logo que para se ter uma formação completa tem que se trabalhar todos os âmbitos da vida. Professor inesquecível doce, amável, mas duro quando necessário, o presente trabalho não poderia deixar de dizer que o professor inesquecível se necessário também sabe dar uns "puxões de orelhas", pois quem ama cuida e cuidar é ensinar que nem tudo vai ser como desejamos que na vida que iremos cair alguns tombos, passar por algumas dificuldades, mas que acima de tudo devemos aprender com as mesmas e sempre ter forças para levantar porque o tamanho do tombo não importa quando se levanta de cabeça erguida.

Enfim, pode-se concluir que a nobre missão de ser professor nunca foi fácil, mas de alguns tempos tem se tornado muito mais difícil devido diversos fatores, porém quem escolhe essa careira se sente amado pelo o amor mais puro que é de um aluno, e tem em suas mãos o poder de transformar vidas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Ao professor, com o meu carinho**. 2ed. Campinas: Verus, 2010.

AUSUBEL, David. **Educational psychology: a cognitive view**. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1968.

MOREIRA, Marco; MASINI, Elcie. **Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel.** São Paulo: Centauro, 2006.

CUNHA, Maria Isabel da. **O Bom professor e sua prática.** 24.ed. São Paulo: Papirus, 2011.

CURY, Augusto. **Pais Brilhantes: Professores Fascinantes.** Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

KARNAL, Leandro. **Conversas com um jovem professor.** São Paulo: Contexto, 2012.

KNUPPE, Luciane. **Motivação e desmotivação: desafio para as professoras do Ensino Fundamental.** *Educ. rev.* [online]. 2006, 27, 277-290. DOI: 10.1590/S0104-40602006000100017.

OLIVEIRA, Gislene; FINI, Lucila Diehl Tolaine; BORUCHOVITCH, Evely; BRENELLI, Rosely Palermo (Org). **Educar crianças, grandes desafios.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TIBA, Içami. **Ensinar aprendendo**. São Paulo: Integrare, 2006.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

A CONTRIBUIÇÃO DO PEDAGOGO NO AMBIENTE HOSPITALAR COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES PORTADORES DE CÂNCER: Um estudo de caso em uma Instituição Hospitalar em Brasília – DF

Raiane Cristina Pacheco e Silva[1]
Luiz Síveres[2]
Maria Célia da Silva Gonçalves[3]

Resumo: A presente pesquisa tem como principal objetivo apresentar as contribuições advindas da presença do pedagogo no ambiente hospitalar, atuando na aprendizagem de crianças e adolescentes com câncer; assim como investigar a importância do trabalho desenvolvido pelos profissionais que atuam nessa área. A pesquisa investigou como o profissional deve atuar para obter resultados positivos na vida dessas crianças respeitando o limite de cada uma. Trata-se de uma pesquisa de campo realizada por meio de uma visita a Instituição e através de observação e diálogo com os responsáveis pelas crianças; comprovou que é possível tornar um ambiente hospitalar em um local propício de aprendizagem para aqueles que necessitam continuar suas atividades. Concluiu-se que o trabalho desenvolvido pelo pedagogo nesse contexto é muito importante para o desenvolvimento físico, motor e psicológico, enfim para manter o bem-estar e a parendizadem da cirança ou adolecente vitima do câncer.

Palavras-Chave: Pedagogia. Pedagogia Hospitalar. Criança e adolescente. Câncer.

Abstract: The main objective of this research is to present the contributions from the presence of the pedagogue in the hospital environment, acting on the learning of children and adolescents with cancer; as well as to investigate the importance of the work developed by the professionals who work in this area. The research investigated how the professional should act to obtain positive results in the life of these children respecting the limit of each one. This is a field

[1] Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP. E-mail: raianecpacheco@gmail.com

[2] Pós-doutorado em Educação e Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília. Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Licenciado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Especialista em Aprendizagem Cooperativa e Tecnologias Educacionais pela Universidade Católica de Brasília e Especialista em Psicoterapia Junguiana pela Faculdade de Saúde de São Paulo. Foi Pró-Reitor de Extensão, de pesquisa e pós-graduação e atualmente é Docente/Pesquisador Permanente do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Católica de Brasília. E-mail luiz.siveres@gmail.com

[3] Pós-doutorado em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Estágio Pós-doutoral em Economic History Department of Law, Economics, Management and Quantitative Methods-DEMM da Università degli Studi Del Sannio - UNISANNIO-(Benevento, Italy).Visiting Professor da Università degli Studi Del Sannio - UNISANNIO. Pós-doutoranda em História pela Universidade de Évora em Portugal. Possui doutorado em Sociologia e mestrado em História pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: mceliasg@yahoo.com.br

Recebido em 10/02/2019
Aprovado em 04/04/2019

research conducted through a visit to the Institution and through observation and dialogue with those responsible for children; has proven that it is possible to make a hospital environment a suitable learning place for those who need to continue their activities. It was concluded that the work developed by the pedagogue in this context is very important for the physical, motor and psychological development, in order to maintain the well-being and the parendizadem of the child or adolecente victim of cancer.

Keywords: Pedagogy. Hospital Pedagogy. Child and teenager. Cancer.

1. INTRODUÇÃO

A Pedagogia não está voltada somente para o ambiente escolar, existem várias áreas onde o Pedagogo também pode atuar. Partindo dessa constatação se faz necessário que o profissional deve se preparar para lidar com a prática pedagógica para atuar em ambiente não escolar.

A Pedagogia Hospitalar tem como finalidade acompanhar a criança e o adolescente no período de ausência escolar internados em instituições hospitalares, uma vez que nós conhecemos o hospital somente como estabelecimento de saúde, tendo como sua principal finalidade cumprir as funções de prevenção, diagnóstico e tratamento de doença.

> A Pedagogia Hospitalar é um ramo da educação que proporciona à criança e ao adolescente hospitalizado uma recuperação mais aliviada, por meio de atividades lúdicas, pedagógicas e recreativas. Além disso, previne o fracasso escolar, que nesses casos é gerado pelo afastamento da sala de aula onde originalmente estuda. (RODRIGUES, 2012, p.42).

Segundo Rodrigues (2012 p.43) a prática pedagógica no hospital veio mostrar que é possível educar fora da sala de aula. Tudo começa em casa, nossos pais são nossos primeiros educadores, nos ensinando a dar os primeiros passos, a falar, ajudando nas primeiras dificuldades, sendo assim, nossa casa o primeiro local do processo de ensino aprendizagem.

No hospital, as crianças são ignoradas como alunos e somente vistas como pacientes, assim ficam com baixa autoestima, com psicológico abalado e sentimento de incompetência, por não estarem convivendo com outras crianças, por não poderem brincar com seus colegas e por não poderem realizar certos tipos de atividades, assim o pedagogo faz o seu papel onde leva o lúdico para o hospital e traz de volta a esperança para a criança.

> O artigo 214 da Constituição Federal afirma, ainda, que as ações do Poder Público devem conduzir à universalização do atendimento escolar. Entretanto, diversas circunstâncias podem interferir na permanência escolar ou nas condições de construção do conhecimento ou, ainda, impedir a frequência escolar, temporária ou permanente. (OLIVEIRA, 2013, p. 5)

O intuito da pesquisa foi investigar e evidenciar a importância do Pedagogo aos que necessitam se afastar do ambiente escolar. A pesquisa foi norteada por questões que inquietam o pesquisador, as principais indagações foram: Como é a prática do Pedagogo dentro da Instituição pesquisada? Quais os desafios enfrentados pelo Pedagogo nesse campo de trabalho? Qual a metodologia de ensino utilizada em um ambiente não escolar? Em que o trabalho pedagógico contribui para o bem-estar da criança? Como a equipe multidisciplinar pode atuar para amenizar o sofrimento da criança e do adolescente com câncer? Os resultados do tratamento com o apoio do Pedagogo se tornam mais positivos?

O principal objetivo deste trabalho é investigar a importância da atuação do Pedagogo no hospital junto a crianças e adolescentes com câncer; conhecer a Pedagogia Hospitalar como modo de ensino da Educação, seus conceitos, sua importância, seu papel no Hospital; entender o papel do pedagogo hospitalar; observar como é a prática do Pedagogo dentro da Instituição de saúde estudada; analisar os desafios enfrentados pelos pedagogos nesse campo de trabalho; verificar qual a metodologia de ensino é utilizada em um ambiente não escolar; investigar como o trabalho pedagógico contribui para o bem estar da criança; pesquisar como a equipe multidisciplinar pode atuar para amenizar o sofrimento da criança e do adolescente portador de câncer; averiguar se os resultados do tratamento com o apoio do Pedagogo se tornam mais positivos.

Deste modo as hipóteses mostraram que a prática do Pedagogo dentro da Instituição tem o papel tão importante quanto na escola, passando conhecimento às crianças internadas de acordo com o limite de cada uma e principalmente humanizando o tratamento, tornando-se assim menos dolorosos e com maior proximidade os dias das crianças hospitalizadas.

A pesquisa foi realizada em uma Instituição Hospitalar em Brasília – DF, durante o segundo semestre de 2018, de acordo com o site da própria Instituição, eles oferecem assistência social as crianças e adolescentes com câncer e doenças hematológicas de baixa renda que não residem no DF e também toda assistência necessária, como alojamento, alimentação, medicamento, transporte e assistência odontológica.

Na Instituição, todo o corpo diretor e a própria presidência são formados por voluntários. Um time que doa tempo e carinho e possui muita responsabilidade com sua missão

e sobrevive exclusivamente de doações da comunidade e de apoiadores que, solidariamente custeiam com gastos para garantir que a Instituição continue realizando seu trabalho.

Com base no site Portal da Educação, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente aprovou a resolução 41, de 13 de outubro de 1995, CONANDA, Direito da Criança e do Adolescente Hospitalizado, em seu artigo 09, diz que "a criança e o adolescente hospitalizado tem direito de desfrutar de alguma forma de recreação, programas de educação para a saúde, acompanhamento do currículo escolar durante a sua permanência hospitalar". Sendo assim, os responsáveis têm o direito de saber que toda criança internada há mais de quinze dias tem o direito de continuar os seus estudos, mesmo hospitalizada, a criança tem o direito de estudar, de brincar e de conviver com outras pessoas para que ela esqueça um pouco do seu tratamento.

A Pedagogia Hospitalar é uma forma educacional humanizada, já que a criança hospitalizada deixa de ter pânico ao ver pessoas vestidas de branco e passa a ver de forma diferente, com essa pesquisa iremos mostrar que o trabalho do Pedagogo atinge de forma positiva no bem-estar de cada uma e apresentar a importância de evitar o fracasso escolar com as crianças que estão em processo de tratamento.

> A pesquisa prática – que nunca pode ser bem-feita sem teoria, método e empiria – é modo salutar de produção de conhecimento, que possui ainda a vantagem de puxar para o cotidiano a ciência. Pode resvalar facilmente para o senso comum, mas pode adquirir tonalidades muito criativas de sabedoria e do bom senso [...] Pesquisa prática quer dizer "olhos abertos" para a realidade, tomando-a como mestra de nossas concepções. Quem é inteligente sempre aprende, porque está em atitude de pesquisa. Naturalmente muda de posição, no dinamismo natural de uma realidade variável e surpreendente. Ao contrário da tendência teórica típica que "ensaca" a realidade na teoria, pesquisa prática busca o movimento contrário: colocar a realidade na teoria, obrigando a teoria a se adequar e nisto a se rever, mudar e mesmo se superar. (DEMO, 2000, p.28).

O professor deve ser estimulado a buscar conhecimento através da teoria, estimulado a pesquisar e em consequência colocar em prática. Faz parte do processo de educação o professor a desenvolver uma formação teórica voltada para uma educação reflexiva para que o ambiente escolar ofereça um ensino de qualidade. A Instituição pesquisada na pesquisa prática será fundamental para extrair informações e assim passar conhecimentos da realidade à teoria enriquecendo conhecimento para o processo de formação da acadêmica pesquisadora.

Os desafios enfrentados pelo Pedagogo nesse campo de atuação dar-se por trabalhar diretamente com as crianças em fase de tratamento de câncer, muitas delas estão com a saúde

debilitada, sendo assim sugere que o Pedagogo tenha o psicológico preparado para que não se torne um desafio adaptar as atividades e manter a criança interessadas; que seja também um profissional criativo e de bem com a vida.

A metodologia de ensino utilizada em um ambiente não escolar deve colocar o aluno como centro do processo de aprendizagem e desempenhar um papel ativo e lúdico para que assim a criança internada sinta-se no ambiente escolar.

O trabalho do Pedagogo no ambiente hospitalar contribui para a criança o bem-estar, pois no momento em que a criança vê o hospital como um filme de terror, o Pedagogo mostra a ela outra visão do ambiente. O local em que ela possa brincar, interagir com outras crianças e dar continuidade com os estudos.

Toda a equipe da Instituição pode atuar de forma envolvendo diretamente as crianças em processo de tratamento, seja fazendo visitas inesperadas, levando a brinquedoteca para dentro da Instituição, desenvolvendo projetos onde voluntários façam parte de um dia cheio de brincadeiras, tudo isso ameniza o sofrimento da criança e do adolescente internados.

Os resultados do tratamento com as crianças e adolescentes portadores de câncer se tornam mais positivos com o apoio do Pedagogo, pois a criança vê o hospital como um local onde se trata somente de doença, onde não há crianças para brincar e assim, o Pedagogo realiza o papel de trazer de volta a alegria de todas.

2. MATERIAL E MÉTODO

O método de pesquisa utilizado foi qualitativo, pois teve como objetivo analisar as experiências, observar a realidade e o trabalho do Pedagogo dentro da Instituição Hospitalar e entrevistar poucos profissionais que atuam na área. De acordo com Neves (1996, p.01), “a pesquisa qualitativa não busca enumerar ou medir eventos. Ela serve para obter dados descritivos que expressam os sentidos dos fenômenos. ”A pesquisa também foi desenvolvida a partir da revisão da literatura sobre o tema buscando embasamento acerca dos conceitos de “Pedagogia Hospitalar – a Humanização integrando Educação e Saúde”, “Teoria e Prática na Pedagogia Hospitalar: novos cenários, novos desafios”, “Classes Hospitalares: O Espaço Pedagógico nas Unidades de Saúde”, “Classe Hospitalar e atendimento Pedagógico domiciliar”.

Foi realizado o primeiro contato através do telefone da Instituição, conversando sobre a possibilidade de uma possível pesquisa de campo e a disposição da mesma em realizar um trabalho voluntário no local, sendo assim, os pesquisadores foram orientadaos pela profissional a encaminhar um e-mail para o setor responsável para autorização da visita. Assim foi teito, a pedagoga prontamente preencheu o questionário e deu o retornor por e-mail.

3. HISTÓRIA DA PEDAGOGIA HOSPITALAR

De acordo com o artigo estudado, Oliveira, especialista em Pedagogia Hospitalar diz que classe hospitalar foi criada por Henri Sellier em Paris no ano de 1935 quando muitas crianças e adolescentes em idade escolar foram feridas em consequência da Segunda Guerra Mundial. Diante dessa realidade, o intuito era de oportunizar as mesmas a darem continuidade nos estudos ali mesmo no hospital.

Com ajuda de médicos e voluntários, a classe hospitalar foi conquistando espaços na sociedade, expandindo para outros países.

No Brasil, segundo Castro (2011, p.232) a primeira classe hospitalar foi instalada no Rio de Janeiro na década de 50, as aulas eram ministradas nas enfermarias pediátricas do Hospital Municipal Municipal Jesus, que funciona até os dias atuais e que tinham como professora, Lecy Rittmeyer.

Segundo a autora Rodrigues (2012, p. 68,69), Fonseca (1999, p.23) fez uma pesquisa e publicou um artigo sobre os atendimentos escolares às crianças internadas no Brasil. Naquela época dos anos 50 a 60, existiam por volta de 30 classes hospitalares, algumas classes privadas e outras que eram conveniadas com as secretarias de educação.

No ano de 2011, haviam implantadas várias classes hospitalares segundo Fonseca (1999, p.8), cerca de dez Estados e o Distrito Federal já ofereciam atendimento escolar nos hospitais. Com base nos estudos, as ações dentro dos hospitais aconteciam de forma informal, com ajuda de voluntários que, para suprir as necessidades das crianças em tratamento, buscavam ajuda-las como um meio de aliviar o medo da doença.

> A classe hospitalar foi criada com o objetivo de assegurar às crianças e aos adolescentes hospitalizados a continuidade dos conteúdos regulares, possibilitando um retorno após a alta sem prejuízos à sua formação escolar. (RODRIGUES, 2012, p.42).

Sendo assim, Castro *apud* Brasil (1995) cita a Resolução n.41/95 do Conselho Nacional de Defesa os Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados reforça a atuação do professor no hospital, destacando o item nove do texto do direito da criança e o adolescente "de desfrutar alguma forma de recreação, programas de educação para saúde, acompanhamento do currículo escolar durante sua permanência hospitalar".

> Desde então, definiu-se que "os sistemas de ensino, mediante a ação integrada com os sistemas de saúde, devem organizar o atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicilio". (RODRIGUES, 2012, p.70).

Devem ser trabalhados conteúdos de acordo com a necessidade de cada criança ou adolescente que por algum motivo esteja hospitalizado, considerando a inclusão escolar como realidade do ensino da educação do Brasil.

O QUE É PEDAGOGIA HOSPITALAR

A Pedagogia Hospitalar é o campo de atuação do educador que atende em ambiente não escolar proporcionando às crianças e adolescentes uma melhor recuperação por meio de atividades escolares que sejam lúdicas, pedagógicas e recreativas, prevenindo o fracasso escolar.

Segundo Rodrigues (2012, p.68) foi se pensado uma maneira de acontecer à atuação da educação na área da saúde, seria uma forma efetiva entre o Ensino da Educação e o Sistema de Saúde. Onde deveriam incluir o atendimento educacional especializado com aquele aluno internado que por algum motivo de saúde não pode frequentar as aulas.

Ainda de acordo com a autora Rodrigues (2012, p.42) "nos últimos anos a pedagogia expandiu seu campo de atuação, assim o hospital se tornou um deles, onde o pedagogo atende crianças e adolescentes internados em longo prazo por algum motivo de saúde e que não podem frequentar as aulas".

> A Pedagogia Hospitalar é uma inovação comunicativa no âmbito hospitalar, quebrando barreiras do ensino e atendendo às novas exigências da educação. Percebe-se que é gritante a necessidade de uma renovação na educação, principalmente na educação infantil. A educação deve olhar a criança como um todo, conhecendo o seu contexto e não apenas como um

> educando, pois o meio onde a criança está inserida pode influenciar no seu processo de aprendizagem. (RODRIGUES, 2012, p.43).

Nos dias atuais já se fala muito em pedagogia hospitalar que é um campo onde se quebrou barreiras de que o pedagogo só poderia ser inserido nas escolas, foram atendidas as necessidades das crianças e adolescentes em estado de longa internação. A importância do pedagogo no ambiente não escolar não é somente para introduzir matérias para que não fiquem atrasados, mas sim levar alegria para que o pedagogo evite o fracasso escolar quando o internado voltar à escola.

> Embora as classes hospitalares sejam regulamentadas e legalizadas pela LDB/98, com o objetivo de dar continuidade ao ensino dos conteúdos escolares, os professores nem sempre são qualificados para atuar nesses espaços. (RODRIGUES, 2012, p. 69).

Matos (2009, p.81); Mugiatti (2009, p.81), deixam uma observação que a Pedagogia Hospitalar requer pessoas habilitadas e competentes profissionais para atuar no âmbito hospitalar. O profissional deve conseguir uma integração valiosa entre teoria e prática e prática e teoria, assim a experiência pode capacitar uma futura dedicação profissional quanto ao pedagogo nas classes hospitalares ou área da saúde.

Mattos e Mugiatti (2009 p. 67) ainda ressalta a grande importância dos esforços que fazem as instituições hospitalares ao abrirem espaço para o educador na realidade do hospital. Uma prática pedagógica dentro dos hospitais conclui-se pela necessidade de uma contribuição especializada, sempre contribuindo com melhor auxílio às crianças e adolescentes hospitalizados.

De acordo com os autores Junior e Gomes (2011, p.141), os professores que atuam em classe hospitalar merecem uma atenção especial por parte dos pesquisadores da educação, já que a realidade hospitalar se organiza numa estrutura complexa. Um ambiente detentor de peculiaridades faz-se supor que atuar como educador na classe hospitalar não é uma tarefa fácil.

Segundo Santos, (2002, p.22) professores que irão atuar em classes hospitalares e domiciliares deverão ser capacitados para trabalhar com diferenças culturais, diferentes vivências. Os profissionais da educação devem identificar as necessidades de cada internado para implantar estratégias para a adaptação curricular.

Deverá, ainda, propor procedimentos didático-pedagógicos e práticas alternativas para o processo de ensino aprendizagem como também ter disponibilidade para trabalhar em equipe e assessoramento nas escolas quanto à inclusão dos alunos que estão afastados da mesma.

Para Castro (2011, p.236) "é importante que haja voluntários nos hospitais para atuarem com o público infantil, isso irá contribuir para amenizar o sofrimento delas. Entre os voluntariados, Contadores de histórias, palhaços, mímicos, bailarinas etc... E também associações criadas pelos pais das crianças internadas para que possam compartilhar a doença de seus filhos entre eles".

Segundo Castro (2011, p.237) apud Brazelton (1990, p.157) "é necessário que a hospitalização seja uma experiência positiva na vida de cada criança para que ela possa aprender como agir em situações de tensão e de momentos ruins, e também para que isso não prejudique na vida futura quando der continuidade na vida escolar".

> Trabalhando com crianças hospitalizadas e observando seu comportamento durante a internação, presenciamos o trauma que sofrem ao sair do ambiente familiar para outro totalmente desconhecido, enfrentar pessoas estranhas e procedimentos dolorosos, como tomar injeção fazer curativos e outros. Isto desenvolve na criança uma tal ansiedade que a deixa insegura e medrosa, principalmente quando não se é preparada para a hospitalização e o tratamento a ser realizado. Dentre essas situações estressantes estão procedimentos intrusivos, como a punção venosa, que muito contribui para aumentar-lhe o medo e a peculiares à crianças de três a seis anos de idade. Nesta fase, o trauma é maior porque as crianças não têm estrutura cognitiva para compreender a experiência pela qual passam. A criança é muito egocêntrica, acredita que seus pensamentos são poderosos e isto dificulta a aceitação de um procedimento doloroso, como um tratamento necessário podendo interpretá-lo como um castigo ou punição. A criança é também vulnerável às ameaças de lesão corporal. (MARTINS et al. 2001, p.77)

Dessa forma é muito importante a presença dos familiares, médicos, voluntários e pedagogos para que possam tornar o ambiente alegre, colorido, com brincadeiras, histórias e teatros. Para a recuperação positiva da criança é importante ver o hospital de uma forma diferente de como é visto, para que elas possam continuar internadas sem medo do que poderá acontecer.

> O papel da educação no hospital e, com ela, o do professor, é propiciar à criança o conhecimento e a compreensão daquele espaço, ressignificando não somente a ele, como a própria criança, sua doença e suas relações nessa nova situação de vida. A escuta pedagógica surge, assim, como uma metodologia educativa própria do que chamamos de pedagogia hospitalar. Seu objetivo é acolher a ansiedade e as dúvidas da criança hospitalizada, criar situações coletivas de reflexão sobre elas, construindo novos conhecimentos que contribuam para uma nova compreensão de sua existência, possibilitando a melhora de seu quadro clínico. (CASTRO 2011, p.240 *apud* FONTES 2005 p.135).

Os Pedagogos hospitalares devem ter conhecimento da doença de cada aluno internado, saber lidar com elas e utilizarem uma metodologia específica para cada tipo de situação, devem ser capacitados para atuarem em uma área onde certamente há crianças com sérios problemas de saúde.

> A enfermidade é uma situação com a qual, muitas vezes o ser humano convive passiva ou ativamente no seu cotidiano. Tal situação é responsável, em certos casos, por levar o aluno a se ausentar da escola por tempo prolongado, o que, indubitavelmente, acarreta prejuízos, por vezes irreparáveis, no curso normal de suas atividades escolares. No intuito de se evitar tais consequências ao sistema de ensino, cabe a iniciativa de se promoverem novas alternativas de procedimentos para a continuidade escolar da criança (ou adolescente) hospitalizada, em função da separação dita como necessária. Esse afastamento do seu cotidiano, provocado pela doença e pela hospitalização, traz uma nova situação à vida do enfermo que, além de afastá-lo do curso normal de suas atividades escolares, o induz a apresentar alterações de ordem psíquicas possíveis no contexto. (MATOS; MUGIATTI, 2009, p.71).

Entende-se que há necessidade de além de atender a criança como paciente, atenda também com as obrigações escolares no aspecto pedagógico. Essa contribuição do pedagogo acarretará de forma positiva beneficiando a saúde mental e a saúde física da criança e do adolescente.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CONTEXTO HOSPITALAR

Para realizar pesquisas voltadas aos objetivos propostos é necessário buscar fundamentação teórica para auxiliar no entendimento do tema a ser pesquisado.

> Quando se fala em saber é importante relacioná-lo com o contexto do trabalho e com realidades sociais, organizacionais e humanas, nas quais os professores se encontram mergulhados. O saber dos professores é o saber deles, que se apresenta relacionado com a pessoa e a identidade, com a experiência de vida e sua história profissional, com as suas relações com os alunos em sala de aula e com outros atores escolares. (TARDIF 2002, *apud* JUNIOR; GOMES 2011 p.143).

Nesse sentido é importante o professor juntar todos os seus conhecimentos ao longo da vida, tanto pessoal, quanto cultural podendo partilhar com pessoas que desempenham um papel no ensino. Valores pessoais são incorporados à ação profissional.

O câncer infantil é uma doença crônica que, ao ser diagnosticada, transforma a vida da criança e todos que fazem parte dela. Os dias vão ficando mais estressantes, o contato com amigos e familiares vão diminuindo devido ao tratamento e automaticamente vem o aumento da angústia, da tensão, a tristeza, a responsabilidade de horários para administração dos remédios e em muitos casos passarem grande parte da vida em um quarto de hospital.

Junior; Gomes (2011, p.140) *apud* Valle (1990) considera que o tratamento do câncer influencia diretamente no aprendizado da criança. Os efeitos colaterais dos remédios e das quimioterapias colaboram para que a criança se sinta indisposta, sonolenta e fraca, muitas vezes se tornando um grande motivo para as faltas nas escolas. Pensando nisso foram criadas as classes hospitalares, uma modalidade da Educação Especial para contribuir com o processo ensino aprendizagem das crianças e adolescentes que se encontram hospitalizados.

Os autores ainda destacam que a preocupação com os saberes necessários aos professores que atuam em ambientes hospitalares deve merecer uma atenção especial, um aprofundamento maior por parte das pesquisas feitas pelos educadores, já que a realidade hospitalar é um ambiente obscuro de difícil tarefa.

> Estimular as discussões sobre a formação de professores na ótica da inclusão e da diversidade, a partir da perspectiva da educação como espaço de formação do humano, implica a consciência pedagógica de uma formação diferenciada onde os espaços não formais de educação, como uma sala de aula em um hospital, sejam compreendidos e valorizados como um lugar onde se faz também a educação. (RODRIGUES, 2012, p. 82).

Há inúmeras dificuldades que o professor poderá passar para concretizar sua prática pedagógica dentro de um ambiente não escolar. Pois não depende somente dele, depende também do espaço físico aos que necessitam de atendimento especializado, dos recursos didáticos, dos profissionais que ali atuam e também do apoio familiar das crianças e adolescentes.

Para Matos e Mugiatti (2009, p.115) “a construção da prática pedagógica no ambiente hospitalar não pode seguir como as práticas do tradicional. Muitas vezes as dificuldades encontradas para atuar no hospital é que o profissional não consegue ver uma oportunidade de uma atuação diferenciada”.

A visão do profissional deve ser diferente do cotidiano de um ambiente escolar. Assim os autores citam que, para Capra (1996, p.24) “Há soluções para os principais problemas de nosso tempo, algumas delas até mesmo simples. Mas requerem uma mudança radical em nossas percepções, no nosso pensamento e nos nossos valores”.

O Profissional da educação que atua no ambiente hospitalar deve ter uma visão ampla, das condições do ambiente, do estado físico e emocional das crianças e adolescentes dos recursos que ali se encontram. É importante que o educador trabalhe o lúdico e brincadeiras com o aluno internado, já que os mesmos são fundamentais para o desenvolvimento do sentimento, fazendo com o que o aluno se mantenha interessado, pois crianças e adolescentes internados não terão o mesmo interesse de um aluno que se encontra estudando em um ambiente escolar.

O ambiente deve estar adequado de forma que seja possível estimular a imaginação dessas crianças, para que elas possam expressar suas emoções, brincar aprendendo e se distrair do momento em que ela está vivendo.

> Educar significa utilizar práticas pedagógicas que desenvolvam simultaneamente razão, sensação, sentimento e intuição e que estimulem a integração intercultural e a visão planetária das coisas, em nome da paz e da unidade de transmitir e construir o saber sistematizado – assume um sentido terapêutico ao despertar no educando uma nova consciência que transcenda do eu individual para o eu transpessoal. (MATOS; MUGIATTI 2009, p. 117 *apud* CARDOSO 1995, p. 48).

Na visão do ambiente hospitalar, as práticas pedagógicas devem estar voltadas também para o sentimento das crianças e dos adolescentes, que pelo tempo de internação eles ficam com a autoestima baixa, cansados e com saudade das suas atividades diárias. O educador proporcionará a eles um saber sistematizado despertando o interesse de cada aluno internado.

DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

"O Estatuto da Criança e do adolescente evidencia a responsabilidade da sociedade com a formação do indivíduo menor conforme se observa no artigo abaixo" destaca-se a necessidade de uma atuação no âmbito hospitalar voltado para a inclusão social, especialmente aquelas crianças ou adolescentes matriculados em alguma escola e que estão hospitalizados.

> Art. 4° É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

No caso de crianças hospitalizadas impossibilitadas de frequentar a escola, é importante proporcionar a elas condições necessárias que atendam de forma lúdica e motivadora.

De acordo com Fonseca, (1999, p.14) a classe hospitalar pode partir de programas lúdicos voltados a infâncias, mas são vinculados aos sistemas educacionais na modalidade de ensino a Educação Especial, ou aos sistemas de saúde como modalidade de atenção integral (atendimento pedagógico-educacional hospitalar).

Castro (2011, p. 234) cita que a legislação brasileira deu seus primeiros passos em direção ao direito de processo educativo aos portadores de doenças sancionando a Lei n. 1.044/69 (BRASIL, 1969), que garante o tratamento para os alunos internados portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agonizados.

A inserção da escola no hospital deve ser uma ação que esteja junto, os Órgãos de Saúde e da Educação, garantindo o direito das crianças e adolescentes ali internados.

4. ANÁLISE DE DADOS COLETADOS NA PESQUISA

Nesse subitem apresentamos o relatório de observação em uma Instituição Hospitalar em Brasília – DF onde objetivou observar o ambiente e o trabalho que o pedagogo realiza com as crianças e os adolescentes com câncer e ou doenças homeopáticas.

A observação foi feita no dia vinte e nove de agosto de dois mil e dezoito. Analisando a estrutura física da Instituição, pode-se afirmar que a mesma é segura, com segurança no local, muros altos e portões trancados.

Na entrada há uma TV com o nome e idade de todas as crianças e as mães que estão alojadas ali, crianças essas que são de outros estados, como BA, RO, AC etc. No dia da pesquisa havia doze crianças alojadas no local.

A responsável por apresentar o ambiente conduziu a pesquisadora para a entrada principal, onde há TV e um sofá para as crianças assistirem e computadores para atividades e momento de lazer. No momento havia 03 crianças sentadas no sofá conversando entre si.

Em seguida, a responsável apresentou a pesquisadora os quartos em que ficam alojados as mães e as crianças. São divididos quartos para as crianças do sexo masculino e as do sexo feminino. Todos os quartos são bem alojados e decorados, com guarda roupa

embutido e camas confortáveis. Os banheiros também são separados de acordo com o sexo das crianças. No local há quarto para as crianças que precisam ser isoladas por outras pessoas, mas no dia da pesquisa não havia nenhuma criança com essa necessidade.

A cozinha fica próxima aos quartos, na entrada há um papel com todos os horários das refeições, cada criança segue a dieta de acordo com a sua necessidade prescrita pelo seu médico.

Na Instituição é permitida somente a presença das mães com as crianças, em casos que somente os pais podem acompanha-las, há uma ala específica para o tipo de caso.

Próximo a ala dos pais há um consultório odontológico em que as crianças são atendidas pelos profissionais da área.

O espaço onde são desenvolvidas as atividades pedagógicas escolares é todo colorido, cheio de brinquedos. A pesquisadora observou a importância de o local ser alegre e de boas condições para as crianças que estão ali. E pensando nisso a Instituição com ajuda de parceiros patrocinadores desenvolveram o programa moradia para beneficiar aquelas crianças que residem no DF, mas que a casa não está em condições para seu tratamento.

Algumas crianças conseguiram através do programa toda a reforma da casa para que o tratamento da doença fosse positivo, pois é notável o quanto o ambiente que a criança está interfere na sua recuperação.

Com o apoio de parceiros, a Instituição mantém um projeto de horta sustentável para promover saúde e educação para essas crianças que hospedam na Casa de Apoio e recebem aulas no Espaço Pedagógico. Os alunos colaboram com os cuidados com a horta, da plantação a colheita. Além de serem mais saudável, livres de agrotóxicos, as atividades que as crianças envolvem são educativas e estimulam a sustentabilidade.

Nesse subitem apresentamos a entrevista feita por telefone com uma Pedagoga da área hospitalar.

Tendo como objetivo observar as práticas pedagógicas no ambiente hospitalar, a pesquisadora utilizou-se da pesquisa bibliográfica sobre o tema escolhido e a pesquisa de campo em uma Instituição Hospitalar a fim de enriquecer o conhecimento e a pesquisa.

Em entrevista com a Pedagoga, a mesma falou um pouco sobre a sua formação e sobre seu artigo desenvolvido durante sua Pós-Graduação em Pedagogia Hospitalar.

Durante o Curso de Pedagogia Hospitalar que fiz na UNIFESP fui desenvolvendo meu artigo o qual foi defendido ao final do curso, tendo na

> *banca examinadora minha professora e coordenadora da Classe Hospitalar do Hospital São Paulo, a Professora Lea Chuster Albertoni e também o Professor Lino de Macedo, conceituado psicólogo especializado em Piaget. O artigo em questão tem como principal objetivo de promover uma interlocução entre arte, saúde e educação através de oficinas de arte a serem aplicadas nas Classes Hospitalares ou ambulatórios. Neste trabalho desenvolvi uma oficina de arte tendo como artista a ser trabalhada, Frida Kahlo, pelo fato da mesma ter sofrido ao longo de sua vida as sequelas de uma poliomielite na infância e de um grave acidente automobilístico. Frida buscou na arte uma maneira de expressar seus sentimentos e as dores constantes que sofreu em vida. (Entrevista realizada em 20/10/2018)*

A Pedagoga mostra que houve um interesse pessoal no desenvolvimento do artigo. A escolha de incluir a arte na Classe Hospitalar se deu através da forma em que a artista trabalhada pela Pedagoga descobriu na arte uma forma de amenizar seu sofrimento devido a sequelas de um acidente.

> *A atividade foi aplicada no ambulatório de hemodiálise pediátrica do hospital São Paulo e na sala de ensino médio de uma escola particular. Na sala de hemodiálise foram duas tentativas para que a atividade conseguisse ser aplicada pelo fato de inúmeros fatores, principalmente pelas condições de saúde das crianças, pois algumas vezes não se sentem bem durante o tratamento de hemodiálise. (Entrevista realizada em 20/10/2018)*

Neste sentido é essencial que o professor utilize estratégias diferenciadas respeitando o limite de cada aluno e trabalhar usando metodologias que agucem mais a inteligência e o estimulo físico desses alunos.

As atividades aplicadas em sala de aula e em sala de hospitais não terão o mesmo resultado, de acordo com a entrevistada os alunos internados não conseguem desenvolver as atividades sugeridas em primeiro momento, devido algumas crianças passarem mal, estarem debilitadas com o tratamento.

> *No dia que consegui realizar a atividade, o que mais chamou a atenção foi o espaço em que a atividade estaria sendo realizada, ou seja, em uma cama e com a criança presa na máquina de hemodiálise. Portanto, ela teria livre somente uma das mãos e sentada na cama. Por algumas vezes a atividade foi interrompida, pois a criança passava mal. Ela mal conseguiu terminar o que havia proposto fazer incialmente. (Entrevista realizada em 20/10/2018)*

Algumas crianças hospitalizadas estão em estado de saúde avançado no qual não tem condições de realizar suas atividades na ala pedagógica, portanto, algumas práticas pedagógicas educativas são realizadas na maca em que a criança se encontra. E por estarem debilitadas e sem contato com outras pessoas, essas crianças devem continuar realizando suas atividades dentro do seu limite para que haja uma melhora na sua patologia.

> No contexto hospitalar, as práticas educativas mediadas pelo lúdico e pela brincadeira auxiliam a criança e o adolescente na recuperação de sua saúde, tendo em vista que a ocupação do tempo com os atos de brincar e aprender são capazes de espantar a tristeza, dando lugar à invenção através da imaginação criadora. Tais práticas promovem, ainda, entretenimento, informação, aprendizado e o desejo de continuar a viver, mesmo para aqueles sujeitos que se encontram com uma patologia grave, muitas vezes em situação de desengano por parte das equipes de saúde (SILVA; ANDRADE, 2013, p.65).

Essas atividades mesmo não havendo o mesmo resultado quando aplicadas em sala de aula devem ser também aplicadas no hospital, pois ajudam a criança e o adolescente no seu processo de recuperação.

> *Enfim, o que posso concluir é que é uma experiência incrível e enriquecedora e que o tempo e espaço para a aplicação de atividades pedagógicas em ambiente hospitalar é totalmente diferente de uma classe de aula. Lembrando que nessa oficina uso materiais reutilizáveis do ramo hospitalar e não contaminado, ou seja, caixas de remédios, chapas de raio-x etc. ((Entrevista realizada em 20/10/2018)*

O brinquedo para a criança na situação que a mesma se encontra, é uma das principais ferramentas para o desenvolvimento social e de suas potencialidades. Por meio do brinquedo é possível que a criança construa várias representações que é até o momento significativa para ela. E com os materiais utilizados na oficina da entrevistada, as crianças projetam seus próprios brinquedos, usam a imaginação e interagem com outras crianças.

> [...] a criança quer puxar alguma coisa, torna-se cavalo, quer brincar com areia e torna-se padeiro, quer esconder-se, torna-se ladrão ou guarda e alguns instrumentos do brincar arcaico desprezam toda a máscara imaginária (na época, possivelmente vinculados a rituais): a bola, o arco, a roda de penas e o papagaio, autênticos brinquedos, tanto mais autênticos quanto menos parecem ao adulto (BENJAMIN, 1984, p.76-77).

De acordo com o autor, o brinquedo, o brincar desperta a criatividade da criança, pois ela dá outras características àqueles brinquedos. Uma simples caixa de remédio pode virar

prédios e carrinhos, então o objeto proposto pela entrevistada faz com que as crianças criem funções diferentes para eles de acordo com os desejos de cada aluno internado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou constatar o direito que toda criança hospitalizada tem de dar continuidade em seus estudos como também a importância do trabalho do pedagogo com essas crianças que tiveram que deixar a escola por motivo de tratamento de saúde, já que muitas pessoas não têm conhecimento sobre o direito que a criança e o adolescente tem.

Através da pesquisa pode-se confirmar o quanto é importante os alunos darem continuidade em seus estudos, não só para o conhecimento de conteúdos e matérias que os alunos estariam perdendo em sala de aula, mas para a própria recuperação do aluno em relação à doença.

A pesquisa de campo evidenciou a importância do trabalho do pedagogo para o progresso dos alunos que por motivo de doença deixaram sua casa e a escola para viverem em uma Instituição que abrigam crianças com câncer.

A observação também nos leva a crer que a maioria dos alunos internados estão com autoestima baixa, sofrendo e angustiadas por estarem há muito tempo vivendo longe de casa, de seus amigos e da escola. Com o trabalho que o Pedagogo Hospitalar realiza, esses alunos voltam a ter esperança, alegria e contato com outras crianças.

Fica evidente que o pedagogo não pode estar ali apenas como um professor, ele está ali como um profissional que está resgatando o sonho de uma criança e um adolescente que foram interrompidos. Esse Pedagogo deve ter todo cuidado e carinho com esses alunos hospitalizados, pois alguns estão em estados mais graves e não conseguirão realizar as atividades igual outra criança que está com o mesmo problema de saúde, sendo assim, o aluno pode se sentir incapaz e incompetente em estar ali, por esse motivo é muito importante que o professor adapte as atividades de acordo com o bem-estar desse aluno.

Na Instituição foi observado o quanto as crianças se sentem a vontade no local, e isso é extremamente importante para a recuperação delas. Da mesma forma o Pedagogo que atua no local faz com que essa criança se sinta à vontade para um bom diálogo ou até mesmo para que

esse aluno não se sinta forçado a realizar uma atividade na qual ele sabe que não está em condições no dia.

A afetividade entre aluno e professor nessa situação é um dos fatores mais importantes, todas as crianças estão muito debilitadas e carentes, se sentindo inferiores a outras crianças. A presença da mãe e o contato mãe-professor também é muito importante para que o professor saiba um pouco mais sobre a vida e a situação-problema que cada aluno está enfrentando.

Dessa forma podemos perceber que o trabalho do Pedagogo Hospitalar é diferente do trabalho do Pedagogo em sala de aula, pois o mesmo trabalhará com alunos de diferentes idades e diferentes situações de estado de saúde. Mas vale ressaltar que toda atividade lúdica é bem-vinda e age de forma positiva no tratamento de cada uma dessas crianças.

6. REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação.** São Paulo: Sumus, 1984.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente, e da outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 jul. 1990. p. 13563. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em 6 de maio de 2018.

BRASIL. **Ministério da Educação. Classe Hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações**./ Secretaria da Educação Especial. – Brasília: MEC; SEESP, 2002.

CASTRO, Marleisa Zanela. **Teoria e Prática na Pedagogia Hospitalar: novos cenários, novos desafios** / organizado por Elizete Lúcia Moreira Matos, Patrícia Lupron Torres – 2. ed. rev; e ampl. – Curitiba: Champagnat, 2011.

CONANDA. Resolução nº 41, de 17 de outubro de 1995. Dispõe sobre os Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados. **Diário Oficial da União**. Brasília, Seção I, p. 16319-16320, 17/10/95.

DEMO, Pedro 1941. **Pesquisa: Princípio científico e educativo** / Pedro Demo – 12. ed. – São Paulo : Cortez, 2006. (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v.14).

EDUCAÇÃO, **Colunista Portal. Pedagogia Escolar e os direitos das crianças e adolescentes hospitalizados**. Disponível em: https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/pedagogia-escolar-e-os-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-hospitalizados/36650. Acesso em 5 de Abril de 2018.

FONSECA, Eneida Simões da. **A situação brasileira do atendimento pedagógico educacional hospitalar.** Educação e pesquisa. 25 ed. São Paulo, 1999, 129p.

JUNIOR, B. F. D., GOMES, F. C**. Teoria e prática na pedagogia hospitalar: novos cenários, novos desafios** / organizado por Elizete Lúcia Moreira Matos, Patrícia Lupron Torres – 2. ed. rev; e ampl. – Curitiba: Champagnat, 2011.

MARTINS, M. R. et al**. Protocolo de preparo da criança pré escolar para punsão venosa, com utilização do brinquedo terapêutico.** Rev. Latino-Am. Enfermagem, Ribeirão Preto, v.9, n.2, p.76-85, 2001.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira. MUGIATTI, Margarida Maria Teixeira de Freitas. **Pedagogia Hospitalar: a humanização integrando educação e saúde** 7 ed. – Petrópolis RJ: Vozes 2009.

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades.** Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v. 1, n. 3,

1996. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>. Acesso em: 6 de Abril de 2018.

OLIVEIRA, Tyara Carvalho de[1] - **SEMED** Nova Iguaçu/RJ/SME de Duque de Caxias RJ, 2013.

RODRIGUES, Janine Marta Coelho. **Classes Hospitalares: o espaço pedagógico nas unidades de saúde**.Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

SILVA, Neiton da; ANDRADE, Elane Silva de**. Pedagogia Hospitalar: fundamentos e práticas de humanização e cuidado.** Cruz das Almas/BA: URFB, 2013, 192p.

SILVA, Andriele. **O papel do Pedagogo Hospitalar**. Disponível em: https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/educacao/o-papel-pedagogo-hospitalar.htm. Acesso em: 5 de abril de 2018.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

A LEITURA COMO FATOR PREPONDERANTE PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM

Rosa Jussara Bonfim Silva[1]
Luiz Síveres[2]

Resumo: O presente artigo apresenta como tema justifica-se importância de conhecer mais sobre a leitura nos primeiros anos do Ensino Fundamental. A problematização foi: qual a importância da Leitura, como se desenvolve, como a leitura contribui para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno. Como hipóteses: a leitura favorece o professor na confecção de atividades pedagógicas, a família influi no desenvolvimento cognitivo da criança. Apresentou como objetivos: Reconhecer a importância da leitura nos primeiros anos do Ensino Fundamental e sua influência na construção do conhecimento da criança, bem como na sua socialização. Apresenta como relevância social a socialização e como relevância acadêmica somar aos conhecimentos já adquiridos.

Palavras-chave: Importância. Aprendizagem. Leitura. Socialização. Cidadania.

Abstract: This article presents as a theme it is important to know more importance of reading in the first years of elementary school. The problem was: how important Reading is, how it develops, how reading contributes to the development of student learning. As hypotheses: reading favors the teacher in the making of pedagogical activities, the family influences the cognitive development of the child. He presented the following objectives: To recognize the importance of reading in the first years of elementary school and its influence on the construction of children's knowledge as well as their socialization. It presents as social relevance the socialization and as academic relevance add to the knowledge already acquired.

Keywords: Importance. Learning. Reading. Socialization. Citizenship.

---

[1] Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília em parceria com a Universidade de Ottawa (Canadá) em formato sanduíche. Mestre em Educação na Linha de Pesquisa de Ensino e Aprendizagem nos contextos socioeducativos e escolares, na perspectiva de teorias humanísticas, psicanalíticas e psicogenéticas. E-mail:

[2] Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Especialista em Aprendizagem cooperativa e tecnologias educacionais pela Universidade Católica de Brasília, Especialista em Psicoterapia Junguiana pela Faculdade de Saúde de São Paulo, Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília, Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília e Pós-Doutorado em Educação: Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Recebido em 10/04/2019
Aprovado em 21/04/2019

INTRODUÇÃO

A Leitura nos anos iniciais do Ensino Fundamental prevalece desde o início dos tempos, como uma atividade de muita importância, pois é através do hábito de ler que o aluno constrói seu conhecimento para a vida em sociedade. Para que realmente aconteça a aprendizagem da leitura, deve ser realizado um trabalho com os alunos priorizando essa tarefa de ensinar a ler como sendo principal. A Leitura é muito importante para que todas as pessoas possam exercer seus direitos, possam trabalhar e participar da sociedade com cidadania, se informar e aprender coisas novas ao longo de toda a vida.

Na escola, crianças, desde os primeiros anos do Ensino Fundamental precisam ter contato diariamente com diferentes textos, ouvir histórias, observar adultos lendo e escrevendo. Precisam participar de uma rotina de trabalho variada e estimulante e, além disso, receber muito incentivo dos professores e da família para que, na idade adequada, aprendam a ler fluentemente.

Para garantir que todos os alunos aprendam, a escola precisa ter uma proposta pedagógica com orientações claras para a alfabetização inicial. É na proposta pedagógica que ficam definidos quais os objetivos para cada etapa, que tipo de atividade precisa ser realizado na sala de aula e na escola, como será a avaliação. Assim os professores planejam suas aulas, e percebem o resultado positivo de seu trabalho ao ver seu aluno sabendo ler e interpretando os textos.

Esta pesquisa foi de muita importância para que todos os profissionais da educação compreendessem a importância da aquisição da leitura pelos alunos nos primeiros anos do Ensino Fundamental, pois devido a criação do Ensino fundamental de nove anos, a criança de 6 anos de idade já ingressa no 1º ano do Ensino Fundamental, e a maioria delas já sabem ler.

Sabe-se que as crianças, nos primeiros anos do Ensino Fundamental, já têm maturidade suficiente e já estão preparadas para o processo de aquisição da leitura e participando assim do seu ensino e aprendizagem.

É mais significativo para a criança nesta fase sentir que é capaz de aprender, pois já reconhece que seu professor realiza com sua turma, um trabalho em sala de aula que lhe proporciona a capacidade de construir seu conhecimento da leitura. A maioria das crianças hoje já sai lendo da Educação infantil. Isso demonstra que a criança está madura para o aprendizado escolar. Ao chegar ao Ensino Fundamental vai encontrar um professor que já tem a ideia

amadurecida para acolher e contribuir com a aprendizagem da leitura dos alunos e são capazes de identificar os fatores de risco e de proteção da prontidão escolar em crianças nos primeiros anos do ensino Fundamental.

Desde o nascimento, a criança inicia o aprendizado de leitura através da observação do seu próprio o corpo, realizando pequenos movimentos corporais, desenvolvendo a coordenação motora. Por isso, compreende-se que a história da leitura inicia ainda no aconchego do seu lar.

Assim, surge espontaneamente o começo de vida de relações com as pessoas em sua volta, o pensamento vai se desenvolvendo juntamente com a imaginação e criatividade. Brincando com as pessoas, a criança cria uma forma de se expressar, imitando tudo ao seu redor e fazendo uma leitura imaginativa cheia de fantasia.

No início do Ensino Fundamental, a criança já tem capacidade de localizar o lugar em que está e os caminhos por onde passa principalmente os que sejam mais próximos de sua casa, e isso é uma forma de leitura. Também já conhece letras símbolos e sons, portanto, o aluno já está pronto para a construção do conhecimento da leitura para a vida em sociedade.

Vários estudos sobre a importância da leitura nos primeiros anos do Ensino Fundamental estão ligados a motivação da criança que deve ser feita pelo professor e pela família. Pois, para que a criança adquira o hábito de ler e a compreensão da leitura de mundo, se faz necessário o entendimento de vários processos que constituem a explicação das formas de decifrar símbolos e sons. O processo de aquisição da leitura inicia-se pelo conhecimento das letras do alfabeto e ao juntá-las formando palavras, as crianças sentem-se motivadas a prosseguir e consegue à sua maneira, compreender o que está escrito.

Por isso, é importante ressaltar que a aquisição da leitura acontece através da interação, e da socialização com os outros e com o meio em que vive. É na família, o primeiro contato da criança com a leitura e ainda na infância, vai adquirindo mais conhecimentos se comunicando com outras pessoas, colegas de escola e também vão aos poucos se familiarizando com os livros e as escritas que estão por todas as ruas.

Para a realização desse estudo foi feita uma pesquisa bibliográfica do tipo qualitativa através de estudos em livros, revistas, documentários relacionados ao tema, além de pesquisas na internet. Também foi feita uma pesquisa qualitativa de campo com os professores e alunos dos anos iniciais de uma Escola do Ensino Fundamental acerca da importância da leitura e da sua importância na vida do Educando em 2018. Na oportunidade foram utilizados autores como

Emília Ferreiro, Piaget, Soares dentre outros que estudam e pesquisa sobre a importância da leitura nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A justificativa deste estudo tratou-se da necessidade de conhecer um pouco mais sobre a importância da aquisição da leitura nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a fim de que se possa planejar e realizar o processo de ensino e aprendizagem de qualidade e o aluno seja um cidadão crítico, criativo e conhecedor de seus direitos e deveres, para viver em comunidade se socializando e entendendo todas as escritas que circulam na sociedade.

A presente pesquisa apresentou como problematização os seguintes questionamentos: Qual a importância da Leitura nos anos iniciais do Ensino Fundamental? Como se desenvolve a aquisição da leitura das crianças a partir dos primeiros anos do ensino Fundamental? Em quais aspectos influi a convivência familiar na construção da leitura, pelas crianças? A leitura proporciona ao ser humano melhor qualidade de vida? Como a história da leitura contribui para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno?

1. O TRILHAR INVESTIGATIVO

Os objetivos utilizados neste estudo foram: Identificar a importância da leitura nos anos iniciais do Ensino Fundamental e sua influência na construção do conhecimento da criança, bem como as influências do meio ambiente, os aspectos biológicos, psicológicos e sociais em que a criança vive, os quais contribuem com o seu processo de aquisição da leitura; identificar a prontidão escolar da criança para a aquisição da leitura e reconhecer através das atitudes do aluno o momento em que é capaz de realizar leitura; Verificar o comportamento participativo, criativo, bem como a forma de socialização e a comunicação utilizada pela criança; Contribuir para o sucesso escolar da criança no quesito leitura dentro das suas capacidades, de acordo com as atividades que são oferecidas tanto pela escola quanto pela família; Incentivar a criança à prática da leitura desde os primeiros anos de vida escolar.

A metodologia usada foi uma pesquisa bibliográfica qualitativa através de estudos em livros, revistas, documentários relacionados ao tema e Pesquisas na internet. Também foi feita uma pesquisa documental utilizando leitura e fichamento os Parâmetros Curriculares Nacionais que esclareceram várias dúvidas demonstrando a importância da leitura nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados, envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GADOTTI, 2001).

Também foi realizada uma pesquisa qualitativa através da pesquisa de campo com questionários direcionados a 10 professores que atuam nos referidos anos de ensino de uma Escola da rede Municipal de Ensino da cidade de João Pinheiro - MG. Os mesmos contendo 8 perguntas, sendo 6 abertas e 2 fechadas, além dos dados pessoais foram entregues aos professores e após 05 dias, recolhidos, a fim de coletar informações acerca do referido tema. A seguir os resultados das pesquisas bibliográficas e de campo foram refletidas de acordo com citação de alguns autores muito importantes.

2. RESULTADOS REFLEXÕES

Aqui foram representados os resultados dos questionários aplicados e também a reflexão das respostas das professoras entrevistadas que possuem entre 25 e 30 anos de idade e já trabalham com alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

TABELA O1 - Dados Pessoais

Dados	Respostas	Prof.	%	Respostas	Prof.	%	Respostas	Prof.	%	Total	%
Idade	De 21 a 25 anos	2	20%	De 25 a 30 anos	6	60%	Acima de 30 anos	2	20 %	10	100%
Formação	Pedagogia	5	50%	Pós-graduação em psicopedagogia	3	30%	Pós-graduação em Português	2	20%	10	100%
Trabalha com os anos iniciais	Menos de 2 anos	2	20%	Mais de 5 anos	2	20%	Menos de 10 anos	6	60%	10	100%

Fonte: questionários – pesquisa de campo

De acordo com a tabela acima, os professores têm idade entre 21 a 30 anos de idade, sendo 20% das professoras entrevistadas possuem de 21 a 25 anos de idade, 60% de 25 a 30

anos e 20% tem acima de 30 anos. Isso demonstra que esses professores são parte de uma classe de pessoas que trabalham com maturidade e conscientes da importância e responsabilidade de seu papel no processo de construção do conhecimento da leitura nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A idade e a formação acadêmica dos entrevistados, bem como a suas experiências pedagógicas estão representadas 50% formação acadêmica em Pedagogia, 30% pós-graduação em psicopedagogia e 20% pós-graduação em Português, sendo que 20% dessas profissionais trabalham há menos de 2 anos nos anos iniciais do Ensino Fundamental, 20% há mais de 5 anos e 60% há menos de 10 anos.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB (Lei nº. 9.394/96) alerta que todos os docentes deverão cursar o nível superior até o ano de 2020 e pode-se perceber que a formação acadêmica dos profissionais da Educação cresce cada vez mais, pois essa lei deixa claro a preocupação com todos os professores, principalmente aqueles que não tinham condições financeiras para se formar em um curso superior.

Da mesma forma, os professores se preocupam com sua formação, atendendo ao Plano Nacional de Educação (PNE), que tem como objetivo a formação superior a todos os profissionais da Educação Básica. O tempo em que o professor trabalha no Ensino Fundamental também é importante, pois quanto maior for sua experiência maior também será seu aprendizado. Como disse o escritor mineiro Guimarães Rosa (1956, p. 271), “Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende”. O professor pode aprender com seus alunos, pois cada um na sua diversidade tem um forma própria de construir seu conhecimento.

TABELA 02 – Para você, qual a importância da leitura nos anos iniciais do Ensino fundamental?

ALTERNATIVAS	PROF.	%
Para a Construção do conhecimento para leitura de mundo	2	20%
Para o Desenvolvimento da socialização	3	30%
Para usufruir de melhor qualidade de vida em comunidade	1	10%
O desenvolvimento da escrita	2	20%
A construção da língua falada	2	20%
Total	10	100%

Fonte: questionários – pesquisa de campo

Foi questionado aos professores sobre a importância da leitura nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, sendo que 20% dos mesmos acreditam que a leitura é importante para que a criança construa seu conhecimento de mundo, 30% responderam que a leitura contribui para

o desenvolvimento da socialização, 10%dos entrevistados acham que a importância da leitura é importante para que a criança possa usufruir de melhor qualidade de vida em sociedade, 20% considera que a leitura promove o desenvolvimento da escrita e 20% responderam que a leitura contribui para a construção da língua falada.

Sabe-se que a leitura é primordial para a vida de todas as pessoas, a mesma faz parte do cotidiano de todos e por isso o trabalho de leitura com as crianças deve ser realizado sempre em todos os momentos.

> A leitura contribui para ampliar a visão de mundo, estimular o desejo de outras leituras, exercitar a fantasia e a imaginação, compreender o funcionamento comunicativo da escrita, compreender a relação fala/ escrita, desenvolver estratégias de leitura, ampliar a familiaridade com os textos, desenvolver a capacidade de aprender, ampliar o repertório textual para a produção dos próprios textos, conhecer as especificidades dos diferentes tipos do texto, favorecer a aprendizagem das convenções da escrita, só para citar algumas possibilidades. (SMITH, 2006, p.36).

Ao conhecer a leitura, a criança desenvolve o gosto literário, aumentando assim o seu conhecimento e descobrindo novas “possibilidades” de aprendizagem, para que possam se socializarem e conviverem sendo respeitado e respeitando todas as pessoas da comunidade da qual faz parte. Além disso, a leitura constitui uma ferramenta preciosa para que as pessoas se comuniquem através da escrita e da fala.

Em síntese, conquistam os melhores empregos e acabam usufruindo de melhor qualidade de vida. Nessas condições, pode-se dizer que em uma sociedade como a brasileira, na qual o acesso à cultura é ao mesmo tempo tão valorizado e tão restrito à pequena parte da população, a disseminação da prática da leitura na escola torna-se fundamental para a busca do exercício da cidadania e a conquista de uma realidade menos desigual, portanto, mais justa. Grosso modo, a capacidade de ler torna-se um importante instrumento de poder, pois cria espaço para que o cidadão tenha vez e voz: seja um sujeito que interaja na realidade em que vive. Soares (1999, p. 19), defende que:

> Em nossa cultura grafocêntrica, o acesso à leitura é considerado como intrinsecamente bom. Atribui-se à leitura um valor positivo absoluto: ela traria benefícios óbvios e indiscutíveis ao indivíduo e à sociedade – forma de lazer e de prazer, de aquisição de conhecimentos e de enriquecimento cultural, de ampliação das condições de convívio social e de interação. Observa-se que a leitura abre um mundo de possibilidades àqueles que dominam essa competência, bem como praticamente exclui aquele que dela não sabe fazer uso, discriminando-o cultural, econômica e socialmente. Isso mostra que a

> leitura não é uma ação com fim em si mesma, mas uma capacidade, através da qual atingimos um determinado objetivo.

Portanto de acordo com autora citada acima a história da aquisição leitura por crianças nos primeiros anos do Ensino Fundamental é um processo básico, que acontece aos poucos e em um determinado momento passa a ser fluente no cotidiano da mesma, além disso, elas desenvolvem sua socialização e compartilham aquilo que já conseguem ler com seus colegas e os adultos que fazem parte da sua vida.

No questionário, também foram feitas abertas e dentre elas indagou-se aos professores suas opiniões sobre a influência dos recursos pedagógicos para facilitar a aprendizagem, foram dadas as seguintes respostas:

TABELA 02 – Qual a sua opinião sobre a influência dos recursos pedagógicos para facilitar a aprendizagem?

RESPOSTAS	PROF.	%
Para incentivar à prática da leitura a meus alunos costumo utilizar frequentemente a literatura, pois as crianças se envolvem no mundo literário, através dos sonhos e aventuras que estimulam seu psicológico e consequentemente despertando-a para o gosto de ler, ao invés de só ouvir.	4	40%
Os recursos pedagógicos motivam os alunos a construírem seu conhecimento	2	20%
São muito importantes na condução do aprendizado do aluno.	2	20%
São muito importantes pois influenciam na socialização e na aprendizagem coletiva dos alunos.	2	20%
TOTAL	10	100%

Fonte: questionários – pesquisa de campo

Apesar que o aluno deve ser motivado a ler sozinho, de forma que envolva assuntos pertinentes a sociedade na qual ele está inserido e aos poucos vai compreendendo o sentido do texto que lê, tendo condições até de explica-lo, fazendo com que se torne uma criança que sabe ler entre linhas, é importante que o professor esteja direcionando essa leitura para que realmente sua aprendizagem seja adquirida.

> A leitura é uma atividade que se realiza individualmente, mas que se insere num contexto social, envolvendo disposições atitudinais e capacidades que vão desde a decodificação do sistema de escrita até a compreensão e a produção de sentido para o texto lido. Abrange, pois, desde as capacidades desenvolvidas no processo de alfabetização "stricto sensu" até capacidades que habilitam à participação ativa nas práticas sociais letradas que contribuem para o seu letramento. (CARVALHO, 2006, p.21)

De acordo com Carvalho (2006, p. 21), mesmos utilizando os mais diversificados recursos pedagógicos, a aprendizagem da leitura acontece de forma individual, de acordo com a socialização e as atitudes do interesse e da capacidade em identificar e interpretar os sinais linguísticos que são as letras, associando-os aos sons de cada um que a criança desenvolve durante o estudo.

TABELA 03 - Quais as formas de se trabalhar com leitura em sala de aula?

RESPOSTAS	PROF.	%
Forma silenciosa individualmente	2	20%
Em voz alta (individualmente ou em grupo) quando fizer sentido dentro da atividade	3	30%
Através de rótulos e embalagens de produtos	4	40%
Recorte e colagem de letras e formação de palavras	1	10%
TOTAL	10	50%

Fonte: questionários – pesquisa de campo

É importante que, a prática da leitura na escola permita ao aluno o acesso ao mundo e as suas diversas formas de leitura e escrita, de forma significativa e quase de forma imperceptível. Quando o aluno percebe que já está lendo e interpretando e ainda escrevendo e falando corretamente é motivo de muita felicidade e demonstra uma sensação de liberdade. Mas, para que isso aconteça é necessário: "[...] despertar na criança a noção de leitura como um processo abrangente de compreensão de sentido, fruto de diálogo com o que é lido. Algo muito vivo e desafiante, ao mesmo tempo, exigente e compensador". (MARTINS 1989, p.35)

Portanto, é importante que o professor busque métodos que faça a criança ter "noção de leitura", pois assim aos poucos vai se desenvolvendo o gosto de praticar a leitura e interpretação dos mais variados textos. Porém é necessário que se conheça as potencialidades e dificuldades de aprendizagem de cada aluno para adaptar o método de ensino e aprendizagem de acordo com as necessidades do mesmo de forma individual.

Ao ler silenciosamente, o aluno desenvolve o raciocínio lógico e a compreensão do texto, o que facilita ainda a interpretação do texto, sendo capaz de fazer o reconto daquilo que acabou de ler. A leitura em grupo contribui para a socialização e a entonação de voz, ritmo e pontuação correta, e isso é imprescindível que o aluno compreenda desde os anos iniciais do Ensino Fundamental.

O trabalho com rótulos e embalagens de produtos, além de contribuir para o desenvolvimento do raciocínio, aumenta sua curiosidade e ao chegar em casa e supermercados terá vontade de ler tudo que ver escrito, e isso é fundamental para o aprendizado da criança.

O professor deve estar sempre atento ao comportamento do aluno em todos os momentos e principalmente na hora de leitura. Por isso, os mesmos foram questionados:

TABELA 04 - Você acha que seus alunos se interessam pela leitura em sala de aula?

RESPOSTAS	PROF.	%
Sim, pois é uma novidade e ajuda na concentração	4	40%
As crianças estão na fase da descoberta e tem sede de conhecimento e para elas a leitura é uma forma de diversão diversificada	3	30%
Apenas uma pequena parte dos alunos se dispersam brincando, demonstrando falta de interesse, mas isso acontece porque não tem noção de leitura e ainda precisam ser incentivados a construir sua aprendizagem.	3	30%
TOTAL	10	100

Fonte: questionários – pesquisa de campo

A leitura em sala de aula para o aluno é uma novidade para o mesmo, pois nessa fase a criança está descobrindo e tem muito interesse em aprender principalmente se as atividades de leitura acontecer de forma agradável e diversificada, porém alguns ainda estão imaturos e não se interessam pelo assunto e ficam brincando.

É importante que o aluno seja estimulado a construção do conhecimento da leitura, para que isso aconteça, o professor utiliza de estratégias criativas que é uma forma de aprender a leitura de forma lúdica e prazerosa, sendo capaz de desenvolver a leitura e a escrita ao mesmo tempo.

> A formação de crianças que gostem de ler precisa de muita dedicação do professor e dos pais, sempre as incentivando a construir seu conhecimento de leitura, demonstrando às mesmas a importância da compreensão da leitura para sua convivência em comunidade. Qualquer humano que não tenha suas faculdades danificadas é capaz de aprender a falar simplesmente pelo fato de estarem em interação com outros seres humanos e sem necessidade de um treinamento específico. (PEREIRA, 2004, p. 160).

É imprescindível que a criança tenha ajuda para a aquisição da leitura, tanto em seu ambiente familiar como escolar, através da socialização e interação com o outro e da

incentivação que recebe de seus pais e do professor para que conquiste sua autonomia em aprender a ler.

A escola como formadora de seres pensantes é capaz de motivar o aluno a desenvolver a leitura de forma prazerosa, utilizando métodos e atividades pedagógicas que o levem a raciocinar com clareza, sempre de acordo com seus estágios desde o início da sua vivência escolar com seus colegas e profissionais da educação. Goodman (1995, p. 58) defende que:

> O desenvolvimento dos processos de leitura e escrita iniciam-se antes mesmo da criança entrar na escola, ou seja, dentro da família e da comunidade. Nessas ocasiões a criança está sujeita a situações de leitura e escrita, iniciando seu contato com o sistema linguístico de seus pares. O estudo da leitura foi sistematizado por alguns autores em estágios, desde o aprendizado das primeiras letras até a compreensão de textos completos. (GOODMAN, 1995, p. 58)

De acordo coma a sua idade, a mente da criança está preparada para a construção de um tipo de ensinamento, que em seguida será corretamente ampliado tanto pelo professor como pelos pais, assim a mesma terá o conhecimento e muito sucesso na leitura e em todos os conteúdos curriculares. Portanto, o professor deve ser muito observador a fim de que perceba o momento certo de iniciar a leitura com seus alunos.

Segundo Emília Ferreiro apud Goodman (1999, p. 58);

> O desenvolvimento da leitura pode ser dividido em três estágios, que se processam em uma sequência de aquisições. O primeiro Estágio é o estágio no qual a criança começa a diferenciar os dois tipos de representação gráfica: o desenho e a escrita, é o primeiro passo para que elas aprendam o que é e o que não é lido. Esse processo começa quando elas percebem que a forma e a disposição das letras em nada lembram o objeto a que elas se referem (ao contrário do desenho). Tais aquisições são permanentes e tornar-se-ão mais complexas com o desenvolvimento da criança. O segundo estágio é quando a criança passa a ter mais controle sobre as características qualitativas (letras diferentes) e quantitativas (quantidade de letras) de uma palavra, tornando-se mais capazes de perceber as diferenças entre vários termos escritos. Além disso, os critérios de determinação de significado tornam-se mais rígidos, ou seja, um grupo de letras não pode ser qualquer objeto, mas apenas um específico. O terceiro Estágio é quando a criança começa a utilizar o critério do "som", na escolha de letras em palavras, ou seja, para sons semelhantes letras semelhantes. Com essa descoberta a criança começa a entender a existência de uma ligação entre os sons e as palavras e aos poucos o processo de leitura vai mudando, tornando-se mais rápido e sintético. Na medida em que o processo se torna linear, há um progressivo desenvolvimento dos hábitos de leitura e da capacidade de compreensão de textos mais complexos.

A criança dos primeiros anos do ensino Fundamental desenvolve a aquisição da leitura primeiramente através do reconhecimento de desenhos comparando-os com as letras, e assim

constrói o conhecimento das letras. Observando como as letras ficam em uma palavra, faz uma leitura oral, já sabendo diferenciar a quantidade de letras, as diferenças dos desenhos de cada uma delas, identifica os sons de cada uma, formar silabas, palavras e em seguida já começa a ler e essa etapa é um marco em sua vida.

TABELA 05 – Você considera importante o uso da Biblioteca escolar para incentivar o aluno a aprendizagem da leitura?

ALTERNATINAS	RESPOSTAS	%
Sim	10	100%
Não	-	
Talvez	-	
Total	10	100%

Fonte: questionários – pesquisa de campo

Todos os profissionais entrevistados concordaram que o uso da Biblioteca escolar para incentivar o aluno a aprendizagem da leitura. Compreendeu-se que as crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental dentro da biblioteca se sente motivado com tantos livros e com isso desenvolve o gosto pela leitura, a curiosidade em saber o que está escrito em suas páginas e o entusiasmo pelos personagens e suas histórias, suas aventuras e tudo que se relaciona a eles.

> A biblioteca escolar, sua organização, acervo e uso constituem-se talvez no testemunho mais real do efetivo compromisso da comunidade escolar com a educação e a cultura. Podemos considerá-la como o espaço da cultura dentro da escola, oportunizando e estimulando o contato e o convívio interativo entre os alunos, professores, pais e responsáveis, na mediação do conhecimento que trazem os livros, revistas, jornais e outras fontes de pesquisa e cultura. (SANTOS, 2005. p. 37).

É na biblioteca escolar que a criança desenvolve a leitura, pois se sente maravilhada com a organização e por ser um local em que se socializa e conhece as mais variadas culturas e ao interagir através da ajuda do professor aprende a ler de forma clara, sabendo apreciar as várias formas de ler e pesquisar na biblioteca.

Sabe-se que existem várias formas de trabalhar o desenvolvimento da leitura com os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, e é muito importante que os professores utilizem todos os recursos possíveis de forma criativa, para que as crianças se sintam motivadas a construir seu conhecimento em leitura.

A criança necessita ser incentivada a conquistar o seu próprio conhecimento de acordo com suas especificidades e sua forma de reconhecer os sons através dos símbolos que são as letras, gravuras e desenhos criados por ele mesmo. “O processo de ler é complexo. Trazer à

mente uma informação necessária, aplicar algum conhecimento a uma situação nova, o engajamento de muitos fatores é essencial se queremos fazer sentido do texto" (KLEIMAN, 2001, p. 13).

No entanto para que isso dê resultados se faz necessário que a criança seja motivada desde pequena para que a aquisição da leitura não se torne limitada, restrita somente a sala de aula.

A escola é uma Instituição que tem várias responsabilidades para com o aluno e aqui se destaca a história aquisição da leitura. A maioria das crianças quando ingressa na escola já tem uma noção básica do que é leitura e a escrita, devido ao contato com livros, revistas e leituras que estão por todos os lados na sociedade em que vivem principalmente no seio familiar, onde os pais lêem histórias, contos de fadas para eles em sua casa.

TABELA 6 – Marque os principais recursos utilizados em sala de aula que contribuem para o desenvolvimento leitura?

ALTERNATIVAS	RESPOSTAS	%
JOGOS	4	40%
REVISTAS	3	30%
LIVRO DIDÁTICO	2	20%
TEXTOS INFORMATIVOS	1	10%
TOTAL	10	100%

Fonte: questionários – pesquisa de campo

O quadro acima demonstra que os professores utilizam jogos, revistas, e textos informativos como recursos que contribuem com o desenvolvimento da leitura. Sabe-se que os jogos são importantes no desenvolvimento da criatividade e dos conhecimentos dos sons e letras para a formação das palavras. A utilização de revistas através de recortes de letras, palavras e de gravuras também contribuem para que a criança adquira seu gosto pela leitura, já os textos informativos são necessários para aumentar a curiosidade em conhecer ainda mais a leitura e saber de tudo que acontece.

> Quanto mais variado é esse material, mais adequado para realizar diversas atividades de exploração, classificação, busca de semelhanças ou diferenças e para que o professor, ao lê-los em voz alta, dê informações sobre "o que se pode esperar de um texto" em função da categorização do objeto que o veicula. Insisto: a veracidade de materiais não só é recomendável (melhor dizendo, indispensável) no meio rural, mas em qualquer lugar onde se realize uma ação alfabetizadora. (FERREIRO, 1997, p. 33).

De acordo com a autora é importante que o professor tenha criatividade em utilizar vários materiais para que o aluno possa explorar, manusear, comparar e realizar sua alfabetização. É recomendável que também sejam utilizados os meios de comunicação como rádios, televisão, dentre outros que a comunidade, a qual a criança faz parte, tem acesso.

TABELA 07 – Como você explica a aprendizagem da leitura pelos alunos?

RESPOSTAS	PROF.	%
É uma realização pessoal em que a criança aprende a ler e interpretar	3	30%
A leitura acontece quando o aluno desenvolve a percepção de sons e letras conseguindo fazer a junção e compreender o que está escrito	3	30%
Esse processo pode acontecer de acordo com as práticas de leitura, a curiosidade do aluno e a motivação que ele recebe	4	40%
TOTAL	10	100%

Fonte: questionários – pesquisa de campo

Pode-se dizer que a aprendizagem da leitura acontece de acordo com os recursos metodológicos utilizados em sala de aula e a dedicação do aluno e de seus pais em casa, no sentido de estar sempre colaborando para que esse conhecimento se desenvolva.

> O conhecimento atualmente disponível a respeito do processo de leitura indica que não se deve ensinar a ler por meio de práticas centradas na decodificação. Ao contrário, é preciso oferecer aos alunos inúmeras oportunidades de aprenderem a ler usando os procedimentos que os bons leitores utilizam. É preciso que antecipem, que façam inferências a partir do contexto ou do conhecimento prévio que possuem, que verifiquem suas suposições – tanto em relação à escrita, propriamente, quanto ao significado. É disso que se está falando quando se diz que é preciso "aprender a ler, lendo": de adquirir o conhecimento da correspondência fonográfica, de compreender a natureza e o funcionamento do sistema alfabético, dentro de uma prática ampla de leitura. Para aprender a ler, é preciso que o aluno se defronte com os escritos que utilizaria se soubesse mesmo ler – com os textos de verdade, portanto. (BRASIL, 1997, p.55-56)

O início do saber ler pode acontecer nos primeiros anos do Ensino Fundamental e lentamente vai ficando cada vez mais fluente, de acordo com o incentivo que a criança recebe tanto em casa como na escola. Os hábitos de ler, escrever, dentre outros estão relacionados aos processos motivacionais, que contribuem para a construção do conhecimento da criança. Assim a criança começa a leitura com atividades motivadoras que a interesse, mas que só mais tarde perceberá quantos benefícios tais atividades lhe trarão para a vida em sociedade e também para a aquisição de outras aprendizagens.

Para que o aluno construa sua aprendizagem da leitura, além de motivá-lo a querer aprender, o professor precisa respeitar suas habilidades e competências cognitivas, para que o mesmo não fique frustrado. Pois todos precisam saber pensar para construir o seu conhecimento, e cada um tem suas limitações e suas habilidades que precisam ser desenvolvidas com o passar do tempo e com atividades que se propõe a isso

A motivação é a principal aliada às capacidades comportamentais do ser humano para que tenha sucesso, por isso é de suma importância que a família em parceria com a escola motive a criança para que a sua aprendizagem aconteça.

> Motivação é um tema da psicologia que estuda as razões pelas quais o homem se comporta de uma determinada forma. A motivação é aquilo que impulsiona um comportamento, o qual está dirigido a um objetivo específico, não é algo que possa ser diretamente observado; inferimos a existência de motivação observando um comportamento. (BRAGHIROLLI et al, 1990, p. 90).

Baseado na citação acima se pode dizer que a criança precisa ser impulsionada a aprender a ler, porém não se percebe quando uma pessoa está motivada, mas pode presenciar o resultado da motivação a partir do momento que o aluno desperta para a leitura e faz isso sozinho. Ao aprender a ler, ele fica um pouco individualista, mas também se socializa, só demonstra que não precisa tanto de ajuda.

TABELA 8 - Como a família contribui para a construção do conhecimento da leitura dos filhos?

ALTERNATIVAS	PROF.	%
Lendo historinhas para seus filhos, contar contos de fadas	2	20%
É importante que as crianças sejam incentivadas pelos pais a manusearem livros, jornais, revistas, panfletos	4	40%
Elogiar o filho a cada acerto e corrigi-lo sempre que necessário	1	10%
Ser paciente ao ajudar a criança em casa, pois ela não tem ideia do que seja aqueles risquinhos que são as letras.	3	30%
	10	100%

Fonte: questionários – pesquisa de campo

> *É importante que os pais leiam historinhas para seus filhos, deixem que manuseiem livros, revistas, jornais e panfletos, mostrar para a criança que as letras possuem sons, fazer com que ela perceba a escrita e os sons das palavras, elogiando o filho a cada acerto e corrigi-lo sempre que necessário, sendo paciente ao ajudar a criança em casa, pois ela não tem ideia do que seja aqueles risquinhos que são as letras. (ENTREVISTADOS, 2018)*

Desde os antepassados as crianças ouvem as histórias lidas pelos pais e/ou familiares, e já observam as letras que no início são apenas símbolos. Só com o passar do tempo é que percebem, através de comparações dos desenhos ou rabiscos que veem nas leituras, as letras.

Ferreiro (1990, p. 45) afirma que “aprender a ler começa com o desenvolvimento da língua escrita”. A criança vê a escrita e consegue juntar os sons, as letras e adquirir sua leitura. Por isso a importância de deixar que a criança esteja sempre em contato com a escrita, manuseando livros, revistas e outros tipos de escrita.

A criança é muito observadora e com seus olhinhos brilhando fica atenta para compreender como as pessoas falam. Depois as imita e constrói seu próprio conceito a respeito da língua falada em relação à escrita. Porém, cada criança tem seu ritmo cognitivo. É importante que construa uma aprendizagem de forma prazerosa, através de atividades saudáveis, criativas, se espelhando na postura do professor, num ambiente ao ar livre, observando a natureza, que é um espaço tranquilo para as crianças de diferentes idades conviverem e se socializarem.

De acordo com Piaget (1978), apud SILVEIRA, (2006, p.161): “a evolução da lógica e da moral pode ser resumida em quatro estágios de desenvolvimento mental: Período Sensório-motor (0 a 2 anos): Piaget usa a expressão "a passagem do caos ao cosmo" para traduzir o que o estudo sobre a construção do real, descreve e explica.

De acordo com a tese piagetiana, "a criança nasce em um universo para ela caótico, habitado por objetos evanescentes com tempo e espaço subjetivamente sentidos, e causalidade reduzida ao poder das ações, em uma forma de onipotência". No recém-nascido, portanto, as funções mentais limitam-se ao exercício dos aparelhos reflexos inatos. Período pré-operatório (2 a 7 anos): para Piaget, o que marca a passagem do período sensório-motor para o pré-operatório é o aparecimento da função simbólica ou semiótica, ou seja, é a emergência da linguagem. Nessa concepção, a inteligência é anterior à emergência da linguagem e por isso mesmo "não se pode atribuir à linguagem a origem da lógica, que constitui o núcleo do pensamento racional". Período das operações concretas (7 a 11, 12 anos): neste período o egocentrismo intelectual e social (incapacidade de se colocar no ponto de vista de outros) que caracteriza a fase anterior dá lugar à emergência da capacidade da criança de estabelecer relações e coordenar pontos de vista diferentes (próprios e de outrem) e de integrá-los de modo lógico e coerente.

> Outro aspecto neste estágio é a capacidade da criança de interiorizar as ações e realizar operações mentalmente. Período das operações formais (12 anos em diante): a criança amplia as capacidades conquistadas na fase anterior, já consegue raciocinar sobre hipóteses na medida em que ela é capaz de formar esquemas conceituais abstratos e através deles executar operações mentais dentro de princípios da lógica formal. (PIAGET, 1978, apud SILVEIRA, 2006, p.161)

Há o estágio em que a criança desenvolve o gosto pela leitura e toda palavra que vê, quer ler, quer saber por que é escrito assim, o que significa e, questionando aprende a leitura e descobre as formas das letras, das figuras, das imagens e identifica os sons.

> As capacidades analisadas são partes componentes da capacidade de fazer uma ligação simbólica entre sons e letras do alfabeto. A primeira é a capacidade de compreender a ligação simbólica entre letras e sons da fala. A segunda é a capacidade de enxergar as distinções entre as letras. A terceira é a capacidade de ouvir e ter consciência dos sons da fala com suas distinções relevantes da fala. (LEME. 1994, p.9)

Essas capacidades vão aumentando de acordo a história da leitura nos primeiros anos do Ensino Fundamental através da motivação que a criança recebe tanto de seus familiares como de seu professor e colegas, pois ao se socializarem, trocam experiências que servirão de modelo para a aquisição da leitura, além de contribuírem para que outras aprendizagens aconteçam.

Em casa principalmente, a criança deve ter uma boa orientação e desfrutar de convivência harmoniosa e saudável com todos os familiares, pois é com eles, normalmente, que a mesma desenvolve a segurança necessária para a construção de uma aprendizagem sólida desde o jardim de infância.

Na tabela 09 buscou-se saber dos professores entrevistados como os mesmos trabalha a leitura em sala de aula, cuidando para que os mesmos não fiquem cansados? Suas respostas estão expostas na tabela e comentadas abaixo.

TABELA 09 - como você trabalha a leitura em sala de aula, cuidando para que os mesmos não fiquem cansados?

RESPOSTAS	PROF.	%
Com respeito a individualidade e a capacidade de aprendizagem de cada aluno e de acordo com as etapas do seu desenvolvimento	3	30%
Observando o ritmo de construção do conhecimento da leitura de forma individual.	2	20%
Utilizando métodos que façam a criança raciocinar e refletir sobre o que está lendo.	3	30%
Agindo com afetividade, para que o aluno desperte o desejo e o gosto pela leitura e a escrita	2	20%
TOTAL	10	100%

Fonte: questionários – pesquisa de campo

É de fundamental importância a aquisição da leitura pela criança nos primeiros anos do Ensino Fundamental, pois é nessa fase que se encerra uma etapa importante para todas as conquistas educacionais, que serão a base para uma aprendizagem sólida para a sua vida.

O professor deve ter respeito pela individualidade de cada aluno e com as etapas do seu desenvolvimento, tendo o cuidado em sempre observar seu ritmo de construção do conhecimento da leitura, obtendo, assim um bom resultado na organização do seu corpo físico, mental e cognitivo a fim de que o mesmo possa adquirir prazerosamente hábitos de leitura. Alves (2004, p.11) ressalta, entretanto que: “há necessidade e importância de intercalar momentos de reflexão no ato da leitura, pois do contrário poderia ocorrer um processo de destruição do pensamento. Porque o hábito de ler deve ser caracterizado pelo prazer e não pela quantidade de livros lidos".

Portanto não se pode pressionar a criança na aquisição da leitura, pois ela precisa sentir gosto para realização de tal atividade. Quando a criança apresenta comportamentos que demonstram já estar preparada para a aquisição da leitura, o professor deve intervir com atividades pedagógicas que contribuam com a construção do conhecimento de seu aluno.

É compreensível que o aluno apresentar alguma dificuldade de aprendizagem na leitura nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Quando esse problema surgir, se propõe buscar ajuda psicológica ou psicopedagogia que possibilite esclarecimento de como lidar com a suposta situação ou o acompanhamento a fim de conseguir o encaminhamento dessas dificuldades, assim a criança poderá construir seu conhecimento.

> É claro que além dos conhecimentos básicos, o alfabetizador precisa de outros dons básicos para se sair bem. “Ele deve ter respeito pelos alunos, evitar o papel de cúmplice de um sistema interessado em manter esmagada uma grande parte de seu povo, confiar na capacidade de desenvolvimento dos alunos e ter criatividade, invencibilidade, iniciativa, combatividade e fé em sua capacidade de tornar este mundo melhor. (LEMLE, 1994, p. 69).

O aluno pode demonstrar ao professor aquilo que já sabe ler, ficando mais fácil de receber ajuda se por acaso o mesmo tiver alguma dificuldade, para que assim, possa construir rapidamente seu conhecimento.

Sabe-se que há aqueles que agem de forma diferente, sentem-se envergonhados por suas dificuldades e não gostam muito de serem ajudados. O seu silêncio é uma forma de colocar uma barreira entre ela, seus professores e colegas. Além de tentar afastar a dificuldade, evitando a baixa auto-estima. É necessário que se faça um trabalho de conscientização, socialização e

inteiração com todas as crianças para que aconteça a aquisição da leitura, para o seu crescimento e sua aprendizagem. A aquisição da base ortográfica envolve aspectos afetivos, sociais, culturais, lógicos, perceptivos, motores, para que a aprendizagem seja de fato construtiva.

Para Ferreiro (1999, p.213), quando o meio não provê esta informação, falha uma das ocasiões de conflito. Por isso vemos crianças chegarem até o nível da aprendizagem das sílabas, mas não, além disso. Portanto, é imprescindível que o professor tenha criatividade para trabalhar com esses alunos de forma que se desenvolva, lendo e compreendendo a frase e/ou texto.

A aquisição da leitura surge de maneira espontânea nas crianças com aproximadamente três anos de idade. Nessa fase, o que pensam e elaboram sobre a leitura convencional, é que uma figura pode ser lida e interpretada, além disso, para lê-las são necessárias gravuras conhecidas e de formato maior e se possível legíveis, para que possam construir sua leitura sobre aquilo que seus olhos veem e seu raciocínio compreende.

De acordo com Silveira (2006, p.96), os fatores que influenciam no desenvolvimento da capacidade de aprender são:

> Querer e aprender: desenvolver no aluno o aprendizado dos verbos querer e aprender, de modo a motivá-los para que eles sejam conjugados da seguinte maneira: Eu quero aprender. Esse comportamento exigirá dos alunos uma série de atitudes, destacando-se interesse, motivação, atenção, compreensão, participação e expectativa de aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a tornar-se uma pessoa. Respeitar as competências e habilidades: desenvolvimento de aptidões cognitivas e procedimentais. Quem aprende a ser competente, desenvolve um interesse especial por aprender. No entanto, só desenvolvemos a capacidade de aprender quando aprendemos a pensar. Só pensamos bem quando aprendemos métodos e técnicas de estudo. É esse fator que garante a capacidade de autoaprendizagem do aluno. Aprendizagem de conhecimentos ou conteúdo: a construção de um currículo escolar, com disciplinas atualizadas e bem planificadas, é fundamental para que o aluno desenvolva sua compreensão a respeito do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade, conforme o que determina o artigo 32 da Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (LDB). (SILVEIRA, 2006, p.96).

Quando querem ler, inventam suas próprias palavras e textos, observam gravuras e brinquedos, colocam nomes que surgem em sua imaginação, demonstram que podem ler. Acreditam que palavras com menos de três letras ou letras repetidas não podem ser lidas. Acreditam também, durante o processo, que uma letra basta para registrar uma emissão sonora. Ainda, em dado momento de conflito, enxertam letras para aumentar a palavra considerada pequena demais para dar conta do seu significado.

Alguns fatores influenciam a aquisição do conhecimento da leitura que são muito importantes o professor se preparar com atividades pedagógicas a fim de que a aprendizagem da leitura aconteça de forma concreta e para a vida toda.

O querer aprender a ler precisa ser estimulado pelo professor em alguns alunos. Percebe-se que aprender a ler depende da vontade do aluno e da motivação do professor com estratégias animadoras que conquistem a confiança do aluno para que ele consiga gostar de aprender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização deste estudo, que teve como objetivo Identificar a importância da leitura nos anos iniciais do Ensino Fundamental e sua influência na construção do conhecimento da criança, bem como as influências do meio ambiente, os aspectos biológicos, psicológicos e sociais em que a criança vive, os quais contribuem com o seu processo de aquisição da leitura; identificar a prontidão escolar da criança para a aquisição da leitura e reconhecer através das atitudes do aluno o momento em que é capaz de realizar leitura; Verificar o comportamento participativo, criativo, bem como a forma de socialização e a comunicação utilizada pela criança; Contribuir para o sucesso escolar da criança no quesito leitura dentro das suas capacidades, de acordo com as atividades que são oferecidas tanto pela escola quanto pela família; Incentivar a criança à prática da leitura desde os primeiros anos de vida escolar.

Compreendeu-se que a leitura, quando estimulada, incentivada e bem orientada contribui para a formação de um adulto capaz de viver em sociedade, contribuindo para o desenvolvimento integral do educando. A leitura trabalhada de forma mais atrativa, ampla e próxima à realidade dos alunos, contribui para aflorar nos mesmos, o gosto e o hábito da prática da leitura sendo um processo gradativo, contribuirá para a formação de um cidadão letrado.

Desta forma, entende-se que é fundamental na alfabetização, que a leitura seja trabalhada de forma significativa, a partir dos diversos tipos de materiais textuais presentes no contexto social, ou seja, com materiais diversificados, para que os alunos se aproximem da leitura, e tomem gosto desde a menor idade desta prática que é vital para o seu desenvolvimento futuro.

É natural e desejável pensarmos que, por ser um elemento básico do ensino, a prática da leitura seja exercida sem complicações. Contudo, isso não expressa a realidade vivenciada nos espaços escolares onde se observa momento de crise com relação à formação de leitores.

A leitura pode ser considerada um meio imprescindível para a conscientização e construção de saberes necessários a uma vida digna dentro da sociedade. Para que isso aconteça é importante que o professor busque estratégias para que todas as crianças tenham o pleno desenvolvimento da leitura e da escrita, não fazendo da leitura uma prática constante apenas na alfabetização e nas séries iniciais, mas uma prática diária em todas as fases da vida escolar.

A leitura e a escrita apresentam características que fazem surgir preocupação com a língua e a prática pedagógica e por isso, o professor precisa trabalhar o aluno para que o mesmo possa aproveitar o máximo possível, mas também é necessário ter cuidado com as formas e práticas de produção da leitura e da maneira pela qual o mesmo a constrói, deixando que o aluno exponha suas ideias e curiosidades para que em grupo discutam e compreendam as formas de falar e escrever sempre de acordo com a cultura de cada um.

E assim a criança desenvolve, através da motivação, da afetividade, carinho e compreensão do professor juntamente com o apoio de sua família, o gosto e as habilidades necessárias para construir seu conhecimento literário, bem como a interpretação e a escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. **Ao professor, com o meu carinho**. Campinas, São Paulo: Verus Editora, 2004, p.11

BRAGHIROLLI, E. M. et all. **Psicologia Geral**. 9ªed. Porto Alegre: Editora Vozes, 1990. CAMARA BRASILEIRA DO LIVRO – CBL. 2001, p.90.

BRASIL. Secretaria de Educação fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa.** – Brasília: 1997. P.55 - 56

CARVALHO, Maria Angélica Freire. Prática de leitura e escrita. Brasília: Ministério da educação, 2006, p. 21.

FERREIRO, Emília. PALÁCIO, Margarida Gomes. **Os processos de leitura e escrita:** novas perspectivas. Trad. Luiza Maria Silveira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990, p.33, 45, 58

FERREIRO, Emília & TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999, p.213

GADOTTI, Moacir e BRANDÃO, José (orgs.). **Educação: teoria, prática e proposta**. 9. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001, p. 27

KLEIMAN, Â. **Leitura: Ensino e pesquisa**. Campinas SP: Pontes, 2ª Ed, 2001, p. 13.

LEMLE. Mirian. **Guia Teórico do Alfabetizador**. Editora Ática. 8ª edição. São Paulo. 1994, p. 9, 69

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 35

PIAGET, J.A **formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação.** Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. (Apud) SILVEIRA. L. Vieira, N. da (1979). Terapêutica ocupacional: teoria e prática. Rio de Janeiro: Casa das Palmeiras. 2006, p. 96 - 161

ROSA, Guimarães. **Grande sertão veredas.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, p. 271

SMITH, Frank. O Letramento na educação escolar: desfazendo alguns mitos. In: DE CARVALHO, Maria Angélica Freire. **Prática de leitura e escrita**. Brasília: Ministério da educação, 2006, p. 36

SOARES, Magda. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins; BRANDÃO, Helina Maria Brina; MACHADO, Maria Zélia Versiani (Org.). **A escolarização da leitura literária:** o jogo do livro infantil e juvenil. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p.19

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇAO INFANTIL: a relação do cuidar e educar entre os professores que atuam na educação infantil nas redes de ensino: pública e privada de Patos de Minas

Vânia Antonieta Barbosa[1]
Silvia Cristina Fernandes Lima[2]

Resumo: Esta pesquisa procurou analisar o papel do professor de educação infantil, bem como compreender sua atuação, enquanto mediador do processo de cuidar e educar na contemporaneidade. Buscou-se compreender o que a legislação e a literatura sobre o tema têm evidenciado a respeito da educação infantil como a primeira etapa da Educação Básica e os princípios norteadores do papel do professor. Para compreendermos como o professor entende qual é o seu papel enquanto educador infantil, realizamos uma pesquisa de campo, na qual, foi aplicado um questionário a dez professores que atuam em instituições de educação infantil, sendo cinco professores da rede pública e cinco da rede privada. Constituindo-se, assim, uma pesquisa de cunho qualitativa descritiva, intentando interpretar as falas, os anseios e os desafios apontados pelos professores. Mediante essa pesquisa, podemos evidenciar que a relação cuidar e educar ainda não está consolidada no pensamento e na fala do professor.

Palavras-chave: Educação Infantil; Educar; Cuidar.

Abstract: This research sought to analyze the role of the teacher in early childhood education, as well as to understand its performance, as mediator of the process of caring and educating in the contemporaneity. It was sought to understand what legislation and literature on the subject has evidenced about early childhood education as the first stage of basic education and guiding principles of the role of the teacher. To understand how the teachers understands his role as a child educator. We carried out a field survey in which a questionnaire was applied to ten teachers who work in kindergarten Institutions, five of whom are public school teachers and five are teachers of private network. This is a descriptive qualitative research, trying to interpret the talks, the yearnings and the challenges pointed out by the teachers. Through this research, we can show that the relation caring and education relationship is not yet consolidated in the teachers thought and speech.

Keywords: child education, caring, educating

Considerações Iniciais

[1] Graduada em Pedagogia pela Faculdade Patos de Minas, e-mail: vaniaantonbarbosa@gmail.com
[2] Professora no curso de Pedagogia da Faculdade Patos de Minas. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: silvia.lima@faculdadepatosdeminas.edu.br

Recebido em 10/04/2019
Aprovado em 21/04/2019

Este trabalho de pesquisa teve como objeto de estudo analisar e compreender o papel do professor de educação infantil, bem como a relação do cuidar/educar e seus desafios, entre professores que trabalham nesta área, nas redes de ensino pública e privada de Patos de Minas-MG.

As hipóteses apresentadas apontam para o cuidado com os alunos que chegam às escolas ainda bem pequenos, tornando-se um grande desafio para o profissional que atua na área da educação, uma vez que a adaptação precisa ser lenta e gradual, respeitando o tempo de cada um.

O papel do professor é fundamental dentro da escola e reflete-se em toda a sociedade, pois é ele o agente ativo na formação do cidadão. E as crianças precisam de modelos a serem seguidos para que haja em prol da equidade no mundo, e seus mais significativos exemplos; nos primeiros anos de vida, são seus pais, e seguido dos professores.

A justificativa pautou-se nas diversas teorias apresentadas, relevando que a temática desta pesquisa precisa ser devidamente conhecida por todos os pais e educadores comprometidos com a formação integral e social das crianças. Ao verificar que papel do professor não é apenas ensinar, são inúmeras as tarefas impostas a eles. O docente é responsável por proporcionar às crianças experiências que auxiliam desenvolver suas capacidades cognitivas, como atenção, memória, raciocínio e o bem-estar relacionado ao amor, à fraternidade, à dignidade, a responsabilidade, à ética e a outros valores, em um ambiente cheio de pluralidade.

Desta maneira, pode-se afirmar que a formação docente vem sendo abordada, em busca do desenvolvimento profissional continuado. Bem como o processo de auto formação da equipe pedagógica que visa a contemplar e aprofundar a formação do professor, a fim de desenvolver o trabalho pedagógico nas diversas áreas do conhecimento. É preciso também ter em mente quais propostas de aperfeiçoamento apresentar para que o professor desenvolva as competências fundamentais para o exercício de suas funções em diferentes realidades e contextos escolares.

Cabe aos educadores na sua prática pedagógica, não ser omissos diante dos fatos sócio históricos locais e mundiais, é preciso entender não apenas de conteúdo, mas também de política, ética e família, para que o processo de ensino e aprendizagem seja afetivo e pleno dentro da realidade do aluno (CURY,2003).

Neste aspecto, a presente pesquisa buscou compreender as dificuldades e os desafios que os educadores de educação infantil encontram em mediar com segurança o processo de cuidar e educar. Com o objetivo geral de compreender a ação do professor de educação infantil enquanto mediador do processo de cuidar e educar na contemporaneidade, bem como seus maiores desafios. Para tanto, buscamos analisar a atuação do professor de educação infantil durante seu percurso na história; e a construção de sua formação neste nível de ensino. Como também compreender os princípios norteadores da função do educador da primeira infância e seu processo de formação continuada. E também a compreensão de como se desenvolve o trabalho do educador em parceria com a família. Mediante esses objetivos procuramos conhecer e interpretar as práticas executadas pelos professores das redes de ensino pública e privada.

Justifica-se a pesquisa devido à importância do cuidar e educar nos dias de hoje, bem como o desafio constante que exige muito dos professores. Faz se necessário que esses professores busquem inspiração, dedicação, exercício e ir além de sua função de professor. É preciso compreender que se deve levar em consideração o ponto de partida para sua ação educativa o conhecimento que as crianças possuem, advindos das mais variadas experiências sociais, afetivas cognitivas a que estão expostas. Conforme definido na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), a proposta pedagógica é a identidade de uma escola. Ela é o retrato de seus professores, crianças, família e todos que a frequentam. Revela seu contexto, sua história, suas crenças, seus valores e concepções e, a partir disso, os princípios e diretrizes que orientam sua ação de cuidar e educar. Faz-se, então, necessário que o trabalho pedagógico organize a rotina como sequência pensada, valorizando o tempo e o espaço das crianças no ambiente escolar.

Neste sentido, nas últimas décadas, os debates em nível nacional e internacional apontam para a necessidade de as instituições de educação infantil incorporar de maneira, integrada, estas duas importantes funções: o cuidar e o educar, constituindo, assim, o objetivo do artigo que, aqui, elabora-se. Ou seja, este estudo pretende analisar as questões: Como está estruturado essa relação cuidar e educar por parte dos professores de educação infantil? Quais desafios/dificuldades esses professores possuem para fazer essa integração cuidar e educar? A formação inicial ou continuada desses professores tem possibilitado a eles atuar de modo a manter a relação indissociável do cuidar e educar? E a parceria em desenvolver o trabalho junto com as famílias?

Para responder a estes questionamentos, procuramos, primeiramente, compreender os conceitos: cuidar e educar, realizando assim uma pesquisa teórica de cunho qualitativo. Também realizamos uma pesquisa de campo com a utilização de questionários, aplicada aos educadores da rede pública e privada. No intuito de analisar e compreender o papel do professor da primeira infância e sua atuação no que tange a relação cuidar e educar.

Assim, compreendemos que este estudo pode contribuir ao que se refere à atuação do educador de educação infantil no processo de integração educar e cuidar.

Metodologia

Esta pesquisa abordou o estudo da ação do professor de educação infantil enquanto mediador do processo de cuidar e educar, com professores que atuam em duas diferentes redes de ensino do município de Patos de Minas- MG, situado na região intermediária ás regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Abrangendo uma área territorial em km de 3.189,769 e com uma população de 140.950 habitantes. Foi escolhida uma escola de cada rede de ensino, sendo: uma pública e uma privada. Trata-se de uma pesquisa a fim de analisar e compreender a atuação do professor de educação infantil enquanto docente da primeira infância.

Procuramos primeiramente compreender o que a legislação e a literatura sobre o tema têm evidenciado a respeito da atuação do professor de educação infantil, bem como, a importância de se desenvolver a relação cuidar e educar nesta faixa etária. Buscamos analisar como vem sendo construída essa relação ao longo da história da educação infantil, realizamos assim uma pesquisa teórica de cunho qualitativo.

Assim, realizamos a pesquisa de campo com a utilização de questionários, que foi aplicada aos educadores da rede pública e privada. O estudo foi realizado com dez profissionais que atuam na área, sendo: cinco na instituição pública e cinco na privada. No intuito de analisar e compreender a atuação do professor da primeira infância no que tange a relação cuidar e educar. Deste modo, para a coleta de dados utilizamos como instrumento um questionário, composto com oito questões abertas que foi respondida individualmente, pois, o objetivo é observar o ponto de vista de cada um. Reiteramos que foi preservado a identidade de cada participante da pesquisa.

A análise dos dados aconteceu de forma descritiva por tratar-se da descrição dos (as) entrevistados (as), com abordagem qualitativa, que por hora buscou e avaliou o ponto de vista

de cada professor, a respeito dos princípios e métodos de ensino. Diante disso, foi realizado uma análise descritiva das respostas dos professores de ambas as redes de ensino. Que foi possível comparar, através dos dados obtidos, como está estruturado a relação cuidar e educar na educação infantil, bem como os desafios, as dificuldades e a (des) motivação tão relevante nos dias de hoje. A pesquisa foi desenvolvida de abril de 2018 a outubro de 2018, após sua aprovação pelo comitê de ética em pesquisa da Faculdade Patos de Minas, sob o número 2.662.576.

Foi feita as devidas observações, e iniciamos a pesquisa, redigimos, e discutimos os resultados com a literatura e apresentamos às considerações finais.

Fundamentação Teórica

Concepção de infância

A educação infantil nem sempre teve um lugar de destaque na formação da criança pequena. Surgiu como uma instituição assistencial que vinha com objetivo de suprir a necessidade da criança e de ocupar em muitos aspectos o lugar da família. Desde a antiguidade, mulheres e crianças eram consideradas seres inferiores que não mereciam nenhum tipo de tratamento diferenciado, sendo inclusive a duração da infância reduzida. Por volta do século XII era provável que não houvesse lugar para a infância, uma vez que a arte medieval a desconhecia (ARIÈS, 1978). Foi possível, verificarmos que a criança não passava de uma espécie de instrumento de manipulação ideológica dos adultos. A criança não passava pelos estágios da infância estabelecidos pela sociedade atual.

Outro fator importante era que a socialização da mesma durante a Idade Média dava-se, juntamente com os adultos, em que, a educação era garantida pela aprendizagem através de tarefas realizadas com os adultos. O sentimento de infância, a preocupação com a educação moral e pedagógica, o comportamento no meio social são ideias que surgiram já na modernidade, o que nos leva a crer na existência de todo um processo histórico até a sociedade vir a valorizar a infância.

Philippe Ariés problematizou o conceito de infância em três períodos distintos (que vai do século Xlll ao século XVlll e do século XVlll a atualidade). Ele afirma que não havia distinção entre o mundo adulto e o infantil, as crianças viviam em meio ao universo dos adultos, falavam e vestiam como eles, jogavam os seus jogos e até participavam de suas festas. Já no

segundo período (sec. XVlll), houve uma significativa mudança. A sociedade passou a separar as crianças dos adultos e, então, surgiram as primeiras instituições escolares.

O desenvolvimento da industrialização foi, sem dúvida, o fator decisivo das grandes mudanças ocorridas nos séculos XIX e XX. A industrialização deslocou o local de trabalho das casas para fábricas, com isso, os espaços do campo para as cidades. Outra consequência dessa mudança ocorreu na família, que sozinha não podia mais preparar seus filhos para o trabalho e para a vida social. Era preciso entregar essa função a uma instituição que soubesse educar, não mais para a vida privada, do círculo familiar e do trabalho caseiro, mas para o trabalho que se encontrava no âmbito da vida pública, cujas regras, leis e rotinas iam além dos conhecimentos adquiridos no cotidiano familiar. A escola tornava-se, assim, esta instituição especializada.

Por fim, no terceiro período (atualidade), a criança já começa a ocupar o seu verdadeiro espaço e acontece, então, a consolidação do conceito de infância que conhecemos hoje, embora muitos progressos ainda tivessem por acontecer.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Educação Infantil constituiu-se como dever do Estado e direito social das crianças. Neste sentido, no manual de Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, está expresso que o atendimento em creches e pré-escolas é um direito social das crianças. O processo que resultou nesta conquista teve ampla participação dos movimentos comunitários, dos movimentos de mulheres, do movimento de trabalhadores, dos movimentos de redemocratização do país, além, evidentemente, das lutas dos próprios profissionais da educação.

Diante desta conquista, estabelece-se como Educação Infantil:

> Primeira etapa da educação básica oferecida em creches e pré-escolas as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. DCNEI (BRASÍLIA, 2010.p, 12).

É dever do Estado garantir a oferta de educação infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção. Desde então, o campo da educação infantil vive um intenso processo de revisão de concepções sobre educação de crianças em espaços coletivos, e de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e de desenvolvimento das crianças.

Compreende-se por criança:

> Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e sociedade produzindo cultura, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASILIA, 2010, p. 12).

A lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n 9394/96, define e regulariza o sistema de educação brasileira, com base nos princípios constitucionais. A partir, desta lei, a criança passa a ser considerada uma "cidadã" e não apenas um futuro cidadão em processo educacional, tendo assim, que ser respeitada enquanto ser em desenvolvimento com necessidades e características especificas, visando assim, a integração entre cuidar e o educar.

Entretanto são todas as crianças com idades entre zero e cinco anos, que deveriam ter um atendimento voltado para o desenvolvimento integral, conforme rege o artigo 29 da LDB.

> A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, LDB, 1996).

Podemos verificar, neste artigo, que a Educação Infantil tem a função de proporcionar o desenvolvimento integral da criança, ou seja, em todos os seus aspectos: físico, emocional, cognitivo, ético e moral. Trabalhando, assim, de modo a complementar a ação da família. Desta forma, a educação infantil passa a se integrar nos sistemas municipais e estaduais de ensino como parte do Ensino Básico.

A ação do educar e o cuidar e o papel da família

A instituição de Educação Infantil deve procurar conhecer a criança na sua realidade, entendê-la como ser social, com cultura e princípios diferenciados. Partindo desta premissa, possibilita-se o desenvolvimento através da exploração de objetos, incorporação de relações interativas, atividades lúdicas, desenvolvimento motor, enfim, desenvolvimento físico, psicológico, social e emocional. Nesta perspectiva, como podemos definir o educar? Segundo o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil - RCNEI:

> Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998, vol.1, p. 23).

Contemplar o cuidado na esfera da instituição da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica. Ou seja, cuidar de crianças em um ambiente educativo demanda a interação de vários campos do conhecimento e o auxílio de profissionais de diversas áreas. Então, segundo RCNEI:

> Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos. Ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimento e a cooperação de profissionais de diferentes áreas (BRASIL, 1998, vol.1, p.24).

O cuidar e o educar são ações indissociáveis no processo educacional da infância, e está especificidade exige uma formação diferenciada da qual é dada a outros níveis de ensino. Portanto, o papel dos professores de crianças pequenas difere, em alguns aspectos, dos demais profissionais da educação.

A criança aprende a falar, a selecionar o que gosta de comer, as regras, os valores e as crenças religiosas por meio da educação não formal que é transmitida pela família, e esta por sua vez acontece a partir das vivências e é baseada no bom senso familiar. Segundo Chinoy (2008, p. 223): “a família tem como função social transmitir a criança normas e condutas, valores e crenças, requisitos da reprodução humana para a manutenção e continuidade da vida humana na terra”.

Desta forma, não se pode atribuir somente para a escola a responsabilidade pela formação de personalidade da criança, esta deve apenas contemplar o papel da família, assim o encargo de ambos no processo de aprendizagem da criança é fundamental.

Osório (1996) define os papeis de ambos na educação dos educandos /filhos como:

> Costuma se dizer que a família educa e a escola ensina, ou seja, a família cabe oferecer à criança e ao adolescente a pauta ética para a vida em sociedade e a escola instruí-los para que possam fazer frente ás exigências competitivas do mundo na luta pela sobrevivência. Talvez isso seja uma concepção por demais

> simplista para equacionar as relações entre a família e a escola em nossos dias, mas qualquer avanço na discussão de até onde vai o papel da família e onde começa o da escola nos conduziria a outro patamar de considerações que extrapolam os limites da contestação à pergunta formulada (OSORIO,1996, p.82).

A escola por si só não é suficiente para suprir todas as necessidades educacionais de uma criança, assim como os pais, sozinhos, não são capazes de oferecer uma educação completa, e é por isso que a relação entre pais e educador é tão importante.

Segundo Osorio (1996) a participação da família na vida escolar dos alunos se faz de tamanha relevância para que se possa obter uma melhor atuação no processo de ensino-aprendizagem, é importante também que a família esteja sempre em interação com a escola, o trabalho em parceria torna os caminhos mais fáceis. Os responsáveis devem participar das reuniões escolares, auxiliar nos deveres de casa, incentivar a leitura, dialogar com seus filhos a respeito das normas e disciplinas na sala junto aos colegas e professores, bem como conhecer e acompanhar os trabalhos dos educadores que são feitos no dia a dia em um processo gradual e em prol do desenvolvimento infantil. Para que o ambiente escolar seja de harmonia e cheio de pluralidade a família e os professores devem trabalhar em parceria sempre.

A atuação do professor de educação infantil

Recentes pesquisas, nacionais e internacionais comprovam que crianças atendidas em creches e pré-escolas de qualidade e com professores capacitados mostram maior desenvolvimento intelectual e social ao longo do tempo. Por isso, a atuação do professor é fundamental no andamento das atividades na educação infantil. Para que isso ocorra, o professor deve em primeiro lugar gostar e acreditar naquilo que faz, ou seja, através de seus atos e ações ele servirá de modelo para seus alunos; se ele ensina a refletir ele deve também refletir, se ele ensina respeitar o próximo ele deve respeitar seus alunos e assim por diante. Deste modo, ele se constituí uma prova viva daquilo que está ensinando, pois bem a sua frente existem seres humanos que o tomam como exemplo.

Percebemos que há um avanço na legislação no que se refere a qualificação profissional para o trabalho com as crianças pequenas. De acordo com a lei 12.796/2013 que altera o Art. 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB (Brasil, 1996), estabelece que para atuar nesta primeira etapa da educação básica, a formação mínima do professor é aquela oferecida em

nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação.

As funções do profissional de educação infantil estão passando por reformulações profundas. O que se esperava há algumas décadas, não corresponde mais aos dias atuais. Nestas perspectivas, os debates estão indicando a necessidade de uma formação mais abrangente e unificadora para educadores infantis e de uma reestruturação dos quadros de carreira que levem em consideração os conhecimentos já acumulados no exercício profissional, bem como possibilite a atualização profissional.

Nesta perspectiva, RCNEI enfatiza que:

> Faz se necessário que os professores, nas instituições de educação infantil, tenham ou venham a ter uma formação inicial solida e consistente, acompanhada de adequada e permanente atualização em serviço. Assim, o diálogo, no interior da categoria, tanto quanto os investimentos na carreira e formação do profissional pelas redes de ensino, são hoje, desafio presente, com vista à profissionalização do decente de educação infantil (BRASIL, 1998, p.41).

Isso significa que as redes de ensino deverão colocar-se a tarefa de investir de maneira sistemática na capacitação e atualização permanente e em serviços de seus educadores, aproveitando as experiências acumuladas daqueles que já vem trabalhando com crianças há tempos com qualidade.

O compromisso maior da Educação Infantil hoje é desenvolver uma prática pedagógica que possibilite a ampliação dos conhecimentos sobre a natureza, a cultura, a sociedade e todo o processo que envolve o dia a dia dessas crianças. Em consequência, o sistema de atividade da criança é determinado em cada estágio especifico, tanto pelo seu grau de desenvolvimento orgânico quanto pelo grau de domínio no uso de instrumentos. (VYGOTSKY, 1998.).

Diante deste panorama de concepções no RCNEI, está definido:

> É, portanto, Função do professor considerar, como ponto de partida para sua ação educativa, os conhecimentos que as crianças possuem advindos das mais variadas experiências sociais, afetivas e cognitivas a que estão expostas. Detectar os conhecimentos prévios das crianças não é uma tarefa fácil. Implica que o professor estabeleça estratégias didáticas para fazê-lo (BRASIL, 1998, vol.1, p.33).

O professor deve ser um guia para o conhecimento, alguém que, segundo Bruner (2001) ajuda o aluno a descobrir por conta própria. E enxergar as crianças como seres pensantes e que

seu desenvolvimento pode ocorrer em decorrência das trocas de conhecimentos entre professor-aluno e aluno-aluno.

Mediante as concepções definidas no referencial curricular, bem como pelos teóricos não existe um caminho, que possa ser considerado como melhor ou um único para ensinar. Ressaltando, assim, a importância de se conhecer diversas possibilidades de trabalho que possam ser desenvolvidas pelo professor em sala.

Para Kramer (1994), a educação infantil fundamenta-se no biômio educar/cuidar e, consequentemente a formação de seus professores também deve pautar-se nele. Segundo a autora, para que tenha o encontro dessas duas habilidades é preciso despir-se da visão hierarquizada das habilidades do cuidar e educar, uma vez que as duas partilham de igual importância no dia-a-dia da educação infantil.

Análise das entrevistas

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, há um grande avanço no que se refere as políticas públicas para a educação infantil. Sendo a mesma considerada como parte integrante da educação. De modo que, a educação infantil se constituí como primeira etapa da educação básica como direito de todas as crianças de 0 a 4 anos.

O reconhecimento da educação infantil como uma etapa da educação básica, trouxe avanços não só da ordem de financiamentos públicos para essa área do ensino, mas também uma mudança de concepção de atendimento à infância, ou seja, trouxe para o bojo das discussões teóricas a respeito da infância a relação do binômio educar-cuidar.

Bem sabemos que, as primeiras instituições de educação infantil eram resumidamente um “depósito de crianças”, que tinham um objetivo assistencialista, fornecendo os cuidados básicos. Depois de muita luta, a educação infantil passou a ser vista com outros olhos, passando a ter objetivos educacionais, com propostas pedagógicas que visam o desenvolvimento pleno das crianças.

Com efeito, a educação infantil enquanto etapa da educação básica traz também novas responsabilidades para com essa etapa do ensino. A seriedade da profissionalização torna-se um fator essencial na formação profissional para o atendimento a crianças pequenas. O atendimento à criança precisa ser encaminhado através do desenvolvimento de ações competentes, articuladas com os diversos saberes, fundamentadas em conhecimentos

específicos e concretos na sua ação cotidiana para que esses docentes compreendam o cuidar e o educar em um só contexto.

Diante desse novo cenário apresentado neste trabalho, surgem as indagações como esses profissionais veem essa relação cuidar e educar? Qual é o seu papel de educador na educação infantil? Quais são os maiores desafios apresentados, por eles, para que haja efetivamente no desenvolvimento integral das crianças? Como se desenvolve o trabalho em parceria com a família? Tendo em vista essa nova concepção da relação intrínseca entre o cuidar e educar, a instituição tem promovido a formação continuada desses profissionais?

Conforme podemos evidenciar na resposta a respeito da pergunta: Como você vê a relação cuidar e educar na educação infantil? As entrevistadas (P1) professora1 e (P2) professora 2, responderam:

P1-"Na verdade, o "educar" é responsabilidade da família, nossa responsabilidade é cuidar e abrir a mente para o novo, sendo sempre aquele que desperta a curiosidade da criança".

P2-"Vejo mais como cuidar, pois, é assim que os pais nos veem, uma continuação do professor como pai e mãe**".**

De acordo com as respectivas respostas, podemos perceber que as mesmas ainda não acompanham o raciocínio das propostas curriculares e dos estudiosos da área que veem essa relação conjunta e indissociável, isto é, que em todas as ações e atividades presentes no contexto escolar, o cuidar e o educar estarão sempre junto. Kramer (2005) afirma que não é possível educar sem cuidar. Bem como, situações que ocorrem diariamente na rotina das crianças que frequentam creches, como tomar banho, por exemplo, pode se transformar em um momento educativo e lúdico à medida que o adulto interage com a criança, estreitando-se os vínculos. Ou seja, são inúmeros os momentos no dia a dia, que podem ser pedagógicos e de cuidado para com os pequenos. Tudo vai depender da forma como eles entendem essa relação.

Podemos perceber também, que há uma ambiguidade nas respostas apresentadas pelas entrevistadas, pois quando perguntamos às mesmas, qual é o seu papel enquanto educadora na educação infantil? Evidenciamos que está implícito nas respostas a junção da relação cuidar e educar. Conforme entrevistada P3 e P4:

P3-O papel do educador infantil é muito importante no desenvolvimento da criança ele é responsável por propiciar a criança a desenvolver, suas capacidades cognitivas, construção da identidade, etc. O papel do professor é fundamental no andamento das atividades na educação

infantil, pois é ele o mediador entre a criança e o conhecimento. Ele deve criar oportunidades para que as crianças manifestem seus pensamentos.

P4-Acredito que o papel do educador infantil seja o de trabalhar de forma integrada o cognitivo, afetivo e o cuidar.

Diante das perguntas e as respostas obtidas, fica evidente que ainda há esse questionamento por parte das entrevistadas, de que o cuidar e o educar em determinados momentos se separam, mas que seu real papel na educação infantil para com os pequenos envolve ambos.

Portanto, como diferentes autores aqui já mencionados, Signoretti também afirma que, "cuidar e educar devem caminhar juntos. Vemos o indivíduo como um ser global, não fragmentado, em todos os momentos e em todas as situações" (SIGNORETTI, 2002, p. 7). No entanto, de acordo com os relatos das professoras nem sempre a ação do cuidar é vista como parte do processo educativo.

É preciso considerar que existem momentos em que também surgem as dificuldades, por parte das professoras entrevistadas, em relacionar essas ações conjuntas. Podemos perceber essas dificuldades quando questionamos às mesmas: "quais são os maiores desafios que você encontra como professor (a) da educação infantil? " Dentre algumas respostas como: entender as necessidades e compreender o mundo do aluno; material e espaço adequado; salas muito cheias; atender alunos com necessidades especiais; parceria com os pais. Eis que surge novamente o foco do trabalho em questão, o cuidar e o educar, vejamos algumas respostas:

P1-"Os maiores desafios que enfrentamos vem ser a intervenção de valores onde a família tem deixado sua responsabilidade e dever de educar e amar nas mãos dos professores".

P2-"Tentar explicar que sou professor e não babá. Elaborar atividades de fácil interpretação para os pais que irão auxiliar no dever".

P5-Maior desafio no ingresso da família como principal intermediador no processo de ensino aprendizagem da criança. A família entender que educação não é responsabilidade de professor.

Podemos perceber que dentre vários os desafios que as professoras enfrentam, nos chama atenção de que o foco está voltado para as indagações de que a educação não é responsabilidade do professor, de que a família tem deixado a responsabilidade de educar e cuidar como dever do professor e ter que explicar que ele é professor (a) e não babá. Bem sabemos, como já discutimos anteriormente, o cuidar na Educação Infantil está diretamente

ligado à educação, no qual exige habilidades e conhecimentos da parte de quem cuida. Cuidar de crianças pequenas dentro de um contexto educativo requer uma ação conjunta dentre os vários campos de conhecimento, assim como, se faz necessária a cooperação de profissionais das diferentes áreas.

> O cuidado está pautado na necessidade do outro. Isso significa que quem cuida não pode estar voltado para si mesmo, mas deve estar receptivo, aberto, atento e sensível para perceber aquilo de que a outra precisa. Para cuidar, é necessário um conhecimento daquele que necessita de cuidados, o que exige proximidade, tempo, entrega. (KRAMER, 2005, p. 82).

Portanto, que os maiores desafios não sejam esses citados, e que os educadores da primeira infância conscientizem de que para educar/cuidar é necessário estar empenhado no trabalho com o outro, tendo a sensibilidade de compreender suas necessidades e permanecer disponível para tentar ajudar.

Partindo do pressuposto de que escola e a família andam juntos pela busca da boa educação e cuidado dos pequenos. Discutiremos partir deste ponto as maiores dificuldades em desenvolver trabalho em parceria com a família.

A escola e a família, bem como as instituições de ensino, têm passado por variadas transformações ao longo da história. Mudanças estas que acabam interferindo nas estruturas familiares e na dinâmica escolar de forma que as famílias, em suas circunstâncias, entre elas o fato de as mães e/ou responsáveis terem de trabalhar para ajudar no sustento da casa, vem transferido para a escola tarefas educativas de responsabilidades suas. Fato esses explícitos nas respostas, quando perguntamos: “Qual a maior dificuldade que você enfrenta em desenvolver trabalhos em parceria com a família? Tendo como respostas das entrevistadas P1, P3, P4, P6, P7, P8 e P9.

P1-“Sinceramente é a falta de parceria, quantas vezes desenvolvemos projetos para melhorar convivência e aprendizagem, porém não somos correspondidos e nem apoiados pelos mesmos”.

P3-“A aceitação das famílias quando solicitadas a estarem na escola; falta de interesse”.

P4-“A falta de compromisso com o trabalho pedagógico, deixando somente para a escola a responsabilidade”.

P6-“Percebo que a família deposita maior responsabilidade com os professores e não manifestam muito interesse principalmente por se tratar da educação infantil acham que por serem muito pequenos, pensam que a competência é mais o cuidar que educar”.

P7-"A parceria da família com a escola para desenvolver práticas que venham facilitar e garantir a aprendizagem na vida escolar do educando. Falta compromisso na realização das tarefas extraclasse e apoio no que é solicitado pelo professor".

P8-"A falta de interesse, de colaboração de aceitação de compreensão por parte das famílias. E de compromisso".

P9-"A falta de apoio. Hoje a maioria dos pais coloca as crianças na escola e não quer ter nenhuma responsabilidade para ajudar na formação do filho".

A aproximação das instituições educativas junto as famílias nos faz repensar a especificidade de ambas no desenvolvimento infantil. São muitos os discursos sobre o tema que tratam à família de modo contraditório, considerando-a ora como refúgio da criança, ora como uma ameaça ao seu pleno desenvolvimento. Sendo a família assim, a primeira educadora da criança, responsável pelos primeiros passos dado por ela, segundo Szymanzki (2003, p.22) "é na família que a criança encontra os primeiros "outros" e, por meio deles, aprende os modos de existir – seu mundo adquire significado e ela começa a constituir-se como sujeito". Contudo, isso não quer dizer que a escola não possa ensinar valores morais e sociais, mas a escola além desses ensinamentos possui outras especificidades como salienta Szymanzki (2003 p. 99);

A escola, portanto, tem em sua especificidade – a obrigação de ensinar (bem) os conteúdos específicos das áreas do saber, sendo fundamentais para a instrução de novas gerações. Por exemplo: o fato de as crianças aprenderem fração é função da escola. Família nenhuma tem essa obrigação. Assim como a educação dita de "berço" cabe aos pais e não somente à escola. No entanto, de acordo com os resultados obtidos nas respostas, pôde-se observar que os pais precisam acreditar que sua parceria é de suma importância e que de alguma forma é essencial participar junto a escola para o desenvolvimento dos seus filhos na aprendizagem. Cabe as instituições e aos professores criarem estratégias para que esses pais conscientizem sobre a importância desse apoio e de sua presença na escola.

Em todo este processo da lida com as famílias e no processo de ensino-aprendizagem dos pequenos. Compreendemos que a formação continuada dos professores é crucial, de modo que, as escolas devem em seu respaldo, garantir aos profissionais sua formação continuada para que essas ações estejam sempre em evidência e atualizadas.

Embora a oferta de formação continuada esteja garantida aos profissionais da Educação Básica como direito na legislação e contemplada no Referencial e em outros documentos norteadores nacionais, o acesso e as condições sob as quais a mesma é oportunizada aos

profissionais de Educação Infantil ainda se configura nos dias atuais como um desafio a ser superado. Como aponta Kramer:

> A formação de profissionais da educação infantil – professores e gestores – é desafio que exige a ação conjunta das instâncias municipais, estaduais e federal. Esse desafio tem muitas facetas, necessidades e possibilidades, e atuação, tanto na formação continuada (em serviço ou em exercício, como se tem denominado a formação daqueles que já atuam como professores) quanto na formação inicial no ensino médio ou superior (2006, s/p).

Nota-se que neste contexto, mediante as respostas das 10 professoras entrevistadas, as respectivas escolas têm sim, incentivado seus profissionais a formação continuada, segue algumas das respostas que evidenciam o fato, quando perguntamos: "A escola que você trabalha incentiva a formação continuada? Se sim, de que modo? ". As Entrevistadas P6, P7, P8, P9 e P10, bem como as demais respondem:

P6-"Sim, sempre oferece cursos importantes na área educacional, por pessoas experientes aprimorando o trabalho docente, em sua maioria oferecidos pela secretaria de educação do município".

P7-"Sim, sempre repassando os cursos, estudos, seminários e outros para todos os seguimentos da escola fazendo adaptações necessárias".

P8-"Sim, cursos, oficinas, palestras".

P9-"Sim, a rede municipal faz várias oficina e cursos".

P10-"Sim, sempre nos incentivando".

Mediante estas repostas, podemos refletir sobre a função e a formação dos professores que vem sendo incentivadas pelas instituições de ensino, de tal modo podendo desenvolver práticas articuladas de cuidados e educação das crianças, permitindo interações sociais e afetivas que qualifiquem significativamente o desenvolvimento infantil.

Brzezinski (2002) considera que, o professor é aquele profissional que precisa associar um conjunto de capacidades e habilidades pessoais, teóricas e práticas, em um processo constante de tomada de decisão cujo produto é o outro, ser humano como ele. Essa identidade entre os sujeitos no processo educativo implica, também, o ato de educar ser recíproco, pois, se os dois sujeitos interagem professor e aluno se educam no processo.

Ou seja, se a formação continuada é permanente nas escolas e os professores vão em busca de novos conhecimentos e métodos, é preciso questionarmos esse processo formativo, talvez seja necessário aprofundar o tema. Por entender que seja um tema já consagrado não

tenha sido colocado em discussão. Porém, como evidenciamos esse saber ainda não está bem entendido no discurso e prática das professoras.

Além disso, compreendemos que seria importante haver um maior diálogo entre a prática e a teoria e entre as indagações presentes no discurso dos professores e dos pais, em que, identificamos falas como: o professor se forma para dar aula e que a educação vem de casa. Se essa formação continuada é realmente efetiva não tem porque existir dificuldade por parte dos educadores em correlacionar os fatos pertinentes e vivenciados no dia a dia em sala de aula, bem como compreender que cuidar e educar andam juntos no contexto escolar e que a formação continuada é para abrir campos e tornar os mesmos capacitados e aptos para trabalhar a metodologia e a prática.

Por fim, queremos ressaltar que embora a pesquisa tenha sido realizada com dez professores, sendo cinco da rede privada e cinco da rede pública, não houve diferenças das respostas como um todo. Isto denota que, em ambas as instituições está presente esta indefinição a respeito do papel do professor da educação infantil na relação do cuidar e educar. De modo que existe ainda um grande desafio para nós como educadores de buscar os meios para que haja efetivamente o que a legislação estabelece e os estudos da área também indicam.

Considerações finais

Podemos concluir que, mesmo na contemporaneidade e com todas as mudanças que aconteceram e vem acontecendo na educação, ainda há vestígios que nos remete a indefinição do papel do professor da educação infantil. As reflexões a partir das entrevistas realizadas com os profissionais, revelam que muitos ainda vêem o educar como papel do professor e o cuidar papel da família, outros ainda ressaltam que educação é dever da família, que professor é aquele que transmite conhecimento. Mas, engana-se quem pensa que o papel do professor é apenas ensinar. Ele também é um dos responsáveis por estimular atitudes respeitosas por parte das crianças: o professor ensina o aluno a respeitar os colegas de classe e as demais pessoas, a aguardar a sua vez na fila sem trapacear, a ser gentil com todas as pessoas que trabalham na escola e fora dela, entre outras atitudes que, consequentemente, serão levadas para fora do ambiente escolar, e isso se faz no cuidar e no educar com compromisso e responsabilidade.

Levando em conta que os pais também devem participar ativamente das atividades escolares das crianças, criando assim filhos mais dedicados e esforçados, pois assim eles sentem que recebem mais atenção e apoio dos adultos que são seus exemplos por toda a vida.

Assim, concluímos que escola e família devem andar juntas sempre; bem como o cuidar e o educar; que a formação continuada seja um leque para os professores em todo o contexto escolar e que seus maiores desafios sejam ser o melhor professor todos os dias, proporcionando aos alunos aprendizado satisfatório. O papel do professor é fundamental dentro da escola e reflete-se em toda a sociedade, por ser ele o agente ativo na formação do cidadão. Os profissionais da educação infantil, precisam ser capazes de refletir sobre a sua própria prática e atuar de forma inteligente e transformadora, a fim de educar cidadãos críticos e ativos. Para tanto, é preciso compreender que seu papel, enquanto professor da educação infantil, se dá de forma conjunta no binômio cuidar-educar procurando sanar seu maior desafio que é a parceria dos pais junto a escola e na vida dos seus filhos e que sua formação continuada continue presente na prática do professor uma fonte permanente de conhecimento, e uma investigação constante que caracteriza o docente pesquisador que transforma e consolida a qualidade da educação.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, disponível em http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, V. 1, 1988.

_____. Referencial **Curricular para Educação Infantil** - Estratégias e Orientações para educação de crianças com necessidades especiais. Brasília: MEC, 2001.

BRUNER, L. **A cultura da Educação**. Porto Alegre: Artmed, 2001

BRZEZINSKI, Iria. **Profissão Professor**: Identidade e Profissionalização Docente. Brasília: Plano Editora, 2002.

CHINOY, ELY. **Sociedade**: uma introdução à sociologia. 20. Ed são Paulo: Cultrix, 2008.

CURY, Augusto Jorge. **Pais Brilhantes, professores fascinantes**. Rio de janeiro: Sextante, 2003.

KRAMER, Sonia. Currículo de educação infantil e a formação dos profissionais de creche e pré-escola: questões teóricas e políticas. In: **Por uma política de formação do profissional de educação infantil**. Brasília: MEC// SEF / COEDI, 1994.

_____. Profissionais de educação infantil: gestão e formação. São Paulo: Atica,2005, p.82.

_____. Profissionais de educação infantil: Gestão e formação. São Paulo: Ática,2006.

OSORIO, L.C. **Família hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SIGNORETTE, A.E.R.S. et. al. **Educação e cuidado**: dimensões afetiva e biológica constituem o binômio de atendimento. Revista do professor. Porto alegre, n 72, p. 5-8, out. / dez. 2002.

SZYMANZKI. Heloisa. **A Relação Família /escola**: desafios e perspectivas, 1°reimpressao. Brasília, Plano Editora:2003.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

LITERATURA INFANTIL: contribuições para a formação e construção da identidade de crianças na educação infantil

Kele Aparecida da Mota Prado[1]
Giselda Shirley da Silva[2]
Maria Conceição Ferreira[3]

Resumo: Esse estudo possui como objeto a contribuição da literatura infantil para a formação do aluno e a aprendizagem de crianças, estabelecendo como plano de observação uma escolinha de Educação Infantil localizada na cidade de João Pinheiro, Noroeste de Minas Gerais. Apresentamos o resultado da pesquisa realizada com professores e pais de alunos matriculados na Educação Infantil em uma escola da Rede Privada de João Pinheiro, Noroeste de Minas Gerais. Objetivamos refletir sobre a visão dos mesmos acerca da contribuição da literatura infantil no processo de aprendizagem da leitura. Por meio de uma pesquisa qualitativa e de campo, foi realizada entrevista com a professora que atuam na referida Instituição de ensino, sendo esta direcionadas, previamente agendada e transcrita. Para a coleta de dados com os pais, fizemos a aplicação de questionários em momento de reunião na escola. Os objetivos foram expostos com clareza e contribuíram voluntariamente para a realização do estudo. A pesquisa desvelou informações importantes que possibilitaram compreender o quanto a literatura infantil contribui para a formação das crianças, na construção de valores e na viabilização do processo ensino-aprendizagem, possibilitando melhorias tanto na leitura quanto na escrita.

Palavras-chave: Literatura infantil. Leitura. Aprendizagem. Desenvolvimento.

Abstract: The purpose of this study is to contribute children 's literature to the student' s formation and the learning of children, establishing as an observation plan an elementary school in the city of João Pinheiro, Northwest of Minas Gerais. We present the results of the research carried out with teachers and parents of students enrolled in Early Childhood Education at a private school in João Pinheiro, Northwest of Minas Gerais. We aim to reflect on their vision about the contribution of children's literature in the process of reading learning. Through a qualitative and field research, an interview was conducted with the teacher who works at the referred teaching institution, which is directed, previously scheduled and transcribed. To collect

[1] Possui Licenciatura em Pedagogia pela FCJP e especialização *Lato Sensu* em Neuropsicopedagogia e Psicopedagogia Clínica e Institucional. E-mail: kele.prado@hotmail.com
[2] Doutoranda pela Universidade de Évora − Portugal. Pesquisadora Integrada do CIDEHUS-UE − Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. Mestre em História Cultural pela UnB − Universidade de Brasília. Integrante do grupo de pesquisa − Educação, História, Memória e Cultura em Diferentes Espaços Sociais da PUC – PUC- Goiás. E-mail: giseldashyrley@hotmail.com
[3] Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Evangélica Del Paraguai revalidado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN E-mail: cemjp@hotmail.com.br

Recebido em 30/03/2019
Aprovado: em 21/04/2019

data with parents, we applied questionnaires at the time of meeting at the school. The objectives were clearly stated and contributed voluntarily to the study. The research revealed important information that made it possible to understand how children's literature contributes to the formation of children, in the construction of values and in the viability of the teaching-learning process, enabling improvements in both reading and writing.

Keywords: Children's literature. Reading. Learning. Development.

INTRODUÇÃO

A Literatura Infantil são histórias que proporcionam momentos de prazer e interação, de maneira atrativa e lúdica, permitindo um bom desempenho para as crianças. Ao escrever sobre literatura infantil, Coelho (2000, p. 27) afirmou que:

> A literatura infantil é, antes de tudo, literatura; ou melhor, é arte: fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática, o imaginário e o real, os ideais e sua possível/impossível realização.

Com base nas palavras do autor, entendemos que a Literatura Infantil é uma arte que encanta, estimula a criatividade e possibilita a mediação entre o real e o imaginário.

A Literatura Infantil é essencial para o desenvolvimento das crianças e para a construção do conhecimento, que por meio de textos significativos possibilita a formação de leitores fluentes. Proporciona uma leitura prazerosa e lúdica, por meio dos elementos visuais capazes de despertar o interesse dos alunos, contribuindo assim desenvolver o hábito e gosto de ler.

Segundo Gregorin (2009), de forma geral, as crianças têm um interesse grande por histórias, e estas contribuem para o desenvolvimento cognitivo, intelectual, emocional e social, possibilitando a formação do indivíduo a se tornar um cidadão crítico e reflexivo, pois o hábito da leitura fornece transformações significativas para a realidade.

Nessa perspectiva, elencamos como objeto de estudo as representações de professores e pais sobre as práticas pedagógicas trabalhadas visando estimular o gosto pela leitura e seu papel, mediante o desenvolvimento da leitura dos filhos.

A pesquisa foi realizada em um viés qualitativo. Por meio da pesquisa de campo buscamos compreender os sentidos atribuídos a importância da literatura infantil na formação e aprendizagem das crianças. Os instrumentos usados para a coleta dos dados foram à entrevista

direcionada com a professora e regente da escola estudada e aplicação de questionários aos pais dos alunos de uma turminha de quatro a cinco anos.

Para os pais, a coleta de dados foi realizada através de questionários, entendendo, conforme Cervo et al, (2007, p.53,) ser este instrumento "a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com mais exatidão o que se deseja". Pensando nas vantagens oferecidas pelo mesmo, elaboramos previamente o questionário com base na problemática do estudo, sendo este composto por perguntas diretas.

O objetivo do estudo foi apresentado com clareza aos pais em uma reunião na escola, deixando bem claro que seria voluntária a participação dos mesmos. Os questionários foram entregues a eles logo após sua concordância verbal, sendo agendada data posterior para entrega. Entre os 25 pais presentes na reunião somente dez enviaram os questionários respondidos. Assim sendo, a pesquisa feita com este seguimento consiste em 40% dos pais de alunos da referida turma.

Posteriormente as respostas foram analisadas a luz de teoria e possibilitaram compreender por meio das narrativas de pais a contribuição da literatura na formação e aprendizagem de seus filhos.

A arte da Literatura Infantil, no processo de contribuição para o conhecimento de mundo.

> A literatura se torna um importante instrumento de emancipação do sujeito, uma vez que não permite a existência de uma única concepção ou maneira de ver o mundo, mas sim, promove e admite a emissão de opiniões diversas e o diálogo entre e com os sujeitos envolvidos. (JUNQUEIRA; TAGLIARI, 2011, p.152):

A literatura estimula a imaginação criadora e possibilita aos indivíduos a criação de novas concepções e visões de mundo. O leitor fluente vê o mundo de outra forma e cria condições de mudanças para o que for necessário, possibilitando ainda uma nova percepção das coisas.

Pelo contato permanente com a leitura, o indivíduo tem mais condições de refletir sobre seu posicionamento perante algo e ajuda no desenvolvimento acerca das percepções sobre o seu dia a dia, sobre as pessoas e o mundo, e também sobre as relações encontradas no seu cotidiano. Assim, a literatura constitui-se em um instrumento relevante para a emancipação do sujeito, levando a formar concepções distintas e não apenas uma ideia pronta e acabada.

Esse é um princípio que os educadores devem levar para a sala de aula: possibilitando aos alunos o entendimento de que existem vários conceitos sobre algo, que tudo está sujeito a mudanças e que o ser humano deve ter várias percepções. Nesse sentido, a literatura contribui muito para o desenvolvimento do indivíduo.

Literatura Infantil na escola, e os métodos para desenvolver o hábito da leitura estimulando os alunos.

Para Solé (1996, p. 62) "o ensino inicial da leitura deve garantir a interação significativa e funcional da criança com a língua escrita, como meio de construir os conhecimentos necessários para poder abordar as diferentes etapas da sua aprendizagem. [...]". Nesse sentido, os textos devem ser trabalhados na sala de aula, de forma a contribuir para a construção de sentidos e para a aprendizagem das crianças, pois a leitura é o ponto de partida para o desenvolvimento de outras habilidades que podem vir.

A leitura contribui para a evolução da escrita e vice-versa. Portanto o a leitura é algo necessário para a ampliação do conhecimento.

Na concepção de Solé, (1996, p.63) o que mais motiva as crianças a ler e escrever, é ver alguém que elas têm grande admiração lendo e escrevendo.

Ainda no entendimento desse autor (1996, p.65) "aprender a ler não é muito diferente de aprender outros procedimentos ou conceitos." Mas espera-se que as crianças possam assimilar e criar sentidos para o que está sendo proposto e para isso é imprescindível a ajuda do professor, pois cabe a ele a função deixar esse processo da leitura ainda mais interessante, proporcionando ao aluno a paixão pela a leitura.

Há grande importância da literatura inserida no contexto escolar, pois segundo Colomer, (2007, p.104):

> A reação em favor a literatura tem do seu lado uma notável quantidade de estudos, demonstrando que a leitura de histórias para as crianças incide em aspectos tais como o desenvolvimento do vocabulário, a compreensão de conceitos, o conhecimento de como funciona a linguagem escrita e a motivação para querer ler. (COLOMER, 2007, p.104):

Quando a literatura é incluída na escola, ela é tida como um meio de auxiliar o professor no processo de ensino-aprendizagem, pois a literatura contribui para ensinar as crianças a pensar

e elaborar uma nova concepção de mundo, e também ajuda a enriquecer seu vocabulário para tratar de qualquer outro assunto.

A partir desses aspectos ensinados na escola, é que a Literatura Infantil pode contribuir para o processo de aquisição da leitura, bem como da escrita. É um requisito imprescindível para o crescimento do indivíduo e de sua formação como leitor.

Segundo Junqueira; Tagliari (2011, p. 149) "[...] propomos uma forma de ensino com base na leitura literária, pois a literatura trata de sentimentos, sensações e situações que vinculam fantasias e realidade, constantemente presentes em nossa própria vida." Dessa forma a literatura exerce um papel primordial na educação de resgatar a sensibilidade das crianças.

A literatura está relacionada a sentimentos, sensações e momentos que fazem um paralelo entre imaginação e realidade, provavelmente dessa maneira é que a literatura humaniza, pois permite o diálogo e outras concepções sobre algo que não se conhece, evidenciando a compreensão dos elementos a sua volta.

É fundamental que a literatura seja trabalhada desde a infância para estimular o gosto pela leitura. Os contatos das crianças com essas obras desde pequenos proporcionam o interesse pela leitura, assim desenvolvendo a imaginação.

Uma boa leitura permite ao educando compreender o mundo a sua volta, englobando assim sua vida em sociedade, além de aprender novos vocabulários o aluno está destinado a evoluir cada vez mais em relação à leitura.

Observa-se então que a literatura é de suma importância para as crianças, pois o seu conteúdo traz pontos positivos para a formação do leitor e a sua presença é indispensável no contexto escolar. Quanto mais cedo à Literatura é inserida na escola, maior será a possibilidade de sucesso, no processo de aquisição da leitura.

Papel do professor

Ao pensarmos sobre a literatura infantil e criação do hábito de ler desde a educação infantil, pensamos ser fundamental a prática educativa do professor e o aprender do aluno.

Colomer (2007, p.102) afirma que "estímulo, intervenção, mediação, familiarização ou animação são termos associados constantemente com a leitura no âmbito escolar". Assim, quando se fala de hábito de leitura, é imprescindível que se fale em motivação. Faz-se necessário refletir sobre a prática educativa e a atributo dos materiais e livros adequados, ou

seja, recursos ricos que chamem a atenção das crianças. Nesse sentido, é grande a responsabilidade do professor ao trabalhar a literatura, devendo apresentar livros que sejam adequados e que chamem a atenção das crianças e que podem ser trabalhados na Educação Infantil de modo a favorecer a aprendizagem do aluno e o gosto pelo ato de ler.

É importante destacar as palavras de Colomer (2007, p.168) que:

> A literatura infantil atual, sim, oferece muitas histórias centradas em problemas psicológicos, contos nos quais o conflito se situa no interior dos personagens e que requerem mudança no seu caráter, nos quais as circunstâncias pessoais e contextuais determinam o conflito e são objeto, portanto, de uma descrição personalizada.

Com base nesse fragmento, percebemos a importância que o professor tem ao estabelecer contato com as obras previamente, para saber se estas podem contribuir para a construção literária. Outro fator relevante é que os problemas dos personagens encontrados na literatura podem influenciar de certa forma a mudança de comportamento das crianças, visando que as obras podem servir de exemplo, e também contribuir significativamente para o desenvolvimento na educação literária dos alunos.

Segundo Zilberman (1981), formar um leitor crítico é uma atribuição do professor, e a literatura fornece a função de formar o indivíduo. Percebe-se que quando a obra apresenta uma qualidade literária, leva o leitor a interpretar o texto em relação à realidade, ou seja, é uma possibilidade de compreender o mundo, pois as obras literárias permitem ir além, em que a imaginação cresce e desperta fantasias na vida das crianças. Em virtude disso, as crianças que são apresentadas à literatura infantil constroem sua própria história de leitura.

Ao trabalhar a literatura no espaço escolar, é preciso que o professor tenha um planejamento que viabilize alcançar os objetivos propostos e estimular os alunos a desenvolver o gosto pela leitura. Nesse sentido, o professor deve fazer uma seleção das obras que condizem com a realidade de sua turma, beneficiando o trabalho docente em relação à aprendizagem. E quando se insere obras interessantes no contexto escolar se permite a transformação do indivíduo com assuntos relevantes para a sua formação.

Além do planejamento, é necessário que o professor seja criativo, estimulando os alunos à leitura, proporcionando no cotidiano da sala de aula o hábito desta. Consequentemente essas leituras promoverão momentos de interação, imaginação e amadurecimento.

Representações da Professora sobre a contribuição da literatura infantil para a formação e aprendizado das crianças.

Optamos por apresentar inicialmente as representações da professora e regente da Instituição que se constitui no plano de observação do estudo. A narradora atua na educação infantil há 29 anos e possui uma vasta experiência na área educacional, sendo a instituição por ela dirigida uma referência em educação infantil na cidade. Em sua entrevista, destacou alguns pontos cruciais destacando a importância de uma boa Literatura nesse processo de aprendizagem.

Apresentou em sua narrativa a contribuição da literatura tanto escrita quanto oral para a formação e desenvolvimento das crianças.

> *É de total importância, começar pela formação e ampliação do vocabulário da Literatura, as narrativas de contos clássicos e modernos estimulam o desenvolvimento da função simbólica e essa função que possibilita à criança a oportunidade de se expressar, de se comunicar e de resolver seus problemas, criando a compreensão pelo mundo que a cerca.*

Refletindo sobre as palavras da professora podemos dizer é através da leitura que as crianças começam a entender as situações que a cercam, isso de uma maneira mais explícita, pois a leitura cotidiana faz com que sua argumentação seja superior. Segundo Mendes, ECCS; Brunoni D. (2015, p.12) afirmam que:

> Em uma reflexão sobre o desempenho em leitura, visto que essa atividade tem papel importante no ambiente escolar, cabe lembrar que muitos são os fatores intervenientes na aquisição da leitura que impactam o nível de aprendizado das crianças.

Dessa maneira, percebemos que a leitura inserida em sala de aula de maneira produtiva e significativa, traz retornos positivos na vida dos alunos, em que a sua capacidade de entender e compreender as questões apresentadas no seu dia a dia seja mais transparente.

Evidenciamos que a leitura é algo crucial na vida das crianças, para o seu desenvolvimento, mais esse processo deve acontecer de maneira adequada, e despertar uma motivação em relação a essa aprendizagem. A educadora destaca alguns pontos imprescindíveis para que esse procedimento ocorra da melhor maneira.

> *Em relação à sua contribuição para a leitura, a pergunta é: Ler para quê? Para informar, por necessidade, mas na educação infantil isso não conta muito. A leitura deve ser prazerosa, deve passar despertar na criança a curiosidade. Se acontece dessa forma o processo é tranquilo e lúdico; as histórias são imprescindíveis nesta etapa, pois desperta a curiosidade fazendo esse processo acontecer naturalmente, pois quando a criança gosta e fica curiosa ela mesma busca o conhecimento.*

Ela ressaltou a importância da metodologia a ser utilizada e as diversas linguagens ou possibilidades que o professor pode fazer uso para estimular as crianças a gostar de história e como consequência, tornar-se um leitor.

> *É preciso utilizar diversos métodos, várias formas, história contada, dramatizada, apresentada com fantoches, no painel, enfim, quando estudamos a história e que é boa, sai sempre uma ideia nova, uma estratégia diferente para encantar a criança.*

Quando os recursos são utilizados de uma forma mais atrativa, desperta não apenas a curiosidade, mais a imaginação, a vontade de aprender e acima de tudo as crianças se sentem dentro das histórias, o que é nítido a sua compreensão, no que a história está querendo informar.

Pois de acordo com as palavras de ECCS; Brunoni D. (2015, p.14) é necessário ressaltar que professores que atuam no processo de ensino e aprendizagem de crianças, esse aspecto, de como trabalhar com elas, é crucial para as habilidades da leitura. Instigando assim todas as suas competências, no que a criança é capaz de fazer em relação aquilo que foi ensinado através das narrativas trabalhadas pelo professor.

> *Através das histórias as crianças criam e recriam suas fantasias, tem ideias de como expressar seus anseios e dificuldades que devido à faixa etária não conseguem expressar verbalmente. Uma criança que constrói ideias, pensa, fantasia se desenvolve bem.*

Pereira; Silva e Oliveira (2014, p.02) ressaltam que: Despertar o hábito pela leitura nos alunos que se encontram em processo de alfabetização, como alguns têm em se interessar pela leitura e como essa aprendizagem possibilitará a inserção maior do aluno na sociedade.

De acordo com a temática acima, notamos de como o educador conduz as suas práticas, é muito relevante, para que as crianças possam construir sua formação, e adquira habilidade que lhes serão importantes no hábito de ler e consequentemente escrever.

Infelizmente, a sociedade se depara com muitas dificuldades que são encontradas no mundo contemporâneo, apesar do crescimento da tecnologia ser algo bastante importante,

muitas das vezes não é utilizada em prol da educação, como deveria ser feito, e que nem todos podem ter acesso a esses materiais.

> *É importante indagar que a Literatura adequada à faixa etária e de qualidade é uma dificuldade, pois os livros bons são caros e nem sempre estão disponíveis a todos. Também a tecnologia, jogos no telefone celular, tablet e computador, rouba a atenção dos pequenos deixando-os desinteressados pelo ato de procurar um livro pra ler."*

Apesar das diversas dificuldades enfrentadas, educadores devem lutar a favor de uma educação de qualidade, inovar cada vez mais, e sempre buscar meios que chamem a atenção dos alunos. Pois de acordo com Krug (2015, p.10):

> É aconselhável que o mediador da leitura – o professor – detenha meios adequados e condizentes para o bom desempenho da mesma. Convém, no entanto, que ele ao designá-las, as pense como contribuição para o desempenho futuro de cidadãos conscientes para com um corpo social, no qual, comportamentos e valores desafiam o potencial educativo dos sujeitos.

Com base nesses pensamentos, ressaltamos que o ato da leitura começa desde cedo, o poder que um professor tem, e os responsáveis são de extrema relevância na vida das crianças, precisa-se formar cidadãos capazes de pensar a agir da maneira correta, pois o conhecimento é algo indispensável.

A educadora que há tantos anos atua nessa profissão, e sua vasta experiência na área, só afirma que a Literatura Infantil, os métodos utilizados, só tem a influenciar no processo da aprendizagem da criança.

> *Essas reflexões perante o assunto, de alguém que atua nessa mágica profissão há tantos anos, reflete o quanto é primordial trabalhar com a Literatura Infantil, visando o poder de influenciar no aprendizado dos alunos, pois diante desse processo lúdico as crianças se sentem motivadas, permitindo não somente o hábito pela leitura, mas uma socialização, um entendimento do mundo que a cerca, seus pensamentos, enfim, colaborando para o crescimento como o todo da criança.*

As autoras Pereira; Silva e Oliveira (2014, p.04), afirmam que:

> (...) é fundamental que o professor faça esta mediação, mostrando o texto como algo prazeroso e não como instrumento de avaliação e tarefa. Se o professor não for crítico, sensível, consciente e um bom leitor, não poderá passar o prazer do texto aos seus alunos.

Aprender a ler exige empenho, tanto pelo aluno, e mais ainda pelo professor. Entender que não é somente "aprender a ler um livro", mais entender todas as questões do mundo que a cerca, encarar suas dificuldades e necessidades, tornar um indivíduo capaz de interagir com mundo, e agir como um ser que pensa e existe.

Concepções dos pais em relação ao incentivo à leitura

Apresentamos o resultado da pesquisa de campo realizada com dez pais de alunos matriculados na educação infantil. Optamos por apresentar os dados obtidos por meio de gráficos. Procuramos inicialmente perceber qual a opinião dos pais em relação a quem se destina a responsabilidade de incentivar a criança para o hábito da leitura, e o contato constante com os livros de literatura infantil. Seis pais afirmaram que a família, ou seja, os pais são os grandes responsáveis por estimular o gosto dos filhos para a leitura. Já dois pais responderam que este é um papel da escola e dois acreditam ser responsabilidade dos professores.

Notamos que a atribuição de responsabilidades em relação ao estímulo do gosto pelo gosto da leitura ficou entre família e escola, sendo o principal incentivador da leitura das crianças os pais.

Nessa mistura de papéis entre o cuidar e o educar, entendemos que a responsabilidade de educar deve começar em casa, no entanto alguns pais transferem essa responsabilidade de incentivar as crianças a ler para a escola, por isso que a cada dia a tarefa do educador se torna mais ampla. São várias as competências que o professor deve exercer na sala de aula, além das práticas de leitura, o professor também precisa desenvolver habilidades em outros contextos.

Os pais que estimulam os filhos à leitura fazem a diferença na formação dos filhos, mesmo quando a criança ainda esteja na fase de alfabetização, é necessário que os pais apresentem aos filhos livros. As crianças são curiosas e criativas, principalmente quando iniciam seu processo de leitura, por isso é preciso que os pais lhes mostrem livros e proporcionem momentos contato com a leitura.

Barbosa (1990, p-141) afirmou que:

> A criança não se transforma em um leitor de um dia para o outro, com a ajuda de um método: ela percorre um trajeto cujas bases são as concepções iniciais sobre o que é ler, e esse trajeto tem início a partir do momento em que as condições do meio lhe sejam favoráveis.

Dessa forma, o autor afirma que para o aprendizado da leitura, a criança precisa de estruturas que lhe sejam favoráveis, e ao seu lado necessita de alguém que lhe ajude nesse processo. Quanto mais a criança for influenciada ao gosto de ler, maior será o seu desenvolvimento, e quando chegar à fase adulta não terá problemas para se relacionar com variados tipos de textos.

Ao indagar aos pais se eles têm o hábito de ler par aos filhos, 70% dos pais entrevistados asseguraram ter o hábito de ler para os filhos, destacando que a leitura é um instrumento importante para o aprendizado escolar, 30% afirmaram que a leitura para os filhos é feita "de vez em quando". O hábito de ler para os filhos o que é fundamental para o desenvolvimento das crianças e estimular os filhos a gostarem de ler, mesmo que estes ainda não sejam alfabetizados.

A intervenção da família no processo de leitura facilita a compreensão de mundo, não basta apenas os pais lerem o que foi proposto em uma atividade, por exemplo, mas sim em um momento propício e com calma, possibilitar um momento de leitura com os filhos.

Coelho (2006, p.54) relata que ler se dispõe de tempo, técnicas e as crianças devem estar em disposição, pois:

> [...] a vantagem de contar-se na hora em que a criança esteja bastante esperta para avivalhar-lhe a imaginação, facilitar a identificação e dar-lhe o prazer inefável que a história proporciona, no sentido de que não fique somente no divertir-se, chegue também ao pensar, no assimilar.

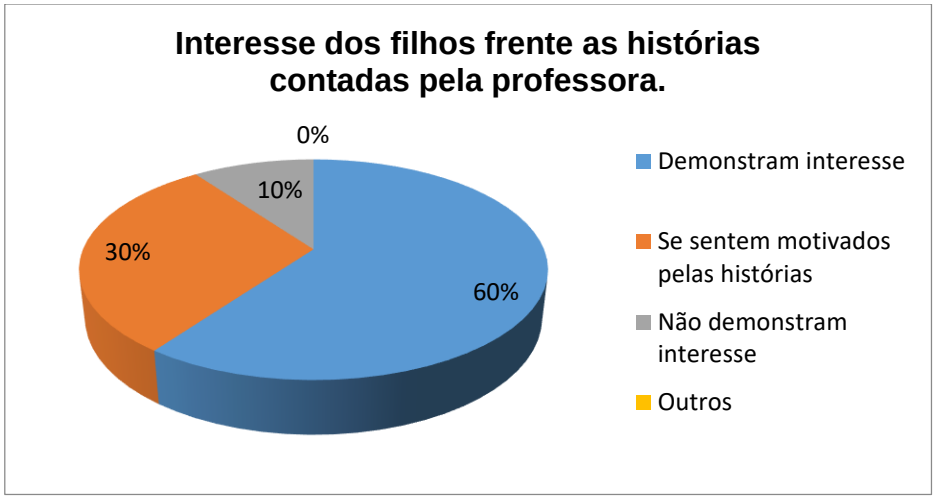
Isso deve ocorrer com frequência, pois o processo de leitura deve ser contínuo e para toda a vida, os pais que possibilitam esse momento com os filhos, certamente, não terão problemas futuros em relação à falta de interesse pela leitura.

Outra questão também que a autora ressalta, é que o ideal é atender a criança quando ela se pronuncia querendo ouvir uma história, principalmente na hora de dormir. É necessário distinguir os tipos de histórias que vão ser contadas, de acordo com a idade.

Em conformidade com Coelho (2006, p.54) "as histórias devem ser curtas, de enredo leve, no caso de crianças pequenas, para as maiores podemos ler" [...]. Sendo assim, as histórias são indispensáveis, sendo usadas de maneira correta em casa, é importante que os pais não façam chantagem com seus filhos para senti-los obrigados a ouvir, a narrativa precisa acontecer naturalmente e com vontade de escutar por parte da criança.

A escola sozinha não pode ser responsabilizada, em todos os aspectos da educação das crianças, é incontestável que os professores são de suma importância no processo de incentivar a leitura, porém os pais também devem ter esse senso de que a leitura deve ser realizada em casa, até porque o tempo maior é passado em casa e não na escola.

O terceiro questionamento feito aos pais dói se as estratégias utilizadas pela professora para trabalhar as histórias despertam interesse em seus filhos. Apresentamos os resultados no gráfico 01:



Fonte: Pesquisa Direta 2016.

Essa pergunta vem tratar dos métodos que a professora utiliza em sala de aula para chamar atenção dos alunos, em relação às contações de histórias, destacando que são métodos diversificados, em que a história se torna mais lúdica através da utilização de objetos e caracterização para facilitar a compreensão da narrativa.

Conforme apresentado no gráfico, 60% dos pais, dizem que seus filhos demonstram interesse, pois sempre recontam como foi à história. 30% disseram que, os filhos se sentem motivados pelas histórias, pois sempre querem ouvir mais, já 10%relataram que os filhos não demonstram interesse e não comentam sobre as histórias.

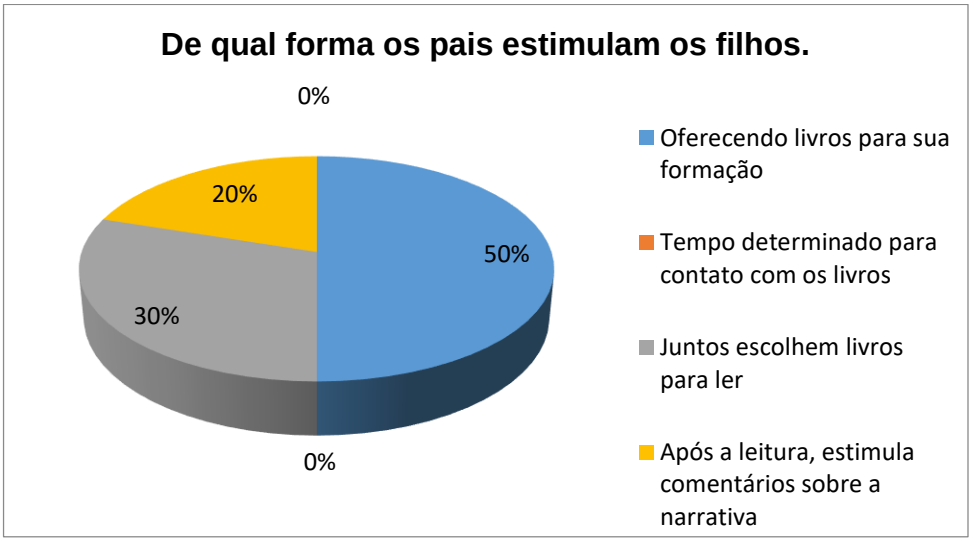
Barbosa (1990, p-141) afirma ser importante a adoção de novos processos de aprendizagem da leitura, processos estes que possibilitam criar um novo significado da leitura, estimulando as crianças a lerem um livro, pois o que realmente importa é que a criança avance na leitura, e que encontre prazer e sentido.

Nessa perspectiva, evidenciamos o quanto os métodos utilizados pela regente da turma, contribuem significativamente para o interesse dos alunos, o que se torna crucial, pois o ponto de partida é a criança se mostrar interessada pelas contações de histórias.

Em contrapartida o entrevistado dez fez uma observação, pois segundo ele o filho não demonstra interesse pelas histórias, mas argumentou que "Sempre pergunto o que mais gostou; a resposta sempre é: esqueci!"

Pode-se dizer que uma das possíveis causas do desinteresse pela leitura, é a falta de estimulação desde o início da fase escolar. A falta de interesse pode estar associada a ausência da família, à professora não usar a literatura diariamente e até mesmo adequadamente, à falta de livros adequados para a idade da criança e até mesmo do próprio aluno. Inúmeros fatores contribuem para essa falta de hábito das crianças em relação à leitura. No entanto, não se deve colocar a culpa apenas na família, em relação ao desinteresse pela leitura, mas a todos os aspectos que podem estar interligados.

Na quarta pergunta feita aos pais, indagamos de que forma eles estimulam os filhos, em relação à leitura, sendo as respostas apresentadas no gráfico 02



Fonte: Pesquisa Direta 2016.

Com base nas respostas, observamos que 50% dos pais oferecem ou presenteiam os filhos livros que na sua concepção, são de grande importância para a sua formação, 30% afirmam que juntos escolhem os livros para ler. Percebemos que dois pais disseram que contam histórias para os filhos e que, depois do conto, estimulam os filhos a fazerem comentários sobre a narrativa, neste caso, a literatura oral é o fator motivacional para o gosto pelas histórias infantis. São as técnicas apontadas por eles para estimular os filhos à leitura.

Nesse sentido, quanto mais os pais influenciarem nesse processo, maior será o sucesso para ler com prazer, e com vontade de aprender. Portanto, quando a família é inserida para andar junto à escola, traz benefícios para a aprendizagem das crianças. É fazer da prática da leitura, um hábito constante, mostrando a eles, o quanto ler proporciona a construção de novos conhecimentos, e que isso deverá ser feito diariamente, pois as histórias têm um papel relevante para a construção de novos conhecimentos, por isso a importância de pais e professores somarem forças para atingir um avanço pelo hábito da leitura.

Coelho (2006, p.59) salienta que "a história não acaba quando chega ao fim. Ela permanece na mente da criança, que a incorpora como um alimento de sua imaginação". Observa-se que as histórias vão além de serem contadas, proporcionam ao indivíduo de carregar em si, um verdadeiro ensinamento que será válido para a sua vida. A função da história não é de apenas "passar tempo'', mas sim, colaborar para o desenvolvimento da imaginação.

É imprescindível que os pais também saibam como inserir em casa livros que chamem a atenção de seus filhos e a maneira como eles são utilizados também interfere muito. Quando os pais têm disponibilidade para esse momento, as crianças se sentem motivadas para ouvir e posteriormente ler as de histórias, o que se torna muito satisfatório para o interesse dos mesmos.

Por esse motivo, se faz necessário que os pais e a escola sejam extremamente parceiros, para que assim possam construir uma relação harmoniosa, na função de formar cidadãos críticos e reflexivos para a sociedade, que tanto necessita da leitura para a formação de novos conhecimentos.

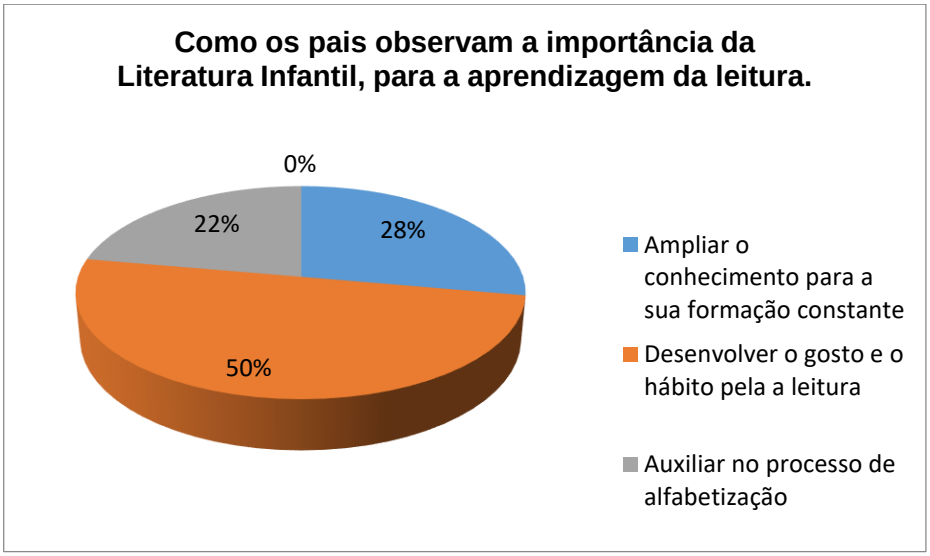
Em relação aos métodos que a professora utiliza em sala de aula para trabalhar a literatura infantil, se sua prática da professora estimula os seus a gostar da leitura, seis pais afirmaram que ela faz uso da ludicidade e que acreditam que as técnicas de caráter lúdico aguçam a imaginação e a capacidade de resolução de problemas reais, contribuindo de forma positiva para o aprendizado dos filhos. Já, quatro pais disseram que os métodos utilizados têm como finalidade incentivar o hábito pela leitura.

Com base nas informações dos entrevistados, entendemos que os métodos utilizados colaboram em vários aspectos, além de tornar as histórias mais motivadoras e atraentes, auxilia o educador a explorar a leitura com mais profundidade.

Conforme Coelho (2006, p.22) "é importante destacar o enredo o que é essencial e o que são detalhes. O essencial deve ser contado na íntegra e os detalhes podem fluir por conta da criatividade do narrador no momento". Portanto, cabe ao educador formular estratégias que

desenvolvem no aluno a capacidade de aprender e criar condições que permitam estimular os alunos, colocando-os para refletir sobre as histórias, o que proporciona o conhecimento de mundo, tendo em vista que a criatividade é considerável no momento das histórias.

Ao indagarmos aos pais na sexta pergunta se eles veem importância na literatura infantil para a aprendizagem da leitura nos anos iniciais. Apresentamos o resultado no gráfico 03.



Fonte: Pesquisa Direta, 2016.

Notamos que 50% dos pais alegaram que a Literatura Infantil tem objetivo de desenvolver o gosto e o hábito pela leitura, 28% dos pais entrevistados acreditam que este gênero tem como base ampliar o conhecimento para a formação constante e 22% certificam-se que auxilia no processo de alfabetização.

Coelho (2006, p-52) faz um comentário instigante ao afirmar que, “sendo a literatura infantil portadora de verdades eternas, reflete a esperança em sua singeleza, reflete a força irresistível da confiança que provoca em cada ser a descoberta de sua própria força”.

Assim, a literatura guarda diversas descobertas que contribuem para a educação, que através de suas histórias trazem diversos conhecimentos em relação ao mundo, o que contribui significativamente para o aprendizado da leitura.

Questionamos aos pais sua concepção acerca do hábito de ler livros para os filhos e como as obras são utilizadas em casa, ocasionando o incentivo à leitura**.** As respostas a pergunta foram muito interessantes, pois, constatamos a participação dos pais na vida escolar dos filhos, o que é de suma relevância, e também a maneira que os livros são utilizados em casa. Ao refletir suas concepções, a respeito da leitura, as respostam foram:

Entrevistado 1- "Leio histórias antes de dormir para ela".
Entrevistado 2- "Os livros são utilizados de forma lúdica".
Entrevistado 3 - "Os livros são escolhidos por ele. Geralmente lemos três livros por vez, à noite antes de dormir, clássicos infantis".
Entrevistado 4- "Muitas vezes elas se interessam por determinada história/livro e pedem para que leiamos várias vezes. Após a leitura, vem o momento de conversa sobre o livro".
Entrevistado 5- "Leitura à noite para dormir".
Entrevistado 6- "São realizados à noite antes de dormir e no decorrer do dia se ele se interessa pelo que estou escrevendo ou que já esteje escrito, ele pede para ler para ele".
Entrevistado 7- "À noite quando chego do serviço ele pega os livrinhos dele e vai ler pra mim do jeito dele e eu vou e leio pra ele também".
Entrevistado 8- "Lemos e interpretamos alguns personagens para a história ficar mais legal e ela se interessa".
Entrevistado 9- "Geralmente lemos livros antes de dormir ou logo ao acordar, aproveitando um momento de maior calma".
Não se manifestou.

Podemos observar nas respostas acima, que a maior parte dos pais inseridos na pesquisa disse disponibilizar tempo para a leitura dos filhos, seja antes de dormir ou no decorrer do dia. Alguns pais interpretam personagens para a história ficar mais interessante.

Nesse sentido, Coelho (2006, p-50), evidencia que "contar histórias é uma arte, por conseguinte requer certa tendência inata, uma predisposição, latente, aliás, em todo educador, em toda pessoa que se propõe lidar com crianças".

As contações de histórias devem ser realizadas de forma que chamem a atenção das crianças, fazendo com que elas se sintam bem na história contada. Sendo assim, deve-se agir com naturalidade e tranquilidade, em um momento de relação harmoniosa com pais e filhos. Coelho (2006, p-50) afirma ainda que:

> Esse momento é indispensável os movimentos do corpo, a expressão ao contar, o tipo da voz, pois dessa maneira se estabelece um contato maior com os filhos, deixando assim o enredo ainda mais interessante, com o entusiasmo das crianças.[...] isso só é permitido quando se sente uma interação com a história, quando a entende, ou seja, é passar para a criança o que realmente está fazendo é amor e dedicação, pois assim possibilita um momento de segurança e naturalidade.

Entendemos que as histórias não são importantes apenas para as crianças, mas ensinam muito também para os adultos, pois a partir delas também se pode descobrir a solução de algum problema que estão enfrentando.

No que tange as representações sobre a relevância de envolver a família no processo de leitura, juntamente com a escola, procuramos compreender como eles veem a importância da família e a escola trabalharem juntas para estimular o gosto dos filhos pela leitura, uma completando o trabalho da outra. Os pais responderam que:

> *Entrevistado 1- "Família e escola juntas estimulam o interesse no processo de leitura".*
> *Entrevistado 2- "É de fundamental importância para a sua formação inicial".*
> *Entrevistado 3- "Não só a escola é responsável pelo aprendizado do filho, a leitura em família é a extensão do conhecimento a escola".*
> *Entrevistado 4- "O hábito deve começar em casa, incentivado pelos pais. Na escola, a criança utiliza também do lúdico, imaginação".*
> *Entrevistado 5- "Ambas possuem uma grande relevância. A leitura tem que fazer parte da vida da criança a todo instante".*
> *Entrevistado 6- "É de suma importância, um método de continuação e incentivo a criança para que desde cedo ela sinta interesse pela leitura".*
> *Entrevistado 7- "Porque nós pais somos espelho para nossos filhos. Se temos o hábito de ler, eles também terão a vontade de ler também".*
> *Entrevistado 8- "Essencial, pois o tempo com a família é muito mais que o passado na escola, e mostrar pra eles que isso é importante ajudar o aprendizado na escola".*
> *Entrevistado 9- "Nós pais somos o maior exemplo para nossos filhos. Se nos envolvemos neste processo a tendência é que o interesse deles seja muito maior".*
> *Entrevistado 10- Não se manifestou.*

Diante das opiniões abordadas se faz essencial a contribuição da família na escola, incentivando no hábito pela leitura.

Quando o entrevistado nove cita que, "os pais são o maior exemplo para nossos filhos", pondera-se que a educação vem primeiramente de casa, onde os conhecimentos das crianças são concretizados e de nada adiantaria se somente a escola fizesse seu papel, observa-se isso também quando o entrevistado três afirma que "Não só a escola é responsável pelo aprendizado do filho, a leitura em família é a extensão do conhecimento a escola. " Isso quer dizer que, ambas estendem o conhecimento da outra, às vezes o que a crianças não aprenderam em casa, aprendem na escola e vice-versa.

De acordo com Barbosa (1990, p-127) "a partir do momento em que a criança é colocada numa situação de leitura ela inicia o desenvolvimento dessa aprendizagem". O que se deve considerar é que a escola e família têm um papel relevante na vida das crianças, seja no ato de educar, socializar, e ser responsáveis pelo crescimento e desenvolvimento, garantindo uma qualidade de ensino, pois quando a criança é influenciada, cria condições de expandir uma grande diversidade de conhecimentos.

Considerações finais

A pesquisa realizada certificou o quanto a Literatura Infantil e suas diferentes abordagens contribuem para a formação do indivíduo como um todo, não apenas na aprendizagem da leitura, mas de uma forma geral no desenvolvimento do ser humano.

De acordo com Abramovich (1997) é imprescindível que o professor saiba trabalhar com esse meio, de maneira que facilite a compreensão de seus alunos e incentive a curiosidade dos mesmos. O ato de contar histórias reflete a possibilidade de ampliar a comunicação entre professores e alunos na construção da leitura, pois trabalhar a leitura é uma atividade extremamente importante, e que precisa ser desenvolvida desde cedo.

Analisando os dados da pesquisa verificamos a importância que a Literatura traz de positivo para a aprendizagem da leitura, o estudo foi de grandeza para a pesquisadora, em que se surpreendeu na diversidade de fatores que contribuem para a formação do indivíduo, é relevante afirmar que realmente o tema é de suma relevância para os educadores que lutam cada dia para a formação de seus alunos, e uma comprovação do quanto este meio aplicado de maneira correta e sucinta traz grandes benefícios.

Com base na pesquisa, percebe-se o quanto a Literatura Infantil, é importante como aliada para a formação de novos leitores, cabe aos educadores usar de uma forma diversificada para que assim se obtenha resultados promissores diante essa prática. Evidencia-se principalmente nas observações das contações de histórias o modo de como tudo é produzido, de como é a professora se entrega totalmente à narrativa, e faz uso daquele momento incentivando os alunos o quanto elas são importantes em seu cotidiano escolar.

Por ser um tema de grande importância, a Literatura Infantil, suas diversas abordagens e os autores aqui apresentados, fizeram com que a temática pudesse acrescentar ainda mais o quanto esse meio é grandioso para um bom desempenho na sala da aula, e para a vida como um todo, em que as crianças possam se tornar seres que compartilham conhecimentos, e façam deles instrumentos para o seu desenvolvimento, como um ser que pensa nas suas ações.

Debruçar-se sobre este estudo foi de suma importância para o levantamento de informações, do quanto a Literatura oferece contribuições na rotina escolar, evidenciando a sua valorização, de ser trabalhado como um meio imprescindível na vida do educador, ressaltando a dimensão de conhecimentos que as crianças podem obter, destacando que a fase de

alfabetização, é onde tudo se inicia por isso se torna relevante que as histórias devem ser trabalhadas no contexto escolar para facilitar a aprendizagem da leitura.

Enfim, a temática aqui apresentada, permitiu o aprofundamento do estudo, tendo possibilidade de ampliar ainda mais o processo de aprendizagem da leitura envolvendo a Literatura Infantil, e tendo-a como auxilio no âmbito educacional, despertando assim nos educadores o maior uso desse gênero, contribuindo na leitura dos alunos nos anos iniciais.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura Infantil**: Gostosuras e Bobices. 5º Edição. Paulo: Editora Scipione, 1997. SILVA, Ezequiel Theodoro Da. Leitura em curso. Autores Associados.

CERVO, Amador Luiz, BERVIAN, Pedro Alcino, SILVA, Roberto Da (Orgs). **Metodologia Científica**. 6º Edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COELHO, Betty. **Contar histórias**: uma arte sem idade. 10º Edição. São Paulo 2006. Editora: Ática.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil:** Teoria, Análise, Didática**.** 1º Edição. São Paulo: Editora Moderna, 2000.

COLOMER, Tereza. **Andar entre livros**: A leitura literária na escola. 1º Edição. Editora Global, São Paulo 2007.

DELL' ISOLA Regina Lúcia Péret. **Leitura: inferências e contexto sócio cultural**. Belo Horizonte: Editorial Formato, 2001. (Série educador em formação)

EVANGELISTA, Aracy Alves Martins, BRANDÃO, Heliana Maria Brina, MACHADO, Maria Zélia Versiane(Orgs). **A escolarização da leitura literária**: O jogo do livro infantil e juvenil. 2º Edição, 3º reimp. Belo Horizonte: Editora: Autêntica, 2011.

GREGORIN, José Nicolau. **Literatura Infantil**: múltiplas linguagens na formação de leitores. São Paulo: Editora Melhoramento, 2009.

JUNQUEIRA, Renata e TAGLIARI, Berta Lúcia. **Leitura Literária na Escola**: Reflexões e propostas na perspectiva do Letramento. Campinas, São Paulo, Mercado de Letras, 2011.
KRUG, Flávia Susana. A importância da leitura na formação di leitor. Disponível em: https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/277_fAcesso em 27/03/2019

LAJOLO, Marisa e ZILMERMAN Regina. **Literatura Infantil Brasileira:** Histórias e Histórias. 6° Edição. São Paulo, Editora: Gráfica Ltda, 2004.

LEFFA, Vilson Jose. **Fatores da Compreensão Na Leitura.** Cadernos do IL, Porto Alegre. Disponível em: http://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/fatores.pdf. Acesso em: 14/05/2019

Luana PEREIRA; Ana Carolyne SILVA e BRUNA Oliveira. **A importância da leitura e do hábito de ler.** Disponível em: http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Modalidade_2datahora_21_05_2014_09_54_53_idinscrito_763_9fcc8d6e3dee071d9cbe1bb8d339a2e5.pdf. Acesso em: 27/08/2019

MENDES, ECCS e BRUNONI, D. **Competência em leitura**: interface entre contextos psicossocial, familiar e escolar [online]. São Paulo: Editora Mackenzie, 2015

BRASIL**. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. (Conhecimento de Mundo) Volume: 03.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de Leitura**. 6º Edição, Porto Alegre, Editora: Artmed 1996.

TOZONI Reis, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa**. 2º Edição, Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2009.

ZILBERMAN, Regina e SILVA, Ezequiel Theodoro **Da Literatura e Pedagogia**: ponto e contraponto. 2° Edição. São Paulo: Editora Global, 2008.

ZILBERMAN, Regina. **A Literatura Infantil Brasileira**. Editora Objetiva LTDA, Rio de Janeiro, 2004.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura Infantil na escola**. São Paulo, Global, 1981.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

O ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO E AS PERICIAS TRABALHISTAS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE: revisão bibliográfica e análise qualitativa da atuação profissional[1]

Júlio Cesar Rodrigues da Silva[2]

Resumo: A perícia trabalhista é um procedimento onde distintos profissionais podem ser nomeados pelo magistrado no intuito de construir provas de caráter técnico e científico, que o auxiliem na decisão final do processo, sendo favorável para o empregador ou para o empregado. Neste estudo, buscou-se elucidar o trabalho pericial do Engenheiro de Segurança do Trabalho em ações trabalhistas. Portanto, o presente artigo apresenta uma revisão bibliográfica de textos (artigos, legislações, normas, etc.) que tratam do campo pericial trabalhista pertinente a avaliação da insalubridade e periculosidade. Nessa construção buscou-se explanar a importância do Engenheiro de Segurança do Trabalho dentro dessas ações caracterizando-o como um dos elos que auxiliam o magistrado em suas decisões finais. O texto também apresenta uma discussão sobre os assistentes técnicos dentro dessas ações periciais e sua formação acadêmica que muitas vezes pode ser significativa para o bom andamento de todo o processo. Como resultados, o artigo demonstra que o campo pericial trabalhista não é área de atuação somente dos Engenheiro de Segurança do Trabalho, mas quando a matéria discutida é a insalubridade e periculosidade, segundo a atual legislação, o mesmo é o profissional com conhecimentos científicos e melhores habilidades para avaliar as ações de higiene ocupacional.

Palavras-chave: Segurança do Trabalho. Perícia Trabalhista. Insalubridade e Periculosidade.

Abstract: The labor expertise is a procedure where different professionals can be appointed by the magistrate in order to build evidence of a technical and scientific nature, which will assist in the final decision of the process, being favorable for the employer or the employee. In this study, we sought to elucidate the expert work of the Labor Safety Engineer in labor lawsuits. Therefore, this article presents a bibliographic review of texts (articles, legislations, norms, etc.) that deal with the pertinent field of labor pertinent to the evaluation of insalubrity and dangerousness. In this construction it was tried to explain the importance of the Engineer of Safety of the Work within these actions characterizing it like one of the links that aid the magistrate in its final decisions. The text also presents a discussion about the technical assistants within these expert actions and their academic background which can often be significant for the smooth running of the whole process. As a result, the article demonstrates that the labor expert field is not only the area of activity of the Labor Safety Engineer, but when the subject

[1] Artigo proveniente da pesquisa realizada durante o curso de Especialização em Perícia Trabalhista e Previdenciária da Faculdade Estácio.

[2] Mestre em Ensino de Ciências Exatas. Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho. Engenheiro de Telecomunicações. E-mail: jcrs.engenheiro@gmail.com

Recebido em 30/09/2018
Aprovado em 12/02/2019

matter is health and hazardousness, according to current legislation, the same is the professional with scientific knowledge and better skills to assess occupational hygiene actions.

Keywords: Work Safety. Labor Expertise. Unhealthiness and Haziness.

1 INTRODUÇÃO

A perícia trabalhista é um ramo que evidência fatos ocorrido entre a empresa e seus funcionários. Uma das partes, geralmente o funcionário, alega judicialmente a ocorrência de erros no pagamento de seus proventos. Para uma melhor e mais segura interpretação de todo esse processo e quando a avaliação do ocorrido depender de conhecimentos técnicos ou até mesmo científicos, um perito auxilia o juiz.

Quanto aos “erros nos pagamentos” citados anteriormente, ressalta-se principalmente a concessão de adicional por insalubridade, periculosidade ou de indenização por doença ocupacional. Os juízes podem solicitar profissionais como: engenheiros de segurança do trabalho, médicos do trabalho, etc., estes devem ser capazes de analisar exterioridades como o ambiente laboral e o estado de saúde do trabalhador do processo. Dessa forma o especialista produz um laudo que será decisivo para o posicionamento do juiz em favor da empresa ou até mesmo do trabalhador.

Pelas ideias expostas até o momento, percebe-se que há vários tipos de perícias dentro de um processo trabalhista e cada situação demanda um tipo de profissional diferente. Nesse sentido, esse artigo apresenta uma revisão bibliográfica sobre as principais normas, legislações e procedimentos que regem a participação do Engenheiro de Segurança no Trabalho, no âmbito de perícias técnicas em processos trabalhistas.

Portanto, busca-se o entendimento de que a atividade de perícia na Justiça do Trabalho não é terreno exclusivo dos engenheiros de segurança do trabalho. Dependendo do caso, o juiz pode solicitar os serviços de profissionais das mais diversas áreas. Contadores e economistas, por exemplo, podem ser chamados a avaliar casos relativos a questões salariais. Mas quando o que leva o trabalhador a entrar na Justiça é uma questão relativa à saúde e segurança ocupacional, os juízes acabam recorrendo aos laudos de engenheiros para subsidiar suas decisões.

1.2 Problema de Pesquisa

Dessa forma, como problema de pesquisa do presente artigo eis a seguinte dúvida: Quais as principais definições existentes nas normas e legislações vigentes que regulamentam o trabalho pericial do Engenheiro de Segurança do Trabalho em processos trabalhistas?

1.3 Objetivo Geral e Específicos

Com o intuito de responder o presente problema de pesquisa o objetivo geral do presente trabalho consistiu em analisar as bibliografias existentes acerca do tema. Como objetivos específicos pretendeu-se revisar os pontos que na opinião do autor melhor direcionam para conclusões mais precisas e consequentemente discutir os dados encontrados buscando contribuir com o aperfeiçoamento da área em questão.

1.4. Justificativa

O presente artigo apresenta uma temática inovadora, pois as normas e legislações são apresentadas e discutidas no intuito de contribuir com informações importantes para os profissionais da área, acerca dos direcionamentos pertinente a esse campo pericial trabalhista. O mesmo não esgota o tema em questão, pelo contrário busca colaborar para a disseminação desse campo de estudo e enfatizar a importância do Engenheiro de Segurança do Trabalho como elemento norteador desse tipo de ação trabalhista.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A responsabilidade por um ambiente do trabalho seguro

Ao ser aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, o Brasil inicia um processo de fundamental importância para as relações do trabalho. Conforme mencionado em seu artigo 1º: “Esta Consolidação estatui as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, nela previstas. ” (BRASIL, 1943)

Nesse sentido, quando a CLT trata de relações de trabalho, devem ser pensadas como as formas como o empregado se relaciona com seu trabalho e como o trabalho pode influenciar na vida do empregado. Uma das influências dessa relação é o processo de exposição a riscos

ocupacionais abordada no capítulo V com o tema: Da Segurança e da Medicina Do Trabalho. Onde a CLT em seu artigo 157 item I, enfatiza que: "Cabe às empresas cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho. " (BRASIL, 1943)

Mesmo sendo cumpridas todas as normas de segurança há de se ressaltar que não ocorre indícios de um labor cem por cento seguro. A CLT demonstra a importância de se pensar na integridade física do trabalhador como um procedimento de rotina de toda a empresa ou de qualquer empregador. Dessa forma foi criada a Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978. Aprovando as Normas Regulamentadoras (NR's), que inicialmente já eram citadas pela CLT, todas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho. Dentre essas Normas, nesse artigo enfatiza-se as NR's 15 que trata das questões de Insalubridade e 16 que trata da periculosidade.

Nessa acepção, as legislações citadas até o momento assumem que o trabalho pode ser fonte de riscos para o trabalhador e demonstra uma preocupação com atividades insalubres e perigosas. Insalubre é o agente com potencial para o adoecimento e perigoso no ponto de vista ocupacional representa aquilo que pode ser um risco iminente. Esses dois termos serão melhor caracterizados no item 2.2 desse artigo.

Assim é reforçado o tema de adicional de periculosidade ou insalubridade, onde o empregador deve pagar o empregado um acréscimo a seu salário para compensar os riscos a que está sujeito. Muitas vezes por negligencia ou imperícia esse valor deixa de ser liquidado por anos e quando o empregado encerra suas atividades laborais na empresa ele recorre a Justiça do Trabalho para receber esses proventos.

Dessa forma, o magistrado da Justiça do Trabalho tem inúmeras competências técnicas jurídicas para julgar procedente se o empregado deve receber os valores reclamantes, mas para uma melhor compreensão da situação pode nomear um Engenheiro de Segurança do Trabalho para que faça uma perícia técnica buscando informações mais detalhadas das reais condições laborais do empregado e se realmente trabalhava em condições insalubres ou perigosas.

Através das análises dos textos apresentados até o momento, nota-se que a perícia trabalhista para averiguar condições perigosas ou insalubres não acontece ao acaso. Demonstra-se também que ela consiste em um importante trabalho de campo feito por esse profissional da engenharia e que representa os "olhos do Juiz do Trabalho" fora dos tribunais e dentro do local de trabalho. A seguir, será melhor discutido quando e qual a necessidade do serviço pericial desse profissional.

2.2 A insalubridade e periculosidade, o princípio do trabalho pericial do Engenheiro de Segurança do Trabalho

Destacar que um empregado deve executar um trabalho de qualidade, nem sempre é sinônimo de que esse labor está tendo qualidade para o empregado. Conforme a revisão bibliográfica apresentada no item 2.1 desse artigo, o trabalho pode ser fonte de riscos para a saúde e comprometer a qualidade de vida dentro do ambiente do trabalho. Nesse sentido, pensar em qualidade de vida é refletir acerca dos métodos e procedimentos adotados pelas empresas devendo estar seus produtos e serviços adequados à condições seguras e salubres de trabalho.

Por esse ângulo, a própria Constituição do Brasil legisla em seu artigo 225 enfatizando que: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida [...]." (BRASIL, 1988). Ainda demonstrando que o ambiente não se restringe apenas a aspectos ecológicos, a lei salienta em seu artigo 200 que nele está inserido o ambiente do trabalho bem como sua proteção. Dessa forma, o ambiente do trabalho pode ser entendido de acordo com a seguinte definição:

> O meio ambiente de trabalho é "o local onde as pessoas desempenham suas atividades laborais, sejam remuneradas ou não, cujo equilíbrio está baseado na salubridade do meio e na ausência e na ausência de agentes que comprometam a incolumidade físico-psíquica dos trabalhadores, independentemente da condição que ostentem (homens ou mulheres, maiores ou menores de idade, celetistas, servidores públicos, autônomos etc.)" (MELO, 2013, p. 28).

Ainda nessa construção, pensar em um espaço de labor também pode significar o: "[...] conjunto de condições existentes no local de trabalho relativas à qualidade de vida do trabalhador [...]". (REBELO, p. 2, 2014). Nesse sentido, quando a Constituição retrata a importância dos cuidados sobre o Meio Ambiente, através de um olhar moderno, o ambiente do trabalho deve estar incluído nessa acepção.

Nessa perspectiva, quando um ambiente do trabalho não se apresenta livre de riscos para um trabalhador, é denominado de insalubre e ou perigoso. Nesse aspecto surgem os termos: insalubridade e periculosidade. Para uma melhor denominação Melo (p. 207, 2013) esclarece que a insalubridade e atividades insalubres ocorrem quando o trabalhador está exposto a agentes nocivos a sua saúde. Estes geralmente ultrapassam o estabelecido em lei e suas consequências podem ser imediatas ou subsequente.

Ainda nessa busca pelo entendimento dos termos: "A palavra "insalubre" vem do latim e significa tudo aquilo que origina doença; insalubridade, por sua vez, é a qualidade de insalubre". (SALIBA e CORRÊA, p. 12, 2012). Os autores ainda complementam que: [...] o conceito legal de insalubridade é dado pelo art. 189 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) [...]". Dessa forma, o artigo da legislação citado pelos autores elucida que:

> Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos. (BRASIL,1943)

Portanto nessa mesma linha de considerações o termo "nocivos" propicia o entendimento descrito acima por Saliba e Corrêa, quando reforçam também que insalubridade é um sinônimo de adoecimento. Por conseguinte, o risco ao trabalhador pode significar tanto doenças quanto outros infortúnios gerados dentro do espaço laboral. Dessa forma, quando esse artigo trata da atuação do Engenheiro de Segurança do Trabalho em perícias trabalhistas, esse tipo de atividade pericial sustenta-se através da análise inicial dessas reais condições do local de trabalho e dos autênticos riscos que o trabalhador periciado esteve exposto.

Dessa forma, a ciência que oferece estrutura para essas análises do Engenheiro é a Higiene Ocupacional e suas análises partem da intitulada doença profissional, nessa acepção:

> Segundo os princípios da Higiene Ocupacional, a ocorrência da doença profissional, dentre outros fatores, depende da natureza, da intensidade e do tempo de exposição ao agente agressivo. Com base nesses fatores, foram estabelecidos limites de tolerância para os referidos agentes, que, no entanto, representam um valor numérico abaixo do qual se acredita que a maioria dos trabalhadores expostos a agentes agressivos, durante a sua vida laboral, não contrairá doença profissional. Contudo, do ponto de vista prevencionista, não podem ser encarados com rigidez, e sim como parâmetros para a avaliação e o controle dos ambientes de trabalho. (SALIBA; CORRÊA, p. 12, 2015)

Ainda nesse entendimento, insalubre é a exposição em caráter habitual e permanente, a agentes nocivos à saúde, como químicos, ruídos, exposição ao calor, poeiras, etc., que podem causar o seu adoecimento. E periculosidade de acordo com os artigos 193 da CLT e da NR nº 16 do MTE é caracteriza-se pelo fator "fatalidade", ou seja, a submissão do empregado a risco de vida, em função das atividades por ele exercidas.

Assim, a Lei Nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 que alterou o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, em seu artigo 189 define:

> Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

2.3 Legislações e normas que regulamentam o Engenheiro de Segurança do Trabalho como perito trabalhista

Para uma melhor caracterização do serviço pericial do Engenheiro de Segurança do Trabalho, a princípio é apresentado o texto da CLT que legisla em seu Art. 195 que: "A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho." (BRASIL, 1943). Ainda nesse sentido, o parágrafo 2º desse artigo estabelece:

> § 2º - Arguida em juízo insalubridade ou periculosidade, seja por empregado, seja por sindicato em favor de grupo de associados, o juiz designará perito habilitado na forma deste artigo, e, onde não houver, requisitará perícia ao órgão competente do Ministério do Trabalho.

Buscando complementar esse ou outros assuntos pertinentes a essa legislação, a Lei nº 5.584/70 dispõe sobre normas para os processos trabalhistas, dessa forma o trabalho pericial dessa natureza acaba ganhando um aspecto mais técnico e sua importância torna-se relevante para os processos periciais.

Nessa acepção, o trabalho pericial é indicado quando as atividades laborais registradas nos autos de um processo trabalhista, estão em desacordo com a CLT. A figura 01 a seguir ilustra as etapas para indicação do Engenheiro de Segurança do Trabalho como perito trabalhista. Outro ponto importante para essa discussão é que a Lei Nº 7.410 De 27/11/85 - Art. 1º, demonstra que o Engenheiro não tem mais seu registro profissional expedido pelo Ministério do Trabalho, mas sim pelo órgão da classe, o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA). Assim, a prova de habilitação é feita pelo registro profissional com anotação de especialidade, bem como da anuidade quitada.

Nota-se que na etapa final demonstrada pela figura há a escolha pelo engenheiro e/ou pelo médico do trabalho. O presente artigo busca demonstrar as relações periciais do primeiro profissional, portanto a engenharia é foco deste trabalho e será dado ênfase em toda a análise e discussão. Não que a perícia trabalhista seja um campo restrito ao Engenheiro de Segurança do Trabalho, pelo contrário busca-se demonstrar que muitas áreas distintas também podem participar, mas que cada uma delas certamente tem normas, procedimentos e legislações a serem seguidas.

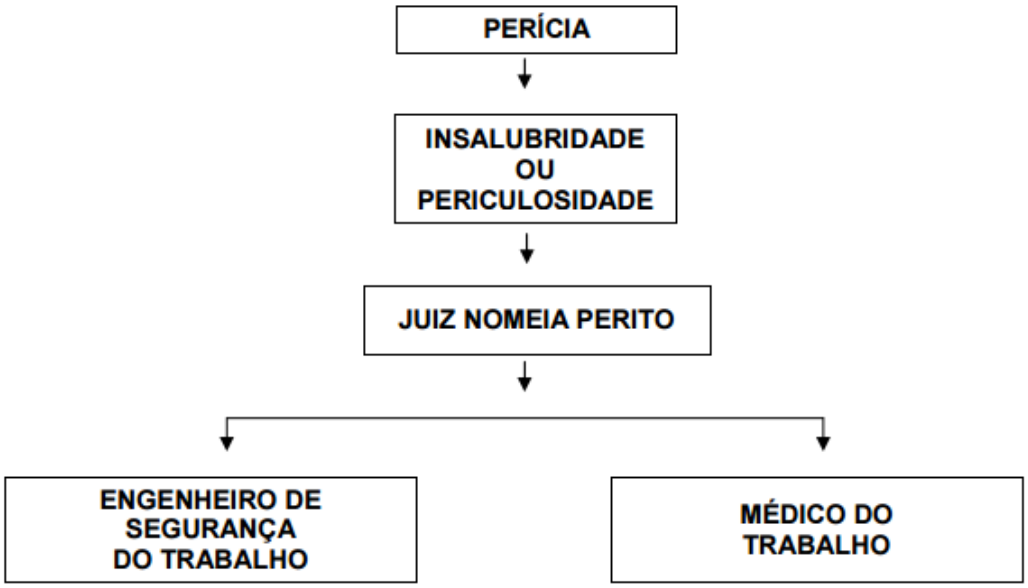


FIGURA 01: Figura esquemática para demonstrar os caminhos que levam a contratação do Engenheiro de Segurança do Trabalho. Fonte: Do autor.

A CLT não define normas a serem adotadas quanto ao trabalho pericial, nesse sentido, o presente artigo buscou o Código do Processo Civil (CPC), pois o mesmo tende a complementar as ideias da CLT, estabelecendo etapas quanto ao trabalho pericial. Por exemplo acerca das formas de se registrar as informações, onde essa legislação especifica:

> § 4o Durante a arguição, o especialista, que deverá ter formação acadêmica específica na área objeto de seu depoimento, poderá valer-se de qualquer recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens com o fim de esclarecer os pontos controvertidos da causa. (BRASIL, 2015)

Ainda no sentido das ideias expostas até o momento, o CPC, estabelece em seu Artigo 464 que: “A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação.” Nesse seguimento os pareceres decididos pela CLT são melhores identificados pois o CPC define as formas que a prova pericial será construída.

CPC não tem o intuito de substituir o texto aplicado na CLT, como já foi mencionado ele tem a sua aplicação de forma acessória ao Processo do Trabalho e será utilizado pelo juiz quando a CLT não disponibilizar uma previsão de atendimento.

2.4 Quem é o perito Engenheiro de Segurança do trabalho? Aspectos de sua formação acadêmica e legislação vigente

De acordo com Brasil (1985), os serviços referentes a Engenharia de Segurança do Trabalho devem ser feitos por um profissional com formações específicas dessa área de atuação, a esse respeito, a legislação esclarece que:

> Art. 1º - O exercício da especialização de Engenheiro de Segurança do Trabalho será permitido exclusivamente:
> I - Ao Engenheiro ou Arquiteto, portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, a ser ministrado no País, em nível de pós-graduação;
> II - Ao portador de certificado de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, realizado em caráter prioritário, pelo Ministério do Trabalho;
> III - ao possuidor de registro de Engenheiro de Segurança do Trabalho, expedido pelo Ministério do Trabalho, até a data fixada na regulamentação desta Lei. (BRASIL, 1985)

O texto ainda implementa em seu artigo 3º que a atuação dessa atividade de engenharia dependerá de registro no CREA. A esse respeito, o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (CONFEA) regulamenta que o Engenheiro de Segurança do Trabalho tem inúmeras funções dentro de um ambiente laboral, entre elas:

> a) Estudar as condições de segurança dos locais de trabalho e das instalações e equipamentos, com vistas especialmente aos problemas de controle de risco, controle de poluição, higiene do trabalho, ergonomia, proteção contra incêndio e saneamento;
> b) Vistoriar, avaliar, realizar perícias, arbitrar, emitir parecer, laudos técnicos e indicar medidas de controle sobre grau de exposição e agentes agressivos de riscos físicos, químicos e biológicos, tais como: poluentes atmosféricos, ruídos, calor radiação em geral e pressões anormais, caracterizando as atividades, operações e locais insalubres e perigosos;
> c) Analisar riscos, acidentes e falhas, investigando causas, propondo medidas preventivas e corretivas e orientando trabalhos estatísticos, inclusive com respeito a custos;
> d) Inspecionar locais de trabalho no que se relaciona com a Segurança do Trabalho, delimitando áreas de periculosidade. (CONFEA, 1987)

Dessa forma, para que o Engenheiro de Segurança possa participar como perito trabalhista, o mesmo além de ter formação na área específica, também deve estar vinculado a algum Conselho Regional e Engenharia.

2.5 O Perito Judicial e o Assistente Técnico

Prevendo um melhor cumprimento da construção das provas pericias e para demonstrar a imparcialidade da Justiça do Trabalho, o CPC prevê que além da indicação de Perito Judicial, as partes (reclamada e reclamante) podem indicar Assistentes Técnicos. Atualmente não é citado na CLT nem no CPC qual deve ser a formação acadêmica desse profissional assistente. A esse respeito é definido no Artigo 465 do CPC:

> O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo.
> § 1º Incumbe às partes, dentro de 15 (quinze) dias contados da intimação do despacho de nomeação do perito:
> I - arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso;
> II - indicar assistente técnico;
> III - apresentar quesitos.
> § 2º Ciente da nomeação, o perito apresentará em 5 (cinco) dias:
> I - proposta de honorários;
> II - currículo, com comprovação de especialização;
> III - contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais.
> § 3º As partes serão intimadas da proposta de honorários para, querendo, manifestar-se no prazo comum de 5 (cinco) dias, após o que o juiz arbitrará o valor, intimando-se as partes para os fins do art. 95.(BRASIL, 2015)

Acerca da formação acadêmica de Assistentes Técnicos, as legislações tratadas até o momento nesse artigo, não definem uma formação específica. Assim, um médico do trabalho ou outros profissionais da saúde geralmente tem mais condições de avaliar locais de trabalho com exposição a riscos biológicos, uma vez que esse trabalho acontece considerando o Anexo 14 da NR-15.

Mas é a Engenharia de Segurança, de acordo com as disposições do CONFEA, apresentadas anteriormente que tem mais habilidades para avaliar o processo de higiene ocupacional ou higiene industrial. Portanto é de extrema importância que as partes ao contratarem seus assistentes pensem na importância de se ter um profissional com a qualificação adequada para acompanhar o processo pericial.

Ainda nessa perspectiva, o artigo 465 do CPC ressalta a importância do Perito Judicial expor um currículo com a sua especialização. Assim seria interessante que as partes apresentem também assistentes técnicos com formação sólida e específica da matéria que será periciada. Dessa forma as partes podem evitar e ou estabelecer uma troca de perito judicial, garantindo assim que a formação acadêmica auxiliará na construção de provas periciais concretas.

Ainda a respeito dos assistentes técnicos, no Art. 466, § 1º é definido que: "Os assistentes técnicos são de confiança da parte e não estão sujeitos a impedimento ou suspeição. " (Brasil, 2015). Portanto entende-se que sua participação tem o intuito de auxiliar uma das partes sobre a matéria que está sendo periciada. Dessa forma há o entendimento de que não estão sujeitos a terem suas ideias contestadas. Dessa forma seus laudos também não terão grande validade pericial e consequentemente não influenciarão na decisão final do juiz.

Uma outra importância do trabalho do Assistente Técnico é sua participação e acesso ao material que está sendo periciado. Esse efeito é descrito no § 2º desse mesmo Artigo: "O perito deve assegurar aos assistentes das partes o acesso e o acompanhamento das diligências e dos exames que realizar, com prévia comunicação, comprovada nos autos, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias."(BRASIL, 2015). Portanto esse aspecto previsto em lei facilita ao Assistente Técnico o acesso ao conteúdo das diligências periciais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão bibliografia apresentada nesse artigo, encontrou dentro de legislações nacionais, livros, artigos e normas de conselho de classe profissional que o Engenheiro de Segurança do Trabalho é um dos profissionais definidos por lei que pode participar de perícias trabalhistas. Os textos revisados apresentam que essas perícias não são um campo pertinente somente a esse profissional.

Contudo, quando o assunto é a verificação de insalubridade e ou periculosidade, o profissional da engenharia é o mais recomendado, por possuir conhecimentos técnicos acerca do mundo da higiene do trabalho. Esse conhecimento é reconhecido e sua atuação ganha mais força quando a CLT embasada na Constituição Federal determina a atuação do engenheiro de segurança em matérias relacionadas a algumas pericias judiciais, entre elas a insalubridade, periculosidade e acidentes do trabalho.

Mas o que de fato consiste em insalubridade e periculosidade em um ambiente do trabalho? A presente revisão bibliográfica auxilia nesse entendimento e corrobora na discussão dessa definição. Portanto, de acordo com o estudo, a insalubridade pode ser considerada como o local propicio para o desenvolvimento de doenças no trabalhador. Já o termo periculosidade é referente ao local com risco iminente a vida ou saúde do trabalhador.

Nessa perspectiva, o artigo apresenta textos da CLT buscando explorar as reais responsabilidades empregador no sentido de manter o ambiente do trabalho livre de riscos iminentes para seus empregados. O assunto também é tratado pela Constituição Federal enfatizando que o ambiente do trabalho deve ter condições seguras para os trabalhadores.

Os textos pesquisados também apresentam que durante um processo trabalhista, pode ocorrer a contratação de um perito judicial e de assistentes técnicos. O perito deve ser Engenheiro de Segurança do Trabalho, mas os assistentes não possuem uma formação definida por lei. De acordo com as ideias apresentadas é interessante que as partes do processo (reclamante e reclamada) também optem pela contratação de assistentes técnicos com formação nessa área da engenharia.

Nesse sentido e de acordo com as disposições do CONFEA, esse profissional possui mais habilidades para avaliar o processo de higiene ocupacional ou higiene industrial. Portanto é de extrema importância que as partes ao contratarem seus assistentes pensem na importância de se ter um profissional com a qualificação adequada para acompanhar o processo pericial.

A presente revisão bibliográfica não esgota o tema em questão: as pericias trabalhistas de insalubridade e periculosidade. Pelo contrário buscou-se apresentar alguns conceitos pertinentes ao tema que possam abrir novos campos de investigação e discussão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 5 de outubro de 1988.

_____. LEI Nº 7.410 de 27 de novembro de 1985. Dispõe sobre a Especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a Profissão de Técnico de Segurança do Trabalho, e dá outras Providências. Brasília, em 27 de novembro de 1985.

_____. DECRETO-LEI Nº 5452 de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 9 ago. 1943. Secção 1, p. 11937-11985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm> - Acesso em 21/05/2016.

_____. LEI Nº 13.105 de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Brasilia 17 de março e 2015.

_____. LEI Nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977. Alterou o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, 22 de dezembro de 1977

_____. PORTARIA Nº 3214 de 08 de junho de 1978. Aprova as Normas Regulamentadoras do Ministério de Estado do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 200, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação dada pela Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977. Brasília, 08 de junho de 1978.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. NR 16. Atividades e Operações Perigosas. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 1978

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. NR 15. Atividades e Operações Insalubres. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 1978

_____. LEI Nº 5.584 de 26 de junho de 1970. Dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências. Brasília, 26 de junho de 1970

CONFEA. RESOLUÇÃO Nº 325. Dispõe sobre o exercício profissional, o registro e as atividades do Engenheiro de Segurança do Trabalho, e dá outras providências. Brasília, 27 de novembro de 1987.

MELO, Raimundo Simão de. Direito ambiental do trabalho e saúde do trabalhador: responsabilidades legais, dano material, dano moral, dano estético, indenização pela perda de uma chance, prescrição / Raimundo Simão de Melo. – 5. ed. – São Paulo: LTr, 2013.

REBELO, Roseli Rafaelli Rebelo. Proteção ao Meio Ambiente do Trabalho – Competência da Justiça do Trabalho. Trabalho de Conclusão de Curso. PUCRS. Porto Alegre, 10 de novembro de 2014.

SALIBA, Tuffi Messias; CORRÊA, Márcia Angelim Chaves. Insalubridade e periculosidade: aspectos técnicos e práticos. 14. ed. São Paulo: LTr, 2015

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

QUILOMBO DE SÃO DOMINGOS EM PARACATU: Patrimônio, cultura e identidade

Vandeir José da Silva[1]

Resumo: Este estudo apresenta como plano de observação a Comunidade Remanescente de Quilombo de São Domingos localizada em Paracatu, Noroeste de Minas Gerais. O objeto de estudo é a referida comunidade no recorte específico da história, memória e patrimônio cultural repassados de geração em geração. A questão norteadora da pesquisa foi: De que forma a cultura e o patrimônio são vetores identitários para os moradores de São Domingos? O objetivo foi conhecer traços dessa comunidade de São Domingos e perceber os laços estabelecidos entre a cultura, memória e patrimônio, sendo estes, fundamentais na construção da identidade. Metodologicamente, a pesquisa foi realizada qualitativa e de campo. Foram feitas visitas a comunidade em momentos diferentes da pesquisa, registrando com imagens e descrevendo no caderno de campo momentos do cotidiano que possibilitavam compreender traços culturais, patrimoniais e identitários. Foram realizadas entrevistas com moradores locais, sendo estas, gravadas, transcritas e analisadas posteriormente. Teoricamente, o estudo foi pautado nas reflexões de autores da história cultural, antropologia cultural, história oral e memória. A pesquisa possibilitou entender algumas nuances, formas de ver e interpretar o mundo, de construir e organizar o espaço, da partilha de experiências e do valor em família e em coletividade. Desvelou uma comunidade tradicional que, na lida cotidiana vai atribuindo novos valores e significados, sem perder, contudo, os traços de ancestralidade e identidade étnica, preservando o seu patrimônio cultural.

Palavras-chave: São Domingos. Cultura. Identidade étnica. Patrimônio.

Abstract: This study presents as an observation plan the Remnant Community of Quilombo de São Domingos located in Paracatu, Northwest of Minas Gerais. The object of study is the said community in the specific cut of the history, memory and cultural patrimony passed on from generation to generation. The guiding question of the research was: In what way culture and heritage are vectors of identity for the residents of São Domingos? The objective was to know the characteristics of this community of São Domingos and to understand the established links between culture, memory and heritage, which are fundamental in the construction of identity. Methodologically, the research was performed qualitative and field. Visits were made to the community at different times of the research, recording with images and describing in

[1] Doutorando pela Universidade de Évora/Universidade de Lisboa, Portugal. Pesquisador Integrante do CIDEHUS – UE, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. Mestre em História Cultural pela UnB, Universidade de Brasília. Membro do projeto de pesquisa Educação, História, Memória e Cultura em Diferentes Espaços Sociais da PUC, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: vandeirj@hotmail.com

Recebido em 10/02/2019
Aprovado em 04/04/2019

the field notebook moments of the daily life that made it possible to understand cultural, patrimonial and identity traits. Interviews were conducted with local residents, and these were recorded, transcribed and analyzed later. Theoretically, the study was based on the reflections of authors of cultural history, cultural anthropology, oral history and memory. The research made it possible to understand some nuances, ways of seeing and interpreting the world, of constructing and organizing space, sharing experiences and value in family and in collectivity. It unveiled a traditional community that, in the daily life, is attributing new values and meanings, without losing, however, the traces of ancestry and ethnic identity, preserving its cultural heritage.

Keywords: São Domingos. Culture. Ethnic identity. Patrimony.

Introdução

São Domingos é uma comunidade remanescente de quilombo setecentista. Reconhecida pela Fundação Cultural Palmares desde 2004 com certificação emitida diante do pedido de auto reconhecimento. Possui um legado histórico que se constitui como um dos elementos de identidade local. Suas tradições com fortes traços da identidade étnica são mantidas, repassadas e reconstruídas pelas gerações mais novas e fazem parte da identidade cultural de Paracatu em sua diversidade e singularidade.

Localiza-se no interior do sertão mineiro, noroeste de Minas Gerais[2], dividindo-se com o Estado de Goiás; município de Paracatu; altitude: 710 metros; latitude sul: 17º 13’ 01’’; longitude oeste: 46º 52’ 17’’. A extensão territorial de Paracatu é de 8.232 km². Sua população é 83.560 habitantes (IBGE, 2019).

O interesse pessoal pelo tema vem desde a realização do mestrado em que foi possível partilhar de vários momentos dessa comunidade importante na configuração do espaço e da identidade regional. É uma pesquisa de grande relevância social e acadêmica, pois contribui para conhecer e registrar a história local, trazendo reflexões sobre identidade étnica, cultural, tradições

A principal inquietação da pesquisa é colocada aqui sob a forma interrogativa e foi importante na condução do estudo: De que forma a cultura e o patrimônio são vetores identitários para os moradores de São Domingos?

[2] O Noroeste mineiro é composto de 19 municípios divididos em duas microrregiões: microrregião de Paracatu, que corresponde a Paracatu, Brasilândia de Minas, Guarda-Mor, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Grande, São Gonçalo do Abaeté, Varjão, Vazante de Minas; e macrorregião de Unai, correspondente a Unai, Arinos, Bonfinópolis, Buritis, Cabeceira Grande, Dom Bosco, Formoso, Natalândia, Uruana de Minas e Riachinho.

O objetivo principal foi conhecer traços dessa comunidade de São Domingos e perceber os laços estabelecidos entre a cultura, memória e patrimônio, sendo estes, fundamentais na construção da identidade.

A pesquisa qualitativa e de campo foi realizada propriamente por meio da história oral com entrevistas com moradores do lugar. Entendendo que, por meio da memória e história oral, é possível conhecer diferentes narrativas acerca da comunidade, possibilitando perceber como é o cotidiano dos moradores, seus saberes, fazeres, traços culturais. considerando que o narrador ao contar um fato, uma história, ele não revive simplesmente o passado, mas o reconstrói em sua mente. "Nesse sentido, reconstruímos e não mais resgatamos memórias. É nesse sentido de reinterpretação constante dos fatos de outrora no presente que o narrador e o ouvinte vão tecendo os fios da narrativa como memória compartilhada. " (IBGE, 2019).

São Domingos: contextualização histórica e geográfica

São Domingos é uma comunidade quilombola reconhecida pela Fundação Palmares desde 2004. De acordo com o § 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, a Fundação Cultural Palmares (FCP) é o órgão competente para emitir a certidão de remanescente de quilombo às comunidades quilombolas do Brasil e as inscreverem no cadastro geral, diante do pedido de auto reconhecimento emitido pelos representantes dessas comunidades. Nesse sentido, faz-se necessário buscar entendimento do que se entende por quilombos na contemporaneidade, uma vez que são atribuídos significados diferentes da definição presente no período colonial e escravista brasileiro. No contexto atual podemos dizer que:

> Art. 3º – Entende-se por quilombos:
> I – os grupos étnico-raciais definidos por auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica; II – comunidades rurais e urbanas que: a) lutam historicamente pelo direito à terra e ao território o qual diz respeito não somente à propriedade da terra, mas a todos os elementos que fazem parte de seus usos, costumes e tradições; b) possuem os recursos ambientais necessários à sua manutenção e às reminiscências históricas que permitam perpetuar sua memória. III – comunidades rurais e urbanas que compartilham trajetórias comuns possuem laços de pertencimento, tradição cultural de valorização dos antepassados calcada numa história identitária comum, entre outros. (BRASIL, 2012)

Essa definição de quilombo leva em consideração questões étnicas, culturais, territoriais, históricas, ancestrais, sendo as tradições um forte vetor identitário. A cultura construída e reconstruída com o passar do tempo é repassada das gerações mais velhas as mais novas, sendo a ancestralidade de grande relevância na constituição identitária.

Além da ancestralidade e da cultura, o território quilombola é também um vetor de reconhecimento e fortalecimento étnico, por isso, dedicamos algumas reflexões sobre São Domingos que remanesce do século XVIII quando há registros da existência do povoado simultâneos a formação do arraial de São Luiz e Santa Ana da Minas do Paracatu que foi se formando próximo a área mineradora e adquirindo importância regional pela sua atividade econômica e política na região.

A mão-de-obra negra foi largamente utilizada na atividade mineradora, sendo, os negros ou seus descendentes presentes em quase todos os espaços, fossem como escravo, forros, libertos ou livres. Como legado desse período minerador, Paracatu possui hoje o maior número de comunidades catalogadas como remanescentes de escravos da região.

Segundo Anjos (2006, p. 202), Paracatu possui seis comunidades catalogadas como remanescentes de quilombo, sendo as portarias de certificação emitidas em anos diferentes: Machadinho (2004), São Domingos (2004), Família dos Amaros (2004), Comunidade da Lagoa, Cercado e Pontal (2006). Em 2019 conforme dados disponíveis no site da Fundação Cultural Palmares que apresentou o quadro geral das comunidades de quilombos, foram catalogadas até então, 3271 catalogadas, dentre estas 2729 receberam certidões.

Localizado próximo ao “Morro do Ouro”, outrora, morro “Cruz das Almas”, distanciava anteriormente um pouco mais distante da vila e posteriormente cidade de Paracatu. Com o tempo, a cidade foi crescendo e contemporaneamente, São Domingos distancia-se a aproximadamente 3 km do centro da cidade de Paracatu, a 230 quilômetros de Brasília-DF e 506 quilômetros da capital mineira, Belo Horizonte. A imagem a seguir nos possibilita contextualizar geograficamente o município de Paracatu no território nacional.

Imagem 1. Município de Paracatu, inserido no Estado de Minas Gerais e no Brasil. Fonte: http://www.ada.com.br/paracatu/ htm/aspfisic.htm; acesso, 20 de Janeiro de 2019.

Geopoliticamente, São Domingos é definido como Bairro de Paracatu - MG. A próxima imagem permite visualização das imagens que contextualizam o plano de observação da pesquisa.

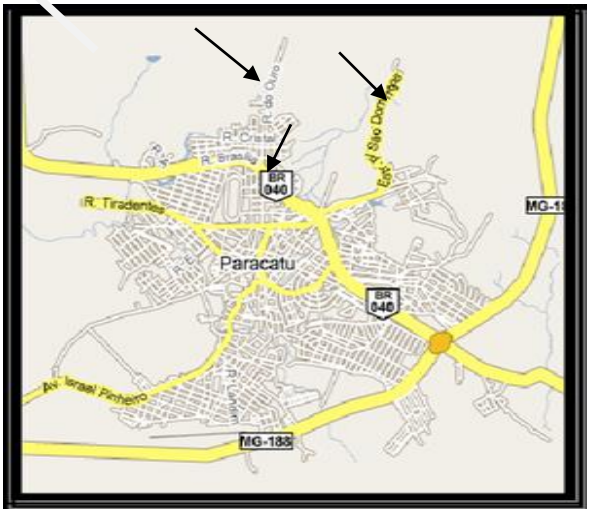


Imagem 02. Divisão urbana da cidade de Paracatu em bairros. O mapa permite identificar através das setas, São Domingos, Morro do Ouro e a BR - 040. Fonte: http://www.ada.com.br/paracatu/ htm/aspfisic.htm. Acesso, 20 de janeiro de 2019.

A representação cartográfica acima apresenta a divisão urbana de Paracatu em bairros, proporcionando uma leitura geográfica da localização de São Domingos. Para tornar mais clara

à descrição da pesquisa, as setas foram inseridas nos principais pontos, localizando a BR 040[3], São Domingos e o Morro do Ouro.

O Povoado localiza-se à margem direita da BR040, sentido Brasília, DF. O principal acesso para moradores e visitantes é no Bairro Alto do Açude, através da Rua Severiano Neiva. A extensão da rua, do início da BR até a entrada do remanescente, é de 1.600 metros, onde começa a estrada para São Domingos. Na entrada, é possível visualizar a paisagem do Morro do Ouro, ainda com farta vegetação de cerrado, e São Domingos na encosta do mesmo, conforme pode ser visualizado nas imagens 3 e 4 a seguir:

Imagens 3 e 4. Visão da entrada do Arraial de São Domingos sob diferentes ângulos. Local de tradição de garimpeiros, São Domingos possui um relevo acidentado com vegetação, importante para a sobrevivência dos moradores. Fonte: arquivo do pesquisador, 2009.

Segundo Anjos (2006, p. 172), "o equilíbrio ambiental é uma referência ancestral africana, faz parte dos quilombos". Nas próximas imagens é possível perceber que os moradores procuram manter o equilíbrio do meio ambiente, preservando o cerrado e coqueiros de Andaiá[4]; em harmonia com as casas há presença de árvores frutíferas nos quintais; também há plantações de roças e pastagens para o gado. As imagens 5 e 6 permitem observar também marcas de trilhas antigas, feitas pelos moradores de São Domingos que percorriam o local à procura de frutos, madeira seca para queimar ou dirigiam-se para o garimpo no alto do Morro do Ouro.

[3] Construída no Governo de Juscelino Kubitscheck, esta importante rodovia liga Brasília, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

[4] Coqueiro nativo e abundante no cerrado de São Domingos. Em algumas propriedades, esses coqueiros são cuidados e incorporados ao quintal. Sua utilização é diversificada. As folhas são usadas para cobertura de galinheiros, casas dos porcos, entre outros. Das folhas são extraídas também fibras de seda para a confecção de chapéus. O fruto é utilizado na culinária para fazer doces, farinha e paçoca.

Imagens 5 e 6. Visão da entrada de São Domingos. As setas amarelas são indicadores de trilhas feitas pelos moradores que saíam para garimpar na parte alta do Morro do Ouro. A seta branca localiza os poços artesianos que abastecem os moradores. Os postes de eletricidades margeiam a estrada e as ruas do povoado. É possível perceber algumas casas com suas pastagem; do lado direito, está o campo de futebol. Fonte: arquivo do pesquisador, 2009.

De acordo com a revista Fundação Palmares (2008), São Domingos possui 72 casas e uma população composta de aproximadamente 400 remanescentes, entre homens, mulheres e crianças, sendo estes unidos por laços consanguíneos e compadrio.

O local possui poucas ruas; a principal delas, intitulada por eles como Rua Principal, é parcialmente asfaltada[5], com a presença de uma ponte de madeira sobre o córrego de São Domingos. Pouco depois da entrada, destaca-se a casa da "Associação de Remanescentes de Escravos e Quilombolas de São Domingos" [6]. Inaugurada em 2007 possui diversas utilidades de interesses dos moradores. O espaço comunitário é importante para o território remanescente, constituindo-se um local de encontros, reuniões e debates acerca de questões relacionadas à localidade, aos moradores e à Associação. As imagens 7 e 8 seguintes mostram o prédio da Associação e a placa de inauguração da sede.

[5]Segundo narrativas dos moradores de São Domingos, o asfalto foi construído em uma parte da rua principal, beneficiando somente os eleitores a favor do candidato a prefeito nas eleições de 2002.

[6]A Associação dos Remanescentes de Escravos e Quilombolas de Paracatu é uma sociedade civil baseada na tradição. Como entidade jurídica, tem por finalidade: zelar pela vida comunitária dos remanescentes de escravos e de quilombolas de São Domingos do Paracatu; proteger o patrimônio material da comunidade já existente; recuperar o patrimônio perdido; ampliar esse patrimônio na medida do possível, seja por doação, compras ou outros meios; proteger o patrimônio imaterial da comunidade; representar a comunidade junto ao poder público tanto em nível municipal, quanto estadual e federal; cooperar com outras comunidades do mesmo gênero. Na mesma oportunidade, ficou constituído seu Conselho Comunitário como órgão máximo de deliberação, composto por todos os remanescentes de escravos e quilombolas de São Domingos de Paracatu, sendo considerados membros natos da entidade. Como primeira presidente do Conselho Comunitário, D. Cristina Coutrim do Reis foi eleita em 30 de junho de 2003 (transcrição fiel da Ata de Assembléia de fundação da Associação dos Remanescentes de Escravos e Quilombolas de Paracatu, datada de 30 de junho de 2003).

Imagens 7 e 8. Sede da Associação de Remanescentes. Placa de inauguração da Sede da Associação dos Remanescentes dos Escravos E Quilombolas do São Domingos do Paracatu MG, inaugurada em 26 de maio de 2007. Fonte: arquivo do pesquisador, 2007.

Avançando pela rua em direção ao interior do Arraial, pode se notar que neste perímetro concentra-se a maioria das casas, construções feitas de alvenaria[7]. Estas são, em sua maioria, separadas umas das outras por cercas de arame farpado, e a cada divisão feita por esticadores, pode-se notar a presença de 3 a 5 casas dentro da mesma propriedade, pertencentes à mesma família. As casas dentro da propriedade familiar geralmente não possuem cercas. D. Cristina Coutrim dos Reis, conta que:

> *É um costume antigo que vem dos nossos pais fazer a casa dentro do mesmo lote, vivendo todo mundo próximo. Nós não fazemos cerca porque 'tá tudo em família. A gente vai seguindo essa forma de ficar tudo mundo perto um do outro, porque assim a gente fica mais unido. E é muito bom você poder ver os filhos, os netos, todos bem pertinho. A gente cresceu vendo isso.* (Entrevista concedida em 12/05/2007).

Nas lembranças da remanescente, essa é uma vivência coletiva seguida pelos seus antepassados. Sendo uma tradição herdada, ela é repassada de forma coletiva e familiar. Essa permanência é uma tradição que eles vivenciaram e continuam vivenciando.

[7] Em São Domingos, atualmente, existem somente duas casas de adobe; as demais foram sendo demolidas a partir da década de 1960, assim como as de pau a pique. Essas foram sendo substituídas por novas moradias construídas de alvenaria. A mudança das casas deu-se em três condições. Na primeira, algumas famílias mudaram para a recém-inaugurada capital, à procura de emprego; porém, mantiveram suas casas em São Domingos e, em época de festas ou de férias, retornam para celebrar as tradições familiares festivas junto dos parentes. Na segunda, as casas foram reconstruídas após o retorno de alguns pais de família, que saíram para trabalhar temporariamente, mas continuaram a mandar para o sustento da família, parte do dinheiro ganho. Na terceira os moradores foram substituindo suas moradias antigas por novas à medida que a renda familiar melhorava.

De acordo com D. Cristina, é costume quando um filho contrai matrimônio os pais lhe doarem parte do lote, construindo sua habitação paralela à dos pais, o jovem casal educa os filhos em convivência com os avós, mantendo laços familiares mais estreitos, os saberes e fazeres das gerações mais velhas sendo repassados às mais novas, dando continuidade às tradições da família. Dessa maneira, há um envolvimento afetivo entre pais, filhos e avós. A vivência familiar coletiva em São Domingos é marcada historicamente pela trajetória do trabalho. Esse trabalho se desenvolve no próprio quintal ou nas roças, envolvendo os filhos nas plantações, ou ajudando a cuidar dos animais e aves. Conta D. Cristina que:

> *Aqui nesse lote da minha casa, vivemos eu e meus filhos, que casaram e fizeram as casas deles. Tem cinco casas, ao todo, dentro do mesmo lote. Desse jeito a gente ajuda no que for possível. Sempre foi assim. Os pais deixam os filhos construírem sua casa do lado da dele pra ele começar a vida. (Entrevista concedida em 12/08/2007).*

A proximidade entre a parentela, como mostra a narradora, é uma forma de vivência coletiva, herdada dos antepassados. Permanecer unido significa estar mais forte, partilhar a educação e o trabalho. Na imagem 11 abaixo, pode ser observado o conjunto de casas existentes no lote de Dona Cristina.

Como um lote agrega muitas famílias, a socialização acontece de forma espontânea. Essa prática pode ser explicada também como uma estratégia para atender à necessidade básica familiar, pois com a proximidade das casas, sempre há um adulto para cuidar das crianças enquanto os pais saem para o trabalho. O trabalho pode ser tanto no dia a dia, nos quintais ou roças, quanto o deslocamento para Paracatu a fim de venderem parte dos produtos cultivados. Isso é relevante, pois fortalece e valoriza os laços familiares e de parentesco, importantes na formação comunitária e na superação dos problemas e dificuldades. Nesse sentido, a ajuda da família, o repasse dos costumes e a construção do espaço e da vivência coletiva permitem entender como a tradição do trabalho familiar, da religião e dos costumes vão sendo repassados e reconstruídos. A organização familiar, dessa maneira, demonstra a forma como os remanescentes reconstroem e definem a própria identidade.

A concentração de casas no Povoado demonstra que houve, ao longo dos anos, um crescimento populacional; sendo que, as propriedades hoje são menores, em função da divisão que os pais fazem para os filhos, tornando-a coletiva/familiar.

Um dos principais pontos de preservação da memória e história local está a “Casa do Quilombo”, “Museu do quilombo” ou, “Casa de adobe”, como é popularmente conhecida.

Localizada junto a Casa do Aureliano, morador mais idoso de São Domingos, constitui-se em uma pequena edificação construída de adobe, uma técnica tradicional de feitio de tijolos aprendida com os mais velhos da comunidade. Este é um espaço de preservação da memória material representando o estilo arquitetônico que era comum na localidade.

Além da Rua Principal que atravessa todo São Domingos, há também outras menores. Nessas, as propriedades existentes são maiores, o que contribui para o plantio de roças onde são cultivados cana de açúcar, milho, mandioca, banana e feijão. Os proprietários aproveitam também o espaço para criação de gado leiteiro, cavalos, porcos e galinhas.

No final da Rua Principal, há uma pequena praça composta pelo prédio que funcionou a Escola Municipal Severiano da Silva Neiva[8], o prédio da igreja católica[9] e o cemitério, todos localizados próximos um do outro, questão que ser observada na imagem abaixo:

[8] A escola da comunidade deixou de funcionar desde 2009; Na escola multisseriada, as duas professoras que lecionavam não eram da comunidade. O último ano em que funcionou, 2008, haviam matriculados 21 alunos desde as séries iniciais ao Ensino Fundamental. Os moradores, em suas entrevistas reclamavam dessa modalidade de ensino em que alunos de diferentes séries estudavam na mesma sala, por isso, a leitura que faziam era de que, a modalidade de ensino não atendia as necessidades educacionais dos alunos. Em decorrência disso, os pais preferiam que os filhos fossem estudar nas escolas de Paracatu. Atualmente, a escola encontra-se fechada e, de certa forma, depredada. Há na Secretaria Municipal de Educação o ofício de encerramento das atividades do educandário. Desde a paralisação das atividades na escola, todos os alunos estão sendo levados para Paracatu de transporte escolar proporcionado pela Prefeitura Municipal e estudam em diversas escolas espalhadas pela cidade, sem ter acesso a uma educação que leve em consideração a identidade étnica e com as peculiaridades de uma educação quilombola, conforme eles têm direito. Conforme resolução 08/2012 que apresenta os objetivos das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica: "III – assegurar que as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas, bem como os seus processos próprios de ensino-aprendizagem e as suas formas de produção e de conhecimento tecnológico; " (BRASIL, 2012)

[9] A igreja católica é a única Instituição Religiosa de São Domingos, ocupando o centro da praça. Segundo o Sr. Aureliano, a construção é recente, pois a antiga caiu por causa do estado de conservação. A igreja nova, segundo ele, é diferente da antiga.

Imagem 9: As duas setas brancas sinalizam o espaço do cemitério. O asfalto passa por cima das antigas covas para dar acesso e passagem tanto para pessoas, animais, sendo também o local onde o transporte coletivo faz o contorno no seu percurso a São Domingos. A seta verde é o local da praça onde os moradores se reúnem para as festividades. A preta situa a Igreja Católica. A laranja, o cruzeiro onde é realizada a festa de Santa Cruz e as penitências. A azul sinaliza o grupo escolar. Fonte: arquivo do pesquisador, 2009.

O cemitério, onde são enterrados somente moradores de São Domingos, data do período da escravidão, segundo a pesquisa de campo, sendo utilizado até hoje. Ele é cercado de um lado apenas por esticadores de arame farpado, fazendo divisa com as terras da multinacional Rio Paracatu Mineração, RPM, e o muro da escola. O restante do cemitério é aberto e as covas chegam ao limite das casas[10], contornando a igreja, o que Romeu Sabará (2003, pp. 06 - 07) definiu como fatos etnográficos expressivos e contraditórios[11]. Suponho que o antropólogo Romeu Sabará pode ter interpretado como expressivos e contraditórios o

[10]A localização das últimas casas dos moradores fica atrás do campo santo; os remanescentes transitam entrando e saindo de suas casas, passando por cima das covas antigas, local por onde circula também o coletivo que faz o percurso de São Domingos a Paracatu. Em decorrência do aumento da população e das casas nesse local, os moradores deixaram uma passagem para transitarem. Algumas árvores compõem o cenário, cuja sombra os moradores aproveitam para descanso, bate papo ou brincadeiras.

[11] O antropólogo Romeu Sabará foi contratado para desenvolver em 2003 o projeto *"quilombo por quilombo"*, que consistia na proposta de projeto de desenvolvimento comunitário voltado para comunidade de quilombo em Minas Gerais, que deveria ser implementado no contexto do Programa Fome Zero, com o apoio do COPO (Comitê Operativo do Programa Fome Zero) e da Superintendência Estadual do Banco do Brasil em Minas Gerais. Esse seria um projeto piloto de quatro anos de duração. O trabalho de campo inicial foi dividido em três fases sendo que em cada uma das fases foi feito um relatório de trabalho de campo. Esses relatórios consistem em documentos sobre a localidade. Segundo o antropólogo, "trata-se de um misto de praça-cemitério, ainda que seja um cemitério devassado e uma praça desleixada" revelando "contraste de fatos etnográficos – de um lado, um cemitério e uma praça, que evidenciavam uma certa intimidade dos negros com os seus mortos; de outro, a situação de decadência em que se encontrava o cemitério (SABARÁ, 2003, p. 23; relatório referente à segunda fase de trabalho de campo – junho/julho)".

fato de um local ocupar tanta importância para os moradores e não ser bem cuidado, assim como o cemitério, que constantemente tem presença de mato conforme se confere na próxima imagem 10.

Imagem 10: A seta vermelha demonstra a cruz de uma cova no cemitério em meio ao mato. Pode ser observada também a cerca de arame com postes de madeira que separam as casas das covas. Fonte: arquivo do pesquisador, 2009.

Retomando a discussão, a praça/cemitério/igreja dos remanescentes é o local central de encontro. No decorrer da semana, sábado e domingo, é comum as pessoas estarem sentadas socializando conversas informais. Ali acontecem também discussões de interesses comunitários, momentos religiosos[12], celebrações festivas para São João, São Domingos, festa de reis, natal, semana santa e dia de finados. Recentemente, os moradores passaram a ter transporte coletivo, sendo esse local também o ponto de espera. Assim, observa-se que esse espaço é freqüentado no dia a dia e também nas festividades.

[12] Um desses momentos religiosos seria em outubro, quando a seca e o calor são mais intensos: mulheres e crianças reúnem-se na porta da igreja e saem em direção ao córrego de São Domingos. Ao chegarem, apanham pedras, colocam na cabeça e sobem o morro. A peregrinação tem como objetivo levar as pedras até o cruzeiro. Durante esse trajeto, músicas são entoadas. Acreditam os penitentes que fazendo esse sacrifício, Deus enviará chuva mais rápido.

Nas lembranças dos remanescentes, eles afirmam que para algumas celebrações festivas[13]que acontecem desde a época de seus pais e avós, os moradores retiram os bancos da igreja e os colocam na pracinha. De acordo com Isabel Lopes dos Reis, 55 anos[14]:

> *Nós damos início à comemoração fazendo pedido pros santos de devoção, pedindo a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia, Nossa Senhora Aparecida, São João, São Domingos. Pedimos também pelos parentes nossos que estão olhando pra nós lá do céu. Pra fazer as orações do terço mariano que nós rezamos, nós usamos uma rosa que é passada de mãos em mãos, passando por todos os presentes. Quando chega nos meninos que ainda não sabem rezar sozinhos, uma pessoa mais velha segura nas mãozinhas dele e reza junto com ele. Depois que acaba a reza, nós servimos biscoitos, chá, café ou refrigerantes. Depois, quando tem tocador com instrumento[15], eles tocam e quem quer dançar, dança*. (entrevista concedida em 03/05/2008).

Para a narradora, as comemorações realizadas reforçam a importância do ato religioso, sendo também uma herança dos seus antepassados. Foi possível perceber em seu relato que o sincretismo acontece também nos pedidos feitos para as divindades consideradas como santos de negros e santos de brancos. Nesse envolvimento e crença, acrescentam os parentes mortos, na certeza de que eles já ganharam a salvação e estão olhando por eles do céu. Outra questão importante levantada na narrativa é o fato de as crianças, desde a mais tenra idade, participarem dos rituais como um ato de imitação, repetindo o que os adultos fazem. Essa imitação é uma tradição e, segundo Isabel, *"se eles participarem vão aprender; e quando eles crescerem, não vão deixar morrer a nossa tradição".*

Fica evidente que, para os moradores, esses espaços são considerados como um ponto de referência, de compartilhar as experiências e socializar orações, dança e comida com seus antepassados. É possível perceber através das comemorações um sincretismo que apresenta mudanças de acordo com a comemoração dos remanescentes para suas divindades religiosas. Nesse sentido, Bastides (1959, pp. 108-109) escreveu que: "o sincretismo não é uma coisa fixa, cristalizada, mas variável". Na perspectiva do autor, é possível entender os diferentes momentos e sentidos atribuídos pelos remanescentes a esse lugar. Esses espaços de sociabilidade são assim descritos por Romilda de Fátima Silva Oliveira[16], 47 anos:

---

[13] Festa de Santa Cruz, ritual do início da Festa de Reis e missa da sexta-feira santa.
[14] Conselheira fiscal da Associação dos Moradores de São Domingos. Cozinheira da Festa de São João. Importante informante sobre a história de São Domingos.
[15] Os instrumentos descritos pela narradora são tambor, sanfona, surdo, pandeiro e caixa.
[16] Presidente da Associação de Moradores de São Domingos, líder comunitária, importante personagem na tomada de decisões e grande conhecedora da história local.

> *Comemorar ali na pracinha junto do cemitério e da igreja é uma maneira de honrar nossos antepassados, de lembrar nossa história. Nós fazemos pedidos para os enfermos, pela comunidade, para descanso das almas, falando o nome dos nossos parentes. Minha bisavó morreu com cem anos e ela falava que era um costume desde a época dela. A gente sabe dessas histórias da gente pelos antepassados. Então é passado de geração em geração. A crença na verdade é ver e fazer aquilo que acredita (risos). É fantástico rezar no cemitério!* (Entrevista concedida em 24/05/2007).

A narrativa de Romilda demonstra um forte laço de pertencimento, reforçando que o que fazem é uma continuação da cultura herdada de seus antepassados. O cemitério para ela é uma referência, um local de proximidade com os parentes que faleceram. Considera a narradora que esse espaço é importante para repasse da cultura e memória entre as gerações.

Pode ser observado através dos relatos que a dinâmica social do encontro dos moradores na praça/cemitério/igreja é uma característica peculiar desse local e revigora a memória coletiva. As covas, túmulos, cruzeiro, praça e a igreja servem sempre para buscar, na memória, as histórias de seus parentes. É possível afirmar que o comportamento dos moradores com relação à praça/cemitério/igreja é algo histórico e tem sido repassado de geração em geração, uma socialização que acontece em diferentes épocas do ano.

Romeu Sabará analisa a composição do espaço e observa um cemitério que de fato funciona também como praça. A proximidade entre praça/cemitério/igreja e residências possibilitam perceber que há certa intimidade dos moradores locais com seus mortos. Reflete o antropólogo (2003, p. 24) que esse fato "nos leva a admitir que a Comunidade Negra de São Domingos busca manter uma proximidade tanto física, quanto espiritual com sua comunidade de mortos". Nesse sentido, Valdete de Fátima dos Reis Brandão, contou que:

> *Meu pai, Aureliano, que é hoje o mais idoso da comunidade, fala que aí sempre foi cemitério, sempre foi igreja e praça. Desde menina, eu cresci vendo isso e participei brincando com meus irmãos e primos nesse lugar. Lá sempre foi o ponto de encontro da comunidade, nas horas de enterrar um parente, nas horas das festas, que são preparadas pros santos de devoção, onde a gente canta, toca instrumento e dança - é uma maneira que nós temos de honrar os antepassados. Eu cresci vendo isso. Casei, tenho dois filhos, um rapaz e uma moça, e os dois foram criados do mesmo jeito, participando dessas coisas. Ali também é o lugar onde as pessoas sentam pra conversar, pra jogar conversa fora, pra esperar o coletivo. Isso vai sendo passado de pai pra filho.* (Entrevista concedida dia 05/04/2008).

É possível perceber através da narrativa que esse comportamento é uma construção histórica demonstrando que esses locais ocupam importante papel na vida social e cultural dos remanescentes. Dessa maneira, o fluxo das narrativas orais vai formando um tecido social que recria a memória coletiva, demonstrando permanências, a partir das quais ocorrem ressignificações.

As muitas incursões feitas por mim na pesquisa de campo foram fundamentais para ajudar na compreensão da cultura dos remanescentes. A cada vez que eu os ouvia ou participava dos seus rituais, ficava mais fácil de entender o que as ações do sincretismo que ali aconteciam significavam para eles. Em especial, de acordo com os entrevistados, eles procuram através desse comportamento estar em sintonia com seus mortos. Para a narradora:

> *A praça é o ponto turístico da comunidade, é chegada e saída. É o trevo. Ali é o ponto X da nossa igreja. O turismo da nossa comunidade é aí no cemitério. Eles não fazem mal pra nós, por isso passamos tranqüilos no cemitério, e ninguém tem medo. Eles participam junto a nós e olham por nós. Ali está enterrado só parente nosso. Estamos em paz com eles e eles conosco. Nós brincamos junto dos mortos. Aqui é tão engraçado que os mortos brincam com os vivos, você sabia? Você vê de lá, 'tá todo mundo brincando, jogando bola pertinho do cemitério. Ali a meninada se reúne pra jogar bola, queimada, vôlei, brincar de pique esconde, onde os meninos se escondem atrás da catacumba* (Entrevista concedida dia 05/04/2008).

De acordo com as entrevistas realizadas, esses locais são importantes para eles, porque reúnem todas as famílias que partilham das comemorações festivas ou do sentimento da perda de um ente querido. Dessa maneira, eles relembram seus antepassados e dão continuidade às tradições. Continuando suas observações, Valdete diz que:

> *Quando tem um enterro depois do sepultamento, uns ficam andando pelas covas, outros sentam no meio fio, tem gente que senta na pracinha, outros sentam na porta da igreja e vão conversando, lembrando o passado da pessoa que morreu e dos outros que 'tão ali enterrados. E os vivos 'tão ali também pra ver o modelo de vida de cada um, pra gente sentir orgulho. Por isso nós não temos medo, está tudo em família.* (Entrevista concedida dia 05/04/2008).

A narradora relatou que, desde crianças, os moradores convivem com o cemitério e são educados por seus pais a entenderem que nesse espaço há somente parentes enterrados e que os mesmos não têm intenção de fazer mal. O convívio diário, o afeto e os ensinamentos que os pais e avós passam aos filhos, de respeito aos mortos, não permitem que as crianças o vejam como local de medo. Dessa maneira, os moradores vão interagindo e construindo em sua

história, uma memória de recordações coletivas familiares, partilhando e transmitindo essas experiências como valores culturais e sociais pautados na forma como agem, pensam e sentem o mundo do qual fazem parte. As imagens a seguir permitem visualizar diferentes momentos vividos pelos moradores na praça/cemitério/igreja.

Imagens 11 e 12 . Alguns moradores à espera do transporte coletivo. Fonte: arquivo do pesquisador, 2009.

As imagens abaixo estão relacionadas ao mesmo local, porém em dias diferentes relacionados há dias festivos.

Imagens 13 e 14. Família com conversas informais embaixo da árvore. Fonte: arquivo do pesquisador. Diferentes momentos de comemorações festivas. Pode ser observado também que as imagens marcam as festas comemoradas durante o dia e a noite. As setas localizam o cemitério/praça/igreja. Fonte: arquivo do pesquisador, 2009.

Em dias especiais, por exemplo em um velório, esse é o local onde os familiares se reúnem para fazerem a última homenagem. Nas narrativas das pessoas entrevistadas, quando acontece um sepultamento, elas permanecem na praça/cemitério ou sentados na calçada da igreja para relembrarem os momentos passados e a importância que as pessoas que ali estão enterradas exerceram em São Domingos. A interação envolve os presentes e atribui sentido de pertencimento dos vivos para com os mortos. O que Brandão define como:

> O rito da morte, ou melhor, a inteligência lógica de sua sucessão ao longo de um tempo e uma sequência solenizam o reconhecimento coletivo de que o morto deixou seu lugar entre os vivos para continuar mantendo com eles uma ou algumas possibilidades de relacionamento (BRANDÃO, 1989, p. 190).

A valorização desse espaço pelos moradores é uma tradição relacionada à vivência coletiva herdada dos antepassados, sendo repassada de geração em geração. Romilda, relata a forma como se relacionam com os mortos:

> *Eu acho bacana demais não ter esse medo e sim devoção. É uma forma de estar cultuando as almas também. Fazendo as almas felizes. Porque os mortos são tudo nosso mesmo! Porque morre a matéria, mas os espíritos 'tão com todo mundo ali. Os espíritos estão ali! Eles estão agradecidos por sermos continuadores da história! (*Entrevista concedida dia 05/04/2008).

Através da narrativa de Romilda, é possível perceber como eles reafirmam os laços de pertencimento e de identidade com a cultura ancestral deles. Quando os adultos rememoram e contam a história do falecido para os jovens, perguntas surgem e as histórias de vidas passadas são acionadas, entrecruzando passado e presente. A valorização e reza pelos antepassados é uma tradição presente entre eles, forma de revigorar os laços de família e pertencimento ao grupo de moradores de São Domingos.

Em São Domingos o espaço do cemitério/praça/igreja torna-se um local de expressarem na cultura significados e sentimentos. Nesse sentido, Pesavento escreveu que:

> A cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portanto já um significado e uma apreciação valorativa (2003, p. 15).

É relevante perceber nas falas dos narradores, que as conversas corriqueiras, as histórias contadas na praça/cemitério/igreja são discursos do cotidiano. No momento que os remanescentes narram suas histórias, fazem-no pela oralidade. Como escreveu Benjamim

(1987), a narrativa é uma construção feita por homens e sua utilidade acontece quando há interesse entre narrador e ouvinte, momento em que esses vão intercambiando informações e experiências.

A partir dessas reflexões, acredito que esses momentos do cotidiano, festejos, música, dança e culinária, são espaços que reafirmam a identidade étnica dos moradores de São Domingos. Penso que essas experiências que partilhei com diferentes narradores me remontam a Certeau (2007, p. 202), quando escreveu que os indivíduos de certa forma assimilam os lugares. Afirma o autor que o "espaço é um lugar praticado". A forma de ver e sentir esses lugares, que é praticada pelos remanescentes, demonstra cumplicidade entre os sujeitos históricos. Neles, os moradores transitam, criam sentidos e intimidades.

Diante dessas questões, pareceu-me ser prudente fazer uma pesquisa de campo em Paracatu e povoados vizinhos para ver se os cemitérios eram próximos das igrejas e das moradias e se ocupavam a mesma importância cultural como em São Domingos. Foi constatado que na cidade de Paracatu há dois cemitérios. O de Santa Cruz, localizado no centro da cidade, datado do século XVIII, é cercado por um muro alto, com acabamento de telhas, que impossibilita as pessoas de verem a paisagem interna pelo lado de fora e o isola das casas; esse cemitério é frequentado somente em dias de sepultamentos e dia de finados. O segundo cemitério, Alto da Colina, localiza-se no bairro Nossa Senhora de Fátima, construído na década de 1990, também cercado por muro. As pessoas o frequentam da mesma forma que o anterior. Próximo aos dois cemitérios não há construções de praças e igrejas, passando a idéia que há separação entre o mundo dos vivos e o dos mortos.

Nos dois povoados próximos a São Domingos, Lagoa de Santo Antonio a 10 Km e São Sebastião 5 Km, catalogadas como remanescentes de quilombo, os cemitérios situam-se ao lado das igrejas, ficando também próximos às residências, característica que de certa forma aproxima a relação desses moradores com seus mortos. Diante disso, interpreto que essa é uma característica cultural dos escravos que vieram para Paracatu.

Observamos as peculiaridades locais na organização do espaço quilombola e a relação com a cultura e identidade local. Isso nos faz pensar no território quilombola em sua complexidade e importância.

Considerações finais

Ao término dessas reflexões pautadas nas questões norteadoras da pesquisa, observamos que muitos questionamentos ainda permanecem, sendo necessário muitos outros estudos para tentarmos compreender a dinamicidade e pluralidade de tradições, saberes, fazeres, valores que permeiam o cotidiano dos moradores de São Domingos. É preciso ter sensibilidade para ver e entender o não dito, as diferentes nuances que permeiam a vida e a cultura local. Um olhar desatento deixa de perceber muitos significados que, para além do visível, são fundamentais na construção e reconstrução da identidade local e o rico legado deixado de geração em geração e que perpassa os séculos possibilidade ressignificados e novas atribuições de valor.

Referências Bibliográficas

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo**. Quilombolas: Tradições e cultura da resistência**. São Paulo: Aori Comunicação, 2.006.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define **Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21
nov. 2012. Seção 1, p. 26. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivospdf/diretrizes-curriculares. Acesso em: 13 mar. 2019.

BASTIDE, Roger. ***Brasil*: terra de contrastes**. São Paulo: Difel, 1959.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 1 - **Artes do fazer.** Petrópolis: Vozes, 13ª Ed., 2007.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988. 180

_____. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Edições Câmara, 1996.

_____. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 ago. 2000. Seção 1, p. 2. Disponível em: Acesso em: 19 mar. 2019.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

INVENTARIAMENTO DE FAUNA DO ATERRO SANITÁRIO DE PATOS DE MINAS – MG, COMO PRÁTICA DE GESTÃO AMBIENTAL

José Onício Rosa da Silva [1]
Elane Geralda dos Reis [2]
Eni Aparecida do Amaral[3]
Claudiana Lima [4]
Saulo Gonçalves Pereira[5]

Resumo: O cerrado é o bioma predominante da região de Patos de Minas onde está inserido o empreendimento, local de habitat de uma grande variedade de animais silvestres e uma vasta variedade de aves. Para tanto, buscou-se estudar o meio biótico e os impactos ambientais causados à fauna em função da implantação e operação do Aterro Sanitário de Patos de Minas, buscando ferramentas para obter uma melhor solução sobre estes impactos. As técnicas estão em conformidade com as instruções Normativas Nº 146, de 11 de janeiro de 2007 do IBAMA e 003/2014 e manual SISBIO de forma adaptada para o licenciamento ambiental. Os estudos de levantamento de fauna foram realizados no mês de março e abril de 2017 através de estudos de campo nas áreas do empreendimento, sendo realizados em quatro (04) pontos. Os levantamentos dos dados foram realizados por forma direta e por equipamentos específicos, e indiretamente por meio de interpretação de vestígios. A composição faunística local contou com 35 espécies de aves; 16 espécies de mamíferos e 12 espécies da herpetofauna.

Palavras-chave: Fauna. Composição faunística. Mamífero. Animais silvestres.

Abstract: The cerrado is the predominant biome of the city of Patos de Minas where the enterprise is inserted, place of habitat of a great variety of wild animals and a wide variety of birds. Therefore, we sought to study the biotic environment and the environmental impacts caused to the fauna due to the implantation and operation of the Landfill of Patos de Minas, searching for tools to obtain a better solution on these impacts. The techniques are in compliance with the instructions Nr. 146 of January 11, 2007 of IBAMA and 003/2014 and manual SISBIO of adapted form for the environmental licensing. The fauna survey studies were carried out in March and April of 2017 through field studies in the areas of the project, being carried out in four (04) points. The data were collected directly and by specific equipment, and

[1] Biólogo, Pós-graduando em Gestão e Educação Ambiental pela FPM. joseoniciobio@gmail.com
[2] Bióloga, Pós-graduando em Gestão e Educação Ambiental pela FPM. elane5reis@gmail.com
[3] Bióloga, Mestra em Qualidade Ambiental pelo Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Uberlândia (2018). Pós-graduação em Gestão Ambiental pela Faculdade Cidade de Patos de Minas – FPM. eni@patosdeminas.gov.br
[4]Psicopedagoga, Graduada em Letras, Especialista em Libras pela Intervales. Professora de Trabalho de Conclusão de Curso. claudianalima77@yahoo.com
[5] Biólogo, Doutor e Mestre em Saúde Animal, especialista em Gestão Ambiental e Didática e Docência do Ensino Superior. saulobiologo@yahoo.com.br

Recebido em 30/09/2018
Aprovado em 12/02/2019

indirectly through interpretation of traces. The local faunal composition counted on 35 species of birds; 16 species of mammals and 12 species of herpetofauna.

Keywords: Fauna. Faunistic composition. Mammal. Wild animals.

1 INTRODUÇÃO

O Inventariamento de Fauna integra o estudo do Meio Biótico, que por sua vez, compõe os estudos ambientais com finalidade de licenciamento ambiental. O Inventariamento da Fauna se justifica como ferramenta para se obter melhor conhecimento dos impactos da implantação e operação do empreendimento sobre a comunidade faunística local, fornecendo subsídios para ações que visam mitigar impactos no local de estudo, e em empreendimentos futuros, através da experiência adquirida. Adicionalmente os programas possibilitam a execução de medidas emergenciais que minimizem os efeitos da operação do empreendimento sobre a fauna nativa. Os grupos faunísticos (peixes, aves, mamíferos, répteis e anfíbios) são utilizados com frequência como bioindicadores, respondendo de forma relativamente rápida às modificações ambientais e, dessa forma, permitem avaliar modificações na composição das comunidades em um curto espaço de tempo (PRIMACK; RODRIGUES, 2002).

O municipio de Patos de Minas, sede do empreendimento em estudo, encontra-se inserido no domínio do Cerrado, sendo assim, apresenta fauna característica deste Bioma. Os estudos de fauna ora apresentados basearam-se nos levantamentos bibliográficos existentes no municipio, além das visistas ao campo feitas ao empreendimento às áreas de estudo, ressalta-se que as espécies foram levantadas e comparadas à estudos na região, os mapas de conservacão foram pesquisados junto a fundação biodiversitas (SILVA, et al., 2018).

Dessa maneira, objetivou-se fazer o levantamento direto da fauna do entorno do Aterro Sanitário de Patos de Minas através de técnicas usuais em duas campanhas de campo.

Os inventariamentos de fauna apresentam grandes dificuldades logísticas e de planejamento, porém são essenciais para a implementação de políticas públicas adequadas e para um manejo correto das espécies, principalmente, as que exibem algum grau de vulnerabilidade e uma importância ecológica expressiva no ecossistema (espécies-chave), visto que estas últimas podem refletir a saúde do ambiente (PRIMACK; RODRIGUES, 2002).

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.-Área de Estudo

O Aterro Sanitário de Patos de Minas localiza-se na zona rural do município de Patos de Minas – MG, na região do Alto Paranaíba do Estado de Minas Gerais. Neste empreendimento, as amostragens foram realizadas em 04 (quatro) pontos fixos, além de pontos variáveis. Os estudos foram realizados no mês de março e abril de 2017. Para o desenvolvimento dos estudos relacionados à fauna foram efetuados levantamentos de dados primários e secundários sobre a região de inserção do empreendimento com enfoque direcionado à fauna.

Como levantamentos de dados primários, realizaram-se em 08 visitas sistemáticas através de observação direta e indireta. A observação direta foi feita por meio de "olho nu" ou com binóculo (Fuggi 100hhg®). A observação indireta para a fauna foi realizada através de interpretação de vestígios, tais como rastros, fezes, carcaças, ninhos, tocas. Para auxílio à observação direta, utilizaram-se armadilhas fotográficas.

Os levantamentos biológicos foram baseados no método de Avaliação Ecológica Rápida (AER) Sayre et. al. (2003), por trilhas, avistamentos e fotografias. A caracterização da fauna foi desenvolvida utilizando-se técnicas convencionais para identificação, onde além dos estudos realizados *in loco* foram buscadas informações secundarias disponíveis em bibliografias, entidades ambientais públicas e privadas.

Foi realizado o registro de rastros e outros vestígios dos mamíferos no período diurno. Foram percorridas estradas, trilhas e interiores de mata a pé a procura de vestígios. Com a localização dos vestígios foi realizado o registro com fotografias e medidas dos rastros com fita métrica, e os dados foram anotados em caderno de campo.

Foram instaladas 04 Armadilhas Fotográficas (Bushnell® TrophyCamera Brown, Model 119436), instaladas em diversos locais, sendo que estas ficaram em cada local cerca de 6 a 7 dias para que pudessem capturar os mais diversos animais durante a manhã, tarde e noite.

Os animais identificados foram classificados até o nível taxonômico mais restrito possível. Buscou-se, também, identificar espécies potencialmente ameaçadas de extinção a nível nacional e estadual, de acordo com a edificação mais atualizada do livro Vermelho das espécies em extinção, e ainda de acordo com a classificação. As fotos, a seguir, apresentem exemplos das metodologias. As fotos, a seguir ilustram a metodologia de armadilha fotográfica.

Foto 01: Isca Utilizada para capturar animais silvestres no monitoramento ambiental

Foto 02: Câmera Trap Instalada na fazenda da Porteira

2.1 Caracterização dos pontos de amostragem

A tabela, a seguir apresenta os dados do levantamento de campo.

Tabela 3: Planilha de campo

Ponto	Data	Intervenção antrópica	Característica do local	Coordenada Geográfica
Trap 1	09/03/2017	SIM	Próximo ao Aterro sanitário na mata ciliar ao lado da APP – Região florestada com dossel fechado	X= 340408 Y= 7999268
Trap 2	09/03/2017	SIM	Nos limites do aterro sanitário próximo à Lagoa de tratamento – Região florestada com dossel fechado	X= 340605 Y= 7199298
Trap 3	15/03/2017	SIM	Há 500m do aterro do lado esquerdo numa APP - Cerrado Strictu sensu	X= 540605 Y= 7699298
Trap 4	15/03/2017	SIM	Há 5km do Aterro na fazenda da Porteira – Região florestada com dossel médio fechado	X= 549505 Y= 7600298

Figura 1: Local da Instalação das Trap no entorno do Aterro Sanitário

Fonte: Google Heart (2017)

2.2-Ameaçados De Extinção

Buscou-se também identificar espécies potencialmente ameaçadas de extinção em Minas Gerais, de acordo com a edificação mais atualizada do livro Vermelho das espécies em extinção, e ainda de acordo com a classificação:

Categorias de baixo risco

Categorias e critérios de 2001 (versão 3.1)	Descrição	Categorias e critérios de 1994 (versão 2.3)
Extinto: EX, EW; Ameaçado: CR, EN, VU; Pouco preocupante: NT, LC	**Segura ou pouco preocupante (LC ou LR/lc)**: categoria de risco mais baixo. Não qualificável para uma categoria de maior risco. Taxones abundantes e amplamente distribuídos são incluídos nesta categoria.	Extinto: EX, EW; Ameaçado: CR, EN, VU; Baixo risco: cd, nt, lc
Extinto: EX, EW; Ameaçado: CR, EN, VU; Pouco preocupante: NT, LC	**Quase ameaçada (NT ou LR/nt)**: perto de ser classificada ou provavelmente qualificável para ser incluída numa das categorias de ameaça num futuro próximo.	Extinto: EX, EW; Ameaçado: CR, EN, VU; Baixo risco: cd, nt, lc
Não é actualmente um categoria utilizada na Lista Vermelha	**Dependente de medidas de conservação (LR/cd)**: realce para um continuado programa de conservação, específico para um determinado taxon ou habitat. A cessação desse programa poderá levar a que o taxon qualifique para uma das categorias de ameaça listadas abaixo, num período de cinco anos.	Extinto: EX, EW; Ameaçado: CR, EN, VU; Baixo risco: cd, nt, lc

Fonte: IUCN (2017)

3- RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1-Inventariamento da Avifauna

As observações das aves foram realizadas com o auxílio de binóculos e iniciadas ao amanhecer, com duração mínima de três horas. Foram realizadas em trilhas pré-existentes e estradas nos 4 pontos de observação.

Foram utilizados, quando necessários, guias de campo (DEVELEY; ENDRIGO, 2004. http://www.wikiaves.com.br/forum/showthread.php?tid=2544) para a identificação precisa das espécies. Para a nomenclatura e ordem taxonômica foram utilizadas as normas do Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos (CBRO, 2009).

Em Minas Gerais já foram registradas 753 espécies de aves (ANDRADE, 1997). Essa riqueza representa cerca de 46% das espécies existentes no Brasil (SICK, 1997). No bioma Cerrado são reconhecidas 837 espécies de aves; porém, o grau de endemismo é considerado baixo, com 32 espécies endêmicas (3,4%) (KLINK; MACHADO, 2005, MARINI, 2007). Foram registradas 35 espécies (Tabela 2).

Tabela 4: Avifauna da região do aterro sanitário de Patos de Minas

NOME CIENTÍFICO	NOME COMUM	Tipo de visualização	Estado de Conservação
Stelgidopteryx ruficollis	Andorinha-serradora	VD	LC
Crotophaga ani	Anu-preto	VD	LC
Pitangus sulphuratus	Bem-te-vi	VD	LC
Sporophila lineola	Bigodinho	VD	LC
Sicalis flaveola	Canário-da-terra-verdadeiro	VD	LC
Caracara plancus	Caracará	VD	LC
Columbina squammata	Fogo-apagou	VD	LC
Rupornis magnirostris	Gavião-carijó	VD	LC
Furnarius rufus	João-de-barro	VD	LC
Fluvicola nengeta	Lavadeira-mascarada	VD	LC
Myiarchus tyrannulus	Maria-cavaleira-de-rabo-enferrujado	VD	LC
Passer domesticus	Pardal	VD	LC
Brotogeris chiriri	Periquito-de-encontro-amarelo	VD	LC
Synallaxis frontalis	Petrim	VD	LC
Machetornis rixosa	Suiriri-cavaleiro	VD	LC
Patagioenas picazuro	Pomba-asa-branca	VD	LC
Columbina talpacoti	Rolinha-roxa	VD	LC
Turdus leucomelas	Sabiá-barranco	VD	LC

Dacnis cayana	Saí-azul	VD	LC
Tangara cayana	Saíra-amarela	VD	LC
Tyrannus melancholicus	Suiriri	VD	LC
Saltator maximus	Tempera-viola	VD	LC
Coragyps atratus	Urubu-de-cabeça-preta	VD	LC
Heliomaster squamosus	Bico-reto-de-banda-branca	VI	LC
Vanellus chilensis	Quero-quero	VI	LC
Cariama cristata	Seriema	VD	LC
Volatinia jacarina	Tiziu	VI	LC
Theristicus caudatus	Curicaca	VD	LC
Athene cunicularia	Coruja	VI	LC
Satrapa icterophrys	Suiriri-pequeno	VD	LC
Dendrocygna viduata	Irerê	VD	LC
Pina caiana	Alma-de-gato	VD	LC
Ara ararauna	Arara	VI	LC
Ramphastos toco	Tucano	VD	LC

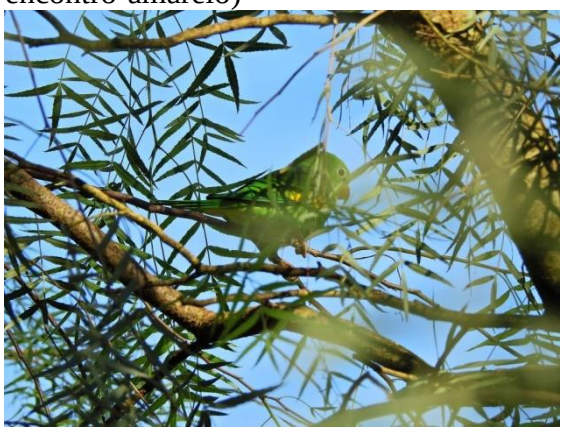
Legenda: VD = visualização direta; VI = Visualização Indireta; INF= Informação

O urubu-de-cabeça preta faz parte da fauna silvestre, tendo um importante papel ecológico por ser uma ave necrófaga-se, alimenta de carne putrefata e outros materiais orgânicos em decomposição. Assim, essas aves acabam sendo naturalmente atraídas por lixões e aterros sanitários podendo causar interferência no trafego aéreo, principalmente se o empreendimento estiver inserido na Área de Segurança Aeroportuária, já que a espécie voa a grandes alturas aproveitando as correntes termais e pode eventualmente atingir alguma aeronave. Assim, devem ser implantadas medidas de controle no sentido de minimizar a ocorrência dessas aves no aterro sanitário. As fotos, a seguir apresentam os resultados obtidos durante as campanhas.

Foto 1: *Furnarius rufus* (João-de-barro)

Fonte: José Onício (2017)

Foto 2: *Brotogeris chiriri* (Periquito-de-encontro-amarelo)



Fonte: José Onício (2017)

Foto 3*: Fluvicola nengenta* (Lavadeira-mascarada)

Fonte: José Onício (2017).

Foto 4: *Columbina talpacoti* (Rolinha-roxa)

Fonte: José Onício (2017)

Foto 05: *Tyrannus melancholicus* **(**Suiriri)

Fonte: José Onício (2017)

Foto 06: *Coragyps atratus* (Urubu-de-cabeça-preta)

Fonte: José Onício (2017)

Foto 07: *Caracara plancus* (Caracará)

Fonte: José Onício (2017)

Foto 08: *Rupornis magnirostris* (Gavião-carijó)

Fonte: José Onício (2017)

Foto 09: *Myiarchus tyrannulus* (Maria-cavaleira-de-rabo-enferrujado)

Fonte: José Onício (2017)

Foto 10: *Synallaxis frontalis* (Petrim)

Fonte: José Onício (2017)

Foto 11: *Tangara cayana* (Saíra-amarela)

Foto 12: *Crotophaga ani* (Anu-preto)

Fonte: José Onício (2017)

Foto 13: *Pitangus sulphuratus* (Bem-te-vi)

Fonte: José Onício (2017)

Foto 14: *Stelgidopteryx ruficollis* (Andorinha-serradora)

Fonte: José Onício (2017)

Fonte: José Onício (2017)

Foto 15: *Columbina squammata* (Fogo-apagou)

Fonte: José Onício (2017)

Foto 16: *Antilophia galeata* (Soldadinho)

Fonte: José Onício (2017)

Foto 17: *Sporophila lineola* (Bigodinho)

Fonte: José Onício (2017)

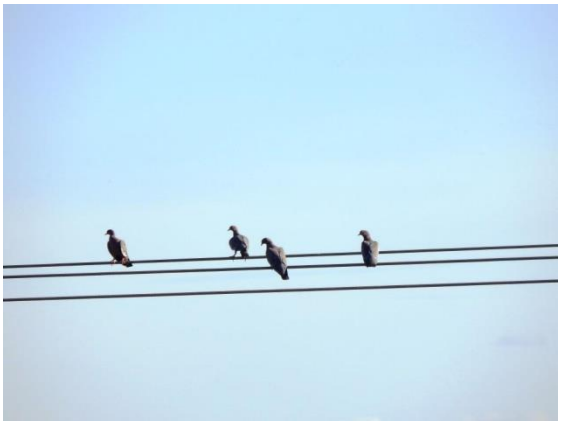
Foto 18: *Sicalis flaveola* (Canário-da-terra)

Fonte: José Onício (2017)

Foto 19: *Galbula ruficauda* (Ariramba-de-cauda-ruiva)

Fonte: Marcone Willian Pereira (2017)

Foto 20: *Patagioenas picazuro* (Pombão)

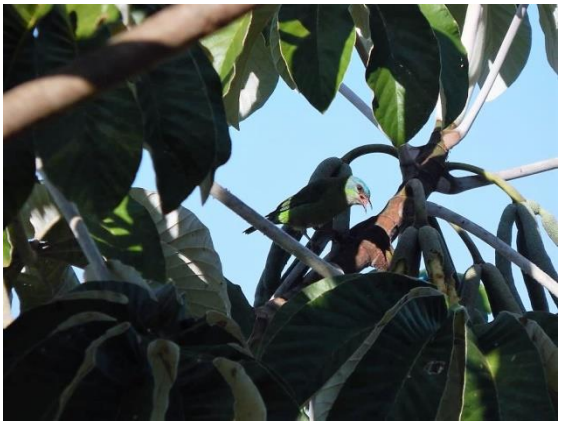


Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

Foto 21: *Machetornis rixosa* (Suiriri-cavaleiro)

Foto 22: *Dacnis cayana* (Saí-azul)

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)



Fonte: Marcone Willian Pereira (2017)

Foto: 23 *Phacellodomus rufifrons* (joão-de-pau)

Fonte: Kelly Cristina (2015)

Foto 24: *Piaya cayana* (alma de gato)

Fonte: Sophia (2017)

Foto 25: *Cariama cristata* (siriema)

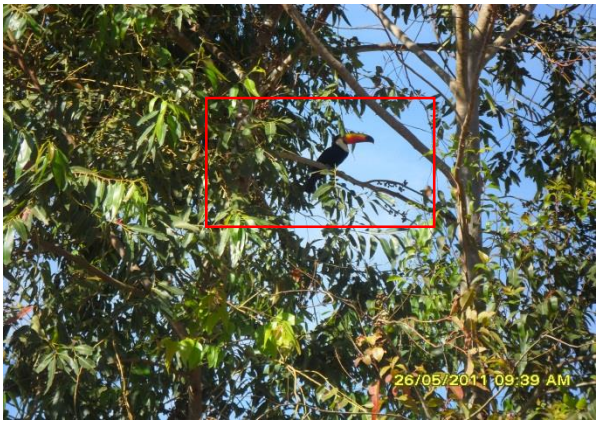
Fonte: Sophia (2017)

Foto 26: *Theristicus caudatus* (curicaca)

Fonte: Sophia (2017)

Foto 27: *Ramphastos toco* (tucano)

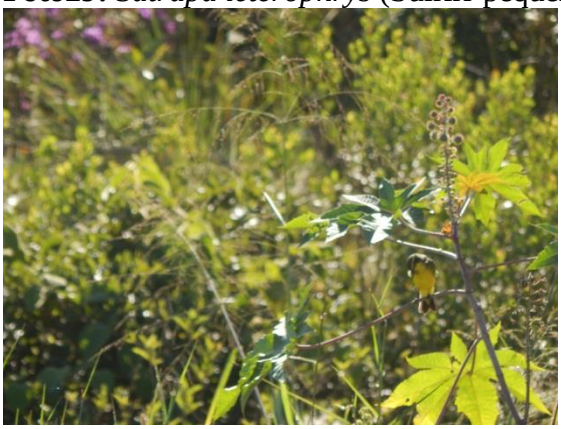
Foto 28: *Dendrocygna viduata* (Irêrê)



Fonte: Kelly Cristina (2015)

Fonte: Kelly Cristina (2015)

Foto29: *Satrapa icterophrys* (Suiriri-pequeno)


Fonte: Denner (2017)

3.2 Inventariamento da Mastofauna

Foram realizados levantamentos em trilhas utilizando a metodologia *line-transect sampling* (BUCKLAND, et al., 1993), em trilhas já existentes, bem como na borda da mata e estradas de terra no entorno e interior da mesma. Essas áreas foram percorridas a pé e/ou em veículo, nos diversos períodos do dia e da noite. As amostragens nas trilhas foram realizadas lentamente e em silêncio, registrando-se os indivíduos avistados.

A detecção de mamíferos nas áreas observadas foi realizada também por métodos indiretos, procura ativa de rastros e vestígios (BECKER; DALPONTE, 1991), sinais acústicos, fezes e tocas. Além da procura ativa por espécimes na natureza foram consultados os moradores da região das áreas de influência e os funcionários do Aterro Sanitário, a fim de coletar informações sobre espécimes não encontradas durante o período de estudo. Essas informações

foram organizadas para constituir a lista de espécies da área amostrada, apresentada na tabela a seguir.

Tabela 4: Mamíferos amostrados na região do aterro Sanitário de Patos de Minas

Família	**Espécie**	**Nome Popular**	**Status de Conservação**	**Tipo de visualização**
Didelphidae	*Didelphis albiventris*	Gambá	LC	INF
Phyllostomidae	*Chiroderma doriae*	Morcego	LC	VI
Suidae	*Sus scrofa*	Porco	Doméstico	VD
Canidae	*Chrysocyon brachyurus*	Lobo-guará	NT	INF
	Pseudalopex vetulus	Raposa-do-campo	LC	INF
	Canis familiares	Cão	Doméstico	VD
Rodentia	*Holochilus brasiliensis*	Rato-do-mato	LC	VI
Erethizontidae	*Caendou sp*	Ouriço-cacheiro	LC	INF
Primata	*Callithrix penicillata*	Mico estrela	LC	INF
Mephitidae	*Conepatus semistriatus*	Jaritataca	LC	VD
Procyonidae	*Nasua nasua*	Quati	LC	VD
Cuniculidae	*Cuniculus paca*	Paca	LC	VD
Myrmecophagidae	*Myrmecophaga tridactyla*	Tamanduá-bandeira	NT	INF
Tamndua-mirim	*Tamandua tetradactyla*	Tamanduá-mirim	LC	INF
Edentata	*Dasypus novemcinctus*	Tatu-galinha	LC	VI
	Euphractus sexcinctus	Tatu-teba	LC	VD

Legenda: VD = visualização direta; VI = Visualização Indireta; INF= Informação

Na área amostral foram encontrados rastros de *Myrmecophaga tridactyla* fezes e rastros de *Dasypus novemcinctus*e tocas de *Dasypus euphractussexcinctus e Ratus ratus.* Nos demais

pontos amostrais não foram encontrados vestígios da presença de animais silvestres. As espécies registradas foram através das câmeras trap e visualização direta.

O estágio inicial de desenvolvimento da vegetação pode ser relacionado ao baixo número de espécies encontradas durante esse trabalho. Durante as entrevistas com funcionários do aterro, foi relatado que não há caça na região, inclusive dentro da área estudada. A partir disso, o desenvolvimento de ações de melhoria para as áreas de Reserva Legal torna-se fundamental para a manutenção da mastofauna.

Cabe ressaltar que pode haver a presença de cães e de suínos, ambos domésticos, nas imediações do aterro sanitário é uma situação delicada devido ao potencial risco de transmissão de zoonoses. Em caso de detecção da presença desses animais no interior do aterro, os mesmos devem ser imediatamente apreendidos e encaminhados para o abate sanitário.

Sugere-se ainda, o reforço no isolamento do empreendimento no sentido de impedir de forma eficiente a entrada de animais domésticos no aterro sanitário. Adicionalmente devem ser implantadas ações de educação ambiental e conscientização dos proprietários vizinhos do entorno, no sentido de suspender as atividades de criação e comercialização. Se necessário identificar e notificar os proprietários criadores, para que encerrem integralmente a atividade de criação de porcos soltos no entorno do aterro sanitário. As fotos, a seguir da mastofauna amostrada estão apresentadas a seguir:

Foto 30: *Cuniculus paca* (paca) ponto 01

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

Foto 31: *Euphractus sexcinctus* (tatu-teba) Ponto01

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

Foto 32: *Conepatus semistriatus* (jaritataca) ponto 03

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

Foto 33: *Canis familiares* (cão-doméstico) Ponto 02

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

Foto 34: *Canis familiares* (Cão doméstico) Ponto 04

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

Foto 35: *Nasua nasua* (Quati) Ponto 04

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

3.3-Inventariamento da Herpetofauna

Os anfíbios foram amostrados utilizando-se duas metodologias básicas, as amostragens visual e auditiva simultaneamente, dois métodos considerados complementares (ZIMMERMAN, 1994). Caminhadas, durante o dia e à noite, revirando pedras, cupinzeiros, fólico e outros abrigos potenciais, ou mesmo identificando as espécies a partir de sua vocalização, os reptilianos foram levantados por caminhamento.

De um modo geral, a fauna de escamados e anfíbios (herpetofauna) no Brasil é pouco conhecida, devido à ausência de estudos a médio e longo prazos, e principalmente a falta de inventariamentos faunísticos em diferentes regiões. Simultaneamente, a destruição de

ambientes por ação antrópica supera àquela de pesquisadores em coletar dados. A coleta destes dados auxilia na comparação da riqueza de espécies entre diferentes comunidades, avaliando a importância de habitats específicos e locais para a manutenção das espécies, de forma a serem tomadas decisões relacionadas à Conservação e manejo (HEYER, et al., 1994). A tabela a seguir, apresenta os resultados:

Tabela 5: Herpetofauna da região do aterro Sanitário de Patos de Minas

Classe	Família	Espécie	Nome Popular	Tipo de visualização	Classificação
Reptilia	Viperidae	*Crotalus durissus*	Cascavel	INF	LC
		Bothropoides spp	Jararaca	INF	LC
	Boidae	*Boa constrictor*	Jibóia	INF	LC
	Iguanidae	*Holocercus spinosos*	Calango, lagarto	VD	LC
		Tropiduros torquatos	Lagarto	VD	LC
		Ameiva ameiva	Lagarto verde	VD	LC
		Tupinambis teguixim	Teiu	VD	LC
Classe	**Família**	**Espécie**	**Nome Popular**	**Tipo de visualização**	**Classificação**
Amphibia	Bufonidae	*Rhinella granulosa*	Sapo-cururu	VI	LC
		Bufo paracnemis	Sapo	VD	LC
	Leptodactylidae	*Adenomera andreae*	Sapo	VI	LC
	Anura	*Leptodactylus ocellatus*	Rã	VI	LC
		Leptodactylus sp	Rã	VI	LC

Legenda: VD = visualização direta; VI = Visualização Indireta; INF= Informação

As espécies da família Bufonidae são vulgarmente conhecidas como sapos. Os bufonídeos geralmente possuem a pele seca, grossa e glandular, e a maioria das espécies tem

pernas mais curtas que outros anuros. Algumas espécies do gênero Bufo têm glândulas atrás dos olhos (paratóides), que segregam um veneno de cor branca ou amarela que pode irritar os olhos, ou até causar a morte se for ingerido. Os bufonídeos são terrestres, mas indivíduos de algumas espécies podem ser encontrados dormindo em vegetação baixa à noite. Espécies da América do Sul põem ovos pigmentados, em cordões gelatinosos (LIMA, et al, 2006)

Foram citadas também serpentes Boidae como a Jiboia (*Boa constrictor*) e colubrídeos. Apesar de não terem sido encontradas no período de campo, as serpentes Colubridae são extremamente diversificadas, representando cerca de 65% de toda a diversidade conhecida (MELGAREJO, 2003) e apresentam grande importância ecológica, já que são predadoras de ratos e insetos. Não possuem grande importância médica, já que a maioria não apresenta glândulas produtoras de peçonha, entretanto, são serpentes que mimetizam de várias formas serpentes peçonhentas, causando assim uma pressão grande nas populações já que são mortas quando confundidas com viperídeos e elapídeos.

Nenhuma das espécies encontradas no local está em listas ameaçadas de extinção para o estado de Minas Gerais (MACHADO, et al, 2008) ou Brasil e embora isto não ocorra, existe uma grande necessidade da preservação das mesmas e também dos seus habitats.

Foto 36: *Bufo paracnemis* - Sapo cururu

Fonte: Kelly Cristina (2016)

3.3-Pegadas e Vestígios

As fotos, a seguir apresentam os vestígios que um instrumento de grande valor para levantamentos de fauna.

Foto 37: Pegada de *Sus scrofa*

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

Foto 38: Pegada de *Sus scrofa*

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

Foto 39: Pegada de *Canis familiaris*

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

Foto 40: Pegada de *Vanellus chilensis*

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

Foto 41: Pegada de *Vanellus chilensis*

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

Foto 42: Pegada de *Cariama Cristata*

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

Foto 43: Pegada de *Vanellus chilensis*

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

Foto 44: Pegada de *Sus scrofa*

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

Foto 45: Pegada de Bovino

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

Foto 46: Pegada de *Canis familiares*

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

Foto 47: Pena de Urubu

Foto 48: Fezes de Bovino

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

Foto 49: Trilho de caminhamento

Foto 50: Vertebra *atlas de suino*

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

Foto 51: Metacarpo II de suino

Foto 52: Penas de urubu

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

3.4-Nidificações e possíveis Moradias

Foto 53: Ninho de *Zenaida auriculata*

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

Foto 54: Ninho de aves

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

Foto 55: Toca de *Funarius ruffus*

Foto 56: *Formigueiro*

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

Foto 56: Cupinzeiro

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

Foto 58: Cupinzeiro

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

Foto 59: Toca de *Euphractus sexcinctus*

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

Foto 60: Toca de *Athene cunicularia*

Fonte: Saulo Gonçalves (2017)

As listas do IBAMA (MACHADO et al., 2008), CITES (2011) e IUCN (2011) foram consultadas para averiguar o status de conservação da fauna registradas na área do empreendimento. Dentre as listas citadas destaca-se a lista do IBAMA (MACHADO et al., 2008) que retrata a vulnerabilidade da fauna nacional, e com base nestas 2 espécies registradas encontram-se Vulneráveis a ameaça de extinção até o presente momento, porém todos eles foram registrados por informações.

A região do entorno ao empreendimento encontra-se extremamente degradada por conta da pressão exercida pela atividade de cultivo, e expansão urbana irregular. É importante que os órgãos ambientais competentes fiscalizem as atividades na região. Aparentemente a comunidade faunística na área do empreendimento encontra-se estabilizada.

A fauna da região do Aterro Sanitário apresentou riqueza de espécies considerável. A comunidade é composta por espécies domésticas, tais como cães, suínos e bovinos, que são mais abundantes, e por várias espécies com frequências de aparecimento em outras listas e com menor frequência e abundância nos registros como, por exemplo, o Irerê. Este padrão, entretanto, é observável nas comunidades próximas a cidades (REIS, 2006). Devido ao fato dos hábitos de vida dos mamíferos em sua maioria serem noturnos, ocuparem estratos diversificados da mata e apresentarem certa fidelidade ao habitat em que vivem (LIMA, et al, 2006), registrar táxons mais especialistas poderia requerer um esforço amostral continuado.

Uma das principais atividades econômicas da região são a agricultura e pecuária, grandes responsáveis pela fragmentação de habitats (KLINK; MACHADO, 2005). Assim, comunidades mais exigentes, como é o caso dos anfíbios, dos pequenos mamíferos e aves menos tolerantes, podem ser prejudicadas, se tornando empobrecidas localmente. Entretanto, a presença de espécies ameaçadas de extinção, a configuração da paisagem encontrada no local, e a possibilidade de existirem ainda mais espécies na área, vêm apenas reforçar a necessidade de se conservar os habitats naturais do entorno, a fim de manter os ecossistemas funcionando de maneira saudável, e promovendo a conservação das espécies.

Iniciativas de conservação dentro dos monitoramentos propostos pelos empreendimentos e da sociedade civil e a educação ambiental devem ser usadas para preservar e garantir a sobrevivência desses animais, e ainda gerar e propagar importantes informações que possam reduzir qualquer tipo de ameaças a esses animais. Registra-se a orientação para o monitoramento anual continuado, bem como do cercamento da área do entorno do Aterro para

evitar a entrada e suínos, bovinos e cães, bem como orientações aos proprietários da região, inclusive com ocorrência infrativa.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto com a amostragem por armadilhas fotográficas, os outros métodos de amostragem da fauna empregados pela totalizou cerca de 360 horas distribuídos em 15 dias ao longo de um mês, registraram 16 espécies de mamíferos; 35 de aves e 12 da herpetofauna dentro das diferentes metodologias para a área do empreendimento Aterro Sanitário de Patos de Minas. Uma comparação semelhante à realizada para a amostragem por armadilhas fotográficas poderia ser aplicada às demais metodologias utilizadas no estudo, reforçando a conclusão de que tal quantidade de espécies deve representar apenas uma parcela ínfima da riqueza da fauna da área, todavia representativa, tendo em vista os poucos trabalhos sobre o tema na região.

O fato de que esse relatório foi cuidadosamente elaborado em comparação a muitos outros e se destina ao licenciamento de uma atividade de consideráveis impactos potenciais sobre uma das áreas mais importantes para a conservação do Cerrado.

Mediante a identificação das espécies da fauna silvestre é possível verificar que na região do Aterro Sanitário de Patos de Minas, há uma considerável diversidade de espécies, mesmo com a ocupação urbana consolidada pelos loteamentos, estradas, lavouras e o próprio aterro, e que estes estão sendo continuamente ameaçados pelas ações humanas, das mais diversas formas, entre elas: desmatamento de seu habitat, criação em cativeiro, maus tratos, plantio, queimadas, acidentes de trânsito (atropelamentos) e tráfico de animais.

A grande quantidade de *Coragyps atratus* e *Caracara plancus* é em função da oferta de alimentos devido aos resíduos, portanto sugere-se que seja adotada com urgência apenas uma frente de aterro de lixo, pois sabe-se que este é uma ação que diminui a permanência dessas espécies no entorno dos Aterros sanitários.

5- REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. A. **Aves silvestres: Minas Gerais**. Belo Horizonte: Líttera Maciel. 1997. 176 p.

BECKER, M.; DALPONTE, J.C. **Rastros de mamíferos silvestres brasileiros: guia de campo**. Ed. Universidade de Brasília, Brasília: IBAMA, 1999. 180p.

BUCKLAND, et al. **Line Transect Sampling in Small and Large Regions. 1993.** Disponível em: http://www.creem.st-and.ac.uk/stb/fewster%20et%20al%202005%20biometrics.pdf. Acesso em 18/12/2017.

DEVELEY, P.F.; ENDRIGO, E. **Guia de Campo: Aves da Grande São Paulo**. Aves e Fotos Editora. 2004. 295p.

HEYER, W. R. et al. **Measuring ands monitoring biological diversity. Standard methods for Amphibians**. Smithsonian Institution Press, Washington. 1994.

KLINK, C. A.; MACHADO, R. B. A conservação do cerrado brasileiro. **Megadiversidade,** vol.1, nº1, 2005. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/Texto_Adicional_ConservacaoID-xNOKMLsupYpdf. Acesso em 02/02/2018

LIMA, A. P. et al. **Guia de sapos da Reserva Adolpho Ducke**, Amazônia Central. Manaus. Áttema. 2006. 168pp.

MACHADO, R. B. et al. **Estimativas de perda da área do Cerrado brasileiro. Conservação Internacional do Brasil**, Brasília. Relatório técnico. 2005. Disponível em: http://www.conservation.org.br/arquivos/RelatDesmatamCerrado.pdf . Acesso em: 30 Mai.2018.

MACHADO, A. B. M. et al., **Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção**. 1 ed. Fundação Biodiversitas, Belo Horizonte. 2008.

MELGAREJO, A. R. **Serpentes peçonhentas no Brasil**. In Cardoso JLC, França FOS, Wen F. H, Málaque CMS, Haddad JRV (Eds). Animais peçonhentos no Brasil: biologia, clínica e terapêutica dos acidentes. São Paulo: Sarvier Editora; 2003. p. 33-61.

PERES, A., SANTANA, G., OLIVEIRA, M., TIBÚRCIO, M., RODRIGUES, T.; PEREIRA, S. Quantificação dos resíduos recebidos pelo aterro sanitário de patos de minas no ano de 2018: calculo per capita da contribuição diária de lixo em patos de minas. **Psicologia E Saúde Em Debate**, 4(Suppl1), 2018. 95-95. Recuperado de https://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/441. Acesso em 02/02/2018.

MARINI, M. Â. Biologia da nidificação de aves do sudeste de Minas Gerais, Brasil. **Revista Brasileira de Ornitologia**. 2007. 15:1-10.

PRIMACK, R.B.; RODRIGUES E. **Biologia da Conservação**. Londrina: Vida, 2002. 328p.

SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. **Cerrado ambiente e flora**. - EMBRAPA, Brasília. 1998. 556 p

SANO, S. M. et al. **Cerrado**: Ecologia do Cerrado. Org. Embrapa. Brasília, DF. 2008.

SAYRE, et al., Nature in Focus: Rapid Ecological Assessment. 2003 **The Nature Conservancy**, Arlington, Virginia, USA.

SICK, H. **Ornitologia brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1997.

SILVA, J., CAIXETA, L., SANTOS, E., SEVERO, M., ALMEIDA, G.; BARCELOS, M. Dia Mundial Da Limpeza: Educação Ambiental Com Atuação Da Faculdade Patos De Minas. **Psicologia E Saúde Em Debate, 4(**Suppl1), 2018. 28-28. Disponível em: de https://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/374. Acesso em 02/02/2018.

ZIMMERMAN, B. L. **Audio Strip Transects**. In: HEYER, W. R. et al. Measuring and Monitoring Biological Diversity. 56 Standard methods for amphibians. Washington, USA: Smithsonian Institution Press, 1994. p.92-97.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a parceria com a equipe da FPM através de seus alunos, à Prefeitura Municipal de Patos de Minas e os colaboradores do Aterro Sanitário de Patos de Minas.

Nome	Função
José Onício da Silva	Biólogo – Avifauna– Fotógrafo profissional
Kelly Cristina Andrade Amorim	Bióloga – Avifauna – Contato Institucional
Igor Sousa Oliveira	Acadêmico de Medicina Veterinária - FPM
Alice Rodrigues De Souza Braga	Acadêmica de Medicina Veterinária - FPM
Ana Claudia Camilo De Melo	Acadêmica de Medicina Veterinária - FPM
Andressa Emillie Souza Oliveira	Acadêmica de Medicina Veterinária - FPM
Cristiane Sandra Da Silva	Acadêmica de Medicina Veterinária - FPM
Denner Raphael Ferreira	Acadêmico de Medicina Veterinária - FPM
Diogo Gonçalves Caixeta	Acadêmico de Medicina Veterinária - FPM
Joao Vicente Marques Cabral	Acadêmico de Medicina Veterinária - FPM
Marcone Willian Pereira	Acadêmico de Medicina Veterinária - FPM
Tainara Vasconcelos Leite	Acadêmica de Medicina Veterinária - FPM
Thiago Detlev Ferreira	Acadêmico de Medicina Veterinária - FPM
Patrícia Soares de Araújo	Acadêmica de Medicina Veterinária - FPM
Sandra Regina Cardoso	Médica Veterinária – Contato Institucional
Fabio Pacheco Silva	Fiscal Municipal de Meio Ambiente
Daniela Cristina Silva Borges	Bióloga – Mastofauna e Herpetofauna
Jonas Junior G. Souza	Administrador – Contato Institucional
Sophia Lorena Pinto Vieira	Engenheira Florestal

CADERNO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

BELEZA ESTÉTICA: procedimentos para redução das disfunções na pele

Karenyne Thacylla de Paiva Oliveira[1]

Resumo: Este estudo é um recorte de uma monografia apresentada no Curso de Pós-graduação em Biomedicina Estética. Inicialmente enumerou as disfunções que mais incomodam alguns homens e mulheres que buscam a beleza uma das maiores preocupações. Posteriormente, apresentou os procedimentos que são realizados como "tratamento" das disfunções da pele em uma época em que a beleza se sobrepõe na sociedade. Traz como objetivo apresentar as disfunções e os tipos de procedimentos para o tratamento de pele, seja ela cutânea ou corporal. Para o desenvolvimento buscou-se em GUIRRO E GUIRRO (2014), BACHA, FIGUEIREDO (2012), MENDES, FELIZZOLA (2014) em revistas livros e internet estudos e pesquisas feitos sobre o tema, trata-se, pois, de uma revisão de literatura com abordagem qualitativa. Conclui-se com a revisão de literatura que os procedimentos embelezam homens e mulheres sem riscos à sua saúde desde que realizados dentro dos padrões exigidos pela profissão.

Palavras-chave: Pele, Disfunções, Procedimentos, Homens, Mulheres

Abstract: This study is a clipping of a monograph presented at the Postgraduate Course in Aesthetic Biomedicine. He initially listed the dysfunctions that most bother some men and women who seek beauty one of the biggest concerns. Subsequently, he presented the procedures that are performed as "treatment" of skin dysfunctions in a time when beauty overlaps in society. It aims to present the dysfunctions and the types of procedures for the treatment of skin, be it cutaneous or corporal. For the development GUIRRO E GUIRRO (2014), BACHA, FIGUEIREDO (2012), MENDES, FELIZZOLA (2014) we searched in magazines books and internet studies and researches made on the subject, it is a review of literature with a qualitative approach. It is concluded with the literature review that the procedures embellish men and women without risks to their health provided that they are performed to the standards required by the profession.

Keywords: Skin, Dysfunctions, Procedures, Men, Women

1. INTRODUÇÃO

[1] Biomédica graduada pela Universidade de Uberaba – UNIUBE; Especialista em Acupuntura pela UNISAÚDE/CENTER FISIO – IMES, Brasília DF; Especialista em Análises Clínicas pela UNIASSELVI/ Instituto Máximo Passo 1. Patos de Minas, MG, Especialista em Biomedicina Estética pelo Nepuga – DF e em Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP. Professora da Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP. E-mail: karenynepaiva@hotmail.com

Recebido em 20/02/2019
Aprovado em 15/04/2019

Nunca se percebeu com tanta ênfase a preocupação com a estética como na contemporaneidade. Nas décadas passadas a perfeição da aparência física, limitava-se ao campo feminino, e aos produtos naturais como a água que se lavava o arroz para rejuvenescer a pele e evitar as rugas, produtos que compunham a medicina alternativa e os espartilhos para tornar mais acentuada a cintura das mulheres, os homens limitavam-se apresentarem-se limpos, roupas bem passadas, cabelos cortados e barba aparada.

Com o processo da globalização, com a necessidade de estar ativo no mundo mercadológico e apresentar-se bem para os outros, pode-se dizer que se globalizou também a beleza e a aparência física, porém não somente a das mulheres, os homens também se envaideceram e ambos as colocam como primordial em suas vidas.

A globalização expande o campo mercadológico da estética com os diversificados tratamentos, dentre eles o da pele cutânea e do corpo. São as massagens redutoras para gordura localizada, eliminação de estrias, eliminação de rugas, acnes e marcas trazidas pelo excesso de sol, frio e poluição, tudo em nome da saúde ou da vaidade.

Essa modernidade atrai novos estudos, pesquisas novas e é nesse contexto que se justifica esta pesquisa, pois procurou aprofundar mais sobre os procedimentos procurados, tanto por mulheres quanto por homens, para ajustarem-se aos novos padrões "impostos" pela modernidade.

Assim sendo este trabalho parte do objetivo de apresentar os procedimentos para os tratamentos de pele procurados por homens e mulheres na Era da valorização da beleza estética: o século XXI.

O assunto aqui abordado não é relativamente novo, visto que é possível encontrar pesquisa de cada um dos que serão mencionados, porém não um estudo cujos procedimentos estão condensados em um só, é um trabalho no qual se pode ter uma visão geral para posteriormente partir para um específico, para o que atende a necessidade de quem pesquisa ou de quem quer ter conhecimento das práticas e consequências do tratamento estético.

Os objetivos são de apresentar os tipos de procedimentos para o tratamento de pele cutânea e corporal, conceituar beleza e vaidade e a preocupação das pessoas dos sexos masculino e feminino com a aparência estética; conceituar a pele humana e apresentar as disfunções nela apresentada; enumerar os procedimentos cabíveis à pele sem intervenção cirúrgica possíveis de serem realizados por esteticista.

Para a realização da pesquisa procurou-se a revisão de literatura para conceituar, enumerar e descrever os procedimentos estéticos realizáveis na pele por um profissional

biomédico. Tem-se, pois, uma pesquisa de abordagem qualitativa por não se realizar uma pesquisa de campo e sim pautar em teorias que abordam sobre a pele, práticas realizáveis por um esteticista biomédico.

A revisão de literatura compõe-se da evolução do tema e ideias de diferentes autores sobre o assunto, ou seja, retrata o estágio da investigação do problema a partir da bibliografia disponível (OLIVEIRA, 2011). A abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto.

1.1 A preocupação de mulheres e homens com a beleza estética

A preocupação com a beleza física, antes designadas mais às mulheres, hoje torna-se também peculiar em muitos homens. As mulheres preocupavam-se em estar belas para arrumarem um bom casamento, preocupavam-se com o corpo perfeito, para tal usavam espartilhos e cintas, porém ao que parece, há uma reformulação do mito de Narciso em circulação nas sociedades contemporâneas. Cultuar o corpo e a admirar a própria beleza faz parte do cotidiano de homens e mulheres (BACHA, FIGUEIREDO, 2012).

Desde os séculos passados, as mulheres, ainda crianças, aprendem como valorizar a beleza e a delicadeza das curvas do corpo e do rosto. As roupas e os acessórios são escolhidos com cuidado, o que intensifica a valorização do belo e do corpo feminino, já antigamente, os homens bem cuidados limitavam-se a escolher uma gravata bonita, um terno bem cortado ou um relógio vistoso (BACHA, FIGUEIREDO, 2012). Os homens achavam que bastava demonstrar masculinidade nas atitudes, estar limpo, com barba aparada e cabelos bem penteados. Como tudo no mundo se transforma, transformou-se o modo de as mulheres se embelezarem e transformou-se a percepção do homem sobre si.

Hoje, o número de homens que procuram produtos de estética e demais recursos para valorizar a aparência está aumentando a todo vapor (LUCENA, 2012). Aos poucos, isso foi mudando, eles puderam mostrar músculos bem delineados, realçar os contornos masculinos (BACHA, FIGUEIREDO, 2012). os homens estão sendo estimulados, pela globalização, a seguirem os passos femininos no quesito de valorização da beleza e da juventude.

Toda essa preocupação advém de outra preocupação, a de ajustar-se aos moldes da sociedade, uma sociedade que se tornou consumista, que coloca o ter à frente do ser, que procura cuidar da aparência, valorizar a estética do corpo e os acessórios da moda. Ter o ser exterior, ou seja, um rosto e um corpo perfeito, ter beleza exterior para atrair o olhar do outro, para ser aceito e permanecer em um emprego.

Com a ditadura atual da moda, existem inúmeros homens e mulheres que se sentem inibidos, envergonhados por estarem gordos, por terem celulites, marcas de expressões faciais (FERREIRA, 2017) e a primeira atitude que tomam é se esconderem, outros reagem e procuram se adequar à nova proposta, principalmente da mídia, vão a busca de procedimentos que revertam seus aspectos físicos, estão dispostos Para Ferreira (2017, p. 03) "a tudo para alcançar o padrão desejado ou ditado pela moda atual".

Ambos, homem e mulher percebem, caso não consigam se enquadrar no padrão da moda, que o mundo social os discrimina em várias situações do dia a dia e que as pessoas atraentes parecem receber mais suporte e encorajamento no desenvolvimento de repertórios cognitivos socialmente seguros e competentes (TOSATTI, PERES e PREISSLER 2007).

O rosto é a identidade do ser humano. Cada um traz em si suas especificidades e é o primeiro a ganhar as marcas tanto do cansaço do dia a dia, da indisposição psicológica, da transição da infância para a adolescência quanto dos anos vividos. Com as mudanças a pele sofre. Sofre com o contado exagerado do sol, da friagem, do vento, das diversas poluições, sejam elas do ar ou do excesso de produtos utilizados para melhorar a aparência facial e ele é a primeira preocupação.

E se quando não se tinha a dispor tantos produtos de beleza, tantos meios para prevenção ou correção das expressões que certamente chegariam, muitas mulheres já se preocupavam em apresentar-se com o rosto jovial ou sem marcas das espinhas, estas não apenas para o sexo feminino, mas também para o sexo masculino, das rugas, do melasma, hoje, com o avanço das pesquisas, da infinidade de produtos e aparelhos e de profissionais que se preparam cada vez no âmbito da estética, tanto mulheres quanto os homens preocupam-se ainda mais com a beleza.

Outra preocupação, e maior pela parte feminina, são as estrias, estas são escondidas pelas mulheres, pois também, as deixam desconfortáveis, quando se tem que deixá-las à mostra em um clube, praia, em algum momento necessário diante de pessoas conhecidas ou não.

1.2. Uma breve conceituação da pele humana e suas disfunções

À medida que vai envelhecendo, altera sua estrutura e funções, tais alterações reduzem o tecido conjuntivo. De acordo com PINTO, MEJIA (2013, p. 03)

> A pele é uma cobertura impermeável resistente e flexível do corpo que se funde com as membranas de revestimento. Proporciona uma cobertura de superfície, e também é um órgão sensitivo dotado de uma infinidade de

> terminações nervosas que fornecem sensibilidade ao tato e pressão, alterações de temperatura e estímulo dolorosos.

A pele é caracterizada como o maior órgão do corpo humano e cumpre distintas funções importantes tais como proteção perante agressões físicas, tais como as radiações ultravioletas; químicas, evitando a absorção de substâncias tóxicas; mecânicas, como as contusões e os corpos estranhos; e biológicas, impedindo a proliferação de germes. Ela auxilia a manter a estabilização interna através da temperatura, gera a transpiração em situação de calor e o enrijecimento quando frio, ou o controle hidroeletrolítico, do suor, ou seja, o líquido transcelular.

Yoshito (2011, p. 15) ponta três divisões para a pele: epiderme, derme e hipoderme.

> A epiderme é constituída por epitélio estratificado pavimentoso queratinizado, a epiderme é formada por quatro tipos celulares: os queratinócitos, os melanócitos, as células de Langehans, as células de Merkel. A derme é constituída por fibras de colágeno e elastina dispersas em uma substância fundamental amorfa, juntamente com os fibroblastos que sintetizam o colágeno, as fibras de elastina e os demais componentes da matriz extracelular. Já a hipoderme é a camada mais profunda e subjacente a pele, de espessura variável, formada principalmente por tecido adiposo, que é ricamente servido de vasos sanguíneos e nervos. Funcionalmente, a hipoderme está envolvida na regulação de temperatura, isolamento térmico, depósito nutricional, proteção mecânica do organismo às pressões e traumatismo externo e na motilidade da pele.

Assim como os demais órgãos do corpo, à medida que vamos envelhecendo, a pele também passa por modificações. A pele franze, principalmente, na testa e próximo aos olhos, torna-se mais seca, as fibras elásticas ficam sem elasticidade e diminui a gradualmente a gordura que fica no tecido subcutâneo (GUIRRO, GUIRRO, 2004).

São consequências do processo fisiológico da queda das funções do tecido conjuntivo, pois com o passar dos anos, o colágeno torna-se mais rígido e diminui a fixação de fibrilas; as fibras elásticas perdem força pela diminuição da elasticidade; diminui também as glicosaminoglicanas, acompanhada da redução de água, que implica na aderência, migração, desenvolvimento e caracterização celular.

O fluxo sanguíneo cutâneo é de aproximadamente 400 mililitros (ml) por minuto. Funciona também como um vasto emunctório e com fábrica de vitamina D e melanina, que tem função protetora contra os raios ultravioletas (GUIRRO, GUIRRO, 2004).

Quanto à cor, esta é variável. Ela depende da quantidade de melanócitos que se situam entre a epiderme e a derme, ou seja, são os melanócitos os responsáveis pela melanina. Acredita-se que as variações na cor da pele sejam ganhos evolutivos e estejam relacionadas

com a regulação da penetração da radiação ultravioleta (RUV) (MIOT LDB, MIOT HA, SILVA MG, MARQUES MEA, 2009, p. 11)

1.2.1 A acne

A acne uma obstrução inflamatória aparece mais comumente durante a adolescência, mas não está restrita a essa faixa etária. Inicia com a obstrução do ducto pilossebáceo resultante de uma hiperqueratose de retenção, com a presença do P. Acnes (principal bactéria responsável pelo desenvolvimento da acne inflamatória), desenvolvem-se as pústulas e pápulas (FRANÇA, 2016).

Clinicamente, a acne é classificada conforme a sua tipologia em vulgar, hiperandrogênica, iatrogênica, cosmética, escoriado, neonatal, conglobata, fulminante, comedonica, pápulo-pustuloso grave, nódulo-quisto e da mulher adulta (ARAÚJO, DELGADO, 2011).

Para os homens, a acne traz uma irritabilidade maior, as inflamações no rosto são mais sérias. Vários são os fatores que influenciam a gravidade do quadro e o seu surgimento. Porém a elevação da carga hormonal com as modificações características da pele são os principais responsáveis (BRENNER ET AL, 2006).

Devem ser tratadas o mais cedo para não acarretar problemas psicológicos por apresentarem-se mais na parte visível: a face.

O tratamento mais indicado é o peeling químico, que é um tratamento tópico aplicado sobre a pele para destruir porções da epiderme e derme, induzindo na sequencia uma renovação dos tecidos (SILVA, 2014)

1.2.2 Celulite

O Fibro Edema Gelóide, mais comumente chamado de celulite, é uma afecção resultante da degeneração do tecido adiposo percebível no quadris, nádegas e membros inferiores (SILVA, 2012, p. 04) com aspectos ondulados, elevados, caracteriza-se pela presença de pequenas depressões na pele parecido com casca de laranja (ABE, FERREIRA, 2014), esta aparência dá-se devido ao tecido adiposo degenerar pela má circulação e acumulação de gordura faz com que as fibras se rompam e acumulem no tecido subcutâneo de forma lenta (WEIMANN, 2004).

1.2.3 Estrias

As estrias, vergões, inicialmente avermelhados e formando posteriormente linhas esbranquiçadas e conhecida no meio científico como lesões lineares de atrofia tegumentar, são benignas e bilaterais. Podem aparecer em homens e mulheres, geralmente a partir da puberdade. normalmente regiões como: seios, glúteos, pernas e abdome.

As estrias surgem devido à degeneração das fibras elásticas presentes na derme em virtude da ocorrência de uma força de tensão apresentando modificações nas fibras colágenas (OLIVEIRA, ALCÂNTARA, 2017). As estrias surgem também devido a não hidratação da pele, ao fato de engordar e emagrecer, à gravidez, ao crescimento rápido e o desequilíbrio hormonal (MEDEIROS, 2005).

1.2.4 Flacidez

A pele apresenta flacidez mais cedo ou mais tarde, é um processo natural do passar dos anos de cada pessoa. As causas variam entre a falta de atividade física, o engordar e o emagrecer demasiadamente, a própria natureza humana com o envelhecimento (GUIRRO, GUIRRO, 2004). A flacidez deixa o tecido da pele inconsistente, frouxa, a falta de elasticidade forma a ruga principalmente nas bochechas e pálpebras, região dos olhos, pescoço, queixo e em volta da boca (MEYER PF, LISBOA FL, ALVES MCR, AVELINO, 2005).

1.2.5 Melasmas

Os melasmas são alterações na cor da pele consequente, principalmente da radiação ultravioleta (MIOT ET AL, 2009), da exposição demasiada ao sol e do uso dos anticoncepcionais pelas mulheres e também devido estimulação ovariana ou disfunção tireoidiana, tumores ovarianos, certos cosméticos, nutrição, medicamentos fotossensibilizantes, doenças hepáticas, parasitoses, drogas fototóxicas e medicamentos anticonvulsivantes (OLIVEIRA, 2013).

O melasma é formado pela hiperpigmentação obtida, com reincidentes, que resultam do aumento na produção de melanina em todas as camadas da epiderme e um número maior de melanossomas maduros (MARTINS, OLIVEIRA, 2015).

1.2.6 Rugas

As rugas, disfunção cutânea que mais incomoda o sexo feminino, tem sua formação na rigidez do colágeno e na perda da elasticidade natural da elastina, o que leva o número de fibras reduzirem. A cada de gordura na pele não se mantem no mesmo nível e a oxigenação torna-se

mais lenta (GUIRRO, GUIRRO, 2004). Elas podem ser divididas em três níveis: dobras e rugas gravitacionais, rugas finas e rugas de expressão (BARBOSA, CAMPOS 2013).

Elas podem ser causadas também pelos movimentos repetitivos e normais, classificada como rugas dinâmicas; em decorrência ao cansaço das estruturas que consiste na pele, rugas estáticas, e as decorrentes da perda da elasticidade da pele, ou seja pela flacidez, as chamadas rugas estáticas (BITTENCOURT, SOUZA, 2013).

2. TRATAMENTOS ESPECÍFICOS PARA AS DISFUNÇÕES NA PELE

Para ficarem esteticamente belos, livres das rugas, das marcas de expressão, das gordurinhas localizadas, das estrias, acnes, flacidez, melasmas ou celulites tanto homens quanto mulheres para não serem discriminados pela sociedade, inicialmente, passam a ser consumistas de produtos de beleza que são divulgados na mídias, revistas e jornais e posteriormente ao procedimentos estéticos e dentre os variados procedimentos encontra-se a radiofrequência, a toxina botulínica, o microagulhamento, Carboxiterapia, peeling, endermologia

2.1 Radiofrequência

A radiofrequência, utilizada desde 1950 por neurocirurgiões, é utilizada no tratamento da flacidez da pele do rosto, do pescoço e das mãos, sendo um dos maiores problemas causados pelo envelhecimento (MELO, 2013).

A energia gerada pela radiofrequência penetra em nível celular na epiderme, derme e hipoderme e alcança inclusive as células musculares. Quando passa pelos tecidos, a corrente gera uma ligeira fricção ou resistência dos tecidos, produzindo uma elevação térmica da temperatura tissular (BOCK, NORONHA, 2013) que provoca uma contração da pele, sem cortes, hematomas, inchaço ou descamações fortes e sem se afastar das atividades normais e sob anestesia local.

O procedimento com a radiofrequência tem corroborado para alterar termicamente o tecido conjuntivo da pele com ampliadores que aquecem dentro do tecido, produzindo temperatura no intervalo crítico de (65 – 75 º C) para o encolhimento do tecido conjuntivo e remodelação (SOUSA, 2012). A radiofrequência gera energia e forte calor sob a camada mais profunda da pele.

Enquanto a superfície está fria e protegida, contrai o colágeno. Quando a onda é aplicada sobre a superfície da pele, ela é resfriada (epiderme) e ao mesmo tempo uma energia de

radiofrequência é passada para as camadas mais profundas (derme), ou seja, quanto maior o calor, maior é a diminuição da distensibilidade e maior a densidade de colágeno, o que diminui a flacidez da pele (ANDRADE, TOKARS, 2017), no entanto, mesmo sendo eficaz deve-se tomar cuidado, a energia deve ser moderada para se evitar efeitos colaterais não desejáveis.

A radiofrequência gera efeitos atérmicos e térmicos, melhora da microcirculação e consequentemente há acréscimo do fluxo sanguíneo no tecido adiposo, provocando aumento de seu metabolismo, homogeneíza a gordura sub dérmica e aumenta a elasticidade da pele (TAGLIOLATTO, 2015), no entanto, deve-se monitorar a temperatura durante a aplicação com o auxílio de um termômetro e realizar movimentos repetitivos.

2.2 Microagulhamento

O microagulhamento pode ser um procedimento que se realiza com um aparelho em formato de um rolo permeado de agulhas cirúrgicas de aço bem finas, com tamanho que vai 0,5 a 3,0 mm. Ele usado no rosto, pescoço, mão, glúteos, braços, abdômen, coxas, mamas e couro cabeludo. É indicado para o tratamento de rugas, linha de expressão, cicatrizes de acnes estrias, melasmas entre outros. (LIMA, SOUZA, GRIGNOLI, 2015).

Apresenta-se nesse contexto como boa opção e tem como princípio o estímulo na produção de colágeno, sem provocar a desepitelização total observada em algumas técnicas ablativas, (SANTANA, LIMA, LIMA ET AL, 2015) dessa forma, o microagulhamento é um procedimento que possui menos riscos e efeitos colaterais, é menos invasivo. O tratamento com o microagulhamento é benéfico por ter cicatrização rápida, pois não se retira a epiderme (PEREIRA ET AL, 2015).

O procedimento pode ser feito com anestesia tópica aplicada cerca de 45 minutos antes, e o dermaroller deve ser friccionado de 15 a 20 vezes na direção horizontal, vertical e oblíqua, sob pressão vertical média calculada em torno de 6N (SANTANA, LIMA, LIMA ET AL, 2015).

Assim como a radiofrequência, o microagulhamento não têm efeitos colaterais graves, contudo é bom tomar precauções tais como evitar tomar sol, nadar, tomar banho, utilizar creme e abaixar a cabeça logo após o procedimento, é bom que aguarde por quadro horas para realizações das tarefas cotidianas.

2.3 Carboxiterapia

A carboxiterapia é um procedimento estético não cirúrgico. Auxilia nos tratamentos realizados no rosto, pois "aumenta a produção de colágeno. Nas nádegas, reduz a celulite, já no couro cabeludo, estimula o crescimento dos fios de cabelo, e, na gordura localizada, destrói as células de gordura" (MENDES, FELIZZOLA, 2014).

Para as estrias, aplica-se CO2 diretamente nelas por meio de uma infusão intradérmica, provocando uma inflamação o que resulta em sua melhora (PAULA, 2015). o gás propaga rapidamente através dos tecidos, vai até os músculos subjacentes e é eliminado pelos pulmões e pela via renal (CARVALHO, MEJIA, 2012).

"A carboxiterapia é eficaz no combate às estrias, eliminado completamente as estrias que ainda se apresentam arroxeadas, rosadas ou avermelhadas [...] (MENDES, FELIZZOLA, 2014) é também aconselhada para qualquer afecção que tenha necessidade de mais oxigenação e contração na pele (PAULA, 2015).

A sua aplicação é ampla e, quando aplicado no rosto, aumenta a produção de colágeno. Nas nádegas, reduz a celulite, já no couro cabeludo, estimula o crescimento dos fios de cabelo, e, na gordura localizada, destrói as células de gordura.

2.4 A toxina botulínica

A toxina botulínica tipo A, TBA, é uma das opções para o tratamento e prevenção das rugas dinâmicas do terço superior da face. "É produzida a partir de uma cultura de clostridium botulinium, que é comercializada na forma congelada, em vácuo, e estéril, que se desenvolve num meio contendo amina e extrato de levedura" (DUARTE, 2015).

Mais conhecida como Botox®, "Toxina Botulínica do tipo A, TBA. É um agente biológico, obtido em laboratório, substância produzida pela bactéria chamada Clostridium botulinum, uma bactéria gram-positiva e anaeróbica" (CHAVES, 2016) que ameniza as rugas frontais, glabela, eleva a sobrancelhas, as rugas periorbitais, as rugas nasais, as rugas mentonianas e do colo.

Com a aplicação TBA ocorre a paralisação temporária da musculatura, além de suavizar as linhas de expressão e rejuvenescimento do rosto. O embelezamento da pele cutânea com a Toxina Botulínica inibe a liberação dos neurotransmissores, tais como a acitilocolina, os efeitos da TBA começam a ser percebidos após dois dias de ter sido aplicada e com duas semanas é possível ver o efeito completo.

Dentre os efeitos colaterais, encontra-se a dor de cabeça, a náusea, os hematomas e as equimoses, recomenda-se não abaixar a cabeça por pelo menos quatro horas após ser aplicado, não praticar esportes durante 24h e não ingerir anti-inflamatórios.

Os efeitos adversos são ardor, dor, edema, irritação no local de aplicação, assimetria, reação de hipersensibilidade imediata (RIBEIRO, 2014).

2.5 Ultrassom

O ultrassom estético é procedimento terapêutico utilizado em clínicas de estética corporal para tratamentos de algumas condições inestéticas (PAULA, 2015). E um procedimento que utiliza ondas ultrassônicas, cujo contato com o tecido, promove efeitos biofísicos.

Pode-se salientar também a neovascularização com consequente aumento da extensabilidade das fibras colágenas e melhora das propriedades mecânicas do tecido (GUIRRO, GUIRRO, 2014). Entre os principais benefícios estão à melhora da oxigenação dos tecidos, a quebra da cadeia de gordura e a melhora do tônus muscular (PETROSKI, 2017).

O ultrassom é usado para a eliminação do fibro edema gelóide e para a massagem modeladora. Para o procedimento em tecidos superficiais, o ultrassom mais indicado é o com ondas de 3MHz (OLIVEIRA, VAZQUES, SOUZA, 2017). "Essas ondas penetram de três centímetros a quatro centímetros de profundidade, ativam a circulação sanguínea e potencializam a eliminação de gordura" (NEVES, 2014), no entanto, tem contraindicação para as grávidas, os diabéticos, pessoas com varizes, flebites, hipertensos e que estejam em processo pós-cirúrgico.

O ultrassom tem como benefício aumentar a síntese e regeneração da inervação periférica, aumenta o fluxo sanguíneo do metabolismo celular e traz aumento das proteínas dos fibroblastos, além de aumentar a velocidade de regeneração dos tecidos. Ele age nas disfunções dos tecidos do rosto através de reações estruturais e bioquímicas da epiderme, especificamente, próximo aos olhos, local mais sensível, no qual precisa-se estruturas químicos e físicas que inibem a penetração de cosméticos.

2.6 Peeling

O peeling é um procedimento que visa acelerar o processo de esfoliação cutânea, promovendo a renovação celular, pelo uso de substâncias químicas (VELASCO, 2004), é um dos tratamentos estéticos indicados para melhorar a aparência da acne está o peeling químico,

que é um tratamento tópico aplicado sobre a pele para destruir porções da epiderme e derme, induzindo na sequencia uma renovação dos tecidos (SILVA, 2014).

Os peelings podem ser classificados quanto à profundidade em: muito superficiais, superficiais, médios e profundos (YOKOMIZO ET AL, 2013). O *peeling* superficial é normalmente epidérmico e não tem riscos de complicações para o paciente. Pode ser usado em qualquer tipo de pele e em toda extensão do corpo. Ele atinge apenas a epiderme, a descamação é fina e clara, melhora a textura da pele, auxilia no tratamento da acne, amenizam as rugas finas e estimulam a renovação do colágeno.

O peeling médio é utilizado para remover queratoses actínicas, rugas, discromias pigmentares ou para melhorar a aparência das cicatrizes. Provocam descamação espessa e escura, demandando de sete a 15 dias para retorno à vida normal. São indicados para ceratoses (lesões pré-cancerosas) e rugas mais pronunciadas (YOKOMIZO ET AL, 2013). Já os p*eelings* profundos são procedimentos mais intensivos e agressivos que os outros. Provocam a formação de muitas crostas espessas, e o pós-*peeling* pode exigir o uso de curativos (YOKOMIZO ET AL, 2013).

2.7 Endermologia

Trata-se de uma prática que engloba aparelhos específicos que busca a sucção, mobilização dos tecidos. No Fibro edema gelóide há uma alteração no colágeno, favorecendo a fibroesclerose dos septos conjuntivos (GUIRRO, GUIRRO, 2004).

O equipamento utilizado para a aplicação da endermologia possui uma bomba de sucção que modula a pressão em unidades de mmHg. Equipamentos de fabricação nacional possuem bombas que produzem pressão de até 600 mmHg, sendo que alguns possuem modulação na sucção nos modos contínuo e pulsado.

A endermologia através da ação mecânica deixa o tecido mais maleável mesmo que o fibroedema gelóide esteja em estado mais avançado, diminui os sulcos da pele e melhora a circulação (SILVA, 2017).

A endermologia é um dos principais recursos para a melhoria do contorno corporal, sem a necessidade de intervenção cirúrgica, é uma massagem mecânica que mobiliza de maneira profunda a pele e o tecido celular subcutâneo. Ao se massagear a pele e o tecido celular há a quebra das fibras que estão aglomeradas de gordura, o que consequentemente melhora a circulação, promove maior oxigenação, nutre, elimina as toxinas e reproduz os nódulos que

causam a celulite. O procedimento é eficaz por desenvolver a circulação do sangue e linfática e diminuir as aderências, fibrose e diminuição da gordura localizada.

8. CONCLUSÃO

Ser belo no século XXI não é uma superficialidade, mas uma necessidade, pois para ser respeitado hoje na sociedade não se deve apenas ter caráter, tem-se que ser belo. Ser belo, ou estar dentro dos padrões exigido pela sociedade, para ser aceito no mercado de trabalho, na "tribo" escolar, ou em lugar público como clubes, piscinas entre outros é preciso ter rosto sem marcas de expressão, não ter gordura localizada, celulites e estrias, caso contrário se é excluído do meio em que se está inserido.

Com tais exigências feitas pela sociedade tanto mulheres quanto homens partem em busca de tratamentos de beleza que consigam deixá-los mais apresentáveis e, uma das preocupações são as disfunções da pele. Buscam os procedimentos com a toxina botulínica, com a Carboxiterapia, Endermologia, com o microagulhamento, Ultrassom, e com o Peeling.

São procedimentos que oxigenam o tecido, facilitam a circulação sanguínea e renovam a aparência da face e do corpo, além disso traz mais segurança, confiabilidade e autoestima para quem procura o "tratamento", evitando assim que se sinta excluído, que se tenha transtorno psicológico por não se aceitar e ou pensar não ser aceito pelas disfunções percebíveis e não percebíveis que apresentam em si.

Tem-se com os procedimentos indicados para a eliminação ou redução das disfunções, na pele cutânea ou corporal, profissionais que atuam cada vez mais em prol da beleza humana.

9. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

ABE Hellen Tiemi, FERREIRA, Lucas Lima. Tratamento Do Fibroedema Geloide Com Radiofrequência. Revista Pesquisa em Fisioterapia. 2014 Dez;4(3):206-214. Acesso 16 jun 2018

ANDRADE Keli Cristina de, TOKARS Eunice. Ação Da Radiofrequência No Processo De Envelhecimento Da Face. Curitiba. PR. http://portalbiocursos.com.br/ohs/data/docs/19/38_-_A_utilizaYYo_da_radiofrequYncia_no_tratamento_da_flacidez_facial.pdf

ARAÚJO, Ana Paula Serra de; DELGADO Daniela Cardoso; Regiane Marçal. Acne Diferentes Tipologias E Formas De Tratamento. VII EPCC. Encontro Internacional de Produção Científica. ISBN 978-85-8084-055-1. *Acessado em 28 abr. 2018.* Disponível em:

www.cesumar.br/prppge/pesquisa/epcc2011/anais/ana_paula_serra_araujo%20(3).pdf

BARBOSA Débora Fischer, CAMPOS Ludmila Guterres, Os Efeitos Da Corrente Galvânica Através Da Técnica De Eletrolifting No Tratamento Do Envelhecimento Facial. movimento & saúde • REVISTAINSPIRAR Volume 5 • Número 1 • Edição 22 • janeiro/fevereiro de 2013

BACHA, Maria de Lourdes; FIGUEIREDO, Celso. Excesso de gostosura: um estudo sobre a vaidade e comunicação da beleza nas classes C e D. Trabalho apresentado no III Pró-Pesq PP – Encontro de Pesquisadores em Publicidade e Propaganda no GT5–Propaganda e mercado. De 24 a 25/05/2012. CRP/ECA/USP. Acessado em 23 maio 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/6812607/Excesso_De_Gostosura_Um_Estudo_Sobre_Vaidade_E_Comunica%C3%A7%C3%A3o_Da_Beleza_Nas_Classes_C_E_D.

BITTENCOURT Tauana Bocca , SOUZA Alison Walvy de. Eletrolifting Em Rugas Faciais. http://tcconline.utp.br/media/tcc/2017/06/eletrolifting-em-rugas-faciais.pdf
BOCK Vanessa, NORONHA Alessandra Ferreira de. Estimulação da neocolagênese através da radiofrequência. Revista Eletrônica Saúde e Ciência. Volume III. Nº 2. Ano 2013. ISSN 2238 4111

BRENNER Fabiane Mulinari , et al ACNE: um tratamento para cada paciente, Rev. Ciênc. Méd., Campinas, 15(3):257-266, maio/jun., 2006, p. 258. *Acessado em 28 abr. 2018.* http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/cienciasmedicas/article/viewFile/1117/1092

CARVALHO, Flávia Alves de, MEJIA Dayana Priscila Efeito da Carboxiteparia no Tratamento do Fibroedema Gelóide.
http://portalbiocursos.com.br/ohs/data/docs/18/83_-_Efeito_da_Carboxiterapia_no_Tratamento_do_Fibroedema_GelYidepdf

CHAVES Marina Juliana Leite, Benefícios da Utilização da Toxina Botulínica e Peelings Químicos para Tratamento de Disfunções Estéticas. Instituto de Ensino Superior e Pesquisa Centro De Capacitação Educacional. Recife. 2016.
http://www.ccecursos.com.br/img/resumos/benef-cios-da-utiliza--o-da-toxina-botul-nica-e-peelings-qu-micos-para-tratamento-de-disfun--es-est-ticas.pdf

DUARTE Maria José da Silva, Toxina Botulínica para além da Cosmética. Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências. Faculdade de Ciências e Tecnologia do Algarve – Ualg. 2015. https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/7804/1/fim.pdf

FRANÇA, Paula. Limpeza de pele, um procedimento que faz a diferença quando personalizado. Periódico profissional de estética, ANO II - Nº 08 – 2016. www.esteticacomciencia.com.br.http://loja.esteticacomciencia.com.br/wp-content/uploads/2017/05/edicao8.pdf. *Acessado em 21 abr. 2018*

FERREIRA, Carla Rocha. A imagem que o corpo assume no século XXI: Quanto vale um corpo bonito?. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XX, n. 158, mar 2017. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18598&revista_caderno=24>. Acesso em jun 2018.

GUIRRO, Elaine C; GUIRRO Rinaldo, Fisioterapia Dermato - Funcional: Fundamentos, Recursos, Patologias. Barueri-São Paulo Manole, 2004.

LUCENA, Maria Inês Ghilardi. Gênero e representações sociais na mídia: o corpo masculino. REDISCO Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, p. 88-97, 2012, p. 93. Disponível em: http://periodicos.uesb.br/index.php/redisco/article/viewFile/900/819. Acessado em: 23 maio 2018

Maringá–Paraná. –Brasil. Anais Eletrônico IX EPCC –Encontro Internacional de Produção Científica UniCesumar. Nov. 2015, n. 9, p. 4-8 ISBN 978-85-8084-996-7 http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/epcc2015/anais/francielle_de_oliveira_pereira.pdf

MARTINS Vanessa Cristiane dos Santos, OLIVEIRA, Silvia Patrícia de, Estudo Dos Benefícios Do Tratamento De Melasma Por Intermédio Do Ácido Kójico Associado Ao Ácido Glicólico
http://tcconline.utp.br/media/tcc/2015/09/estudo-dos-beneficios-do-tratamento-de-elasma.pdf

MEDEIROS, Olavo Souza de. *Pele humana*: doenças e tratamento. Porto Alegra: ArtMed, 2005.

MELO Flávia Christtinne da Silva, O Uso Da Radiofrequência E Da Carboxiterapia Como Recurso No Tratamento Do Envelhecimento Da Pele. Manaus. 2017

MENDES, Tarcísio Campos Marques In FELIZZOLA, Luciclea Sevalho, MEJIA Dayana Priscila Maia. A carboxiterapia como tratamento para estria.
http://portalbiocursos.com.br/ohs/data/docs/18/74_A_Carboxiterapia_como_tratamento_para_estria.pdf

MEYER PF, LISBOA FL, ALVES MCR, AVELINO MB. Desenvolvimento e aplicação de um protocolo de avaliação fisioterapêutica em pacientes com fibroedema gelóide. Fisioterapia em Movimento. 2005; 18:75-83.

MIOT LDB, MIOT HA, SILVA MG, MARQUES MEA. Fisiopatologia do melasma. c2009 by Anais Brasileiros de Dermatologia. An Bras Dermatol. 2009;84(6):623-35.
http://www.saudedireta.com.br/docsupload/1410280465melasma.pdf. *Acessado em 21 abr. 2018*

NEVES, Priscila Andressa; QUADROS, Jessica Forlepa Macedo, Ana Carolina Brandt de. Efeito Da Aplicação Da Massagem Modeladora E Ultrassom Na Região Abdominal Em Mulheres Sedentárias. Faculdades Integradas do Brasil. UNIBRASIL. Grupo educacional. Cadernos da Escola de Saúde, Curitiba, 11: 128-138. ISSN 1984 – 7041.
portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernossaude/article/.../2408/1978

OLIVEIRA, Ellen Brazão de, MERCES Vanessa Silva, Melasma e os seus tratamentos. -- Belém, 2013. Trabalho de Conclusão de Curso - (Graduação) – Faculdades Integradas Ipiranga, Tecnólogo em Estática e Cosmética. M48m. CDD – 21.ed. : 616.07.
www.ipirangaeducacional.com.br/banco.../ipiranga_educacional07b000b4764.pdf

OLIVEIRA Lunara Luiza Vera Vazquez de, SOUZA Alison Walvy de, Aplicação Do Ultra-Som Na Estética Corporal No Tratamento Do Fibro Edema Gelóide (FEG).

http://tcconline.utp.br/media/tcc/2017/06/aplicacao-do-ultra-som-na-estetica-corporal.pdf

PAULA Ana Helen Ribeiro de, Infusão de gás carbônico na atrofia linear cutânea. Revista Estética com Ciência. Periódico Profissional de Estética. Ano 1. Nº 4. 2015. http://loja.esteticacomciencia.com.br/wp-content/uploads/2017/05/edicao4.pdf

PEREIRA, Francielle de Oliveira, Et al Microagulhamento Como Agente De Indução De Colágeno No Tratamento De Rugas Faciais IX EPCC –Encontro Internacional de Produção Científica UniCesumar 03 a 06 de novembro de 2015.

PETROSKI Amanda Suelen, DUTRA Cynthia Maria Rocha, Uso Do Ultrassom Associado À Massagem Modeladora Para Redução De Medidas.
Http://Tcconline.Utp.Br/Media/Tcc/2017/05/uso-do-ultrassom-associado-a-massagem-modeladora-para-reducao-de-medidas.Pdf

PINTO Lindalva Lima de Oliveira, MEJIA Dayana Priscila Maia. Envelhecimento Cutâneo Facial: Radiofreqüência, carboxiterapia, correntes de média frequência, como recursos eletroterapêuticos em fisioterapia dermato - funcional na reabilitação da pele – resumo de literatura. Disponível em:
http://portalbiocursos.com.br/ohs/data/docs/14/13_- Acesso em: 28 julho 2018

RIBEIRO Isar Naves De Souza, O Uso Da Toxina Botulínica Tipo "A" Nas Rugas Dinâmicas Do Terço Superior Da Face. Revista da Universidade Ibirapuera - - Universidade Ibirapuera. São Paulo, v. 7, p. 31-37, jan/jun. -2014
SANTANA Candida Naira Lima e Lima Et al. Microagulhamento no tratamento de cicatrizes atróficas de acne: série de Casos. DOI: http://dx.doi.org/10.5935/scd1984-8773.2016831860

SILVA, Aline Gabriela, Et al. Comparar A Eficácia Do Tratamento Com Ácido Glicólico E Ácido Salicílico Em Acne Grau II. 12º Encontro cultural interinstitucional. 14.15.16 OUT. 2014. EECC.
https://www.fag.edu.br/upload/ecci/anais/55952dffbcb26.pdf.

SILVA Lidiane Elias da, TOKARS, Eunice. Eficácia Da Endermologia No Tratamento Do Fibroedema Gelóide
http://tcconline.utp.br/media/tcc/2017/05/eficacia-da-endermologia-no-tratamento-do-fibroedema-geloide.pdf

SILVA, Paula Carollyne De Oliveira, Os Efeitos Da Endermologia No Tratamento Do Fibro Edema Gelóide: Artigo De Atualização. Acesso 16 jun 2018
Disponível: www.ceafi.com.br/publicacoes/download/a886f2b3ec2ba7fdcaf7f45a6bf130b75

SOUSA Poliana Mendonça de, A Atuação Do Biomédico Em Procedimentos Estéticos Não Invasivos E Invasivos Não-Cirúrgicos. Monografia apresentada à Pró-Reitoria de Graduação Curso de Biomedicina Trabalho de Conclusão de Curso. Brasília. 2012

TAGLIOLATTO Sandra, Radiofrequência: método não invasivo para tratamento da flacidez cutânea e contorno corporal. Radiofrequência: revisão . DOI: http://dx.doi.org/10.5935/scd1984-8773.201574730

TOSATTI Abykeyla Mellisse, PERES Luciana, PREISSLER Helena. Imagem Corporal E As Influências Para Os Transtornos Alimentares Nas Adolescentes Jovens. Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento. ISSN 1981-9919 versão eletrônica Periódico do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Ensino em Fisiologia do Exercício www. ibpefex. com. br- www. rbone. com.br.
Disponível em: http://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/viewFile/36/34. em jun 2018.

WEIMANN, Luciane. Análise Da Eficácia Do Ultra-Som Terapêutico Na Redução Do Fibro Edema Gelóide. Monografia apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná. CASCAVEL. 2004. n. 01-2004 ISSN 1678-8265. Acesso 16 jun 2018
Disponível:www.unioeste.br/projetos/elrf/monografias/2004-1/tcc/pdf/luciane.PDF

VELASCO Maria Valéria Robles, Et al. Rejuvenescimento da pele por *peeling* químico: enfoque no *peeling* de fenol. Artigo de Revisão. *An bras Dermatol, Rio de Janeiro, 79(1):91-99, jan./fev. 2004.* http://www.scielo.br/pdf/abd/v79n1/19999.pdf

YOKOMIZO VMF, Benemond TMH, Chisaki C, Benemond PH. Peelings químicos: revisão e aplicação prática. Artigo de revisão. Surg Cosmet Dermatol 2013;5(1):5868. *www.surgicalcosmetic.org.br/.../5/.../Peelings-quimicos--revisao-e-aplicacao-pratica*

YOSHITO Daniele, Cultivo E Irradiação De Fibroblastos Humanos Em Meio Enriquecido Com Lisado De Plaquetas Para Obtenção De Camada De Sustentação Em Cultura De Células Da Epiderme. Dissertação Apresentada Como Parte Dos Requisitos Para Obtenção Do Grau De Mestre Em Ciências Na Área De Tecnologia Nuclear. Acessado em 24 jun 2018. Disponível em:
www.iaea.org/inis/collection/NCLCollectionStore/_Public/44/066/44066079.pdf.
Acessado em 18 abr. 2018

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

O PROCESSO DESMOTIVACIONAL DE ENFERMEIROS NO AMBIENTE HOSPITALAR DE UMA CIDADE NO NOROESTE DE MINAS GERAIS

Jéssica Aparecida Ferreira Magalhães Rocha[1]
Maria de Lourdes de Aguiar Ferreira[2]

Resumo: Este estudo versa sobre processo desmotivacional em enfermeiros na ambiência hospitalar. Tem como objetivo analisar os fatores que desencadeiam a desmotivação em enfermeiros de um Hospital de uma cidade do noroeste de Minas Gerais entre os anos de 2016 a 2018. É um estudo descritivo de cunho qualitativo, pois foi pautado na revisão de literatura e na análise das respostas obtidas das entrevistas que foram realizadas com enfermeiros que atuam no Hospital de uma cidade no noroeste de Minas Gerais. O instrumento utilizado foi uma entrevista semiestruturada realizada com quinze enfermeiros do referido hospital. Para tal, embasou-se em (BRAGA 2002), (TORRES 2015), (FERREIRA 201), (ALMEIDA, 2013), entre outros. Chegou-se à conclusão que os enfermeiros entrevistados estão desmotivado devido às condições de trabalho.

Palavras-Chave: Enfermeiro. Ambiente Hospitalar. Ansiedade. Estresse. Desmotivação.

Abstract: This study is about the motivational process in nurses in the hospital environment. The objective of this study is to analyze the factors that trigger the demotivation in nurses of a hospital in a city in the north-west of Minas Gerais between 2016 and 2018. It is a qualitative descriptive study, since it was based on the literature review and the analysis of the answers obtained from the interviews that were carried out with nurses who work in the Hospital of a city in the northwest of Minas Gerais. The instrument used was a semi-structured interview with fifteen nurses of the referred hospital. For this, it was based on (BRAGA, 2002), (TORRES 2015), (FERREIRA 2015),(ALMEIDA 2013), among others. It was concluded that the nurses interviewed are unmotivated due to working conditions.

Keywords: Nurse. Hospital Environment. Anxiety. Stress. Demotivation.

1. INTRODUÇÃO

Os enfermeiros ou a enfermagem, em sua trajetória histórica, já passaram e ainda passam por diversos problemas. Problemas estes, desde serem vistos como profissionais sem

[1] Bacharel em Enfermagem pela Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP
[2] Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Evangélica Del Paraguay. Diploma Revalidado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN - Graduada em Letras pela Universidade do Estado de Minas Gerais (2000). Atualmente é professora na: - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. - Colégio Cenecista de João Pinheiro - CNEC - Professora da Faculdade Cidade de João Pinheiro. E-mail: lurdinhaaguiar1@gmail.com

Recebido em 30/03/2019
Aprovado em 22/04/2019

competências e habilidades para atuarem em casos de emergências, apenas como aqueles que dão assistência nos momentos do parto, como serem substituídos por enfermeiros técnicos que podem ser remunerados com salários aquém à função que exercem, dentre outros fatores.

Foram vários os caminhos para chegarem onde estão, porém, mesmo lutando para serem reconhecidos como profissionais capazes, em pleno Século XXI, ainda deparam com a desvalorização profissional, assédio moral, baixos salários e sobrecarga de plantões.

Os problemas, pelos quais esses profissionais têm que enfrentar, os deixam abatidos, irritados, estressados.

Dentro desta perspectiva, surgiu o interesse em pesquisar sobre os enfermeiros do hospital do noroeste de Minas Gerais. A escolha do tema "A desmotivação de enfermeiros no ambiente hospitalar", deu-se por percebermos vários profissionais enfermeiros com expressão de desânimo estampados em seus rostos e profissionais dizendo-se cansados, estressados pela sobrecarga de trabalho.

Diante de tais percepções surgiram os questionamentos: como o enfermeiro percebe-se dentro do ambiente de trabalho? O enfermeiro já se afastou por motivo de estresse, cansaço, seja ele físico ou mental? Em algum momento ele se sente valorizado? Há número suficiente de profissionais para exercer as funções necessárias no ambiente hospitalar? Quais são as maiores dificuldades encontradas pelo enfermeiro no contexto do trabalho? O enfermeiro já sofreu, ou percebe/u casos de assédio moral em seu ambiente de trabalho? Já aconteceu de faltar materiais necessários para a realização de algum procedimento? Se sim, como você se sentiu? O enfermeiro atua dentro de sua carga horária prevista pela lei?

Este artigo teve como objetivo geral analisar os fatores que desencadeiam a desmotivação em enfermeiros de um hospital do noroeste de Minas Gerais. Os objetivos específicos para subsidiá-lo foi o estudo da literatura de alguns teóricos que conceituam e dialogam sobre as dificuldades encontradas pelos enfermeiros em seu ambiente de trabalho; descrever quais são os fatores que podem desencadear a desmotivação e consecutivamente o adoecimento psicológico de enfermeiros.

A metodologia usada para a realização desta pesquisa foi a revisão de literatura e pesquisa de campo. A revisão de literatura segundo Oliveira (2011, p. 15), "compõe-se da evolução do tema e ideias de diferentes autores sobre o assunto. Deve conter citações textuais ou livres com indicação dos autores conforme norma NBR 10520/2002", o que vem ao encontro do desenvolvimento deste trabalho, pois para fundamentar os argumentos foi feito pesquisas em livros, revistas, artigos e monografias para melhor subsidiar o tema.

Para a pesquisa de campo, entregamos a 15 enfermeiros que atendem em um hospital do noroeste de Minas Gerais um questionário com oito questões abertas para verificação dos

problemas que o incomodam na ambiência hospitalar, o que culmina em pesquisa qualitativa.

2. O ENFERMEIRO E SUA ATUAÇÃO NA AMBIÊNCIA HOSPITALAR

Apesar de ser uma profissão ainda não tão valorizada como deveria ser, ela vem se destacando dentre os setores hospitalares, onde os cuidados com o paciente vêm das mãos mais cuidadosas do hospital, a dos enfermeiros, que têm um olhar diferenciado e voltado para o restabelecimento da saúde como um todo, por isso a equipe de enfermagem, cada vez mais, vem se destacando dentro dos hospitais, porque além de ser a maior equipe dentro do hospital, não se consegue visualizar o cuidado com a paciente sem estes profissionais.

O Enfermeiro é um profissional ativo que procura realizar suas funções com eficiência para garantir que sua própria prática não seja deficiente, ausente ou descuidada em qualquer área ou de qualquer maneira" (NETTINA, 2003, p.3). Sempre garantindo a segurança e o conforto para seu paciente, enquanto ele não tem condições de se cuidar sozinho.

Segundo Almeida et al (2013, p. 84)

> O Enfermeiro desempenha na instituição hospitalar o papel do profissional técnico-administrativo, bem como de educador da equipe de enfermagem e da equipe multiprofissional como um todo. Por isso, é imprescindível o conhecimento teórico-prático para atuarmos de forma segura, sistematizada, disseminadora e eficaz.

O profissional de enfermagem, além de ser parte da equipe, é o gerenciador e a parte fundamental para que se tenha um bom funcionamento de todos os setores do hospital, o responsável geral da equipe, tem uma grande responsabilidade sobre suas costas. E tem o objetivo ser a "peça" fundamental na área da Saúde, valorizada por seu conhecimento científico e especializado e suas habilidades no cuidado, que contribuem para melhorar o padrão de saúde da população, garantindo uma assistência segura, efetiva e de qualidade.

Segundo o COFEN, Conselho Federal da Enfermagem, no código de ética do profissional de enfermagem, princípios fundamentais (2017) o profissional de enfermagem

> Participa, como integrante da equipe de saúde, das ações que visem satisfazer as necessidades de saúde da população e da defesa dos princípios das políticas públicas de saúde e ambientais, que garantam a universalidade de acesso aos serviços de saúde, integralidade da assistência, resolutividade, preservação da autonomia das pessoas, participação da comunidade, hierarquização e descentralização político-administrativa dos serviços de saúde.

A enfermagem tornou-se essencial no âmbito da saúde. Se antes era apenas o médico a peça fundamental para a cura do ser humano, percebe-se, hoje, que se não houver um

enfermeiro para auxiliá-lo não é possível um trabalho com eficácia em hospitais, PSFs, Pré-atendimento, clinicas dentre outros, pois o médico trabalha com os sinais de sintomas, já o enfermeiro através do cuidado e da anamnese auxilia-o.

A atuação do enfermeiro é muito complexa, como diz BACKES et al (p.322)

> [...] Ao mesmo tempo em que precisa prestar assistência direta ao paciente, precisa dominar questões burocráticas e administrativas. Apesar de ser também um aspecto importante entendo que este, de certa forma, interfere no desempenho desse profissional dispensado ao paciente.

E como toda profissão tem seus direitos e deveres, a enfermagem também tem a lei que a orienta sobre a regulamentação dos seus deveres, que tem que ser obedecida, para que todo o seu serviço seja respaldado e firmados. A LEI N 7.498/86, DE 25 de junho de 1986, no Art. 11 dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem

> Art. 11. O Enfermeiro exerce todas as atividades de enfermagem, cabendo-lhe:
> I – privativamente:
> a) direção do órgão de enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde, pública e privada, e chefia de serviço e de unidade de enfermagem;
> b) organização e direção dos serviços de enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares nas empresas prestadoras desses serviços;
> c) planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços da assistência de enfermagem;

O âmbito hospitalar requer atenção rigorosa e cautelosa para que assistência seja eficaz e tenha bons resultados, precisa de um bom gerenciamento para que seja completa.

E, como parte do processo do trabalho em saúde, caracteriza-se em subprocessos de trabalho denominados de cuidar ou assistir, administrar ou gerenciar, pesquisar e ensinar (BERNARDINO, FIDELLI E PERES, 2010, p.351) E conseguir finalizar com bons resultados, uma meta, é fazer seu serviço com competência e transparência para que o paciente sinta-se melhor, sinta que está tendo um atendimento diferenciado.

E não diferentemente de outros profissionais, o enfermeiro deve exercer suas atividades com habilidade e competência e ambas são descritas pela RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 3, de 7 de novembro de 2001, no Art. 4º encontra-se:

> I-Atenção à saúde,
> II-Tomada de decisões,
> III–Comunicação,
> IV–Liderança,
> V-Administração e gerenciamento,
> VI-Educação permanente

A competência e a habilidade que devem fazer parte da prática do enfermeiro iniciam-se em sua formação. É a partir de sua formação acadêmica que o enfermeiro toma ciência de

que não é apenas adentrar em um hospital, em um PSF ou locais afins e receber um paciente, ele deve estar preparado a tomar decisões, saber liderar, administrar e nunca se esquecer de que deve estar sempre se atualizando, melhorando seus conhecimentos.

2.1. As possíveis dificuldades encontradas pelo enfermeiro

Muitas são as funções dos enfermeiros e tratando-se de hospitais, passam por diversas atribulações, principalmente quando se deparam com dificuldades que não os deixam executar seu trabalho, essas os levam a decepção, ao desânimo, à desmotivação. São os problemas sociais como a falta de material, o salário não condizente com seu desempenho, a equipe sob sua responsabilidade que, às vezes, não desempenha a contento.

Ressalta-se que os enfermeiros que atuam no ambiente hospitalar sofrem várias influências inerentes às funções assistências e, assim, estão expostos a uma elevada carga de estressores (REZENDE et al, 2012, p.244), com pacientes e também com a falta de recursos matérias, fatores que, tornaram-se rotineiros nos serviços dos profissionais.

> A enfermagem no campo de atuação estabelece uma teia de relações interpessoais e grupais de caráter complexo. Essas relações exigem que o enfermeiro seja o profissional de referência da equipe, em especial para gerenciar as ações e relações. (MENEGHINI apud REZENDE et al, 2012, p. 250)

As estruturas das organizações hospitalares são complexas, tanto do ponto vista estrutural, quanto das relações sociais de trabalho. Suas atividades influenciam no comportamento e na saúde dos trabalhadores (MENEGHINI apud REZENDE et al, 2012, p. 248) por não terem os devidos instrumentos e estrutura física adequada para que os serviços sejam realizados com bons rendimentos para com os pacientes.

> As precárias condições de trabalho relacionadas ao espaço físico e aos problemas administrativos, que dependem de outras categorias profissionais, também podem gerar sofrimento, muitas vezes com rompimento no processo de trabalho do enfermeiro (BRAGA; TORRES; FERREIRA, 2015 p. 59).

A falta de material, deficiência nas estruturas físicas e recursos humanos, sem dúvida deixa a desejar no atendimento nas unidades hospitalares, por não se ter o fundamental para se cumprir o exercício da profissão.

> A deficiência relacionada aos recursos humanos e materiais em qualidade e quantidade, além da própria estrutura física, são condições impróprias para o trabalho, interferem negativamente no fazer da enfermagem, gerando sensações de impotência, frustração, angústia, desgaste físico e emocional. (BRAGA, TORRES, FERREIRA, 2015 p. 59)

Com a falta do que é necessário para um bom atendimento para seu desempenho em prol da saúde do internado, o enfermeiro vê-se impotente, sente-se um fracassado e a sensação de impotência o deixa desmotivado, pois não foi preparado apenas para atuar em certas emergências. E ser enfermeiro, não é mais ser um agente de emergência entre uma guerra e outra ou aquele que está presente no momento do parto para ajudar a colocar uma criança no mundo. A enfermagem como disse Nightingale é uma arte.

> A Enfermagem é uma arte; e para realizá-la como arte, requer uma devoção tão exclusiva, um preparo tão rigoroso, quanto a obra de qualquer pintor ou escultor; pois o que é tratar da tela morta ou do frio mármore comparado ao tratar do corpo vivo? É uma das artes; poder-se dizer, a mais bela das artes. (NIGHTINGALE apud MREEPS, 2012, p.14).

É uma arte, pois o enfermeiro para atuar, requer de perspicácia, não pode ter seu olhar voltado apenas para um problema em si, deve perceber que tal vem oriundo de outros fatores e pode gerar vários outros como consequência. Ele não está preparado para receber um doente para deixá-lo morrer, mas para tentar curá-lo, para preservar a vida do corpo e do psicológico. Ele aprende que deve ver a todos como se fosse alguém bem próximo a ele, suas ações devem ser humanizadas.

Não encontrando o necessário para a sua atuação, o enfermeiro pode também adoecer. “Os trabalhadores de enfermagem das instituições hospitalares são reconhecidamente como profissionais de saúde com maior exposição a riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos, mecânicos, psíquicos e sociais” (BRAGA; TORRES; FERREIRA, 2015, p.58) por isso para que o enfermeiro realize suas funções não basta ter formação teórica e prática, também deve ter o cuidado voltado para si.

Para o desempenho de seu papel, faz-se necessário um conjunto de fatores. E segundo Zambiazi et al (2014, p.170) o enfermeiro deve ter:

> [...]a capacidade de liderança, ao trabalho, ao discernimento, à iniciativa, à habilidade de ensino, à maturidade e à estabilidade emocional. O grande fluxo de pacientes atendidos e a dinamicidade da rotina de um pronto-socorro (PS) fazem com que a atuação do enfermeiro precise ser eficaz e eficiente, uma vez que é essencial. Os enfermeiros de PS são elementos fundamentais no processo de trabalho desse setor, não apenas ao realizarem o atendimento emergencial mas ao atuarem efetivamente no gerenciamento da unidade, levando assim à melhor organização para sanar as necessidades de cada paciente.

A deficiência no número de leitos, obriga os pacientes, às vezes, a passarem semanas acomodados no chão, sem colchões ou em macas, a ficarem desacomodados nos corredores ou na recepção dos hospitais, à espera de um leito de enfermaria ou de UTI, fator que também deixa o enfermeiro desmotivado com sua profissão.

Os recursos materiais são essenciais ao funcionamento da instituição hospitalar, estabelecem infraestrutura indispensável para a prestação do serviço de qualidade.

> Materiais são considerados insumos ou fatores produtivos, de natureza física, com determinada durabilidade, empregados na realização de procedimentos/atividades assistenciais aos pacientes. A escassez de alguns destes, considerados imprescindíveis para assistência é um dos pontos que mais afligem os gestores dos serviços de enfermagem. (MENEGHINI apud REZENDE et al, 2012, p. 248),

Devido a essas e outras situações que o enfermeiro se depara no dia a dia, com tudo o que se passa dentro do hospital, a sobre carga de horários e trocas de plantões, o estresse, ansiedade, tristeza, frustações, morte, tudo, acarreta uma profunda desmotivação e começa os sinais de que o psicológico não anda muito bem, fica inevitável seu adoecimento.

3. DA DESMOTIVAÇÃO AOS PRIMEIROS SINTOMAS DE ADOECIMENTO

É relevante que haja preocupação com a saúde do enfermeiro, pois, muitas vezes, passa por diversas dificuldades no ambiente profissional como sobrecarga tempo, poucos materiais, pouco suporte para que seja feito um trabalho eficaz, fatores os quais que vão acumulando, deixando-o desestabilizado a ponto de não saber lidar com as situações previstas e imprevistas, deixando o ansioso, estressado, desmotivado, adoecido.

3.1 Estresse e Ansiedade

O estresse é a consequência de situações, excesso de funções e de problemas acumulados que se tornam difíceis de serem realizados durante o período de trabalho, problemas que desmotivam a trabalhar com alegria,

O estresse também é definido “uma situação de tensão crônica, na qual os trabalhadores são submetidos a uma carga de trabalho cumulativa de alto esforço, com baixa recompensa e baixo controle (GUIMARÃES; SIGRIST & MARTINS apud AGUIAR, 2014, p.325)”, sendo um fato preocupante no âmbito profissional por tantas pressões e responsabilidades.

Como apontam Silva, Dias e Teixeira (2012, p. 156-7):

> O estresse ocupacional decorrente de um processo de trabalho marcado por condições precárias e pelo aumento da jornada de trabalho tem importantes repercussões no cotidiano profissional e pessoal dos enfermeiros. Constata-se que as condições de trabalho a que estão expostos os trabalhadores favorecem ao estresse ocupacional, pelas características inerentes à profissão e natureza do trabalho, constituindo-se como importante fonte causal para essa problemática.

O estresse se não tratado toma uma proporção muito grande, levando as pessoas, principalmente o profissional de enfermagem, ao adoecimento psíquico, o ambiente hospitalar é local que também "funciona como gerador de estresse tanto aos pacientes e seus familiares, devido à enfermidade e à situação de internação, quanto aos profissionais que ali atuam (SILVA, DIAS, TEIXEIRA, p.148)". O profissional doente não tem como transmitir saúde a quem atende.

A ansiedade "é um sentimento vago e desagradável de medo, apreensão, caracterizado por tensão ou desconforto derivado de antecipação de perigo, de algo desconhecido ou estranho (CASTILLO, 2000, p 21)". Com o passar do tempo, nota-se que os transtornos de ansiedade possuem diversos aspectos que variam em grau, intensidade e na forma como se apresentam. Quando os profissionais já estão tomados por eles, consequentemente terão prejuízos significativos em suas vidas social, familiar, profissional.

É certo que todas as pessoas já vivenciaram ansiedade, seja como resposta normal e adaptativa aos estímulos, ou como uma sensação desajustada e patológica, no entanto não pode ser demasiada, pois trará outras consequências para a saúde, tal como o estresse.

Meneghini apud Rezende et al (2012, p. 250). Afirmam que:

> O trabalho do enfermeiro implica em situações crônicas de estresse emocional e interpessoal do ambiente laboral e culmina em esgotamento profissional. Com isso, surgem a decepção e perda do interesse pela atividade de trabalho desenvolvida justamente pela relação indivíduo e ambiente de trabalho.

Com a falta de recursos matérias, e espaço físico insuficiente para que o trabalho flua com perfeição, são vários os desafios diários que o enfermeiro tem que lidar diariamente, a ansiedade vai tomando conta do seu ser, desmotivado com a profissão, fica estressado, esgotado. É o início do afastamento do que para ele seria um prazer: o de trabalhar.

O processo de ansiedade e estresse desencadeia na Síndrome de *Burnout/* doença ocupacional. "A Síndrome de *Burnout* caracteriza uma pessoa que chegou ao seu limite e sente-se esgotada" (CÂNDIDO E SOUZA, 2017, p. 2). Quando atingem esse estágio, o profissional sente-se impotente, desmotivado, sem ânimo, o trabalho torna para ele um fardo tão pesado. Juntos, o estresse e a ansiedade vão se evoluir para o nível mais elevado, dando origem à síndrome *burnout.*

3.2 Síndrome de *Burnout*

A Síndrome de *Burnout*, termo inglês, tem como característica um profissional desmotivado, exausto, sem perspectiva dentro do ambiente de trabalhos.

Para Silva, Dias, Teixeira (2012, p.156):

> O termo inglês *burnout* significa burn: queimar e out: exterior; no entanto, semanticamente, descreve a sensação de exaustão, de combustão física e mental da pessoa acometida por esta patologia[...] A síndrome está mais intimamente ligada ao mundo do trabalho e ocorre pela cronificação do processo estressor, está sendo considerada situação mais avançada.

A síndrome do *burnout* é o que mais afeta o profissional de enfermagem porque ela está envolvida com vários outros fatores que contribuem para que esta síndrome se evolua com mais facilidade, tais como a desmotivação, a ansiedade não só do paciente como da família, a doença em si e a morte, entre outros. O enfermeiro torna-se agitado, irritado, perde a vontade de trabalhar, não vê perspectiva em sua vida e sempre tem a sensação de impotência.

5. RESULTADOS DA PESQUISA

Para sabermos o que desmotiva o enfermeiro em sua profissão, entrevistamos 15 enfermeiros. Apresentamos-lhes oito questões abertas para dar-lhes oportunidade de expressarem seus sentimentos com relação ao ambiente de trabalho. Porém somente oito responderam, duas por ter entrado com licença maternidade, duas de licença de saúde e três por motivos não mencionados.

Para a primeira pergunta sobre quais são as maiores dificuldades encontradas no contexto do trabalho, responderam:

> *Enf. 1: a relação interpessoal e pressões devido as falhas da saúde publica.*
> *Enf. 2: número insuficiente de funcionários, falta de matérias e medicamentos, grande fluxo de pacientes.*
> *Enf. 3: falta de matérias, e a superlotação de pacientes.*
> *Enf. 4: a principal dificuldade são a falta de equipamentos e logística de setor, onde se divide setores gestantes de pacientes femininos e masculinos para poder agilizar o atendimento e privacidade de cada paciente para que aja um ambiente tranquilo de se trabalhar.*
> *Enf. 5: a falta de recurso suficiente para pacientes e falta de funcionários aptos para o serviço.*
> *Enf. 6, 7, 8: falta de equipamentos e matérias para atendimento com tranquilidade.*

A falta de equipamentos, de logística na unidade hospitalar faz com que o enfermeiro enfrente uma situação de estresse e ansiedade, pois se sente frustrado por não conseguir fazer um atendimento com segurança aos seus pacientes como confirmam Barros e Honório (2015) “Os enfermeiros, [...] também se expõem ao sofrimento e aos riscos de adoecimento no trabalho, [...]. A literatura evidencia que a enfermagem entra no grupo das profissões que mais enfrentam riscos de adoecimento de natureza física, química, biológica e psíquica”.

A segunda pergunta: há número suficiente de profissionais para exercer as funções necessárias no ambiente hospitalar? Disseram:

> *Enf. 1: deveria, mas não temos.*
> *Enf. 2, 7, 8: não.*
> *Enf. 3: não.*
> *Enf. 4: não apesar de ter muitos profissionais.*
> *Enf. 5: não, para presta um serviço adequado o número e insuficiente.*
> *Enf. 6: não.*

De acordo com entrevistados, existem números bons de profissionais, mas está com uma demanda insuficiente para a realização do trabalho e isso gera um cansaço físico e mental para cada profissional que fica sobrecarregado, estressado e desmotivado para o trabalho diário. "Condições inadequadas de trabalho e número insuficiente de recursos humanos levam a uma maior predisposição ao absenteísmo, devido à sobrecarga de atividades, insatisfação dos trabalhadores e desorganização do trabalho em equipe, e o inevitável prejuízo na qualidade da assistência prestada [...]" (ABREU e SIMÕES. 2009). O não ter recursos humanos suficientes deixa como consequência a sobrecarga de trabalho colocando em risco a saúde do profissional e não tendo incentivo para proteção também de sua saúde, torna-se desmotivado para o exercício de sua profissão.

Segundo os entrevistados, todos eles trabalham conforme o horário descrito pela lei, porém quando precisam de uma folga, eles chegam a dobrar plantões. Outro fator apontado pelos entrevistados e que ficou nítida, foi a insatisfação, o estresse, por ter que ultrapassar seu horário de serviço devido ao atraso dos colegas para a entrada de seus turnos, o que consequentemente o desmotiva a chegar no horário certo.

Com relação ao questionamento de como o enfermeiro se percebe e acham que são percebidos dentro do ambiente de trabalho, responderam que se sentem desvalorizados, sem capacidade adequada para realizar com eficiência seu trabalho, desmotivados. Disseram que para a população só os médicos têm valor.

Para a pergunta se eles já se afastaram por motivo de estresse ou cansaço, seja ele físico ou mental, três disseram que não, os demais, cinco, disseram que sim, dentre estes um já se ausentou "*por duas vezes*", e outro "*após trauma por tentativa de homicídio*".

Quando foram perguntados se relacionam bem com a sua equipe de trabalho (com colegas, supervisores, médicos entre outros), sete responderam que "sim" e um respondeu que "mais ou menos". Na verdade, o enfermeiro é treinado para lidar com esse tipo de situação de relacionamento interpessoal o que acontece no hospital se resolve ali mesmo, contudo ainda há problemas que não são bem resolvidos.

Se já sofreram, ou percebe/ram casos de assédio moral em seu ambiente de trabalho temos:

> *Entrevistado 1, 2, 3, 7 e 8: não.*
> *Entrevistado 4: sim já sofri e já presenciei colegas também sofrendo.*
> *Entrevistado 5:ainda não sofri nenhum tipo de assedio, mas presencio a todo momento com colegas.*
> *Entrevistado 6: algumas vezes .*

Tratando-se de assédio moral, seis disseram não ter sofrido, dois disseram que sim e já presenciaram alguns colegas sendo assediados. Analisando a questão, nota-se que alguns podem ter sofrido assédio e não o percebe por não saber definir completamente o que seja assédio moral ou por vergonha de se expor.

Pacheco (2007, p. 274) diz que:

> O assédio moral pode ter repercussões negativas difíceis de contabilizar. Pode originar na vítima danos irreversíveis e, em casos extremos, poderá, inclusivamente, levar ao cometimento de suicídio. As consequências podem ser extremamente nefastas, com possíveis reflexos ao nível da saúde, física ou psíquica do assediado.

Muitas vezes o assédio moral não é percebido por muitos, pois o veem como uma situação normal no trabalho, como uma simples chamada de atenção, no entanto por trás dessa "chamada de atenção" pode-se ter uma segunda intenção: a de colocar o colega de trabalho em situação vexatória, humilhante perante aos demais colegas, mostrar-se superior.

A oitava questão: Já aconteceu de faltar materiais necessários para a realização de algum procedimento? Se sim, como você se sentiu?

> *Entrevistado 1, 3: sim.*
> *Entrevistado 2: sim triste pelo paciente de precisar e não ter como ajudar, desmotivado por não poder exercer a profissão com eficácia.*
> *Entrevistado 4:sim me senti, desmotivado, impotente por ver paciente sem receber a medicação ou deixar de receber um procedimento por falta de tais matérias.*
> *Entrevistado 5:sim o tempo todo a gente se sente desmotivado, incapaz de ajudar o paciente.*
> *Entrevistado 6:sim horrível passar por essa situação no trabalho.*

Outro ponto que deixa o enfermeiro desmotivado, sensibilizado, com a sensação de incapacidade, impotente e inseguro para realizar seus procedimentos, isso quando não o colocam como culpado, cúmplice de quem deveria ter a obrigação de dar amparo à unidade com os recursos materiais e medicamentos necessários.

7. CONSIDERAÇÃOES FINAIS

É necessário considerar a saúde e a qualidade de vida dos profissionais de enfermagem tendo em vista que a sua prática profissional se dá em realidades complexas, relações humanas as mais diversas, ter que lidar cotidianamente com diferentes exigências, defrontando-se com fatores que podem produzir risco para desenvolver, apesar de trabalhar em prol da saúde do outro, riscos à sua saúde o que contribui para o comprometimento do desempenho de sua função.

O profissional de enfermagem deve ser visto como uma pessoa que também pode sofrer danos à própria saúde. Desse modo, pretendeu-se chamar a atenção para a gravidade dos riscos que corre no trabalho, quando se sente desmotivado com aquela que escolheu para ser suporte para sua satisfação profissional e de sobrevivência.

Necessário se faz que tenham um olhar atento para tais profissionais para que não sejam acometidos pela síndrome de *burnout*, pois esta pode colocar a vida do profissional em estágio frágil, afastá-lo do que incialmente era para ser motivação para a vida, a arte de cuidar da saúde.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

AGUIAR, M. L. F, O Processo (Des)Motivacional dos Professores das Escolas Públicas com Ensino Fundamental/Médio da Zona Urbana de João Pinheiro-MG nos Anos de 2012 a 2013 na Ambiência Educacional; **Revista Altus Ciência – Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP**, ano 2. N 2. V 2. Jan a Dez. 2014.

ABREU, R. M. D, SIMÕES A L. A, **Ausências Por Adoecimento Na Equipe De Enfermagem De Um Hospital De Ensino.** Cienc Cuid Saude 2009 Out/Dez; 8(4):637-644. DOI: 10.5700/rege549. Retirado de: **http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/9692** Acesso em 18-11- 2018

ALMEIDA, A.E., AMARAL, D. R., MORETTI, J. S. S, SILVA M. C, Prevenção Da Infecção Nosocomial Nos Clientes Submetidos À Precaução De Contato Na Unidade De Cuidados Intensivos **ALTUS CIÊNCIA. Faculdade cidade de João Pinheiro - FCJP - João Pinheiro-MG**. Ano I, vol. 1 - Jan/dez 2013

BACKES D. S; M. BACKES S. F, SOUSA G. M; A. L. E. **O Papel Do Enfermeiro No Contexto Hospitalar: A Visão De Profissionais De Saúde**. https://ojs.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/download/6490/3857- Acessado 26/05/2018

BARROS N. M. G. C, e HONÓRIO L.C, **Riscos De Adoecimento No Trabalho De Médicos E Enfermeiros Em Um Hospital Regional Mato-Grossense,** REGE, São Paulo – SP, Brasil, v. 22, n. 1, p. 21-39, jan./mar. 2015. Retirado de: http://www.revistas.usp.br/rege/article/view/102621. Acesso em 13-10-2017

BERNARDINO, E., FELLI, V. E. A, PERES A. M. **Competências Gerais Para O Gerenciamento Em Enfermagem De Hospitais** Cogitare Enferm. 2010 Abr/Jun; 15(2):349-53, Retirado de: https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/viewFile/17875/11665. Acesso em: 30/05/2018

BRAGA L. M, TORRES, L. M, FERREIRA, V. M, Condições De Trabalho E Fazer Em Enfermagem. **REV. Enf. UFJF - Juiz de Fora** - v. 1 - n. 1 - p. 55-63 - jan./jun. 2015
BRASIL. Lei 7.498, de 25 de junho de 1986. **Dispõe sobre a Regulamentação do Exercício da Enfermagem e dá outras providências.** Brasília: Ministério da Saúde; 1986. Retirado de http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html. Acesso em: 28/05/2018

_____. COFEN, CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução 311/2007**. Retirado de http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-2402000-revogada-pela-resoluo-cofen-3112007_4280.html. Acesso em: 25- 04-2018

_____. COFEN, CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **LEI 7.498/86**. Retirado dehttp://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html
Acesso em 25-04-2018

_____. COFEN, CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução CNE-CES Nº 3, DE 7 de Novembro de 2001** – Diretrizes Nacionais Curso Graduação Enfermagem. Retirado de http://www.cofen.gov.br/resoluo-cne-ces-n-3-de-7-de-novembro-de-2001-diretrizes-nacionais-curso-graduaao-enfermagem_6933.html. Acesso em 25-04-2018

_____. Instituto Brasileiro Geografia e estatística. Retirado de https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/joao-pinheiro/panorama Acesso em 07/09/2018
CASTILLO A. R.G.L et al, **Transtornos de ansiedade**, Rev Bras Psiquiatr 2000;22(Supl II):20-3. Retirado de: http://www.scielo.br/pdf/rbp/v22s2/3791.pdf Acessado em: 23-06-2018

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007

FERREIRA, L. A. L.FERREIRA, L. L. Depressão no trabalho da enfermagem**: Revisão sistemática de literatura. DOI**: 10.5102/ucs.v13i1.2849,
Retirado de:
https://publicacoesacademicas.uniceub.br/cienciasaude/article/download/2849/2731. Acesso em 26-05-201*8*

FRANÇA S.P.S, A. E.V.S, Martino M.M.F. **Preditores da Síndrome de *Burnout* em enfermeiros de serviços de urgência pré-hospitalar. Acta Paul Enferm.** 2012;25(1):68-73.. Retirado de http://www.scielo.br/pdf/ape/v25n1/v25n1a12. Acesso em 22-11-2018

GOMES R. K / OLIVEIRA V. B. Depressão, Ansiedade E Suporte Social Em Profissionais De Enfermagem. **Boletim de Psicologia, 2013, Vol. LXIII, Nº 138: 023-033 Universidade Metodista de São Paulo - SP – Brasil**
http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bolpsi/v63n138/v63n138a04.pdf. Acessado dia 26/05/2018

JUNIOR, E. Goulart**,** Trabalho E Estresse: Identificação Do Estresse E Dos Estressores Ocupacionais Em Trabalhadores De Uma Unidade Administrativa De Uma Instituição Pública De Ensino Superior (IES). **Revista GUAL, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 01-17, jan. 2014 www.gual.ufsc.br. Retirado de**:

https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/viewFile/1983-4535.2014v7n1p1/26333. Acesso em: 23-06-2018

São Paulo JUNHO/2012 5ª EDIÇÃO Coleção Protocolos HMEC 2012 © 2012 - Departamento Técnico Hospital Municipal e Maternidade Escola Dr. MORAES M.A.S sms.sp.bvs.br/lildbi/docsonline/get.php? id=5812. Acesso- 26-05-2018

MALHOTRA, N**. Pesquisa de marketing. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001**

MARGIS et al. Relação entre estressores – R. **Psiquiatr. RS, 25'(suplemento 1): 65-74, abril 2003.** Retirado de: http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a08v25s1. Acesso: 26-06-2018

NETTINA, S. M. **Prática de Enfermagem**. v. I. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 2003.

OLIVEIRA, M. F. Metodologia científica: **um manual para a realização de pesquisas em Administração Catalão: UFG, 2011.72 P.: il. CDD – 001.8 OLI /met**. Retirado de:https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf – Acesso em 25-05-2018

PACHECO, M. G. R. **O Assédio Moral no Trabalho**: O Elo Mais Fraco. Coimbra: Almedina, 2007.

REZENDE, R. BORGES, N. M. A, FROTA, O. P, Síndrome de Burnout e absenteísmo em enfermeiros no contexto hospitalar: **revisão integrativa da literatura brasileira. Com. Ciências Saúde. 2012; 23(3):243-252**

SILVA J. L. L, DIAS A. C, TEIXEIRA L. R. **Discussão sobre as causas da Síndrome de Burnout e suas implicações à saúde do profissional de enfermagem** 9AQUICHAN - ISSN 1657-5997 AÑO 12 - VOL. 12 Nº 2 - CHÍA, COLOMBIA - AGOSTO 2012 l 144-15. Retirado de: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-59972012000200006. Acesso em: 25-05-2018

TONINI, N. S. et al. Dificuldades Do Enfermeiro No Gerenciamento Da Unidade De Pronto–Socorro Hospitalar. SSN 2179-7692 **Rev Enferm UFSM 2017 Jan/Fev.;7(1): 90-99.** Retirado de: https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/download/23374/pdf. Acesso em 03-06-2018

ZAMBIAZI B.R, et al. Gerenciamento de enfermagem em unidade de emergência: dificuldades e desafios**. Rev. RAS. 2013; 55(61):170-6**. Retirado de: www.cqh.org.br/portal/pag/anexos/baixar.php?p_ndoc=1021&p_nanexo=507. Acesso em: 01-05-2018

TAMAYO M. R, TRÓCCOLI B. T, **Exaustão emocional: relações com a percepção de suporte organizacional e com as estratégias de coping no trabalho Estudos de Psicologia.** 2002. 7(1) 37-46 Retirado de: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11449/1/ARTIGO_ExaustaoEmocionalRelacoes.PDF. Acesso em 28-11-2018

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

BIOINFORMÁTICA APLICADA NO DESENVOLVIMENTO DE NOVOS FÁRMACOS

Thais de Paulo Lehugeur *
Hugo Christiano Soares Melo**

Resumo: A bioinformática teve um grande avanço desde o primeiro estudo com genomas humanos, pois através de programas especializados é possível apurar e analisar dados biológicos do sequenciamento de DNA e proteínas. Diante disso, o objetivo deste artigo foi identificar aplicações dentro da bioinformática e assim conhecer melhor o desenvolvimento de fármacos mais eficientes e com menos efeitos colaterais. Como método foi realizada uma busca entre o período de 2000 a 2017 na língua inglesa e portuguesa, em base de dados como o Pubmed e Scielo, utilizando os termos bioinformática, farmacogenômica, "fármacos mais eficazes", e "bioinformática na farmácia". Foi possível constatar que é de grande importância o uso da informática na biologia, pois através de programas capacitados encontramos respostas de forma mais eficazes sobre fármacos e seus efeitos colaterais.

Palavras-chave: Bioinformática. Fármacos. Genomas Humanos.

Abstract: Bioinformatics has made great strides since the first study with human genomes, because through specialized programs it is possible to investigate and analyze biological data from DNA and protein sequencing. Therefore, the objective of this article was to identify applications within bioinformatics and thus better understand the development of more efficient drugs and with fewer side effects. As a method, a search was conducted between 2000 and 2017 in English and Portuguese in search engines such as Google Scholar, Pubmed and Scielo, using the terms bioinformatics, pharmacogenomics, "most effective drugs" and "bioinformatics in the pharmacy". It was possible to verify that the use of informatics in biology is of great importance, because it is through trained programs that we will find more effective answers about drugs and their side effects

Keywords: Bioinformatics. Drugs. Human Genomes.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*Aluno do Curso de Farmácia da Faculdade Patos de Minas (FPM) formando no ano de 2018 thaislehugeur@gmail.com

**Docente no curso de farmácia da Faculdade de Patos de Minas. Doutor em genética e bioquímica pela Universidade Federal de Uberlândia. 46cromossomos@gmail.com

Recebido em 30/09/2018
Aprovado em 12/02/2019

A maioria dos pacientes responde de maneira variada ao mesmo medicamento. Ao receberem dose equivalente de um mesmo princípio ativo, alguns pacientes não têm a menor resposta, outros apresentam efeitos colaterais graves, e outros respondem muito bem com remissão completa do quadro clínico. Em um futuro não muito remoto, todo clínico precisa ter conhecimentos de farmacogenômica para poder prescrever as drogas ideais para seus pacientes. Isto causará um grande impacto na prática e no ensino da medicina.

Foi na década de 50, logo após a invenção do primeiro computador, que os estudiosos perceberam que as informações fornecidas por ele só eram escritas através do desligamento e ligamento do sistema binário, assim foi possível descobrir a dupla hélice do DNA, não diferentemente do computador, a dupla hélice do DNA apresenta suas informações escritas ligando e desligando, não um sistema binário, mas sim um sistema quaternário (SILVA, 2015).

Para Araújo et al. (2008), a bioinformática teve o seu início nos anos de 1980, logo após a revolução na tecnologia, onde houve um avanço enorme nas informações e conhecimentos a cerca da biologia, com isso, foi possível apresentar novas abordagens e métodos para a resolução de diversos problemas, desde visualização de moléculas. Existem diversas áreas de aplicação da bioinformática, destacando-se a área hospitalar, laboratórios de análises clínicas, indústrias farmacêuticas e centros de pesquisas públicos e privados.

No entanto, a necessidade de fazer testes genéticos para determinação da conduta terapêutica abrirá uma série imensa de problemas éticos, legais, sociais e econômicos. O uso de técnicas genômicas identificará genes que servirão como alvos terapêuticos para o desenvolvimento de novas classes de drogas que terão novos mecanismos de ação e, possivelmente, menos efeitos colaterais e maior tolerabilidade. A farmacogenômica e a individualização de tratamento farmacológico não serão só um avanço científico e clínico, mas certamente uma imensa revolução na prática da medicina e também em suas consequências econômicas, sociais e legais (LICINIO, 2001).

A bioinformática é importante pelo fato da manipulação de diversos dados biológicos, sendo assim, esta consegue abranger aspectos variados, como por exemplo, processamento, armazenamento e distribuição da informação biológica. Em sua definição mais geral é possível distinguir a bioinformática como sendo qualquer análise de dados biológicos que são adquiridos através do uso de métodos computacionais (OLIVA, 2008).

O avanço da bioinformática só foi possível pelo fato de possuir processadores altamente competentes que permitem o estudo das substâncias biológicas e o compartilhamento das informações através do uso da tecnologia, que além de importante para pesquisas é indispensável na troca de informações que facilita o envolvimento de mais pessoas ao processo biológico (ARAÚJO et al. 2008).

Neste contexto o estudo é relevante por relatar os problemas com os medicamentos tendo em vista que os efeitos secundários e tóxicos são descobertos tarde demais muitas vezes com danos irreversíveis, gerando assim problemas futuros à população. Apresentando como proposta a bioinformática, apontando sua viabilidade a fármacos mais eficazes com mais tolerabilidade e tratamento individualizado, trazendo o conhecimento do fármaco ao todo antes de liberá-lo ao mercado.

1.2 Metodologia

Foi realizada uma busca de artigos nas bases de dados *Pubmed* e *SciELO*, utilizando os termos bioinformática, farmacogênomica, "fármacos mais eficazes" e "bioinformática na farmácia". Foram selecionados artigos entre o período de 2000 a 2017 na língua inglesa e portuguesa que abordavam o assunto estudado, bem como seu desenvolvimento no longo dos anos e contribuição para a área farmacêutica.

2 REVISÃO DA LITERATURA OU FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Bioinformática

A bioinformática ou biocomputação teve o seu início na década de 1980, devido ao crescente avanço da tecnologia e estudos que buscam superar fronteiras científicas para trazer novas abordagens que analisam dados biológicos, trazendo respostas para perguntas complexas. Inicialmente a bioinformática era vista como um paradoxo entre o mundo real e imaginário, pois era difícil compreender que ferramentas computacionais conseguissem colaborar em estudos e desenvolver estratégias para diagnósticos de alguns problemas. Porém, depois de diversas adaptações e avanços da tecnologia, principalmente na área da Ciência da Saúde, a tecnologia tornou-se peça essencial para suprir diversas carências e contribuir na abrangência de análises genômicas e proteômicas (ARAÚJO et al., 2008).

Podemos afirmar que após a leitura do genoma de uma bactéria, na década de 1990 a bioinformática começou a se destacar e alcançar lugares antes não vistos. Atualmente a bioinformática está em evidente avanço, pois tarefas que demoravam 20 ou mais minutos para decodificar um gene de aproximadamente 12 mil bases, hoje conseguem decifrar em menos de 1 minuto (ALVES, 2013).

Esse campo científico é responsável por desenvolver métodos e ferramentas de software eficazes para capturar, manter, organizar e analisar dados biológicos, se tratando de um campo interdisciplinar, a bioinformática busca a combinação de ciência da computação, estatística,

matemática e engenharia para a contribuição em pesquisas e informações que ajudem a solucionar alguns problemas (SILVA, 2015).

Segundo Oliva (2008), a bioinformática abrange diversos tipos de dados, como: sequência genômicas, estruturas macromoleculares, experimentos de genômicas funcionais, árvores filogenéticas, relações entre vias metabólicas, correlação com dados estatísticos sobre pacientes, populações, patologias entre outros.

A bioinformática e a biologia computacional são duas áreas similares, porém distintas, pois, a biologia computacional está buscando utilizar a bioengenharia e a biologia para contribuir na criação de bio-computadores. Já a bioinformática utiliza a computação para analisar e entender melhor a biologia e tudo que a envolve (SILVA, 2015).

De acordo com Prosdocimi (2007), para que fosse permitido o surgimento da bioinformática e o aumento de produções sequenciais de DNA, foi importante utilizar dois tipos de desenvolvimentos. Um deles foi o sequenciamento capilar, houve uma grande evolução no método como faziam a sequência capilar, passando de placas para eletroforeses com formatos de cabelo humano. O outro desenvolvimento é a marcação de didesoxinucleotídeos necessários para o sequenciamento do DNA, passaram de marcadores rotativos para moléculas fluorescentes, contribuindo em uma maior segurança e uma resposta mais imediata.

A bioinformática só captura as informações quando um cientista deposita os arquivos em bancos de dados apropriados, com isso os bancos de dados organizam as informações e criam entradas de formatos adequados, ou seja, as informações apresentadas em um banco de dados correspondem a um conjunto de dados experimentais que são analisados e seus resultados são destinados a uma saída ou pastas (LESK, 2008)

Muitos pesquisadores relatam que a bioinformática se baseia em um relacionamento entre estruturas dos genes, seus genomas, relações protéicas entre outros. Isso se dá pelo fato de estarem interligados, os genes são unidades hereditárias dos seres vivos, ou seja, são moléculas de DNA recebidas por herança de pais para filhos, com a análise dessas estruturas teremos conhecimento sobre problemas hereditários ou até mesmo compatibilidade de genes (BUEHLER & RASHIDI, 2005).

É importante se ter em mente que, a bioinformática só teve ênfase devido ao crescimento do avanço tecnológico, principalmente se tratando de hardware e software, sendo peças importantes na obtenção de resultados rápidos, tais ferramentas da computação contribuem com programas simples e sofisticados que permitem analisar e extrair resultados de bancos de dados (LESK, 2008).

Uma das maiores vantagens da bioinformática é o seu total ligamento as áreas da computação dando espaço a pesquisas de patologias mais graves e sem curas, como câncer,

doenças crônicas ou autoimunes. Com o avanço dessas pesquisas é possível encontrar novos diagnósticos que colaboram na redução ou eliminação dessas doenças, mas por ser um campo onde existe a interligação de duas áreas totalmente diferentes, a biologia e a informática, é evidente uma grande escassez de profissionais qualificados que atuem nessa área interdisciplinar (ANDRADE, 2008; SETUBAL, 2003).

Segundo Setubal (2003), existem alguns problemas que afetam a bioinformática, sendo eles: Problema biotecnológico e problemas para entender os efeitos da informação genética. Os problemas biotecnológicos ocorrem devido a quantidade de bases que existem em um genoma, ou seja, um genoma de bactéria apresenta em sua estrutura cerca de 3 a 4 milhões de bases e os computadores conseguem ler apenas cerca de 1000 bases. Para que ocorra a leitura de todos os fragmentos é necessário baixar programas especializados que montem esse quebra cabeça. Já para entender a informação genética, é necessário que um determinado gene seja analisado sobre uma bancada de laboratório, assim é possível chegar a conclusão de que um gene dá origem a uma proteína, que ativa outro gene, e assim por diante.

2.2 Bioinformática e Farmácia

A bioinformática ganhou um grande espaço nas diversas áreas cientificas, uma delas é a farmácia, pois, essa prioriza a venda de remédios específicos, um dos maiores aumentos farmacêuticos dos últimos anos foi nas vendas de genéricos, já que existe a possibilidade de produzir medicamentos com a mesma formula de apresentação e com um preço bastante acessível. Para que ocorra a produção de um medicamento é preciso interagir várias moléculas sucessivamente, quando uma molécula alvo entra em contato com o principio ativo, é possível criar bloqueios para doenças (ANDRADE, 2008).

A partir da descoberta de estruturas do DNA, o homem está em uma frequente busca por meios que contribuam na formação de processos e produtos, ou seja, existe uma enorme procura por meios que facilitem e ajudem no processo de resultados sobre determinados problemas. A sua interação com a área farmacêutica visa a contribuir em inúmeros problemas, um dos mais importantes é na busca por métodos que minimizem nos sintomas ou causas de doenças (ARAÚJO, 2008).

Ainda de acordo com Araújo (2008), foi na década de 1990 que houve um aumento nas pesquisas de farmacêuticos para encontrar determinadas moléculas que pudessem transformar em medicamentos e contribuir na diminuição de doenças, visando o aumento de produção de medicamentos eficazes houve a interação da bioinformática e farmácia permitindo reconhecer conjuntos de moléculas que tem o poder de contribuir na inovação de novos produtos

terapêuticos, e com isso, acelerar as reações bioquímicas, o seu uso terá a chance de ajudar no retardamento de doenças ou até mesmo em possíveis curas.

A molécula do fármaco é composta por dois grupamentos, sendo conhecidas como: grupos farmacofóricos e não farmacofóricos. Os grupos farmacofóricos são representados pela parte essencial para realização do efeito desejado pelo fármaco, sendo eliminada ou reduzida quando modificada. Já os grupos não farmacofóricos são representados por moléculas que podem ser modificadas, contribuindo para um aumento da potência do composto de origem (JIPIASSU, 2018).

2.3 Genoma Humano

O genoma do ser humano é constituído por um conjunto de DNA, sendo este formado por uma sequência de ligações das moléculas conhecidas por nucleotídeos. Essas moléculas de nucleotídeos se constituem por três elementos: a molécula de fosfato, a molécula de açúcar conhecida por desoxirribose e a base nitrogenada. Para que uma molécula seja diferenciada de outra é preciso analisar a forma que os nucleotídeos estão dispostos em DNA, sendo analisada então a sequência dos genomas (GOÉS; OLIVEIRA, 2014).

O objetivo do estudo dos genomas humanos é a identificação de todos os genes que dão origem a nossas características normais e patológicas, com isso é possível adequar a medicina e possibilitar novos métodos de prevenções de doenças como diabetes, câncer, hipertensão ou doenças de Alzheimer, podendo ser possível fazer o tratamento mesmo antes do aparecimento dos sintomas (ZATZ, 2000).

2.4 Programas utilizados na bioinformática

Para fazer a análise dos bancos de dados é necessário que obtenha a utilização de softwares especializados para armazenar e pesquisar os tipos de genes, trazendo respostas rápidas e eficazes sobre os dados analisados, serão apresentados alguns exemplos de software bem utilizados nas pesquisas de dados biológicos.

2.4.1 Software Rasmol

O Rasmol foi desenvolvido por Roger A. Sayle, como parte de seu trabalho de graduação em Ciências da computação nos meados dos anos 90, este software tem como objetivo analisar as ações de biomoléculas em simulações computacionais. O seu nome é originário da expressão "*Raster display of molecules*", muitos pensam que o seu nome tem

origem pela sigla das iniciais de seu criador, porém é devido à apresentação de superfícies solidas. Antes da criação do Rasmol, softwares eram acessíveis somente em estações de trabalhos, por causa de seu alto custo. Com a chegada do Rasmol, foi possível a utilização do software para pesquisas em escolas e em computadores mais modernos, com isso tornou-se uma importante ferramenta de ensino. Sendo de fácil acesso, o software Rasmol pode ser obtido gratuitamente através do seguinte link: http://openrasmol.org/. Após a sua instalação é possível manusear o programa através de duas janelas: o Rasmol Version 2.7.5.2 (Área de Trabalho) e o Rasmol Command Line (Figura 1) (HASSUNUMA, 2017).

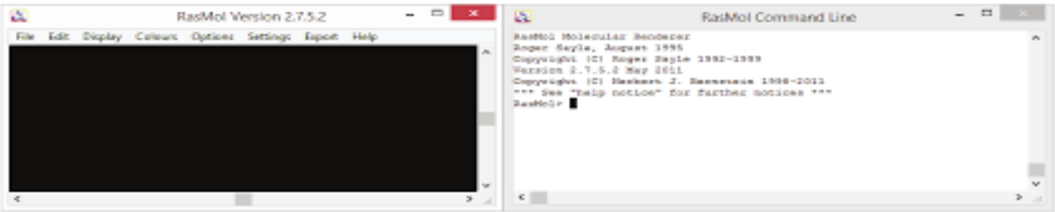


Figura 14 - Rasmol Version 2.7.5.2 (Esquerda) e Rasmol Command Line (Direita)
Fonte: http://www.openrasmol.org/

Segundo Hassunuma (2017), é possível ordenar os comandos do Rasmol através da digitação na janela Rasmol Command Line, deste modo aparecerá mensagens para direcionar o usuário. O prompt Rasmol aparece na última linha assim que o software estiver pronto para receber novos comandos.

2.4.2 Chemscape Chime

O Chemscape Chime possibilita que os usuários consigam rotacionar imagens moleculares, através de ferramentas especificas para desenho de estrutura química, transmissão e pesquisas de dados. Os químicos utilizam a versão Chemscape Chime pró, que possibilitam uma eficiente leitura de documentos químicos, bases de dados químicos e informações químicas e biotecnológicas. Diferentemente do Rasmol, o Chemscape Chime possibilita a exibição de múltiplas moléculas em uma única página na web e também suporta scripts (SIMON, 2002).

2.4.3 Swiss - PdbViewer

Segundo Guex, Diemand, Peitsch & Schwede (2017), o Swiss – Pdb viewer mais conhecido como DeepView, fornece uma interface onde possibilita a análise de diversas proteínas ao mesmo instante. Este programa foi desenvolvido por Nicolas Guex, nos anos 1994

e está interligado ao Swiss-Model, que modela homologias automatizadas. A interação entre estes dois programas possibilita que haja uma redução na quantidade de trabalhos para gerar modelos, pois, a utilização destes programas obtém um retorno mais rápido acerca das proteínas encadeadas.

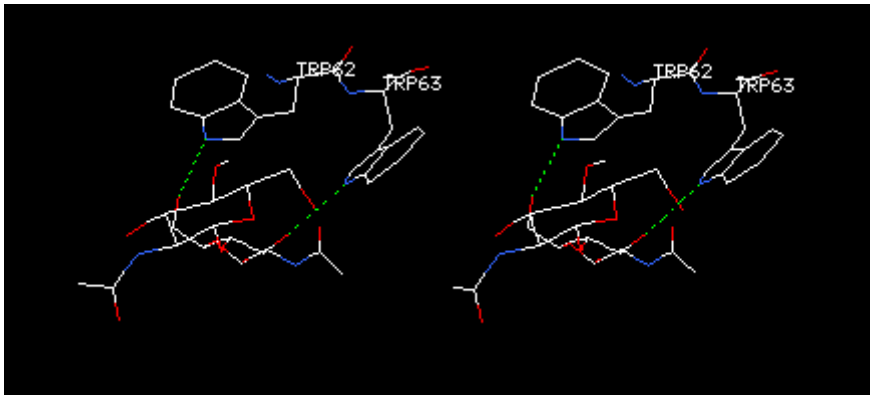


Figura 2 - Swiss-PdbViewer
Fonte: https://spdbv.vital-it.ch/

2.4.4 MolView e MolView Lite

O MolView é um programa que pode ser utilizado para uma grande massa de casos químicos e biológicos, tanto educação quanto na pesquisa. Este programa fornece ferramentas que possibilitam encontrar e entender dados que estão ligados à teia. Além de exibir diversas proteínas, o programa possibilita a análise das mesmas, como por exemplo, sua distância, plotagem, gráficos de hidrofatura, alinhamentos de estrutura 3D. Os desenhos de fita podem ser desenhados de maneiras diferentes, sendo controlados por botões gráficos (Bergwerf, 2016).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da bioinformática é possível que exista uma enorme manipulação de diversos dados biológicos, os programas utilizados para essa análise conseguem processar os dados, armazenar e distribuir as informações de modo rápido e eficaz. Porém o seu desenvolvimento só foi possível devido o crescente número de processadores competentes, que conseguem capturar as informações do DNA humano e encontrar respostas para cada tipo de DNA.

É importante considerar que através dos estudos dos tipos de dados biológicos é possível identificar cada doença e encontrar medidas para o desenvolvimento de drogas ideais para cada tipo de situação, buscando reconhecer moléculas que possibilitam a inovação de produtos

terapêuticos, acelerando reações químicas e fazendo com que assim haja um retardamento de doenças ou até mesmo aconteçam possíveis curas.

REFERÊNCIAS

ALVES, S. M. A bioinformática e sua importância para a biologia molecular. **Revista Brasileira de Educação e Saúde**, Pombal, v. 3, n. 4, p. 18-25, out-dez, 2013.

ANDRADE, G. G. L. **A importância da bioinformática no setor farmacêutico.** 2008. 6 f. TCC (Graduação) – Curso de Biomedicina, Faculdade Integrada de Patos, Belo Horizonte, 2008.

ARAÚJO, N. D. DE et al. A era da Bioinformática: seu potencial e suas implicações para as ciências da saúde. 2008. 6 f. TCC (Graduação) – Curso de Biomedicina, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008.

BERGWERF, H. **MolView Docs**. Encontrado em: <https://media.readthedocs.org/pdf/molview/latest/molview.pdf>. Acessado em 28 out. 2018.

BUEHLER, L. K.; RASHIDI, H. H. **Bioinformatics Basics: Applications in Biological Science and Medicine.** New York: Taylor & Francis, 2005.

GOÉS, A. C. S. de.; OLIVEIRA, B. V. X. de. Projeto Genoma Humano: um retrato da construção do conhecimento científico sob a ótica da revista Ciência Hoje. **Revista Ciência e Educação**, Bauru, v. 20, n. 3, p. 561-577, jun. 2014.

GUEX, N., DIEMAND, A., PEITSCH, M. C., SCHWEDE, T. **Swiss – PdbViewer.** Encontrado em: <https://spdbv.vital-it.ch/>. Acessado em: 28 out. 2018.

HASSUNUMA, R. M. Guia de Comandos em Software de Simulação Computacional de Biomoléculas. 2 ed. Bauru: Canal Editora, 2017. 52 p.

JIPIASSU, K. B. **Biossíntese catalisada por Beauveria bassiana ATCC 7159 de um novo flavonóide metilglicosilado potencialmente antioxidante e um antifúngico.** 2018. 117 f. DISSERTAÇÃO (Especialização) – Curso de Ciências Farmacêuticas, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

LESK, A. M. **Introdução à Bioinformática.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. 384 p.

LICINIO, J. Farmacogênomica:: oportunidades e desafios. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 3, n. 23, p.122-123, set. 2001.

OLIVA, G. Bioinformática: Perspectivas na Medicina. **Gazeta Médica da Bahia**, São Paulo, v. 1, n. 78, p.52-58, jan. 2008.

PROSDOCIMI, F. Introdução à Bioinformática. **Biotecnologia Ciência & Desenvolvimento**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-77, nov. 2007.

SETÚBAL, J. C. A origem e o sentido da bioinformática. **Com Ciência**, Campinas, 2003.

SILVA, L. F. T. da. Bioinformática e Aplicações em Virologia. 2015.46 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Farmácia, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2015.

SIMON, H. The molecular world in 3D. **American Chemical Society**, Washington, v. 05, i. 07, p. 55-60, July 2002.

SOUZA, L. G. G. de. ERP: Principais conceitos, vantagens e desvantagens. 2005. 46 f. TCC (Graduação) – Curso de Ciência da Computação, Universidade Presidente Antônio Carlos, Barbacena, 2005.

ZATZ, M. Projeto Genoma Humano e Ética. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 47-52, 2000.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

A IMPORTÂNCIA DA FISIOTERAPIA NA PREVENÇÃO DE DOENÇAS OSTEOMUSCULARES RELACIONADAS AO TRABALHO: representações de professores de uma escola pública no norte de Minas Gerais

Enok Pereira de Andrade[1]
Eliana da C. Martins Vinha[2]

Resumo: Este artigo tem como objetivo identificar as representações dos professores de uma escola pública no norte de Minas Gerais sobre a importância da prevenção de doenças osteomusculares relacionados ao trabalho em docentes. Trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativo com investigação no campo em uma escola pública no norte de minas, onde foi realizado uma entrevista gravada de modo semi-direcionada às professoras atuantes nesta instituição. De acordo com a representação dos professores, a prevenção de doenças no ambiente de trabalho, a falta de conhecimento, de recursos financeiros, de incentivo e de informação por parte dos administradores dificulta a atuação do fisioterapeuta nas escolas. A falta de informação atribui-se aos fisioterapeutas, pois cabe a este profissional divulgar a sua atuação nas devidas áreas, entre elas a Fisioterapia Preventiva Escolar.

Palavra-Chave: Fisioterapia. Prevenção. Professores. Doenças Ocupacionais.

Abstract: This article has an objective to identify the representation of the teachers of a public school in the north of Minas Gerais about the importance of prevention of musculoskeletal diseases related with their job. According to the teachers' representation of disease prevention in the work environment, the lack of knowledge, financial resources, incentive and lack of information on the part of administrators makes it difficult for the physiotherapist to work in schools. The lack of information is attributed to physiotherapists, because it is up to this professional to disclose their performance in the appropriate areas, among them, Preventive School Physicaltherapy.

Keywords: Physiotherapy. Prevention. Teachers. Occupational Diseases.

INTRODUÇÃO

Como diz o ditado popular “prevenir é melhor que remediar”, tal ditado dimensiona a importância da atuação do Fisioterapeuta na prevenção de doenças, porém o que se percebe na

[1]Graduado em Fisioterapia pela FCJP – Faculdade Cidade de João Pinheiro. Email: enok.p.andrade@hotmail.com

[2] Professora da FCJP – Faculdade Cidade de João Pinheiro, Fisioterapeuta, Bióloga e profissional de Educação Física. Email: elianafisio@gmail.com

Recebido em 01/04/2019
Aprovado em 20/04/2019

realidade está aquém da seriedade que deveria ser levada em consideração no que tange aspectos preventivos na saúde de um modo geral.

Neste contexto este artigo aborda a importância da Fisioterapia para prevenir lesões osteomusculares que acometem professores. Pretendeu-se investigar como os profissionais de uma escola municipal em uma cidade do norte de Minas Gerais classificam a importância da Fisioterapia preventiva nas escolas, conhecendo ou não a atuação do fisioterapeuta no ambiente escolar.

Pinheiro (2014) diz que a Fisioterapia é fundamental em diversas áreas de atuação na saúde, sendo de extrema importância, devido ao conhecimento adquirido pelo profissional durante a sua formação. O profissional fisioterapeuta está apto a atuar, não só em atividades de reabilitação, mas também atividades preventivas, sendo um profissional indispensável, quando se trata de prevenção de lesões osteomusculares relacionados ao trabalho, entre eles os professores.

Devido o crescente aumento dos gastos públicos com reabilitação de lesões, a prevenção seria mais viável e consequentemente aumentaria o desenvolvimento do profissional no seu campo de atuação, visto que não perderia tempo com tratamentos e dores, dedicando assim seu tempo ao desenvolvimento de projetos. Percebeu-se a necessidade de conhecer sobre a percepção que os professores possuem a cerca da atuação da Fisioterapia nas escolas.

A relevância desse trabalho é que, voltado à sociedade, proporcionará inúmeros benefícios, como a conscientização sobre importância do fisioterapeuta atuando preventivamente nas escolas, bem como o resultado, espera-se consequentemente, a redução de lesões em professores no seu labor, valorização do campo de trabalho, da profissão e do fisioterapeuta.

Para o norteio desse artigo levantou-se os seguintes questionamentos como é a representação dos professores de uma escola pública sobre a importância da prevenção de lesões osteomusculares relacionados ao trabalho em docentes? Na escola estudada há atuação do profissional fisioterapeuta preventivo? Na representação dos professores quais seriam os benefícios da Fisioterapia preventiva nas escolas? O que a legislação vigente rege sobre prevenção nas escolas?

O trabalho partiu das seguintes hipóteses o fisioterapeuta, de acordo com a grade curricular do curso de Fisioterapia, está apto a desenvolver atividades de acordo com a necessidade. Dentre essas formações, ele também pode desenvolver atividades não só com fins curativos, mas também preventivas, onde entra no campo da Fisioterapia preventiva nas escolas, uma área pouco explorada, porém com uma necessidade cada dia mais abrangente de atuação. A importância de se ter um fisioterapeuta na prevenção de lesões na escola, é que ele

poderá desenvolver atividades laborais, dinâmicas e palestras de conscientização. As lesões são mais evidentes ao prolongar o tempo de serviço sem pausas. As mais comuns são cervicalgias, lombalgias, síndromes de compreensão de túneis, hiperlordose cervicais e lombares, bursites e tendinites.

Esta pesquisa teve como objetivo Identificar a representação das professoras de uma escola pública do norte de minas – MG sobre a importância da prevenção de lesões osteomusculares relacionados ao trabalho em docentes, além de verificar se há a atuação do Fisioterapeuta na escola pesquisada, descrever de acordo com a representação das professoras, os benefícios da Fisioterapia preventiva nas escolas e mostrar o que a legislação vigente rege sobre prevenção nas escolas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Neste artigo a abordagem adotada é de forma qualitativa, Gerhardt e Silveira (2009, p.31) define como "métodos que buscam explicar os porquês, e não quantificam valores e não se submetem a provas de fatos, devido os dados analisados não serem métricos e vale-se de diferentes abordagens", ou seja, na pesquisa qualitativa busca simplesmente a qualidade do objeto. Também foram utilizados gráficos como recursos quantitativos a fim de ilustrar a representação dos professores.

Este artigo foi constituído a partir de uma pesquisa de campo em uma escola municipal, localizada no norte de Minas Gerais. Fonseca (2002) define pesquisa de campo como investigações que não usam somente pesquisa bibliográfica, mas vão além e coletam dados juntamente com as pessoas.

O estudo foi realizado com 10 (dez) docentes do gênero feminino atuantes na escola pública em uma cidade do Norte de Minas sendo todas educadoras que atuam na referida Instituição de Ensino.

Inicialmente foi elaborado um termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE para os professores a fim de resguardar tanto a identidade dos sujeitos quanto do pesquisador.

Para a coleta dos dados, foi realizada uma entrevista gravada, direcionado a 10 professoras (N=10) da escola pesquisada, com o intuito de recolher informações acerca da Fisioterapia preventiva nas escolas e sua importância, essa gravação foi conduzida de forma semi-direcionada com o assunto pré-estabelecido. Em seguida as entrevistas foram transcritas na íntegra preservando a identidade dos sujeitos e da escola. Para mostrar o que a legislação vigente rege sobre prevenção nas escolas foi realizado uma pesquisa bibliográfica. Os demais objetivos serão extraídos da gravação.

Antes de iniciar a coleta de dados, o projeto foi submetido no dia 01 de agosto de 2018 ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) por meio da Plataforma Brasil sob o número 94940318.0.0000.8078, com objetivo de resguardar os sujeitos envolvidos, com ética e decoro, o qual foi aprovado e a investigação no campo foi realizada, sendo os dados obtidos, analisados a luz da teoria.

A FISIOTERAPIA PREVENTIVA E SUA EVOLUÇÃO

Pinheiro (2014) define Fisioterapia como uma ciência que visa estudar, prevenir e tratar alterações cinéticas funcionais em sistemas e órgãos do corpo humano, de etiologia traumática, genética ou adquirida, atuando em todos os níveis de complexidade. Baseia suas ações em mecanismos terapêuticos próprios, obtido pelos estudos das ciências biológicas, morfológicas, fisiológicas, patológicas, da bioquímica, biofísica, biomecânica, sinergia funcional, cinesia patológica de órgãos e sistemas do corpo, além de disciplinas psicossociais.

Desde a sua regulamentação no Brasil a Fisioterapia tem ganhado cada vez mais áreas de atuação, dentre elas destaca-se a Fisioterapia Preventiva.

A Palavra “prevenir” pode ser definido como “... dispor com antecipação, ou de sorte que evite dano ou mal [...] (Aurélio, 2001, p. 556)”, dada essa definição nota-se que a Fisioterapia preventiva tem como objetivo prevenir algumas deformidades e/ou lesões no sistema osteomuscular, que pode ocorrer devido à má postura, atividade física realizadas de formas incorretas ou até mesmo relacionada ao trabalho.

Tesser (2012) diz que a prevenção pode ser subdividida em quatro níveis: prevenção primária, secundária, terciária e quaternária. Deliberato (2002) cita como nível prevenção primária a atuação no estado de equilíbrio do organismo, ou seja, atua para evitar que esse organismo saia desse estado bem-estar.

São exemplos de atividades de prevenção primária segundo Deliberato (2002), dormir mais de seis horas por dia, evitar grandes jornadas de trabalho, ter hora certa para as refeições e uma dieta adequada bem como não consumir em excesso bebidas alcoólicas, cigarros dentre outros. Cuidado ao levantar, transportar e depositar adequadamente os objetos, evitar excesso de peso na bolsa, praticar uma atividade física, organizar-se, bem como planejar as suas atividades com antecedência,tornar o ambiente de trabalho adequado, com boa ventilação e iluminação, evitar agentes externos que atrapalhem a concentração, evitar a superpopulação de alunos na sala de aula e orientar quanto à manutenção de posturas adequadas durante a realização de suas atividades acadêmicas.

Para Deliberato (2002) a prevenção secundária se relaciona com diagnóstico antecipado dado isso, nesse nível o organismo já se encontra fora de equilíbrio, ou seja, já com alguma patologia (doença), esse tipo de prevenção busca o diagnóstico precoce da patologia, para o início imediato das ações de tratamento, afim que esta não progrida de nível. A prevenção terciária o organismo já se encontra com a patologia e passou por todos os outros níveis, nesse estágio as ações são para que a patologia não deixe sequelas que podem progredir para invalidez, nesse nível se encontra a reabilitação, que visa colocar o indivíduo na mais possível forma física a qual se encontrava antes do desenvolvimento da patologia. Mas se já tiver passado desse nível o fisioterapeuta prossegue com a reabilitação conforme o diagnóstico, evitando a invalidez ou incapacidade permanente do docente

Além dos três principais níveis de prevenção, existe a prevenção quaternária, Tesser (2012, p.5) diz que, “a prevenção quaternária é especificamente definida e voltada para a identificação de indivíduos em risco de tratamento excessivo, para protegê-los de novas intervenções médicas inapropriadas e sugerir-lhes alternativas eticamente aceitáveis”. Já Gross (2016) salienta que a prevenção quaternária é fundamental, não somente na APS (Atenção Primária em Saúde), mais em todo o SUS (Sistema Único de Saúde), pois se evitar todos os diagnósticos e tratamentos desnecessários assim como a medicação desnecessária os gastos com saúde do SUS certamente reduziriam, tornando possível o redirecionamento dos recursos para outras áreas com mais necessidades, além de poder investir em terapias e diagnósticos mais baratos em com índices de danos menor no paciente.

Levando em conta os campos de estudos da grade curricular, percebe-se claramente que a Fisioterapia está apta a atuar em todos os âmbitos de prevenção, quer seja primária, secundária ou terciária. Infelizmente percebe-se que há maior atuação da Fisioterapia no nível terciário, ou seja, quando o organismo já adquiriu a patologia e, portanto buscam-se formas de terapias para que ela não progrida deixando sequelas e possivelmente causando a invalidez ou incapacidade de realizar mínimas atividades do dia-a-dia. Salienta-se que cabe ao fisioterapeuta explorar as áreas de atuação, e dentro da Fisioterapia Preventiva encontra-se um dos campos mais amplos e menos explorados pelos fisioterapeutas preventivos, a Fisioterapia Preventiva nas Escolas.

A Fisioterapia Preventiva no âmbito Escolar

Deliberato (2002) afirma que a Fisioterapia Preventiva Escolar é bastante ampla, porém, pouco conhecida pelos profissionais. Nessa área o profissional fisioterapeuta, pode trabalhar com alunos, professores e funcionários, quer seja na prevenção primária ou na parte ergonômica. E por sua vez poderá favorecer a redução do índice de lesões osteomusculares.

Fica incumbido ao fisioterapeuta que trabalha nas escolas, o desenvolvimento de atividades, palestras, brincadeiras bem como orientações aos administradores quanto à ergonomia e acessibilidade do local de trabalho. A prevenção em professores subdivide em níveis primário, secundário, terciário e quaternário. Em relação à Fisioterapia no ambiente de trabalho, a prevenção primária, é mais indicada por ter característica de promoção à saúde em forma de informação antecipada como, por exemplo, palestras, panfletos e oficinas de conscientização.

Uma vez que a atenção primária à saúde ultrapassa outros patamares exigindo outros cuidados e um olhar às condições de trabalho, Vinha (2014, p.120) descreve que "as condições de trabalho refletem as tensões que os trabalhadores estão submetidos na sua rotina diária". Neste sentido, somado a exigência de qualidade na realização do trabalho, a pressão por resultados e a adequação da infraestrutura pode surgir às queixas dolorosas e/ou as doenças relacionadas ao trabalho.

Ferreira et al (2015) explica que devido as atividades que os professores realizam no seu dia-a-dia tais como: apagar o quadro várias vezes, ao realizar correção de provas, elaborar trabalhos no computador por longos períodos, pode causar danos articulares e musculares como bursites e tendinites etc. Podemos citar essas atividades como: realização de movimentos repetitivos seguidos de má postura, colocando o docente como propícios a desenvolverem os DORT's/LER (Doença osteomuscular Relacionada ao Trabalho/ Lesão por Esforços Repetitivos)

Dado o agravo do estado de saúde o fisioterapeuta deve iniciar o tratamento, para que o professor volte às suas atividades o mais rápido possível, evitando mais gastos financeiros públicos e pessoais, com o profissional afastado dependendo remédios e outras coisas para manutenção de sua saúde. Cabe ao fisioterapeuta com diagnóstico definido em mãos, planejar, tratar e instruir o Professor para que não haja mais danos a sua saúde.

Por sua vez, a atuação nas escolas com professores, ainda não desperta atenção dos profissionais Fisioterapeutas, talvez seja pouca informação em relação ao campo de trabalho ou ainda a resistência enfrentada pelo fisioterapeuta atuando nas escolas.

Conforme Deliberato (2002) os docentes são diariamente acometidos por lesões muitas das vezes desconhecidas, que poderiam ser evitadas se houvesse o mínimo de conhecimento em relação à patologia e a prevenção. Dentre as patologias mais comuns nos professores estão os DORT's/LER, sendo que o termo comumente utilizado é DORT que englobam uma sequência de distúrbios como: protrusão da cabeça e dos ombros, bursite do ombro, escoliose, tendinite do punho, síndrome compreensiva do complexo punho e do antebraço, cervicobraquialgia e lombociatalgia. Acarretando sinais e sintomas como dores, parestesias,

limitações funcionais, diminuição da força, inflamação, câimbras, limitação articular, cefaleia, problemas circulatórios, estresse psicológico e orgânico.

Przysiezny (2000) salientou que o termo mais indicado a ser usado deveria ser "Distúrbios Ocupacionais Relacionados ao Trabalho". A prevalência desses distúrbios é no gênero feminino devido a influências hormonais. Os DORTs têm como fatores agravantes, a mecanização do trabalho, mais repetições e ainda fatores psicossociais como: trabalho pesado, monotonia, baixo suporte social e pressão pelo tempo.

Por outro lado, Deliberato (2002) diz que após recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para usar uma termologia parecida em todos os países, afim de que pudessem trocar informações sobre o assunto, uma vez que vários termos trariam dificuldades a essa comunicação, então se adotou a sigla em inglês WRMD (*Work Related Musculoskeletal Disorders*), termo usado no Brasil em 1998 após estabelecimento da norma regulamentadora do Sistema Único de Saúde, que se traduzido passa a serem Doenças Musculoesqueléticas Relacionadas ao Trabalho (DORTs).

De acordo com Corrêa e Boletti (2015) os distúrbios relacionados ao trabalho afetam as composições do sistema osteomuscular, como tendões articulações, músculos e nervos. Embora diversos autores não concordem com essa nomenclatura, pois os DORT's não abrangem somente o sistema musculoesquelético, toda via afeta também os demais sistemas do corpo humano como o neurológico.

Em relação à sala de aula, Deliberato (2002), escreve que, uma das principais queixas dos professores é a dor no ombro, logo a associamos com o ato de escrever e apagar no quadro. Então orientar-se o uso do projetor como forma alternativa de explicação durante as atividades. O professor não deverá manter-se parado por longos períodos durante as aulas, é indicado que faça exercícios de relaxamento e alongamento entre os períodos das aulas, isso deve ser realizado pelo menos durante 45 minutos. Também pode ser preenchido esse tempo com atividades como: uma leitura satisfatória, uma música relaxante entre outras atividades de menos estresse, desde que elas sejam prazerosas.

Dado os esclarecimentos em relação aos DORTs compreende-se como atua a Fisioterapia preventiva nas escolas com docentes. É essencial que para que tudo isso dê certo o professor tenha conhecimento básico sobre anatomia do seu corpo, seus limites de força, amplitudes de movimento bem como coordenação motora e flexibilidade, tendo como objetivo o melhor aproveito das atividades evitando gasto de energia.

A legislação e a prevenção das doenças ocupacionais

Uma das principais causas de aparecimentos de doenças relacionadas ao trabalho segundo Kroemer e Grandjean (2005) é uma carga horária acima de 9 horas, entretanto no ano de 2017 entrou em vigor o decreto/lei Nº 13.467, em 13 de julho mais conhecido como a "Reforma Trabalhista". Esse decreto, no artigo 59 passou a permitir jornadas de trabalho com 12 horas diárias seguidas de 30 horas de descanso. Os referidos autores continuam alertando que dentre os efeitos perceptíveis, se ultrapassado esse limite, haverá redução do ritmo de trabalho, aumento da fadiga resultando em mais doenças e acidentes.

O decreto Nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007 institui o Programa Saúde na Escola – PSE. No seu art. 2º dispõe sobre um dos seus principais objetivos que é "I – promover a saúde e a cultura da paz, reforçando a prevenção de agravos à saúde, bem como fortalecer a relação entre as redes públicas de saúde e de educação". A portaria n° 2.931, de quatro de dezembro de 2008 altera e dispõe sobre recursos para a implantação do programa saúde na escola (PSE), está também fala que cabe aos municípios manifestar interesse em relação ao programa.

Em 08 de junho de 1978 o Ministério do Trabalho dispôs da portaria nº 3.214 que estipulou normas regulamentadoras referentes à segurança e medicina do trabalho. Inicialmente foram criadas 28 normas e posteriormente foram aprovadas outras totalizando 36 NRs (BRASIL, 2018). Destas NR's há a N17que versa exclusivamente sobre a ergonomia.

A NR-17, segundo Corrêa e Boletti (2015) tem a finalidade de estabelecer os parâmetros que adaptam as características do local de trabalho ao trabalhador, proporcionando mais conforto, segurança e desempenho. As regras na NR-17 abrangem assuntos como locomoção de materiais, mobília e equipamentos, assim como as condições no ambiente de trabalho e sua organização, essa regra ainda prescreve que o empregador implante a análise ergonômica no trabalho – AET.

Ferreira (2015) Define a AET (Análise Ergonômica do Trabalho) como "um método de análise do trabalho baseado na observação da atividade tal qual está acontecendo no momento da análise e cujo objetivo maior é melhorar a situação de trabalho". Essa refere se a NR-17 que visa um estudo minucioso no ambiente de trabalho onde objetiva- se em listar algum risco ocupacional proporcionando a empresa uma adequação a legislação trabalhista.

Segundo Deliberato (2002), ao realizar a análise ergonômica do trabalho Fisioterapeuta deverá conhecer os dados referentes ao posto de trabalho e suas atividades além das características de cada um, além disso, observam-se os resultados de produtividade esperados ou exigidos, bem como os métodos usados pelo trabalhador para atingir esses resultados.

A análise final irá fornecer o resultado da carga de trabalho, que se entende como a medida do nível de atividade mental, motora, sensitiva e emocional do trabalhador, sua

necessidade se dá devido ao fato de que os ajustes se bem realizados, encarregará para que a produtividade esperada seja atingida.

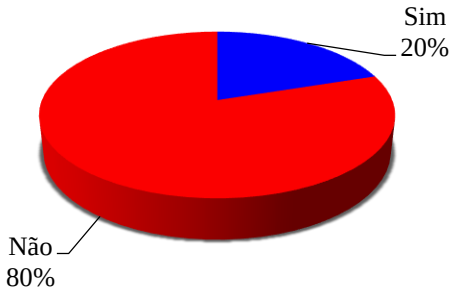
Ainda na visão de Deliberato (2002) em relação à ergonomia uma série de fatores está diretamente ligada à qualidade de vida do trabalhador e seu desempenho, são eles dimensionamento e a composição do posto de trabalho, as características da ambiência (ruído, ventilação, iluminação, temperatura e umidade relativa do ar), a característica organizacional do trabalho, as relações interpessoais e dados referentes aos equipamentos, ferramentas, máquinas e assessórios de trabalhos.

No raciocínio de Vinha (2014, p. 121) se faz necessário reconhecer as situações do trabalhador no seu ambiente de trabalho. Neste caminho "na busca de medidas preventivas e corretivas, surge à ergonomia, ciência multidisciplinar que estuda a relação do homem com o trabalho. Sendo seu objetivo básico a humanização e a melhoria na produtividade do sistema de trabalho". A ergonomia fornece meios para melhorar o bem-estar físico, psicológico e social dos professores amparado pelo tripé: segurança/saúde/conforto levando em consideração a eficácia e a eficiência.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A hipótese de que a Fisioterapia Preventiva nas escolas é pouca conhecida foi testada questionando as professoras se elas já ouviram falar sobre a Fisioterapia nas escolas. Conforme apresentado no gráfico 01, 20% das professoras responderam "sim" e 80% disseram "não" conhecer a atuação da Fisioterapia escolar.

Gráfico 01 – Conhecimento das professoras sobre a Fisioterapia nas escolas



Fonte: Entrevista direcionada aos professores elaborada pelos pesquisadores, 2018.

Foi possível notar que, embora houvesse alguns professores que conheciam a atuação da Fisioterapia nas escolas, para a maioria ela é desconhecida. Deliberato (2002) concorda com

a ideia de que a atuação do fisioterapeuta nas escolas é pouco conhecida e atualmente não se tem muitos profissionais nessa área, todavia não há registro do motivo dos profissionais da Fisioterapia não buscar este campo de atuação.

Sobre o questionamento se as professoras considerariam importante a Fisioterapia atuar com a prevenção de doenças relacionadas ao trabalho nas escolas com os professores, 100% das entrevistadas disse "sim". Esta unanimidade reforça a importância da Fisioterapia preventiva nas escolas.

Deliberato (2002) e Ferreira et al (2015)concordam que o professor está exposto às doenças relacionadas ao trabalho devido a exigência de postura corporal e manuseio de equipamentos ou objetos ao exercer sua atividade. Ressaltam ainda que devido ao conhecimento adquirido durante a graduação, o fisioterapeuta é totalmente habilitado a prevenir, diagnosticar e tratar os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho que possam acometer os profissionais da educação.

Durante a entrevista ao questionar as professoras se elas possuíam alguma queixa que as incomodavam fisicamente, que estariam associadas ao ambiente de trabalho ou má postura, 20% disseram dor no ombro, 30% dor na coluna, 20% dor no punho e 30% não relatou nenhuma queixa conforme mostra o gráfico 02.

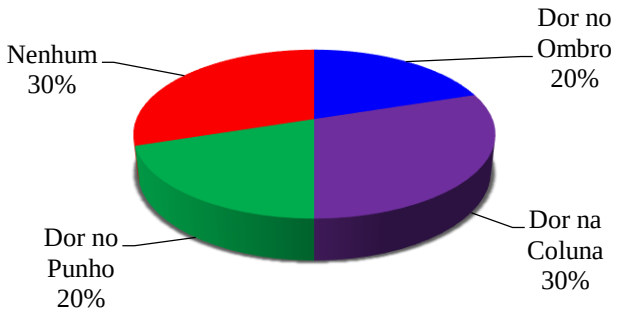


Gráfico 02 – Principais queixas relatadas pelas professoras inseridas na pesquisa

Fonte: Entrevista direcionada aos professores elaborada pelos pesquisadores, 2018.

Além das professoras relatarem o local dos incômodos associou a dor a alguma situação que envolve trabalho na escola.

> *Sim! Dor no braço e bursite que associo ao ato de escrever no quadro com giz (Professor 1).*
> *Dor na as mãos e na coluna por ficar muito tempo em pé (Professor 2).*

> *Cansaço, dor nas costas e dependendo se tiver algum evento dor na coluna nas pernas (Professor 3).*
> *Dor nas pernas porque ficamos muito em pé e na coluna porque ficamos abaixando (Professor 5).*
> *Dor nos ombros (Professor 6).*
> *A partir de um tempo eu comecei a sentir dor no ombro e acredito que é devido eu escrever no quadro (Professor 7).*
> *Eu sinto dor no punho devido ao ato de escrever e dor na coluna devido carregar bolsa pesada por causa do plano de aula, então temos uma pasta para colocar o plano de aula e isso torna pesado gerando dor na coluna (Professor 8).*
> *Entrevistados 4, 9 e 10 disseram não ter algo que o incomodasse que associaria ao ambiente de trabalho.*

De acordo com o relato dos professores sobre os sintomas associados ao ambiente de trabalho, pode-se dizer que esses corroboram fielmente com os textos de Vinha (2014), salientando que as condições de trabalho refletem na saúde do trabalhador e juntando as exigências e pressões do dia-a-dia podem causar inúmeros transtornos como as DORTs (Doenças Osteomusculares relacionadas ao trabalho).

Deliberato (2002) afirma que alguns dos sinais e sintomas que acometem professores são: dores, limitações funcionais, inflamação, câimbras, cefaleia, problemas circulatórios e estresse psicológico. De acordo com Ferreira et al (2015) essas situações são decorrentes da atuação do profissional e suas realizações diárias como professor exemplo: apagar o quadro, elaborar trabalhos por longos períodos e etc. que podem acarretar danos articulares e musculares como bursites e tendinites entre outras. Kroemer e Grandjean (2005) ressaltam também que uma carga horária acima de 9 horas sem pausas acarreta no aparecimento de doenças relacionadas ao trabalho

Ao perguntar aos professores se eles acreditam que a Fisioterapia preventiva contribuiria para o bem-estar do professor, as professoras entrevistadas (2, 3, 4, 5, 6, 7, 9 e 10) afirmaram que sim, não relatando os motivos, porém reconhecendo a contribuição. Apenas as professoras 1 e 8 acrescentaram

> *Sim! Pois, muitas vezes saímos (da escola) com os braços dilacerados (referindo-se a dor)(Professor 1).*
> *Seria uma ótima ideia, seria bom demais se tivesse (Fisioterapia preventiva) na escola, pois ajudaria demais o professor a ter uma saúde melhor (Professor 8).*

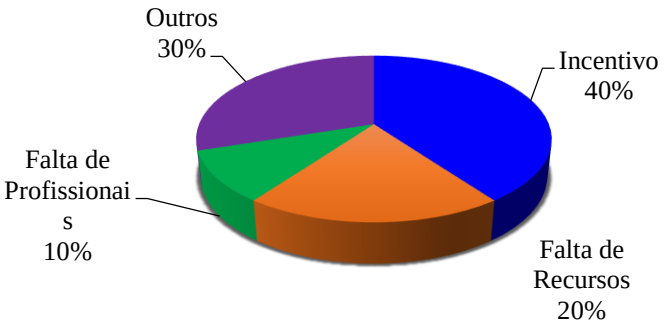
As respostas demonstram que, mesmo com pouco conhecimento sobre o assuntos e tem a noção de que a saúde do professor é afetada em seu local de trabalho e é de suma importância que ações preventivas devem ser tomadas, a fim de evitar possíveis lesões.

Para Deliberato (2002) a Fisioterapia é importante, pois está presente nos três níveis de prevenção e se torna uma alternativa, caso seja relacionada à prevenção quaternária. Ainda ressalta que o fisioterapeuta poderá desenvolver várias atividades relacionadas à prevenção primária, tais como: palestras, atividades e orientações a professores e aos administradores quanto à ergonomia ocasionando na redução do risco de surgimento de DORTs e acidentes de trabalho.

Durante a pesquisa perguntou se na escola pesquisada havia a atuação do profissional fisioterapeuta. Obteve-se o resultado que não havia Fisioterapia preventiva no local. Esse questionamento confirma a hipótese de que Fisioterapia preventiva nas escolas é uma área pouco explorada, porém com uma necessidade cada dia mais abrangente de atuação do fisioterapeuta.

Em sequência à pergunta anterior questionou-se a opinião das professoras sobre o porquê do fisioterapeuta não atuar nas escolas, 40% relacionou a falta incentivo, 20% falta de recursos, 10% a falta de profissionais especializados e 30% responderam de modo diverso, entre eles que nunca imaginou a possibilidade de ter um fisioterapeuta dentro da escola.

Gráfico 03 – Por que o fisioterapeuta não atua nas escolas



Fonte: Entrevista direcionada aos professores elaborada pelos pesquisadores, 2018.

As professoras entrevistadas ainda ressaltaram os motivos do fisioterapeuta não atuar nas escolas

> *Por falta de recursos e mais projetos que tenha esse profissional (fisioterapeuta) adequado e que seja remunerado pela educação (Professor 1).*
> *Por falta de recurso (Professor 2).*
> *Acredito que é devido a recursos mesmo e talvez até da gente pedir e de conversar de falar da importância, muita das vezes também por falta de informação (Professor 3).*
> *Porque nós nunca procuramos e nunca deu a ideia (Professor 4).*
> *Por falta de profissionais habilitados na cidade (Professor 5).*

Por falta de incentivo e de conhecimento (Professor 6).
Por falta de incentivo e de cobrança dos Funcionários (Professor 7).
Falta de incentivo e falta de informações, porque os dois existem juntos, isso tanto pelo lado do professor quanto pelo lado do profissional e dos administradores, principalmente pelos administradores, pois eu não saberia sobre (Professor 8).
Eu nem pensei que pudesse ter fisioterapia na escola (Professor 9).
Falta de incentivo (Professor 10).

Ao levantar a questão da falta do fisioterapeuta nas escolas, pode-se perceber que as justificativas mais apresentadas foram à falta de recursos, de informação e de incentivo.

Nota-se também que existe uma falta de conhecimento por parte dos administradores, pois a falta de recursos foi citada pela maioria dos professores. Já a falta de informações atribui-se aos fisioterapeutas, pois cabe ao profissional divulgar a sua atuação nas devidas áreas.

Outra justificativa citada foi à falta de incentivo, esse motivo pode ser atribuída tanto aos administradores quanto aos fisioterapeutas, pois sem o devido conhecimento, os superiores não podem executar as ações de prevenção, e aos fisioterapeutas que tem o dever de informar aos administradores quanto ao custo-benefício de ser ter a Fisioterapia preventiva nas escolas, para que sejam tomadas as devidas ações a fim de minimizar os agravos do labor.

Essas afirmações condizem com o texto em que Deliberato (2002) fala que a aérea da Fisioterapia na escola é ampla, a demanda é notória, porém ela é pouco conhecida e cabe aos profissionais da Fisioterapia informar à sociedade sobre sua formação e competência para atuar nas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fisioterapeuta pode atuar em escolas públicas e privadas, difundindo trabalho de conscientização, enfatizando problemas posturais que o professor pode desenvolver, além de como prevenir esses agravos. O fisioterapeuta pode realizar atividades de avaliação postural e/ou exames físicos e a partir daí promover orientações, para cada profissional individualmente. O fisioterapeuta deve salientar a prática da atividade física e ensinar como fazê-la com segurança, evitando possíveis lesões utilizando técnicas de relaxamento e alongamento muscular.

Os professores podem dispor da Fisioterapia Preventiva atuando na prevenção primária, secundária, terciária e quaternária, porém as mesmas dependem apenas dos administradores das escolas, o que leva a reflexão sobre o que a legislação diz a respeito da prevenção no ambiente

de trabalho, o que rege as (NR) normas regulamentadoras a as disposições estaduais. Essas podem contribuir para o bem-estar geral do docente.

A representação das professoras participantes desta pesquisa sobre a importância da prevenção de lesões osteomusculares relacionados ao trabalho na escola, foi possível identificar que todos os professores percebem a importância da prevenção de doenças relacionadas ao trabalho na escola, porém elas não sabem de que forma é possível isso acontecer.

Ao verificar se há a atuação do Fisioterapeuta na escola pesquisada, todas as professoras disseram não. Esta fala vem de encontro com o discurso dos autores pesquisados que retratam um nicho pouco explorado pelo fisioterapeuta.

Ao investigar o nível de conhecimento das professoras acerca das possíveis patologias consequentes de má postura que podem se desenvolver ao longo do tempo na sua atividade laboral a maioria não possui conhecimento relacionado ao assunto devido a uma visível falta de informação, percebe-se que a Fisioterapia é importante, pois fornecerá conhecimento correto para a execução de suas atividades laborativas além de orientar sobre pausas e postura corporal corretas.

Ao descrever sobre os benefícios da Fisioterapia preventiva nas escolas notou-se que embora haja a percepção das professoras acerca das patologias, elas não souberam descrever quais benefícios a Fisioterapia poderia proporcionar, porém reconhecem a devida importância da Fisioterapia nas escolas, principalmente com os docentes.

A legislação vigente sobre prevenção nas escolas versa que deve ser desenvolvidas ações de prevenção nas escolas afim de que não se desenvolva danos desnecessários. Além das leis e decretos há também as NRs que estabelecem normas para a adequação do local de trabalho ao trabalhador a fim de minimizar os agravos advindos do labor.

Ao buscar referências bibliográficas para fundamentar esta pesquisa percebeu-se o quão pouco é explorada esta temática pelos fisioterapeutas e pelos pesquisadores. Tal afirmação dá-se pela dificuldade em encontrar autores que escrevem sobre a Fisioterapia nas escolas, vale ressaltar que há somente uma referência sobre o tema em um único capítulo no livro Fisioterapia Preventiva do autor Paulo Deliberato.

Em síntese esta pesquisa finalizou com êxito alcançando todos os objetivos propósitos, porém vale salientar que embora concluída, se finda apenas para os questionamentos elucidados aqui, deixando uma vasta área a ser pesquisada e outras indagações a serem desbravadas pela Fisioterapia preventiva nas escolas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, L. G. **Fisioterapia Preventiva nos Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho – DORTs**: Fisioterapia do trabalho aplicada. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. 213 p.

BERNADI, D. F.; CHARLEUAX, V. Fisioterapia Preventiva e Saúde do Trabalhador. In: PINHEIRO, G. B. et al. **Introdução a Fisioterapia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

BOTOMÉ, S. P.; REBELATTO, J. R. **Fisioterapia no Brasil**: fundamentos para uma ação preventiva e perspectivas profissionais. 2. ed. São Paulo: Manole, 1999.

BRASIL. **Normas Regulamentadoras (NRs)**: O que são e como surgiram? Disponível em: <http://blog.inbep.com.br/normas-regulamentadoras-nrs-o-que-e/>. Acesso em: 13 abr. 2018.
_____. Ministério da Saúde. **Lesões por esforços repetitivos (LER) distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT)**. 2001. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ler_dort.pdf&ved=0ahUKEwiugtGr[...]> Acesso em: 29 nov. 2017.

COFFITO. Conselho Federal de Fisioterapia. Resoluções do COFFITO. **Decreto 9.640/84.** Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?Page_id=2341> Acesso em: 09 mar. 2018.
_____. Conselho Federal de Fisioterapia. Resoluções do COFFITO. **Lei 8.856/94.** Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?Page_id=2341> Acesso em: 09 mar. 2018.

CORRÊA, V. M.; BOLETTI, R. R. **Ergonomia**: fundamentos e aplicações. Porto Alegre: Bookman, 2015. 144 p.

DELIBERATO, P. C. P. **Fisioterapia Preventiva**: fundamentos e aplicações. 1. Ed. São Paulo: Manole, 2002.

FERREIRA, J. B. et al. **Sintomas osteomusculares em professores**: uma revisão de literatura. 2015. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/interscientia/article/download/102/98> Acesso em: 04 abr. 2018.

FERREIRA, L. L. **Sobre a análise ergonômica do trabalho ou AET.** 2015. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/rbso/v40n131/0303-7657-rbso-40-131-8.pdf> Acesso em: 16 de mai. de 2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. 2002. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila_metodologia_da_pesquisa(1).pdf> Acesso em: 27 nov. 2017.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad00> Acesso em: 27 nov. 2017.

GROSS, D. M. P. et al. Prevenção quaternária na gestão da atenção primária à saúde: revisão integrativa.2016. **Revista de Enfermagem UFPE On line**, Recife, 10 (Supl. 4): 3608-19. Set. 2016. ISSN: 1981-8963.

KROEMER, K. H. E.; GRANDJEAN, E . **Manual de Ergonomia**: Adaptando o Trabalho ao Homem. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005..

MARQUES, A. P.; SANCHES, E. L. **Origem e evolução da Fisioterapia**: aspectos históricos e legais. 1994. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/fpusp/article/download/75027/78586> Acesso em: 09 mar. 2018. ORÉFICE, J. L. F. História da Fisioterapia no Brasil e no Mundo. In: PINHEIRO, G. B. et al. **Introdução a Fisioterapia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

PINHEIRO, G. B. **Fisioterapia**: introdução a Fisioterapia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

PRZYSIEZNY, W. L. **Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho**: um enfoque ergonômico. 2000. Disponível em: <http://www.progep.ufpa.br/progep_bixado/docsDSQV/DORT_-_LER.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018.

TESSER, C. D. **Prevenção quaternária para a humanização da atenção primária à saúde.** 2012. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/artigos/mundo_saude/prevencao_quaternaria_humanizacao_atencao_primaria.pdf>. Acesso em: 15 de mai. de 2018

VELASCO, L. C. B.; CARVALHO, A. S. **Incidência de distúrbios osteomusculares em professores de escolas públicas em Araxá/MG**. 2016. Disponível em: <http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/508>. Acesso: 28 nov. 2017.

VINHA, E. C. M. Implantação de um programa ergonômico com ênfase na ginástica laboral em uma empresa de silvicultura. **Altus Ciência**, vol. 2, n. 02, 2014. ISSN 2318-4817. Pp 119-134.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

FISIOTERAPIA NA PREVENÇÃO DE COMPLICAÇÕES NO PÉ DIABÉTICO: TIPO 2

Isabela Cristina Afonso Vidal[1]
Wemerson Pereira dos Santos[2]
Fernando Leonardo Diniz Souza[3]

Resumo: A Diabetes Mellitus tipo 2 é uma doença crônica que apresenta resistência à ação da insulina resultando em complicações. O pé diabético é uma dessas complicações oriundas de neuropatia, insuficiência vascular, infecções e úlceras. A atuação fisioterapêutica se faz através de condutas fisioterapêuticas e ações para prevenir complicações no pé diabético e tem como objetivo geral identificar propostas da fisioterapia na prevenção das complicações no pé diabético: tipo 2. Este estudo foi realizado em uma abordagem qualitativa, através de revisão bibliográfica. Verificou-se que a intervenção fisioterapêutica atuando na atenção primária por meio de ações preventivas, orientações sobre o cuidado com os pés e controle do diabetes, palestras educativas que visam exame regular dos pés, métodos de autocuidado, juntamente com exercícios físicos orientados e condutas fisioterápicas são benéficas para prevenir complicações no pé.

Palavras – chave: Fisioterapia preventiva. Diabetes tipo 2. Pédiabético.

Abstract: Diabetes Mellitus type 2 is a chronic disease that presents resistance to the action of insulin resulting in complications. Diabetic foot is one of these complications from neuropathy, vascular insufficiency, infections and ulcers. Physiotherapy is done through physical therapy and actions to prevent complications in the diabetic foot and has as general objective to identify proposals of physiotherapy in the prevention of diabetic foot complications: type 2. This study was carried out in a qualitative approach, through a bibliographical review . It was verified that the physiotherapeutic intervention acting in the primary care through preventive actions, guidelines on foot care and diabetes control, educational lectures aimed at regular examination of the feet, methods of self-care, together with physical exercises and physical therapy are beneficial in preventing foot complications.

[1]Discente do curso de Fisioterapiana Faculdade Cidade de João Pinheiro. Email: cristinaafomso@bol.com.br

[2]Fisioterapeuta – FPM, Especialista em Fisioterapia Aplicada a Neurologia – Centro Universitário Leonardo da Vinci, Docente do Curso de Fisioterapia – FCJP, Email: wemersops3@yahoo.com.br

[3] Fisioterapeuta – UNITRI, Doutor em Promoção de Saúde – UNIFRAN, Docente do Curso de Fisioterapia – FPM. Email: drfernandodiniz@gmail.com

Recebido em 01/04/2019
Aprovado em 20/04/2019

Keywords: Preventive physiotherapy. Diabetes type 2. Diabeticfoot.

1 INTRODUÇÃO

A diabetes mellitus é conhecida como uma síndrome, ou um grupo de doenças metabólicas, caracterizada por hiperglicemia, associada a complicações, distúrbios e insuficiência de vários órgãos. Pode ocasionar a deficiência de secreção e ação da insulina envolvendo processos mórbitos específicos como, por exemplo: a destruição da célula Beta do pâncreas. Os sintomas básicos do diabetes são: poliúria, polidipsia, polifagia e perda de peso. Os sintomas clínicos mais comuns são: fadiga, fraqueza, letargia, e infecções (BRASIL, 2006).

A síndrome acontece quando o pâncreas não consegue produzir insulina, e o açúcar no sangue aumenta causando níveis glicêmicos acima do normal. A insulina é um hormônio necessário para metabolizar a glicose para produção de energia. Valores glicêmico normais variam, em jejum 70 a 100 mg/dl, glicemias pré-prandiais 110 a 130 mg/dl, glicemias pós-prandiais 140 a 160 mg/dl (DIEHL, 2013).

O pé diabético pode estar associado a um grande número de patologias, como neuropatia, insuficiência vascular, infecção, úlceras, destruição dos tecidos profundos que estão associados a alterações neurológicas e as doenças vasculares periféricas, podendo levar a gangrena e amputações (LARANJO, 2016).

As principais características do pé diabético: frio, fino, sensibilidade dolorosa podendo haver ausência dos pulsos tibiais posteriores e pediosos dorsal, claudicação intermitente, dor, rubor e palidez a elevação do membro inferior e úlceras dolorosas nas bordas dos pés (LARANJO, 2016).

Partindo desta explanação, foram levantados os seguintes problemas: Por que as complicações no pé diabético são mais propicias em pessoas idosas com diabetes tipo 2? Quais complicações que levam a ter afecções no pé de pessoas diabéticas do tipo 2? Como e realizada a intervenção fisioterapêutica na prevenção das complicações no pé diabético?

O objetivo geral foi identificar condutas da fisioterapia na prevenção das complicações no pé diabético: tipo 2. Os objetivos específicos foram: identificar por qual motivo as

complicações no pé diabético são mais propicias em pessoas idosas com diabetes tipo 2, descrever quais as complicações que podem ocorrer no pé de pessoas diabéticas do tipo 2.

A hipótese norteadora desse estudo e devido as pessoas idosas diabéticas do tipo 2 serem mais propicias a complicações no pé por não terem o cuidado apropriado como a higienização correta dos pés, falta de informações e orientações, descontrole da doença, alimentação inadequada e sedentarismo. As complicações mais comuns que levam a ter afecções no pé diabético são a neuropatia diabética, doença arterial periférica, infecções e ulceras.

A promoção da saúde envolve a ação individual, a ação da comunidade e o compromisso dos governos em busca de uma vida mais saudável para todos, está relacionada com política, economia e desenvolvimento, inclui condições que proporcionam escolhas saudáveis, trabalho, renda, alimentação, laser, bem estar físico, mental e social dos indivíduos, ausência de doenças (RODRIGUES, 2013).

A participação do profissional fisioterapeuta juntamente com uma equipe multidisciplinar nos programas de saúde pública em nível de atenção primária é de grande importância e necessidade, capaz de levar grandes benefícios para a saúde da sociedade, sendo fisioterapeuta um profissional apto a exercer todos os níveis de atenção, integralidade, principalmente na educação em saúde sugerindo mudanças de hábitos de vida através de orientações aos pacientes e familiares (MAIA et al, 2015).

A prevenção baseia-se na avaliação precoce, controle glicêmico, controle alimentar, atividades físicas e orientações ao uso de sapatos adequados, cuidado com os pés, com a higienização para evitar infecções e lesões nos pés, sendo da atuação da fisioterapia com condutas preventivas para evitar complicações, com a prática de exercícios de alongamentos, fortalecimento muscular, treino de marcha e equilíbrio, prescrição de órteses adequadas para minimizar as sequelas do pé diabético, promovendo uma melhor qualidade de vida a esses pacientes, possibilizando que eles realizam suas atividades de vida diária (SOUSA et al, 2018).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica por meio dos indexadores de pesquisa nas bases de dados eletrônicos Scielo, Sociedade brasileira de diabetes, Biblioteca virtual em saúde, Bireme publicados no período de 2001 a 2018. O levantamento foi realizado com as

seguintes palavras-chave: Fisioterapia preventiva, diabetes tipo 2, pé diabético, durante o período de março de 2017 a outubro de 2018.

Foram definidos como critérios de inclusão:artigos publicados relacionados com pacientes com diabetes mellitus tipo 2, complicações que causam no pé diabético, fisioterapia preventiva, pacientes acima de 40 anosde ambos os sexos, associados a doenças cardíacas, pulmonares, renal, hipertensão arterial e colesterol alto. Foram encontrados 58 artigos, dos quais 20 foram excluídos da análise, por não se encaixarem na pesquisa, devido não apresentar critérios da fisioterapia preventiva nas complicações do pé diabético. Todos os 38 artigos restantes foram incluídos no estudo por não apresentarem nenhum critério de exclusão.

3 DIABETES MELLITUS TIPO 2 (DM2)

A doença foi descoberta há vários séculos, há 1500 A.C onde o papiro egípcio Ebers descreve uma doença associada pela grande quantidade de urina. Mas foi no século II na Capadócia que um médico grego chamado Arataeus denominou a essa enfermidade de diabetes que em grego quer dizer sifão (tubo que passa água). Já em 1675, Willis observou a semelhança da urina doce e espessa com doce e mel e denominou o nome de diabetes mellitus (OLIVEIRA, 2006).

A diabetes mellitus é conhecida como uma síndrome, ou um grupo de doenças metabólicas, caracterizada por hiperglicemia, associada a complicações, distúrbios e insuficiência de vários órgãos. Pode ocasionar a deficiência de secreção e ação da insulina envolvendo processos mórbitos específicos como, por exemplo: a destruição da célula Beta do pâncreas entre outros. Os sintomas básicos do diabetes são: poliúria, polidipsia, polifagia e perda de peso. Os sintomas clínicos mais comuns são: fadiga, fraqueza, letargia, e infecções (BRASIL, 2006).

A classificação da doença se caracteriza de forma etiológica sendo denominado como diabetes tipo 1, diabetes tipo 2, diabetes gestacional e outros tipos específicos que ocorrem devido a defeitos genéticos funcionais das células beta do pâncreas e na ação da insulina, administrada por fármacos, agentes químicos ou infecções (GROSS et al, 2002).

A diabetes mellitus (DM) tipo 2 é uma doença crônica caracterizada pelos elevados níveis glicêmicos de glicose no sangue e pela deficiência da insulina exercitar suas funções. Pessoas acima de 40 anos são mais propícias a desenvolver diabetes tipo 2 devido estar

relacionadas a obesidade, hipertensão arterial sistêmica, dislipidemia, histórico familiar de diabetes e sedentarismo (ARSA, 2009).

De acordo com as Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes (2014-2015), odiagnóstico é estabelecido a partir da identificação dos sintomas clássicos de poliúria, polidipsia e perda inexplicável de peso, e da análise de exames laboratoriais como glicemia casual > 200 mg/dl, glicemia plasmática de jejum (8horas) ≥ 126 mg/dl, e glicemia de duas horas após sobrecarga de 75g de glicose> 200 mg/dl. Se o índice estiver entre 100mg/dl há um índice de ser diabético, e >125mg/dl, há a presença de pré-diabete.

A diabetes mellitus é uma das principais doenças que afeta a população idosa, gerando um grande desafio para os sistemas de saúde no mundo, levando a uma epidemia mundial. Há incidências de que a mais de 180 milhões de pessoas diabéticas no mundo podendo chegar aos 350 milhões no ano de 2025. No Brasil ultrapassa os 10 milhões de pessoas diabéticas, sendo 33,0 % da população tem entre 60 e 79 anos (STOPA et al, 2014).

Pessoas idosas apresentam maiores riscos de desenvolver complicações do diabetes como problemas renais, cegueira, perda de sensibilidade nas extremidades como neuropatia o que aumenta o risco de quedas, disfunção sexual e problemas cardiovasculares. Fatoseste devido o descontrole da glicemia,não fazem acompanhamento médico, não praticam atividades físicas, uso de sapatos inadequados, não fazem uso de medicação correta o que requer cuidados que dura a vida toda, e envolvem várias mudanças comportamentais do próprio indivíduo: como uma nutrição adequada, medicações diárias, exercícios físicos programados, a automonitorização da glicemia, perda de peso, não fumar, controle das dislipidemias e da pressão arterial (NAGAI; CHUBACI; NERI, 2012).

Esses autores ainda afirmam que as complicações da doença nos idosos podem ser mais agravantes do que nos jovens, pelo fato da presença de comorbidade e da polifarmácia ser comum na população idosa. Como exemplo, doses elevadas de corticosteroides, diuréticos anti-inflamatórios, tiazídicos e furosemida podem provocar o diabetes do tipo 2.

O idoso constitui um grupo populacional sujeito a processos patológicos e fisiológicos decorrente do envelhecimento.As doenças crônicas podem levara limitação física e incapacidades impedindo o idoso de sua independência, como as complicações no pé, causando alterações comoperda de equilíbrio, perda das fibras musculares e do tecido adiposo, pele seca, unhas grossas e frágeis com maior resistência às infecções, sendo estasconsequentes de doenças

sistêmicas, dificuldade da marcha, má higienização dos pés, doenças reumáticas e complicações da insuficiência vascular (ESOTICO, 2009).

Alguns casos pacientes com DM tipo 2 podem ficar sem apresentar sintomas por muito tempo, chamado de diabetes assintomático. Devido a isso, os sintomas podem ser vistos mais tarde por complicações através de problemas visuais, problemas relacionados à aterosclerose, neuropatia, e doença renal crônica (BRASIL, 2006).

Pessoas com a doençasão predispostos pelo aparecimento de complicações agudas, como: Descompensação Hiperglicêmica Aguda (Cetoacidose): identificada por hiperglicemia, acidose metabólica, desidratação e cetose. Está associada por fatores como falta de insulina, condições de estresse agudo como infarto agudo do miocárdio, AVE, infecções principalmente pulmonares, abusos de substâncias como álcool e drogas, o uso de medicamentos como corticosteroides, diuréticos, abuso alimentar e indivíduos sem controle-hiperglicêmicos. Causam sintomas de hálito cetônico, fadiga, visão turva, náuseas, vômitos, desidratação e alterações do estado mental (COBAS; GOMES, 2010).

Estado Hiperosmolar Hiperglicêmico: caracteriza-se por hiperglicemias elevadas maior que 600 a 800 mg/dl, desidratação e variação do estado mental. Idosos acima de 60 anos debilitados e institucionalizados possuem maior risco. Fatores contribuintes para o risco são infarto do miocárdio ou infecções, como pneumonia, uso de glicocorticóides ou diuréticos, e elevados níveis de glicose (DIRETRIZES DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES, 2015-2016).

Hipoglicemia: causada pela diminuição da glicose no sangue com valores abaixo de 60 mg/dl, acompanhada de sensação de fome, confusão mental, taquicardia, tremores, tontura, fraqueza, sudorese e nos casos mais graves pode levar a convulsões, coma e óbito (BRASIL, 2006).

Um dos problemas mundiais relacionados à saúde da população é o DM, considerado uma das principais patologias da atualidade com alto índice de morbilidade e mortalidade, gerando frequentemente algumas alterações como o pé diabético(LEITE, 2010).

3.1 Principais patologias ocasionadas no pé diabético

Pé diabético

Usado para conceituar lesões que ocorre no pé de pessoas diabéticas. O pé diabético acontece devido um grande número de patologias, como neuropatia, insuficiência vascular, infecção, úlceras, destruição dos tecidos profundos que estão associados a alterações neurológicas e as doenças vasculares periféricas, podendo levar a gangrena e amputações (LARANJO, 2016).

O pé apresenta-se frio, fino, sensibilidade dolorosa podendo haver ausência dos pulsos tibial posterior e pedioso dorsal, claudicação intermitente, dor, rubor e palidez a elevação do membro inferior e úlceras dolorosas nas bordas dos pés (LARANJO, 2016).

Segundo o Grupo de Trabalho Internacional sobre Pé Diabético(2001), estima-se que 85% das amputações que acometem pessoas diabéticas são devido às úlceras nos pés, geralmente desenvolvidas por neuropatia periférica, traumas superficiais e deformidades. Muitas das vezes pessoas diabéticas podem desenvolver deformidades e não perceber traumas, rachaduras ou danos nos pés, isso devido à perda da sensibilidade. Essas lesões ocorrem também pela falta de inspeção, falta de cuidados, e uso impróprio de calçados considerado um dos traumas responsáveis pelas ulcerações.

As lesões no pé afetam várias estruturas como vasos, ossos, músculos articulações, nervos e pele. Classifica-se em duas tipologias sendo o pé neuropático ocasionado por polineuropatia distal, e o pé neuroisquêmico provocado por doença arterial obstrutiva periférica (SOUSA, 2013).

O pé neuropático é definido pela perda progressiva da sensibilidade, apresenta ser quente, seco, formigamento, sensação de queimação e coloração normal. A diminuição da sensibilidade apresenta-se com úlceras indolores nos metatarsos, sensações térmicas e diminuição do reflexo calcâneo (LARANJO, 2016).

Pé neuroisquêmico delimitado por uma infecção, ulceração e destruição dos tecidos profundos relacionados a deformidades neurológicas e a doença arterial periférica no membro inferior. Caracterizado pela ausência dos pulsos periféricos arterial palpáveis devido à presença de aterosclerose, e também pela dor ao caminhar o que leva a uma claudicação intermitente (LEITE, 2010).

Conforme autor supracitado, fatores extrínsecos como sapatos inadequados, e intrínsecos como hiperpressões plantares causadas durante a marcha são fatores de risco para ulcerações que ocorrem na face plantar do antepé sobre a cabeça metatarsiana e falanges, surge devido incapacidade de dor e insensibilidade causada pela neuropatia periférica.

Estruturas dos pés com deformidades como hálux valgo, dedos em garra, dedos em martelo, pé chato e neuroartropatia de charcot contribuem para pressões plantares anormais levando a predisposição de ter úlceras. A maioria não evolui para a amputação, sendo as úlceras neuropáticas propicias a cura no período de 20 semanas, já as úlceras neuroisquêmicas são mais propícias a amputações. Cerca de 60 a 80% das úlceras curam, 10 a 15% permanecem e 5 a 24% ocasiona na amputação do membro (LARANJO, 2016).

3.2 Neuropatia diabética periférica

Conforme estabelecido pelas Diretrizes da Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina(2005),a neuropatia diabética é caracterizada pela perda progressiva dos axônios das fibras nervosas, ou seja,a perda de sensibilidade e diminuição da velocidade da condução nervosa causando diminuição das respostas sensitivas e motoras dos nervos periféricos. Afeta principalmente pacientes que possuem maucontrole glicêmico.

É a complicação mais comum do diabetes, sendo a neuropatia sensitivo-motora comprometendo o sistema nervoso periférico sensitivo e motor causando o comprometimento das fibras com sinais de dormência, queimação, formigamento, pontadas, choques, agulhadas em pernas e pés, desconforto e dor ao toque, diminuição da perda de sensibilidade tátil, térmica e dolorosa, ressecamento da pele, atrofia e fraqueza nos músculos intrínsecos do pé, ocasionando o padrão anormal da marcha (BRASIL, 2006).

3.3 Infecções

Pode se dá desde uma inflamação superficial a uma infecção profunda envolvendo o osso, é uma das complicações mais sérias e comuns do diabetes podendo estar associada com a frequência da infecção, com o tempo e riscos de amputações. As mais comuns são: celulite, miosite, fasceíte necrotizante, artrite séptica, tendinite e osteomielite (LEITE, 2010).

As causas para sua evolução são presença de úlceras por mais de 30 dias, úlcera derivada de trauma, alteração da resposta inflamatória, neuropatia, diminuição da função imunitária, presença de doença vascular obstrutiva periférica, lesões envolvendo o osso e polineuropatia periférica que faz com que os pés perdem a sensação protetora diminuindo a sensibilidade (FAJARDO, 2006).

A maioria das pessoas diabéticas apresentam sinais inflamatórios diminuídos ou ausentes como o rubor, eritema e a sensibilidade dolorosa. E os sinais de febre, taquicardia, arrepios ou leucocitose não são presentes, se caso ocorrer pode ser suspeita de uma infecção profunda grave (SOUSA, 2013).

O diagnóstico deve ser clínico e se baseia por apresentar infecção purulenta, sinais clássicos de inflamação, odor pútrido, presença de necrose e ausência de sinais de cura. Muitas infecções são superficiais, isto é não atinge a fáscia subcutânea, mas pode ser complicadas por comprometimento dos tecidos profundos, se não tratadas podem espalhar o processo infeccioso e comprometer músculos, tendões, ossos e articulações. As infecções profundas podem evoluir para uma gangrena levando a amputações se não tratadas a tempo (LEITE, 2010).

3.4 Úlceras

O desenvolvimento das úlceras é decorrente da neuropatia periférica, traumas superficiais e anomalias no pé. Qualquer anormalidade relacionada a um dano na pelee gerarperda da sensibilidade periférica (CUBAS et al, 2013).

As úlceras geralmente ocorrem nos metatarsos, falanges e calcâneo, estão relacionadas ao uso impróprio de calçados e devido neuropatia periférica. As causas mais comuns de úlceras são: pé com analgesia, biomecânica alterada, insuficiência arterial, incapacidade do autocuidado, falha nas orientações e dos cuidados preventivos, e também devido diminuição de sudorese que leva a uma parede fina e ressecada, favorecendo rachaduras, perda de sensibilidade, atrofia muscular surgindo calos e possíveis úlceras (CUBAS et al, 2013).

As úlceras isquêmicas são mais comuns nas margens do pé, nas falanges, calcâneo e no metatarso, geralmente causadas por traumas perfurantes ou por uso de calçados inadequados (LEITE, 2010).

Para oGrupo de Trabalho Internacional Sobre Pé Diabético(2001),uma úlcera provocada por calçados apertados ou por um trauma podem se localizar nas falanges, ou nos metatarsos. Úlceras provocadas por estresse mecânico excessivo, por exemplo, por um objeto perfurante podem ser encontradas nas cabeças dos metatarsos. Não se sabe ainda se o tipo de diabetes tem interferência no aparecimento das úlceras no pé, pois a maioria delas e das amputações são identificadas em pacientes com diabetes tipo 2.

Conforme o grupo citado acima a maior parte das úlceras são tratadas ambulatoriamente e exigem em média 6 a 14 semanas para cicatrizar. Porém as úlceras graves como infecções profundas e gangrenas necessitam de um tempo maior para a cicatrização e em alguns casos hospitalização.

3.5 Doença Arterial Obstrutiva Periférica (DAOP)

As Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes(2014-2015) definem que a doença arterial obstrutiva periférica se conceitua pela obstrução aterosclerótica das artérias causando suprimento sanguíneo nos membros inferiores e pode desenvolver claudicação intermitente. Apenas entre 5% a 10% dos casos evolui com isquemia e risco de amputações do membro. Pacientes com DAOP tem maior risco de problemas cardiovasculares e cerebrovasculares, como infarto agudo do miocárdio e acidente vasculares cerebral, especialmente em pessoas diabéticas do tipo 2.

A doença arterial obstrutiva periférica é uma patologia caracterizada no pé diabético, sendo um fator de risco para ulceração e amputação. Mostra uma prevalência de 10 a 25% de indivíduos que apresentam idade acima de 55 anos, e cerca de 70 a 80% dos indivíduos são assintomáticos. Os fatores de riscos mais comuns na DAOP são idade avançada, diabetes, tabagismo, hipertensão arterial e dislipidemia (SAVINO NETO; NASCIMENTO, 2007).

3.6 Pé de charcot

Segundo Grupo de Trabalho Internacional Sobre Pé Diabético(2001), aneuro-osteoartropatia também denominada pé de charcot é uma das mais devastadoras complicações relacionadas ao pé diabético. Define-se como alterações ósseas e articulares, apresentando sinais como temperatura cutânea elevada, hiperemia, edema, dor, luxações, fraturas e deformidades. Sua evolução é rápida com presença de fragmentação óssea e destruição das articulações, visíveis ou não a radiografia. Sua etiologia ainda é desconhecida, mas apresenta a neuropatia e pulsação, traumas, distensão ou torção do tornozelo, é comum e quase sempre ocasionado por fatores extrínsecos em um pé neuropático.

3.7 Osteomielite

A osteomielite é definida como um processo inflamatório que atinge os ossos, provocado por infecção bacteriana ou fúngica. É considerada como fatores de riscos, história prévia de úlceras, repetição de lesões múltiplas, e profundidade de lesão até ao tecido ósseo. A infecção óssea ocorre devida uma úlcera já existente que infecta e penetra os tecidos moles, assim destruindo a articulação e o tecido ósseo (LEITE, 2010).

Pode ser aguda com duração mínima de 10 dias, sem alterações ósseas a apresentação, e crônicas com alterações ósseas vistas a radiografia, com longa evolução, podendo ocorrer em casos que não foram tratados (HANCIAU, 2009).

O diagnóstico desta complicação é um desafio, e se baseia na história clínica, na combinação de avaliações clínicas com testes usados na obtenção de imagens, como exemplo a radiografia e a ressonância magnética exames complementares para obtenção dos dados, entre outros (SOUSA, 2013).

3.8 Intervenção da Fisioterapia preventiva no pé diabético

A fisioterapia preventiva baseia-se em ações de promoção à saúde, foca na prevenção, proporcionando condições para a qualidade de vida. O fisioterapeuta procura o bem-estar do paciente atuando na atenção primária por meio de conscientização e de orientações sobre mudanças de hábitos de vida como alimentação saudável e equilibrada e prática de atividade física (orientada) (BERNARDI; CHARLEAUX, 2014).

Para o Conselho Nacional de Secretários de Saúde(2008), a atenção primária é definida como um nível de cuidados primários à saúde como forma de intervenção precoce na história da doença, éo primeiro contato com os indivíduos, famílias, comunidades sendo o atendimento inicial, expondo os serviços de saúde o mais próximo das pessoas integrando ações preventivas em educação e saúde voltadas para prevenção e proteção, constituindo recursos para um procedimento contínuo de atenção.

A fisioterapia preventiva traz grandes benefícios ao paciente com diabetes mellitus sendo: melhora das condições gerais de vida do paciente; proporciona maior grau possível de independência funcional; gera a autoestima e confiança, aumentando a disposição e o bem estar; evita e minimiza as complicações agudas e crônicas; facilita a queima de glicose pelos músculos, normalizando os níveis de glicose no sangue; proporciona a redução de triglicérides

e colesterol, além de evitar a aterosclerose, principalmente nos membros inferiores, diminuindo o risco de problemas cardiovasculares (DELIBERATO, 2002).

A promoção da saúde envolve a ação individual, a ação da comunidade e o compromisso dos governos em busca de uma vida mais saudável para todos, está relacionada com política, economia e desenvolvimento, inclui condições que proporcionam escolhas saudáveis, trabalho, renda, alimentação, laser, bem estar físico, mental e social dos indivíduos, ausência de doenças (RODRIGUES, 2013).

A participação do profissional fisioterapeuta juntamente com uma equipe multidisciplinar nos programas de saúde pública em nível de atenção primária é de grande importância e necessidade, capaz de levar grandes benefícios para a saúde da sociedade, sendo fisioterapeuta um profissional apto a exercer em todos os níveis de atenção, não apenas em ações curativas e reabilitadoras como também em programas de prevenção, promoção e proteção da saúde, principalmente na educação em saúde sugerindo mudanças de hábitos de vida através de orientações aos pacientes e familiares (MAIA et al, 2015).

O fisioterapeuta realiza avaliações em sua prática profissional com ações preventivas, promover a saúde e recuperação do paciente, deve buscar a influência dos fatores de risco, realizar uma boa avaliação e anamnese do paciente, observar possíveis alterações e conscientizar sobre a atenção com os pés (SOUSA; MEJIA, 2013-2014).

A prevenção baseia-se na avaliação precoce, controle glicêmico, controle alimentar, atividades físicas e orientações ao uso de sapatos adequados, cuidado com os pés, com a higienização para evitar infecções e lesões nos pés, sendo da atuação da fisioterapia com condutas preventivas para evitar complicações, com a prática de exercícios de alongamentos, fortalecimento muscular, treino de marcha e equilíbrio, prescrição de órteses adequadas para minimizar as sequelas do pé diabético, promovendo uma melhor qualidade de vida a esses pacientes, possibilizando que eles realizam suas atividades de vida diária (SOUSA et al, 2018).

Ações preventivas que visam exame regular dos pés, classificação de risco e educação terapêutica reduz a incidência de lesões nos pés em até 50 %, modificando atitudes do paciente e da família, diante de simples orientações sobre os cuidados preventivos e terapêuticos com os pés (GUIMARÃES, 2011).

Diante aos cuidados com os pés, deve observar a presença de edemas, calosidade, eritema, cortes e ressecamento da pele para o seu autocuidado. São necessárias algumas orientações a serem tomadas como: exame diário dos pés, de preferência entre os dedos, lavar

os pés com água morna, secagem cuidadosa com os pés entre os dedos, evitar bebida alcóolica, usar creme hidratante nas pernas e pés nunca entre os dedos, proibir retirada da cutícula, cortes de unhas em linha reta e não arredondadas, uso de meias de algodão sem costura e sem elásticos, não andar descalço, proibir calçados apertados de bico fino e sandálias abertas de borracha ou plástico, elevar os pés para melhorar circulação sanguínea, não cortar calosidades e unhas encravadas (CUBAS et al, 2013).

O fisioterapeuta deve abordar educação em saúde, classificação de risco, atenção com os pés, além de prescrições de calçados e palmilhas adequadas, buscando promoção da saúde e qualidade de vida para o paciente diabético, realizando atividades de alongamento, caminhada, exercícios para propriocepção dos pés, orientações sobre controle da doença, cuidados com os pés e realização de atividade física (PORTES, 2015).

A atuação fisioterapêutica se faz necessário como método para prevenir complicações que comprometem o paciente com pé diabético, o que visa um menor risco de amputações (SOUSA; MEJIA, 2013-2014).

O índice de amputações e complicações pode ser minimizado por meio de programas de educação em saúde, campanhas educativas de prevenção, possibilizando a compreensão e entendimento dos fatores de riscos que afetam as extremidades inferiores. A educação tem como objetivo incentivar os pacientes diabéticos a mudarem os hábitos e atitudes, a fim de amenizar riscos de ferimentos, úlceras e infecções (FONTE; AMARAL; BARBOSA, 2017).

A fisioterapia visa manter a saúde e o bem-estar dos pacientes diabéticos, dando ênfase na prevenção das complicações de modo a prevenir os sintomas de hiperglicemias, neuropatias, infeções, ulcerações e prevenindo também a morbidade e mortalidade, sendo de competência do profissional preservar, manter, desenvolver e reabilitar o corpo e suas funções (BORGES; CARDOSO, 2010).

A falta de equilíbrio é decorrente para risco de queda, principalmente entre pessoas idosas, sendo fundamental a avaliação dos pés, avaliando a função muscular, amplitude de movimento e sensibilidade. Exercícios voltados para o benefício de amplitude de movimento do tornozelo, de fortalecimento muscular de membros inferiores e treino de equilíbrio e de marcha são recursos para a melhora do equilíbrio e prevenção de quedas em pacientes com neuropatia (PORTES, 2015).

Para o tratamento de dor neuropática é utilizado recursos como a estimulação elétrica nervosa transcutânea (TENS) melhorando a funcionalidade e a dor. A atividade físicaaeróbica

de resistênciaé importante para os pacientes com diabetes, sendo o fisioterapeuta fundamental para orientação de exercícios, melhorando a mobilidade articular, fluxo sanguíneo e melhora dos níveis glicêmicos (PORTES, 2015).

Entre inúmeros benefícios que a atividade física pode promover estão: melhora da composição corporal, queda da taxa metabólica, redução de dores articulares, aumento da densidade óssea, melhora da capacidade aeróbica, aumento da força e flexibilidade, alívio da depressão, aumento da autoconfiança, glicose equilibrada, controla o peso, reduz pressão arterial, melhora a qualidade de vida e o bem estar, sendo a atividade físicaaeróbica de resistência um fator de proteção para a capacidade funcional em todas as idades, especialmente nos idosos (FRANCHI et al, 2008).

Exercícios de alongamentos, caminhadas, exercícios ativos livres e ativo resistidos de flexão plantar, dorsiflexão, inversão e eversão do tornozelo, exercícios de flexão, extensão, adução e abdução dos dedos dos pés, exercícios de propriocepção, massoterapia superficial e profunda para os pés, orientações gerais sobre controle do diabetes, hábito de vida saudável, importância da monitoração da glicemia e importância da atividade física, são métodos preventivos de complicações do pé diabético. (BARROS et al, 2012)

O calçado adequado é caracterizado pelo conforto, sem costuras e do número correto. Evita-se calçados de bico fino, saltos, sapatos secos, apertados ou muito frouxos e desconfortáveis para que não causem pontos de pressão (CUBAS et al, 2013).

Consideram-se sapatos adequados àqueles que apresentam tais características como: modelo, largura, comprimento e material de fabricação. O modelo é favorável quando é fechado, protegendo todo o pé, de preferência aqueles de tamanho adequado, quanto ao material deve ser feito em couro macio, ou pano, sandálias com tiras de fechamento moldáveis ao tamanho do pé (SILVA; SALOMÉ; RESENDE, 2017).

4CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo sobre a fisioterapia na prevenção de complicações no pé diabético: tipo 2, foi possível sintetizar que a busca através da leitura contribuiu para que os objetivos fossem alcançados, observou-se que a fisioterapia auxilia e favorece de forma significativa para a vida de pessoas diabéticas promovendo melhora das condições gerais na vida do paciente,

proporciona maior grau possível de independência funcional, evita e minimiza as complicações no pé, melhora os níveis glicêmicos e melhora do fluxo sanguíneo.

A fisioterapia é de suma importância e traz grandes benefícios para o paciente diabético com ações para prevenir o agravo de complicações que causam no pé,sendo o fisioterapeuta essencial na atenção primária, utiliza condutas de alongamentos, fortalecimento muscular, caminhada, exercícios para propriocepção dos pés, mobilização articular, orientações sobre controle da doença, cuidados de higienização com os pés, uso de sapatos adequados e sobre o autocuidado que devem ter com os pés e eletroterapia sendo capaz também de programar atividades físicas orientada, permitindo aos pacientes maior independência ao realizar suas AVD´s.

De acordo com estudo realizado há necessidade de mais conteúdo abordando a intervenção do fisioterapeuta nesses cuidados especialmente na atenção primária de saúde que abrange a promoção, proteção, prevenção e reabilitação da saúde, o que leva há uma necessidade de mais pesquisadores relatando sobre o tema estudado.

REFERÊNCIAS

ARSA, G. et al. Diabetes Mellitus tipo 2:aspectos fisiológicos, genéticos e formas de exercício físico para seu controle. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano.** Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2009, p.104.Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents> Acesso em: 14 de mar. de 2018.

BARROS, M. F. A. et al. Impacto de intervenção fisioterapêutica na prevenção do pé diabético. **Revista Fisioterapia em Movimento**. Curitiba, v.25, n.4, out/dez 2012, p.749-750. Disponível em: <file:///C:/Users/Jarvis/Downloads/21459-37285-1-SM.pdf> Acesso em: 25 de mar. de 2018.

BERNARDI, D. F.; CHARLEUAX, V. Fisioterapia Preventiva e Saúde do Trabalhador. In: PINHEIRO, G. B. **Introdução à Fisioterapia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014, p. 40-44.

BORGES, F. S.; CARDOSO, H. S. G. Avaliação sensório-motora do tornozelo e pé entre idososdiabéticos e não diabéticos. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro, vol. 13, 2010, p. 94. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v13n1/a10v13n1.pdf> Acesso em: 21 de mar. de 2018.

BRASIL. Caderno de Atenção Básica. **Diabetes Mellitus**. Ministério da Saúde: Brasília, n. 16, 2006. pp. 9.29-39. Disponível em:

<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad16.pdf> Acesso em: 21 de ago.de 2017.

CARTILHA SOBRE DIABETES. **Projeto empoderamentofarmacoterapêutico de pacientes com diabetes mellitus**. Universidade Federal de São João del-Rei. Divinópolis, 2014/2015, p.1. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2repositorio/File > Acesso em: 05 de mar. de 2018.

COBAS, R.A.; GOMES, M.B. Diabetes Mellitus**. Revista do Hospital Universitário Pedro Ernesto**, UERJ. Rio de Janeiro; 2010; p.71-73. Disponível em: <file:///C:/Users/Jarvis/Downloads/v9s1a09%20(4).pdf>Acesso em: 12 de Set 2017.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIO DE SAÚDE. **Atenção primária á saúde no Brasil.** Brasília, n. 35, jul/ago, 2008. p.4-9. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br> Acesso em: 19 de jun. de 2018.

CUBAS, M. R. et al. **Pé diabético:**orientações e conhecimento sobre cuidados preventivos.Curitiba, v. 26, n. 3. Jul/Set, 2013, p.649-654. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fm/v26n3/a19v26n3.pdf> Acesso em: 18 de set. de 2017.

DIEHL, L. A. **Diabetes:**hora de rever as metas. Departamento de Clínica Médica. Centro de Ciências da Saúde. Londrina, 2013, p. 545. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/abem/v57n7/08.pdf> Acesso em: 14 de mar. de 2018.

DIRETRIZES DA ASSOCIAÇÃO MEDICA BRASILEIRA E CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Diabetes Mellitus**: Neuropatia. 2005, p. 3-4. Disponível em: <https://diretrizes.amb.org.br/_BibliotecaAntiga/diabetes-mellitus-neuropatia.pdf> Disponível em: 10 de set. de 2018.

DIRETRIZES DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. **Doença arterial obstrutiva periférica no paciente diabético:** avaliação e conduta**,** 2014-2015, p. 296. Disponível em: <http://www.diabetes.org.br/profissionais/images/pdf/diabetes-tipo-2/025-Diretrizes-SBD-Doenca-Arterial-pg296.pdf> Acesso em: 19 de jun. de 2018.

DIRETRIZES DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. **Crises hiperglicêmicas agudas**. Rio de Janeiro, 2015-2016, p. 166-168. Disponível em:<https://www.diabetes.org.br/profissionais/images/docs/DIRETRIZES-SBD-2015-2016.pdf> Acesso em: 20 de ago. de 2018.

DIRETRIZES DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. **Métodos e critérios para o diagnóstico do diabetes mellitus**. São Paulo, 2014-2015, p. 9-10. Disponível em: <http://www.diabetes.org.br/publico/images/2015/area-restrita/diretrizes-sbd-2015.pdf> Acesso em: 18 de mar. de 2018.

DELIBERATO, P.C.P. Fisioterapia preventiva. Fundamentos e aplicações. **Atuação preventiva em fisioterapia.** Capítulo 4. 1ª ed. Barueri-SP: Manole, 2002, p. 64-88.

ESOTICO, A. P. C. A. **Avaliação dos problemas podais de idosos e sua relação com a mobilidade funcional e o equilíbrio.** Campinas, 2009, p. 14-15. Disponível

em:<http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/308433/1/Esotico_AnaPauladeCarvalhoAndrade_M.pdf> Acesso em: 12 de set. de 2018.

FAJARDO, C. A importância do cuidado com o pé diabético: ações de prevenção e abordagem clínica. **Revista brasileira Médica de Família e Comunidade**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, abr/jun, 2006, p. 47-54. Disponível em: <file:///C:/Users/Jarvis/Downloads/25-1738-1-PB%20(2).pdf> Acesso em: 12 de nov. de 2017.

FRANCHI, K. M. B. et al. Capacidade funcional e atividade física de idosos com diabetes tipo 2. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**. Ceará, v. 13, n. 3, 2008, p.159-160. Disponível em:<http://rbafs.org.br/RBAFS/> Acesso em: 19 de jun. de 2018.

FONTE, D. O.; AMARAL, R. T.; BARBOSA, A. M. **Conhecimento e comportamento de autocuidado com os pés em diabéticos atendidos em um hospital de referência**. Goiás, 2017, p.151-162. Disponível em: <http://www.resap.net.br/attachments/article> Acesso em: 19 de jun. de 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 50. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf> Acesso em 10 de set. 2018.

GROSS, J. L. et al**. Diabetes Melito**:diagnóstico, classificação e avaliação do controle glicêmico. Serviço de Endocrinologia do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Porto Alegre, v. 46, n.1, 2002, p. 19. Disponível em: <http://www.saudedireta.com.br> Acesso em: 11 de nov. de 2017.

GRUPO DE TRABALHO INTERNACIONAL SOBRE PÉ DIABÉTICO. **Consenso Internacional sobre Pé Diabético**.Brasília, 2001, p. 12-72. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/conce_inter_pediabetico.pdf> Acesso em: 20 de set. 2017.

GUERRA, E. L. A. **Manual de pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte, 2014, p. 11-14. Disponível em: <http://disciplinas.nucleoead.com.br/pdf/anima_tcc/gerais/manuais/manual_quali.pdf>Acesso em: 10 de set. 2018.

GUIMARÃES, J. P. C. **Classificação de risco para pé diabético em pessoas idosas com diabetes mellitus tipo 2**.Universidade federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011, p. 20-30. Disponível em: <http://www.enf.ufmg.br/pos/defesas/682M.PDF> Acesso em: 27 de nov. de 2017.

HANCIAU, F. **Osteomielite**. Unidade do trauma ortopédico do hospital universitário disciplina de ortopedia e traumatologia. Universidade federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande, p.6-22, 2009. Disponível em: <http://hanciau.net/arquivos> Acesso em: 10 de dez. de 2017.

LARANJO, P. R. **Envelhecimento e amputação major no doente diabético**. Dissertação de Mestrado Integrado em Medicina. Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar,

Universidade do Porto, p. 8-9, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Jarvis/Downloads/Tese_Mestrado.pdf> Acesso em: 18 de set. 2017.

LEITE, F. E. O. P. C. **Pé Diabético**. Universidade do Porto. Monografia, p. 6-24-28, 2010. Disponível em: <https://repositorioaberto.up.pt/bitstream > Acesso em: 14 de set. 2017.

MAIA, F.E.S. et al. A importância da inclusão do profissional fisioterapeuta na atenção básica de saúde. **Revista Faculdade Ciência Médica**. Sorocaba, v. 17, n. 3, 2015, p.110-111. Disponível em: <https://www.google.com.br/search> Acesso em: 17 de mai. de 2018.

NAGAI, P. A.; CHUBACI, R. Y. S.; NERI, A. L. Idosos diabéticos: as motivações para o autocuidado. **Revista Temática Kairós Gerontologia**. São Paulo, 2012, p. 408-412. Disponível em: <file:///C:/Users/Jarvis/Downloads/pdf> Acesso em: 16 de Abr de 2018.

OLIVEIRA, J. E. P.; MILECH, A. **Diabetes Mellitus — Clínica, Diagnóstico e Tratamento Multidisciplinar**. São Paulo: Atheneu, 2006, p. 1-3. Disponível em: <http://www.diabetes.ufc.br> Acesso em: 15 de ago. 2017.

PORTES, L. H. **Abordagem do fisioterapeuta no diabetes mellitus:** revisão de literatura, 2015, p. 10-12. Disponível em: <http://www.cienciasdasaude.famerp.br>
Acesso em: 28 de nov. de 2017.

RODRIGUES, A. T. **Promoção da saúde e prevenção de doenças na saúde suplementar:** uma proposta de reorientação do modelo assistencial. Belo Horizonte, 2013, p. 21-26. Disponível em: <http://www.enf.ufmg.br/pos/defesas/750M.PDF>
Acesso em: 19 de jun. de 2018.

SAVINO NETO, S.; NASCIMENTO, J. L. M. Doença arterial obstrutiva periférica - novas perspectivas de fatores de risco. **Revista Paraense de Medicina**. Belém, v. 21, n. 2, p. 35-39, 2017. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/scielo> Acesso em: 19 de jun. de 2018.

SILVA, M. A. P.; SALOMÉ, G. M.; RESENDE, M. M. C. **Manual de prevenção do pé diabético**. Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS). Pouso Alegre, 2017, p.50-57. Disponível em: <http://www.univas.edu.br> Acesso em: 10 de jun. de 2018.

SOUSA, A.C.S. **Pé Diabético:**Diagnóstico e Tratamento. Universidade do Porto, 2013, pp. 6-19-21. Disponível em: <https://sigarra.up.pt/fcup/pt/pub> Acesso em: 20 de set. 2017.

SOUSA, J.S. et al. A atuação da fisioterapia na prevenção de úlceras do pé diabético. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**. Ariquemes: FAEMA, v. 9, n. 1, Jan 2018, p.320-323. Disponível em: <file:///C:/Users/Jarvis/Downloads/575-Texto%20do%20artigo-1937-1-10-20180412%20(1).pdf>. Acesso em 25 de set de 2018.

SOUSA, W. M. P.; MEJIA, D. P. M. **Intervenção fisioterapêutica na prevenção de úlcera em pé diabético:**revisão literária**.** Brasil, 2013-2014, p. 7-10. Disponível em: <http://portalbiocursos.com.br> Acesso em: 12 de nov. de 2017.

STOPA, S. R. et al. **Diabetes autorreferido em idosos:**comparação das prevalências e medidas de controle.São Paulo, 2014, p. 255-256. Disponível em:

<http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v48n4/pt_0034-8910-rsp-48-4-0554.pdf>Acesso em: 29 de ago. 2017.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

DESTAQUE DA FISIOTERAPIA COM ÊNFASE NO TRATAMENTO DE POLIOMIELITE PARALÍTICA COM O MÉTODO BOBATH

Gabriela Joana Santos Prado[1]
Wemerson Pereira dos Santos[2]
Fernando Leonardo Diniz Souza[3]

Resumo: O presente estudo apresenta como objeto de pesquisa o destaque da fisioterapia com ênfase no tratamento de poliomielite paralítica utilizando o método bobath. Uma patologia infectocontagiosa viral aguda causada por um pólio vírus que afeta células do corno anterior da substância cinzenta da medula espinhal e do encéfalo. No tratamento da poliomielite, a fisioterapia tem como objetivo diminuir os sintomas que comprometem a função motora, atuando na restauração dessa função. Consiste em uma pesquisa que buscou explorar as formas clínicas da poliomielite e tem como objetivo geral o destaque da fisioterapia no tratamento dessa patologia. Este estudo foi realizado em uma abordagem qualitativa, através de revisão bibliográfica. A pesquisa apresentou relevância sobre como a fisioterapia atua no tratamento de poliomielite paralítica, descrevendo o melhor método a ser utilizado na forma clínica dessa patologia.

Palavras-chave: Poliomielite. Fisioterapia. Benefícios. Sequelas.

Abstract: The present study presents as a research object the highlight of physiotherapy with an emphase in the treatment of paralytic polyomyelitis with the bobath method. It is an acute viral infecto-contagiouspathology caused by a poliovirus that affects cells of the anterior horn of the gray matter of the spinalcord and of the encephalon. In the treatment of poliomyelitis, physiotherapy aims toreduce the symptoms that compromise the motor function, acting in its restoration.This study consists of a research that sought to explore the clinical forms ofpoliomyelitis and has, as general objective, the performance of physiotherapy in thetreatment of this pathology. This study was carried out in a qualitative approach,through a bibliographic review. The research presented relevance on howphysiotherapy works in the treatment ofparalytic poliomyelitis, describing the bestmethod to be used in the clinical form of the pathology.

[1]Discente do curso de Fisioterapia na Faculdade Cidade de João Pinheiro. E-mail: gabyprado66@gmail.com
[2] Fisioterapeuta – FPM, Especialista em Fisioterapia Aplicada a Neurologia – Centro Universitário Leonardo da Vinci, Docente do Curso de Fisioterapia – FCJP, Fisioterapeuta Intensivista do Hospital Vera Cruz – Patos de Minas/MG – Brasil. E-mail:wemersops3@yahoo.com.br

[3]Fisioterapeuta – UNITRI, Doutor em Promoção de Saúde – UNIFRAN, Docente do Curso de Fisioterapia – FPM. E-mail: drfernandodiniz@gmail.com

Recebido em 01/04/2019
Aprovado em 20/04/2019

Keywords: Poliomyelitis. Physiotherapy. Benefits. Sequeles.

1. INTRODUÇÃO

A poliomielite é uma patologia que infecta os seres humanos desde a pré-história. Os primeiros indícios de poliomielite foram descritos em 1580-1350 a.C, em uma pedra egípcia, mostrando um jovem com a perna atrofiada apoiado em um bastão, supostamente ele sofria de paralisia infantil. 1500 anos depois, Hipócrates e Galeno escreveram sobre a deformidade dos pés e sugeriram uma descrição da poliomielite (MARIANO, 2008).

Os primeiros surtos de poliomielite no Brasil foram descobertos no início de 1911, pelos doutores Luiz Hoppe, da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e Oswaldo Oliveira, do Hospital Misericórdia do Rio de Janeiro (SILVA; CÂMARA, 2011). É provocada pelos poliovírus I, II e III, os três sorotipos da póliovírus causam paralisia, o tipo I é isolado com maior frequência nos casos com paralisia, seguido do tipo III. O sorotipo II apresenta maior imunogenicidade. Para cada tipo de vírus há uma imunidade específica. Os sorotipos possuem alta infectividade, capacidade de se armazenar e multiplicar no hospedeiro (BRASIL, 2012).

Existem várias formas clínicas da poliomielite, sendo a paralítica a forma mais rara e mais grave da patologia. A forma paralítica apresenta os seguintes sintomas: febre, mal estar, cefaleia, náuseas, vômitos, dores musculares, instalação súbita de deficiência motora, flacidez muscular, sensibilidade conservada e arreflexia no membro afetado. Provoca paralisia total ou parcial no paciente, a poliomielite paralítica divide-se em: poliomielite espinhal (afeta a coluna vertebral), poliomielite bulbar (afeta o tronco encefálico) e poliomielite bulbo-espinhal (afeta a coluna vertebral e o tronco encefálico) (FERREIRA; SOUSA, 2002).

Para nortear este trabalho questionou-se: Quais os efeitos que o vírus da poliomielite causa no desenvolvimento físico? Quais as formas de prevenção contra a poliomielite? Quais são os benefícios da fisioterapia com ênfase no tratamento de poliomielite paralítica com o método Bobath?

O objetivo geral foi compreender o destaque da fisioterapia com ênfase no tratamento de poliomielite paralítica com o método Bobath. Os objetivos específicos foram: Identificar quais os efeitos que o vírus da poliomielite causa no desenvolvimento físico, descrever as formas de prevenção contra a poliomielite.

As hipóteses desse trabalho se baseiam em: A poliomielite aguda foi uma das principais causas de paralisia motora e morte de crianças, jovens e adultos em todo o mundo. Por ser infecciosa, ocorre comprometimento dos neurônios motores da medula espinhal, resultando em paralisia, frequentemente nos membros inferiores, de forma assimétrica e desproporcional.

O fisioterapeuta atua no processo de crescimento infantil, trabalha com crianças com atraso no desenvolvimento motor causado por alterações neurológicas e, tem por objetivo prevenção, recuperação, reeducação, habilitação e reabilitação dessas disfunções (CACEMIRO, 2006).

O método Bobath foi criado por Dr. Karel Bobath (Médico) e Berta Bobath (Fisioterapeuta), em 1940. O método é uma abordagem terapêutica e de reabilitação, desenvolvida para o tratamento de pacientes com disfunções neurológicas e limitações funcionais. Tem como objetivo reestabelecer ao paciente as funções existentes, atuando sempre de forma a adequar a espasticidade, através de técnicas de estimulação tátil e proprioceptiva(UMPHRED, 1994).

As técnicas de inibição e facilitação são aplicadas pelos pontos chave de controle, provocando modulação no tônus e induzindo o controle postural e o desempenho das atividades funcionais. Proporciona alinhamento biomecânico apropriado, mecanismos de realimentação e a antecipação para o movimento e padrões que estão entre os dois limites de flexão e extensão, formando a base para o movimento e para a postura normal (MAYSTON, 1995).

Esses padrões são utilizados para alterar os padrões anormais de posturas e movimentos, inibindo o surgimento de hipertonia nos pacientes. Inibem por não permitir estimular reflexos patológicos e facilitam por possibilitar o alinhamento biomecânico apropriado ao alongamento e a contração muscular (WEINERT; BELLANI, 2011).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Esse estudo foi realizado em uma abordagem qualitativa, através de revisão bibliográfica por meio da consulta aos indexadores de pesquisa nas bases de dados eletrônicos (Scielo, Lilacs e Medline). O levantamento foi realizado com as seguintes palavras-chave: poliomielite, fisioterapia, benefícios e sequelas. No período de agosto de 2017 a outubro de 2018. Este estudo tem como objetivo descrever os benefícios da fisioterapia com ênfase no tratamento de poliomielite paralítica com o método Bobath.

Foi definido como critérios de inclusão: artigos de revisão, livros e artigos originais da língua portuguesa e inglesa realizados com criançasde 0 a 4 anos com poliomielite paralítica, as quais possuíam deformidades posturais no tronco e membros inferiores, publicados de 1986 a 2018 em periódicos especializados e indexados nas bases de dados consultadas. Foram encontrados 50 artigos, dos quais 16 foram excluídos da análise, por não se encaixarem na pesquisa e por não serem considerados pacientes com história de poliomielite paralítica,com sequela paralítica residual da poliomielite.Todos os 34 artigos restantes foram localizados e incluídos no estudo por não apresentarem nenhum critério de exclusão.

3. FISIOTERAPIA NO TRATAMENTO DA POLIOMIELITE PARALÍTICA

3.1 História da poliomielite

A poliomielite é uma patologia que infecta os seres humanos desde a pré-história. Os primeiros indícios de poliomielite foram descritos em 1580-1350 a.C, em uma pedra egípcia, mostrando um jovem com a perna atrofiada apoiado em um bastão, supostamente ele sofria de paralisia infantil. 1500 anos depois, Hipócrates e Galeno escreveram sobre a deformidade dos pés e sugeriram uma descrição da poliomielite (MARIANO, 2008).

Em 1789, foi feita a primeira descrição clínica da patologia, realizada por um médico britânico, Michael Underwood que relatou que a patologia afetava principalmente crianças, devido auma enfermidade que provocava debilidade residual atingindo os membros inferiores. Os primeiros surtos da patologia foram registrados no início do século 19,na Europa e, a partir de 1843nos Estados Unidos (SARTORI; FRANÇA, 2016).

Em 1840, Heine descreveu as características clínicas da patologia. Em 1887, Medin, constatou uma grande epidemia e apresentou as diversas formas clínicas da patologia. Ficando conhecida como patologia de HEINE-MEDIN (CAMPOS et al., 2003).

No Brasil, houve o primeiro surto de poliomielite em 1911, na cidade de São Paulo. Em 1917, ocorreu outro surto, na cidade de Vila Americana, em São Paulo.Em 1937, houve uma epidemia na cidade de Santos e, a maior epidemia registrada no Brasil, ocorreu no Rio de Janeiro em 1953 (CAMPOS et al, 2003).

Em 1973, a VOP passou a ser utilizada na imunização das crianças, devido à implantação do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Em 1980,foram criados os “Dias

Nacionais de Imunização contra a Poliomielite", que eram realizados em duas etapas anuais (junho e agosto), crianças com menos de cinco anos foram vacinadas e houve umadiminuição nos casos dapatologia (SARTORI; FRANÇA, 2016).

As campanhas de vacinação foram um sucesso e o vírus foi eliminado do Brasil, o último caso de poliomielite ocorreu em 1989 e, a patologia foi declarada erradicada nas Américas em 1994. A partir daí, o Brasil se compromete em manter altas coberturas vacinais e uma vigilância epidemiológica ativa de todo quadro de paralisia flácida aguda (PFA), facilitando a identificação imediata e precoce da reintrodução do poliovírus, e a adoção de medidas de controle para impossibilitar sua disseminação (SILVA; CÂMARA, 2011).

3.2 Fisiopatologia da doença de Poliomielite

A poliomielite também conhecida como paralisia infantil, ou paralisia flácida aguda, foi considerada uma das maiores adversidades do século XX. É uma patologia infectocontagiosa viral aguda, que infecta crianças e adultos. A patologia se caracteriza como infecção,que produz uma série de sintomas que atinge o sistema nervoso central, desde uma leve infecção não paralítica até uma paralisia total que pode causar a morte (PAZ, 2006).

É provocada pelos poliovírus I, II e III, os três sorotipos do poliovíruscausam paralisia, o tipo I é isolado com maior frequência nos casos com paralisia, seguido do tipo III. O sorotipo II apresenta maior imunogenicidade. Para cada tipo de vírus há uma imunidade específica. Os sorotipos possuem alta infectividade, capacidade de se armazenar e multiplicar no hospedeiro (BRASIL, 2012).

Existem várias formas clínicas da poliomielite, sendo a paralítica a forma mais rara e mais grave da patologia. A forma paralítica apresenta os seguintes sintomas: febre, mal estar, cefaleia, náuseas, vômitos, dores musculares, instalação súbita de deficiência motora, flacidez muscular, sensibilidade conservada e arreflexia no membro afetado. Provoca paralisia total ou parcial no paciente, a poliomielite paralítica divide-se em: poliomielite espinhal (afeta a coluna vertebral), poliomielite bulbar (afeta o tronco encefálico) e poliomielite bulbo-espinhal (afeta a coluna vertebral e o tronco encefálico) (FERREIRA; SOUSA, 2002).

Características da poliomielite espinhal, bulbar e bulbo-espinhal: danos na medula espinhal, morte das células do corno anterior, paralisia flácida dos músculos esqueléticos; danos

na região bulbar do tronco encefálico, encefalite, disartria e disfagia; paralisia do diafragma, membros superiores e inferiores e problemas respiratórios (DÖMÖTÖR, 2015).

A poliomielite espinhal é resultado de uma invasão viral que atinge os neurônios motores das células docorno anterior ou da substância cinzenta da medula espinhal. É a forma mais comum de poliomielite paralítica (NOBALBOS, 2015).

Quando a medula espinhal é afetada próximo ao encéfalo, ou se o tronco encefálico é afetado, pode aparecer grave paralisia dos músculos respiratórios. Na parte inferior da medula espinhal, a infecção pode causar fraqueza muscular permanente dos membros superiores e inferiores, paralisia e incapacidade (MATOS, 2012).

A poliomielite bulbar é quando o poliovírusse espalha destruindo os nervos da região bulbar do tronco encefálico. Quando esses nervos são destruídos a musculatura suprida pelos nervos cranianos é enfraquecida, ocasionando sintomas de encefalite, dispneia, disfagia, disartria e fraqueza facial.É a forma mais grave da patologia (OLIVEIRA et al., 2008).

Crianças com poliomielite paralítica, em seguida, apresentam as seguintes características: espasmos graves, membros soltos e flexíveis, unilateral, em consequência da fraqueza que resulta no envolvimento da coluna, paralisia e membros deformados. A paralisia total é rara, cerca de 1% dos casos de poliomielite irá resultar em uma criança que ficará permanentemente paralisada (OLIVEIRA, 2012).

A mortalidade na poliomielite paralítica aguda é correspondente ao envolvimento respiratório ou bulbar. Em crianças que sobrevivem à poliomielite aguda e tem recuperação, a paralisia continua permanente por vários dias ou semanas antes que ocorra uma recuperação lenta em meses ou anos. A força nos músculos desnervados evolui no máximo em um período de dois anos, sendo que 60% da recuperação ocorrem nos três primeiros meses após o início da patologia e 80%, nos primeiros seis meses. Além dessas melhoras, o progresso continua até dois anos seguintes (OLIVEIRA et al., 2008).

3.3 Transmissão da Poliomielite na criança.

O vírus é transmitido através da via oral, por objetos, alimentos e água contaminados com fezes de doentes e por contato de pessoa para pessoa. Em ambientes sem condições habitacionais, higiene pessoal escassa e em lugares onde há várias crianças são razões para propiciar a transmissão do poliovírus (ARAGÃO FILHO et al., 2010).

O período entre a infecção com o poliovírus e o início dos sintomas varia de 3 a 35 dias. Uma pessoa que se infecta com o poliovírus pode ou não desenvolver a poliomielite. A transmissão do poliovírus ocorre constantemente a partir do indivíduo assintomático. O poliovírus é eliminado nas fezes e sua eliminação é mais intensa 7 a 10 dias antes do início das manifestações iniciais, mas o poliovírus pode ser eliminado durante 3 a 6 semanas(MARTINS; CASTIÑEIRAS, 2007).

Todas as crianças não imunizadas estão suscetíveis a contrair o poliovírus.A imunidade duradoura é garantida através dainfecção natural ou da vacinação. Entretanto, crianças que não desenvolvem a patologia, podem se infectar e eliminar o poliovírus. Essa infecção é comum pelos tipos I e III (BRASIL, 2004)

3.4 Diagnósticos da Poliomielite

O diagnóstico laboratorial para detectar a poliomielite é realizado através de exames específicos e inespecíficos. O diagnóstico da forma paralítica da poliomielite é feito a partir da história do vírus, exame físico e exame do líquido cefaloraquidiano(ARAGÃO FILHOet al., 2010).

O primeiro tipo de exame para detectar o vírus consiste no isolamento do mesmo.O vírus pode ser isolado da faringe e das fezes desde o período prodrômico, permanece na faringe até uma semana e nas fezes por semanas ou meses. O melhor material é fezes colhidas no início da fase aguda (FADEL et al., 1986).

Existem dois tipos de exames inespecíficos que incluem: exames de líquore de eletromiografia. No exame de líquor, há uma comparação entre a Síndrome de Guillain-Barrécom as meningites que também provocam paralisia flácida aguda. Na poliomielite, observa-se um discreto aumento do número de células, podendo haver um discreto aumento de proteínas.O exameque exclui a hipótese depoliomieliteé o de eletromiografia (FERREIRA; SOUSA, 2002).

3.5 Prevenções do vírus da Poliomielite.

A prevenção contra a poliomielite é feita através das vacinas, todas as crianças devem ser vacinadas para garantir a imunização, principalmente crianças de 0 a 4 anos. As crianças

devem ser vacinadas quando começam a frequentar a escola, pois a patologia se inicia nestes locais, onde sua incidência por contato entre elas é maior (BRASIL, 2009).

A vacina para prevenir a poliomielite pode ser ministrada de duas formas: através da infecção natural com poliovírus ou através da imunização. Através da infecção com o poliovírus o indivíduo se torna imune durante toda a vida, mas essa proteção depende do tipo de vírusadquirido (tipo I, II ou III) (BRASIL, 2012).

Há dois tipos de vacinas que garantem imunidade para os três tipos do poliovírus, a Salk e a Sabin. Em 1955, Dr. Jonas Salk desenvolveu a primeira vacina contra a poliomielite. Na vacina Salk é usado vírus inativado, por aplicação de formaldeído. A vacina é aplicada por via subcutânea, profunda ou intramuscular (GARCIA, 2010).

Em 1961, Dr. Albert Sabin desenvolveu um tipo de vacina oral para combater a poliomielite. A vacina Sabin é preparada por vírus enfraquecidos em células de rim de macaco. Essa vacina é administrada por via oral, permitindo que os vírus se reproduzem no trato gastrointestinal e nas glândulas salivares, mas não afetando o tecido nervoso. Previne a infecção das células do tubo digestivo e não produz sintomas da poliomielite. (FERREIRA; SOUSA, 2002)

3.6 Características da criança acometida com Poliomielite.

As deformidades posturais mais comuns encontradas em crianças com poliomielite incluem características que podem ser tratadas e corrigidas com cirurgias e tratamento fisioterapêutico (QUADROS et al., 2016).

Os membros superiores normalmente não são afetados pela patologia. No tronco das crianças apresentam: escoliose adquirida, cifose torácica, anteriorização cervical, protrusão da cabeça com hiperlordose compensatória,lordose diafragmática e assimetria das espinhas ilíacas à esquerda ou à direita. Nos membros inferiores apresentam: joelho em valgo e recurvatum, inclinação pélvica posterior, desigualdade estrutural discreta de membrosinferiores devido à curvatura dos pés, ausência total dos membros inferiores, fraqueza, quadris, tornozelos e pés deformados, calcâneos em valgo ou varo e dores nas articulações (BRASIL, 2018).

A deformidade postural causa dor durante as atividades de vida diária. Embora muitos indivíduos com poliomielite apresentem uma funcionalidade adequada durante anos, à

progressão das deformidades aparentemente estáveis pode contribuir com o agravo dos novos sintomas musculoesqueléticos (OLIVEIRA et al, 2008).

3.7 Benefícios da fisioterapia através do método Bobath.

As epidemias de poliomielite influenciaram o desenvolvimento do tratamento fisioterapêutico em grande parte do mundo. Diversos artigos internacionais compararam a poliomielite como superior ou mesmo equivalente às duas guerras mundiais, referindo-se ao que contribuiu para o desenvolvimento da fisioterapia e suas técnicas propiciando a profissão para o mundo (SILVA; CÂMARA, 2011).

Os sobreviventes de poliomielite paralítica desenvolvem sequelas da patologia e frequentemente apresentam maior dificuldade em realizar suas atividades de vida diária devido à presença de dor, fraqueza e fadiga. Os problemas decorrentes das sequelas da patologia estão relacionados com a mobilidade tais como deambulação, subir escadas, transferências, higiene pessoal, estilo de vida e emprego. As atividades que antes eram executadas sem dificuldades, agora há desafios para serem realizadas (OLIVEIRA et al, 2008).

A fisioterapia tem como objetivo no tratamento da poliomielitediminuir os sintomas que comprometem a função motora, atuando na restauração dessas funções tais como: mobilidade, equilíbrio, força e coordenação motora(BRASIL, 2018).

Antes de iniciar o tratamento, é necessário realizar uma avaliação, podendo ter um olhar mais amplo sobre a situação e o diagnóstico clínico do paciente(QUADROS, 2005).

O fisioterapeuta trabalha com diversos recursos, dentre eles a terapia manual, que é um conjunto de técnicas que visam benefícios ao paciente, incluindo vários métodos comotapping,bobath, tensão muscular, mobilização articular e manipulação.É aplicada no tratamento dos músculos afetados por meio de movimentos ou exercícios que ajudam prevenir contraturas musculares, manter a integridade articular e a elasticidade muscular, manter a amplitude de movimento e desenvolver a flexibilidade muscular(ARAÚJO, 2012).

O método Bobath foi criado por Dr. KarelBobath (Médico) e Berta Bobath (Fisioterapeuta), em 1940. O método é uma abordagem terapêutica e de reabilitação, desenvolvida para o tratamento de pacientes com disfunções neurológicas e limitações funcionais. Tem como objetivopreestabelecer o paciente para preservar as funções existentes,

atuando sempre de forma a adequar a espasticidade, através de técnicas de estimulação tátil e proprioceptiva(UMPHRED, 1994).

Esse métodorealça a inibição e facilitação de padrões posturais normais, possibilitando a modulação do tônus anormal e aperfeiçoando a função motora. O tratamento pode ser dividido em técnicas de facilitação, inibição e estimulação, sendo executadas através de pontos chave de controle(ROSA FILHO, 2017).

As técnicas de inibição e facilitação são aplicadas pelos pontos chave de controle, provocando mudanças no tônus e induzindo o controle postural e o desempenho das atividades funcionais. Proporciona alinhamento biomecânico apropriado, mecanismos de realimentação e a antecipação para o movimento e padrões que estão entre os dois limites de flexão e extensão, formando a base para o movimento e para a postura normal (MAYSTON, 1995).

Esses padrões são utilizados para alterar os padrões anormais de posturas e movimentos, inibindo o surgimento de hipertonia nos pacientes. Inibem por não permitir estimular reflexos patológicos e facilitam por possibilitar o alinhamento biomecânico apropriado ao alongamento e a contração muscular(WEINERT; BELLANI, 2011).

As técnicas de estimulação modula o tônus postural e regulam a ação conjunta dos músculos agonistas, antagonistas e sinergistas. Elas são indispensáveis em crianças com ataxia, atetose e hipotonia. São empregadas somente em casos de espasticidade se o tônus postural for baixo e durante a ausência da atividade reflexa tônica (CENTRO BOBATH, 1997).

Os pontos chave de controle são as partes do corpo que podemos controlar e alterar os padrões de postura e de movimento através de outras partes do corpo. Sendo eles: cabeça; proximais: ombros e quadris; mediais: cotovelos e joelhos; distais: punhos e cotovelos (UMPHRED, 1994).

Os pontos chave nos braços e na cintura escapular proporcionam rotação interna e externa que facilitam a flexão e extensão global; abdução horizontal com rotação externa e supinação mais extensão de cotovelos que inibem a flexão global; elevação dos braços com rotação interna que inibe a flexão e pressão para baixo dos braços e cintura escapular e auxiliam na extensão de tronco, quadris e MMII; abdução do polegar com o braço em supinação facilita a abertura dos dedos. Os pontos chave em pernas e pelve proporcionam flexão das pernas e rotação externa com extensão que facilitam a abdução, rotação externa e dorsiflexão(WEINERT; BELLANI, 2011).

As condutas fisioterapêuticas para o método Bobathincluem técnicas de facilitação da rotação do tronco, exercícios para desenvolver e melhorar a marcha, inibição da flexão, modulação do tônus posturais, tapping de deslizamento, reeducação postural, atividades de vida diária e uma série de exercícios a serem realizados em casa (BOBATH, 2004).

No tratamento para diminuir os padrões patológicos do paciente, a fisioterapia visa no desenvolvimento dos padrões de coordenação de movimento de uma criança normal e facilitar movimentos combinados com inibição em situações funcionais em sua vida diária (SENA; TRIACA, 2007).

A recuperação não depende só do tipo da patologia, mas da disfunção adquirida pelo paciente. Se a medula espinhal e o encéfalo não tiverem sofrido danos, na maioria dos casos a recuperação é completa (ZENERO, 2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo sobre o destaque da fisioterapia com ênfase no tratamento de poliomielite paralítica com o método Bobath, é possível sintetizar que a busca na leitura, descreve-se que a fisioterapia contribui de forma significativa para a vida de pacientes com poliomielite paralítica, promovendo uma melhora na qualidade de vida. Os benefícios da fisioterapia para crianças com poliomielite paralítica visam alongamento e fortalecimento muscular do membro afetado, prevenir contraturas e deformidades, melhorar o padrão postural, a marcha, reduzir a espasticidade e promover a independência na deambulação

De acordo com este, há necessidade de estudos randomizados e com evidencias cientifica abordando a intervenção do fisioterapeuta nesses cuidados especialmente na atenção primária de saúde que abrange a promoção, proteção, prevenção e reabilitação desse paciente.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO FILHO, A. et al. **Brasil não sabe quantos laboratórios têm vírus da pólio e se expõe a risco.** 2010. Disponível em: <http://www.ceut.com.br/observatorio/edicao%2028.pdf> Acesso em: 10 jun. 2018.

ARAÚJO, F. **Técnicas de terapia manual:** definições, conceitos e princípios básicos. 2012. Disponível em: <http://portalbiocursos.com.br/ohs/data/docs/32/118_-

_TYcnicas_de_terapia_manual_definiYes_conceitos_e_princYpios_bYsicos.pdf 2012> Acesso em: 03 out. 2018.

BOBATH, K. **Uma base neurofisiológica para o tratamento da paralisia cerebral.** 2ed. São Paulo: Manole, 2004.

BRASIL. **Boletim Epidemiológico Paralisia Flácida Aguda (PFA) / Poliomielite.** 2004. Disponível em: <www.saude.ce.gov.br/.../boletins?...1557%3Aboletim-epidemiologico-paralisia-flacida..> Acesso em: 25 ago.2018.

BRASIL. **Poliomielite:** sintomas, causas, vacina e sequelas. 2018. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/saude-de-a-z/poliomielite> Acesso em: 03 out. 2018.

BRASIL. **Sobre poliomielite.** 2012. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-trasmitidas-por-agua-e-alimentos/pfapolio.html> Acesso em: 09 abr. 2018.

BRASIL. **Vacinação.** 2009. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/saude/2009/12/campanhas-de-vacinacao-2> Acesso em: 20 set. 2018.

CACEMIRO, K. **Psicomotricidade e sua relação com a fisioterapia.** 2006. Disponível em: <www.unaerp.br/documentos/982-psicomotricidade-e-sua-relacao-com-a-fisioterapia> Acesso em: 25 ago. 2018.

CAMPOS, A. et al. **A história da poliomielite no Brasil e seu controle por imunização**.Rio de Janeiro, 2003.

CENTRO BOBATH**. Notas para o acompanhamento do curso de 8 semanas em paralisia cerebral.** 1 ed. Reino Unido: The Bobath Center, 1997.

CHIH, Y. **Poliomielite, um guia pratico para entender a erradicação da doença.** 4. ed. Santa Catarina: Postmix, 2015.

DÖMÖTÖR, C.H. **Poliomielite.** 2015. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/385228/mod_resource/content/1/Enterovirus%20polio.pdf> Acesso em: 05 maio. 2018.

FADEL, C. et al. **POLIOMIELITE.**1986. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/113211/253857.pdf?sequence=1> Acesso em: 10 jun. 2018.

FERREIRA, W.; SOUSA, J. **Microbiologia**. Lisboa: Lidel, 2002. v. 3. p. 466.

FRAZÃO, A. **Tratamento para poliomielite.** 2018. Disponível em: <https://www.tuasaude.com/tratamento-para-poliomielite/>Acesso em: 25 ago. 2018.

GARCIA, V. **Poliomielite:** Prevenção, tratamento e diagnóstico. 2010. Disponível em: <https://www.deficienteciente.com.br/poliomielite-prevencao-e-tratamento.html> Acesso em: 25 ago. 2018.

MARIANO, L. **Doenças Exantemáticas e PFA.** 2008. Disponível em: <www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2013-04/doencas-exantematicas-e-pfa.pdf> Acesso em: 25 ago. 2018.

MARTINS, F.; CASTIÑEIRAS, T. **Poliomielite.** 2007. Disponível em:<http://www.civ es.ufrj.br/informacao/polio/polio-iv.html>Acesso em: 19 mar. 2018.

MATOS, F. **Sintomas da poliomielite.** 2012. Disponível em: <https://www.news-medical.net/health/Symptoms-of-Polio-(Portuguese).aspx> Acesso em: 02 maio. 2018.

MAYSTON, M. **Some Aspects of the Physiological Basis for Intervention Techniques**.1. ed. London: Association of Paediatric Chartered Physiotherapists Newletter, 1995.

NOBALBOS, T. **Poliomelite ou doença Heine-Medin.**2015.Disponível em: <http://www.opiniaonaweb.com.br/site/bem-te-vi/225-uma-aula-sobre -poliomielite-com-dra-trindade-nobalbos> Acesso em: 05 maio. 2018.

OLIVEIRA, A. et al. **Síndrome pós-poliomelite**- Orientações para Profissionais de Saúde. 2008. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/profissional-da-saude/homepage//sindrome_pos_poliomielite_.pdf> Acesso em: 09 jun. 2018.

OLIVEIRA, M. **O que é poliomielite.** 2012. Disponível em: <https://www.conhecersaude.com/criancas/3533-o-que-e-poliomielite.html> Acesso em: 02 maio. 2018.

PAZ, R. **As pessoas portadoras de deficiência no Brasil:** inclusão social.João Pessoa: Universitária, 2006. p. 159-160.

QUADROS, A. **SÍNDROME PÓS-POLIOMIELITE (SPP):** UMA NOVA DOENÇA VELHA. 2005. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sindrome_pos_poliomielite_spp.pdf> Acesso em: 03 out. 2018.

QUADROS, A et al. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Síndrome Pós-Poliomielite e Co-morbidades.** 2016. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_reabilitacao_sindrome_pos_poliomielite_co_morbidades.pdf> Acesso em: 03 out. 2018.

ROSA FILHO, B. **Introdução ao Método Bobath.** 2017. Disponível em: <http://www.profala.com/artfisio17.htm> Acesso em: 18 out. 2018.

SARTORI, A.; FRANÇA, F. **Estratégias de Controle da Poliomielite no Brasil.** 2016. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/sciam/noticias/estrategias_de_controle_da_poliomielite_no_brasil.html>Acesso em: 20 maio. 2018.

SENA, E; TRIACA, T. **Métodos de tratamentos fisioterapêuticos em neuropediatria:** revisão literária. 2007. Disponível em: <revista.uninga.br/index.php/uninga/article/download/625/275/ > Acesso em: 03 out. 2018.

SILVA, D; CÂMARA, C. **Poliomielite no Brasil:** histórico e inclusão no mercado de trabalho. 2011. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd156/poliomielite-no-brasil-historico-e-inclusao.htm> Acesso em: 11 mar. 2018.

UMPHRED, D. **Fisioterapia Neurológica.**2 ed. Barueri: Manole, 1994.

WEINERT, L; BELLANI, C. **Abordagem fisioterapêutica pelo conceito neuroevolutivoBobath.** 2011. Disponível em: <http://omnipax.com.br/livros/2011/FNP/FNP-cap3.pdf> Acesso em: 07 nov. 2018.

WEINERT, L; BELLANI, C. **Fisioterapia em Neuropediatria.** 22. ed. Curitiba: Omnipax, 2011.

ZENERO, T. **Poliomielite, causas - tratamento e erradicação.** 2014. Disponível em: <http://medifoco.com.br/poliomielite-causas-tratamento-e-erradicacao/> Acesso em: 05 abr. 2018.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

A INTERVENÇÃO DA FISIOTERAPIA NA QUALIDADE DE VIDA DO LESADO MEDULAR POR ARMA DE FOGO: relato de caso em uma cidade do noroeste de Minas Gerais

Elisângela Maria da Silva[1]
Eliana da Conceição Martins Vinha[2]

Resumo: O objetivo desta pesquisa é relatar de que forma a intervenção da fisioterapia pode contribuir na melhoria da qualidade de vida do lesado medular por arma de fogo. A metodologia adotada é qualitativa e descritiva caracterizada como relato de caso relatando as funções cinéticas de um indivíduo com lesão medular torácica. A coleta de dados baseou-se em uma entrevista direcionada, gravada e transcrita na íntegra, além de observações dos relatórios médicos sobre a evolução do quadro de saúde do participante desta pesquisa. A intervenção da fisioterapia proporcionou ao paciente maior independência utilizando recursos terapêuticos como a cinesioterapia, a eletroterapia e a hidroterapia. Apesar de ser notória a contribuição da fisioterapia no lesado medular, são necessárias mais pesquisas sobre a temática a fim de elucidar outros questionamentos.

Palavras-Chave: Lesão medular. Qualidade de vida. Reabilitação. Fisioterapia.

Abstract: The objective of this research is to report how the intervention of physiotherapy can contribute to the improvement of the quality of life of the injured spinal cord by firearm. The methodology adopted is qualitative and descriptive characterized as report through a bibliography survey and later reporting the kinetic functions of an individual with thoracic spinal cord injury. Data collection was based on an interview directed, recorded and transcribed in its entirety, as well as observations from the medical reports on the evolution of the health status of the participant of this research. Physiotherapy in the spinal cord injury contributed to an increase physical independence and muscle strength, improving their quality of life. Although the contribution of physical therapy to the spinal cord injury is notorious, more research is needed on the subject to elucidate other questions

Key words: Spinal cord injury. Quality of life. Rehabilitation. Physiotherapy.

[1] Fisioterapeuta graduada pela Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP. E-mail: elisangela-2013-@hotmail.com

[2] Fisioterapeuta, Bióloga e Profissional de Educação Física. Professora da Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP. E-mail: elianafisio@gmail.com

Recebido em 01/04/2019
Aprovado em 20/04/2019

INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta como objeto de análise, a lesão medular e a contribuição da fisioterapia para melhora da qualidade de vida de uma pessoa lesada por arma de fogo, dando destaque a um relato de caso com um ex-policial residente em uma cidade do noroeste de Minas Gerais.

No dizer de Lianza et al (2015) a lesão medular é uma síndrome grave e impossibilitante, que causa complicações no sistema nervoso central, levando o portador da lesão medular a ter um desafio na reabilitação. Essa gravidade acontece pela importância da medula não se regenerar, por ser uma via de comunicação entre o cérebro e o corpo.

Segundo Ribeiro et al (2012) os níveis de lesão medular decorrem do grau de interrupção neurológica, os mais altos como na coluna cervical entre as vértebras C1 e C7 são mais agravantes deixando a tetraplegia. Já os níveis mais baixos como na coluna torácica entre T1 até o segmento T12, ocorrem à paraplegia. Sendo assim, o nível de lesão é de acordo com o grau neurológico que a medula foi acometida, sendo capaz de levar alterações sensitivas e motoras, abaixo do nível medular. A lesão medular não tem cura, no entanto o indivíduo que sofreu lesão na medula pode ter uma vida ativa, retornar para algumas das atividades que executava anteriormente.

Conforme Araújo Júnior et al (2011) os ferimentos por arma de fogo são as mais graves pelo nível neurológico, devido à gravidade e não reestruturação do canal medular acarretando transtornos na vida do lesado. A lesão provocada por projétil de arma de fogo equivale à segunda causa de lesões medulares, superada apenas pelos acidentes automobilísticos. São lesões graves que deixa sequelas por toda a vida.

Ferreira, Marino e Cavenaghi (2012) dizem que a fisioterapia no trauma medular promove benefícios além da prevenção de deformidades, estimula a função motora, respiratória, trabalha com a cinesioterapia e a eletroterapia devolvendo o indivíduo à independência física.

Neste contexto, este artigo representa a admiração da pesquisadora pela fisioterapia e a arte de reabilitar através dos movimentos funcionais. É um tema fundamental que tem como relevância acadêmica, pois mostra a realidade e as dificuldades encontradas pelos portadores de lesão medular nos locais públicos, e por ser um tema não abordado ainda nas pesquisas

realizadas pelos acadêmicos, professores e pesquisadores da Faculdade Cidade de João Pinheiro.

O presente trabalho justifica-se pela relevância de contribuir para incentivar, conscientizar e despertar aos portadores de deficiência a busca pela autonomia e por uma realidade educacional, pessoal e profissional digna, como para qualquer outra pessoa e dentro dos padrões mais normais possíveis, de acordo com suas limitações. Consequentemente por ter presenciado, auxiliado de perto uma pessoa com lesão traumática completa viu-se a importância e os benefícios da fisioterapia na reabilitação traumática por arma de fogo.

Para nortear este trabalho levantaram-se as seguintes questões: De que forma a intervenção da Fisioterapia pode contribuir na melhoria da qualidade de vida do lesado medular por arma de fogo? Quais as causas da lesão medular? Quais os tipos de tratamentos fisioterapêuticos são indicados para o lesado medular?

As hipóteses iniciais deste trabalho fundamentaram que a fisioterapia tem importante papel na reabilitação do lesado medular, ela trabalha a habilidade funcional e cognitiva melhorando a qualidade de vida, permitindo a inclusão social com maior mobilidade e independência. As maiores causas de lesão medular são por acidentes automobilísticos, arma de fogo e mergulho em águas rasas. O tratamento para lesão medular são exercícios fisioterapêuticos, no qual a fisioterapia trabalha com a cinesioterapia, eletroterapia, exercícios passivos e ativo assistido, com o objetivo de prevenir contraturas e deformidades, assim como também à respiratória, principalmente no momento inicial da lesão medular.

Objetivou-se dessa forma descrever a intervenção da fisioterapia, as causas da lesão medular, sua reintegração social, os benefícios e a qualidade de vida que a fisioterapia trouxe durante o período crítico da lesão e de forma mais específica identificar as causas da lesão medular e citar os tipos mais indicados de tratamentos fisioterapêuticos para o lesado medular.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa tem como aspecto a qualidade sendo, portanto, uma pesquisa de abordagem qualitativa descritiva. Após revisar a bibliografia foi realizada a pesquisa de campo.

A presente pesquisa trata-se de um relato de caso, com um indivíduo que teve lesão medular torácica, residente em uma cidade do noroeste de Minas Gerais de forma a descrever e compreender as necessidades de um lesado medular e os tratamentos propostos, entre eles a

fisioterapia. A pesquisa foi norteada dentro das normas e diretrizes do Conselho Nacional de Saúde – CNS obedecendo os aspectos éticos, permitindo total liberdade de desistência, preservando o anonimato e sigilo do indivíduo. Foi assinado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE podendo o indivíduo desistir a qualquer época da mesma. Após a aprovação pelo comitê de ética e pesquisa – CEP realizou-se a pesquisa de campo em 2018.

Para descrever a atuação da fisioterapia a coleta de dados constituiu inicialmente em observações a partir de relatórios médicos (documentos do acervo pessoal do indivíduo). Posteriormente foi realizada uma entrevista em domicílio por meio de questionário contendo quatro perguntas semiestruturadas direcionada ao pesquisado. Foram realizadas três visitas domiciliares observacional com duração de 60 minutos por um período de duas semanas, momentos nos quais foi observado o grau de independência funcional do indivíduo e o impacto que a lesão medular causou.

As observações foram registradas em caderno de campo e posteriormente analisadas relacionando-as às outras fontes de pesquisas utilizadas. Ao fisioterapeuta foi realizada uma entrevista gravada e posteriormente transcrita na íntegra a fim de traçar um perfil de conhecimento sobre a intervenção da fisioterapia na pessoa com lesão medular por arma de fogo, relatando como a fisioterapia traz benefícios para as pessoas com deficiência física pós-trauma direto.

ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NO LESADO MEDULAR

A reabilitação fisioterapêutica é de extrema importância para o paciente devida a gravidade da lesão levando o indivíduo a reaprender suas funções a qual exercia anteriormente possibilitando maior dependência ao lesado medular. Segundo Rosa et al (2014) a reabilitação no trauma medular é um dos campos de atuação da fisioterapia, pois trabalha a reabilitação prevenindo as alterações e funcionalidade da biomecânica, diagnosticando, prevenindo lesões e tratando os distúrbios da funcionalidade do corpo.

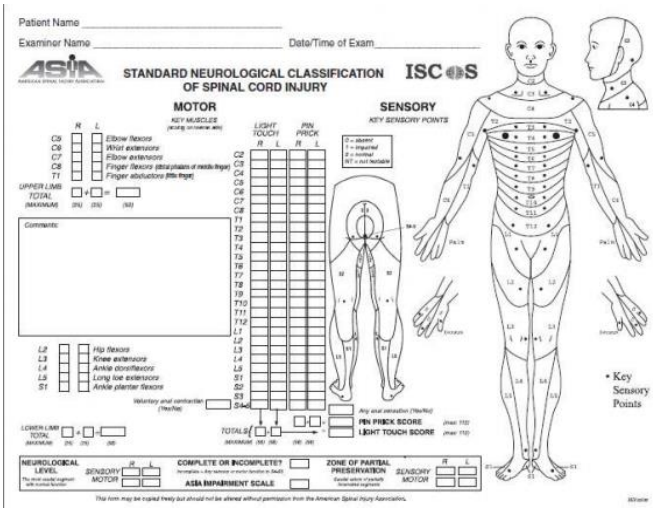
Segundo Sartori (2009) a lesão da medula espinhal é um acometimento grave que traz problemas sérios de saúde no Brasil devido os danos neurológicos sendo necessária uma intervenção fisioterápica para permitir ao indivíduo a reintegração no seio familiar e na sociedade, dentro de suas possibilidades físicas e funcionais. Quando ocorre uma lesão da medula espinhal a reabilitação se inicia logo durante a fase aguda.

Thomé et al (2012) descreve que a medula espinhal é uma via de ligação entre o corpo e o encéfalo, tem como característica um volume cilindroide de tecido nervoso que se localiza dentro do canal vertebral. Quando ocorre uma lesão na medula, as mensagens não conseguem atravessar a barreira na altura da lesão e assim não chega as informações ao cérebro, tendo uma interrupção do sistema neurológico, que passa através da medula espinhal.

Neves et al (2007) relata que a Scale American Spinal Injury Association – ASIA estabelece um padrão da classificação medular avaliando a motricidade e a sensibilidade dentre os princípios de A a E. ASIA:A, é considerada lesão medular completa; na ASIA:B, preservação sensitiva mas agregada a paralisia, onde a motora é completa; na ASIA:C, preservação sensitiva, motora e funcional incompletas; na ASIA:D, é classificada como uma lesão incompleta e tem as funções motoras preservadas abaixo da lesão e na ASIA:E não tem maiores acometimentos, sem déficits.

A figura 01 mostra a ASIA que classifica a lesão medular de acordo com o nível da lesão.

Figura 01 – Esquema de padronização nos traumas raquimedulares de acordo com a Scale American Spinal Injury Association – ASIA



Fonte: Neves et al, 2007.

De acordo com a ASIA os traumatismos raquimedulares, visualizados na figura 01, mostram claramente os locais da inervação e provável lesão de acordo com o nível atingido. Silva et al (2012) descreve que oferimento medular requer cuidados intensos por ser uma lesão

que tem complicações e, conforme o grau da lesão envolve todo sistema respiratório, motor e esfincteriano.

Segundo Stokes (2000) a lesão medular espinhal que origina a paraplegia refere-se à perda motora e sensitiva dos segmentos torácicos e coluna lombar. Ficando preservados os membros superiores, podendo acometer os membros inferiores, o tronco e os órgãos pélvicos. Já na tetraplegia o indivíduo tem perda da função motora e sensitiva na região da coluna cervical. Sendo acometidos os membros inferiores, superiores, tronco e os órgãos pélvicos onde é danificada toda a rede neural.

Embasando nas afirmações de Riberto et al (2005) a intervenção da fisioterapia na reabilitação aplica técnicas terapêuticas fundamentais para o lesado medular objetivando a restauração de suas capacidades físicas de vida diária, permitindo a evolução e o acompanhamento durante o processo de reabilitação funcional. A fisioterapia é importante desde a fase hospitalar quando atua na prevenção de outras complicações como as úlceras de pressão e a respiratória. O fisioterapeuta apresenta uma função extremamente importante na reabilitação desse paciente, interagindo nas complicações e prevenção, diminuindo as sequelas, e o tempo hospitalar, melhorando a autoconfiança do paciente.

Na opinião de Alfieri (2011) a intervenção da fisioterapia para o lesado medular visa promover maior qualidade de vida do paciente e bem o estar geral utilizando técnicas e recursos terapêuticos que trata das disfunções do movimento. O fisioterapeuta atua com técnicas e ações voltadas a necessidades da saúde do ser humano. Trabalhando sempre na reabilitação e limitação dos danos, aliviando a dor e o sofrimento.

De acordo com Bampi et al (2008) devido a gravidade e irreversibilidade, do grau acometido na medula, a qualidade de vida para os pacientes de lesão medular exige um período longo de reabilitação e de alto custo. As sequelas como também as dificuldades que enfrentam para retomar a vida social interferem na qualidade de vida, sendo um desafio aos fisioterapeutas. A qualidade de vida do lesado medular depende de sua acomodação na vida, incluindo as preocupações, condições financeiras e sociais existentes.

Do ponto de vista de Stokes (2000) os objetivos funcionais dos movimentos passivos esperados na fisioterapia após a lesão medular espinhal, é dar maior autonomia para o indivíduo facilitando a locomoção tornando-o uma pessoa independente dentro de suas limitações, incentivando-o a vida social, promovendo a evolução das atividades motoras, melhorando o retorno venoso, mantendo a força muscular evitando o encurtamento dos músculos paralisados.

Para Defino (1999) o tratamento da lesão medular inclui os objetivos essenciais para o alinhamento da coluna, tendo como finalidade prevenir complicações e dar estabilidade ao alinhamento, realizando as atividades motoras o mais cedo possível, isso se o paciente estiver em condições que possibilita tais ações. A fisioterapia motora trabalha o paciente por meio de tração quando é alinhamento vertebral. Ainda não existe nenhum tratamento cirúrgico eficaz para restaurar a medula lesionada. Quando o médico opta pela cirurgia é para o realinhamento da coluna no local lesado, para prevenir e evitar maiores lesões. O tratamento precoce do paciente evita maiores complicações principalmente a fisioterapia respiratória.

Na visão de Parreira e Baratella (2011) o exercício aquático é um tratamento benéfico para a reabilitação e treinamento físico uma vez que os princípios da água trabalham as habilidades funcionais, motoras, as articulações e a mobilidade, ajuda a diminuir o tônus muscular estimulando o relaxamento e a marcha. Sendo assim, a água exerce benefícios para o desenvolvimento motor e funcional do paciente com lesão neurológica. A água facilita os movimentos através da ação do empuxo, favorecendo a diminuição da pressão intra-articular.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

L. N. gênero masculino, lesado medular, 49 anos de idade atuava como policial florestal e sofreu um traumatismo por arma de fogo enquanto realizava uma patrulha aquática. A lesão no tórax resultou em paraplegia. L. N. ainda tem memórias do fato que marcou sua vida, conforme nota-se no relato.

> *O rio estava cheio, dentro do barco havia uma rede e minha arma que eu carregava. Ao parar o barco em um rancho para tomar água resolvi pegar a arma pra levar juntamente comigo. Foi quando ela se prendeu na rede e veio o disparo. No dia da patrulha aquática estávamos trabalhando de duas pessoas. Meu colega de serviço ficou transtornado, até chegar o socorro para a cidade vizinha levou muito tempo. [...] Foi Deus em minha vida que me resguardou e me manteve com vida. Quando cheguei ao hospital já havia uma junta médica à minha espera, fizeram um dreno torácico e fui transferido dentro de um taxi aéreo para a cidade de Patos de Minas, onde fiquei alguns dias aguardando vaga no hospital de Belo Horizonte.*

Nota-se no relato que o disparo acidental da arma trouxe preocupações para L.N. e seu companheiro. O pesquisado tinha uma vida produtiva no trabalho, era provedor familiar e o trauma medular o levou ao desequilíbrio emocional e mudanças em sua vida social. De acordo

com L.N. o projétil ainda se encontra alojado no corpo da vértebra torácica (T8). Sua lesão medular está classificada como completa com nível neurológico T6 de acordo com o esquema de padronização nos traumas raquimedulares classificados pela escala ASIA: A.

Ribeiro et al (2012) relata que o indivíduo que tem um trauma medular experimenta grandes mudanças físicas e emocionais. Como paralisia e tetraplegia, acarretando problemas funcionais e fisiológicos, podendo ser temporário ou permanente. Essas interrupções ocorrem abaixo do nível da lesão, devido à interrupção da morte dos neurônios, prejudicando as funções motoras e sensitivas.

Análises dos dados coletados através do questionário aplicado ao paciente

O questionário foi aplicado em domicílio ao pesquisado numa cidade do noroeste de Minas Gerais onde L. N. reside. Tendo em vista o objetivo desta pesquisa foi elaborado um questionário contendo quatro questões. A primeira questão interrogou ao indivíduo sobre o tempo, ano e o nível da lesão.

> *Meu acidente aconteceu no ano de 2002, dia 20 de dezembro, próximo ao natal. [...] tem dezesseis anos que sou paraplégico. A lesão foi na coluna torácica. Na altura do peito. [...]. No momento do disparo caí dentro do barco e já percebi que não sentia minhas pernas. [...]. Quando ocorreu o acidente fiquei muito fraco, perdi muito sangue, o socorro demorou porque eu estava no meio do mato, dentro do barco no rio.*

Conforme a resposta de L.N. ele percebeu imediatamente que não sentia os membros inferiores após o disparo da arma de fogo, sentindo-se fraco. Cerezetti et al (2012) corrobora dizendo que a lesão medular é classificada de acordo com o quadro clínico e seu nível, podendo ser completa ou incompleta. No caso do paciente é a lesão do tipo completa perda sensitiva e motora abaixo da lesão. Dantas (2013) diz que logo após uma lesão medular espinhal, dependendo do nível e grau da lesão o indivíduo pode perder o controle da cabeça e do tronco, sendo necessária uma intervenção fisioterapêutica imediata para reabilitar.

Souza et al (2013) descreve que as principais complicações e consequências após o trauma da lesão medular são o choque medular, que é determinado por uma ausência dos reflexos da medula, que acontece logo após a grave contusão no canal medular. A bexiga e intestino neurogênico é uma complicação que ocorre na medula logo após a lesão. A bexiga

tende a contrair ocasionando um acúmulo de líquido gerando o desconforto miccional originando as infecções urinárias e a úlcera de pressão.

De acordo com Lianza (2015) o tratamento conservador com exercícios de cinesioterapia precoce a partir do leito durante o processo de reabilitação é fundamental podendo ser realizados movimentos leves, suaves e passivos. A cinesioterapia contribui para evitar maiores deformidades evitando a estimulação da espasticidade. O tratamento conservador consiste no bom posicionamento, evitando posições facilitadoras dos espasmos em flexão e extensão.

Do ponto de vista de Panfilio e Meija (2012) o processo da intervenção da fisioterapia na lesão medular, trabalha com técnicas manuais e modernas auxiliando o paciente na prevenção e reabilitação para melhor qualidade de vida. É um tratamento extenso que exige muito da persistência e força de vontade do portador da lesão.

Dando sentido ao relato de L. N., a pergunta número dois apresentou o questionamento se há alguma função motora ou sensitiva abaixo do nível da lesão, o grau acometido e como a fisioterapia contribuiu na melhora da sua qualidade de vida.

> *Minha lesão foi na coluna torácica em nível de T6 e T8. Abaixo da lesão não sinto nada é como se meu corpo estivesse dormindo. [...]. Morto! A fisioterapia me motivou a não desistir, aprendi a conviver com minha lesão, porque no início foi difícil de aceitar. A reabilitação me ensinou que posso ir muito além, apesar de não andar. Hoje sou totalmente independente dentro das minhas limitações.*

Durante as observações em campo nota-se que o lesado medular tem total independência: realiza mudança de decúbito, transferência de lugar, toma banho sozinho, faz sua higiene pessoal e dirige seu próprio carro. É evidente a autoconfiança adquirida pelo paciente uma vez que ele conseguiu readaptar-se para realizar suas atividades de vida diária. A intervenção fisioterapêutica permitiu ao indivíduo a reintegração familiar e na sociedade, respeitando as suas possibilidades físicas e funcionais.

Para Carvalho et al (2014) a qualidade de vida no lesado medular depende da capacidade de desenvolver suas atividades de vida diária o mais independente, usando suas habilidades como alimentação e higiene. Atividades simples, mas essenciais aos cuidados no cotidiano e que irá desencadear ao portador da lesão independência física.

Nascimento et al (2007) dizem que a qualidade de vida está relacionada à autoestima, engloba uma série de aspectos, como o socioeconômico, a capacidade funcional, emocional, vida social, apoio familiar, valores ético e cultural além da prática de atividade física.

A terceira pergunta foi referente aos benefícios que a fisioterapia respiratória proporcionou ao lesado medular. L. N. disse que logo após o acidente "*a fisioterapia foi muito importante, eu mal conseguia conversar, fiquei internado no Hospital militar em Belo Horizonte onde tive toda uma junta médica, dentre eles o fisioterapeuta que trabalhou a minha respiração.* " Percebe-se a importância da atuação da fisioterapia no pacienteainda no leito hospitalar. Dantas et al (2013) descrevem que a fisioterapia na lesão medular é essencial a partir da internação hospitalar. O fisioterapeuta pode trabalhar com recursos e técnicas proporcionando maior flexibilidade, fortalecendo a musculatura, evitando rigidez muscular e deformidades, além de orientar na mudança de decúbito prevenindo escaras por compressão.

A quarta indagação a L. N. diz respeito se a fisioterapia foi importante para sua reabilitação, se os tratamentos fisioterápicos contribuíram para ele se tornar uma pessoa independente e em qual instituição ele realizou a reabilitação.

> *Sim, foi muito importante. Hoje com toda a certeza do mundo posso afirmar que graças à fisioterapia sou uma pessoa independente. Fiz reabilitação no hospital Sarah em Brasília, onde reaprendi a fazer as atividades do dia a dia, como por exemplo, a transferência de lugar, passar da cama para a cadeira de rodas, entrar no carro sozinho, empinar cadeira para subir no meio fio. [...]. Hoje dirijo meu próprio carro como uma pessoa normal. Vim para minha cidade sendo muito dependente da família, continuei a fazer fisioterapia e hoje graças a Deus sou independente dentro das minhas necessidades. Tomo banho sozinho, faço transferência de lugar. Tive que reaprender tudo novamente. Ainda faço acompanhamento no Sarah. Vou uma vez no ano para fazer exames, como tenho bexiga neurogênica preciso acompanhar para ver se ela não está diminuindo.*

Na resposta de L. N. nota-se a importância da fisioterapia para que o paciente realize suas atividades de vida diárias, tornando-o mais independente. Ao realizar os movimentos de transferência de lugar é necessária força muscular. Durante as visitas domiciliares foram observadas as funções cinéticas, quando foi visível que o lesado medular em observação não tem controle de tronco. Devido à lesão, ele apresenta atrofia musculares e movimentos involuntários dos membros inferiores, fazendo uso de cadeira de rodas para locomoção e tutor bilateral para ficar na posição ortostática. A fisioterapia ainda faz-se necessária para manter sua qualidade de vida.

No dizer de Pinheiro (2009) o tratamento fisioterápico através da cinesioterapia recupera e melhora a função motora da musculatura do indivíduo. Sendo possível adquirir a amplitude de movimento por meio de exercícios funcionais promovendo alívio da dor, melhoria do padrão da marcha e fortalecendo toda a musculatura. Os exercícios funcionais da fisioterapia neurológica incluem atividades de equilíbrio, treino de marcha, flexibilidade e exercícios lúdicos que contribuem para a melhora da qualidade de vida do lesado medular.

Para Ferreira, Marino e Cavenaghi (2012) a cinesioterapia é um tratamento satisfatório na reabilitação do lesado medular. Ela proporciona ao paciente maior independência, melhora a mobilidade das articulações, trabalha a rigidez e mantêm a integridade articular. É um tratamento fisioterapêutico necessário dentro da fisioterapia, pois previne contraturas, trabalha toda a coordenação motora através dos movimentos. A atividade funcional da cinesioterapia no tratamento da lesão medular são exercícios passivos, ativo resistido fundamental para o lesado medular principalmente durante a fase de reabilitação. O fisioterapeuta promove a independência física e funcional, aumentando a autoestima e a capacidade pulmonar utilizando a cinesioterapia.

De acordo com Thomé et al (2012) o ferimento medular requer cuidados intensos por ser uma lesão que tem complicações e conforme o grau da lesão envolve o sistema respiratório, motor e esfincteriano. Devido às ramificações nervosas que irradia por toda a parte da coluna onde são transmitidos os impulsos nervosos que geram os movimentos podendo atingir a bexiga.

Segundo L. N. o tempo de tratamento durante a reabilitação durou trinta dias. Apesar de ser pouco tempo de reabilitação o lesado medular obteve conquistas importantes, tais como, manusear uma cadeira de rodas, aprender a se levantar sozinho realizando transferência de lugar, empinar a cadeira de rodas para ultrapassar o meio fio. Estas atividades são importantes no dia a dia. A reabilitação foi realizada utilizando as técnicas da cinesioterapia, atividades motoras e controle de tronco.

Análises dos dados observados através dos laudos médicos

Ao analisar os prontuários médicos da época do acidente nota-se a gravidade que a lesão causou. L. N. deu entrada no Hospital da polícia militar em 22 de fevereiro de 2002. Ele foi acompanhado por uma equipe multidisciplinar dentre eles clínico médico, neurocirurgião,

fisioterapeuta, enfermeiros, assistente social e psicóloga. Ficou por um período de dois meses hospitalizado, sendo solicitada a transferência para o Hospital de Reabilitação Sarah em Brasília/DF.

L. N. participou do programa de reabilitação junto à equipe de lesado medular, por trinta dias. Foi reabilitado do dia 29 de abril de 2003 a 24 de maio do mesmo ano, sendo necessário o seu comparecimento regularmente às revisões ambulatoriais após a alta hospitalar. L. N. é dependente da cadeira de rodas para locomoção e independente para a realização das atividades de vida diária, sendo necessária a fisioterapia em sua cidade de origem para manter a função motora e prevenir maiores deformidades. Como comorbidade apresenta diabetes *mellitus e* bexiga neurogênica. Os médicos que o acompanha solicitam que ele faça retorno de seis em seis meses para reavaliação a fim de evitar outros comprometimentos à sua saúde.

Análises dos dados coletados com o Fisioterapeuta que atende L. N.

Ao fisioterapeuta foi realizada uma entrevista gravada e posteriormente transcrita na íntegra a fim de traçar um perfil de conhecimento sobre a intervenção da fisioterapia em L. N. A primeira pergunta apresentada ao fisioterapeuta foi sobre os objetivos da reabilitação neste paciente com lesão medular.

> *[...] O indivíduo que obteve uma lesão medular será um paciente por um longo período. O nosso objetivo é buscar a independência física do paciente, melhorar sua qualidade de vida. Ajudar o paciente a estimular suas habilidades funcionais. Aumentar a sua força muscular. Trabalhar o equilíbrio de tronco. A força muscular dos membros superiores é muito importante principalmente na paraplegia, para facilitar a transferência de lugar.*

Nesta resposta o fisioterapeuta deixa clara a importância da intervenção da fisioterapia para o lesado medular melhorar sua qualidade de vida. Na visão de Loureiro et al (2013) os objetivos da fisioterapia na lesão medular é um dos privilégios na área da saúde por ter como propósito a reabilitação, que inclui diversos recursos com o intuito de aumentar a força da musculatura, estimular as vias sensoriais, reduzir a espasticidade, trabalhar a amplitude de movimento e diminuir a rigidez muscular. Assim como o treino de equilíbrio, que na fase inicial do lesado medular dependendo do nível da lesão, trabalha o equilíbrio de tronco prevenindo contraturas e deformidades.

O segundo questionamento feito ao entrevistado foi sobre o trauma medular, pois depois do mesmo L. N. chega num centro de reabilitação após ter ficado muito tempo acamado e as indagações acerca das condutas adotadas para uma boa reabilitação medular.

> *Cada paciente é um caso. Mas nas lesões medulares trabalho utilizando técnicas de facilitação proprioceptivas, os exercícios de amplitude de movimento, a cinesioterapia realizando atividades motoras é essencial. O rolar para mudança de decúbito. [...] os fortalecimentos dos membros superiores são extremamente importantes, pois o lesado medular paraplégico irá utilizar muito a força muscular, postura e equilíbrio de tronco.*

A reabilitação fisioterapêutica no trauma medular tem um trabalho reabilitador atuando nas diversas patologias e demais serviços na área da saúde tendo como objetivo a promoção da saúde prevenindo deformidades. Alencar et al (2011) descreve que as técnicas de facilitação proprioceptivas melhoram o desenvolvimento do lesado medular no processo da reabilitação, favorecendo sua condição física. A facilitação proprioceptiva estimula e auxilia o indivíduo aumentando o fortalecimento muscular, a coordenação motora e flexibilidade. A fisioterapia como uma área do conhecimento atua com técnicas de prevenção tratando os distúrbios cinéticos funcionais resultantes das alterações do corpo humano.

A terceira pergunta foi sobre os tipos de tratamentos fisioterápicos indicados para o lesado medular, segundo o fisioterapeuta entrevistado "*incluem a cinesioterapia, grande auxiliadora nos movimentos, eletroterapia e a hidroterapia, que é um recurso fisioterápico excelente, pois a água permite movimentos que o paciente não consegue exercer na terra, além do relaxamento muscular. "* Para Ferreira, Marino e Cavenaghi (2012) a cinesioterapia é um tratamento satisfatório na reabilitação do lesado medular. Ela proporciona ao paciente maior independência, melhora a mobilidade das articulações, trabalha a rigidez e mantêm a integridade articular.

No dizer de Jakaitis (2017) a fisioterapia aquática é um método indicado à pessoa com lesão medular tendo como princípio a melhora das habilidades motoras, pois a água facilita o movimento aprimorando o relaxamento e aumentando a amplitude de movimentos, diminui o tônus elevado e estimula o desenvolvimento da marcha facilitando assim a terapia no solo, proporcionando o indivíduo o melhor potencial funcional.

A quarta pergunta foi referente os benefícios da fisioterapia para a reabilitação medular e sua importância.

> *São visíveis e grandes os benefícios que a Fisioterapia proporciona em um lesado medular. [...]. Podemos mencionar que através da função motora, o paciente tem o aumento da autoestima, melhora do tônus muscular adquirindo uma independência física maior dentro dos seus limites melhorando sua qualidade de vida. A Fisioterapia é importante tanto para a função motora como também para a respiratória. A reabilitação trabalha o corpo como um todo. É através da reabilitação que proporcionamos grandes ganhos e desempenho ofertando ao paciente uma melhor qualidade de vida. Se as pessoas soubessem da importância e desse mais valor à Fisioterapia seria muito mais reconhecida.*

Ao interrogar ao profissional da área da saúde, é notório observar as contribuições que a fisioterapia proporciona. De acordo com Stokes (2000) a fisioterapia respiratória é um dos tratamentos importantes logo após a fase aguda da lesão. O fisioterapeuta instruirá exercícios respiratórios incentivando a expansão torácica a fim de melhorar a ventilação nos pulmões. Os exercícios respiratórios ajudam a fortalecer a musculatura prevenindo e removendo as secreções.

Após passar por renomados hospitais de reabilitação como a Rede Sarah e intensa fisioterapia, após dezesseis anos, o lesado medular em estudo é independente para realizar suas atividades de vida diária graças à fisioterapia que muito contribuiu para sua reabilitação e independência funcional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As lesões por arma de fogo podem ocasionar sequelas irreversíveis. Esta pesquisa fez perceber a importância do fisioterapeuta na lesão medular. A fisioterapia proporciona maior mobilidade dando ao paciente maior independência por isso é importante à reabilitação utilizar recursos terapêuticos como a cinesioterapia, a eletroterapia e a hidroterapia.

Durante esta pesquisa observou-se a independência do lesado medular ao realizar suas atividades de vida diária mantendo preservadas as funções motoras dos membros superiores. Foi notória também a presença de espasticidade nos membros inferiores e ausência de controle de tronco. As dificuldades por ele encontradas estão sendo superada diariamente, uma luta constante.

Perante as falas descritas observa-se a independência e aceitação do lesado medular, apresentando ser uma pessoa íntegra que não deixou se abater pela lesão, uma pessoa

extremamente simpática que luta pelos seus ideais mantendo a autoestima e o tratamento fisioterapêutico.

O tratamento fisioterápico é importante na busca dos movimentos e da qualidade de vida dos portadores de trauma medular. As condutas mantidas como cinesioterapia evita maiores deformidades por proporcionar melhora da amplitude de movimento, melhora a espasticidade trabalhando a rigidez e a coordenação motora.

A fisioterapia na lesão medular busca dentro de seus objetivos estimular a reabilitação, incluindo variados recursos para estimular as vias sensoriais, diminuir o tônus muscular, aumentar a amplitude de movimento, trabalhar o equilíbrio, prevenir deformidades e contraturas.

Os objetivos da fisioterapia são embasados na estimulação da função motora, de extrema importância para a reabilitação dando melhor qualidade de vida ao portador da lesão medular considerando a gravidade do grau de déficits motores acometidos e por ser uma lesão que não tem cura. A fisioterapia no traumatismo medular proporciona benefícios devolvendo ao portador da lesão a independência funcional aumentando a autoestima, possibilitando realizar maiores movimentos, reintegrando-o no seio familiar e na sociedade.

A lesão medular deixou o paciente paraplégico, mas não o impediu de seguir adiante, está reabilitado para realizar suas atividades de vida diária, é independente dentro de suas limitações. Esse relato de experiência mostrou o vivenciar do processo de reabilitação e confirmar que a fisioterapia promove mudanças na vida das pessoas após um trauma direto como o acidente com arma de fogo.

Dentre as dificuldades encontradas durante a realização deste trabalho pode-se citar que foi em adquirir os prontuários médicos. Foi preciso uma procuração escrita a próprio punho do paciente, registrar em cartório para obtenção das cópias dos relatórios. Devido o hospital ser em Brasília foi necessária essa tramitação. Os resultados foram satisfatórios, pois os objetivos foram alcançados, os questionamentos respondidos contribuindo para a concretização dessa pesquisa.

Apesar de todo o processo na construção desta pesquisa científica, desde a submissão ao comitê de ética e pesquisa – CEP até a análise dos prontuários médicos e, apesar de perceber a importância da atuação da fisioterapia no lesado medular, são necessárias mais pesquisas sobre a temática proposta a fim de elucidar outros questionamentos.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, F. R. et al. Facilitação neuromuscular proprioceptiva em tatame na reaquisição de funções na lesão medular. **Revista Neurociências.** 2011; 19(3): 512-518. Disponível em: <http://www.revistaneurociencias.com.br/edições/2011/RN1903/19%2003%20relato. pdf.> Acesso em 21de jun. 2018.

ALFIERI, M. F. A importância do estilo de vida para a fisioterapia. **Life style Journal**, 2011; 1(1) editorial. Disponível em: <http://acta.nisled.org/index. php/LifestyleJournal/article/view/5.pdf.> Acesso em 10 de jun. 2018.

ARAÚJO JÚNIOR, F. A. et al. Traumatismo raquimedular por ferimento de projétil de arma de fogo: **Avaliação Epidemiológica.** Curitiba. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/coluna/v10n4/v10n4a08.pdf. > Acesso em 09 de nov. 2018.

BAMPI, L. N. S. et al. **Qualidade de vida em pessoas com lesão Medular Traumática**: um estudo com o Whoqol-Bref. Disponível em: <https:// scholar. Google.com.br/scholar?hl=ptbr&as_sdt=0%2c5&q=qualidade+de+vida+revbrasepidemiol 2008; 11(1): 67-77pdf.> Acesso em 11 de mar. 2018.

CARVALHO, F. et al. **Avaliação da funcionalidade de pessoas com lesão medular para atividades da vida diária**. Ano 14, vol. 14 nº 2, Chía, Colômbia - junio 2014 148-158 Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/aqui/v14n2/v14n2a03.pdf.>Acesso em 08 de abr. 2018.

CEREZETTI, N. C. et al. Lesão medular traumática e estratégias de enfrentamento: revisão crítica. **O mundo da saúde**, São Paulo – 2012. Artigo de Revisão. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/artigos/mundo_saude/lesao_medular_traumatica_estrategias_ enfrentamento.pdf.> Acesso em 15 de nov. 2018.

DANTAS, M. C. O Uso da facilitação neuromuscular proprioceptiva para a Otimização do rolar em uma paciente vítima de traumatismo raquimedular: estudo de caso. **Caderno de Ciências Biológicas e da Saúde**. Boa Vista, n. 01, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Downloads/31-78-1-PB.pdf.> Acesso em 10 de abr. 2018.

DEFINO, H. L. A. Trauma raquimedular. **Medicina**, Ribeirão Preto, 32: 388-400 out./dez. 1999. Disponível em: <https://Medicina Ribeirão Preto C:/Users/Downloads/7741-10363-1-SM.pdf.> Acesso em 08 de abr. 2018.

FERREIRA, L. L.; MARINO, L. H.; CAVENAGHI, S. Atuação fisioterapêutica na lesão medular em unidade de terapia intensiva: **Atualização de Literatura. Revista Neurociências** 2012; 20(4): 612-617. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.revistaneurociencias.com.br/edicoes/2012/RN2004/revisao%2020%2004/700%2 0revisao. pdf.> Acesso em 25 de nov. 2018.

JAKAITIS, T. M. N. **Fisioterapia aquática aplicada a trauma raquimedular**. Manole: São Paulo, 2017.

LIANZA, S. **Medicina de Reabilitação**. 4. ed. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 2015

LOUREIRO, C. P. A. et al. **Fisioterapia após lesão medular.** Disponível em: <http://www.hospital de reabilitação do Paraná.saude.pr.gov.br/arquivos/File/Centrode_Estudos_e_Pesquisa/Vall_004.2013.pd> Acesso em 23 de jun. 2018.

NASCIMENTO, G. L. et al. Benefícios da atividade física sobre o sistema cardiorrespiratório, como também, na qualidade de vida de portadores de lesão medular: uma revisão. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, São Paulo, v.1, n.3, p.42-50, Mai./Jun. 2007. ISSN 1981-9900. Disponível em: <http://www.rbpfex.com.br/index. php/rbpfex/article/viewFile/26/25pdf.>Acesso em 18 de mar. 2018.

NEVES, M. et al. Escalas clínicas e funcionais no gerenciamento de indivíduos com Lesões Traumáticas da Medula Espinhal. **Revista Neurociências,** 2007; 15/3: 234–239. Disponível em: <http://revistaneurociencias.com.br/edicoes/2007/RN%2015%2003/Pages%20from%20RN%2015%2003-11. pdf.> Acesso em nov. 2018.

PANFILIO, M. S.; MEIJA. D. P. M. **A importância da fisioterapia após um trauma raquimedular**. 2012. Disponível em: <http://portalbiocursos.com.br/ohs/data/docs/30/33_-_A_importYncia_da_fisioterapia_apYs_um_trauma_raquimedular.pdf.> Acesso em 18 de mar. 2018.

PARREIRA, P.; BARATELLA, V. T. **Fisioterapia aquática.** Reabilitação Instituto Cohen. Manole: São Paulo, 2011.

PINHEIRO, B. G. **Introdução a Fisioterapia.** Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 2009.

RIBEIRO, C. T. S. et al. Lesão medular traumática e estratégias de enfrentamento**:** revisão crítica. **Mundo da Saúde**. São Paulo, 2012;36(2):318-326. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/artigos/mundo_saude/lesao_medular_traumatica_estrategias_enfrentamento.pdf.> Acesso em 04 de nov. 2018.

RIBERTO, M. et al. Independência funcional de pacientes com lesão medular Funcitional Independence. **Acta Fisiátrica**. 2005. Disponível em: <https://www.sielo.br/pdf/researchgate.net/profile/Marcelo_Riberto/publication/269651027_Functional.pdf.> Acesso em 11 mar. 2018.

ROSA, A. et al. **Técnicas para Reabilitação Neurológica de Hemiparético.** 2014.Disponível em:<http://repositorio.pgsskroton.com.br/bitstream/Artigo%208. pdf.> Acesso em 05 de mai. 2018.

SARTORI, J. S. et al. Reabilitação física na lesão traumática da medula espinhal: relato de caso. **Revista Neurociências**. Rio de Janeiro. 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Fabio_Porto2/publication/286750072_Physical_rehabilitation_in_spinal_cord_injury_pdf.> Acesso em 15 de nov. 2018.

SILVA, S. G. et al. **Avaliação funcional de pessoas com lesão medular:** utilização da escala de independência funcional – MIF,2012. Disponível em: <http://www.Scielo.Br/Pdf/Tce/V21n4/25.Pdf> Acesso em 23 de nov. 2018.

SOUZA, E. P. D. et al. Principais complicações do traumatismo raquimedular nos pacientes internados na unidade de neurocirurgia do hospital de base do distrito federal complicações. **Ciências da Saúde**. 2013, 24(4): 321-330 Disponível em: <http:// bvsms.saude.gov.br/bvs/artigos/ccs/principais_complicacoes_traumatismo_raquimedular.pdf. > Acesso em 01 de abr. 2018.

STOKES, M. **Neurologia para Fisioterapeutas**. Premier: São Paulo, 2000.

THOMÉ, I. B. et al. Fisioterapia na reeducação do intestino neurogênico como resultado de uma lesão medular. **Revista Terapia Manual,** vol. 10, n. 47 (2012). Disponível em: <https://www.submission-mtprehabjournal.com/revista/search> Acesso em 11 de mar. 2018.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

UMA ANÁLISE FREUDIANA DA MEMÓRIA, E SUA RELAÇÃO COM O CONCEITO DE ILUSÃO

Murilo Henrique Silva[1]
Gabriella Silva Mendonça[2]
Vandeir José da Silva[3]

Resumo: Partindo da perspectiva de que as memórias são lembranças trazidas pelo sujeito que narra, e que o mesmo a traz com alguma intencionalidade, seja para si ou para o outro. Aquele que narra, o faz com a certeza de que os fatos estão sendo contados da forma mais verídica possível e sem vieses. No entanto, ao contar o fato de acordo com a própria perspectiva, o sujeito permeia a narrativa de suas próprias projeções, conhecimentos e sensações. É possível, então, articular essa proposta com o conceito descrito por Sigmund Freud (1856-1939) em 1927 em sua obra o Futuro de uma Ilusão. Neste escrito, Freud versa sobre o conceito de ilusão, que consiste em uma ideia que se acredita, seja ela real ou não, mas que se baseia no desejo de que a mesma seja real. A ilusão assim como na memória é necessária ao ego que se acredite. Desta forma, este estudo tem como objetivo averiguar a similaridade desses conceitos articulando-os, e verificando se de fato, a memória também obedece ao que o pai da psicanálise chama de princípio do prazer.

Palavras-chave: Psicanálise. Memória. Inconsciente. Ilusão. Princípio do prazer.

Abstract: Starting from the perspective that memories are memories brought by the person who narrates them, and that the same brings with some intentionality, either for themselves or for the other. The one that narrates does so with the certainty that the facts are being told in the most truthful and possible way. However, in telling the fact according to the perspective itself, the subject permeates the narrative of his own projections, knowledge and sensations. It is possible, then, to articulate this proposal with the concept described by Sigmund Freud (1856-1939) in 1927, in his work The Future of an Illusion. In this work, Freud talks about the concept of illusion, which consists of an idea that is believed, whether real or not, but based on the desire for it to be real. An illusion as well as a memory is necessary for the self to be believed. Therefore, this study aims to ascertain the similarity of these concepts by articulating them, and

[1]Estudante de Psicologia da Faculdade Pitágoras de Uberlândia – MG -murilohobbit@gmail.com
[2] Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU - gabriella-mendonca.1@live.com
[3] Doutorando pela Universidade de Évora/Universidade de Lisboa, Portugal. Pesquisador Integrante do CIDEHUS – UE, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. Mestre em História Cultural pela UnB, Universidade de Brasília. Membro do projeto de pesquisa Educação, História, Memória e Cultura em Diferentes Espaços Sociais da PUC, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. vandeirj@hotmail.com

Recebido em 10/04/2019
Aprovado em 21/04/2019

verifying if in fact, the memory also obeys what the father of psychoanalysis calls the pleasure principle.

Keywords: psychoanalysis. Memory. Unconscious. Illusion. Pleasure Principle

INTRODUÇÃO

Este trabalho, têm por objetivo, realizar uma revisão bibliográfica a partir da análise de Freud, relacionando a memória com o conceito de ilusão, procurando compreender paradigmas sociais, e certezas que impedem muitas vezes as pessoas de refletirem e questionarem "suas verdades" e experiências. Justificamos assim, a escolha da temática, pois intencionamos trazer uma nova perspectiva de análise no vasto campo que articula os traços mnêmicos, o princípio do prazer e o conceito de ilusão. Procuramos também, trazer reflexões para a comunidade acadêmica repensar, se de fato, impressões e recordações conscientes do passado estão ligadas as contribuições da psicanálise.

Diante da construção do senso comum sobre conceito de memória e de como as pessoas ao relatarem os fatos passados, trazem sempre consigo a certeza de que suas reminiscências ocorreram conforme recordam e narram, nos deparamos em nossas observações com várias "verdades", narrativas, percepções e considerações sobre os mesmos fatos do passado. Buscando então, compreender esta problemática existente entre as diferenças narrativas entre sujeitos que vivenciaram as mesmas situações, e também formas diferentes de um mesmo sujeito relatar suas lembranças em diferentes momentos de sua vida, neste sentido, partimos do questionamento central: Como podemos interpretar a análise Freudiana relacionada a memória e o conceito de ilusão?

A investigação realizada partiu da pesquisa bibliográfica tendo como finalidade conhecer a contribuição científica acerca da memória e o conceito de ilusão, procurando compreender sobre o que a psicanálise interpreta sobre a temática, neste importante campo do saber: de que a memória poderia ser uma ilusão.

Análise Freudiana em perspectiva

Durante toda a obra Freudiana, há o estudo sobre a memória. Vários artigos já explanaram sobre o assunto, resgatando ao longo dos escritos do precursor da psicanálise suas considerações e alterações que concebeu sobre o tema ao longo de toda a vida, e também de contribuições que outros nomes da psicanálise trouxeram.

Ao iniciar nossas pesquisas nos deparamos com um importante apontamento de COUTINHO (2013), segundo ele, na obra Freudiana não se deve confundir com a memória-lembrança, memória da consciência. Ou seja, as concepções sobre o tema da memória estão para o campo do inconsciente e de como o aparelho psíquico dinamiza esse aspecto. Ainda neste trabalho, a autora mostra como esta memória tem um aspecto dinâmico, ou seja, que está em constante mudança, sendo alterada por novas associações. Ela complementa dizendo que aí está a genialidade da obra do autor, em conceber a memória como algo dinâmico, e não estático.

Essa perspectiva é de total importância devido ao fato de que no imaginário popular, a memória está relacionada à uma narrativa objetiva e contundente dos fatos, muitas vezes relacionada às sensações preceptoriais. Freud então, separa essas sensações de seu conceito de memória, e trás essa perspectiva mutável e não positivista sobre o tema.

Em seus escritos, Freud versa sobre a força dos elementos inconscientes sobre as recordações. Freud apud ROMÃO (2010) aborda em seu estudo as “lembranças encobridoras”. Segundo ele, essas lembranças sofrem um processo de alteração, onde há o contraste entre uma força que busca a lembrança real e outra que produz falseamento, culminando no final do processo na elaboração de uma fantasia, ou em outras palavras, uma lembrança fantasiosa, pois perpassa pelo deslocamento e recalque. Todo este processo de falseamento estaria, portanto, ligada à Resistência.

FERRARINI e MAGALHÃES (2014) apontam que Freud em seu estudo “Recordar, repetir e elaborar” (1914) evidencia ainda mais os elementos inconsciente da memória. Nesse estudo, Freud inova ao mostrar que o sujeito exibe uma maneira diferente de recordar: repetindo, recordando em ato, suas inibições, traços patológicos e sintomas. Esse processo ocorre devido à resistência, e quanto mais forte a resistência, mais amplamente a repetição suprirá o recordar, criando uma compulsão a repetir impedindo o sujeito de rememorar o esquecido.

Sendo assim, seriano processo psicanalítico que o sujeito recordaria e teria maior possibilidade de preencher as lacunas da memória. Através do auxílio do terapeuta que aos

poucos, na transferência e por meio da interpretação das associações do paciente, identifica as resistências e as evidencia com oobjetivo de torna-las conscientes para o paciente. Nas palavras do autor:

> O médico revela as resistências que são desconhecidas ao paciente; quando essas tiverem sido vencidas, o paciente amiúde relaciona as situações e vinculações esquecidas sem qualquer dificuldade. (...) trata-se de preencher lacunas na memória; dinamicamente, é superar resistências devidas à repressão (FREUD, 1914, p.2)

Em seus estudos, Freud buscava a influência das lembranças na constituição do sujeito. É importante que ele também investigava as implicações sociais e culturais na constituição dos indivíduos, dessa forma, a memória pode ser compreendida além da individualidade, ela adquire um caráter coletivo, na medida em que Freud perpassa sua teoria do campo social para o individual. A memória já se constitui dentro de um universo que a precede, a saber: a ordem simbólica (Bastos, 1999). O inconsciente é construído e modificado na relação com o outro, ele é relacional, não podendo ser considerado uma instância pertencente a um único sujeito. (FERRARINI e MAGALHÃES, 2014)

Para Gondar (2008) não há diferenciação entre memória individual e memória social na teoria de Freud. Em sua concepção de psiquismo, o autor delega a cada instância do aparelho psíquico ou "de memória", a diferença na constituição dos traços mnemônicos, sua distribuição a nível pré-consciente ou inconsciente e sua reorganização diante de novas contingências. Esta reorganização de traços mnemônicos ocorre na relação com o outro. Nas palavras de Freud: *"O* outro intervém regularmente como modelo, sustentáculo ou adversário e deste fato a psicologia individual é também, de imediato e simultaneamente, psicologia social.*"* (FREUD, 1921 P. 124 PSICOLOGIA DAS MASSAS)

Dessa forma, para além da contraposição individual ou coletivo, a memória se apresenta como algo co-construído, como relação. Então, a partir de um novo encontro ou circunstância, a memória pode ser criada e recriada e a essas novas criações, são atribuídos novos significados (GONDAR, 2008).

A partir deste quadro, podemos perceber como a memória ou mais especificamente, dentro deste amplo tema, os traços mnêmicos estão sujeitosa algo maior: o princípio do prazer. Isto é, a busca pelo prazer e a fuga do sofrimento, a satisfação pulsional, e a liberação do acúmulo de energia.

Antonello e Herzog (2012) explicitam em seus escritos sobre como esses traços estariam obedecendo a este princípio, revisando principalmente as concepções de Freud ao escrever o "Projeto para uma psicologia Científica" e a Carta 52.

Contudo, os autores relembram que há fatores para além do princípio do prazer em ação, mostrando que além dos traços mnêmicos há também os "fueros", e que estes seriam diferentes dos traços mnêmicos, seriam considerados, portanto marcas no psiquismo. *"Os* fueros seriam marcas psíquicas, ou melhor, impressões que não foram inscritas no psiquismo. Sendo assim, possuem um estatuto diferente dos traços mnêmicos e remetem a um funcionamento que se aproxima da compulsão à repetição. "(Antonello e Herzog, A memória na obra freudiana, para além da representação, 2012)

> Com esse breve apanhado consideramos ter os elementos necessários para procedermos à distinção entre traços e marcas – diferentes tipos de impressões psíquicas geradas conforme a capacidade egoica em dominar ou não a quantidade de excitação. O traço é a impressão que será ativada pela lembrança, está inscrito como representação. Quanto à marca, trata-se de um tipo de impressão que não participa da cadeia representativa, não podendo, portanto, ser evocada como uma lembrança, "mas como fator energético. Não se trata, portanto, de representação, mas de expressão de pura intensidade" (Knobloch, 1998, p.89). As marcas desencadeiam uma repetição desprazerosa, à qual o Eu não consegue fazer frente por ultrapassar a sua capacidade de contenção, como no caso da vivência de dor apresentado no Projeto de 1895 (Freud, 1950/1996e). Tal tese encontra eco no escrito **Além do princípio de prazer** (Freud, 1920/2006b), quando da discussão sobre a compulsão à repetição das neuroses traumáticas.

Sobre sua contribuição para o tema deste artigo, podemos citar como fundamental noção de que as marcas que não sofrem representações, mantém-se praticamente como constituídas e inconscientes, ao passo que os traços, que são transcritos para o consciente, têm de obedecer ao princípio do prazer. Sendo consequentemente cada vez que evocados, transcritos novamente e alterados. Ou seja, há um sistema de repetições ordenados pela diferença. "O recordado não coincide com o acontecimento em si, mas é um produto de várias transcrições. " (ANTONELLO E HERZOG, 2012)

MATERIAIS E MÉTODOS

Utilizamos como metodologia de investigação para o presente artigo, a revisão bibliográfica acerca da temática no campo psicanalítico, e a articulação com os conceitos já descritos e explanados pelos autores com a visão Freudiana de ilusão.

DISCUSSÃO

Compreendemos, com esta revisão, que o conceito de memória é muito vasto, mesmo que nos debrucemos a analisar somente o que a literatura psicanalítica diz respeito sobre o tema. Tivemos como coleta de informações, várias formas do aparelho psíquico lidar com os estímulos externos, e as várias instâncias que estão relacionados à questão da memória.

No entanto, no ateremos aqui a discutir sobre as recordações conscientes, ou seja, aquelas que são como já vimos, reinventadas e ressignificadas cada vez que vêm à consciência. Desta forma, podemos exprimir que tudo que é recordado conscientemente trata-se de uma ilusão. Para defender este ponto, portanto iremos mostrar o que Freud considera como ilusão. Em suas palavras Freud, (1927, p. 23)

> O que é característico das ilusões é o fato de derivarem de desejos humanos. (...) As ilusões não precisam ser necessariamente falsas, ou seja, irrealizáveis ou em contradição com a realidade. Por exemplo, uma moça de classe média pode ter a ilusão de que um príncipe aparecerá e se casará com ela. Isso é possível, e certos casos assim já ocorreram. (...) Podemos, portanto, chamar uma crença de ilusão quando uma realização de desejo constitui fator proeminente em sua motivação e, assim procedendo, desprezamos suas relações com a realidade, tal como a própria ilusão não dá valor à verificação.

Ora, já compreendemos que as recordações conscientes, obedecem ao princípio do prazer, somente assim elas podem vir à consciência. Mas defenderemos ainda mais esta tese levando consideração que além de o aparelho psíquico escolher o que deve ou não fazer parte das recordações conscientes, nós precisamos acreditar no que consideramos ser nossas recordações. De outra forma como poderíamos definir nossa identidade, justificar as crenças entre outras séries de fatores? Contudo, sempre modificamos detalhes, reinterpretamos situações, damos novos significados, justificativas e crenças ao passado. O que mostra que há uma manipulação sobre o que já foi vivido, pelo eu narcísico de quem conta uma narrativa do pretérito.

O EGO crê no que conta pois precisa justificar sua identidade atual, suas crenças, valores, ações tomadas em outros tempos de outras formas. Sempre que algo é dito, é

transmitido sob nossa perspectiva de quem propaga, ou seja, a memória é sujeita a interpretação de quem narra o fato.

Sob os olhares de diferentes narradores o mesmo fato adquire distintas significações, diferentes intensidades, e percepções. Tudo, porque interpretamos o mundo à nossa volta, e analisamos todas as situações do nosso cotidiano, mediante nossas próprias projeções, que provém de experiências anteriores de nossa vida e como também demos significados a elas.

É possível conceber que tais recordações se encaixam como objeto de satisfação para o ego, visto que sempre que contamos algo, contamos sob nossa perspectiva, o que nada mais é do que a interpretação do sujeito mediante seus próprios conhecimentos. Portanto, se há um fato ou não isso não importa, o que realmente importa são as significações lhes são atribuídas.

Pode-se agora em tal ponto, questionar: E as histórias que causam desprazer e sofrimento para quem está contando? Aí também se encaixa a explicação que está sendo apresentada.

Os traços mnêmicos conscientes ainda são objetos de satisfação do ego narcísico do narrador mesmo rememorando situações adversas, pois, ainda contando algo que seja de profundo sofrimento, percebe-se como preponderância na narrativa, somente os aspectos negativos sobre o fato. Se pudéssemos por um instante deixarmos nossa composição psíquicas em que somos constituídos e tomarmos formas etéreas transcendendo assim a natureza humana poderíamos perceber que tudo, todo fato, situação, causalidade, por mais ruim que seja, possui aspectos que possam ser catalogados como positivos, e negativos. A incapacidade de qualquer narrativa alcançar a neutralidade, diz respeito a uma forma do aparelho psíquico procurar uma compensação pelas situações descritas.

Portanto, só o fato de selecionar os aspectos do fenômeno ocorridos no passado que só trouxeram “lembranças negativas”, já é uma forma do próprio narrador influenciar quem ouve sua história, e de como aquilo será repassado dali para frente. Além disso, há a questão de que aquele que um dia sofreu, agora se encontra em uma posição de vítima, e merece, portanto, uma compensação pelos horrores pelo qual passou. Logo quem lhe dará este reconhecimento, será quem está ali compartilhando desta memória.

Considerações Finais

Concluímos, que a memória consciente na qual, comumente as pessoas depositam sua fé, e acreditam na veracidade das informações, para nós, com base em tudo o que revisamos pode ser compreendida como uma ilusão. E ela assim se constitui, porque nasce do desejo, ela obedece ao princípio do prazer. Acredita-se nela em seus "fatos" porque se quer acreditar, mas como diria o próprio Freud, se João conta algo de Pedro, ele conta mais de João do que de Pedro.

Portanto, acreditamos que a principal contribuição da psicanálise para o estudo da memória consciente é a instabilidade da veracidade na qual acreditamos a respeito dos fatos que nos recordamos.

Esta análise modifica nossa escuta, e também nos leva a questionar, aspectos de nosso psiquismo que considerávamos inabaláveis, pois quando nos deparamos com o que o outro nos diz passamos, portanto, agora a questionar o que o Ego pretende passar com tal discurso, visto que o mesmo exerce seletividade no que é recordado. E quando contamos algo, podemos nos interrogar, foi de fato assim, ou é assim que desejamos que tenha sido?

REFERÊNCIAS

ANTONELLO E HERZOG. **Memória na obra Freudiana, para além da representação.** Universidade Federal do Rio de Janeiro - Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Instituto de Psicologia, 2012.

COUTINHO, Angêla. **A especificidade da memória em psicanálise. - Estudos da Lingua(gem). Linguagem, psicanálise e memória.** Vitória da Conquista**,** v. 11, n 1, 2013

FERRARINI E MAGALHÃES, **Conceito de Memória na obra Freudiana: breves explanações. - Estudos Interdisciplinares em Psicologia,** Londrina, v. 5, n. 1, p. 109-118, jun. 2014

FREUD, S. (1914a). **Recordar, repetir e elaborar**. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

FREUD, S. (1921). **Psicologia das massas e análise do ego**. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1990

FREUD, S. (1927). **O Futuro de uma Ilusão**. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1990

GONDAR, J. (2008). Memória individual, memória coletiva, memória social. **Revista Morpheus-Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, *7*(13), 2008.

ROMÃO, L. M. S. (2010). **Entre limites e giros da memória**. Espéculo (Madrid), 45, 1-17.

CADERNO DE RESENHAS

CONHECER E DEFRONTAR O BULLYNG

Placio, R.J (Produtor), Chbosky, S. (Escritor), & Chbosky, S. (Diretor). (2017). *Extraodinario* [Filme Cinematográfico]. Estados Unidos: Paris Filmes.

Resenhado por / *Reviewed by:* **Maria Ernesta Sanguinette de Aguiar***
Roseline Martins Sabião**

1 CREDENCIAIS DE AUTORIA

A autora Jaquel Raramilo Palácio reside em York com o esposo, os dois filhos e dois cachorros. Por mais de duas décadas, foi diretora de arte e designer gráfica, produzindo livros de diferentes indivíduos, quando esperava a época certa para iniciar a sua própria obra. Nos dias de hoje atua no mercado editorial estadunidense, com duas funçoẽs: designer gráfica durante o dia e escritora noturna.

As literaturas da autora são divulgadas no Brasil pela Editora Intrínseca e a comprovação chega á apropriação de extraordinário para o cinema. Sua estreia na literatura foi com o livro Extraordinário, uma emocionante narrativa que deu inicio aos 365 dias extraordinários, Auggie & eu (2015), Diário Extraordinário (2015) e Somos Todos Extraordinários (2017). Possui outras obras publicadas. Dentre as quais cita-se: o Capítulo do Julian, 2014 (e-book); Shingaling, 2015 (e-book); Plutão, 2015 (e-book).

2 APRESENTAÇÃO DA OBRA

* Concluinte do Curso de Graduação em Psicologia pela Faculdade de Patos de Minas (FPM). Aluna orientanda da Faculdade de Patos de Minas (FPM). lia.sanguinette@yahoo.com.br
** Graduada em Letras (UEMG), Especialista em Língua Portuguesa, Linguística e Artes (FIJ), Especialização em Docência e Didática do Ensino Superior (FPM). Professora orientadora da Faculdade Patos de Minas (FPM). roselinemartins@yahoo.com.br.

Recebido em 20/02/2019
Aprovado em 15/04/2019

Inspirado na obra “Extraordinário” O filme “Extraordinário”, nada mais é que uma confirmação do próprio estudo em questão, o filme retrata a realidade vivida pela mãe. É perceptível a apertura no torso e o fôlego curto nos momentos em que a mãe (representada por Julia Roberts) enxergava o filho em aflição pelo bullying.

O filme registra e atingem sentimentos, causa nos telespectadores um grande conhecimento no aspecto de ver o real e de se constituir em coletividade. Instrui, com humildade, a grandiosidade e a necessidade de se conhecer e envolver num universo variado, onde a afeição e a paciência são primordiais. Portanto, é uma realidade da humanidade contemporânea.

Dessa forma, apoiado no exemplar grafado por Raquel Jaramilo Palácio, Extraordinário, a obra cinematográfica administrada e co-escrito por Stephen Chbosky, nos informam uma narração influenciada a qual leva auxiliar tanto quanto modelo para numerosos crianças e adolescentes os quais enfrentam, cotidianamente, com o entendimento de serem reparados e analisados como transformado as outras pessoas. August ‘Auggie’ Pullman (Jacob Tremblay) é um garoto que nasceu com uma patologia craniofacial congênita. Em conseqüência, a partir de muito cedo, descobriu a ter uma vivencia um tanto distante, na dimensão em que a sua proximidade com o universo desconhecido era limitada a sua mãe (Julia Roberts), seu pai (Owen Wilson), sua companheira (Danielle Rose Russell) e sua irmã (Izabela Vidovic).

Logo depois de alguns anos, sendo alfabetizado em seu lar pela mãe, chegou a hora em que o menino precisa iniciar o quinto ano da escola. Os pais definem que é o momento de o filho adentrar numa escola fora da sua casa, usufruindo com crianças de sua faixa etária e obtendo autonomia no universo externo. E isso gerou muita angustia tanto para família quanto para o próprio garoto. O Pai Nate, (Woen Wilson) não era a favor de o filho ir para escola, temia o bullying que o filho poderia sofrer, mas sempre apoiava a esposa nas suas definições. Aos 11 anos inicia sua vida escolar fora de sua casa, como qualquer outra criança. No quinto ano, ele irá precisar se empenhar para ajustar-se em sua nova existência.

Extraordinário acompanha precisamente a colocação de Auggie num universo escolar que o acolhe com repugnância por parte dos parceiros, e cenário incômodo como bullying.É interessante também notar que a obra cinematográfica não se sintetiza unicamente aos combates intrínsecos e cotidianamente experimentados por Auggie. Extraordinário nos revela que, em ocasião uma família que pleiteia uma morbidade como a que Auggie porta, não é só a vida dele

que é afetada, a de todos se finda sendo sugestionado. Em tal caso, o eixo familial dos Pullman gira em volta de Auggie.

A obra cinematográfica indica, substancialmente, o furor íntimo e pessoal, e o afincamento de Auggie num grupo que o aborda de meio muito inamistoso e o grande recado da narração situa-se no episodio no qual, não obstante de transpor em contigüidade com emoção como a dor e a decepção, Auggie disponibiliza a outra aparência, fixando seus dias com muita resiliência e desvelando os empecilhos que lhe são forçados como dever de simplicidades e de benevolência.

Ressalta-se que a irmã de Auggie, Via (Izabela Vidovic) tem muito carinho e entendimento com os pais por eles se sacrificarem muito pelo irmão, mas, ao mesmo tempo sentia falta de ter uma correlação mais aproximada com a mãe assim como alcançar o cuidado dela e poder comunicar sobre a contrariedade que afronta. A mãe do garoto estava preste a concluir seu curso de pós-graduação, devido o nascimento de Auggie teve que parar o trabalho de mestrado.

É curioso ver que, ao mesmo momento que os seres humanos precisam ter afinidade pela situação do garoto ele também vai entendendo que a vida dos outros é cheia competições e tempos duros. E a irmã por ser adolescente, chegou até falar para o namorado Justin (Nadji Jeter), que não tinha irmão. E dizia que na aquela casa Auggie era como o sol, tudo girava em torno dele.

Mas entendia que o problema dela era bem menor referente ao do irmão, ela conseguia lidar bem com situação. E ao voltar para a escola sentiu excluída pela sua amiga Miranda (Danielle Rose Russel) que passava por problemas com a separação de seus pais e queria ficar em silêncio. Sem contar com a perda sua vó que era única que lhe dava atenção (personagem vivida por Sônia Braga).

Para tanto no final Miranda (Danielle Rose Russell) passou o personagem no último momento até que foi proposital uma forma de voltar amizade. Ela também queria ser o centro das atenções pelo menos por um momento, isso ela mostrou através da peça teatral.

É importante ressaltar que para as crianças consideradas normais esse momento já é difícil, para o garoto a instigação se torna ainda maior, uma vez que é vital lidar com as outras crianças fitando sua face, indagando ou fazendo interpretação maléfica, porém, há uma pergunta aqui que torna a obra cinematográfica muito atrativa e singular.

Além disso, seguir a rota de Auggie meramente por seu ponto de vista e acabar analisando sobre como o universo é mau com o ser humano distinto como Auggie. O presente estudo quer refletir que o filme Extraordinário, é uma grande lição de vida, que a minimização do sofrimento humano depende de todos trabalhar com mesmo objetivo**.**

Para tanto foi visível quando os pais de Auggie decidem que é hora de ir para o colégio, Auggie já sabe que este será sua maior instigação. Portanto, através de olhares curiosos, piadas maldosas e companheiros fiéis, Auggie vai criar uma fidelidade clara à civilidade a favor da identidade e do afeto ao próximo. O garoto tem como apoio do Sr. Thusman diretor da escola (Mendy Patinkin) que sabe lidar com bullyng e que é extremamente contra o preconceito e a falta de respeito.

Com um argumento harmonioso e bastante concentrado na junção com a família e no afeto, especialmente a meio de crianças, o filme estabelece abertura com o intuito de tranquilidade bem alegre**.** O desempenho de todo o conjunto é muito agradável. Desse jeito, a obra cinematográfica induz a gargalhadas e ao mesmo tempo as lágrimas com muita facilidade e de jeito encantador.

E vale ressaltar que o filme revela e faz refletir vários conceitos e conquistam não só do garoto, mas, toda família, amigos e a escola e do quanto tudo isso é empolgante e incentivador para a vida. Assim, uma cena muito importante, quando Auggie entra na escola se sente angustiado com olhares preconceituosos. Ele se lembra de uma das frases que a mãe dizia “Se você não gosta de onde você estar, imagine onde gostaria de estar”. Nesse momento sente-se forte para uma nova jornada de sua vida. Mergulhar a essa narrativa com tal empatia é um trabalho esplêndido.

A atribuição do que faz o enredo de ‘Extraordinário’ ser tão belo e sua comunicação, condensada no dito "entre estar certo e ser gentil, escolha sempre a gentileza" um dos preceitos colocado pelo professor Sr. Browner (Daveed Diggs). A história, porém, vem comunicar sobre bullying e a discórdia entre família e melhores amigos, no entanto, ao contrário de produzir a raiva dos protagonistas e no tema de briga que pode se tornar a vivência concreta, ele prefere realçar que é capaz de perdoar, vencer empecilhos e ser mais contente, exclusivamente agindo com amabilidade.

O aspecto que trouxe resplendor e sentimento é que foi mostrada parte da existência de muitos dos protagonistas e assim concedido à essência de que todo o ser humano tem adversidades, e não cabe imaginar quais são melhores ou piores, ou quais são mais dificultosos.

Além disso, o julgamento para tudo isso não é compreender quem padece mais, e sim o que necessita oferecer além da cautela aos indivíduos à volta, de tornar mais compreensivos à existência do diferente e analisar que no íntimo de qualquer ser humano cabe uma humanidade ampla. Cada indivíduo possui alguma coisa encantadora com propósitos de apresentar, para instruir, que todos podem vencer as incertezas, as perturbações e acontecimentos deprimidos e que qualquer um enfrenta com seus melhores artifícios para se sobreviver a qualquer momento.

O filme mostra que o afeto, amor, consideração, entusiasmo, compreensão, amabilidade e esforço**,** trazem entendimento dessas informações nas quais o transforma em produção cinematográfica um tanto adorável e comovente.

As qualidades que transformam os humanos em pessoas bondosas e ressaltam, do modo que salienta Auggie, que ’toda pessoa deveria ser aplaudida de pé pelo menos uma vez na vida, porque todos nós vencemos o mundo’.

O filme Extraordinário registra como quão tocante a forma como a família se compreende e amadurecem unidos, ao percorrer do ano que se passou. O crescimento do garoto como pessoa bem como foi nítido. O filme iniciou com o garoto ainda com certo sofrimento em relação a sua vida, e ao término da história vemos um menino inteiramente moderno, transformado e confiante. Por se sentir aceito e amado pelos os outros.

É imprescindível dizer que o filme Extraordinário é uma narração que foi à consistência e genuinidade do encadeamento entre o garoto e seus companheiros, torna evidente a fisionomia de Auguie como uma própria palavra, a qual define o filme ‘Aceitação’.

3 APRECIAÇÃO DA OBRA

A presente obra quer refletir que o filme Extraordinário, é uma grande lição de vida, que a minimização do sofrimento humano depende de todos trabalhar com mesmo objetivo**.** Ao avaliar o filme, considera-se muito interessante a forma em que a autora atinge um fato da atualidade, buscando no seu próprio sentimento a experiência vivida. Há um bom seguimento de idéias e uma boa argumentação.

O filme como ponto negativo poderia ser um filme clichê sobre bullying ou somente um drama familiar pesaroso, porém não é o que acontece. O personagem Auggie possui aparência desagradável por sair de qualquer protótipo, já que as pessoas no normal querem apenas enxergar aquilo que é do seu desejo.

Apreciando ao filme, meditamos de como nos agimos como os companheiros de Auggie e sobre nossos próprios enfretamentos para sermos respeitados, pois, passamos a vida tentando agradar a todos. Por isso torcemos e emocionamos por cada vitória do garoto, por cada um que o observa, não com as

Expressões, mas com a alma. Porque é assim que queremos também ser vistos.

A arte contribui para que os humanos se tornem mais sensatos. Todavia uma produção cinematográfica como esta, provavelmente seja um dos modelos mais evidentes desse tipo de obra que nos proporcionam na circunstância do semelhante que conduz o essencial envolvimento de afeto, de identificação do ser humano.

4 INDICAÇÃO DA OBRA

Esse filme deve ser assistido por toda família, profissionais da psicologia e também pessoas formadas em diversas áreas de conhecimento, pois retrata realidades da escola, revela comportamentos relacionados ao campo da aprendizagem, família, psicologia do comportamento humano e colabora tanto para desenvolvimento profissional quanto para engrandecimento pessoal.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

UMA LEITURA DO MANUAL DE PSICOLOGIA HOSPITALAR: o mapa da doença

SIMONETTI, A. **Manual de psicologia hospitalar: o mapa da doença**. 8a ed. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2016.

Resenhado por / *Reviewed by:* **Waléria Gonçalves ***
Roseline Martins Sabião**

1 CREDENCIAIS DE AUTORIA

O livro Manual de psicologia hospitalar, cuja autoria é do Doutor Alfredo Simonetti, Médico Psiquiatra e Psicólogo, Psicólogo Clinico, Psicólogo Hospitalar, e Psicanalista. Mestrado em Psicologia Clínica PUC-SP, Professor Titular de Psicologia Médica na Faculdade São Camilo São Paulo- SP. Médico-Colaborador do AMBAN (Ambulatório de Ansiedade do Hospital das Clínicas da Fac. de Medicina da USP-SP. Entre outras obras do autor, que abrange áreas dentro da saúde de forma geral, como farmacologia, pesquisador em psicopatologia.

2 APRESENTAÇÃO DA OBRA

O autor propôs a escrever essa obra para orientar e facilitar o profissional de psicologia dentro do hospital.

* Concluinte do Curso de Graduação em Psicologia pela Faculdade de Patos de Minas (FPM). Aluna orientanda da Faculdade de Patos de Minas (FPM). waleria3m@yahoo.com.br
** Graduada em Letras (UEMG), Especialista em Língua Portuguesa, Linguística e Artes (FIJ), Especialização em Docência e Didática do Ensino Superior (FPM). Professora orientadora da Faculdade Patos de Minas (FPM). roselinemartins@yahoo.com.br.

Recebido em 30/09/2018
Aprovado em 12/02/2019

Um diagnóstico preciso irá contribuir para o sucesso da recuperação do paciente e que o diagnóstico não é considerado uma verdade plena, pois o psicólogo faz a escuta de relatos do paciente.

O papel do psicólogo dentro do ambiente hospitalar é de escutar a pessoa que está enredada no meio da doença, valorizando a subjetividade do paciente. Amor e razão andam juntos no processo de elaborar o diagnóstico, o qual em ambiente hospitalar não está baseado em testes, mas no olhar atento e minucioso do profissional.

Emprestar ouvidos ao paciente em suas aflições já é uma intervenção terapêutica. Dr. Alfredo faz divisão do livro em dois momentos: 1- Diagnóstico: Ter um olhar diferenciado sobre o que está acontecendo em torno da doença e da pessoa adoentada. 2- Terapêutica: trabalho clínico com estratégias e técnicas. Faz se uma síntese comparativa com relação a quatro métodos (ou quatro eixos) de investigação: como o reacional, o médico, o situacional e o transferencial, sendo eles: 1 Reacional - como o paciente reage à doença. 2. Diagnóstico médico - condição clínica do paciente. 3 Diagnóstico situacional, explorações das diversas áreas da vida do paciente. 4 Diagnóstico transferencial, relações que o paciente estabelece a partir do adoecimento.

O psicólogo precisa esclarecer para o paciente que ele é livre para expressar seus pensamentos e que em sua fala deve expor ideias e sentimentos da forma que se sinta confortável e à medida que forem surgindo em sua mente. Construir rapport faz toda diferença, respeitar o silêncio tem como função levar o paciente a falar, a quietude não é a omissão do psicólogo e sim uma ferramenta para deixar o paciente se expor.

Para tanto, o trabalho do psicólogo tem como resultado a mudança do sujeito, através do empenho do psicólogo e paciente, mas é preciso o querer e a predisposição do paciente.

Na segunda parte trata da terapêutica hospitalar. Portanto, os aspectos psicológicos são: as manifestações da subjetividade diante da doença. Tais como: sentimentos, pensamentos, comportamentos, fantasias, conflitos. Esses aspectos psicológicos propõem algumas estratégias e técnicas psicológicas para a discussão de temas polêmicos, como o risco de suicídio, assistência ao paciente terminal, entre outros. Aqui leva consideração a pessoa adoentada e não a doença. Conforme se discute na obra, no momento da escuta considera a verdade do paciente através de sua verbalização focalizando seu significado. A esperança existe na realidade do

doente e mesmo que não haja motivos para cultivá-la é fundamental que se mantenha a esperança do paciente.

O psicólogo tem a missão de usar do seu conhecimento e das formas de linguagem, para o paciente assim compreende, a sua linguagem a quem quer a ouve, quer seja alguém culturalmente entendido ou alguém humilde e com pouca compreensão de linguagem.

O autor refere-se à situação vital desencadeante considerada alguma situação na vida do paciente que possa tornar a sua situação clínica ainda mais crítica. A doença pode ser feita de perdas e de ganhos secundários atuando na manutenção da doença, bem como: atenção, cuidado e carinho mais intenso de pessoas próximas a ele.

A religião é outro ponto abordado pelo autor que pode ajudar em muito no tratamento do paciente, pois ele apresenta uma fé que vai lhe fortalecer para enfrentar o período de tratamento, o problema é quando se recusa a submeter-se ao tratamento prescrito pelo médico em prol fé.

Um ponto delicado e desafiador para o psicólogo é quando o paciente atendido não solicitou atendimento. O psicólogo vai estabelecendo uma relação com o paciente como for possível e não necessariamente apropriado, sendo que, a interpretação ajuda na simbolização da angústia; e em outras, o silêncio é o melhor a se fazer.

Ao realizar o diagnóstico de uma doença grave o primeiro passo é comunicar o paciente e familiares, a cada dia mais essa missão é designada ao psicólogo. Os pacientes em estágio terminal, de focar no tratamento paliativo não da doença para cura. Nesse estágio o papel do psicólogo se torna mais importante. Foram sugeridas algumas estratégias: o paciente é tratado pelo seu psicólogo individualmente, o profissional deve explorar o paciente e entender suas características e seu modo de conduzir a situação. Alguns fatores estão relacionados diretamente em proporcionar o paciente uma morte digna, entre eles podemos citar: estar livre de dor, ter autonomia para tomar decisões, realizar últimos desejos, direcionar controle de suas coisas a pessoas de sua confiança.

Outro fator existente é que, o paciente que está enfrentando momentos difíceis diante da doença, é de esperar que se sentir deprimido, um olha atento do psicólogo e sem críticas servindo mesmo de suporte o ajudará. Todavia o profissional deve considerar a possibilidade e atentar para essa suposta depressão ou melancolia que pode estar ligada ao uso de alguns medicamentos.

O alivio de dor e qualquer tratamento de paciente em estágio final paliativo, a preocupação com a dependência dos medicamentos é uma preocupação desnecessária levando em conta o estado do paciente.

Desenvolver um trabalho no contexto familiar do paciente em estágio terminal torna-se importante para o tratamento psicológico visto que familiares sofre com a questão de uma eminente perda de um ente querido.

O autor relata que a fé é importante no enfrentamento da doença, quando se exerce uma fé religiosa ou participar de algum grupo que fornece um suporte ao paciente nessa fase pode ajudar muito. Caso o paciente não manifeste nenhuma crença ou religião o psicólogo deve descobrir suas bases filosóficas que ocupam o mesmo posto da religião em sua vida. É obrigatório ao psicólogo hospitalar interação a respeito esses aspectos religiosos ou filosóficos do paciente.

O autor cita que o pronto socorro é o local destinado à melhoria dos sinais vitais do paciente e alívio de dor, deve se considerar aspectos psicológicos apesar de nesse primeiro momento o foco principal é o atendimento médico clínico.

Com ocorrências pequenas estatisticamente falando estão os casos de pacientes que chegam ao pronto socorro em estado de histeria (crises de ansiedade, síndrome do pânico, estresse pós-traumático, entre outros) que demandam uma atenção do psicólogo no pronto-socorro, esse paciente costuma estar demasiadamente agitado e apresenta um desequilíbrio psicológico notório.

O autor destaca que outro local onde os pacientes necessitam de atenção especial é na Unidade de Terapia Intensiva – UTI, ação de toda equipe multidisciplinar é grande importância e o acesso ao paciente por familiares e amigos e bem restrito. Na UTI o psicólogo trabalha não apenas com o paciente, mas com toda equipe multidisciplinar, familiares. O psicólogo em sua atuação na UTI vai trazer para o paciente, psíquica, informando em qual horário do dia está, data do ano, oferecendo ao paciente a possibilidade de executar alguma tarefa do qual ele goste e tenha condições de realizar. Interessante observar-se as diferenças entre o médico e o psicólogo, o médico toca o corpo do paciente, mas não conversa.

Para o psicólogo hospitalar é importante ouvir o paciente e atende-lo não importando em qual ambiente esse atendimento seja realizado, seja por questões de espaço físico insuficiente ou pelo modelo tradicional de assistência a saúde que desdenha a ação do mesmo,

deve ir ao encontro do paciente onde ele está e o atendimento é bem variável, não podendo definir-se um tempo exato nem a frequência dos encontros, não existe um tempo ideal de atendimento, vezes o psicólogo realiza um único encontro com o paciente em virtude de sua alta ou óbito. O emblema do psicólogo hospitalar seria o "aqui e agora".

Segundo o autor o trabalho descrito no texto só é concluído quando o paciente compreende como lidar com a doença, não havendo mais questionamentos a cerca dessa questão, podendo chegar nesse estágio após muitos ou poucos encontros com o psicólogo. O psicólogo necessita ter conhecimento sobre remédios por três motivos básicos: uma razão pratica, uma clínica e uma teórica.

Em razão prática o psicólogo deverá estar ciente dos medicamentos. Muitas das vezes o psicólogo não tem conhecimento na área dos medicamentos, ao contrário dos médicos, e a questão é que se estiverem sendo benéficos para o paciente este os exaltará, no entanto caso contrário causando os efeitos indesejados o paciente pode vir reclamar das reações saber dos possíveis efeitos colaterais das medicações administradas, para não confundir efeitos colaterais de traços da personalidade. Ao longo da história o ser humano busca por paz e alívio de angústias e dores, e não encontrando, faz essa busca nos medicamentos ou até mesmo em outras substâncias.

O autor relata que a farmacologia tem como definição a ciência que estuda substancias químicas com fins terapêuticos, diferente de remédio. O remédio é toda ação usada para remediar, curar. Todo medicamento é um remédio visto que visa trazer a cura para o paciente. Podemos ainda diferenciar Remédio, Droga e veneno:

• Remédio - substancia química para fins terapêuticos.

• Droga - Substancia química se fins terapêuticos.

• Veneno – Substancia química com efeitos nocivos ao paciente.

O Efeito colateral é um resultado indesejado da ação do remédio, conhecida também como efeito adverso. Já o efeito placebo é denominado uma substância quimicamente apático em uma pessoa que acredita estar tomando remédio adequado.

A relação medicamentosa, diz o autor que a decorrência da administração de dois ou mais remédios juntos, cuja interação pode potencializar seus efeitos ou anula-los e a indicação na bula é para que tipo de doença o remédio seja indicado.

Simonetti acrescenta ainda que o psicólogo, precisa saber interpretar as informações relacionadas aos remédios, seus efeitos colaterais, seus nomes químicos, comerciais, entre outras informações significantes. A bula contém informações importante, fonte para obter tais informações, como: composição química, informações técnicas, indicações terapêuticas, contra- indicação – condições clinicas que o medicamente não deve ser administrado, reações adversas – efeitos colaterais, comuns em quem já usou o remédio. A posologia- sugere dosagens dos medicamentos.

Há muitas informações a respeito de remédios, os quais estão disponíveis em espécie de dicionário e nos postos de saúde, hospitais, consultórios, entre outros. O prontuário é um documento do paciente onde são descritas suas queixas e sua evolução do quadro clinico. O médico está envolvido com os remédios é esse o seu instrumento de trabalho, assim como a palavra está para o psicólogo.

3 APRECIAÇÃO DA OBRA

Pesquisa-se muito sobre o homem e seus aspectos gerais. O dr. e autor Alfredo Simonett criou uma obra pedagógica e informativa sobre a psicologia hospitalar, como aspecto negativo, essa área ainda é pouco explorada, mas é importante dizer que como aspecto positivo, têm-se noções básicas e relevantes, com objetivos de levar o conhecimento a profissionais atuantes em diversas várias áreas, dessa forma, a obra ajuda em pesquisa científica para estudante, área da educação, profissionais da saúde e psicólogo. Assim, compreende-se que o presente livro utiliza de uma linguagem clara e de fácil entendimento, logo leva-se em conta que é útil para o ensino e a prática da disciplina Psicologia hospitalar**.**

4 INDICAÇÃO DA OBRA

Diante do exposto, a obra é indicada para profissionais de diversas áreas de conhecimento, em especifico na área da saúde, pois auxilia no aprendizado da psicologia hospitalar bem como o comportamento diante do adoecimento das pessoas. Sinaliza para o profissional a necessidade que se tem de buscar conhecimento na área da farmacologia, para

melhor se inteirar dos aspectos comportamentais. Colabora então, para o crescimento do mesmo.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Os trabalhos para publicação deverão ser apresentados em CD (devidamente etiquetado, com título do texto, nome do autor e e-mail; editor Word for Windows 6.0 ou superior), acompanhados de duas cópias impressas. A identificação do autor e da instituição deverá constar apenas no *arquivo* em CD, que deverá apresentar claramente o título do trabalho científico. Os artigos devem ter entre 12 e 15 laudas e os ensaios entre 20 e 25 páginas (Times New Roman tamanho 12, folha A4), com espaçamento entrelinhas de 1,5. As resenhas e sínteses não devem ultrapassar a 5 laudas. Os trabalhos científicos devem ser normatizados da seguinte forma:

1) Título com as letras maiúsculas, centralizado, tamanho 12, em português e inglês;
2) Identificação do autor logo abaixo do título, tamanho 12;
3) Identificação e endereço da Instituição a qual pertence (m) completos. Todas as notas deverão constar no rodapé.
4) Resumo em português, tamanho 12 e espaço simples, no máximo de 10 linhas;
5) Palavras – chave (máximo de cinco);
6) Abstract, tamanho 12 e espaço simples, reproduzindo o resumo em português;
7) Keywords**;(a tradução para a língua inglesa não poderá ser feita por meio de tradutores automáticos)**
8) Texto de acordo com as normas da ABNT, sem numeração nos subtítulos. A diagramação dos textos obedecerá às normas da Revista ALTUS CIENCIA. As citações devem ser feitas no corpo do texto: (SOBRENOME DO AUTOR, data) ou (SOBRENOME DO AUTOR, data, página). Ex.: (SAQUET, 2000) ou (SAQUET, 2000, p.31). Caso o nome do autor esteja sendo mencionado no texto, indicar somente a data. Ex.: "Desta forma, Santos (1997), mostra elementos da ...".
9) Referências Bibliográficas conforme a ABNT. Bibliografia: deve constar no final do trabalho científico e em ordem alfabética. a) Livros: SOBRENOME, Nome. Título da obra. Local de publicação: Editora, data. Ex.: CORRÊA, Roberto. A rede urbana. São Paulo: Ática, 1989.; b) Capítulo de livro: SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (Org). Título do livro. Local de publicação: Editora, data. Página inicial-final. Ex.: IANNI, Octavio. Dilemas da integração regional. In: SOUZA, Álvaro (Org*).* Paisagem território região: em busca da identidade. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000. p.133-136.; c) Artigo em periódico: SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico, local de publicação, volume, número, página inicial-final, mês(es). Ano. Ex.: MACHADO, Lucy. Cognição ambiental, processo educativo e sociedades sustentáveis. Faz Ciência, Francisco Beltrão, vol. 5, n.1, p.131-146, dezembro, 2003.; d) Dissertações e teses: SOBRENOME, Nome. Título da tese (dissertação). Local: Instituição em que foi defendida, data. Número de páginas. (Categoria, grau e área de concentração). Ex.: RIBAS, Alexandre. Gestão político-territorial dos assentamentos, no Pontal do Paranapanema (SP):uma leitura a partir da COCAMP. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002. 224p. (Dissertação, mestrado em Geografia).
10) Os textos deverão ser enviados após a revisão gramatical e ortográfica.